


unesp  **UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA**
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

RICHARD DOUGLAS COELHO LEÃO

CENÁRIOS DA INFORMALIDADE NA
AMAZÔNIA: estudos sobre o mercado de trabalho
informal na capital do meio do mundo – Macapá (AP)



ARARAQUARA – S.P.
2020

RICHARD DOUGLAS COELHO LEÃO

**CENÁRIOS DA INFORMALIDADE NA
AMAZÔNIA: estudos sobre o mercado de trabalho
informal na capital do meio do mundo – Macapá (AP)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli

Bolsa: CAPES

ARARAQUARA – S.P.
2020

L437c

Leão, Richard Douglas Coelho

CENÁRIOS DA INFORMALIDADE NA AMAZÔNIA : estudos sobre o mercado de trabalho informal na capital do meio do mundo – Macapá (AP) / Richard Douglas Coelho Leão. -- Araraquara, 2020
320 p.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara

Orientador: Paulo José Brando Santilli

1. Informalidade na Amazônia. 2. Etnografia de Rua. 3. Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. 4. Contranealidade. 5. Mercadoria. I. Título.

RICHARD DOUGLAS COELHO LEÃO

CENÁRIOS DA INFORMALIDADE NA AMAZÔNIA: estudos sobre o mercado de trabalho informal na capital do meio do mundo – Macapá (AP)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Trabalho e Movimentos Sociais

Orientador: Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli
Bolsa: CAPES

Data da defesa: 22/04/2020

Resultado Final: Aprovado

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Paulo José Brando Santilli
Unesp/FCLAr.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Ana Lúcia de Castro
Unesp/FCLAr.

Membro Titular: Prof. Dr. José Maria da Silva
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Membro Titular: Prof^a. Dr^a. Renata Medeiros Paoliello
Unesp/FCLAr.

Membro Titular: Prof. Dr. Manoel de Jesus de Sousa Pinto
Universidade Federal do Amapá – UNIFAP.

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Para os meus tios, Delton, Maria, Marcos, Graciete, Milton, Narciso, Gilmar e Jaqueline Leão, camelôs da cidade de Belém, que não têm medo de enfrentar as incertezas do dia-a-dia para garantir o pão de todo dia.

In memoriam, para a minha colega Lígia Poggi da PPGCS/UNESP – FCLAr, ao amigo Paulo – secretário do PPGSA/UFPA – e os professores Guilherme Jarbas Santana (UNIFAP) e Suelene Leite Pavão (UFPA), pelo carinho e amizade por eles dedicado a mim nesta passagem terrena deles. Ao querido amigo e ex-aluno Marco Aurélio Tavares Saraiva, jovem brilhante que se foi tão cedo e muito tinha a contribuir para as Ciências Sociais. Ao meu pai Carlos Alberto e minha avó Benedita, além do grande Sociólogo e referência de vida Euclides Coelho, por suas passagens inesquecíveis como meus parentes que deixaram marcas profundas em mim.

Aos meus netos Nicholas, Annelise, Aurora e Maria Heloísa, com muito amor e cheirinhos.

A minha amada Arjunuyra Furtado pelo amor, carinho, paciência, dedicação e por nunca desistir de mim, mesmo nos momentos mais difíceis desta caminhada.

A minha mãe, Eliza Leão, trabalhadora incansável – e informal – que me ensinou a nunca desistir dos meus sonhos.

E... A uma camisa de escola cheia de buraquinhos que me trouxe até aqui...

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus pela inspiração e força de vontade para superar todas as dificuldades que se colocaram diante de mim neste mundo de duras provas e aprendizados valiosos que muito contribuiu para a construção da minha personalidade.

À minha mãe, Eliza, pelo carinho e compreensão e por me ensinar sempre a “correr atrás da bola” e nunca desistir dos meus objetivos e sonhos. Agradeço, *in memoriam*, minha avó Benedita, por tudo o que ela representou para mim e para a minha chegada até este momento.

Aos meus irmãos Elba, Rômulo e Érika, por seu amor e paciência e em especial aos meus cunhados Carlos Monteiro e Ronaldo Ramos que nunca deixaram que me faltasse nada nesta caminhada. A eles, meu carinho fraternal.

Aos meus filhos, Jonathan, Daniel e Arielle, que me fizeram valorizar a arte de ser pai.

Aos meus companheiros de caminhada do Mestrado e do Doutorado em Ciências Sociais da Unesp/FCLAr, que foram mais do que colegas, foram verdadeiros irmãos que me ajudaram a não desistir diante das imensas dificuldades que se fizeram presentes neste período longe de casa e da família, se constituindo em uma nova e grande família, que me proporcionou momentos inesquecíveis. Aos amigos do Mestrado Ana Clara Citelli, Marina Corrêa, Larissa Rizzati, Matheus Santos, Matheus Silva, Natália Innocente, Osvaldo Silva, Giovanna Ísis, Douglas Santos, Douglas Delgado, Geander Barbosa e Taina Justo e aos brodinhos do Doutorado Carlos Eduardo Taul, Thiago Mazucato, Isaías Moraes e Jordeanes Araújo desejo que todos os seus sonhos se realizem e que tenham sucesso em suas carreiras.

Aos amigos Meire Adriana da Silva e Guilherme Bemerguy Chêne Neto, agradecimento especial pela convivência e por nunca deixar faltar nada na minha permanência e deslocamentos de Araraquara, pela relação de irmandade e por aturar minhas mudanças de humor durante o processo.

Aos “Canoas”, melhores amigos que alguém pode ter na vida e que me fizeram ver o valor da verdadeira amizade: Giovani Santos, Adriano Dourado, Leonardo Dourado, Otacílio Cardoso, Carlos Denílson, Alan Michel Tavares, Silvério Júnior e Claudino Santiago.

Aos amigos do Grupo Paiva Rodrigues (Colégio Moderno e Faculdade IESAP), pelo apoio neste período de afastamento e pela ajuda que destinou para esta pesquisa, em especial as professoras Socorro Paiva e Elissandra Pereira. Agradecimentos aos incentivos da Consultora Pedagógica Kátia Fonseca para a realização e concretização deste sonho.

Aos amigos da Escola Rodoval Borges Silva, na pessoa da sua diretora Iraciara Nunes, pela força nos momentos de dificuldades e o estímulo para participação nas aulas do mestrado.

A professora Cristiane Gondim, diretora da Escola Joanira del Castillo, pelo auxílio durante a fase final deste processo para que eu chegasse até aqui.

As professoras Elidete Bezerra e Simone Menezes, por seu apoio incondicional e pela amizade constante que fizeram a última permanência do doutorado em Araraquara possível, além do carinho dos meus colegas da Escola Estadual Igarapé da Fortaleza.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unesp/FCLAr, em especial e com todo o carinho aos professores João Carlos Zuin, Milton Lahuerta, Dagoberto Fonseca, Carlos Henrique Gileno, Marcelo Santos, Carla Martelli, Antônio Ianni Segatto, Maria Tereza Kerbauy, Renata Paoliello, Maria Chaves Jardim, Rafael Orsi, Ana Lúcia de Castro e Rodrigo Alberto Toledo, pela sólida formação reflexiva no campo das Ciências Sociais e por oferecer respostas para muitas das minhas perguntas na academia. Agradeço ainda às Professoras Ana Lúcia de Castro e Carla Gandini Gianni Martelli que, enquanto coordenadoras do Programa, sempre orientaram de forma eficiente e igualitária a todos, além de nos estimular a sermos alunos melhores no programa.

Ao meu orientador, Paulo Santilli, pelos debates ao ar livre que viraram orientações regadas a uma boa conversa e por despertar uma outra possibilidade de olhar a realidade pelas lentes da antropologia para um sociólogo. A ele, todo o meu carinho e consideração.

Aos representantes do poder público municipal no período de 2004 a 2019 e os empresários do comércio macapaense, pelo tempo e informações disponibilizadas.

Aos camelôs e ambulantes do comércio macapaense pelas informações experiências e histórias de vida compartilhadas.

Para o meu amor Arjunuyra Furtado, mulher de luta, uma guerreira que mesmo nos momentos mais críticos nunca deixou de me apoiar diante das crises que se avolumaram com a evolução deste trabalho e que muito me ajudaram a crescer e mudar completamente os meus conceitos sobre a vida, a parceria e o casamento. Dedico a ela todas as esperanças e sonhos desta nova realidade de minha vida e a certeza de meus sentimentos de amor e carinho por ela. Te amo muito, minha “titinha”!

A todos aqueles que não são citados nestes agradecimentos e nem por isso deixaram ou deixarão de ser lembrados por toda a minha vida, dedico esta Tese e a conclusão deste ciclo.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Invictus

Out of the night that covers me,
Black as the Pit from pole to pole,
I thank whatever gods may be
For my unconquerable soul.

In the fell clutch of circumstance
I have not winced nor cried aloud.
Under the bludgeonings of chance
My head is bloody, but unbowed.

Beyond this place of wrath and tears
Looms but the Horror of the shade,
And yet the menace of the years
Finds, and shall find, me unafraid.

It matters not how strait the gate,
How charged with punishments the scroll,
I am the master of my fate;
I am the captain of my soul.

William Ernst Henley (*1849 +1903)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo principal analisar o funcionamento do trabalho informal na região amazônica, partindo da investigação sobre os camelôs e ambulantes da cidade de Macapá, considerada como a “capital do meio do mundo”, cortada pela Linha do Equador. Para tanto, foi desenvolvida uma pesquisa de cunho histórico sobre o desenvolvimento da cidade enquanto foco de atração de massas de trabalhadores migrantes que, sem uma opção de desenvolvimento para além do ciclo minerador e do funcionalismo público, acabam por buscar seu lugar ao sol através de atividades que garantem a sua sobrevivência, principalmente com o processo de criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana no início da década de 1990 e a explosão demográfica que afeta a malha urbana da capital do Amapá desde então, com a expansão não só da área comercial, mas também da própria cidade com o fluxo migratório destinado para o lugar, resultando em novos bairros e áreas de ocupação desordenada na cidade. Em seguida foi feita a coleta de dados institucionais para visualizar como o poder público desenvolve políticas para o setor e por meio da pesquisa documental e bibliográfica – com ênfase ao Plano Diretor da Cidade de Macapá e ao Código de Posturas do Município – para estabelecer a relação dos agentes públicos com os trabalhadores. A Pesquisa de Campo foi realizada na Área Comercial da cidade, com ênfase nos chamados “empreendedores populares”, fruto de um processo de ressignificação dos camelôs e ambulantes de Macapá, resultado de um estudo comparativo de um intervalo de dez anos. Baseado inicialmente em uma ‘etnografia de rua’ e na condição de *flâneur*, foi desenvolvido um estudo do lugar e, posteriormente, aplicados questionários e entrevistas com os interlocutores. Foi percebido durante a etnografia as conexões estabelecidas entre os interlocutores, o papel das famílias, as relações de parentalidade e conterraneidade, a organização dos pontos/bancas e a forma de obtenção e circulação de mercadorias, bem como as formas ilícitas de permanência dos trabalhadores nos seus locais de trabalho manifestadas nas relações de suborno com as autoridades constituídas. Além disso, foi visualizada a relação com os ‘atravessadores’, que são fornecedores de mercadorias que vendem os produtos sem o recolhimento dos tributos e que são a ponta de um sistema complexo e subterrâneo de fornecimento de produtos importados feitos em países asiáticos vendidos em todos os camelódromos do Brasil. Este estudo aponta em seus resultados que o atual quadro de crise econômica global se reflete no crescimento em escala geométrica da informalidade como uma estratégia voltada para a garantia do trabalho ao mesmo tempo que o Estado se utiliza destas informações para ocultar a verdade sobre o desemprego e os problemas na criação de políticas públicas de emprego e renda que desemboca na invisibilidade de mais de 14 milhões de desempregados oficialmente registrados e 60 milhões de pessoas invisibilizadas na realidade do mundo do trabalho.

Palavras-chave: Informalidade na Amazônia. Etnografia de Rua. Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Conterraneidade, Mercadorias.

ABSTRACT

The main objective of this study was to analyze the functioning of informal work in the Amazon region, based on the investigation of street vendors and street vendors in the city of Macapá, considered as the “capital of the middle of the world”, crossed by the Equator. To this end, a historical research on the development of the city was developed as a focus for attracting masses of migrant workers who, without a development option beyond the mining cycle and civil servants, end up seeking their place in the sun through activities that guarantee its survival, mainly with the process of creating the Free Trade Area of Macapá and Santana in the early 1990s and the demographic explosion that has affected the urban fabric of the capital of Amapá since then, with the expansion not only of commercial area, but also the city itself with the migratory flow destined for the place, resulting in new neighborhoods and areas of disorderly occupation in the city. Then, institutional data were collected to visualize how the government develops policies for the sector and through documentary and bibliographic research - with emphasis on the Master Plan of the City of Macapá and the Code of Postures of the Municipality - to establish the relationship between public agents and workers. The Field Survey was carried out in the commercial area of the city, with an emphasis on the so-called “popular entrepreneurs”, the result of a process of resignification of the street vendors and street vendors in Macapá, the result of a comparative study of an interval of ten years. Based initially on a 'street ethnography' and as a flâneur, a study of the place was developed and, later, questionnaires and interviews with the interlocutors were applied. It was noticed during ethnography the connections established between the interlocutors, the role of families, the relationships of parenting and fellow countrymen, the organization of points / stalls and the way of obtaining and circulating goods, as well as the illicit forms of permanence of workers in their workplaces manifested in bribery relationships with constituted authorities. In addition, the relationship with 'middlemen' was seen, which are suppliers of goods that sell products without paying taxes and that are the tip of a complex and underground system for the supply of imported products made in Asian countries sold in all informal markets of Brazil. This study points out in its results that the current situation of global economic crisis is reflected in the growth on a geometric scale of informality as a strategy aimed at guaranteeing work, while the State uses this information to hide the truth about unemployment and the problems in the creation of public employment and income policies that result in the invisibility of more than 14 million officially registered unemployed and 60 million people invisible in the reality of the world of work.

Keywords: Informality in the Amazon. Street Ethnography. Macapá and Santana Free Trade Area. Fellow countrymen, Goods.

LISTA DE FOTOS

Foto 01 – Mapa da evolução histórica do Estado do Amapá -----	132
Foto 02 – Caracterização das Unidades da Federação segundo movimentos migratórios interestaduais 1986/1991 e 1991/1996 -----	136
Foto 03 – Caracterização das Unidades da Federação segundo movimentos migratórios interestaduais 2005/2010-----	138
Foto 04 – Localização de Macapá no Estado do Amapá-----	152
Foto 05 – IDH dos bairros de Macapá-----	161
Foto 06 – Barcos na região do Igarapé das Mulheres – 2013 -----	161
Foto 07 – Barcos na região do bairro Perpétuo Socorro - Macapá -----	162
Foto 08 – Primeira camada de asfalto na Rua Cândido Mendes no ano de 1960 -----	169
Foto 09 – Desfile de turbinas na Rua Cândido Mendes com a Av. Mendonça Jr. -----	169
Foto 10 – Loja Beirute N’América-----	175
Foto 11 – Mapa panorâmico dos Empreendedores Populares do centro de Macapá -----	181
Foto 12 – Aglomeração de Ambulantes e Camelôs em ponto de ônibus na Rua São José	192
Foto 13 – Ponto de ônibus na Rua São José onze anos depois -----	193
Foto 14 – Ambulante comercializando seus produtos na Rua São José -----	210
Foto 15 – Vendedor de tapioca na esquina da Rua São José com a Av. Antônio Coelho de Carvalho-----	211
Foto 16 – Barraca na Av. Cora de Carvalho -----	212
Foto 17 – Camelôs da Av. Cora de Carvalho-----	212
Foto 18 – Ambulantes na Av. Mendonça Jr.-----	213
Foto 19 – Artigos vendidos por ambulantes no chão da Av. Mendonça Jr. -----	214
Foto 20 – Banca na Av. Mendonça Jr.-----	215
Foto 21 – Banca de bolsas na Rua Cândido Mendes -----	216
Foto 22 – Ocupação de Ambulantes na Rua São José-----	217
Foto 23 – Venda de bolsas no Feirão Popular -----	220
Foto 24 – Parte frontal do Feirão Popular-----	221
Foto 25 – Mercado Municipal de Macapá em 2009 -----	224
Foto 26 – Mercado Municipal de Macapá em 2020 -----	225
Foto 27 – Banca móvel de conserto de relógios no Centro Comercial de Macapá -----	251
Foto 28 – Banca móvel no Centro Comercial de Macapá -----	254
Foto 29 – Fachada externa da ASTRACIME-----	292

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Saldo de vagas com carteira assinada 2001/2018 - Brasil -----	99
Gráfico 02 – Números do desemprego no Brasil 2012/2018 -----	100
Gráfico 03 – Trabalhadores que desistiram de procurar emprego -----	101
Gráfico 04 – Desalentados por Região – Brasil/2018-----	102
Gráfico 05 – Perfil do desalentado por condição no domicílio – Brasil/2018-----	103
Gráfico 06 – Local de origem dos entrevistados-----	231
Gráfico 07 – Renda anterior ao processo migratório -----	233
Gráfico 08 – Motivos de saída do lugar de origem -----	235
Gráfico 09 – Faixa etária dos entrevistados -----	240
Gráfico 10 – Tipo de união dos entrevistados (condição civil) -----	241
Gráfico 11 – Escolaridade dos entrevistados -----	242
Gráfico 12 – Emprego anterior -----	244
Gráfico 13 – Tempo de serviço anterior à informalidade -----	245
Gráfico 14 – Motivos para saída do emprego anterior -----	246
Gráfico 15 – Produtos comercializados pelos ambulantes no Centro Comercial de Macapá -----	252
Gráfico 16 – Principais atividades dos camelôs no Centro Comercial de Macapá -----	257
Gráfico 17 – A informalidade vista pelos interlocutores -----	265
Gráfico 18 – Razões para a informalidade-----	271
Gráfico 19 – Fiscalização da PMM na visão dos camelôs e ambulantes do Centro Comercial de Macapá - 2008-----	277
Gráfico 19 – Fiscalização da PMM na visão dos camelôs e ambulantes do Centro Comercial de Macapá - 2018-----	277
Gráfico 21 – Atuação da PMM no olhar dos camelôs e ambulantes do Centro Comercial de Macapá - 2008 -----	281
Gráfico 22 – Atuação da PMM no olhar dos camelôs e ambulantes do Centro Comercial de Macapá - 2018 -----	282
Gráfico 23 – Propostas dos camelôs e ambulantes para a regulação das suas atividades - 2008 -----	283
Gráfico 24 – Propostas dos camelôs e ambulantes para a regulação das suas atividades - 2018 -----	284

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Principais ações para a ocupação do Amapá (1943 – 1991) -----	134
Quadro 02 – População Amapaense 1940 – 2015-----	157
Quadro 03 – Variação populacional de Macapá (1940 – 2015)-----	158
Quadro 04 – Locais de comercialização dos Empreendedores Populares de Macapá ----	202

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ALC – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO
ALCMS – ÁREA DE LIVRE COMÉRCIO DE MACAPÁ E SANTANA
APA – ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
ASEA – ASSOCIAÇÃO DOS AMBULANTES AUTÔNOMOS E SIMILARES DO ESTADO DO AMAPÁ
ASPECOAMA – ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS EMPREENDEDORES DO COMERCIO MACAPAENSE
ASTRACIME – ASSOCIAÇÃO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO INFORMAL E MICROEMPRESÁRIOS
ATAIM – ASSOCIAÇÃO DE TRABALHADORES AUTÔNOMOS, INFORMAIS E MICRO-EMPRESÁRIOS DE MACAPÁ
AUMS – AGLOMERADO URBANO DE MACAPÁ E SANTANA
BASA – BANCO DA AMAZÔNIA S. A.
BCB – BANCO DE CRÉDITO DA BORRACHA
BID – BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO
BRUMASA – BRYUNZEEL MADEIRA S. A.
CAGED – CADASTRO GERAL DE EMPREGADOS E DESEMPREGADOS
CDL – CÂMARA DE DIRETORES LOJISTAS/MACAPÁ-AP
CEPAL – COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA
COPOM – CONSELHO DE POLÍTICA MONETÁRIA
CTPS – CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL
DIEESE – DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
EB – EXÉRCITO BRASILEIRO
ECA – ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE
ECINF – PESQUISA ECONOMIA INFORMAL URBANA/IBGE
FECOMÉRCIO – FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DO ESTADO DO AMAPÁ
FIPE – FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
GEA – GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ
GPA – GRANDES PROJETOS DA AMAZÔNIA
IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
ICMS – IMPOSTO SOBRE CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SERVIÇOS
ICOMI – INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MINÉRIOS S/A
IDH – ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO
ILD – INSTITUTO LIBERDAD Y DEMOCRACIA
INPA – INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS NA AMAZÔNIA
IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA
IPI – IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS
MBL – MOVIMENTO BRASIL LIVRE
MERCOSUL – MERCADO COMUM DO CONE SUL
MP/AP – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAPÁ
MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO
NAEA/UFPA – NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS DA AMAZÔNIA/UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
NAFTA – NORTH-AMERICAN FREE TRADING AGREEMENT
NEP – NOVA POLÍTICA ECONÔMICA
OIT – ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO
OMS – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE

PAC – PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO
PDSA – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO AMAPÁ
PDT – PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PEA – POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PM/AP – POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAPÁ
PMCMV – PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA
PMM – PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAPÁ
PNAD – PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRAGEM DE DOMICÍLIOS
PPGCS/UNESP – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
PREALC – PROGRAMA REGIONAL DEL EMPLEO PARA AMERICA LATINA Y CARIBE
PSB – PARTIDO SOCIALISTA BRASILEIRO
PSDB – PARTIDO DA SOCIAL-DEMOCRACIA BRASILEIRA
PSOL – PARTIDO SOCIALISMO E LIBERDADE
PT – PARTIDO DOS TRABALHADORES
RADAM – RADAR DA AMAZÔNIA
SEBRAE – SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO A PEQUENA E MICROEMPRESA
SECON/BEL – SECRETARIA MUNICIPAL DE ECONOMIA/BELÉM-PA
SEMAST – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E TRABALHO
SEMAT – SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO/MACAPÁ – AP
SEMDEC – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO / MACAPÁ – AP
SEMDUH – SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO E HABITACIONAL / MACAPÁ – AP
SEMIS – SECRETARIA ESTADUAL DE MOBILIZAÇÃO E INCLUSÃO SOCIAL/AP
SEMOB – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA/MACAPÁ
SEMUR – SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO URBANÍSTICA/MACAPÁ - AP
SETE – SECRETARIA ESTADUAL DE TRABALHO E EMPREENDEDORISMO/AP
SETRACI – SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E CIDADANIA/MACAPÁ – AP
SINE/AP – SERVIÇO NACIONAL DE EMPREGO DO AMAPÁ
SPVEA – SUPERINTENDÊNCIA DO PLANO DE VALORIZAÇÃO ECONÔMICA DA AMAZÔNIA
SUDAM – SUPERINTENDÊNCIA PARA O DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUFRAMA – SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS
SUS – SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
TFA – TERRITÓRIO FEDERAL DO AMAPÁ
UNIFAP – UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
URBAM – EMPRESA MUNICIPAL DE URBANISMO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E DEBATES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO	36
2.1 UM OLHAR SOBRE O TRABALHO	36
2.2 AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO NO LONGO SÉCULO XX	50
2.3 GLOBALIZAÇÃO E O DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO	61
2.4 INFORMALIDADE: SAÍDA PARA A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE DO TRABALHO?	83
2.4.1 Debates acerca do conceito de informalidade	84
2.4.2 Precarização do trabalho e informalidade	95
3 A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NA AMAZÔNIA: O AMAPÁ DE TERRITÓRIO FEDERAL A ESTADO DA FEDERAÇÃO	106
3.1 PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA	106
3.2 A DINÂMICA HISTÓRICO-SOCIAL DA AMAZÔNIA E SUAS PECULIARIDADES LOCAIS (AMAPÁ): UM PEQUENO ESBOÇO	122
3.3 DA AVENTURA DO MANGANÊS À ALCMS	139
3.4 MACAPÁ: UMA CIDADE EM EXPANSÃO	151
4 OS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ: RÉSULTS D'UNE FLÂNERIE CONSTANT	167
4.1 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE MACAPÁ	167
4.2 VISÕES DA ÁREA COMERCIAL DE MACAPÁ A PARTIR DA PRESENÇA DOS CAMELÔS E AMBULANTES	180
4.3 A FLÂNERIE NAS RUAS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ	190
4.4 OS CAMELÔS E AMBULANTES DA ÁREA COMERCIAL DE MACAPÁ	239
4.4.1 Faixa etária dos entrevistados	239
4.4.2 Família, escolaridade e informalidade	241
4.4.3 Empregabilidade anterior dos interlocutores	243
4.5 PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO DE MACAPÁ	247
4.6 RAZÕES PARA A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO INFORMAL	260
4.7 A RELAÇÃO DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL COM O PODER PÚBLICO	274
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	298
REFERÊNCIAS	305

1 INTRODUÇÃO

Ao leitor amigo, desejo que me perdoe, mas vou sair um pouquinho do rigor formal da linguagem acadêmica e objetiva em terceira pessoa para mostrar a minha relação com o objeto deste estudo com a minha vida em primeira pessoa.

A história deste estudo começou há 30 anos atrás, quando do retorno de minha mãe do seu último trabalho formal da cidade de Santarém/PA, para onde tínhamos ido de mala e cuia, pois o salário seria bom e daria para nos mantermos estudando – tinha 15 anos e estava ingressando no ensino médio – e meu padrasto poderia se manter como taxista na cidade, ou seja, uma atividade informal.

Infelizmente, as coisas não deram certo na cidade e acabamos retornando para Belém do Pará sem praticamente nada e minha mãe foi buscando formas de garantir o nosso sustento, para além do trabalho de taxista do meu padrasto e, desde muito cedo, fomos ‘educados’ – meus irmãos e eu, que sou o mais velho – para a importância que se tinha de ‘correr atrás da bola’, ou seja, de lutar e trabalhar para poder conquistar as suas coisas e manter as famílias.

Neste sentido, tive meu primeiro contato com o mundo do trabalho no açougue do meu tio ao lado de casa, onde ele pagava semanalmente e ainda levava restos de carne e ossos bovinos – e fazer ‘aquela’ sopa, como falamos em casa – para ajudar nas despesas da casa e ganhava meu próprio dinheiro, enquanto minha mãe fazia bolsas e tiaras e as vendia para os camelôs do Centro Comercial de Belém, principalmente para alguns de meus tios paternos e tirava o capital suficiente para montar mais bolsas e garantir a nossa alimentação, enquanto dormíamos nas esponjas que faziam os forros das bolsas espalhadas pelo chão.

Vendendo bolsas, minha mãe começou a pensar em montar uma banca no centro e resolveu ajudar a minha primeira namorada, colocando-a para trabalhar nela, o que não durou muito tempo. Como não podia deixar o ‘negócio’ da família sem ninguém, fui trabalhar no centro de Belém, passei a conhecer o universo dos camelôs e ambulantes da cidade e a admirar ainda mais os meus tios que lutavam todos os dias de sol e chuva para poder sobreviver.

Nas ruas da cidade, comi marmitta fria, corri de chuva e do ‘rapa’ da SECON/BEL e vi muitos protestos de meus amigos trabalhadores em nome da garantia de um lugar para trabalhar, isto em uma cidade que apresentava franco crescimento e os trabalhadores das ruas não podiam ficar sem um lugar para exercer as suas atividades. Não fiquei muito tempo nas ruas, pois minha mãe colocou um dos meus tios no meu lugar para que eu pudesse estudar e concluir o meu ensino médio. Em outros momentos de minha jovem vida de desempregado fui jornalista e vendedor de livros e revistas usados no chão da feira para ajudar a minha recém-constituída

família, até arrumar ocupação no trabalho formal no comércio como balconista, com carteira assinada e direitos assegurados, onde fiquei até entrar na universidade para a graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará, seguindo uma tendência de família, pois um tio muito querido – que se foi jovem – também o foi e muito me estimulou para a inquietação com a pesquisa social.

A experiência nas ruas – seja na informalidade, seja no trabalho formal do comércio – foi marcante na minha vida, pois despertou minhas inquietações sobre questões relativas ao mundo do trabalho e, mesmo formando na graduação com ênfase em Ciência Política – uma de minhas paixões –, o tema continuou persistente e passei a olhar a rua como um amplo campo de pesquisa para as Ciências Sociais – em especial o mundo do trabalho –, com todas as suas dinâmicas, seus sistemas relacionais e as formas de Socialidades estabelecidas.

Sabe-se que, no caso brasileiro, em especial nas últimas décadas, muito tem se debatido acerca da relação entre trabalho e sociedade. Essas discussões no campo teórico assumem importância num momento em que as crises cíclicas do capitalismo se evidenciam de maneira acirrada através dos novos processos de Socialidade trazidos pelos avanços tecnológicos que criam formas cada vez mais complexas e heterogêneas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais (SALVITTI et al. 1999; PERES, 2015; CARDOSO, 2019). A sociologia clássica elaborou uma vasta construção teórica sobre como tal processo se estruturou nas sociedades modernas, apontando a categoria trabalho como eixo central da dinâmica social gestada nos últimos três séculos, cujos reflexos podem ser observados atualmente em nível mundial. Porém, as reflexões daí resultantes passaram a polarizar-se diante do metabolismo acelerado ocasionado pela expansão capitalista e as contradições que esse sistema tem gerado.

Vale ressaltar que os impactos sociais e econômicos da economia global são mais cruéis nos países periféricos, como é o caso do Brasil. Nesses países, a exclusão do acesso a bens e serviços sociais expõe a população a todo tipo de exploração, notadamente através do crescimento do trabalho informal, no qual se percebe que as relações de trabalho e do reconhecimento deste como tal no seio da sociedade capitalista são permeadas por uma cadeia de situações que vão desde a falta do reconhecimento e da regularização de suas atividades por parte do poder público até a precariedade a qual é lançado o trabalhador deste setor, em especial com os trabalhadores das ruas, lançado à toda sorte de situações de invisibilidade, que vão desde o enfrentamento com os empresários até as formas de repressão dos agentes do Estado e como os consumidores dos seus produtos e serviços os veem.

Em 2003, quando me mudei para o Amapá, ao caminhar pelas ruas de Macapá – sua capital –, fui percebendo que existia uma dinâmica muito parecida com a que tinha visto nas

ruas da Belém da minha adolescência de trabalhador como camelô e jornalista na década de 1990. Este fato despertou em mim a necessidade de buscar explicações sobre o mundo do trabalho informal em uma cidade amazônica, mais precisamente sobre como funciona uma área comercial a partir do olhar sobre a vida dos camelôs e ambulantes que fazem parte da sua rotina, suas formas de Socialidade e organização, além da tensa relação entre estes trabalhadores e o poder público.

No Estado do Amapá – como em quase todos os estados brasileiros - existe uma grande quantidade de pessoas que fazem das ruas a sua rotina de vida em virtude da baixa oferta de emprego formal, fruto de um processo histórico no qual o Estado passou por fases de desenvolvimento e nestas, as oportunidades de geração de emprego e renda não atingiram a todos. Hodiernamente, políticas públicas são implementadas pelos poderes estadual e municipal para tentar solucionar o problema da inserção desta grande parcela da população que se encontra desfilhada¹, mas questiona-se a eficiência e eficácia de tais políticas, uma vez que a população de Macapá vive em condições precárias face a exígua capacidade de geração de políticas públicas de emprego e renda por parte do poder público do lugar.

Diante dos dilemas presentes no mundo do trabalho, as atividades informais passam a funcionar, em nosso entendimento, como uma válvula de escape ao problema do desemprego estrutural tão característico do capitalismo contemporâneo e na cidade de Macapá – localizada na linha do Equador – a realidade não é diferente. Neste sentido, em um estado com sérios problemas relacionados à formulação e implementação de políticas públicas tanto no campo econômico quanto no social, os trabalhadores devem procurar o seu lugar ao sol e garantir as mínimas condições para o sustento de suas famílias, o que faz do trabalho informal uma estratégia de sobrevivência para as famílias pobres da cidade, em especial as dos migrantes, que saem de seus respectivos lugares para escapar da miséria onde viviam.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2015), a população macapaense apresenta índices de crescimento populacional cada vez maiores em virtude da implementação, na década de 1990, da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, e o discurso que apregoava as possibilidades de emprego para aqueles que lá chegassem. As promessas de emprego não se concretizaram para a grande maioria desses migrantes, pois na cidade de Macapá há a predominância do emprego público e, via de regra, os cargos são preenchidos através de concursos. Obviamente que a mão-de-obra qualificada encontra maiores oportunidades neste espaço público. Entretanto, a população com baixa

¹ Conceito trabalhado por Robert Castel, extraído da obra *Metamorfoses da Questão Social* (1998).

qualificação para o mercado de trabalho é relegada a empregos menos qualificados ou às atividades de rua, como os camelôs e ambulantes presentes nos espaços de grande circulação da cidade.

Ainda segundo informações da Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETE, o mercado de trabalho na cidade de Macapá está estruturado em bases econômicas voltadas, principalmente, para o setor terciário, pois o setor industrial da cidade – localizado em uma zona periférica próxima ao município de Santana – se baseia no beneficiamento dos resquícios minerais vindos do interior do estado e o setor primário está voltado para a exploração da madeira, o aproveitamento do leito dos rios pelo setor oleiro e a agricultura familiar, onde os produtos são escoados ora para o exterior, no caso da madeira e os produtos industrializados, ora para o abastecimento interno, neste caso os produtos do setor oleiro e da agricultura familiar.

A ocorrência do considerável fluxo migratório direcionado ao município de Macapá nos últimos anos enseja a presença de um grande contingente de pessoas oriundas de várias regiões do interior do estado, das regiões das ilhas do estado do Pará e de estados da região Nordeste do Brasil. Em princípio supõe-se que, estas pessoas foram atraídas pelo discurso feito pelo poder público em torno do desenvolvimentismo sustentável e pela promessa de implementação de uma Zona Franca de Macapá e Santana, ocorridas no fim da década de 1990, durante o governo de João Alberto Capiberibe, com articulação feita no Senado Federal por José Sarney, mas tais promessas não se efetivaram, visto que até o presente, foi criada apenas a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana, que passou a atuar como um importante fator gerador de elevação no fluxo migratório para esta região, favorecendo a expansão desordenada do espaço, com o surgimento de novos bairros a partir da ocupação de grandes áreas desabitadas da cidade, onde o poder público demorou a implantar a infraestrutura básica para a criação das mínimas condições de vida para as populações do lugar.

De acordo com estudos de autores locais levantados para este trabalho, como os de Pinto (2003), Lima (1999) e Porto e Costa (2003), a ocorrência do considerável fluxo migratório para o município de Macapá, principalmente a partir do último quartel do século XX e início do século XXI. Segundo estes estudos, os migrantes foram sendo atraídos para o Amapá desde o eldorado do manganês nos fins da década de 1940, quando em virtude da necessidade de consolidação da estratégia varguista de integração nacional, Macapá foi alçada à condição de capital e seu interventor, Janary Gentil Nunes, surge com um plano ousado de urbanização da cidade, com vistas a receber um grande fluxo de pessoas.

Se retrocedermos um pouco na história recente, verificaremos que o atual Estado do Amapá já foi subordinado politicamente ao Estado do Pará e o seu desmembramento ocorreu em 1943, com a criação do Território Federal do Amapá e a exploração do minério de manganês pela ICOMI – Indústria e Comércio de Minérios S. A. mantidas pela multinacional norte-americana Bethlehem Steel Co. no período compreendido entre as décadas de 1940 e 1990 (PORTO, 2003; BRITO, 2001). Mais recentemente, com o esgotamento da exploração mineral, o Estado do Amapá, oficializado em sua condição pela Constituição Federal de 1988, passa por um processo de busca da implementação de uma Zona Franca de Macapá e Santana – voltada para a produção de eletroeletrônicos –, mas o que se obteve até o momento foi apenas a criação da ALCMS no final da década de 1990 (PORTO, 2003; SANTOS, 2002; SANTOS, 2016).

Para tanto, duas propostas surgem como formas de pontuar este debate e figurar como uma importante chave para fomentar um rumo estratégico para o estado: a criação, em 1997, da ALCMS e o Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA. Com a implementação destas duas políticas públicas no Amapá, o fluxo migratório voltou a crescer, pois no escopo do projeto de criação da ALCMS estava prevista a criação, a posteriori, de uma Zona Franca aos moldes do modelo preconizado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, ou seja, havia a esperança ilusória da criação de um polo industrial semelhante ao da capital amazonense e tal fato, até os dias atuais, não chegou nem perto de acontecer, mas a população migrante veio, ocupou o lugar e expandiu a cidade com o surgimento de novos bairros em Macapá.

Como aconteceu em situações semelhantes – caso das cidades paraenses de Abaetetuba, Barcarena, Parauapebas, Carajás, Tucuruí e a região de Serra do Navio, no Amapá, com a implantação dos chamados Grandes Projetos da Amazônia² - a ocupação do solo urbano passou a ser feita de forma desordenada e sem nenhuma infraestrutura, ocasionando focos de inchaço populacional nas cidades de Macapá e Santana a partir do crescimento das áreas de ocupação.

De acordo com Porto (2003) e Santos (2016), tanto no período da mineração como no processo de implantação da ALCMS, os fluxos migratórios apresentam alterações no espaço urbano amapaense. De acordo com Porto (2003), no ciclo de extração do manganês, os migrantes se dirigiam, além da capital, para as cidades de Serra do Navio e Santana³. Com a

² Os chamados Grandes Projetos da Amazônia consistem em uma ampla estratégia de intervenção do Estado brasileiro que consiste: na implantação de projetos de exploração mineral para a exportação de manganês, bauxita e ferro; no aproveitamento do potencial hidrelétrico dos rios amazônicos para a geração de energia que abasteça o sistema de beneficiamento dos minerais extraídos na região e uma parcela significativa do país, em especial as regiões Centro-Oeste e parte das regiões Nordeste e Sudeste.

³ Neste caso, de acordo com os estudos do geógrafo Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (1998), a Vila Amazonas, complexo residencial construído para abrigar o corpo de funcionários da ICOMI – incluindo o seu *Staff*

ALCMS, este movimento se dirige para a capital do Estado gerando um nível crescente de horizontalização na ocupação espacial, refletido na explosão de bairros nas zonas periféricas da cidade (LIMA, 1999; SANTOS, 2016). Se os migrantes não encontram problemas de fixação na terra, uma vez que na cidade de Macapá ainda existem grandes áreas que podem ser utilizadas para tal, o mesmo não se pode dizer com relação ao mercado de trabalho, face a exígua oferta de trabalho e emprego para todos no lugar.

No município de Macapá verificamos a presença de um significativo contingente de mão de obra qualificada. Este segmento da população possui o nível médio ou superior de ensino e normalmente as pessoas encontram-se alocadas no serviço público estadual e municipal. No outro lado da moeda, encontramos os trabalhadores com qualificação profissional atuando em empresas privadas, além dos profissionais liberais. No campo periférico desta realidade está um grande contingente de trabalhadores que, na maioria das vezes possuem baixa qualificação educacional ou profissional, no qual estes normalmente vão se valer do trabalho informal e fazem deste o seu meio de vida. Neste sentido, pode-se antecipadamente inferir que grande parte da mão-de-obra que migrou para a cidade de Macapá está inserida neste último contexto, pois são trabalhadores com baixa ou sem qualificação profissional que saíram de condições de extrema miséria no seu lugar de origem, não lhes restando outra opção senão aquela de aderir à informalidade como forma de sobrevivência individual e familiar.

Neste sentido, este estudo tem por objetivo analisar a relação existente entre os processos de expansão urbana e populacional e a realidade do mundo do trabalho na cidade de Macapá tendo como enfoque principal uma análise sociológica e antropológica que parta da relação entre o que pode-se chamar, grosso modo, de ‘círculo inferior da economia urbana’ (AMARAL, 2016), como o exercido pelos trabalhadores informais do lugar e o crescimento populacional promovido pelo último grande salto migratório, ainda ininterrupto, que é o que vem ocorrendo desde a criação da ALCMS na década de 1990 (SANTOS, 2016).

A análise partiu da percepção das mudanças ocorridas na cidade de Macapá com a inserção do contingente populacional migrante após a implementação da ALCMS nas atividades do mercado de trabalho informal, as relações econômicas presentes neste processo, sua relação com o discurso produzido para o desenvolvimento do Estado como um elemento

– abarca uma complexidade semelhante a da Vila dos Cabanos em Barcarena, ou seja, é uma *Company Town*, com uma realidade bem diferenciada do restante da cidade, pois esta era dotada de toda uma infraestrutura que fosse independente da então vila de Santana. Esta realidade é tão diferenciada que, com base em entrevistas informais, os doentes mais graves que não tinham a possibilidade de tratamento na cidade de Belém eram tratados no hospital da Vila, que hoje atende ao público em geral sob a forma de convênios médicos.

gerador de políticas públicas voltadas para atender aos anseios desta população no que diz respeito à geração de emprego e renda e a expansão urbana promovida pelo mesmo processo migratório que fez com que surgissem novos bairros na cidade.

A investigação também partiu do estranhamento que senti diante da imensa presença destes trabalhadores ditos ‘desqualificados’ nestes mercados a partir do crescimento da área comercial da cidade de Macapá, não em termos de ocupação espacial, uma vez que a estrutura comercial da cidade foi definida desde a década de 60, mas sim em termos da elevação de contingente humano nos setores periféricos às atividades comerciais, como os camelôs e vendedores ambulantes que atualmente superlotam algumas ruas do centro comercial. Neste cenário foi detectado também a ausência de participação do Estado na formulação e implementação de políticas que possam atender a esta parcela da população, uma vez que apenas recentemente a Prefeitura Municipal de Macapá - PMM realizou um processo de cadastramento destes trabalhadores, com a finalidade de legalizar a sua situação e fornecer uma mudança de status para empreendedor popular.

Neste sentido, o texto em tela tem como finalidade analisar a realidade do mundo do trabalho na cidade de Macapá tendo como enfoque principal uma análise sociológica que parta da relação entre o que vou chamar, grosso modo, de ‘trabalho periférico’, como o exercido pelos camelôs e vendedores ambulantes na área comercial da cidade e o crescimento populacional promovido pelo último grande salto migratório, ainda ininterrupto, que é o que ocorre a partir da criação da ALCMS na década de 1990.

Sendo assim, algumas indagações foram surgindo e me direcionaram para a obtenção das respostas a partir da realização de uma pesquisa de campo:

- 1) Que relação pode ser estabelecida entre a migração e o crescimento do mercado de trabalho informal em Macapá?
- 2) Quem é a população migrante que se inseriu no trabalho informal e ambulante da cidade de Macapá? Quais os caminhos percorridos por esta população? Em que termos se deu o processo migratório para Macapá? De onde migram as pessoas que se ocupam das atividades informais na cidade de Macapá?
- 3) Que estratégias são utilizadas por estes trabalhadores para suas inserções ou permanência no mercado de trabalho local? Em que redes sociais se inserem as pessoas que se dedicam ao trabalho informal?
- 4) Que tipo de Políticas Públicas são realizadas para atender as demandas específicas produzidas pela informalidade na cidade de Macapá?

Diante deste conjunto de situações levantadas como questões da pesquisa, fez-se necessária a elaboração de uma investigação que possibilitasse a construção de um conhecimento mais sistemático e, conseqüentemente, a construção de um estudo sobre os efeitos dos ciclos migratórios direcionados à cidade de Macapá e o crescimento do mercado de trabalho informal da cidade.

Além do envolvimento pessoal, o estímulo para esta pesquisa parte da condição de migrante e de sociólogo que visualiza o lugar em que se vive como uma importante fonte de pesquisa sociológica. É fato que as produções de trabalhos científicos sobre o cenário da pesquisa ainda são pouco exploradas, principalmente pelos estudiosos das Ciências Sociais locais e poucos ainda são os trabalhos direcionados para as questões relativas ao mundo do trabalho informal em Macapá.

Diante do exposto, as questões levantadas neste projeto foram percebidas diante do estranhamento produzido a partir da relação entre o fluxo intenso de migrantes e as formas de inserção dos mesmos no mercado de trabalho local, passaram a suscitar grande inquietação em torno da forma como o fenômeno migratório influencia no crescimento das atividades informais na cidade de Macapá que passam a funcionar como elementos norteadores de um ‘olhar’ socioantropológico que se configura a partir da prática da pesquisa e do estabelecimento de categorias de análise que possam explicar a construção do cenário de pesquisa.

A pertinência deste projeto que deu origem ao estudo em tela se deu no sentido de investigar os processos de inserção do trabalhador migrante no mercado de trabalho macapaense, mais especificamente no mercado de trabalho informal e o constante aumento destes trabalhadores que se deslocam dos seus locais de origem certamente embriagados pelo discurso produzido pelo estado que lhes promete uma vida melhor.

Não se deve deixar de considerar que um importante efetivo de mão-de-obra migrante encontra-se estabelecido no mercado formal de trabalho e no serviço público, mas o enfoque deste estudo é direcionado exclusivamente para o estudo dos trabalhadores migrantes inseridos no mercado informal, com ênfase nos trabalhadores ambulantes e camelôs do Centro Comercial de Macapá, no qual procurei compreender o crescimento do mercado de trabalho informal na cidade.

Desde 2000, no final do governo de João Alberto Capiberibe, é vendida a imagem de que Macapá é a capital de um estado novo, com grande potencial de riqueza e geração de emprego e como um exemplo de cidade em crescimento a partir, principalmente, do período de

transição da condição de Território Federal (1943 – 1988) para a condição de Estado da Federação (a partir de 1988)⁴ e da criação da ALCMS no final da década de 1990.

À título de informação, enquanto que na Amazônia Legal o processo migratório arrefeceu nos últimos vinte e cinco anos, segundo estimativas apuradas em 2015 do IBGE (SANTOS, 2016), as taxas de crescimento populacional no estado do Amapá continuam crescendo, pois giram em torno de 5,5%, enquanto que no restante do Brasil esta taxa oscilou entre 1,5% e 2%⁵. Daí a necessidade de se estudar sociologicamente os ciclos migratórios direcionados para a cidade de Macapá e o crescimento do mercado de trabalho informal e como estes influenciaram na expansão da cidade.

O fato é que, na cidade de Macapá, a mão-de-obra qualificada profissional ou educacionalmente atua em grande parte no serviço público e outros tipos de mão-de-obra são aproveitados no comércio local e no setor de serviços, mas uma parcela importante, constituída por migrantes com baixa ou nenhuma qualificação profissional ou escolar, acaba encontrando nas atividades do mercado de trabalho informal uma forma de sobreviver no cenário local e garantir o sustento de suas famílias.

Deve-se deixar claro aqui que não se está categorizando os trabalhadores informais como uma população desocupada, mas sim como um grupo de trabalhadores que ocupa uma das partes constituintes do mundo do trabalho local que viabiliza a circulação de mercadorias da mesma forma que o comércio formal, mas sem o incentivo governamental para o empreendedorismo, nova bandeira defendida pelos governos estaduais de Waldez Góes (2002-2009), Pedro Paulo de Carvalho (2009), Camilo Capiberibe (2010-2014) e novamente Waldez Góes (2015-2022) como política de geração de emprego e renda.

A pesquisa bibliográfica possibilitou um importante contato com o material que permitiu o aprofundamento teórico sobre o tema trabalhado. A revisão bibliográfica possibilitou que eu tivesse mais domínio não só em relação à categoria trabalho em seu caráter de informalidade, mas também as várias outras categorias de análise a serem visualizadas neste trabalho como etnografia, etnografia de/na rua, mudança social, globalização, migração, redes sociais, comunidade e interação social, onde autores como Adalberto Cardoso, Larissa Lomnitz, Claus Offe, Manuel Castells e Ricardo Antunes, entre outros foram de fundamental importância

⁴ No ano 2000, em entrevista no 'Programa do Jô', da Rede Globo de Televisão, o então governador João Alberto Capiberibe promoveu o estado do Amapá como um 'Estado Sustentável', a partir da implementação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA, onde colocou o estado como que em fase de crescimento e com capacidade para absorver um contingente migratório que pudesse auxiliar no desenvolvimento do estado.

⁵ Informações obtidas na pesquisa de Santos (2016), sobre a ideia de um Aglomerado Urbano de Macapá e Santana (AUMS), onde o pesquisador analisa como as migrações foram decisivas para a expansão da cidade, de forma a gerar zonas de conurbação que possibilitam a discussão da criação de uma Zona Metropolitana de Macapá.

para a construção teórica deste trabalho, além de autores que trabalham a realidade amazônica e amapaense, com destaque para os trabalhos de Daniel Brito, Maria José Jackson Costa, Maria Cristina Maneschy, Violeta Loureiro, Jadson Porto, Manoel Pinto, Antônio Sérgio Filocreão, Romário Santos e Ricardo Lima.

Gil ([1987] 2008) define a Pesquisa Social como um processo que permite a utilização da metodologia científica que permite a obtenção de novos conhecimentos sobre a realidade social. Com o objetivo de construir uma análise mais profunda sobre a realidade dos camelôs e ambulantes de Macapá, foi definida como abordagem metodológica o uso do método dialético.

De acordo com Konder (1991), o método dialético parte do princípio que a realidade social está submetida a um processo de constante mudança e que esta é resultante das contradições presentes na sociedade.

A doutrina formulada por Marx e Engels foi denominada ‘Materialismo Dialético’, no qual a expressão ‘materialismo’ se refere à teoria filosófica preocupada em destacar a importância dos aspectos econômicos para explicar a existência da sociedade capitalista. Além disso, destaca a importância dos seres objetivos como elementos constitutivos da realidade do mundo. No plano social, esses seres objetivos, concretos, formam a base material da sociedade. E essa base material é constituída pela estrutura econômica que garante a manutenção da existência coletiva.

A ‘dialética’, derivada do grego *dialektiké*, que significa a arte do diálogo, do debate, da discussão, serviu de base para os estudos de Marx e Engels. Eles utilizaram a dialética de Hegel (oposição das ideias) como base para formular sua própria concepção; segundo o marxismo a dialética é o modo de pensarmos as contradições da realidade, o modo de compreendermos a realidade como essencialmente contraditória e em permanente transformação.

A aplicação das teses fundamentais do materialismo dialético à realidade social deu origem à concepção materialista da história, também conhecida como materialismo-histórico marxista. O marxismo estabelece que o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e cultural. Além disso, o modo de produção engloba dois elementos básicos: as forças de produção e as relações de produção e como elas interferem na realidade de um lugar.

Sobre esta questão, Konder (1991) aponta a importância do olhar dialético, pois

Se eu estou empenhado em analisar as questões políticas que estão sendo vividas pelo meu país, o nível de totalização que me é necessário é o da visão de conjunto da sociedade brasileira, da sua economia, da sua história, das suas contradições atuais. Se, porém, eu quiser aprofundar a minha análise e quiser entender a situação do Brasil no quadro mundial, vou precisar de um nível de totalização mais abrangente: vou

precisar de uma visão de conjunto do capitalismo, da sua gênese, da sua evolução, dos seus impasses no mundo de hoje. e, se eu quiser elevar a minha análise a um plano filosófico, precisarei ter, então, uma visão de conjunto da história da humanidade (KONDER, 1991, p. 39).

De acordo com Goldmann (1986), a relação existente entre a sociologia e a história no que diz respeito ao estudo dos fenômenos sociais, onde cada um destes ramos do conhecimento faz uma leitura da realidade, mas que correm o risco de construir um conhecimento deformado destes mesmos fenômenos se não houver um conhecimento concreto da realidade e a busca constante da verdade.

Tal problema se coloca a partir do momento em que o cientista não busca a compreensão das especificidades presentes nos estudos sobre a sociedade (objeto de ambas), o que acaba por coisificar a sociologia e politizar a história, que acabam se tornando fins em si. Para Goldmann, a pesquisa científica necessita de liberdade e de independência para explicar o objeto da forma mais real e concreta possível, para que haja um caráter de verdade na construção do conhecimento, bem como a confirmação da relação intrínseca entre sujeito e objeto.

Neste sentido, o autor aponta a importância da erudição como forma de construir um trabalho mais rico em sua abordagem sobre o real, onde este dará um tratamento teórico mais elaborado ao analisar o objeto – neste caso, as transformações sociais – e poder-se-á produzir uma pesquisa científica que atenda a duas demandas específicas: o interesse do pesquisador sobre o objeto e a interferência desse objeto sobre a realidade social.

Segundo o autor, a consciência histórica fornece os meios necessários para superar a crítica do passado exercida pelo racionalismo e da projeção futurista do positivismo, onde a atitude dialética pode empreender uma síntese entre as duas utilizando “[...] o passado como etapa e caminho necessário e válido para a ação comum dos homens numa mesma classe no presente, a fim de realizar uma comunidade autêntica e universal no futuro” (GOLDMANN, 1986, p. 22).

Goldmann afirma que os seres humanos procuram na história as transformações da sociedade humana a partir das ações dos sujeitos no devir dialético, onde as ações humanas em todos os lugares e tempos são objetos da ciência histórica, na medida em que esta influencia na estrutura e na existência de uma comunidade humana, dando um caráter de identidade e pertencimento ao ser humano em comunidade, fator integrador e socializador do sujeito social.

Neste sentido, as ciências históricas devem focar um único objeto que é o estudo da vida social sob todas as suas formas, pois a vida social é o fator que se constitui como único valor comum que reúne todos os homens em todos os lugares e em todos os tempos,

diferenciando os estudos da história (compreender as ações dos homens) dos estudos das ciências físico-químicas (matéria não-animada), onde tal estrutura busca explicar a significação objetiva do caráter das ciências humanas diante de outros modelos científicos.

Ainda segundo Goldmann (1986), o método em ciências humanas parte do pressuposto de que estas se diferenciam das ciências naturais a partir do momento em que analisam a ação humana, sua estrutura, as aspirações que a animam e as alterações que ela sofre diante das transformações da vida social, vinculadas à consciência e a significação objetiva de seu comportamento e ações.

Complementando o pensamento de Goldmann (1986), Chagas (2011) indica que:

O método dialético [...] pressupõe, sim, dois momentos inseparáveis: a investigação (ou a pesquisa) e a exposição (ou a apresentação). A investigação, ou o método de investigação (*Forschungsmethode*), é o esforço prévio de apropriação, pelo pensamento, das determinações do conteúdo do objeto no próprio objeto, quer dizer, uma apropriação analítica, reflexiva, do objeto pesquisado antes de sua exposição metódica. E a exposição, ou o método de exposição (*Darstellungsmethode*), não é simplesmente uma auto-exposição do objeto, senão ele seria acrítico, mas é uma exposição crítica do objeto com base em suas contradições, quer dizer, uma exposição crítico-objetiva da lógica interna do objeto, do movimento efetivo do próprio conteúdo do objeto. A exposição é uma expressão (tradução) ideal do movimento efetivo do real, isto é, trata-se não de uma produção, mas de uma reprodução do movimento efetivo do material, do real, de tal modo que o real se “espelhe” no ideal (CHAGAS, 2011, p. 02-03).

Neste sentido, Goldmann (1986) aponta duas consequências: a primeira e de que o processo do conhecimento é um fato humano, histórico e social, onde sujeito e objeto interagem constantemente; a segunda se concentra na busca da realidade total e concreta, mesmo sabendo que não pode alcançá-la a não ser de forma parcial e limitada.

Para tanto, Chagas (2011) indica que

Reproduzir quer dizer aqui para Marx reconstruir criticamente, no plano ideal, o movimento sistemático do objeto, pois o objeto não é dado pela experiência direta e imediatamente. Requer aqui, portanto, um trabalho prévio de investigação (“escavação” e “garimpo”), de maturação do objeto, de sua captação com detalhes, de suas formas de evolução, de suas conexões íntimas, para depois expor adequadamente, sistemático e criticamente, a sua lógica interna; vale dizer, é preciso um esforço intelectual de investigação, de apropriação do conteúdo, de apreensão do movimento interno, efetivo, do real, e de exposição, de expressão, ideal desse conteúdo, para livrar-se do “envoltório místico”, da “crosta idealista”, extraindo o núcleo, o “caroço racional” de dentro das coisas, pois, afinal de contas, “a pérola não sai sozinha da ostra” (CHAGAS, 2011, p. 03).

A partir das obras “As Regras do Método Sociológico” de Durkheim, “Estudos sobre a Teoria da Ciência” de Weber e “História e Consciência de Classe” de Lukacs, o autor

empreende a sua crítica a falta de objetividade que está inteiramente ligada ao problema da ideologia. Para romper com esta visão, o autor propõe a busca de uma essência que existe em todos os fatos, para além da busca exaustiva por algo que pode ser explicado de forma concreta e sem pré-noções, pautado na forma realmente objetiva de olhar o objeto.

Goldmann (1986) alerta que, mesmo depois deste início vacilante da sociologia como elemento construtor de conhecimento, a mesma pôde produzir estudos sobre a sociedade e a ação humana, mas que depois de Weber, a Sociologia perde cada vez mais contato com a realidade a partir da separação entre o pensamento teórico e a investigação concreta, ou seja, a partir da separação entre teoria e prática. Neste sentido, o autor parte da visão de König onde a sociologia não mais compreende os fenômenos sociais, mas sim domestica os sujeitos sociais, atuando como uma reprodutora do *status quo* e não como uma ciência imparcial que busca a verdade.

Para Chagas (2011):

O método dialético de Marx não é um instrumento, uma técnica de intervenção externa do pensamento ao objeto, como que um caminho pelo qual o pensamento manipula, a partir de hipóteses exteriores, o objeto. O pensamento tem, na verdade, que se livrar de opiniões pré-concebidas, de conceitos externos ao objeto, de hipóteses que pairam acima dele, para nele mergulhar e penetrá-lo, considerando apenas o seu movimento, para trazer à consciência este trabalho da própria lógica específica do objeto específico (CHAGAS, 2011, p. 03).

Nas Ciências Sociais, as tensões entre grupos antagônicos servem para conferir a construção da realidade social como algo inerente aos resultados das lutas entre classes e da organização destas como instrumentos de transformação da realidade, livres de todo juízo de valor e pré-noções, afirmando e (re) afirmando o caráter da vida social relativa a construção do homem enquanto ser e fornecendo-lhe os mecanismos intelectuais necessários para viabilizar tal transformação.

A etnografia surge como um elemento decisivo na realização da pesquisa, pois ela faz parte de um conjunto de possibilidades metodológicas no campo da Pesquisa Social, que tem como característica marcante a utilização de métodos “[...] para descrever e explicar seus fenômenos”, fenômenos esses que estão intrinsecamente relacionados à realidade social, sendo essa definida como “[...] um conceito bastante amplo, que envolve todos os aspectos relativos ao homem em seus múltiplos relacionamentos com outros homens e instituições sociais” (SANTOS, 2013, p. 82).

De acordo com Cardoso de Oliveira (1988), se a abordagem etnográfica preconizava um ideal de transparência e factualidade na representação do outro, em que o nativo, sempre

passivo, era submetido a uma autoridade soberana, produtora de um texto (etnográfico) e uma voz (autoral) de caracteres monológicos, que não questionava o caráter da relação de poder entre os polos do observador e do observado, o diálogo e a polifonia substituíram, então, a autoridade do etnógrafo. O princípio da produção textual dialógica para Clifford (2016, p. 16):

[...] situa as interpretações culturais em diferentes contextos intercambiáveis e obriga os escritores a encontrar diversas maneiras de apresentar realidades, que são de fato negociadas, como intersubjetivas, cheias de poder e incongruentes. Nesta visão, “cultura” é algo sempre relacional, uma inscrição de processos comunicativos que existem, historicamente, entre sujeitos e relações de poder. Assim que o dialogismo e a polifonia são reconhecidos como modos de produção textual, a autoridade monofônica é questionada, aparecendo como uma característica de uma ciência que pretendeu representar culturas.

Neste sentido, um modelo que tem como premissa retirar a presença “excessiva” do autor, dando a ele uma condição relativa em relação à produção de conhecimentos sobre o outro. Não é mais um sujeito privilegiado, mas sim igualado ao nativo e tendo que falar sobre o que os iguala: suas experiências cotidianas. Com o aparecimento de novas formas de produzir conhecimento sobre os fenômenos sociais, o conhecimento limitado e separatista, ou melhor, disciplinar, deixou de atender as preocupações contemporâneas, dando lugar ao pensamento complexo, capaz de aceitar, entre outras coisas, a incerteza, a interdisciplinaridade e a dialogicidade. Desse ponto, verifica-se que a etnografia permite compreender as dinâmicas que regem as relações das sociedades contemporâneas. A possibilidade de o pesquisador reunir elementos da Antropologia e da Sociologia com o interesse de fortalecer o processo de pesquisa etnográfica, passa a ser cada vez mais evidente. As possibilidades da pesquisa etnográfica sendo variadas, acabam por posicionar o direcionamento do pesquisador para um campo interdisciplinar.

Apesar dos avanços metodológicos e conceituais que afastaram a ciência antropológica, a partir do início do século XX, das concepções dos pensadores da segunda metade do século XVIII, que tinham como programa “[...] explicar as diferenças e as semelhanças, as origens e as evoluções das sociedades” (COPANS et al [1971], 2015, p. 23), a Antropologia e o método etnográfico ainda permaneciam presas às algumas concepções colonizadoras, como, por exemplo, a autoridade do pesquisador em relação aos “seus nativos”.

Nos anos de 1960, em um momento de crise, pensou-se que a pesquisa de campo desapareceria em função do processo de descolonização que transformava os “nativos” em cidadãos de nações independentes (PEIRANO, 1992).

Para Sanches (1999),

O etnógrafo era alguém que instituía a sua autoridade não só pelo trabalho de campo que praticava, mas sobretudo pelo modo como o fazia, escrevendo e encenando as suas certezas através de estratégias retóricas e estilísticas, marcando através do presente etnográfico a distância não só espacial, mas também temporal, que o separava do outro que era descrito ou transformado em mero objecto (SANCHES, 1999, p. 202).

Por muito tempo, os antropólogos prezaram pela fidelidade ao formato razoavelmente uniforme e aparentemente natural do texto etnográfico – carregado de certos tabus estilísticos. Partindo do pressuposto de que a narrativa é, também, um evento social e não um texto fixo, James Clifford e George Marcus, em 1986, publicaram um trabalho chamado de *Writing Culture* – traduzido na língua portuguesa como ‘A escrita da cultura: poética e política da etnografia’, marcando uma mudança radical na escrita etnográfica. Após essa publicação, evidenciou-se que várias situações históricas e culturais podem ser escritas de formas literárias diversas e que cabe ao etnógrafo buscar uma forma retórica – de visão e escrita – mais ampla do que a utilizada no período clássico.

A metáfora entendida como uma figura de linguagem e uma forma estilística que altera o sentido de uma palavra quando substituída por outra. Ela se revela, na Antropologia, como um recurso nos processos de expressão, interpretação e comunicação do significado das experiências. Nesse ponto, a narrativa etnográfica clássica que tinha como base o rigor científico derivado do rigor matemático acabava por caricaturar as sociedades por ela descrita, através de sinónimos “[...] mistificadores, aos quais se procura em seguida dar um estatuto científico. São **primitivas, arcaicas, atrasadas, tradicionais, sem escrita, sem maquinismo,** etc.” (COPANS, 1971, p. 34 – grifo do autor).

Então, se o método etnográfico visa produzir um conhecimento abstrato sobre padrões de organização (práticos e simbólicos) do mundo social que não sejam absolutamente estranhos ao “nativo”, até que ponto esse método constrói uma narrativa em que o ator social se reconheça nela, como parte dela e do mundo narrado por ela?

Sabe-se que dependendo dos referenciais utilizados, todo paradigma tem implicações ontológicas, epistemológicas e metodológicas importantes, que explicam o funcionamento da realidade e do que é cognoscível. Do ponto de vista epistemológico, cada paradigma nos permite fazer uma leitura do que é conhecimento do senso comum.

Dito isso, o ato de pesquisar, hoje, implica numa contínua co-construção, coprodução e cocriação do conhecimento em que o pesquisador é apenas mais um ator nesse processo cognitivo. Nesse sentido, cabe principalmente ao pesquisador a sensibilidade de perceber a

importância de outros atores no artesanato intelectual. Para Moraes e De La Torre (2006, p. 151), é desse diálogo “[...] que depende a construção de um saber relacional, contextual, gerado nas interações que acontecem entre ambos, a partir da realidade que os cerca”.

Essa dimensão dialógica faz com que reconheçamos a importância do diálogo entre pesquisa quantitativa e qualitativa, pois apesar do pensamento científico atual adotar certo distanciamento de enfoques quantitativos, adotando pontos de vista de natureza qualitativa, Sandin Esteban (2003) considera que muitos trabalhos da área da Pesquisa Social reconhecem um amplo consenso em relação à possibilidade de integração de métodos, porém, há que cuidar para que todo enfoque integrador ou multimetodológico seja usado de maneira cautelara, evitando a utilização de métodos de maneira desordenada. Além disso, o autor nos adverte sobre o fato de que toda e qualquer interação depende da natureza do objeto do conhecimento e da finalidade do estudo, logo, é preciso reconhecer que o caráter dialógico e complexo que envolve os interlocutores analisados e é a incerteza que é o ponto-central de uma proposta etnográfica que tenha como base o paradigma complexo, pois

[...] no contexto do pensamento complexo a metodologia etnográfica se sujeita ao imprevisto e ao inesperado, colaborando com o fortalecimento da incerteza. É por essa razão que as pesquisas que adotam a etnografia como metodologia precisam levar em consideração a ocorrência do imprevisto, por mais que elas sejam conscientes e planejadas. Isso demonstra que a incerteza pode ser considerada como um dos pressupostos básicos do processo de construção do conhecimento das Ciências Sociais (SANTOS, 2013, p. 95).

A importância da etnografia nesse processo se dá pelo fato de que quase sempre que o utiliza está interessado em participar da realidade que pretende explicar, fortalecendo a existência de uma interatividade que se preocupa em compreender as relações das partes com o todo. Desse modo, a interatividade e a complexidade na etnografia implicam na compreensão da necessidade de se problematizar o objeto de estudo dos pesquisadores que valorizam a prática da pesquisa social.

Também, fortalecer a prática etnográfica nos leva a reconhecer a presença da incerteza nas ações da pesquisa, revelando-nos que em um contexto de pesquisa complexo, a realidade social é influenciada pela instabilidade e pelas mudanças, que nos estimulam reconhecer que somos seres interdisciplinares em relação às mudanças no campo científico.

A etnografia é uma estratégia de ação interdisciplinar para o pensamento complexo que ocorre a partir das constantes interações entre os diferentes objetos de estudo envolvidos com o conhecimento científico. É a partir dessa compreensão que fica evidente a necessidade da dialogia em pesquisas realizadas no âmbito de disciplinas como a Antropologia e a Sociologia,

constituindo-se em oportunidade para a compreensão do novo, exigindo o reconhecimento da diversidade cultural no modo como as competências humanas evoluem em diferentes contextos do mundo globalizado.

Para o desenvolvimento desta pesquisa em dois momentos – 2006/2009 e 2016/2020 – foi construída uma ‘etnografia de passagem’. Beatriz Cardoso de Oliveira (2017, p. 44) aponta que a figura do *flâneur*, diferente do *blasé* visto por Simmel, indica uma figura que circula pela cidade como um “[...] explorador da multidão urbana [...]” que “[...] mantém uma grande capacidade e sensibilidade de discriminação dos elementos urbanos”.

Na visão desta autora, a etnografia de passagem serve como um mecanismo diferenciado de percepção do urbano, onde o pesquisador – atuando como um *flâneur* – busca conhecer, a partir de uma perspectiva de observação flutuante sensível sobre o local. Este cenário metodológico interessante está presente na visão de Pétonnet ([1982] 2008, p. 99 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2017, p. 46) que consiste em “[...] permanecer disponível, em não mobilizar a atenção sobre um objeto preciso”, onde o observador procura visualizar e interagir com os cenários de forma a perceber o seu funcionamento. Em uma perspectiva mais ampla ao pensamento de Pétonnet, Rocha e Eckert (2003; 2013 apud CARDOSO DE OLIVEIRA, 2017, p. 46) propõem ao pesquisador a produção de uma etnografia de rua, na qual “[...] a *flânerie* torna-se, para o etnógrafo, modo privilegiado de “experienciar” e de conduzir suas investigações na ambiência urbana”.

Esta forma do fazer etnográfico se caracteriza pelos “[...] Deslocamentos marcados por uma forma de apropriação dinâmica da vida cidadina, mas cuja apreensão pauta-se pela frequência sistemática do etnógrafo a uma rua ou uma avenida, um bairro ou uma esquina, etc” (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 5).

Cabe ao pesquisador buscar no processo as relações de reciprocidade e Socialidade no local pesquisado e a etnografia *de/na* rua funciona como uma forma de apontar o continuum dialético existente nos espaços urbanos a partir da perspectiva do *flâneur*. Cabe ressaltar que, ao produzir uma etnografia *de/na* rua (DURHAM, 1986; OLIVEN, 1985), além de se estabelecer um estudo antropológico *na* cidade, se faz uma antropologia *da* cidade, pois o *flâneur* – neste caso a minha postura no campo – se propõe a compreender como a cidade se organiza a partir do olhar, do contato e da interação com os grupos constituintes do espaço pesquisado.

O caminhar pela cidade confere ao pesquisador a construção de uma antropologia e de uma dialética das ruas através das situações vivenciadas durante o processo como o movimento de carros e pessoas, as paisagens e seus elementos, formas de construção de

relações sociais e econômicas, cheiros e sabores, cores e marcas dos tempos no lugar, no qual a cidade se espalha aos olhos do pesquisador a partir de seus elementos, fragmentos e fraturas que a demarcam e a identificam por meio do cruzamento com as pessoas das ruas, sejam elas passantes ou, no caso deste estudo, de camelôs e ambulantes e clientes, já que

[...] o ato simples de andar torna-se estratégia para igualmente interagir com a população com as quais cruzamos nas ruas. *Habitués*, frequentadores, ou simples passantes, todos eles convidam o etnógrafo a perfilar personagens, descrever ações e estilos de vida a partir de suas performances cotidianas. E todos são bons momentos para se re-traçar os cenários onde transcorrem suas histórias de vida e, a partir deles, delinear as ambiências das inúmeras províncias de significados que abrigam os territórios de uma cidade (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 5).

Dessa forma, fez-se necessária uma abordagem dos diversos aspectos que envolvem o mundo do trabalho, as práticas sociais geradas no seio da sociedade capitalista em suas contradições e dinamicidade, concebendo a realidade como uma construção humana e, portanto, passível de mudanças a partir do conflito de interesses dos diferentes atores sociais que interagem no contexto social da rua e uma discussão sobre o papel da informalidade na sua realidade, além de buscar relacionar os elementos motivadores do processo migratório dentro de uma sociedade em crescimento, procurando dar voz a um segmento invisibilizado pela sociedade, pelo Estado e pelo próprio mundo do trabalho.

Na sua primeira fase, a pesquisa de campo foi realizada no Centro Comercial da cidade de Macapá a partir da minha *flânerie* nas ruas da cidade com a participação dos camelôs e ambulantes em ruas que apresentam uma maior concentração de trabalhadores, como as Avenidas Antônio Coelho de Carvalho, Mendonça Júnior e Cora de Carvalho, além das praças Veiga Cabral, Jacy Barata (Zagury) e Barão do Rio Branco, além das cercanias do Mercado Central de Macapá e nas Ruas Cândido Mendes e Independência, Tiradentes e São José. Além disso, foram feitas incursões no campo institucional em locais como o Sistema Nacional de Emprego – SINE, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, entidades ligadas ao governo estadual e municipal.

Na sua segunda fase, a pesquisa foi realizada a partir de uma nova *flânerie* nas mesmas ruas, onde foram percebidas situações de Socialidade entre os trabalhadores muito próximas dos padrões vistos por Elias e Scotson (2000) na sua *Winston Parva*, quando os limites traçados entre nativos, estabelecidos e outsiders estão bem demarcados e definidos no espaço do centro, mas de uma forma diferenciada no seu tratamento, pois as relações de trabalho são construídas através de relações de compadrio e conterranealidade – em especial entre os camelôs – que vi no momento em que percebi na expansão das bancas uma relação empregatícia não-remunerada

baseada na confiança e da conexão de redes sociais, com o estabelecimento de laços dos donos das barracas/bancas com pessoas da sua zona de proximidade ou de ligação com a terra de origem. Além disso, outros cenários surgiram no campo da pesquisa, como o Feirão Popular – fruto de pressão da opinião pública e dos ambulantes sobre a Prefeitura Municipal de Macapá – PMM – em virtude dos atos repressivos contra os ambulantes em julho de 2009.

Nas duas fases da pesquisa, foram construídos os dados presentes na pesquisa a partir de uma divisão em duas etapas: em um primeiro momento, me aproximei dos camelôs e ambulantes nas suas bancas/bancas, consumindo alguns de seus inúmeros produtos e serviços e procurando conversar com eles sobre os mais variados assuntos, estabelecendo, com o passar do tempo, uma relação de confiança, pois ainda nos dias atuais os trabalhadores ainda recebem a figura de um pesquisador com desconfiança e medo de que seja um agente público.

No decorrer da investigação, algumas dificuldades foram enfrentadas e apontamos como uma das principais o processo de aproximação com os trabalhadores. Este processo demandou a criação de uma relação de confiança com os mesmos, pois eles temiam que a pesquisa fosse feita para os agentes do poder público, que então teriam condições de agir com um maior rigor em relação às áreas localizadas. Outro fator que dificultou a realização da pesquisa está relacionado à obtenção dos dados institucionais. Na primeira fase da pesquisa, a PMM não dispunha de dados sobre os camelôs e ambulantes do Centro Comercial, o que só foi possível em 2018, quando ocorreu o cadastramento e, finalmente, um mapeamento institucional do lugar, o que facilitou – e muito – a segunda fase da pesquisa.

Como forma de apresentar os resultados da pesquisa, organizei este estudo em três capítulos.

No primeiro capítulo foi construído um percurso teórico sobre a concepção de trabalho no seio do sistema capitalista e como este veio incrementando novas formas de inserção na sociedade, desde a ideia de transformar o que antes era uma atividade considerada como uma tortura – *tripalium* – até ser um elemento ontológico no seio da sociedade.

Para tanto, é feito um debate sobre o conceito de trabalho sob a ótica do pensamento marxiano e marxista⁶, as mudanças no sistema produtivo ao longo do século XX e os debates sobre a questão da centralidade do trabalho enquanto uma questão sociológica fundamental nestes tempos de globalização, desenvolvimento de novas tecnologias de produção, modelos

⁶ Defino *marxiano* a partir do estudo das obras de Marx e Engels como fonte direta de análise e *marxista* como os resultados das leituras, análises e debates sobre as transformações econômicas, políticas e sociais da sociedade tendo como base os conceitos desenvolvidos por eles.

políticos de sustentação das elites e novas formas de trabalho no início do século XXI, onde se buscam alternativas para a crise no mundo do trabalho.

Esta parte finaliza analisando o papel da informalidade no mundo do trabalho, desde os estudos de Hart (1972; 1973) no Quênia e em Uganda, passando pela visão institucional de De Soto (1987) sobre os trabalhadores informais no Peru até a forma como a informalidade atua no Brasil, como uma resposta criativa da população pobre do país para a questão da falta de emprego, baseado nos estudos de Cacciamali (1991) e Machado da Silva (2002).

No segundo capítulo foi feita uma análise sobre os processos de ocupação da Amazônia, mais centralizados no processo de criação do Território Federal – depois estado - do Amapá e sua inclusão no cenário global a partir da entrada dos chamados grandes projetos da Amazônia com a extração do minério de manganês pela Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI. Um outro destaque neste capítulo vem do crescimento da capital do estado, Macapá, a partir do *boom* migratório em três grandes momentos: a instalação da ICOMI, a estadualização e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, onde visualizamos que o crescimento desordenado acarretou o processo de periferização na realidade local.

O terceiro capítulo analisa o desenvolvimento histórico da cidade de Macapá, a partir do seu Centro Comercial, considerando um olhar sobre a realidade aqui vivenciada que, apesar de reproduzir em muito a realidade da maioria das cidades da Amazônia, guarda particularidades que são condições-chave para se compreender fenômenos como relações de trabalho, migração, socialidade, conterraneidade, redes sociais, processos de circulação de mercadorias e as redes ilícitas que sustentam os trabalhadores em seus locais de trabalho tratados neste estudo se apresentam.

Apresentei também os resultados da pesquisa de campo realizada com os trabalhadores com o fim de visualizar o perfil do trabalhador informal da cidade de Macapá, as relações dos camelôs e ambulantes com os representantes do poder público e empresários, o tipo de políticas destinadas pelo poder público para a Área Comercial de Macapá, com ênfase no público-alvo da pesquisa e como estas mesmas políticas são vistas por eles, lembrando as mudanças ocorridas a partir dos atos repressivos de 2009 e como elas atingiram os trabalhadores. Este capítulo é encerrado com uma análise sobre o papel das associações de trabalhadores na realidade dos camelôs e ambulantes, dando enfoque aos aspectos histórico, político e propositivo das mesmas. Além disso, foi feita uma análise sobre as tensas relações existentes entre os representantes das Associações e os representantes do poder público e a forma como o trabalhador percebe a atuação das associações junto ao Poder Público.

2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES E DEBATES SOBRE O MUNDO DO TRABALHO

Para iniciar o debate sobre as formas de trabalho na contemporaneidade, faz-se necessário que se possa discutir o universo do mundo do trabalho capitalista contemporâneo, o qual se observa uma múltipla processualidade, pois se de um lado verificou-se uma relativa desproletarização do trabalho industrial fabril nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do terceiro mundo, com uma redução da classe operária tradicional, paralelamente se efetuou uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir da enorme expansão do assalariamento no setor de serviços, onde verificou-se uma significativa heterogeneização do trabalho, pois vivencia-se também uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, subcontratado, informal, flexibilizado, “terceirizado” e precarizado, cujo mais brutal resultado dessas transformações é a expansão sem precedentes na era moderna do desemprego estrutural, que atinge o mundo em escala global (ANTUNES, 2005; 2009; ALVES, 1999; 2011; DAL ROSSO, 2011; HARVEY, 1992; RANIERI, 2016; CARVALHO, 2016; TRINDADE, 1998; PINTO, 2012).

2.1 UM OLHAR SOBRE O TRABALHO

O trabalho, enquanto categoria de análise, é indissociável do processo de formação histórica da humanidade. Na visão de Marx (2011), a história da realização do ser social objetiva-se através da produção e reprodução de sua existência, ato social que se efetiva através do trabalho.

Na sua obra seminal, “O Capital”, Marx (2011) faz uma interessante reflexão sobre a importância do trabalho humano como diferenciação da atividade animal. Segundo ele, é o trabalho que diferencia as qualidades específicas do homem frente aos demais seres do reino animal e promove estratégias de Socialidade diferenciadas das demais espécies. Este fato ocorre porque o ser humano constrói mentalmente o objeto que busca obter, antes de partir de sua construção das suas condições materiais de existência. Por isso, os animais podem ter atividade ou uma espécie de programação genética para a manutenção e perpetuação da espécie, mas só o homem trabalha em um sentido consciente, pois o trabalho implica um sentido de pré-ideação e consciência da ação.

Marx pressupõe o trabalho

[...] numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia.

Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente.

Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo seu próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas próprias forças físicas e mentais (MARX, 2011, p. 327 – 328).

Graças a esta qualidade especificamente humana, chamada de teleologia, isto é, a capacidade que o homem tem de colocar finalidades conscientes em seus atos que o ser humano passa a transformar a natureza de acordo com a sua necessidade.

Para tanto, Marx (2011) faz uma análise crítica do pensamento dos fisiocratas como Jean-Batiste Say e das teses de Adam Smith e David Ricardo, que serviram como alicerces para o pensamento econômico liberal, ao afirmar que a lei da oferta e da procura determina o valor do trabalho no capitalismo, uma vez que, em virtude do caráter mutante e dominante desta modalidade de sistema econômico, os capitalistas sempre apresentam um maior poder de barganha nas relações econômicas estabelecidas entre as classes antagônicas – neste caso, entre burguesia e proletariado –, pois as necessidades dos trabalhadores são falsamente colocadas como mais urgentes do que a dos capitalistas, uma vez que os primeiros vivem da venda de sua força de trabalho em troca de um salário. O que está oculto na relação, em verdade, é o estabelecimento da necessidade de aquisição de mercadorias e garantia de sobrevivência do trabalhador, ao passo que os capitalistas passam a produzir um grande exército industrial de reserva com o claro objetivo de manter o controle total sobre o salário e sobre o trabalhador.

Para ele, o trabalho é fundamental para a existência e Socialidade do ser humano em todas as eras e assume um papel fundamental para o dever ser do homem, já que:

[...] o trabalho, como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável a existência do homem - quaisquer que sejam as formas de sociedade -, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza e, portanto, de manter a vida humana. Nesta dimensão genérica, o trabalho tem um significado essencial no universo da sociabilidade humana (MARX, 2011, p. 50).

O trabalho é uma das mais importantes categorias de análise no campo de estudos das Ciências Sociais. Mas este cenário foi sendo construído, principalmente, com o desenvolvimento do sistema capitalista em sua velocidade avassaladora e do poder estabelecido do sistema sobre a humanidade e a organização das sociedades humanas.

Neste sentido, torna-se necessário analisar o processo de mudanças na produção capitalista e suas transformações, tanto no campo social quanto nos campos econômico e cultural, pois o desenvolvimento da forma trabalho nesta sociedade moderna e urbana, produzida com o avanço do capitalismo como organizador da sociedade, trouxe consigo novas formas de Socialidade em um contexto tão complexo que a produção teórica sobre esta categoria se apresenta de forma dividida a tal ponto que as transformações ocorridas no mundo do trabalho desde a crise do liberalismo e a ascensão do neoliberalismo têm desafiado as Ciências Sociais a se atirar em uma incursão analítica mais profunda neste campo, com o objetivo de buscar novas formas de compreender como as sociedades tem se organizado no século XXI a partir das mudanças no mundo do trabalho.

O sistema capitalista é aquele pelo qual o capital e tudo o que dele advém é de propriedade privada, sendo administrado pelos seus detentores e tendo como objetivo principal a sua contínua reprodução. Neste sentido, entende-se o Capital como o conjunto heterogêneo de riquezas voltadas para a obtenção de novas riquezas e que se reproduz de forma contínua e ininterrupta, uma vez que o sistema capitalista tem na circulação e na reprodução o seu centro dinâmico, pois “[...] a circulação é, em si mesma, um momento da produção, já que o capital só se torna capital por meio da circulação” (FRANCO JR.; CHACON, 1991, p. 110)⁷.

Em seu manuscrito “O papel do trabalho na transformação do macaco em homem”, Engels faz a seguinte afirmação em sua elucubração introdutória, “Toda riqueza provém do trabalho”, asseguram os economistas. “E assim o é na realidade: a natureza proporciona os materiais que o trabalho transforma em riqueza. Mas o trabalho é muito mais que isso: é o fundamento da vida humana” (ENGELS, 1990, p. 07).

Com base em uma análise das teorias evolutivas de Darwin e tecendo um debate com as teorias de Morgan, Engels aponta que o desenvolvimento de características como a linguagem e o trabalho servem como forma de garantir a consolidação de laços societários entre

⁷ Cabe ressaltar que, na contemporaneidade, em virtude do predomínio do modelo de acumulação flexível (HARVEY, 1992), a esfera produtiva gira em torno das demandas estabelecidas pela sociedade de consumo. O comércio informal das ruas, praças e pequenos estabelecimentos, fruto destes estudos de Tese, atende a uma determinada demanda imposta pela sociedade industrial, onde a produção é voltada para o atendimento das necessidades do sistema capitalista e massifica o produto de baixa qualidade como ‘popular’ e os ditos de qualidade mais ‘elevada’ são voltados para as classes sociais mais abastadas e com maior poder econômico, reforçando o abismo social entre as classes.

os indivíduos. Para ele, a fusão das duas características serve para que se construam os agrupamentos humanos, já que

Por outro lado, multiplicando-se as circunstâncias e contingências da atividade em comum para mútuo auxílio e as vantagens para cada indivíduo, o desenvolvimento do trabalho contribui enormemente para que os homens consolidassem seus laços societários. Numa palavra, os homens num determinado momento de sua evolução tiveram necessidade de fazer algo uns aos outros, dessa necessidade nasceu o órgão vocal: pouco a pouco, mas sem interrupção, a laringe do macaco, em estágio apenas incipiente, foi se modificando através de modulações que por sua vez produziam modulações mais perfeitas e as articulações da boca evoluíam no mesmo ritmo ampliando o número de sons articulados (ENGELS, 1990, p. 37).

Mesmo com essas duas singularidades, trabalho e linguagem, identificadas por Engels como força motriz para o desenvolvimento das sociedades humanas, ele também vaticina que a partir dos processos de separação da propriedade privada e da acumulação, o ser humano passou a se diferenciar do outro e constituir-se em classes. Na visão de Engels, a propriedade privada acaba “[...] transformando-se como seu desenvolvimento na ausência de toda a propriedade por parte dos trabalhadores, vindo toda a riqueza a concentrar-se inteiramente nas mãos de quem não trabalha” (ENGELS, 1990, p. 10).

Em seus Manuscritos, Marx faz a seguinte denúncia sobre este processo:

O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja a vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destrocada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia (MARX, 2004, p. 98-99).

Se formos buscar a concepção de trabalho, vamos notar que ela esteve sempre ligada a uma visão negativa, pois desde o Velho Testamento Bíblico a atividade de trabalho era encarada como uma atribulação ou castigo. No livro de Gênesis, por exemplo, Adão e Eva viviam felizes até que o chamado pecado original⁸ provoca a expulsão do paraíso e a condenação deles ao trabalho até o fim dos seus dias. Disse Jeová a Adão:

⁸ Segundo o livro bíblico de Gênesis (origem), Jeová criou todas as criaturas da terra e por último criou o ser humano segundo a Sua imagem e semelhança. Coube ao primeiro homem, Adão, e a primeira mulher, Eva, cuidarem do Jardim do Éden (paraíso). Segundo o livro, Jeová permitiu que os dois pudessem comer de todos os frutos de todas as árvores do jardim, exceto uma, que viria a conter todo o conhecimento do bem e do mal. Ainda segundo o livro de Gênesis, a serpente – tomada pela influência de Lúcifer – convenceu Eva a comer do fruto da árvore proibida e esta convenceu seu companheiro a fazer o mesmo. Quando ambos tomaram consciência do seu ato de desobediência, passaram a ocultar-se de Jeová e, quando Ele os viu cobrindo suas genitálias com folhas, percebeu que haviam perdido a sua pureza e desobedecido a sua ordem principal. Como salário do pecado, ele os condenou à morte depois de uma vida de dor, sofrimento e penúria, onde viveriam do sal da terra e do suor do seu rosto, fechando as portas do paraíso aos humanos e os relegando a vida na terra.

Pois tu destes ouvidos à voz de tua mulher e comestes do fruto da árvore, de que eu tinha ordenado que não comesse; a terra será maldita por causa da tua obra: tu tirarás dela o teu sustento à força de trabalho (...). Tu comerás o teu pão no suor do teu rosto (BÍBLIA, GÊNESIS 3, 17-19, 2008).

Etimologicamente, a palavra trabalho vem do vocábulo latino “*Tripaliare*”, do substantivo “*Tripalium*”, que designava um aparelho de tortura formado por três paus, ao qual eram atados os condenados e que também servia para manter presos os animais difíceis de ferrar. Daí a associação inicial do trabalho com tortura, sofrimento, pena, labuta. Na antiguidade greco-romana, todo trabalho manual era desvalorizado por ser feito por escravos. Em Roma, é significativo o fato de a palavra de origem latina “*negotium*” indicar a negação do ócio, pois ao enfatizar o trabalho como “ausência de lazer”, distingue-se o ócio como prerrogativa dos homens livres.

Na Idade Média, o trabalho era tarefa dos servos. É sabido que a riqueza da aristocracia feudal e da Igreja provinha da propriedade territorial imóvel, através dos tributos que os servos-camponeses estavam obrigados a pagar para continuar tendo direito ao usufruto das terras senhoriais. Nos interstícios da sociedade feudal a partir dos séculos X, XI e, sobretudo do século XIII, cresce a burguesia mercantil, cuja riqueza é expressa em dinheiro, um bem móvel.

Para a burguesia mercantil, a riqueza dependia de sua capacidade de empreender, de gerar cada vez mais dinheiro em circulação, e esta é a sua razão de ser. Para ela, não interessa o ócio, pois é da negação do ócio, do “*negotium*” que ela vive: a preocupação de ampliar seus negócios impede a burguesia a se interessar pelo conhecimento das técnicas que tornem possíveis aumentar a gama de produtos que comercializa no mercado. Todo esse processo vai culminar com a revolução industrial dos séculos XVIII e XIX, com advento do mundo das máquinas, sobretudo da máquina a vapor. A máquina não é propriedade de todos, mas daqueles que conseguiram concentrar o capital em suas mãos⁹ e vai ser usado para ampliá-lo.

Neste período histórico já podemos delinear claramente duas classes sociais: a burguesia e o proletariado. Marx pode enxergar na história da humanidade o que quase nenhum outro historiador tinha visto até então: a exploração constante da classe dos trabalhadores pela classe

⁹ A Acumulação primitiva de capital trata do processo de acumulação de riquezas ocorrido na Europa, entre os séculos XVI e XVIII, a partir do desenvolvimento do mercantilismo bulionista proporcionado pelas potências ibéricas. Este processo de acumulação teve por base: o tráfico de escravos africanos, a usurpação das terras das terras dos nativos das Américas, o saque de metais preciosos, a política protecionista da metrópole em relação as suas manufaturas e o monopólio do comércio pela metrópole, ou seja, uma riqueza maldita, ao custo do sangue, do suor, das lágrimas e das almas de milhares de seres humanos (GALEANO, 1981).

dominante. Marx percebeu também que entre essas duas classes havia uma constante luta, a “luta de classes”, que faz toda a história se mover.

A forma mais moderna da exploração do trabalho que move a luta de classes é o capitalismo, baseado na propriedade e na riqueza concentrada nas mãos de uns poucos. O resto da população tem mãos só para trabalhar; mãos cheias de trabalho, de calos, de suor; vazia de riqueza, de bens, de felicidade.

O trabalho não nasceu com o sistema capitalista. A moderna forma de exploração do trabalho é o resultado do aperfeiçoamento do sistema de produção de mercadorias e dos processos de afastamento e estranhamento entre o trabalhador e o objeto do seu trabalho, ocasionado por um constructo ideológico e alienante que possibilita o controle político e social dos indivíduos, que condiciona o corpo para as atividades produtivas e a mente para a obediência, onde o trabalhador acredita que nasceu, crescerá e morrerá sob a égide da ideologia do sistema capitalista que transforma o trabalho humano em uma mercadoria.

Segundo os corolários marxistas, o trabalho é um elemento fundamental na socialidade humana, pois os indivíduos se socializam e constroem por meio das interações com o outro e a transformação da natureza a sua própria subjetividade, pois de acordo com o pensamento marxista o processo de trabalho parte da interação entre o homem e a natureza e dessas interações partem todos os processos de formação humana, a partir do desenvolvimento das atividades econômicas, pois para Marx

[...] a economia humana traduz-se em uma teoria das objetivações dos produtos do trabalho, das objetivações de si mesmo e das objetificações (a esfera subjetiva de objetificação das personalidades) dos sujeitos humanos na história, uma tríade sempre definida e condicionada por outra, aquela composta por trabalho estranhado (alienado) – troca (apropriação de excedente) – propriedade privada, melhor compreendida sob a forma: divisão do trabalho-propriedade privada-troca (RANIERI, 2016, p. 139 - 140).

Para Antunes (2005), o trabalho, além de uma variante econômica, atua também como um fator de humanização do ser social, confirmando o postulado marxista de que o trabalho é um fruto da evolução das sociedades humanas através da história, pois sendo um sujeito histórico, o ser humano é o elemento construtor da própria história e:

O trabalho mostra-se como momento fundante de realização do ser social, condição para sua existência; é o ponto de partida para a humanização do ser social e o ‘motor decisivo do processo de humanização do homem’. Não foi outro o significado dado por Marx ao enfatizar que: ‘Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana’. Esta formulação

permite entender o trabalho como ‘a única lei objetiva e ultra-universal do ser social; ou seja, trata-se também de uma lei histórica, à medida que nasce simultaneamente com o ser social, mas que permanece ativa apenas enquanto esse existir (ANTUNES, 2005, p. 68).

A primeira discussão sobre o trabalho como elemento fundamental dos processos de socialidade humana está presente nos Manuscritos Econômico-Filosóficos (MARX, 2004), onde podemos encontrar

[...] de forma ainda incipiente, alguns dos principais elementos que Marx desenvolveria em sua crítica posterior à Economia Política, que culmina na escrita d’*O Capital*, especialmente no que diz respeito à concepção da alienação do trabalho no modo de produção capitalista. A partir de sua análise da contradição entre capital e trabalho, característica da sociedade capitalista que lhe serve de objeto, pode-se inferir, simultaneamente, o caráter fundamental do trabalho na teoria social de Marx e o modo como ele compreendeu a situação específica do trabalho na sociedade capitalista (CARVALHO, 2016, p. 83).

Como explicar esse fenômeno singular de que no mercado nós encontremos um grupo de compradores, que possuem terras, maquinaria, matérias-primas, e meios de vida, coisas essas que, exceto a terra, em seu estado bruto, são produtos do trabalho e, por outro lado um grupo de vendedores que nada tem a vender senão sua força de trabalho, os seus braços laboriosos e cérebros? Como se explica que um grupo compre constantemente para realizar lucro e enriquecer-se, enquanto o outro grupo vende constantemente para ganhar o pão de cada dia? A investigação desse problema seria uma investigação do que os economistas chamam de “acumulação prévia ou originária” (o mesmo que acumulação primitiva), mas que deveria se chamar expropriação ou usurpação original e veremos que a mesma não é senão uma série de processos históricos que resultam na decomposição da unidade originária existente entre o homem trabalhador e seus instrumentos de trabalho.

Ranieri (2016) aponta elementos para a lógica que o trabalho exerce sobre a vida humana no contexto do materialismo histórico, pois para ele o trabalho

[...] não é sinônimo de mera elaboração de produtos. Ele é, diferente disso, uma profunda capacidade de tomar o universo exterior a partir de sua própria lógica e, então, incorporar essa lógica a toda e qualquer necessidade humana, necessidade que surge como algo intrinsecamente consciente – o trabalho é abstração, ou seja, mediação entre ser humano e natureza por intermédio da consciência que, nesse caso, deixa de ser, como acontece no caso dos animais, fenômeno marginal para atuar como o fenômeno central da relação entre consciência e ambiente (RANIERI, 2016, p. 94).

Uma vez consumada a separação ente o trabalhador e os seus instrumentos de trabalho, o trabalhador fica como única estratégia de sobrevivência vender a sua força de trabalho aos

donos dos meios de produção, o trabalho se torna compulsório, e aí surge como alienação; pois o produto final não pertence ao trabalhador, e sim ao capitalista, sendo tanto o produto quanto à força de trabalho transformados em mercadorias estranhas ao trabalhador, pois aquele que produz um objeto para uso pessoal cria um produto, mas não uma mercadoria (MARX, 2004).

Para Marx:

Um ser só se considera autônomo, quando é senhor de si mesmo, e só é senhor de si, quando deve a si mesmo seu modo de existência. Um homem que vive graças a outro, se considera a si mesmo um ser dependente (...), “A alienação aparece no fato de que o meu meio de vida é de outro, que meu desejo é a posse inacessível de outro, como no fato de que cada coisa é outra que ela mesma, que minha atividade é outra coisa, e que finalmente, (e isto é válido também para o capitalista), domina em geral o poder desumano. A destinação da riqueza esbanjadora, inativa e entregue ao gozo, cujo beneficiário atua, de um lado como um indivíduo somente instável, que desperdiça suas energias, que considera o trabalho escravo alheio, suor sangrento dos homens, como presa de suas apetites, e que, por isso considera o próprio homem (e com isto a si próprio) como um ser sacrificado e nulo (o desprezo do homem aparece, assim, em parte como arrogância, como esbanjamento daquilo que poderia Prolongar centenas de vidas humanas, e em parte com a infame ilusão de que o seu desperdício desenfreado e incessante, seu consumo improdutivo condicionam o trabalho e, por isso, a subsistência dos demais) (MARX, 2004, p. 28).

Neste sentido, Marx sintetiza toda a desumanidade e indecência do sistema capitalista, apontando o desenvolvimento do trabalho assalariado, onde o salário nada mais é do que uma denominação do preço da força do trabalho, cedida temporariamente ao capitalista na qual o trabalhador produz excedente, sobretrabalho e mais-valia¹⁰ para o dono do capital. Ao analisar o sistema de trabalho compulsório imposto pelo capital ao trabalhador, Marx desenvolve o conceito de mais-valia, que seria uma forma de expropriação do trabalhador do real valor do seu trabalho pelo capitalista. Em seus Manuscritos, Marx explica esta dinâmica de ganho do capital sobre o trabalhador:

Suponhamos agora que a quantidade média diária de artigos de primeira necessidade imprescindíveis à vida de um operário exija 6 horas de trabalho médio para a sua produção. Suponhamos, além disso, que estas 6 horas de trabalho médio se materializem numa quantidade de ouro equivalente a 3 xelins. Nestas condições, os 3 xelins seriam o preço ou a expressão em dinheiro do valor diário da força de trabalho desse homem. Se trabalhasse 6 horas diárias, ele produziria diariamente um valor que bastaria para comprar a quantidade média de seus artigos diários de primeira necessidade ou para se manter como operário. [...] Mas o nosso homem é um obreiro assalariado. [...] Ao comprar a força de trabalho do operário e ao pagá-lo pelo seu valor; o capitalista adquire, como qualquer outro comprador, o direito de consumir ou usar a mercadoria comprada. A força de trabalho de um homem é consumida, ou

¹⁰ Sobretrabalho é considerado como um período extra de trabalho no sistema capitalista que não constitui nenhum acréscimo de valor para o trabalhador, cuja produção é revertida para o capitalista. Mais-valia entende-se como a diferença entre o valor final da mercadoria produzida e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho, base do lucro no sistema capitalista.

usada, fazendo-o trabalhar; assim como se consome ou se usa uma máquina fazendo-a funcionar. Portanto o Capitalista, ao comprar o valor diário, ou semanal, da força de trabalho do operário, adquire o direito de servir-se dela ou de fazê-la funcionar durante todo o dia ou toda a semana (MARX, 2004, p. 88-89).

Esta aparência enganadora distingue o trabalho assalariado das outras formas históricas de trabalho. Dentro do trabalho assalariado, até o trabalho não remunerado parece trabalho pago.

Para tanto, Marx faz um brilhante paralelo entre o sistema assalariado, o escravista e o feudal. Na sua análise, o trabalho assalariado, por apresentar um processo de compra e venda e consequente pagamento da força de trabalho, esconde todo um sistema de aviltamento e exploração, ao contrário do trabalho escravo que, por não apresentar nem num contrato de compra e venda da força de trabalho, aparenta ser dado de graça, mas Marx afirma que pelo menos uma pequena parte da sua força de trabalho é paga, pois o senhor de escravos tem de alimentar e manter vivo o seu cativo. É claro que Marx com isso não pretendia justificar este infame, degradante e desumano sistema escravista, fazendo apenas uma análise comparativa para poder enquadrar a nova modalidade de trabalho proposta pelo sistema capitalista como uma versão alienada da escravidão, uma escravidão moderna.

No sistema feudal, a exploração se dava a partir das chamadas relações de vassalagem. Por exemplo, o servo trabalhava três dias para si na sua própria terra, ou na que lhe havia sido atribuída, e nos três dias seguintes realizava um trabalho compulsório e gratuito na propriedade de seu senhor. Assim as duas partes do trabalho, a paga e não paga aparecerem visualmente separadas, no tempo e no espaço. Mas este processo não é tão diferente do trabalho assalariado, pois tanto faz uma pessoa trabalhar três dias na semana para si na sua própria terra e outros dias de graça na gleba do senhor, como trabalhar diariamente na fábrica ou oficina, 06 horas para si e 06 horas para o capitalista. No primeiro caso, o trabalho não remunerado é visivelmente arrancado pela força; no segundo, através de um contrato de compra e venda, parece entregue voluntariamente. Daí Marx chegar à seguinte conclusão: “[...] pedir uma retribuição justa, na base do sistema de salário, é o mesmo que pedir liberdade na base do sistema da escravatura” (MARX, 2004, p. 87-88).

Antunes (2009) aponta que o sistema capitalista busca formas de se manter como o modo de produção dominante que aprofunda o abismo entre as classes sociais, pois

O capital operou, portanto, o aprofundamento da separação entre a produção voltada genuinamente para o atendimento das necessidades humanas e as necessidades de autorreprodução de si próprio. Quanto mais aumentam a competição e a concorrência intercapitais, mais nefastas são suas consequências, das quais duas são

particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal subordinada aos parâmetros do capital e do sistema produtor de mercadorias. “Consequentemente, por mais destruidor que seja um procedimento produtivo em particular, se produto é lucrativamente imposto ao mercado ele deve ser recebido como expressão correta e própria da ‘economia’ capitalista (ANTUNES, 2009, p. 28).

Para Heller (1985; 1991), o trabalho tem que ser apreendido em seu duplo aspecto: como execução de um trabalho que é parte da vida cotidiana e como atividade de trabalho, como uma objetivação diretamente genérica, ou seja, ela não aborda o cotidiano dos trabalhadores a partir de seu locus de alienação. A autora diz que Marx se serve dos dois termos distintos para melhor caracterizar esta dimensão dupla do trabalho: Work e Labour. O primeiro (Work) realiza-se como expressão do trabalho concreto, que cria valores de uso socialmente úteis (trabalho do ser genérico)¹¹. O segundo (labour) expressa a execução cotidiana do trabalho, convertendo-se em sinônimo de trabalho alienado.

Hannah Arendt faz uma análise interessante na obra “A Condição Humana”. Para a autora, o ‘labor’ é o processo biológico necessário para a sobrevivência do indivíduo e da espécie humana. O ‘trabalho’ é a atividade de transformar coisas naturais em coisas artificiais. Para ela, o trabalho é uma atividade que o homem impôs a sua própria espécie e, sendo assim, é o resultado de um processo cultural. Fala ainda que a ‘ação’ é a necessidade do homem em viver entre os seus semelhantes e sua natureza é eminentemente social, onde o ser humano, por meio de regras de Socialidade que o permitem aprender e apreender aspectos da vida em sociedade. Estes três conceitos se relacionam para construir o conceito de ‘vita activa’, que significa na visão antiga ‘ocupação’, ‘inquietação’, ‘desassossego’. De acordo com Arendt (1995), o labor é pré-requisito do trabalho, pois ele produz a matéria para incorporá-la ao organismo, o trabalho a produz para que esta seja usada na produção de outros objetos e é na troca de produtos – intermediada pelo valor de troca – que se dão as relações humanas. Seguindo este princípio, atividades econômicas que envolvem trocas sociais como o escambo e o Kula podem servir de exemplos para ilustrar esta ideia de Arendt.

Neste sentido, o trabalho (work), como criador de valores-de-uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. Nesta dimensão genérica, o trabalho tem um significado essencial no universo de Socialidade humana. O trabalho alienado (labour), assume a forma de um estranhamento do homem com o produto de

¹¹ Nos termos marxianos, ser genérico é entendido como ser consciente, que vive a efetividade humana de forma unilateral. É um ser que se relaciona consigo mesmo como gênero vivo, universal e livre.

seu trabalho e é entendido como a existência de barreiras sociais que se opõem ao desenvolvimento da individualidade em direção realização humana. No desenvolvimento do capitalismo, ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico potencializou as capacidades humanas, fez emergir crescentemente o fenômeno do estranhamento, na medida em que esse desenvolvimento das capacidades humanas não produz necessariamente o desenvolvimento de uma individualidade cheia de sentido, mas ao contrário, pode desfigurar ou aviltar a personalidade humana (ANTUNES, 2009).

Antunes (2005) aponta que o trabalhador não deve ser visto apenas como um mero elemento gastador e reproduzidor do sistema, já que o trabalho atua para este como um meio de subsistência e um meio de sobrevivência da sociedade humana, e o processo de pauperização criado pelo capital e pelo mercado acarreta no estranhamento do ser humano em relação ao próprio trabalho, uma vez que:

Se na formulação marxiana o trabalho é o ponto de partida do processo de humanização do ser social, também é verdade que, tal como se objetiva na sociedade capitalista, o trabalho é degradado e aviltado. Torna-se estranhado. O que deveria se constituir em finalidade básica do ser social - a sua realização no e pelo trabalho - é pervertido e depauperado. O processo de trabalho se converte em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se, como tudo, uma mercadoria, cuja finalidade vem a ser a produção de mercadorias. O que deveria ser a forma humana de realização do indivíduo reduz-se à única possibilidade de subsistência do despossuído. Esta é a radical constatação de Marx: a precariedade e perversidade do trabalho na sociedade capitalista. Desfigurado, o trabalho torna-se meio e não 'primeira necessidade' de realização humana. Na formulação contida nos manuscritos, '[...] o trabalhador decaiu a uma mercadoria e à mais miserável mercadoria', torna-se 'um ser estranho a ele, um meio de sua existência individual' (ANTUNES, 2005, p. 55).

Esta forma de estranhamento soa, no pensamento marxiano, como uma forma de alienação total do resultado do seu trabalho, pois o trabalhador não se sente reconhecido na mercadoria produzida. Isto significa dizer que, sob o domínio do capitalismo o trabalhador repudia o trabalho. Não se satisfaz e se degrada em estar nele. Não se reconhece no resultado do seu trabalho, mas se nega enquanto realizador da tarefa,

Daí que o trabalhador só se sinta junto a si fora do trabalho e fora de si no trabalho. Sente-se em casa quando não trabalha e quanto trabalha não se sente em casa. O seu trabalho não é, portanto, verdadeiramente voluntário, mas na realidade compulsória. Por conseguinte, não há satisfação de uma necessidade, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele (ANTUNES, 2009, p. 57).

Na visão de Heller (1991), o ser social estranhado frente ao produto do seu trabalho e frente ao próprio ato de produção da vida material torna-se um ser estranho frente a ele mesmo, ou seja, o homem estranha-se ao próprio homem e se torna estranho em relação ao próprio

gênero humano, pois “[...] o homem se converte em um simples meio para outro homem, um meio para satisfação de seus fins privados, de avidez” (ANTUNES, 2009, p. 123). Não se verifica o momento de identidade entre o indivíduo e o gênero humano, isto é, o homem vivendo para si mesmo conscientemente como gênero, mas o seu contrário.

Neste sentido, tudo o que se tem na concretude do capitalismo é reificado e as relações ontológicas fundamentais são postas de cabeça para baixo, uma vez que os indivíduos se transformam em meros objetos (coisas, mercadorias), ao invés do trabalho como atividade vital, momento de identidade entre o indivíduo e o ser genérico, tem-se na sociedade regida pelo capital, uma forma de objetivação do trabalho, onde as relações sociais estabelecidas entre os produtores assumem conforme disse Marx, a uma forma de uma relação fantasmagórica entre coisas (MARX, 2004; 2011).

Segundo Carvalho (2016), as contradições existentes no cenário moderno entre o capital e o trabalho são percebidas no momento em que se faz um diagnóstico do estranhamento que caracteriza a relação entre trabalho e produção dentro do modo de produção capitalista. Para o autor, os elementos contraditórios desta relação são cruciais para compreender a forma pela qual o sistema capitalista se consolidou como elemento dominante no fazer social.

A partir dos processos de mudança da natureza de acordo com as necessidades do capital e não do ser humano, a sociedade passa a viver sob o *modus operandi* determinado pelo sistema que consiste na exploração dos recursos naturais de forma a produzir mercadorias que possam ser negociadas e onde se atribuem um determinado valor e uma necessidade de consumo para estes produtos, onde o trabalhador vende a sua força de trabalho como uma mercadoria sem saber o seu verdadeiro valor em troca de um salário que compra estas mesmas mercadorias e sem se reconhecer como o mais importante elemento do sistema, pois sem o trabalho vivo não haveria forma de se conceber a produção capitalista, mesmo que o sistema busque formas de manter a maximização dos lucros com a redução dos quadros de trabalhadores e a formação de imensos exércitos de reserva que vendem seu trabalho em troca de formas cada vez mais sofisticadas de expropriação como a terceirização e a flexibilização, que produzem a precarização do trabalho e condicionam o trabalhador a seguir – de forma alienada e sem questionar – as determinações do sistema.

Para complementar este quadro, Franca (2007), quando ele aponta que, na verdade,

[...] a necessidade de controle do trabalho na cooperação simples surgiu desde que trabalhadores foram colocados num mesmo lugar, sob comando de capitalistas. Estes procuraram fazer o uso mais intenso da força de trabalho, enquanto o trabalhador procurou impedir que essa intensidade fosse tão exaustiva que o impedisse de vendê-la novamente. [...] Todo capitalista, ao adquirir mercadoria – força de trabalho –

procura extrair o máximo proveito dela. É desse uso da força de trabalho – seja pela intensidade, seja por meio de uma inovação tecnológica – que o capitalista obterá ganhos em relação ao capital empregado na produção. [...] Não interessa a nenhum capitalista receber no final do processo de produção o mesmo valor investido no início e esse antagonismo fundamental, mesmo tendo aparecido na origem da produção capitalista, não deixa de estar na base da produção contemporânea (FRANCA, 2007, p. 73 – 74).

Ainda no campo desta forma de visão, percebe-se que todo o discurso introjetado pelo sistema de liberdade individual transforma-se em um grande engodo, uma vez que a liberdade individual é só aparente, pois o particular elege os objetos de suas necessidades e plasma essas necessidades individuais não em conformidade com sua personalidade, mas sobretudo em conformidade com o lugar que ocupa na divisão do trabalho, dado que o fim não é o desenvolvimento múltiplo do indivíduo (HELLER, 1991; ANTUNES, 2009).

Pode-se dizer que há, portanto, no plano da produção e reprodução material uma dupla dimensão da luta contra a alienação e o estranhamento sob o capitalismo: aquela que visa o questionamento do próprio modo de produção e extração da mais-valia e aquela que possibilita ao indivíduo que trabalha, utilizar seu horário de não trabalho, seu tempo liberado, visando a concretização de uma experiência mais cheia de sentido, não coisificado pela manipulação do capital.

Antunes (2005; 2009) aponta que a emancipação do trabalho alienado não se confunde com o tempo livre ou liberado, mais sim com uma nova forma de trabalho, que realize em sua integridade a efetividade humana, o livre desenvolvimento das individualidades, a plena realização e emancipação do ser social. E talvez teremos o homem total, aquele apto a desenvolver suas múltiplas potencialidades; livre da alienação, da especialização, fragmentação do trabalho, com possibilidade de acesso as suas reais necessidades, tanto materiais quanto imateriais, e aí seja provável, que teremos aquele homem, ou melhor, dizendo, aquele ser humano (para englobar todo o gênero); o qual o velho Marx sonhava; de ter “oportunidade de hoje fazer uma coisa e amanhã outra; caçar pela manhã, pescar à tarde, cuidar dos animais ao anoitecer e até fazer crítica” (MARX, 1998, p. 108).

Para isso, Antunes apresenta como categoria importante a ampliação do conceito marxiano de classe trabalhadora para as questões relativas ao desenvolvimento do trabalho contemporâneo na ideia de classe-que-vive-do-trabalho¹². Antunes propõe uma ampliação do

¹² Termo utilizado por Antunes (2005; 2009) para designar a totalidade daqueles que vendem sua força de trabalho, não se restringindo apenas ao trabalho manual direto, ou seja, aquele produz diretamente mais-valia (ainda que ele encontre seu núcleo central), incorporando também o trabalho que produz mais-valia, mas que não são diretamente manuais (trabalhadores que realizam atividades nas fábricas, mão criam diretamente valor), e os trabalhadores improdutivos (serviços público e privado, bancos, comércio, turismo, etc.), acompanhados, naturalmente, dos que

espectro sobre a visão da classe trabalhadora na atualidade, que parta de uma concepção mais complexa de trabalho. Esta noção, segundo ele, não implica somente na totalidade de homens e mulheres assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho, mas também da incorporação da totalidade do trabalho social, ou seja, a totalidade do trabalho coletivo que vende a sua força de trabalho em troca de um salário (ANTUNES, 2005).

Compreender, portanto, a *classe-que-vive-do-trabalho*, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica em entender esse conjunto de seres sociais que vivem da venda da sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos/as trabalhadores/as assalariados/as (ANTUNES, 2005, p. 82).

Esta construção metodológica de Antunes nos permite encaixar a classe trabalhadora a partir de sua nova linguagem com as transformações no mundo do trabalho completamente dominado pelo processo de internacionalização do capital, coisificação da mão de obra e um amplo processo ainda em curso de exclusão social, já que

É esse, portanto, o desenho compósito, diverso, heterogêneo, polissêmico e multifacetado que caracteriza a nova conformação da classe trabalhadora, a *classe-que-vive-do-trabalho*: além das clivagens entre os trabalhadores estáveis e precários, homens e mulheres, jovens e idosos, nacionais e imigrantes, brancos e negros, qualificados e desqualificados, “incluídos e excluídos” etc. temos também as estratificações e fragmentações que se acentuam em função do processo crescente de internacionalização do capital (ANTUNES, 2005, p. 81 – grifos do autor).

Diante do exposto, convém fazer uma observação de cunho metodológico: Marx nos lembra a partir dos seus exemplos que sua forma de analisar o sistema capitalista não é a única, mas sim que parte de um pressuposto dialético e, como tal, deve ser interpretado, sobretudo, levando em conta as mudanças históricas, sociais e econômicas vividas pelos grupos humanos desde as primeiras organizações sociais até a sua realidade vivida. A partir da discussão de suas ideias, estamos vivenciando efetivamente mudanças históricas que se desenvolvem em ritmo cada vez mais geométrico, principalmente devido ao caráter mutante do sistema capitalista que apresenta, de ciclos em ciclos, períodos de crises e adaptações das classes dominantes às mudanças.

estão desempregados e do proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Esclarecemos que o autor exclui da classe trabalhadora os gestores do capital, seus altos funcionários e aqueles que vivem da especulação e dos juros, além do pequeno empresário urbano e rural.

2.2 AS MUDANÇAS DO MUNDO DO TRABALHO NO LONGO SÉCULO XX

As mudanças que se estruturaram no mundo do trabalho no século XX não surgiram de forma aleatória. Como lembram Coriat (1976), Antunes (2005; 2009), Gorz (1982; 2003), Offe (1989; 1991), Alves (1999, 2011), Forrester (2001; 2005), Dal Rosso (2011), Harvey (1992), Ranieri (2016), Carvalho (2016), Trindade (1998) e Pinto (2012), o moderno cenário do mundo do trabalho surge a partir do desenvolvimento das forças produtivas a partir de modelos de produção estabelecidos e aperfeiçoados no início do século XX, com base no ideário proposto no processo de acumulação e reprodução do capital de forma a produzir riqueza a partir da produção cada vez maior de sobrevalor no trabalho e no aumento da produção por meio de técnicas de aproveitamento do tempo de trabalho necessário, explorando ao máximo no tempo mínimo a força de trabalho.

Além disso, podemos afirmar, também, que a partir de uma nova divisão internacional do trabalho e da produção, formação de novos blocos geoeconômicos e políticos, formação de complexas e abrangentes redes de comunicação, entre outros aspectos, marcam as transformações, em escala planetária, do processo de produção material da sociedade capitalista, visando manter ou elevar a lucratividade em meio a um mercado cada vez mais instável e competitivo que vem se consolidando desde o fim do século XIX e início do XX.

Para Trindade (1998), os teóricos liberais não chegaram a ver no século XX a consolidação das suas ideias e tampouco os impactos desta na economia mundial, onde assume o Estado liberal através de uma postura econômica voltada para o acúmulo de riquezas e a produção de mais-valia, viabilizando o expurgo definitivo dos trabalhadores do campo para a cidade com o fim único de elevar a geração de riquezas e, por conseguinte, da busca de novos mercados consumidores para os seus produtos caracterizando um “[...] processo de revolucionarização tecnológica, acompanhado de modificações defasadas na organização do trabalho” (TRINDADE, 1998, p. 09).

Somente no início do século XX é que foi adotado um sistema de organização do trabalho denominado como taylorista-fordista que se caracterizava por quatro princípios feitos com vistas a aumentar a eficiência operacional e aumentar a produtividade. O primeiro era a separação das especialidades dos trabalhadores no processo de produção, o segundo a separação entre o trabalho de concepção e o trabalho de execução, o terceiro seria a colaboração entre trabalhadores e gerência de uma fábrica e o quarto seria uma divisão de tarefas e responsabilidades entre o trabalhador e a direção visando uma melhor produtividade, ou seja, o modelo taylorista-fordista se caracterizava como um controle feito de forma rigorosa sobre a

intensidade de trabalho dos operadores das máquinas com o objetivo de aumentar a produção de mercadorias e a inserção destas no mercado, a partir de modelos propostos pela potência em plena ascensão na época, neste caso, os Estados Unidos e seu modelo social-democrata que serviu como anteparo para a crise do sistema liberal proporcionada pelo *boom* da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929 a partir da adoção de uma política de inspiração keynesiana chamada de New Deal e implementada por Franklin Roosevelt na sua primeira eleição no ano de 1932 (CORIAT, 1976; HARVEY, 1992; TRINDADE, 1998; BRITO, 2001).

No texto “O Taylorismo e a Expropriação do Saber Operário”, Benjamin Coriat (1976)¹³ aponta o caráter exploratório do sistema capitalista a partir das observações de Frederick Taylor, onde este implementa um novo método de rotina de trabalho, com base na organização e na estandarização da base produtiva, com o fim de eliminar toda e qualquer forma de ociosidade na produção da mercadoria. Para se compreender realmente o taylorismo, Coriat propõe que analisemos as condições de evolução do capital nas fábricas norte-americanas e nas formas de relação entre as classes operária e patronal.

Na década de 1870, nas fábricas de aço da *Midvale Steel Company*, Taylor passa a produzir reflexões e experimentações como formas de estabelecer um novo direcionamento das oficinas. Em três comunicações feitas à ASME (American Society of Mechanical Engineers), intituladas ‘Um novo modo de pagamento do salário à peça’ (1895), ‘Gerenciamento da produção’ (1903) e ‘Princípios do Gerenciamento Científico’ (1906), Taylor aponta em primeiro lugar os fatores que emperram o desenvolvimento cada vez maior do sistema de produção como a falta de zelo e organização no processo do trabalho, onde a resistência do trabalhador em relação ao processo produtivo ocorre em função do medo do desemprego e, posteriormente, mostrar que a evolução do sistema produtivo com base na especialização do trabalhador e na expropriação do saber-fazer (*savoir-faire*) do operariado.

Um dos fatores estimulantes à produção, segundo Taylor, consistia em uma remuneração diferenciada para o trabalhador segundo o quantitativo produzido, pois desta forma, o trabalhador iria desenvolver melhor a empresa e não iria tornar lento o processo, uma vez que a eficiência tornar-se-ia cada vez maior, pois segundo Coriat:

No fundo, o que se pretende atingir é a supressão de um determinado tipo de atraso, ou melhor, de defasamento que obsta à expansão do capital e à sua valorização. O modo de organização do trabalho que apresenta a particularidade de se basear no ofício, ou seja, no ‘saber’ e no ‘saber-fazer’ operário dá azo a que a resistência operária se desenvolva com eficácia (CORIAT, 1976, p. 87).

¹³ No original, “Le Taylorisme et l’expropriation du savoir ouvrier”. In: CORIAT, Benjamim. Science, Technique et Capital. Paris: Editions du Seuil, 1976.

Ainda segundo Coriat (1976), Taylor não reconhece os seus pressupostos como uma inovação, mas sim como fruto de uma evolução com base na organização do trabalho com o fim de estabelecer uma eficiência maior no setor produtivo de forma racional, onde a direção atua como um elemento que busca o aproveitamento do tempo de trabalho e a eliminação da falta de zelo por parte do trabalhador, pois para Taylor, um dos fatores mais presentes no controle do processo produtivo é o controle do tempo de produção no qual o trabalhador é estimulado a partir do seu saber como forma de elevar a produção. Outro fator é o estabelecimento de uma padronização (estandarização) na linha de produção, onde o trabalhador seguia uma rotina de produção com base no seu saber-fazer.

Coriat aponta para o caráter da expropriação do trabalho por meio do maquinismo e da produção de mais-valia com base na exploração do saber do operário com o fim de assegurar o caráter de continuidade e evolução do aspecto produtivo, pois:

O interesse excepcional que Taylor apresenta reside no fato de ele ser a expressão consciente, concentrada e sistemática dos interesses do capital num momento estratégico da sua história. Ele torna conscientes para a burguesia os imperativos da valorização do capital no que respeita às formas a imprimir ao processo de trabalho, formas que Marx, de maneira dedutiva, anunciava (CORIAT, 1976, p. 103).

Sendo assim, podemos compreender que o método proposto por Taylor foi absorvido pelo sistema capitalista com o claro objetivo de efetivar uma dominação coercitiva sobre o trabalhador através de uma instrumentalização do processo produtivo, da estandarização das linhas de montagem, da expropriação do saber-fazer operário e da alienação do trabalhador em relação ao produto do seu trabalho, algo que acabou por se tornar uma tendência que passou dos EUA (posteriormente com o fordismo) para o mundo, onde os novos modelos de gerenciamento administrativo implicaram na construção de uma nova sociedade do trabalho.

Com base nos conhecimentos construídos por Taylor, o empresário norte-americano Henry Ford aplicou esse modelo de organização do trabalho em sua produção automobilística, mas com uma inovação importante: os trabalhadores passaram a produzir em linha, enfileirados na montagem em série com cada trabalhador executando a sua tarefa de forma repetitiva e cadenciada, viabilizando e efetivando a produção em massa (CARMO, 2002).

Em sua “Condição Pós-moderna” (1992), Harvey aponta que Ford inicia o seu processo no ano de 1914 ao introduzir o “[...] dia de oito horas e cinco dólares como recompensa para os trabalhadores da linha automática de montagem de carros” (HARVEY, 1992, p. 121). Mas o fordismo foi muito mais do que apenas um modelo produtivo. O fordismo foi uma padronização da vida social com base no corporativismo por parte dos setores produtivos, na forma de

controle coercitivo do fazer e da vida operárias, no fazer político e social do Estado do pós-guerra e na criação de uma sociedade de consumo cada vez mais forte (CARMO, 2002), bem como uma nova concepção de trabalhador e de homem, pois segundo Harvey:

O que havia de especial em Ford era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Ford mostra que com esta nova forma de produção passaria a produzir uma sociedade hierarquizada e disciplinada. Este modelo, pautado na disciplina e no controle da produção e do tempo de trabalho passa a construir um novo tipo de sociedade, uma vez que:

Ford acreditava que o novo tipo de sociedade poderia ser construído simplesmente com a aplicação adequada ao poder corporativo. O propósito do dia de oito horas e cinco dólares só em parte era obrigar o trabalhador a adquirir a disciplina necessária à operação do sistema de linha de montagem de alta produtividade. Era também dar aos trabalhadores renda e tempo de lazer suficientes para que consumissem os produtos produzidos em massa que as corporações estavam a fabricar em quantidades cada vez maiores (HARVEY, 1992, p. 122).

O fordismo foi implementado com sucesso na Europa e no resto do mundo no período pós-II Guerra, uma vez que o modelo produtivo dos EUA foi disseminado junto com o *American way of life*, a reconstrução da Europa e o controle ideológico dos EUA sobre o capitalismo na Guerra Fria, já que:

[...] o fordismo se disseminou desigualmente, à medida que cada Estado procurava seu próprio modo de administração das relações de trabalho, da política monetária e fiscal, das estratégias de bem-estar e de investimento público, limitados internamente apenas pela sua situação nas relações de classe e, externamente, somente pela sua posição hierárquica na economia mundial e pela taxa de câmbio fixada com base no dólar. Assim, a expansão mundial do fordismo ocorreu numa conjuntura particular de regulamentação político-econômica mundial e uma configuração geopolítica em que os Estados Unidos dominavam por meio de um sistema bem distinto de alianças militares e relações de poder (HARVEY, 1992, p. 132).

Mesmo com o fortalecimento de alguns setores da classe trabalhadora e dos sindicatos, o fordismo passou a integrar os esforços do Estado em reerguer as combalidas economias europeias e japonesas em conjunto com a política de seguridade social do *welfare state* que passou a ditar não só a forma do fazer produtivo, como a forma do fazer econômico, uma vez que:

No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediasses ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias (HARVEY, 1992, p. 133).

O modelo socialdemocrata – também conhecido como *welfare state* – tem por base um processo de produção em massa que tem um público-alvo passivo e ávido por consumo, onde através de acordos coletivos os trabalhadores concordavam em elevar ao máximo a produtividade e a intensidade do trabalho, que se coloca como uma relação de troca em busca de salários e lucros crescentes, onde a riqueza se distribuía entre as entidades representativas de classe através de uma política de desenvolvimento de subsídios à acumulação de capital de um lado e por outro um programa voltado para a questão do bem-estar social para compensar o desgaste ocasionado pela maximização.

O fordismo começa a decair na década de 60, quando o seu modo do fazer produtivo não mais atende aos anseios gerais tanto do Estado, quanto dos empresários, pois o novo modo do fazer produtivo (modelo toyotista) estava em ascensão e a sua ideologia de acumulação flexível voltava-se para atender as demandas específicas do mercado consumidor cada vez maior e mais exigente.

Outra característica importante a ser notada é o fato de que, enquanto o modo de produção fordista não tinha preocupações com o mercado, o modo de produção socialdemocrata apresentava um sistema de planificações para a sua produção já com vistas a vender um produto no mercado no instante em que este deixa a linha de produção (CORIAT, 1976; HARVEY, 1992; TRINDADE, 1998; BRITO, 2001; PINTO, 2012). Convém lembrar que este modelo teve efetividade pelo fato de o estado liberal interventor o adotar como proposta para conter o avanço do modelo socialista implementado por Stalin na União Soviética, a partir de bases leninistas propostas pela Nova Política Econômica – NEP, que defendia a estatização dos meios de produção como forma de garantir a produção e este estado – e não o empresariado – seria o responsável pela condução das políticas econômicas.

Na década de 1970, o modelo de produção fordista e o *welfare state*, bem como o socialismo real da URSS, entram em colapso de mãos dadas, confirmando a reorganização dos setores produtivos do Japão e da Europa a partir da década de 60 e abrindo espaço para uma nova forma do fazer produtivo e do trabalho, pautado na acumulação flexível e na mecanização do processo produtivo, onde o Estado passa a aplicar as teorias de Von Hayek e seu neoliberalismo no início da década de 80, com a ascensão de Ronald Reagan nos EUA e Margaret Thatcher na Inglaterra, relegando o modelo fordista e o estado de bem-estar a alguns

poucos países desenvolvidos como os escandinavos, aos países em desenvolvimento – hoje emergentes – e a democracias populistas.

O mundo pós-II Guerra Mundial passou a apresentar uma nova composição geopolítica e, com isso, surgem as reações do liberalismo contra o *welfare state* e seu sistema de proteção social organizado pelo estado. As ideias liberais ressurgem nas décadas de 1960 e 1970 com mais intensidade em virtude da disseminação do modelo neoliberal projetado por Friedrich Von Hayek e seus seguidores no final da década de 1940 e desenvolvido com plena força nas décadas seguintes, principalmente influenciando a defesa filosófica do liberalismo das décadas de 1970, 1980 e 1990.

A obra máxima de Hayek, “O Caminho da Servidão” de 1944, estabelece um marco desta retomada, pois oferece saídas do novo liberalismo econômico para o sistema protecionista projetado pelo *welfare state* (DRAIBE, 1989). A obra aponta em sua essência as limitações dos mecanismos de mercado realizadas pelo Estado, entendidas como uma ameaça à liberdade política e econômica, pois os seus seguidores argumentavam que o igualitarismo reformista promovido pelo Estado de bem-estar (domínio da teoria keynesiana) durante as décadas de 40 a 70 destruía a liberdade dos cidadãos e o vigor da concorrência, que eram os promotores do progresso e do desenvolvimento humano e que a crise do *welfare state* seria evidente com o passar das décadas e o estado teria que fornecer soluções liberais para poder se desenvolver e garantir possibilidades reais de crescimento econômico, em um claro contraponto a base keynesiana do estado de bem-estar social.

Neste sentido, o neoliberalismo como solução para a crise do *welfare state*, pois esta visão econômica se propõe a acabar com o chamado paternalismo do Estado, ou seja, os capitalistas passariam a acumular capital o suficiente para se desenvolver sem o auxílio do Estado e que o desenvolvimento somente poderia acontecer onde houvesse a liberdade político-econômica, relegando ao Estado o papel de formulador de políticas públicas que beneficiassem a plena evolução do sistema e pelos programas sociais que pudessem atender a população pobre (DRAIBE, 1989).

Na visão de Trindade (1998), o neoliberalismo se pauta em dois conceitos-limite, que seriam o ‘mercado perfeito’ e o conceito de ‘caos’, este totalmente negativo, pois prega a destruição do mercado. O mercado perfeito se pauta em um modelo de concorrência onde os agentes econômicos não possuem significância diante do mercado e onde este por ter um ‘conhecimento’ onisciente evita a ascensão da concorrência. O conceito de ‘caos’ fala da destruição do mercado e da atividade econômica, onde o nem mesmo o *welfare state* oferece as condições necessárias para assegurar a produção e a distribuição de riqueza.

Para tanto, o neoliberalismo se apoia atualmente em uma economia que se apresenta como dinâmica em uma era globalizada e em processos de trabalho pautados no desenvolvimento de formas de exploração do trabalho como a flexibilização e a terceirização nas linhas de produção, bem como no trabalho precarizado ou superexplorado tanto no meio fabril quanto no setor de serviços, no processo de formação do estado mínimo e em políticas de incentivos fiscais que venham a intensificar o caráter de exploração dos trabalhadores e reduzir a rede de proteção social do estado.

Tais situações agem como elementos que produzem uma *conditio sine qua non* para que o capital atue de forma a oprimir os países que querem mostrar sinais de desenvolvimento, pois nos dias de hoje é evidente que o capital passou por uma escala evolutiva até nos defrontarmos com a força do capital de ordem especulativa, onde se trabalha com a hipótese de que se um dia um país apresenta as condições necessárias para a implementação das chamadas empresas globais somente serem implementadas em um lugar se apresentarem as condições necessárias para a maximização dos lucros por parte do grande capital, ou seja, cada país ou cidade interessada em implementar uma dessas empresas tem que fornecer todos os meios necessários para a permanência destas empresas (mão de obra barata e qualificada de preferência, grande exército industrial de reserva, proximidade dos centros de recursos naturais, uma política de incentivos fiscais e sociais sob a responsabilidade dos agentes públicos do estado, possibilidades de escoamento da produção, *royalties* e dividendos com maior facilidade de deslocamento e maximização dos lucros). No caso de não atendimento dessas demandas postas pelo capital ou de crise global, as grandes corporações internacionais retiram seus investimentos do país, fazendo com que este venha a entrar em crise¹⁴, pois

A reestruturação neoliberal do capitalismo atual esvazia instituições políticas territorializadas, condenadas que estão aos marcos dos estados nacionais. A grande corporação transnacional move o mosaico do sistema de produção e comercialização por meio de plataformas de terceirização da mão de obra, geradoras de uma nova classe trabalhadora do precariado, com baixos salários e instáveis relações e condições de trabalho (POCHMANN, 2015, p. 47).

Pochmann (2015) aponta que esta situação ainda afeta a questão da desigualdade social e econômica em nível global, pois

[...] a centralização do controle da propriedade dos meios de produção e comercialização acontece em âmbito transnacional e atinge cada um e a todos os

¹⁴ Como pudemos perceber no período entre 1997 e 2002 com o ‘efeito dominó’ desencadeado pela crise econômica japonesa que arrastou consigo as economias dos Tigres Asiáticos, a Rússia, o México, o Brasil e a Argentina.

segmentos de produção e consumo mundial. Ao mesmo tempo, a concentração das corporações ganha impulso através da gestão em rede que se funda a partir da existência de um núcleo central de comando, condicionado por pouquíssimas empresas. [...] Como consequência, os antigos espaços geográficos conformados pelos estados nacionais são penalizados pela desterritorialização movida por cadeias globais de valor que recondicionam estruturas hierárquicas de decisão e contratos, cada vez mais acima do poder dos governos, inclusive os democraticamente eleitos. Os governos em geral, voltam-se para as elites. Contribuindo para a ampliação das desigualdades entre países, classes sociais e indivíduos (POCHMANN, 2015, p. 46).

Franca (2007) reforça esta visão ao indicar que

O meio geográfico atual, denominado por Milton Santos como técnico-científico-informacional, integrou os processos particulares de trabalho, permitiu maior cooperação e continuidade do processo geral de produção e interferiu cada vez mais no processo direto de trabalho [...] A transformação técnica restringiu o espaço antes reservado ao processo direto da produção, enquanto alargou o espaço global da produção, da distribuição e do consumo (FRANCA, 2007, p. 83 - 86).

Esta posição se justifica a partir da confrontação entre os trabalhadores no âmbito nacional e o capital no campo global que refletem no mundo do trabalho. Antunes (2005) nos mostra que

Como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são cada vez mais mundializados, transnacionalizados e internacionalizados. Se a mundialização do capital e de sua cadeia produtiva é fato evidente, o mesmo não ocorre no mundo do trabalho, que ainda se mantém predominantemente nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração do espaço e do tempo de produção, há um processo de reterritorialização e também de desterritorialização, a partir do qual novas regiões industriais nascem e outras são eliminadas. Isso recoloca a confrontação social num patamar mais complexificado, dado pelo embate entre o capital social total e a totalidade do trabalho social (ANTUNES, 2005, p. 61 – 62).

Para que o sistema capitalista busque essas formas mais sofisticadas de exploração do trabalho, a globalização passou a agir de forma mais agressiva na década de 1970, exigindo um sistema produtivo capaz de atender as demandas específicas de um mercado em constante crescimento em nível internacional, superando as barreiras nacionais impostas pelo fordismo.

Neste sentido, segundo Carmo (2002, p. 45), as empresas passaram a adquirir um aspecto cada vez mais concorrencial que exigia novas formas de se estabelecer a produção com um nível maior de flexibilidade, fazendo com que estas possam produzir mais ou menos, de acordo com a lógica do mercado e com o tipo de mercado consumidor, ou seja, um tipo de sistema produtivo cada vez mais racionalizado e voltado para atender as demandas do mercado.

Tais modelos foram inspirados no modelo toyotista¹⁵ de produção empregados com sucesso na fábrica japonesa e aplicados posteriormente na Europa e em algumas fábricas norte-americanas. Este modelo consiste na utilização conjunta do trabalho humano e do maquinário com vistas a se produzir com um maior volume de eficiência e menor quantitativo de gastos, gerando um novo tipo de customização no mundo do trabalho e forçando o trabalhador a possuir um nível cada vez maior de interação com a máquina através da especialização constante e da capacitação continuada com vistas a atender ao mercado.

Dal Rosso (2011) aponta, didaticamente, que o sistema Toyota de produção:

[...] é composto de regras práticas e de princípios que envolvem o conjunto das atividades realizadas, daí constituindo um sistema. O princípio da polivalência implica que um mesmo trabalhador seja capaz de dar conta de cuidar de mais de um equipamento. Desta forma, a polivalência implica em reduzir a quantidade de mão-de-obra necessária para as atividades, pois um mesmo trabalhador é capaz de cuidar de diversos equipamentos simultaneamente. Além disso, a polivalência multiplica a capacidade de trabalho de cada indivíduo, segundo o número de máquinas que consegue cuidar individualmente. O princípio da polivalência implica numa intensificação gigantesca do trabalho. Por esta razão, o toyotismo pode ser interpretado como o sistema que introduz de forma inequívoca uma nova onda de intensificação do trabalho não apenas no Japão, mas nos demais países para os quais se espalha (DAL ROSSO, 2011, p. 147).

O sistema Toyota de produção – ocidentalmente chamado de acumulação flexível –, se pauta na sistemática da polivalência, ou seja, uma maior e mais multiplicada gama de tarefas feitas no menor tempo possível, de forma a maximizar os ganhos com um número cada vez menor de empregados que se “especializam” nas suas múltiplas funções no ambiente de trabalho, já que o “[...] processo de trabalho, com *just-in-time*, ficou mais ininterrupto, o que exige do trabalhador mais atenção, uma vez que a continuidade do processo se deveu à concentração de funções sobre um mesmo trabalhador” (FRANCA, 2007, p. 48).¹⁶

¹⁵ Segundo Antunes (2009), este modelo produtivo nasceu nas fábricas da Toyota, no Japão do pós-guerra, onde incorporou ao modelo fordista norte-americano elementos aperfeiçoados de produção baseados na flexibilidade e multiplicidade das funções. O toyotismo, chamado no ocidente de Acumulação Flexível, recusa a produção em massa, típico da grande indústria fordista, pois a produção é conduzida pela demanda variada, voltada a um mercado mais localizado e regional. Processo "artesanal", desconcentrado e tecnologicamente desenvolvido. Tenta recuperar uma concepção de trabalho mais flexível, com trabalhadores multifuncionais que realizam tarefas em equipe e incorporação de inovações no processo produtivo. Tem como princípio o *just-in-time* (melhor aproveitamento do tempo de produção) e funciona segundo o sistema de *Kanban* (placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoques). Além disso, criou o chamado sindicalismo de empresa, onde as decisões são estabelecidas de acordo com as necessidades da fábrica (ANTUNES, 2009; HARVEY, 1992; CORIAT, 1976)

¹⁶ Na sua obra ‘A Sociedade em Rede’, Castells (2001), caracteriza o toyotismo como uma forma ou sistema de gerenciamento que busca a redução das incertezas desenvolvidas no fordismo, o que o colocaria em um ‘pós-fordismo’ que se baseia nos ‘5 zeros’: zero defeito nas peças. Zero de dano no maquinário, estoque zero, danos zero e burocracia zero.

O *just-in-time* promovido pela linha de montagem da Toyota representa um sistema de exploração do trabalho cada vez mais pautado na precarização como forma de alienar e pressionar os trabalhadores a seguirem as regras do sistema, pois

O sistema *just-in-time* desenvolveu-se como força antagonista dos trabalhadores, não só por aumentar o esforço físico – condensando o trabalho na linha de produção – mas também por se apropriar de funções antes desenvolvidas por categorias especiais de trabalhadores. As operações realizadas por operários especializados foram simplificadas e executadas por uma massa menor de trabalhadores, em geral mais alienados do seu próprio trabalho (FRANCA, 2007, p. 48).

Dal Rosso (2011), vai mais além e aponta que o toyotismo expropria os trabalhadores e os coloca em um processo de precarização do trabalho cada vez maior, pois

[...] no cerne do sistema estão a polivalência, a redução da mão-de-obra, a redistribuição de tarefas entre os empregados restantes, o emprego rotineiro de trabalho “voluntário”, assim dito àquele trabalho de horas extras não pagas, mas cujos resultados são cobrados pelos administradores e gerentes. É um sistema montado com base na revolução tecnológica contemporânea a qual complementa mediante uma intensificação inaudita do trabalho, que se vale até mesmo de horas de trabalho não remunerado (DAL ROSSO, 2011, p. 148 – grifo do autor).

Piore e Sabel (apud Harvey, 1992) mostram que uma das virtudes da acumulação flexível é a introdução de novas tecnologias que passam a produzir “[...] novas relações de trabalho e dos sistemas de produção em bases sociais, econômicas e geográficas inteiramente distintas” (HARVEY, 1992, p. 177), onde a mecanização de produção passa a empregar uma nova forma de trabalho pautada na especialização constante e na adaptação do trabalhador ao meio como forma de garantir a sua sustentabilidade no emprego.

O que temos nos dias de hoje é o reduzido número de postos de trabalho, em relação ao número de seres humanos que necessitam deles e estes são disputados ferozmente por outros seres humanos, muitas das vezes sem a devida qualificação, como lembra Márcio Pochmann:

Novos conhecimentos científicos e tecnológicos estariam associados às exigências empresariais de contratação de empregados com polivalência multifuncional e maior capacidade motivadora e habilidades laborais no exercício do trabalho. Esses requisitos profissionais, indispensáveis ao ingresso e à permanência no mercado de trabalho em transformação, seriam passíveis de atendimento somente por meio de um maior nível educacional dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, a formação e o constante treinamento profissional se transformariam em uma das poucas alternativas passíveis de ação do Estado para conter o avanço do desemprego (POCHMANN, 2001, p. 52).

O que podemos perceber na realidade da Acumulação Flexível é que o tipo de trabalhador que a empresa necessita é oriundo de um processo constante de exclusão do outro por meio da capacitação constante, onde não há mais um sentido cooperativo nas relações de trabalho e sim relações cada vez mais instrumentalizadas onde o trabalhador quer garantir a sua sobrevivência em detrimento ao prejuízo do outro, criando uma sociedade do trabalho que é, por si só, desigual e excludente, pois

[...] o próprio desenvolvimento técnico, que elimina o trabalho vivo, criou um exército de desempregados qualificados e semiquilificados, o qual representa uma reserva de mão-de-obra barata, cujo aproveitamento torna-se vantajoso para a empresa. Isso acaba contendo a tendência de se elevar ilimitadamente o componente técnico na composição do capital (FRANCA, 2007, p. 33).

O mundo atual – das multinacionais, do liberalismo absoluto, da globalização, da mundialização, da virtualidade –, o "trabalho", concebido como o conjunto de emprego mais assalariados, é conceito que passa a ser obsoleto na visão do capitalista, pois a mudança se dá na natureza mesma do capital: que já não é aquele que expunha as garantias do capitalismo de ordem imobiliária e que já não é aquele em que o conjunto dos homens era indispensável para produzir lucro. Esta “obsolescência” foi questionada por Antunes (2005), já que em sua visão

[...] o capital de nossos dias amplificou a lei do valor, deu-lhe maior vigência, extraindo sobretrabalho de todas as esferas das quais se pode extraí-lo: nas fábricas, nos bancos, nas escolas, nos serviços mercadorizados, nas casas etc. etc. A nova polissemia do trabalho é também, exatamente isso: há trabalho produtivo hoje onde não existia ontem. E os capitais globais utilizam-se magistralmente da simbiose que ocorre entre a exploração relativa e a absoluta do sobretrabalho. Portanto, parece soar falaciosa a afirmação de que o trabalho deixou de ser a principal força produtiva. Aliás, o estudo do toyotismo, em seu apogeu, mostrou-nos o segredo do assim chamado “modelo japonês”: o envolvimento e a exploração intensificada da força de trabalho em forte simbiose com o desenvolvimento tecnocientífico (ANTUNES, 2005, p. 97).

Neste sentido, pode-se compreender, portanto, que a substituição do fordismo pelo toyotismo não deve ser estendida como um modo de organização societária, livre das mazelas do capitalismo, mas como formas mais precárias de socialidade, expressas na intensificação de relações de trabalho incertas e manutenção de altos patamares de desemprego (traduzida na relação dos empregados no setor secundário da economia e crescimento do setor de serviços ou terciário, dada, principalmente pela inserção maciça de novas tecnologias aos processos fabris), que contribuem para o aprofundamento da exclusão social de parcelas crescentes da população, bem como o surgimento do acrítico sindicalismo de participação e de negociação, diminuição do papel do Estado como agente social, levando à perda de conquistas sociais, atingindo,

particularmente, a população de baixa renda e a classe produtora, ao lado do intenso processo de privatização, abertura do mercado e abolição das fronteiras econômicas, atraindo capital estrangeiro e agravando o domínio das multinacionais sobre as decisões político-econômicas dos países periféricos. Ou seja, o padrão de desenvolvimento atual tende a agravar a exclusão social.

2.3 GLOBALIZAÇÃO E O DEBATE SOBRE A CENTRALIDADE DO TRABALHO

O termo globalização começou a ser utilizado na década de 1980 para se referir a um novo e mais avançado estágio na interdependência de todos os povos e economias do mundo como um todo. No entanto, esse processo não é inteiramente novo, pois já vimos que a expansão capitalista iniciada na Europa nos séculos XV e XVI unificou o planeta e criou, pela primeira vez na história da humanidade, um mercado mundial. Mas o momento atual representa um novo degrau ou etapa desse processo secular de mundialização do capitalismo, um momento em que as economias nacionais estão se enfraquecendo diante da maior importância do mercado global (IANNI, 2000; MELLO, 1999).

De acordo com a visão de Ianni (2000), a integração mundial proporcionada pela globalização faz com que haja uma ampla mudança cultural, na medida em que parece que o planeta está ficando menor e que todos se conhecem. Por isso autores ligados ao debate sobre a globalização usam a expressão criada por Marshall McLuhan – ‘aldeia global’¹⁷ – para se referir a essa condição de comunicações instantâneas e de alcance planetário. Além disso, existe certa uniformização de hábitos em qualquer região do planeta, atualmente as pessoas cada vez mais comem nas mesmas cadeias de *fast food*, bebem os mesmos refrigerantes, vestem jeans, ouvem músicas semelhantes e assistem aos mesmos filmes.

O conceito de globalização desenvolvido por Giddens (2000) aponta para um processo de intensificação das relações sociais em uma escala mundial, baseada em conexões estabelecidas entre diferentes regiões do planeta, na qual os acontecimentos locais estão interconectados de tal forma que afetam a realidade de lugares distantes a milhares de quilômetros, pelo fato de esta interconexão se dar nas suas dimensões global, local e cotidiana. Mesmo próximas no campo conceitual, esta visão aponta que a globalização afeta as ações humanas, no qual a visão de Bauman (1999) e da velocidade dos tempos modernos, presente

¹⁷ Termo criado por Marshall McLuhan para designar a uniformização dos hábitos e costumes em escala global e adotado pelo sociólogo brasileiro Octávio Ianni para demonstrar como esta ‘aldeia global’ vem reduzindo a capacidade de reflexão do indivíduo através da unicidade.

nas análises de Virilio (1996) e Rosa (2019) se difere completamente do postulado de Giddens. Neste sentido, a globalização – para além de sua dimensão econômica – é um fenômeno político, tecnológico e cultural que produz uma identidade cada vez mais diluída e fragmentada (BAUMAN, 1999).

Giddens (2000) aponta que essa dimensão da economia global vem se desenvolvendo desde o fim da II Guerra Mundial e, com o desenvolvimento dos sistemas informacionais, criou-se uma nova economia baseada na velocidade dos fluxos de informações e na volatilidade da economia, onde investidores e especuladores realizam operações financeiras outrora complexas com um simples toque de botão. As transações financeiras globais forçam as economias consideradas estabilizadas a se diluir e a movimentação financeira força a uma nova configuração do conceito de estado-nação com vistas à sua sobrevivência, ou seja, a formação de blocos econômicos acaba por garantir mercados consumidores para que as comunidades nacionais persistam.

Isso quer dizer que as economias nacionais estão se desnacionalizando em ritmo acelerado, pois norte-americanos possuem ações ou títulos de propriedades no Japão, na Europa e na América Latina, os japoneses investem em empresas norte-americanas ou coreanas, os alemães compram ações de empresas russas ou tailandesas, o que se configura como uma nova linha de força do modo capitalista de produção na contemporaneidade, pois um dos aspectos mais importantes da globalização é a expansão das empresas multinacionais, que são firmas (indústrias, bancos, empresas de transportes ou de comunicações, etc.) que possuem estabelecimentos em inúmeros países ou, muitas vezes, em todos os continentes.

Autores como Jameson (2000), Harvey (1992) e Giddens (2000; 2002), em vez do termo ‘multinacionais’ preferem usar a expressão ‘empresas transnacionais’, argumentando que elas estariam acima ou seriam independentes do poder dos Estados-nações. Contudo, essa ideia é polêmica e inúmeros especialistas a contestam alegando que a maioria das empresas multinacionais — especialmente as japonesas, as coreanas, chinesas e de vários outros países, bem como para proteger o seu mercado interno. Talvez se possa falar em empresas de fato transnacionais para alguns casos específicos: aquelas empresas (não todas as multinacionais, mas algumas) que já não são mais norte-americanas, japonesas ou alemãs e sim mundiais, isto é, empresas cujas filiais não seguem as diretrizes da matriz, pois possuem interesses próprios e às vezes até conflitantes com os do país no qual se originaram.

De acordo com Harvey (1992), com a crise do mundo "socialista" no final dos anos 1980, a globalização se expandiu ainda mais. Isso porque o chamado Segundo Mundo vivia até o início daquela década mais ou menos à margem do mundo capitalista, com seu próprio

comércio e suas empresas estatais. Com a abertura desses países "ex-nações socialistas" para a economia de mercado e o capitalismo, a globalização atingiu todo o planeta.

Os países em desenvolvimento têm como parceiros preferenciais os países capitalistas desenvolvidos. Comercializam pouco entre si, embora isso esteja mudando recentemente.

Ainda compartilhando com a linha de raciocínio de Harvey (1992), a participação relativamente pequena dos países subdesenvolvidos no comércio mundial (tendo em vista que constituem a maioria dos Estados e da população do globo) se deve a vários motivos:

- São em geral economias pouco industrializadas e com baixa produtividade nas atividades agropecuárias.
- O nível de consumo e o poder de compra da maioria de seus habitantes são normalmente baixos.
- Os produtos primários que eles exportam têm em geral pequeno valor no mercado mundial (com exceção do petróleo na década de 1970 até meados da década de 1980). Isso os obriga a realizar grande volume de exportações para terem as divisas necessárias às suas importações. Muitas dessas importações - em geral produtos manufaturados e tecnologia avançada - são fundamentais para suas economias.

Giddens (2002) indica que, com a expansão marítimo-comercial europeia nos séculos XV e XVI, ocorreu uma progressiva unificação da superfície terrestre. Os europeus colonizaram a América e, posteriormente, a África e a Ásia, desenvolvendo um comércio mundial que os beneficiava: eles, os países ricos ou colonizadores, exportavam bens manufaturados a preços elevados e importavam grandes quantidades de matérias-primas ou gêneros agrícolas a baixos preços. A esse comércio mundial deu-se o nome de divisão internacional do trabalho.

Essa divisão resultou do desenvolvimento do capitalismo, que nasceu na Europa e se expandiu para todos os recantos do globo. Ela pressupunha desigualdades nas trocas realizadas entre o centro desse sistema capitalista internacional e a periferia. Caracterizava-se pela diferença entre o centro, que exportava produtos manufaturados ou industrializados, e a periferia, exportadora de bens primários. Além disso, a periferia fornecia muito mais bens do que recebia, e esses bens eram fabricados com intensa exploração da força de trabalho. No início, tratava-se de uma diferenciação entre metrópoles e colônias; mas, depois da independência das colônias, a diferença passou a ser entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos.

Até a década de 1980, os países socialistas pouco participavam dessa divisão internacional do trabalho. Hoje, entretanto, isso mudou radicalmente. Os países do antigo Segundo Mundo estão se integrando cada vez mais na divisão internacional do trabalho. No

lugar de apenas aumentar as trocas entre si, passaram a comercializar mais com os países do Primeiro Mundo, ampliando bastante suas exportações e importações.

A palavra globalização é um termo vago, bastante sujeito a manipulações, passa a ideia que se trata de um fenômeno global, que todo o planeta e todas as pessoas estariam envolvidas de forma igualitária. Trata-se, portanto, de uma questão ideológica, pois, apenas aproximadamente um terço da população mundial está inserida de fato na globalização. Somente as grandes potências centrais do capitalismo (países desenvolvidos), e uns poucos países periféricos (subdesenvolvidos industrializados), estão inseridos nesse processo, o que atravessa o século XXI, pois

O começo do século XXI vem acompanhado pela significativa retomada da desigualdade entre indivíduos, classes sociais e países. A globalização neoliberal se consolida por meio do deslocamento territorial da produção de bens e consumo e cada vez mais sob o comando das grandes corporações transnacionais (POCHMANN, 2015, p. 18 – 19).

Do ponto de vista planetário, o que se observa é o aumento da lacuna entre países ricos e pobres (quase todos os países africanos, a maioria dos latino-americanos, a dos asiáticos que não estão na zona do pacífico, estão fora dos grandes fluxos da economia mundial). Internamente aos países, particularmente naqueles últimos, há regiões e lugares mais globalizados do que os outros. Neste sentido, podemos observar também o aumento da divisão entre as classes sociais (os de cima cada vez mais ricos e os de baixo cada vez mais pobres e miseráveis), de um lado acumula-se um maior volume de riqueza nas mãos de poucos, de outro, cresce o desemprego, a fome e a perda de direitos. Portanto a globalização não é homogênea, é sim seletiva, pois seleciona países, lugares, regiões e classes sociais para privilegiar e no mundo do trabalho isto não é diferente, pois para Antunes (2009):

Assim como o capital é um sistema global, o mundo do trabalho e seus desafios são também cada vez mais transnacionais, embora a internacionalização da cadeia produtiva não tenha, até o presente, gerado uma resposta internacional por parte da classe trabalhadora, que ainda se mantém predominantemente em sua estruturação nacional, o que é um limite enorme para a ação dos trabalhadores. Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo de produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de re-territorialização e também de desterritorialização. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, além de cada vez mais as fábricas serem mundializadas, como a indústria automotiva, onde os carros mundiais praticamente substituem o carro nacional (ANTUNES, 2009, p. 115).

Diante deste quadro, percebe-se que nos encontramos em um momento de fragmentação social e política, no qual a ideia de estado-nação se dilui cada vez mais no domínio da globalização como tendência de organização social. Diante disso, surge a tecnologia, que traz a velocidade, a automação e o trabalho a distância, executado de qualquer lugar, para qualquer lugar, no mundo globalizado e é nesse novo mundo que os operários, os escriturários, os tecnocratas e tantos outros trabalhadores insistem em encaixar o seu "mercado de trabalho" como quem quer tomar o lugar das máquinas, "seres" puros, livres de doenças, problemas ou emoções. Mas o trabalho vivo não pode ser completamente eliminado, mesmo que sendo drasticamente reduzido e precarizado. Antunes (2005) afirma que

Como o capital pode reduzir muito, mas não pode eliminar completamente o trabalho vivo do processo de criação de mercadorias, sejam elas materiais ou imateriais, ele deve, além de incrementar sem limites o trabalho morto corporificado no maquinário tecnocientífico, aumentar a produtividade do trabalho de modo a intensificar as formas de extração do sobretrabalho (da mais-valia) em tempo cada vez mais reduzido. Vale lembrar que tempo e espaço se convulsionam nesta nova fase dos capitais mundializados (ANTUNES, 2005, p. 27).

A realidade é que o sistema capitalista domina o poder econômico e controla o tempo, o espaço, a mobilidade e, também, a tecnologia, passando a atuar de forma global e, por isso, não necessita mais daquela imensa massa de seres humanos que antes lhe fora útil, pois existe uma maximização dos lucros em detrimento de uma divisão do trabalho cada vez mais complexa, na qual o próprio conceito de trabalho vem encontrando uma ressignificação, pautada no desenvolvimento de situações como a flexibilização, que produz trabalhadores condicionados a reduzir os seus direitos de tal forma que apoiam as convicções da burguesia travestidas de visões de Estado, onde este trabalhador termina por reproduzir o *status quo* dominante e o pensar o desenvolvimento econômico ao invés do humano e social vira via de regra para o cenário atual.

Neste cenário, Bauman (1999) aponta que, com o desenvolvimento da globalização, uma multidão de seres humanos encontra-se sem uma razão razoável para viver, pois não há lugar para eles neste planeta. E de nada adiantaria a sua requalificação, como alguns alardeiam, pois simplesmente não há lugar para essa multidão, mesmo requalificada. O que temos nos dias de hoje é o reduzido número de postos de trabalho, em relação ao número de seres humanos que necessitam deles e estes são disputados ferozmente por outros seres humanos, muitas das vezes sem a devida qualificação, como lembra Pochmann (2001).

Para apontar as possíveis consequências destas mudanças no cenário atual, Forrester (1997) tornou célebre a expressão 'Horror Econômico', ao analisar os processos de entrega total

do ser humano ao mundo do trabalho e tendo sua condição de sobrevivência determinada pelo sistema capitalista. Em que consiste este Horror Econômico? Carlos Heitor Cony, na apresentação da obra de Forrester em sua segunda edição, nos ajuda a compreender como as pessoas passam a aceitar passivamente a exploração e a alienação determinada por parte dos donos do capital:

Depois da exploração do homem pelo homem em nome do capital, o neoliberalismo e seu braço operacional, que é a globalização, criaram, mantêm e ampliam, em nome da sacralidade do mercado, a exclusão de grande parte do gênero humano. O próximo passo seria a eliminação? Caminhamos para um holocausto universal, quando a economia modernizada terá repugnância em custear a sobrevivência de quatro quintos da população mundial? Depois de explorados e excluídos, bilhões de seres humanos, considerados supérfluos, devem ser eliminados? (CONY, 1997)¹⁸.

Tal linha de raciocínio pode soar como ‘catastrofista’¹⁹, pois há quem considere que a falha do neoliberalismo está justamente em não cumprir suas promessas, isto é, de não ter radicalizado nas privatizações, na flexibilização do trabalho e na objetivação do Estado mínimo como forma de assegurar o controle efetivo das contas públicas pelos governos e o controle econômico por parte da iniciativa privada. Outros acreditam que o trabalho humano é descartável e que a tecnologia é uma ‘tábua de salvação’ para o capital e para garantir o conforto da grande massa humana (RIFKIN, 1995). Na naturalização dos processos sociais, a culpa é atribuída às próprias vítimas – que não teriam os atributos naturais necessários para vencer a competição. Outro procedimento é encontrar os bodes expiatórios, expediente tão comum na história da humanidade.

Forrester (2001; 2005) dá privilégio ao conceito de ultraliberalismo, o qual é tratado pelos dirigentes da economia como globalização. Esta identificação tem um sentido político importante, na medida em que o termo globalização, que possui conteúdo histórico, transmite a ideia de um processo irrefutável, que aconteceria de qualquer forma e que, portanto, seria inquestionável. Vinculando o desemprego às políticas ultraliberais dos últimos decênios, a autora questiona a chamada economia de mercado que se movimenta em um universo virtual, na qual os assalariados e os consumidores não têm importância.

¹⁸ Trecho de crítica do livro “Horror Econômico”, de Viviane Forrester (1997), para o jornal Folha de São Paulo e no prefácio da segunda edição da obra, lançada em 2001. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz020606.htm>>.

¹⁹ Termo jocoso adotado pelo então Presidente do Brasil Fernando Henrique Cardoso quando das críticas dos setores de oposição às políticas econômicas adotadas pelo seu governo, no momento em que o processo de desestatização da economia atingiu o pico máximo com a privatização das estatais nas áreas de telecomunicações, energia, saneamento e aeroportos, passando o controle destes para agências reguladoras e implementando efetivamente o estado mínimo apregoado pelo neoliberalismo e que foi bem sucedido anteriormente nos governos de Thatcher na Inglaterra, Reagan nos EUA, Mitterrand na França e a ditadura pinochetista chilena.

Na sua obra de 2005, ‘Uma Estranha Ditadura’, Forrester faz referência à nova ordem estabelecida pelo capitalismo e identificada com a globalização, um sistema despótico que acredita poder se dar ao luxo, graças à sua força, de suportar a moldura democrática. Essa estranha ditadura, que mais se assemelha a uma ideologia totalitária, assenta-se em uma contradição básica, que se manifesta na diferença entre o discurso que consagra a economia de mercado como modelo único de sociedade e as políticas concretas adotadas pelas empresas, na qual se associam o lucro e a especulação, já que a acumulação se liga às flutuações virtuais da especulação, de suas apostas alucinantes.

Diante do cenário construído pelo metabolismo do sistema capitalista que se reflete no mundo do trabalho, as Ciências Sociais passaram a construir entre as teses que visualizam o fim do trabalho e a realização concreta da sociedade do tempo livre e aquelas que ratificam a centralidade do trabalho na estruturação da sociedade e da identidade individual e coletiva.

Sobre a primeira tese – sobre as possibilidades do fim do trabalho como o conhecemos – são relevantes as provocações de Gorz (1982; 2003) sobre a realidade da classe trabalhadora europeia na transição do fordismo para o modelo de acumulação flexível e a defesa do fim da centralidade do trabalho a partir do diagnóstico da redução do emprego formal e aumento das taxas de desemprego, ao lado da ampliação das atividades em serviços, na qual ele previu a formação de uma sociedade do desemprego e de uma sociedade do tempo liberado.

Gorz faz uma análise crítica sobre a postura da classe trabalhadora diante do domínio pleno do capitalismo. Já nos anos 50, ele apresentava alguns pontos de discórdia com a teoria marxista, quando questionava o papel do proletariado como classe revolucionária, considerando que no século XX, nada diferenciaria o proletariado das demais classes. Na década de 60, com a obra ‘Estratégia Operária e Neocapitalismo’, de 1964, Gorz questiona novamente o papel do proletariado como classe revolucionária, acreditando no pleno desenvolvimento da melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores com a implementação do *welfare state* nos países desenvolvidos, onde a diminuição da miséria estaria propiciando o crescente processo de ‘aburguesamento das massas’, passando a diminuir a postura revolucionária da classe proletária.

A fase mais polêmica do filósofo é inaugurada na década de 80 com o lançamento da obra ‘Adeus ao Proletariado’ (1982) tendo continuidade com ‘Os Caminhos do Paraíso’ (1988) e ‘Metamorfoses do Trabalho’ (2003). Para sair do rótulo de ‘sociólogo de tendência marxista’, ele faz uma profunda e crítica análise sobre a problemática do futuro do trabalho no capitalismo e de que forma as classes sociais estão se organizando para encarar este desafio, chegando a anunciar a abolição do trabalho e da classe trabalhadora afirmando que a teoria marxista não

teria mais propostas a oferecer à construção de uma sociedade do futuro, sendo, portanto, anacrônica em sua essência e que não mais corresponde às expectativas da modernidade, que busca formar novos trabalhadores engajados no desenvolvimento pleno da sociedade em rede²⁰.

Neste sentido, Gorz defende a tese do fim da centralidade do trabalho, considerada por ele como irreversível e que isto não seria algo a ser lamentado pelos trabalhadores, uma vez que uma nova sociedade estaria surgindo dos escombros da antiga. Com grande otimismo, ele anuncia o surgimento de uma sociedade do futuro, devidamente liberta da alienação do trabalho promovida na era fordista, criando condições para o surgimento de atividades denominadas de “auto-organizadas”, na qual o trabalho deixa de ter importância central na vida da sociedade e as pessoas busquem novas formas de desenvolvimento do capitalismo e do próprio trabalho.

Sendo assim, a globalização assume um papel importante nas transformações do mundo do trabalho, pois passa a ser uma resposta aos trabalhadores que a partir dos anos 60, passam, segundo ele, a atuar para além do fordismo com uma série de atos que buscavam ultrapassar os limites da “sociedade-Estado” como a criação de novas formas de produção e novas formas de controle social. Diante disso, Gorz coloca o capitalismo como o sistema vencedor na disputa com o socialismo pelo controle efetivo da realidade social, se aproximando da visão de Lester Thurow (O Futuro do Capitalismo - 2000) e Francis Fukuyama (O Fim da História – 1998) que alegavam que não havia mais disputa ideológica para os trabalhadores e sim um novo reordenamento da sociedade às regras do capitalismo.

Como um profundo observador da realidade, Gorz não pôde deixar de considerar os resultados da globalização e a crescente intensificação da concorrência nos mais diversos mercados, expressos na diminuição salarial, no crescimento das taxas de desemprego e nas perdas sociais com o fim do estado de bem-estar, bem como na crescente precarização do trabalho, que hoje se observa na realidade mundial (ANTUNES, 2005; OFFE, 1989; FORRESTER, 2001; RIFKIN, 1995). Apesar de buscar manter sua tese do fim da centralidade do trabalho, ele aponta como tendência, o predomínio do trabalho precarizado que passa a produzir dois tipos de trabalhadores: aqueles devidamente integrados ao sistema e ao *status quo* e aqueles que não estão integrados ao trabalho em escala global, conforme nos aponta Jameson em sua obra ‘Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio’ (2002). Ele nos indica

²⁰ O conceito de Sociedade em rede foi estabelecido por Manuel Castells no conjunto de obras intitulado ‘A Era da Transformação: economia, sociedade e cultura’, onde o papel do trabalhador ainda se encontra em um processo de ressignificação diante das profundas transformações promovidas pela modernização tecnológica. Utilizamos este termo neste momento do texto para interligar as ideias dos autores, apesar da profunda contradição entre eles, uma vez que Castells visualiza de forma não tão otimista o destino do homem que não está devidamente integrado à sociedade em rede.

que esta incapacidade de integrar os trabalhadores em um mesmo nível está presa não somente no aspecto político-educacional, mas também na incapacidade de se criar possibilidade de inclusão do trabalhador aos mecanismos da globalização e da modernização tecnológica.

Neste sentido, a perda da centralidade do trabalho torna-se imperativa, segundo Gorz, para que os indivíduos superem a heteronomia do trabalho e construam uma sociedade nova e calcada no princípio do “tempo livre”. Com a crescente diminuição do tempo de trabalho vivo exigido para a elaboração das mercadorias, Gorz determina que, além da abolição do trabalho, coexista com este o fim da lei do valor. Sendo assim, o fim da lei do valor, que é o resultado da redução do trabalho vivo, tiraria deste a atribuição de medida dos valores de uso, e o trabalho deixaria de ser a principal fonte de riqueza e o principal fundamento do valor, conforme afirmava Marx. Para o seu lugar, o autor coloca a ciência e a comunicação linguística como o eixo central da produção, em substituição ao tempo de trabalho incorporado nas mercadorias.

Esta tese representa para o autor a grande demanda a ser conquistada pela sociedade atual e futura. Para custear as demandas provocadas pela perda da centralidade do trabalho, Gorz alega que o capital deve assumir as responsabilidades inerentes a elas, considerando a possibilidade de que possa haver a redução salarial desde que resulte em redução do tempo de trabalho, e manutenção e ampliação do emprego.

O fim da centralidade do trabalho, a diminuição acelerada dos assalariados, a introdução de inovações tecnológicas trazidas com o advento da terceira revolução industrial, a diminuição do papel da luta de classes dentro do moderno capitalismo, tem como ápice a construção desta nova sociedade em que o indivíduo teria, diante da crise da racionalidade econômica capitalista, a possibilidade de que a individualidade das pessoas possa vir à tona de forma plena através da sociedade do tempo livre.

Para ele, a abolição do trabalho seria atribuição dos indivíduos expulsos do mercado de trabalho pela automatização e pela informatização, englobando quase todas as classes sociais, vinculados a atividades precárias e/ou provisórias. Ou seja, na sociedade contemporânea, ocorreria a dissolução, a partir das inovações tecnológicas, das relações sociais de produção de cunho capitalista, surgindo, no lugar da classe trabalhadora, a não-classe de não-trabalhadores ou neoproletários empregados em uma tarefa em que qualquer pessoa pode estar executando, à medida que a qualificação social é apreendida e transmissível, nunca é um saber autônomo (GORZ, 1982).

Neste sentido, para Gorz, o trabalho assalariado passaria a ser um elemento secundário na construção da identidade²¹ do neoproletário, haja vista que ele não se reconhecia nem na categoria de trabalhador e nem na de desempregado, percebendo o trabalho como o modo de sujeição ao sistema de produção, devendo tornar-se uma ocupação temporária pela qual os indivíduos adquirem a possibilidade de dar continuidade a atividades principais.

Partindo de uma indagação: “O Trabalho como categoria sociológica fundamental?” (1989), o alemão Claus Offe corrobora a perspectiva levantada por Gorz. O teórico aponta que o desemprego e subemprego proporcionariam a diminuição do entusiasmo do trabalhador frente ao trabalho, acarretando na formação de subculturas (cultura do desemprego) e de uma economia informal periférica próxima à pauperização, onde os participantes – uma não-classe de não-trabalhadores – adquirem aversão aos valores e regras da sociedade do trabalho e desejam mais tempo livre.

Para ele, a hostilidade aos valores da sociedade do trabalho se reflete na expansão da economia e do mercado de trabalho informal nos centros urbanos e nas economias periféricas. Além disso, a heterogeneização nas situações de trabalho, tais como diversidade em relação à renda, carga horária, qualificação, estabilidade no emprego, etc., tornaria o trabalho menos relevante na organização da estrutura social e no comportamento organizacional e político dos trabalhadores, acarretando na erosão “[...] das sustentações culturais e políticas de uma identidade coletiva centrada no trabalho” (OFFE, 1989, p. 93), o que acaba por definir a chamada sociedade pós-industrial de serviços.

Para Offe, essa nova estrutura societária que apresenta as fontes alternativas e solidárias para o trabalho social seriam o trabalho no domicílio privado e a atividade econômica autônoma – apesar da não atribuição de meios de subsistência ao trabalho doméstico e do reduzido aporte de capital do trabalho por conta própria – a partir do incentivo por parte das instituições públicas em relação ao acompanhamento, orientação e assistência. Ele ressalta, ainda, que a participação, da nova classe trabalhadora, nas atividades laborais da sociedade pós-industrial de serviços, acontece devido a avaliação que o indivíduo faz de suas chances, satisfações e vantagens econômicas oferecidos pelo trabalho formal, optando pela entrada no mercado informal da economia, uma vez que nesse processo de transformação social, o trabalho em serviços

²¹ Neste sentido, subentende-se a identidade aqui como expressão subjetiva, se referindo a tudo aquilo que é vivenciado como eu, onde as relações sociais ocupam lugar privilegiado na sua constituição. Convém lembrar que os elementos de articulação entre identidade e trabalho estão sendo trabalhados na visão de Maria das Graças Jacques (2002), pois ela aponta que a expressividade conferida ao trabalho na sociedade atribui ao papel do trabalhador, lugar de destaque entre os papéis sociais representativos do eu. Daí a importância do trabalho como uma fonte de significado e um senso de valorização pessoal.

regulariza e normaliza as condições do trabalho na produção industrial, mas as diferencia da produção de bens, mesmo sendo atividade de trabalho assalariado, por não ser regido pelos determinantes da racionalidade técnica e organizacional.

O norte-americano Jeremy Rifkin, na sua obra "O Fim dos Empregos" (1996), apresenta uma visão preocupante e, ao mesmo tempo, esperançosa do futuro, pois o mundo está entrando em uma nova fase de sua história, mas, ao contrário de autores como Alvin Toffler, de "A Terceira Onda" (1986), e Marshall McLuhan, de "Aldeia Global" (1990), ele prevê que a humanidade não terá um futuro tão brilhante e integrado, mais sim um declínio dos empregos em escala global. Esta fase, intitulada pelo autor de terceira revolução industrial²², é o resultado do surgimento de novas tecnologias que vão gradativamente substituindo o trabalho humano, relegando este a uma posição meramente periférica em relação à produção.

A partir de suas previsões pessimistas e sombrias para o futuro da humanidade dominada pelas máquinas, Rifkin afirma que o trabalho perdido pelo ser humano para as máquinas nunca mais será feito por homens. Nesta obra, desmistifica todos os paradigmas promovidos pelos donos do capital que afirmam que tais transformações irão apenas estimular o crescimento econômico. O autor afirma que a automatização oferece ganhos em produtividade e redução de custos, oferecendo a falsa visão que mais pessoas poderão entrar no mercado de consumo e adquirir bens, pois o mesmo produto que era inatingível para alguns consumidores, décadas atrás, hoje em dia está nas prateleiras a preços muito acessíveis. Com o desemprego gerado pela modernização tecnológica, passamos a duas indagações: Como o ser humano sem poder de compra pode consumir um produto? E qual seria o preço a pagar por este produto? Para ele, a produção de hoje não aumenta o nível dos empregos e sim, traz mais automatização reduzindo o trabalho dos seres humanos, ocasionando um declínio no nível dos empregos e uma drástica redução do poder aquisitivo da população mundial em escalas sem precedentes.

Rifkin faz uma análise profunda sobre a interferência da tecnologia na forma em que as pessoas vêm realizando suas tarefas na agricultura, produção e setores de serviço durante o nosso século. Para cada inovação, afirma o autor, vem um aumento de produtividade e cada inovação tem colocado à margem do mundo do trabalho milhares de operários com funções completamente abarcadas pelo desenvolvimento de novas tecnologias e que os coloca sem utilidade para o sistema.

²² Termo este fartamente utilizado depois por autores da Teoria Social, da Geografia e da História como forma de explicar a modernização tecnológica promovida pelo sistema capitalista com o fim de elevar a produção e reduzir custos com encargos sociais e impostos, pois a manutenção de equipamentos é bem mais barata do que custear os problemas relativos ao ser humano.

Não muito distante, Rifkin afirma que as "vítimas" do desemprego desencadeado por novas tecnologias, eram absorvidas pelos demais setores do mundo do trabalho. Nos dias de hoje, com o desenvolvimento das agroindústrias e das novas tecnologias, o trabalhador vem sendo substituídos gradativamente por máquinas que realizam a mesma atividade em tempo e custos menores, em turnos ininterruptos e sem as limitações da capacidade humana.

Para além da crise dos empregos, Rifkin afirma que nem todos estarão desempregados nesta nova sociedade baseada na informação e na robotização. Segundo o autor, um pequeno número de trabalhadores no setor da informação e do conhecimento irá prosperar nesta nova sociedade, uma vez que suas capacidades serão cada vez mais necessárias na criação, desenvolvimento e manutenção dos equipamentos necessários à continuidade do desenvolvimento tecnológico e automativo, colocando os profissionais da tecnologia como uma nova elite da sociedade²³.

Mesmo que surjam novas oportunidades e postos de trabalho criados pelas novas tecnologias, o autor afirma que tais oportunidades não serão suficientes para empregar o crescimento vegetativo da população, cada vez mais crescente e muito menos aqueles trabalhadores que perderam o emprego para as novas tecnologias.

Segundo Rifkin, as vagas que estão desaparecendo no mercado de trabalho se localizam principalmente nos níveis mais baixos da produção, podendo acarretar no aumento das taxas de criminalidade e miséria, uma vez que o desempregado desesperançado e desamparado do auxílio do Estado irá para as ruas em atitudes de descontentamento e violência, podendo gerar um caos social e tal fenômeno é o resultado da introdução da tecnologia, onde as empresas se colocam no direito de demitir os trabalhadores não adequados às inovações tecnológicas, criando, assim, um verdadeiro exército de desempregados que não podem nem ser considerados como um exército de reserva. Para os que conseguem permanecer em seus empregos, o sistema capitalista os condiciona a trabalhar cada vez mais, para ganhar salários cada vez menores.

Sendo assim, para Rifkin, o fim dos empregos na sociedade industrial pós-moderna se apresenta como consequência do crescimento constante da tecnologização e da terceirização da economia que passa a criar novas categorias de serviços e novas clivagens sobre o trabalho. Uma das soluções propostas por ele para reduzir os impactos gerados pela tecnologia cabe aos governos dos países, na qual eles devem sair do imobilismo e buscar o fortalecimento do

²³ Na obra 'Admirável Mundo Novo' (1997), Aldous Huxley mostra como seria o funcionamento de uma sociedade perfeita sem a necessidade do trabalho humano e colocando o ser humano como um apêndice reprodutivo do domínio completo da tecnologia, onde apenas uma elite dotada de conhecimento passa a determinar as ações da sociedade em escala geral. Nos dias de hoje, percebemos que algumas das maiores fortunas do mundo estão ligadas à elite da informação e da tecnologia.

chamado "Terceiro Setor" ou setor social, espaço em que devem ser conduzidas políticas diferenciadas dos setores comerciais e devem beneficiar e incluir os excluídos do mundo do trabalho pelo aspecto social.

Antunes (2009) faz uma análise crítica desta questão, lembrando que o terceiro setor

[...] essa forma de atividade social, movida predominantemente por valores não mercantis, tem tido certa expansão, com trabalhos realizados no interior das ONGs e outros organismos ou associações similares. Alternativa limitadíssima para repor as perdas de postos de trabalho causadas pela vigência da lógica destrutiva da sociedade contemporânea, o “terceiro setor” tem, entretanto, merecido reflexão em diversos países. Especialmente nos EUA e Inglaterra, onde é também um exemplo da exclusão do trabalho do sistema produtivo, em função do aumento do desemprego estrutural, uma vez que o “terceiro setor” incorpora uma parcela relativamente pequena daqueles trabalhadores que são expulsos do mercado de trabalho capitalista. Nesse sentido, em nosso entendimento o “Terceiro Setor” não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital (ANTUNES, 2009, p. 112 – 113).

Ele segue sua crítica apontando que:

Uma coisa é presenciar nas diversas formas de atividade próprias da economia solidária e do “Terceiro Setor” um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais veem-se, então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social. Aqui há, por certo, um momento de dispêndio de atividade útil e, portanto, positiva, relativamente à margem (ao menos diretamente) dos mecanismos de acumulação. Mas é bom não esquecer, também, que essas atividades cumprem um papel de funcionalidade em relação ao sistema, que hoje não quer ter nenhuma preocupação pública e social com os desempregados (ANTUNES, 2009, p. 113).

Neste sentido, para os críticos da sociedade do trabalho ocorre a negação da lógica destrutiva do sistema capitalista, através da formação da sociedade de serviços ou pós-industrial pelo neoproletariado (esquerda pós-industrial) que – por opção – se dedicaria a ocupações autônomas e/ou temporárias, ditas extra-econômicas, ampliando a esfera do não-trabalho ou se submeteriam à lógica exploratória do capital através de atividades cada vez mais precarizadas com o fim de conservarem seus postos de trabalho.

Para iniciar os debates com os defensores do fim da centralidade do trabalho, Antunes (2005; 2009) aponta que as formulações defendidas por Gorz e Offe representam uma visão europeizada que não condiz com a realidade dos países periféricos do capital internacional, já que para ele estas formulações defendem de forma implícita a sociedade de mercado, o capital

e seu caráter metabólico e reprodutivo, haja vista que se imagina uma sociedade do tempo livre, mas que convive com formas de trabalho estranho²⁴ ao olhar do capitalista. Para ele, uma vida cheia de sentido fora do trabalho supõe uma vida dotada de sentido dentro do trabalho, assim como uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho, pois

[...] não é possível compatibilizar trabalho desprovido de sentido com tempo verdadeiramente livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (ANTUNES, 2005, p. 64 – 65).

Os críticos da centralidade do trabalho acreditam que o trabalho não tem mais potencialidade estruturante nem como trabalho abstrato²⁵ e nem como trabalho concreto²⁶. Citando Marx, Lukács e encontrando eco com Engels (1990), Antunes (2005; 2009) aponta, em defesa da centralidade do trabalho, que somente ele constitui a passagem do ser biológico para um ser social, pois o trabalho é um criador de valor de uso indispensável para o intercâmbio material entre o homem e a natureza. Antunes afirma que Lukács, na sua ‘Ontologia do Ser Social’ mostra que

[...] o trabalho livre é também expressão de um primeiro momento de liberdade que a exploração e as formas diferenciadas de opressão procuraram suprimir. Por isso o trabalho, ao mesmo tempo em que transforma a natureza exterior, autotransforma a natureza de quem o realiza. Positiva ou negativamente. Unilateralizar o trabalho, e não aprender sua dúplice e contraditória dimensão, é deixar de perceber sua verdadeira fonte de riqueza (e também de miséria) (ANTUNES, 2005, p. 99).

²⁴ Que seja subentendido como "desvalorização do trabalhador" pelo capitalismo.

²⁵ Segundo a definição de Thomas Bottomore no Dicionário do Pensamento Marxista, esta é uma modalidade de trabalho para a qual “[...] a produção é destinada para a venda e não para uso próprio, ou seja, é uma atividade produtiva que tem como objetivo criar mais-valia, ou melhor, trabalho que visa à produção de mercadorias para troca, através de dinheiro. Gera valor de troca, à medida que produz mercadorias cujo valor excede a soma dos valores da força de trabalho e dos meios de produção consumidos no processo de sua produção. Assim, é trabalho onde os produtos resultantes são propriedades do dono dos meios de produção (capitalista), que compra esses meios de produção e a força de trabalho (produtores imediatos)” (BOTTOMORE, 2001, p. 383-384).

²⁶ Ainda segundo Bottomore (2001, p. 386) este é um trabalho que cria valor de uso, ou seja, valores socialmente úteis. Gera produtos para consumo direto do produtor. Encerra relações de produção, que não são as de produção capitalista (produção de valor de troca), ou seja, os produtos gerados por esse tipo de trabalho não produzem mais-valia ou lucro para nenhum capitalista, à medida que não são vendidos ou trocados por dinheiro. De acordo com Marx, na sua teoria sobre a circulação, “A forma imediata da circulação de mercadorias é M-D-M, conversão de mercadoria em dinheiro e reconversão de dinheiro em mercadoria, vender para comprar. Mas ao lado dessa forma encontramos uma segunda, especificamente diferente: a forma D-M-D, conversão de dinheiro em mercadoria e reconversão de mercadoria em dinheiro, comprar para vender. O dinheiro que circula deste último modo transforma-se, torna-se capital e, segundo sua determinação, já é capital” (MARX, 2011, p. 291).

Baseado na defesa da centralidade do trabalho e apresentando argumentos lukacsianos com base no trabalho como elementos da ontologia do ser social para sua resposta aos defensores do modelo europeu, Antunes afirma que no processo de trabalho

[...] tem lugar um distanciamento, uma complexificação e uma ampliação que, entretanto, não rompem o liame e os vínculos indissolúveis entre essas esferas da sociabilidade, vínculos que ocorrem tanto na gênese como no próprio processo emancipatório (ANTUNES, 2005, p. 89).

Neste sentido, ele aponta que os vínculos entre a subjetividade e o trabalho são indissolúveis, pois

[...] tanto na gênese do ser social quanto no seu desenvolvimento e no próprio processo emancipatório, o trabalho, como momento fundante da própria subjetividade humana, por meio da contínua realização das necessidades humanas, da busca da produção e reprodução da sua vida societal, da gênese da própria consciência do ser social, mostra-se como elemento ontologicamente essencial e fundante (ANTUNES, 2005, p. 89 - 90).

Para ele, a grande batalha da humanidade em nível central é “[...] a busca de uma vida cheia de sentido dentro e fora do trabalho. O que mostra, em nosso entendimento, a força e a centralidade contemporânea do trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 38)²⁷.

Ranieri (2016) complementa esta análise de forma metodológica ao apontar que

[...] só se pode compreender a criação da sociedade a partir do auto-desenvolvimento ontológico do próprio trabalho. E nesse último, nessa arquitetônica de Marx, aparece então como algo mais do que um simples conceito. Trata-se, na verdade, de uma *categoria* – um elemento conceitual a partir do qual se estabelece a ordem de uma ciência. O pressuposto de Marx é que a vida humana não poderia configurar-se como tal se a própria humanidade não tivesse se apropriado das forças exteriores a ela e compreendido os elementos causais internos à realização dessas forças (RANIERI, 2016, p. 131).

Ranieri (2016), reforça este ponto de vista ao afirmar que devemos sempre apontar que o capital não sobrevive sem o trabalho e este atua de forma inalienável da vida humana pois ele atravessa a história humana a partir do desenvolvimento dos modos de produção, onde devemos fazer a separação entre trabalho abstrato e concreto quando falamos nas atividades humanas, fator este que merece atenção ainda na atualidade, uma vez que

²⁷ Na análise empírica dos dados, presentes nos capítulos 03, 04 e 05 deste texto, faz-se um debate sobre o sentido que os trabalhadores dão ao processo de trabalho e a falta dele nas suas vidas.

[...] a tarefa de definir a vida humana e também os anseios dos homens a partir do trabalho é o mesmo que procurar expor suas preocupações prático-teóricas daquele modo que Marx nos ensinou, que é o de apresentar o objeto a partir dos elementos internos de sua própria constituição, do ponto de vista das determinações que esse objeto sofre para ser o que é. Não há como compreender teoria sem considerar que a sociedade (ou a interação entre seres humanos viabilizada pela produção e reprodução da vida por meio de sua relação com a natureza) é a estrutura a partir da qual se expõe fundamentalmente o próprio cerne interior de realização de qualquer tarefa, seja ela abstrata ou concreta, na medida em que os indivíduos são, por definição, sociais – ou não seriam indivíduos. Em outras palavras, a concepção de Marx parte da ideia de seres humanos que vivem e se formam socialmente, sem propor qualquer antítese ou oposição entre indivíduo e sociedade; por outro lado, a relação entre homem e natureza surge como um intercâmbio que se desenvolve historicamente por meio do trabalho e que ao mesmo tempo cria e transforma as relações sociais entre os seres humanos (RANIERI, 2016, p. 127 - 128).

Ao fazer a análise crítica sobre o fim da centralidade do trabalho proposto por pensadores como Gorz, Offe e Habermas, Antunes (2005; 2009) aponta que o trabalho deve ser dotado de sentido, dentro e fora dele e que se estabelece uma profunda relação dele como elemento que garante a Socialidade entre os indivíduos. Para ele:

Entretanto, enquanto se opera no plano gnosiológico a desconstrução ontológica do trabalho, paralelamente, no mundo real, este se reconverte em uma das mais explosivas questões da contemporaneidade. Trabalho e desemprego, trabalho e precarização, trabalho e gênero, trabalho e etnia, trabalho e nacionalidade, trabalho e ecologia, trabalho e corte geracional, trabalho e materialidade, trabalho e imaterialidade, trabalho e qualificação, trabalho e desqualificação; muitos são os exemplos da transversalidade, da vigência e, acrescentemos, da centralidade da forma social trabalho no mundo contemporâneo (ANTUNES, 2005, p. 25-26).

Autores que debatem o papel da centralidade no mundo do trabalho apontam que os autores que defendem o fim da centralidade do trabalho procuram dar respostas para a crise estrutural do capital que se instalou a partir da década de 1970 e focaliza sua análise na crise do movimento operário, momento em que o mundo do trabalho passou por uma situação extremamente crítica e que pode ser a maior desde o surgimento da classe trabalhadora e do próprio movimento operário (ALVES, 1999; 2011; ANTUNES; BRAGA, 2009; RANIERI, 2016; CARVALHO, 2016) .

Como foi falado anteriormente, neste período o capitalismo começou a dar sinais de um quadro crítico que se evidenciou com queda nas taxas de lucro, crise/esgotamento do padrão de acumulação taylorista/fordista de produção, a hipertrofia da esfera financeira, a maior concentração de capitais graças às fusões entre as empresas monopolistas e oligopolistas, a crise do *welfare state* e dos seus mecanismos de funcionamento e o incremento acentuado das privatizações.

Esta crise desemboca no neoliberalismo e na reestruturação produtiva da era da acumulação flexível, o que acarretou profundas modificações no mundo do trabalho – entre elas um enorme desemprego estrutural e um crescente contingente de trabalhadores em condições precarizadas, além da degradação do meio ambiente –, modificações estas conduzidas pela lógica societal voltada para a produção de mercadorias e para a valorização do capital.

Para Antunes (2005):

Há ainda em curso na sociedade contemporânea outra tendência criada pela crescente imbricação entre trabalho material e imaterial, uma vez que se presencia, no mundo contemporâneo, além da monumental precarização do trabalho acima referida, uma significativa expansão do trabalho dotado de maior dimensão intelectual, quer nas atividades industriais mais informatizadas, quer nas esferas compreendidas pelo setor de serviços ou nas comunicações, entre tantas coisas. A expansão do trabalho em serviços, em esferas não diretamente produtivas, mas que muitas vezes desempenham atividades imbricadas com o trabalho produtivo, mostra-se como outra característica importante da noção ampliada de trabalho, quando se quer compreender o seu significado no mundo contemporâneo (ANTUNES, 2005, p. 36-37).

Como resposta ao processo de crise do capital, o caráter metabólico²⁸ do sistema iniciou um processo de reorganização do próprio capital e de seu sistema de dominação, que aparecem no estabelecimento do neoliberalismo como política de estado, a privatização e desmontagem das estatais e a desregulamentação dos direitos do trabalho, impondo a seguir um processo de reestruturação produção e do trabalho, buscando dotar o capital do instrumental necessário para repor os patamares de expansão anteriores, acrescidos de um caráter de alienação nunca antes estabelecido, no qual o trabalhador não se reconhece nem na mercadoria e tampouco no trabalho, já que

Sob o capitalismo, esse expediente de controle da reprodução aparece como algo efetivamente mais difícil de se obter, na medida em que a generalização da oposição entre trabalho e capital se faz presente como a contraposição genérica que dá forma às relações humanas. O que se encontra aí não é a sociabilidade do trabalho como elemento inalienável do progresso humano, mas a sociabilidade do capital como fator

²⁸ Para efeito de entendimento, este termo é atribuído ao fato de que o capitalismo, mesmo cheio de contradições e períodos de crise, modifica e adapta as suas dinâmicas de acordo com as nuances propostas pelas mudanças sociais e do desenrolar da história, sobrevivendo aos reveses e inovando suas formas de exploração e expropriação do trabalho do trabalhador e viabilizando um processo cada vez mais ressignificado e sofisticado de acumulação e reprodução do capital, além de ampliar de forma ideológica a alienação da classe trabalhadora. Baseado em uma ontologia marxista, este caráter se manifesta no processo de construção do poder de classe introduzido pela burguesia no imaginário coletivo e nas respostas burguesas para a manutenção deste poder que vão desde a implementação de uma visão filosófica dita liberal e igualitarista, sua mudança política através de processos revolucionários, introdução de um ideário econômico e social que constrói um discurso ilusório de inclusão, desenvolvimento e liberdade que em verdade não atinge a todos, mesmo que em sua exegese seja dito desta forma. Esta ideia é melhor compreendida quando se busca uma perspectiva de análise como a de Mézários que aponta a busca incessante do sistema capitalista para se manter no poder, pois apresenta domínio ideológico que vende uma falsa ideia de emancipação para o ser humano, ao passo que somente pensando de forma livre e para além do caráter metabólico do sistema o ser será efetivamente livre.

histórico que determina a realidade da apropriação para si mesmo do trabalho, ao qual se opõe na geração da mercadoria que é – ela mesma – capital. A existência do capital determina e aprisiona o caráter efetivador do trabalho, mas ao mesmo tempo, não pode prescindir dele. No capitalismo, o lugar de realização consciente é o do auge do despojamento, da completa despossessão daqueles elementos que se relacionam diretamente à interação entre produtor e produto do trabalho (RANIERI, 2016, p. 140).

Foi nesse contexto que as forças do capital conseguiram reorganizar-se, introduzindo novos desafios para o mundo do trabalho, que se viu a partir de então em condições bastante desfavoráveis. A reorganização capitalista que se seguiu, com novos processos de trabalho, recuperou temáticas que haviam sido propostas pela classe trabalhadora e produziram uma noção ampliada da classe trabalhadora que deve incluir também

[...] todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial e dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende a sua força de trabalho para o capital. Incorpora o proletariado precarizado, o sub-proletariado moderno, *part-time*, o novo proletariado dos *McDonald's*, os trabalhadores terceirizados e precarizados, *os trabalhadores assalariados da chamada “economia informal” – que muitas vezes são subordinados ao capital* –, além dos trabalhadores desempregados, expulsos do processo produtivo e do mercado de trabalho pela reestruturação do capital e que hipertrofiaram o exército industrial de reserva na fase de expansão do desemprego estrutural (ANTUNES, 2005, p. 60 – grifo meu).

Assim, as mutações no universo do trabalho dos proletariados – por causa da automação, da robótica, da microeletrônica, com a redução do operariado industrial, manual e aumento da subcontratação vinculada à economia informal – levam os críticos da sociedade do trabalho a constatarem a perda e relevância do trabalho abstrato, convertida em sociedade pós-industrial e de serviços e deduzirem e generalizarem o fim da sociedade do trabalho concreto. Esta heterogeneização no mundo do trabalho reflete a precariedade do emprego e da remuneração: a desregulamentação das condições de trabalho e a conseqüente regressão dos direitos sociais, bem como a ausência de proteção sindical, no processo de apropriação do sobreproduto social. Neste sentido, portanto,

[...] a classe trabalhadora fragmentou-se, heterogeneizou-se e complexificou-se ainda mais. Tornou-se mais qualificada em vários setores, como na siderurgia, em que houve uma relativa “intelectualização” do trabalho, mas desqualificou-se e precarizou-se em diversos ramos, como na indústria automobilística na qual o ferramenteiro não tem mais a mesma importância, sem falar na redução ou mesmo eliminação de inspetores de qualidade, dos gráficos, dos mineiros, dos portuários, dos trabalhadores da construção naval etc. criou-se, de um lado, em escala minoritária, o trabalhador “polivalente e multifuncional” da era informacional, capaz de operar máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais “intelectual” (sempre entre aspas). E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas

de *part-time*, emprego temporário, parcial, precarizado, ou mesmo vivenciando o desemprego estrutural. Esse é, em nosso entendimento, o eixo do debate sobre a crise da sociedade do trabalho, o que é muito diferente de dar adeus ao trabalho ou determinar gnosiologicamente o fim da centralidade do trabalho (ANTUNES, 2005, p. 31-32).

Esta situação cria uma nova morfologia do trabalho nas sociedades contemporâneas, que tem como núcleo central

[...] os trabalhadores produtivos (no sentido dado por Marx, especialmente no *Capítulo VI*), e não se restringe ao trabalho manual direto, mas incorpora a totalidade do trabalho social e do trabalho coletivo assalariado. Como o trabalhador produtivo é aquele que participa diretamente do processo de valorização do capital, ele detém, por isso, um papel de centralidade no interior da classe trabalhadora. [...] Todavia, como há uma crescente imbricação entre trabalho produtivo e improdutivo, no capitalismo contemporâneo, e como se a classe trabalhadora incorpora essas duas dimensões básicas do trabalho sob o capitalismo, a noção ampliada nos parece fundamental para a compreensão do que é a classe trabalhadora hoje (ANTUNES, 2005, p. 60).

Para tanto, as formas de inserção ocupacionais são constituídas, em alguns casos, por serviços que dispõem de alta tecnologia e trabalho qualificado, que na verdade são expressões de um processo de precarização do trabalho, dentro do novo modelo de organização material da sociedade de classes, ou seja, essas formas de atividades de trabalho atípicas são, na realidade, devido ao sentido de exclusão do sistema capitalista, na busca pela manutenção e/ou aumento de lucratividade, formas de rebaixamento dos custos de produção, através da diminuição do investimento em mão-de-obra (força de trabalho), o que nos leva para questões que vão se tornando cada vez mais cruciais nos tempos atuais: como o sistema irá se desenvolver para que as pessoas possam consumir os seus produtos se o nível de emprego baixar de forma gradativa e a população crescer de forma geométrica, uma vez que até 2050 teremos dez bilhões de seres humanos no planeta? Quais as formas de trabalho que o sistema irá apresentar como inovadoras para que possam se manter no poder? Quais as novas formas de legitimação do poder capitalista que vêm sendo trabalhadas de forma a retirar os direitos dos trabalhadores e que tipo de qualidade de vida será oferecida para a maioria da população que não está incluída na classe econômica dominante?

Uma das respostas do capitalismo gira em torno da formação de um exército de reserva com postos de trabalho de baixa qualidade, completamente precarizado e sem nenhum direito garantido por Lei, no qual os capitalistas se utilizam de vários mecanismos como a subcontratação (trabalhadores contratados por tarefa pela empresa ou outras unidades empresariais subcontratadas, sendo comum a inexistência de contrato de trabalho formalizado neste tipo de empresa), o trabalho por tempo determinado (contrato de trabalho sem as normas

que regem os trabalhadores contratados por tempo indefinido), o trabalho em tempo parcial (salários e demais direitos trabalhistas serão proporcionais à jornada semanal de trabalho) e pelo trabalho autônomo (produção de bens ou prestação de serviços, sem nenhum tipo de direito ou benefício garantido ao trabalhador assalariado, ou melhor, a condição de autonomia não incorpora direitos e benefícios constitucionais), entre outros²⁹ (ANTUNES, 2005; 2009; ANTUNES; BRAGA, 2009; ALVES, 1999; 2011; DAL ROSSO, 2011).

Faz-se necessária e atual a separação da ideia de subcontratação e a de terceirização, dada a diversificação nos modos de inclusão do trabalhador no processo de produção material da sociedade capitalista contemporânea. De acordo com Rudit (apud CATTANI, 2002, p. 335-41) o termo subcontratação se refere ao recurso gerencial em que uma empresa contrata outra unidade empresarial para a execução de atividades auxiliares à produção. Já a terceirização expressa transferência de parte do processo produtivo (atividade-fim) de uma empresa para outra unidade empresarial, com independência administrativa e de capital, visando a flexibilização da produção e do trabalho e que opere interna ou externamente aos limites espaciais da contratante.

As duas relações são mascaradas nos discursos daqueles que defendem o fim da centralidade do trabalho e pelos idealizadores de uma nova sociedade do trabalho porque, em essência, os trabalhadores subcontratados, longe da vigilância do contratante, poderiam definir a duração da jornada de trabalho, que tende a ser mais longa por causa dos prazos para entrega da mercadoria, ao lado da baixa remuneração, sonegação de direitos e benefícios trabalhistas (tais como os benefícios decorrentes de acidentes de trabalho ou licença médica), nulidade da capacidade de negociação entre contratante e contratado por causa da inexistência de organização e atuação coletiva, com transferência para os trabalhadores dos custos de produção, como os gastos com energia, equipamentos, espaço, etc. na produção dos bens e/ou serviços, explicitando-se uma ressignificação de práticas ulteriores de exploração do trabalhador sob nova roupagem, o que reforça o que foi anteriormente colocado sobre o caráter metabólico do capital, que emerge de forma cada vez mais dominante sobre a vida humana dos seus períodos de crise.

Para os que defendem a tese da centralidade do trabalho, os processos constantes de reestruturação do padrão produtivo ligados ao caráter metabólico do capitalismo, que se

²⁹ Recentemente, no ano de 2019, o Estado Brasileiro, através do seu presidente e do seu ministro da economia, vem utilizando uma espécie de ‘mantra’ para justificar ideias de redução gradativa dos direitos dos trabalhadores ao afirmar que os trabalhadores pedem “menos direitos e mais empregos”, de acordo com a declaração deveras jocosa do presidente brasileiro que tenta ligar a crise atual do desemprego – que é global e do sistema capitalista – aos direitos conquistados pelos trabalhadores desde a década de 1940.

utilizam tanto de antigos quanto de novos mecanismos de acumulação e que geram uma grande precarização do trabalho e aumento do exército industrial de reserva, não impedem a efetiva emancipação humana da classe-que-vive-do-trabalho, mesmo sendo mais complexo e difícil do que foi no passado. Para eles, conforme os discursos desmobilizadores das lutas dos trabalhadores atingem patamares globais, mais global deve ser a organização e a luta dos trabalhadores por melhores condições de trabalho ou até mesmo de garantir trabalho que possa assegurar a sobrevivência, já que

Essa nova conformação produtiva do capital desafia, portanto, crescentemente o mundo do trabalho, uma vez que o centro da confrontação social contemporânea é dado pela contradição entre o capital social total e a totalidade do trabalho. Assim como o capital utiliza-se desses mecanismos mundializados e dispõe de seus organismos internacionais, a luta dos trabalhadores deve ser cada vez mais caracterizada pela sua configuração também internacionalizada. E, nesse terreno, como sabemos, a solidariedade e a ação de classe do capital está bem à frente da ação dos trabalhadores. Muitas vezes a vitória ou derrota de uma greve em um ou mais países depende do apoio, solidariedade e ação de trabalhadores em outras unidades produtivas da mesma empresa (ANTUNES, 2009, p. 116).

Neste sentido, os defensores da centralidade do trabalho apontam que dado os enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do processo produtivo, ocorre ampliação do leque do subproletariado para impulsionar ações anticapitalistas, dotados de um sentido emancipador, que lutam para abolir o trabalho abstrato/assalariado, a condição de sujeito-mercadoria e instaurar a sociedade do tempo disponível e da produção de bens socialmente úteis e necessários³⁰, fundada no trabalho concreto como forma de garantir soluções contra os efeitos do desemprego estrutural, haja vista que o desemprego expressa aumento do excedente de força de trabalho no mercado e relações de trabalho precário e instável, traduzido no trabalho informal e temporário. Daí que a contradição da forma de produção capitalista (que é produção de valor de uso e de mais-valor) leva ao isolamento individual, às formas de criminalidades, à formação de guetos de setores excluídos, até formas mais ousadas de explosão social.

Estes reflexos recaem diretamente nas pessoas, molas-mestras do funcionamento da sociedade por meio do trabalho, pois

O mundo do trabalho dos países centrais, com repercussões também no interior dos países de industrialização intermediária, tem presenciado um processo crescente de exclusão dos jovens e dos trabalhadores considerados “velhos” pelo capital: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, sem perspectivas frente à vigência da sociedade do desemprego estrutural. E aqueles com cerca de 40 anos ou mais, uma vez excluídos do trabalho dificilmente conseguem

³⁰ “Força de trabalho sem emprego ou parcialmente empregada, denominada por Marx de reserva de mão-de-obra necessária à acumulação do capital” (BOTTOMORE, 2001, p. 144).

se requalificar para o reingresso. Ampliam os contingentes do chamado trabalho informal, além de aumentar ainda mais os bolsões do exército industrial de reserva. A expansão dos movimentos religiosos tem se utilizado enormemente desses segmentos de desempregados. O mundo do trabalho capitalista moderno hostiliza diretamente esses trabalhadores, em geral herdeiros de uma “cultura fordista”, de uma especialização que, por sua unilateralidade, contrasta com o operário polivalente e multifuncional (muitas vezes no sentido ideológico do termo) requerido pela era toyotista. Paralelamente a esta exclusão, há uma inclusão precoce e criminosa de crianças no mercado de trabalho, não só nos países asiáticos, latino-americanos, mas também em vários países do centro (ANTUNES, 2009, p. 112).

Compreendemos que o nível de emprego depende do comportamento global da economia. E com o esgotamento do processo de desenvolvimento econômico de um país temos como resultado o problema atual do emprego em decorrência direta das baixas taxas de crescimento da economia.

O desemprego estrutural está associado a uma herança histórica resultante da reforma de condução das políticas industriais e à falta de reformas clássicas do capitalismo contemporâneo, como mudanças na estrutura fundiária, construção de um Estado de bem-estar social, criação de um sistema tributário progressivo, entre outras, o que nos leva a pensar no caso brasileiro, que absorve os debates presentes na realidade econômica mundial.

Quanto às concepções políticas voltadas ao pleno emprego, a socialdemocracia enfoca a incorporação de políticas de geração de emprego e renda ao projeto mais amplo de desenvolvimento econômico e social e a neoliberal destaca o controle equilibrado do gasto público e a focalização dos programas para determinados segmentos de trabalhadores. Porém, a tese predominante é que quanto mais desregulamentado o mercado de trabalho, mais favorável será a elevação do nível de emprego, colocando a necessidade de uma política de flexibilização das leis trabalhistas como forma de garantir o desenvolvimento econômico e social de um país.

Neste sentido, observamos que quem é contra a flexibilização das leis trabalhistas justifica-se dizendo que a redução da rigidez nas regras de funcionamento do mercado de trabalho amplia a insegurança do trabalho, da renda e do emprego com pessoas marginalizadas dos programas de seguridade social e o avanço das ocupações precárias e ainda se apoia na afirmação de que os países que mais avançaram nos programas de flexibilização do mercado de trabalho não são bons exemplos de economias com menores níveis de desemprego e de insegurança quanto à renda, ao trabalho e ao emprego.

Quem é a favor, justifica-se apoiando a flexibilização da jornada de trabalho, o banco de horas, contratação por prazo determinado, nas tentativas de usar a arbitragem na negociação de cláusulas de paz que afastam os conflitos destrutivos em troca da vida individual e familiar, entre outras, que poderiam evitar aumentos na taxa de desemprego aberto, reduzindo, ou até

mesmo invertendo os incentivos criados para trabalhadores e empregadores a relações de trabalho de curto prazo e à informalidade.

Para que haja uma mudança na legislação trabalhista é necessário que a sociedade discuta a flexibilização dos direitos conquistados por categorias profissionais ao longo de muitos anos, mas a flexibilização sozinha não resolverá o problema do desemprego no mundo do trabalho. Para tanto a geração de emprego depende de investimentos, juros, câmbio, política industrial, política de comércio exterior, aceleração do crescimento e na melhoria da educação.

Como pudemos constatar, o mundo do trabalho passou por profundas transformações, como a não constatação da tomada do poder pelo proletariado, aprofundamento das contradições entre trabalhadores e patrões, avanços tecnológicos que reduziram drasticamente o quantitativo de trabalhadores nas indústrias, flexibilização da produção e do trabalho e a terceirização apontada pelos defensores do fim da centralidade como uma forma de garantia de trabalho para todos e defendida de forma ferrenha pelos representantes das elites.

Apesar de todos estes fatos afetarem o trabalho enquanto categoria e colocar em xeque o *modus vivendi* da classe trabalhadora, podemos afirmar que ainda nos dias de hoje o trabalho exerce forte centralidade na sociedade contemporânea, ao utilizar uma concepção bem mais abrangente do conceito que venha a abarcar uma ampla diversidade de atividades que não estão diretamente ligadas com o processo de produção, mas que constrói relações dialógicas com ele no sentido de buscar novas formas de se colocar em uma posição de ser-estar no mundo da classe trabalhadora e de como ela pode reagir diante das mudanças que são desenhadas no mundo moderno.

2.4 INFORMALIDADE: SAÍDA PARA A MANUTENÇÃO DA SOCIEDADE DO TRABALHO?

As atividades informais existem desde a construção das sociedades e de suas trocas econômicas. Enquanto conceito debatido nas ciências humanas, o termo foi criado na década de 1960 e este conceito gira em torno da ideia de que o trabalho assume uma nova-velha roupagem, para além do debate presente nas relações do chão da fábrica. Vale lembrar que a sofisticação do moderno conceito de trabalho advém, conforme discutido anteriormente, do desenvolvimento do trabalho assalariado proporcionado pelo capitalismo, em especial a sua versão industrial.

A informalidade, grosso modo, pode ser vista como uma possível resposta para as sociedades em que os processos de assalariamento são concebidos de forma pouco

generalizada, onde as relações passam pelos processos de absorção da mão-de-obra não ocupada nas funções formais. Para autores como Cacciamali (2002) e Machado da Silva (2002) a informalidade funciona como uma resposta feita de forma criativa e espontânea pelas massas de trabalhadores para a crise do emprego na contemporaneidade, mas que é fortemente marcada pela vulnerabilidade na sua proteção e precariedade na sua condição, pois apesar de – principalmente nas ruas – garantirem a circulação de mercadorias e serviços, estes trabalhadores contam cada vez menos com um sistema de proteção social que garanta a eles melhores condições de permanência.

Por ser recente, a ideia de informalidade é um conceito em busca de uma consolidação dentro das ciências sociais, em especial na sociologia do trabalho, pois diferentes pesquisadores a definem de diferentes formas. Por exemplo, quando se trabalha o debate acerca do setor informal, alguns autores o definem de forma diferenciada da economia informal e o trabalho informal apresenta nuances diferenciadas dos dois termos supracitados, dependendo do referencial teórico envolvido e dos atores analisados.

Como forma de estabelecer uma questão metodológica para este estudo sobre os camelôs e ambulantes das ruas de Macapá, parte-se do entendimento do desenvolvimento do conceito de setor informal desde seus aspectos iniciais e seus posteriores desdobramentos, como a definição de economia informal, trabalho informal, nova informalidade e até a ressignificação do conceito de empreendedorismo em busca do estabelecimento de situações formais, fatores de construção deste debate.

2.4.1 Debates acerca da construção do conceito de informalidade

Os primeiros debates efetivos sobre a questão da informalidade – mesmo ela sendo uma prática econômica bastante antiga – surgem a partir das pesquisas do antropólogo inglês Keith Hart que, a partir dos estudos sobre as oportunidades de renda e emprego nas áreas urbanas do Quênia e de Gana no início dos anos 1970, percebeu que no setor informal – termo criado por ele e incorporado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) – a população urbana pobre obtém seus rendimentos a partir das atividades desenvolvidas para além das relações formais e que funcionava como uma forma de, além de garantir a renda, promover a circulação de mercadorias entre as populações mais pobres e absorver o contingente oriundo do êxodo rural nestes países, dando, inclusive uma nomenclatura para eles, os *urban sub-proletariat*.

Para que esta divisão fosse melhor visualizada, ele classificou as principais fontes de renda ou setores da economia em:

- **Formais:** atividades regulamentadas pelo estado como o trabalho assalariado nas fábricas e empresas ou geridas por ele como aposentadorias, pensões, subsídios;
- **Informais:** atividades não regulamentadas pelo estado e que se caracterizam pela grande variedade de formas de trabalho que não estão inseridas nas fábricas e empresas de modo legal ou regulamentado. No início havia uma preocupação sobre a integração destes trabalhadores à estrutura econômica vigente, haja vista que eram entendidos como uma situação provisória.

Durante as suas pesquisas em Gana no começo da década de 1970, Hart (1973) percebeu o vigor das atividades das ruas, na qual vendedores e consumidores estavam inseridos em um mercado em que não eram reconhecidos legalmente, pois apesar das pessoas serem consideradas ‘desempregadas’, elas estavam trabalhando, desenvolvendo e se envolvendo em atividades econômicas que, para além das relações formais, poderiam ser entendidas como associadas a irregularidades e ilegalidade. Foi neste sentido, a partir da forma como ele pensou as relações e grupos sociais como formando uma “economia informal”, foi que ele cunhou o termo em 1970 (MIRANDA; SILVA, 2016).

Apesar de, em alguns casos, as atividades informais serem consideradas ‘ilegais’ por certas abordagens e, em muitos casos, na prática ela pode estar exposta e muito próxima à ‘ilegalidade’, vale ressaltar uma distinção entre atividades legais e atividades ilegais. A primeira é entendida como atividade ‘socialmente aceita’, como por exemplo, a geração de renda, de lucro e de alugueis, ao passo que a outra está relacionada a venda e circulação de produtos oriundos de atividades consideradas ilícitas como o contrabando, roubo, tráfico, entre outros (MIRUS; SMITH, 1997). Apesar de que no setor informal urbano a linha que separa o legal do ilegal seja relativa e tênue e, geralmente, podemos fazer essa distinção facilmente, em outros casos cabe grande debate (MIRANDA; SILVA, 2016).

Esta questão encontra eco na análise de Rocha e Nascimento (2010), ao observar, baseado nos estudos de Lomnitz ([1975] 2006; 2009) e Sousa (2006; 2008) que a informalidade, neste sentido,

[...] trata-se de uma atividade econômica de subsistência, atividade esta que obedece a leis próprias, possuem um padrão organizativo que difere das relações econômicas formais em geral, no sentido que se desenvolvem por meio de valores tradicionais como confiança, amizade, crença e reciprocidade que possuem a característica de conter em si transações econômicas, diferentemente dos vínculos formais regidos pela lógica do mercado que relega ao econômico uma esfera autônoma, apartada da interação cotidiana na sociedade. O aspecto tradicional destas atividades está sendo tratado como inerente às relações sociais existentes dentro da Economia Informal. Tal conceituação foi precedida por um longo debate subjacente a busca pela compreensão do fenômeno da informalidade, bem como possibilitou avanços para distinção

conceitual de manifestações empíricas de espécies diferentes sob o gênero da informalidade, como a Economia Ilícita (ROCHA; NASCIMENTO, 2010, p. 52).

O termo “setor informal” foi bastante difundido e utilizado a partir dos estudos da Organização Internacional do Trabalho (OIT) realizados no Quênia de 1972 até o início dos anos 80. No final da década de 1960, a OIT havia criado o *Programa Regional Del Empleo para América Latina y el Caribe* (PREALC). Segundo ela, o desenvolvimento econômico não estava sendo suficiente para a formação de um mercado de trabalho e economia equilibrados, o que não daria condições para o surgimento de melhores salários, principalmente para a parcela da população que estava na pobreza absoluta.

De acordo com Hugon (1997), o principal propósito no campo teórico-acadêmico era buscar responder aos dilemas apresentados pelas teorias da modernização, que argumentavam que os segmentos modernos da economia absorveram o setor tradicional e se afastavam gradativamente do ideal do pleno emprego, onde as atividades informais eram entendidas como parte de um ‘setor’ que se tornou um importante foco de discussão sobre o mercado de trabalho nos tempos contemporâneos na figura do chamado ‘setor informal urbano’, nomenclatura utilizada pela OIT desde a década de 1970 e que no Brasil permaneceu como gerador de dados sobre o setor até 2003, onde o IBGE realizou pesquisas sobre o tema ‘economia informal urbana’. Estas pesquisas revelam que o ‘setor informal’ da economia absorveu um importante contingente de mão-de-obra desempregada que se via nesta atividade de trabalho de forma provisória, mas que acabou por permanecer nela e até desenvolver-se de forma a buscar regularizar a sua situação.

Para Silva (2002, p. 83):

Desde sua origem, “informal” tem sido uma noção orientada para discutir “o outro lado” da problemática, se não exatamente do emprego, ao menos da mobilização ativa do trabalho – ou seja, ela foi proposta para analisar as dificuldades e distorções da incorporação dos trabalhadores ao processo produtivo em contextos onde o assalariamento era pouco generalizado.

Análises anteriores aos estudos da OIT e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), realizadas entre as décadas de 1960 e 1970, quando das condições de modernização dos países subdesenvolvidos e como as massas de trabalhadores subsistiam nas cidades em expansão. Uma das primeiras preocupações dos pesquisadores era mostrar como os números do desemprego não aumentavam, apesar da espantosa velocidade do êxodo rural.

Para além de explicações feitas inicialmente para explicar a absorção de mão-de-obra que variam desde o parasitismo – onde um trabalhador mantém outros não-trabalhadores - até

o simples processo de circulação oriundos da migração campo-cidade que se revelavam inconsistentes, o setor informal absorvia os contingentes de trabalhadores, gerava outras fontes de renda, promovia a circulação de mercadorias e fluxos financeiros das cidades. Neste sentido, as perspectivas de análise passaram a considerar um setor outrora denominado como atrasado como positivo e passou a ser estudado a partir de seu caráter dinâmico e heterogêneo (MACHADO DA SILVA, 1971; 2002; HUGON, 1997; SILVA, 2002; GALEAZZI, 1994).

De acordo com Peres (2015), o debate ganha corpo de fato a partir da pesquisa desenvolvida pela equipe de Hart para a elaboração do relatório para a OIT em 1972 e publicada em 1973 por ele no artigo *Informal Income Opportunities and Urban Employment in Ghana* para o *The Journal of Modern African Studies* da *Cambridge University Press*, na qual são estabelecidos os critérios que definem o que vem a ser o 'setor informal'. De acordo com o autor, o termo adquire um caráter descritivo que se refere às atividades exercidas no ambiente urbano e que pudesse ser identificado e tratado estatisticamente para ser contabilizado e definido como um objeto para a geração de políticas econômicas.

Em paralelo às pesquisas da OIT empreendidas no continente africano, o PREALC foi criado para integrar o Programa Mundial do Emprego pela OIT, quando os seus pesquisadores passaram a produzir investigações sobre as formas de desenvolvimento econômico da América Latina e do Caribe e procuravam propor estratégias que viessem a gerar empregos e renda nesta região. Estas pesquisas foram baseadas em teses produzidas pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e compreendiam o setor informal como resultantes das pressões exercidas pelo excedente de mão-de-obra nos núcleos urbanos das cidades e pela insuficiência na criação de políticas de geração de emprego e renda, sobretudo de empregos bem remunerados.

Tokman e Souza (1976) apontam que, no setor informal, as pessoas são obrigadas a criar ou encontrar atividades que garantam a sua sobrevivência, geralmente vendendo produtos oriundos das atividades econômicas do sistema capitalista a preços baixos ou gerando produtividades com rendimentos baixos. Eles caracterizam estas atividades pelas seguintes situações:

- Facilidade de acesso ao setor informal pelas pessoas de baixa renda
- Baixa exigência de capital e de qualificações;
- Baixa ou nenhuma presença de hierarquias com o empregador, onde o trabalhador provém a própria renda e atua como trabalhador;
- Apresentam um núcleo familiar não remunerado e que exerce função ativa no negócio;

- Contam com uma relação assalariada não regulamentada em contrato de trabalho, apesar de utilizar o salário-mínimo como parâmetro para efetuar pagamento;

Como uma forma de apontar, de forma conceitual, os debates em torno do setor informal e da ‘teoria da marginalidade’, Machado da Silva (2002) aponta que a problemática girava em torno da relação entre as atividades tidas como não capitalistas e o conjunto da economia, que afirmava que o percurso típico das sociedades capitalistas seria, de forma inexorável, o destino das ‘outras’ economias, ou seja, o setor informal tenderia a desaparecer, sendo substituído por ‘soluções’ capitalistas.

Este debate ganha corpo na década de 1980, pois alguns fatores afetaram a perspectiva de análise do setor informal, conforme aponta Silva (2002, p. 90):

O crescimento do desemprego e a crise da socialdemocracia, a expansão de atividades empresariais e de uma economia de mercado, já anteriores ao desmonte final da URSS, a acelerada expansão da força de trabalho no setor de serviço e sua importância cada vez maior para a acumulação, tanto em âmbito global quanto nacional e tudo isso vinha provocando efervescência na controvérsia sobre os usos sociais do trabalho.

O trabalho de Tokman (2011) aponta que até o fim da década de 1970 por toda a década de 1980, determinados conjuntos de interpretações ganham maior impacto ao vincular o setor informal com a necessidade de aumentar as margens de lucro das grandes empresas e reduzir os números negativos relativos ao desemprego, obtido por processos de descentralização da produção e do trabalho, na qual as estratégias de subcontratações produziram uma série de situações que vão desde os subcontratos diretos e passam pela flexibilização e terceirização até as atividades consideradas como desenvolvidas de forma autônoma que, em um sentido prático, atuam como uma forma de reduzir os custos relativos à mão-de-obra. Cabe ressaltar que, ainda de acordo com Tokman (2011), que estas novas formas de vinculação têm como resultado descentralizar a produção de forma que as empresas – tanto formais, quanto informais – venham a se adequar às mudanças que ocorreram na divisão internacional do trabalho e que sigam as exigências de um mundo globalizado.

Essas mudanças trouxeram indagações e questionamentos em torno das categorias e conceitos analíticos e teóricos diante de uma reorganização estrutural da economia e do modo de produção. Nas palavras de Antunes (2009, p. 15):

A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado, profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações, que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda deste século, que atingiu não só a sua materialidade, mas teve profundas

repercussões na sua subjetividade e, no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou sua forma de ser.

Neste período, o mundo do trabalho presenciou um recuo das bases de produção fordista-taylorista, inaugurando outras formas organizacionais de produção, com destaque para o modelo chamado de Toyotismo, pautado na ideia de flexibilização. Devido aos seus resultados financeiros e seu poder de expansão, “flexibilização” é a nova ordem: flexibilização da produção, dos contratos, do estoque, do trabalho. Neste sentido, o setor informal apresenta uma dupla função: a deterioração contínua da figura dos sindicatos pela parte dos trabalhadores e a redução, cada vez maior, dos encargos sociais pela parte das empresas, conferido a partir do aumento do exército de reserva dos trabalhadores nos grandes centros que, em troca da possibilidade de ter ‘certa estabilidade’, aceitam o que é determinado pela flexibilização do trabalho.

No final da década de 1980, outra percepção da economia informal vai ganhando corpo a partir do desenvolvimento de uma visão de matriz neoliberal que aponta a informalidade como o resultado do excesso de regulamentação e burocratização estatal, em especial nos países de economia periférica, onde a informalidade atua como um reflexo da pobreza e do subdesenvolvimento do lugar, mas ao mesmo tempo atua como uma forma de garantir a circulação de mercadorias produzidas pelo sistema capitalista.

Um dos estudos mais importantes deste período e que foi basilar na construção desta visão foi a análise de De Soto (1987) sobre a questão da informalidade e sua relação com os níveis de desenvolvimento de um lugar ao analisar a realidade econômica do Peru. Analisando o movimento migratório ocorrido no interior do país, ele procurou demonstrar que o fator que incrementa a modernização econômica não vem a ser a formalização das atividades informais, que ele vê como uma “[...] zona de penumbra que apresenta uma extensa fronteira com a legalidade e onde os indivíduos se refugiam quando os tributos da lei excedem os seus benefícios” (DE SOTO, 1987, p. 46). Ao contrário, a presença excessiva do estado na sua burocratização acaba por restringir a expansão das atividades informais³¹.

³¹ Vale ressaltar que a Reforma Trabalhista aprovada em 2018 apresenta em sua proposta a redução gradativa do estado no que concerne ao processo de regulação das relações de trabalho, emprego e negociação, reduzindo a capacidade de organização e pressão dos trabalhadores para a garantia de direitos. Nos primeiros dias do novo governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), o próprio presidente anunciou que a reforma trabalhista ganharia mais corpo ainda com a redução da burocratização pelo estado, a flexibilização das relações de trabalho e o fim da contribuição sindical ao afirmar que as relações de trabalho devem ser permeadas pela informalidade nas relações entre patrões e empregados, reforçando o que convém chamar aqui de ultraneoliberalismo, que seria a aplicação das doutrinas neoliberais de forma cada vez mais radicais, com a eliminação gradativa das redes de proteção social, aumento da idade de contribuição para a aposentadoria e do tempo de trabalho, além de um amplo e irrestrito processo de privatização das estatais e novas políticas de relações de trabalho permeadas pela flexibilização e precarização do trabalho.

Ainda na visão de De Soto (1987), as atividades as quais o Estado criou um sistema de exceção legal onde as pessoas envolvidas nas atividades informais podiam desenvolvê-las, mesmo que sem obter um status legal de forma igualitária ao dos que usufruíam dos benefícios do sistema de proteção legal do Peru. Na visão dele, mesmo que os processos de migração interna – êxodo rural e migrações pendulares –, o desemprego – posteriormente apontado nos anos 2000 como estrutural – e os baixos salários tenham sido os fatores propulsores que desenvolvem o processo histórico da informalidade, não há uma explicação para o porquê de alguns indivíduos optarem pela atuação à margem das relações formais e outros não.

Para ele, um economista neoliberal que compartilha a visão de Milton Friedman – seguidor das ideias de Friedrich Von Hayek, considerado o ‘pai’ do neoliberalismo³² –, o fator que explica a expansão da informalidade reside no excesso de estado, presente nos altos custos envolvidos nos processos de formalização e na morosidade própria da burocracia. Mesmo que esta proposta de modelo tenha eficiência para a efetivação da visão neoliberal, seu ponto fraco reside justamente no processo apontado por De Soto de redução de um tema complexo a uma simples e limitada resposta para esta questão, justamente o excesso de estado, pois

O cerne da proposta de De Soto e do Instituto Libertad y Democracia (ILD), do qual era o principal expoente, não poderia ser diferente: transformar radicalmente o Estado, diminuir seu peso na economia para libertar as forças criativas e dinâmicas da sociedade peruana. Impossível não situar o estudo empreendido como uma solução que se adequava perfeitamente aos interesses das organizações internacionais e elites econômicas latino-americanas em um contexto de ajustes estruturais e aumento do trabalho informal (PERES, 2015, p. 274).

Na década de 1990, fortes debates marcaram as questões ligadas à informalidade. Elas foram debatidas na 78ª Conferência Internacional do Trabalho, organizada pela OIT, que

³² Algumas correntes do pensamento econômico e sociológico defendem a ideia de que os estudos organizados por Von Hayek a partir da realidade posterior a Segunda Guerra Mundial apontam que a forte presença do estado atrapalha o desenvolvimento das nações industrializadas – cristalizadas inicialmente na obra “O caminho da servidão”, de 1944 – e que processos de regulação das atividades econômicas em substituição da presença do estado na economia – hodiernamente chamado de estado mínimo – seriam o caminho ideal para o desenvolvimento das nações, como uma forma de adaptar a visão liberal clássica às exigências do que era considerado um Estado regulador e assistencialista retratado nas ações do Estado no pós-crise de 1929, em especial nos EUA e na Inglaterra. Esta visão, posteriormente chamada de neoliberalismo, foi aperfeiçoada por economistas como Milton Friedman e Alan Greenspan e voltada para o campo das políticas econômicas dos países desenvolvidos a partir da década de 1980, em especial na Inglaterra, EUA, França e Alemanha Ocidental. Esta corrente defende uma liberdade total de mercado e uma restrição aos processos de intervenção estatal sobre a economia, desenvolvendo um forte programa de privatização das empresas estatais. Na América Latina, estas tentativas vêm sendo desenvolvidas desde as práticas dos *Chicago Boys* na ditadura de Augusto Pinochet (1973-1990) até os movimentos neoconservadores que varreram a região no final da segunda década do século XXI, cujas políticas de implementação do corolário neoliberal são mais agressivas do que as anteriores e chegam a ser consideradas ditatoriais em alguns pontos, dada a forte imposição delas sobre a vida das pessoas.

apresentou diferentes posicionamentos nos campos teórico e ideológico, fortemente influenciadas pelos posicionamentos de De Soto (1987) e outros pesquisadores latino-americanos, onde a informalidade se apresenta com bastante intensidade. Segundo Peres (2015, p. 275):

Esses debates podem ser resumidos a partir do dilema entre: a) adotar políticas para a eliminação gradual do conjunto heterogêneo de atividades que integram a informalidade, e b) a proposição de estratégias a fim de valorizar o potencial de geração de ocupação e renda dessas atividades. É esse dilema que explicita a presença de uma disputa entre as formulações que apontavam ser imprescindível a integração do setor informal ao processo de modernização econômica e as que destacavam a necessidade de estender as políticas de proteção para a população ocupada no setor informal. A solução da OIT foi uma proposta conciliadora: o apoio ao setor está condicionado à superação das situações de exploração extremas e condições de trabalho desumanas.

Em 1993, a OIT trabalha no esforço de realizar uma definição conceitual sobre o chamado setor informal e, a partir desta, estabelecer critérios para que possam ser utilizados em diferentes países. Neste sentido, optou-se por adotar a definição de que o setor é definido pela presença de empreendimentos unipessoais e microempresas com trabalho assalariado, além de se diferenciar da ideia de economia popular, conceito desenvolvido a partir do desdobramento das análises de pesquisadores sobre as novas relações econômicas, sobretudo a partir das desenvolvidas por teóricos latino-americanos e europeus.

Sobre este debate de forma conceitual, Icaza e Tiriba (2009) apontam que o termo economia popular se aproxima muito de algumas especificidades do setor informal no que diz respeito a adaptação do termo na virada do XX para o XXI, já que

A partir das duas últimas décadas do século XX, o termo economia popular passou a ser utilizado – de maneira geral – **para fazer-se referência às atividades desenvolvidas pelos trabalhadores e trabalhadoras excluídos do mundo do trabalho assalariado ou que nele jamais tenham conseguido ingressar. A esses, somam-se aqueles sujeitos que, devido aos baixos salários e à perda dos direitos sociais assegurados pelo Estado do bem-estar social, buscam, no trabalho por conta própria (individual ou associativo), a complementação de renda e dos bens simbólicos necessários à reprodução ampliada da vida.** Pode-se inferir, então, que a economia popular caracteriza-se por ser “abrigo” tanto dos desempregados, como dos (sub)empregados, pois é preciso considerar-se que, além dos rendimentos obtidos na empresa capitalista, existem outras condições necessárias à reprodução da vida. Essas condições expressam as diversas formas de solidariedade existentes entre os trabalhadores, suas famílias e a comunidade local, sem as quais se tornaria praticamente impossível a sobrevivência de grande parcela da classe trabalhadora (ICAZA; TIRIBA, 2009, p. 150-151, grifos meus).

Para tanto, a definição de setor informal e sua apartação do conceito de economia popular são necessárias, pois o conceito aperfeiçoado da visão de Hart por De Soto (1987) ganha corpo e força conceitual, já que

A economia informal (ou setor informal) é **identificada por uma série de fatores, tais como ilegalidade, pequeno porte, baixa produtividade do trabalho, tecnologia intensiva em trabalho vivo e baixo nível de qualificação dos trabalhadores**, entre outros. Remete a um conjunto de atividades cuja característica essencial é estar pretensamente “fora” da lógica do que seria o “setor moderno” da economia capitalista, funcionando como compensadora das crises ou insuficiências das sociedades capitalistas em desenvolvimento. Essa perspectiva desdobra-se em projetos “modernizadores” para o setor da economia informal, orientados à implementação de ações que ajudariam as unidades econômicas que a integram a superarem seus limites. Ao contrário da economia informal, a economia popular alude explicitamente a uma lógica específica das atividades econômicas do mundo popular, fundada em uma racionalidade que se encontra submersa nas relações sociais. A economia popular refere-se às atividades, entre elas o trabalho doméstico, voltadas a prover-se o sustento de um grupo social, sem haver presença da mercantilização do trabalho.

Pode-se concluir que, no processo de reprodução da vida social, embora se encontrem muitas atividades desempenhadas pelos setores populares, elas não pertencem necessariamente ao mundo da economia popular, podendo inscrever-se na esfera da economia informal. Uma das argumentações nesse sentido aponta que, independente do número de trabalhadores ou da capacidade produtiva da unidade econômica, a economia popular diferencia-se de outros setores da economia, entre outros aspectos, pelo repúdio ao emprego da força de trabalho como uma mercadoria. A “ausência de vínculo empregatício” não decorre da ganância ou descaso do empregador, mas de uma racionalidade interna que pressupõe a negação da relação empregador-empregado como expressão das contradições entre capital e trabalho (ICAZA; TIRIBA, 2009, p. 151 – grifos meus).

Antunes (2009) aponta que, com o aprofundamento da globalização na economia, há uma forte insegurança no mercado de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da desigualdade social, nas quais diversas formas de informalidade passam a se desenvolver e expandir pelo mundo e as atividades informais passaram a se ampliar em diversidade e heterogeneidade. Ainda que em processo de formação e construção conceitual, a literatura sobre o tema converge em um ponto importante: o setor informal é uma importante forma de geração de renda para a parcela significativa da população que não está desenvolvendo atividades no mercado de trabalho formal e assalariado, ou seja, mesmo que a construção conceitual venha sendo ressignificada e novas formas venham sendo desenvolvidas, a essência da dinâmica do trabalho informal dentro da economia informal permanece a mesma: a economia informal absorve a massa de trabalhadores que se encontram fora do espectro formal do trabalho e, mesmo com um amplo processo de ressignificação pela construção da narrativa do empreendedorismo, as dinâmicas se complexificam cada vez mais no seio da informalidade, fazendo com que os trabalhadores possam ser abrigados em sua estrutura multifacetada.

Esta mudança conceitual foi vista como uma tentativa de apreender as novas dinâmicas de trabalho presentes em diversas partes do mundo e como elas se encontram na chamada economia informal³³. De acordo com Barbosa (2009), a proposta encaminhada pela OIT teve como meta principal estabelecer uma ponte de aproximação entre a informalidade e a ilegalidade, uma vez que a definição que ganha corpo é a defendida por De Soto (1987) de que a economia informal agrega todas as formas de trabalho que não estão reguladas de acordo com a legislação trabalhista, bem como o trabalho não remunerado nas atividades que venham a gerar renda. Cabe lembrar aqui que a degradação das condições de trabalho não são uma exclusividade do setor informal – ou da economia informal –, mas também é um reflexo dos processos engendrados pelas novas formas de precarização do trabalho presentes nos movimentos de flexibilização e terceirização tanto nas economias desenvolvidas quanto nas subdesenvolvidas.

Mesmo sendo um conceito recente, Machado da Silva (2002) fez um balanço crítico-analítico em torno dos debates que foram realizados acerca da informalidade, tornando-se um importante aporte teórico para análises posteriores sobre o tema. Para ele, mesmo que os debates se apresentam de forma amplamente diferenciada, tinham elementos e pressupostos comuns como

a) a organização do trabalho nas cidades e uma relativa convicção do papel dinâmico desempenhado pela indústria. Essas concepções obscureciam as continuidades entre as relações de trabalho nos centros urbanos e fora deles; b) a concepção de que a economia possuía um centro dinâmico que operava como motor de sua evolução; c) a suposição de que o trabalho assalariado, nos moldes dos países centrais, tenderia a se universalizar como forma de produção de riqueza além de meio de reprodução social; d) o pleno emprego como tendência e/ou meta cuja característica central é a ênfase na proteção do trabalho institucionalizada em bases universalistas (PERES, 2015, p. 275).

Dentro desta perspectiva, Machado da Silva (2002) aponta que, a partir do compartilhamento destes elementos e pressupostos comuns, o conceito de informalidade é definido sobre o que não é informalidade em sentido simples e direcionado apenas para as nuances trabalhadas pelas definições sobre o setor informal até então, pois ele vê a informalidade como uma atividade econômica que apresenta uma gama de especificidades e um sistema de relações de trabalho próprios. Para ele, os debates que foram sendo construídos

³³ Cabe ressaltar que a mudança conceitual de setor informal para economia informal começou a ser trabalhada em meados da década de 1970, em especial dos pesquisadores ligados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento – CEBRAP, principalmente nos trabalhos de Souza (1976) e Prandi (1978), quando estes procuram estabelecer a relação entre os trabalhadores por conta própria e os agentes do capital.

em torno deste conceito surgiram em um momento de profunda e radical transformação da economia dos países centrais, em especial com as mudanças propostas a partir da implementação do ideário neoliberal e do desenvolvimento da globalização, onde fatores como a reestruturação produtiva, implementação do estado mínimo, recessão e retração das economias emergentes e a elevação dos índices de desemprego passam a determinar os processos de mudança no que diz respeito à atividade e ao mundo do trabalho, onde a informalidade ganha um aspecto de universalização, tornando-se um sinônimo de “[...] ‘flexibilização’ ou ‘desregulação’, quando não simplesmente de ‘clandestinidade’”(MACHADO DA SILVA, 2002, p. 100).

Peres (2015) complementa este debate ao apontar que a noção de informalidade passa a ter um novo sentido

[...] deixando de ser categoria exclusiva de entendimento dos problemas relacionados à integração dos trabalhadores à estrutura produtiva dos países “subdesenvolvidos”, e passa a ser incorporada nas análises sobre a estrutura produtiva e dos mercados de trabalho dos países centrais. Nesses países, o tema da informalidade alcança notoriedade pública com a crise do Estado de bem-estar e do fordismo que teve como uma de suas consequências o crescimento da informalidade por meio da expulsão de parte da população que trabalhava nos segmentos formais do mercado de trabalho. Essas mudanças colocaram em xeque os empregos e a proteção social da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que criaram as condições necessárias para a ampliação de um conjunto de atividades não regulamentadas pela legislação existente em cada país. Por essa razão, a informalidade adquire novos significados e, sobretudo, não cabe mais defini-la “[...] por contraposição ao assalariamento, mas sim à iniciativa econômica que escapa à regulação social” (MACHADO DA SILVA, 1996, p. 34) (PERES, 2015, p. 276).

O autor aponta ainda que

[...] se desde as primeiras formulações até o início dos anos 1980, os debates em torno do termo informalidade possuíam alguns pressupostos minimamente compartilhados, gradativamente, esse relativo consenso se desfaz, tanto no plano dos valores, quanto no teórico, e também no plano do conflito político. O diagnóstico do autor não poderia ser diferente: esvaziada de sua substância analítica e força prática, a informalidade, nos quadros atuais, poderia ser entendida como um “quase-conceito”, pois: a) efetua a crítica interna capaz de transformar seu modelo conceitual a partir da incorporação de novos fenômenos, b) mas a incorporação desses fenômenos é percebida como “variações” típicas conferindo à noção de informalidade um “[...] papel poroso, a meio caminho entre a percepção social típica e a reflexão conceitual mais abrangente e rigorosa [...]” (MACHADO DA SILVA, 2002, p. 85). Desse modo, menos do que a ampliação do campo semântico da noção (MACHADO DA SILVA; CHINELLI, p. 25), o papel de mediador (entre os debates acadêmicos e a intervenção prática) que o “quase-conceito” informalidade desempenhou está esgotado (PERES, 2015, p. 276).

Diante deste debate, para ampliar as análises acerca da informalidade, Cacciamali (2002) propõe quatro conceitos: “processo de informalidade” - processo pelo qual há a

reestruturação produtiva e as mutações das relações de trabalho, “setor informal” – visão da OIT, unidades produtivas familiares, “mercado de trabalho informal” – compra e venda de mão-de-obra sem registro em carteira assinada e sem vínculo com a seguridade social pública e “trabalho informal” todo tipo de trabalho exercido à margem da legislação vigente ou no vazio institucional criado pelas mudanças socioeconômicas em curso. A partir desta perspectiva, a autora procurou abranger de forma mais precisa e organizada as diversas atividades realizadas no âmbito informal, dependendo da abordagem e do foco em que se tenha que tomar no pensamento sociológico ou na pesquisa.

Para viabilizar uma síntese sobre a questão e, em especial, a visão da economia informal, Rocha e Nascimento (2010, p. 58) apontam que

A Economia Informal possui desta maneira um objeto próprio que nos dias atuais está cada vez mais presente na sociedade. As instituições formais, bem como a população em geral, costumam visualizar as atividades informais com preconceito, levando os clandestinos a criar mecanismos de seguridade social próprios e específicos, o que não foi diferente com os mototaxistas clandestinos. Existe um combate por parte das autoridades contra as atividades clandestinas alegando o prejuízo causado pela falta de recolhimento de impostos e ausência de seguridade social, como já falamos. As estatísticas de geração de emprego se fundamentam na criação de postos de trabalho com carteira assinada. Ocorre uma verdadeira pressão para a formalização. Mas, como salientamos, a entropia existente na sociedade gera a informalidade. A relação intrínseca entre o formal e informal mostra que também as sociedades complexas estão permeadas por relações tradicionais que fazem com o que as relações sociais retomem sua importância na busca pela compreensão da ação dos indivíduos. Este já não seria apenas uma entidade abstrata responsável pela produção da sociedade, mas sim um ser social influenciado e parcialmente determinado pela relação com outros indivíduos. Os estudos das relações econômicas informais abrem um campo de análise propício para aplicação dos conceitos antropológicos que compõem o arcabouço teórico desta disciplina, tornando-a imprescindível para compreensão da sociedade complexa, urbana, não mais restringindo a metodologia e a bibliografia antropológica ao estudo das sociedades “primitivas”, simples.

Outros termos também foram e são utilizados para se referir a essa forma de trabalho como “setor informal”, “atividade empreendedora”, “economia subterrânea”, “desemprego disfarçado”, “estratégia de sobrevivência”, “subempregos” entre outros, cada um deles acaba ganhando algumas especificidades e distintas amplitudes dependendo do contexto e de qual instituição aborda o tema.

2.4.2 Precarização do Trabalho e Informalidade

O mundo passou por profundas mudanças no fazer econômico em uma velocidade assustadora nos estertores do século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, no momento em que, tanto o modelo do *welfare state* pautado no modelo de produção taylorista-

fordista, quanto o modelo socialista soviético foram apresentando sinais de declínio e, conseqüentemente, sua falência, necessitando de novas possibilidades de manutenção da ordem capitalista, pois o estado de bem-estar social – na visão dos defensores do neoliberalismo – já tinha servido ao seu propósito e preparado as bases para o retorno mais equilibrado do capitalismo por meio da acumulação flexível e de estratégias que foram se consolidando de forma devastadora no mundo do trabalho, a partir da adoção dos processos de precarização que, juntamente com o crescimento do desemprego nos anos 1980 e 1990, coloca em xeque o debate sobre o futuro do trabalho.

Sobre esta situação, Galeazzi (2003) aponta que este processo se manifesta

[...] através da proliferação de situações de trabalho assalariado atípico - o contrato não regulamentado, o contrato de trabalho por tempo parcial, o emprego por tempo determinado, a subcontratação, dentre outros - e de formas não assalariadas de inserção, que fazem parte do universo da chamada economia informal, como o trabalho autônomo ou por conta própria, a organização familiar do trabalho, o trabalho associativo ou cooperativado e a micro unidade econômica. Se o desemprego aparece como “mal necessário” para as empresas se redefinirem num novo momento de competitividade em escala global, a questão social daí decorrente - o aumento considerável de desempregados, de excedentes e de excluídos, mesmo em sociedades que atingiram níveis invejáveis de bem-estar e estabilidade - traz um outro fenômeno ao centro do debate, novo para economias desenvolvidas, a precarização do trabalho (GALEAZZI, 2003, p. 01).

Neste sentido, o processo de precarização passa a ser referido para definir um conjunto diverso de atividades de trabalho vistas com um forte reflexo de uma das primeiras crises da jovem economia globalizada nos fins de 1990 e que tinham como características principais, de acordo com Galeazzi (2003, p. 01) “[...] não serem regidas por contrato de trabalho assalariado típico, e as condições de trabalho nelas encontradas tendem a um padrão inferior *vis a vis* à condição assalariada”. Tal condição foi vaticinada por Castel (1998), quando trabalha a ideia de afastamento cada vez maior da sociedade salarial, onde o paradigma do emprego típico e estável passou a ser substituído gradativamente pela ideia de quase-pleno emprego, que condiciona o trabalhador a um processo constante de submissão ao que é determinado pelo sistema capitalista de produção, sob pena de perder a garantia das suas condições materiais de existência.

Para Laudaes (2006, p. 102),

Devido às contradições inerentes à sua própria ideologia, o capitalismo impõe, através de contínuas reestruturações, um mercado de trabalho com diminuição do emprego regular, crescente trabalho em tempo parcial, temporário ou subcontratado. Nesta fase da acumulação flexível, as relações de trabalho enfraquecem na forma do capital menos industrial e mais financeiro. O capitalista, na sua condição de acumulação, diminui sua aplicação no parque industrial redirecionando seus recursos no jogo do mercado de capitais, enfraquecendo as economias nacionais com as aplicações financeiras onde há maior lucro, e conseqüente possibilidade de maior acumulação,

além das fronteiras nacionais; isto é, o capital financeiro não reconhece a geografia dos países, [pois] [...] desta forma, acontece uma maior estreiteza do mercado de trabalho produtivo na concorrência intercapitalista financeira de bolsa de valores para especulação de melhor aplicação e rendimentos.

Com base nesta visão, percebe-se que o caráter metabólico do capitalismo se manifesta no contexto contemporâneo, em especial, nos processos de flexibilização do trabalho e do emprego nos finais do século XX, quando a sociedade já regularizada pela política de assalariamento começa a produzir os sinais de controle pleno do capitalismo, refletido em fatores como: controle na regulação ou redução de direitos considerados necessários e duramente conquistados pelos trabalhadores; permissão da existência de um sistema mínimo de proteção social, com vistas a assegurar o caráter servil da força de trabalho; revisão nos contratos de trabalho, com vistas à redução gradativa do valor-trabalho e acúmulo de hora-trabalho revertida em mais-valia; indexação do salário ao preço e ao que é produzido no país, fazendo com que o trabalhador se posicione como um mero consumidor e impedindo que ele possa sequer pensar em um cenário de acumulação.

Estas mudanças foram claramente pensadas em fins dos anos 1960, pois

Com o esgotamento desse padrão ao final da década de 60, as economias passaram a enfrentar problemas que se expressaram nas baixas taxas de crescimento e na elevação das taxas de inflação e de desemprego. O aumento de produtividade decorrente do câmbio tecnológico, aliado aos efeitos das sucessivas crises que marcaram o final do século XX, fez desaparecer postos de trabalho em proporções não previsíveis até então, de forma que a própria oportunidade de obter emprego e de viver dele, ter se transformado num bem escasso. Paralelamente, começam a ganhar significado, por agregar um número crescente de trabalhadores, formas de inserção ocupacional atípicas, que podem ser interpretadas como expressão de um processo de precarização do trabalho. [...] Esse processo contempla, no campo da proteção legal e previdenciária, o retrocesso em conquistas constitucionais, tanto quanto naquelas acordadas no bojo das negociações coletivas, bem como a ampliação de formas de inserção ocupacional que não estendem ao trabalhador, no todo ou em parte, os direitos constitucionais. Contempla, ainda, a relação entre ganhos e quantidade de trabalho e aspectos de qualidade ligados diretamente ao exercício da atividade (GALEAZZI, 2003, p. 03).

Os retrocessos previstos por Galeazzi (1994; 2002; 2003) e que ocorrem desde a década de 1960, foram confirmados no Brasil com a reforma trabalhista proposta pelo governo de Michel Temer e aprovada pelo Congresso Nacional no ano de 2018, como resposta ao período de recessão na economia global, em especial no final do primeiro, durante o segundo governo da presidenta Dilma Rousseff e por quase todo o governo de Michel Temer, com vistas a, segundo o governo de então, elevar os índices de geração de emprego e renda.

Com base em números produzidos no Brasil no período de 2001 a 2018, de acordo com a tabulação do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados do então Ministério do

Trabalho e Emprego (CAGED/MTE)³⁴, o saldo de vagas com carteira assinada e, portanto, ligadas ao mercado formal de trabalho, reflete como o país estava situado no mercado internacional.

Durante a transição do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) – com o Plano Real consolidado – para o governo de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) – no qual as políticas macroeconômicas tiveram significativo avanço – o saldo era positivo, mesmo com o aumento no número de desempregados ao final do governo Lula, com pico de 2.032.900 trabalhadores em seu último ano de governo, o que comprova a existência de estratégias bem sucedidas de geração de emprego e renda, além da estabilidade econômica no país, mesmo com a crise global de 2008, iniciada pelo estouro da bolha financeira no setor imobiliário norte-americano e que arrastou várias economias a um forte período recessivo e o país, apelando para as suas reservas cambiais, sobreviveu a este processo ao custo de 20 bilhões de dólares e elevação da taxa de juros no país³⁵.

O governo de Dilma Rousseff apresentou números positivos em seus três primeiros anos de governo, mas conforme o gráfico abaixo indica, os números foram caindo até chegar ao ponto de apresentar forte queda durante o seu segundo governo, com saldo negativo de 1.444.400 vagas no país, o que reflete o período de instabilidade não somente econômica, mas política e institucional que se instalaram no país e tornaram o Brasil um país de alto risco para investimentos, mesmo com as políticas de privatização de empresas estatais acontecendo com intensidade no governo de Michel Temer.

Para Galeazzi (2003, p. 04), as condições de trabalho para esta nova classe de trabalhadores

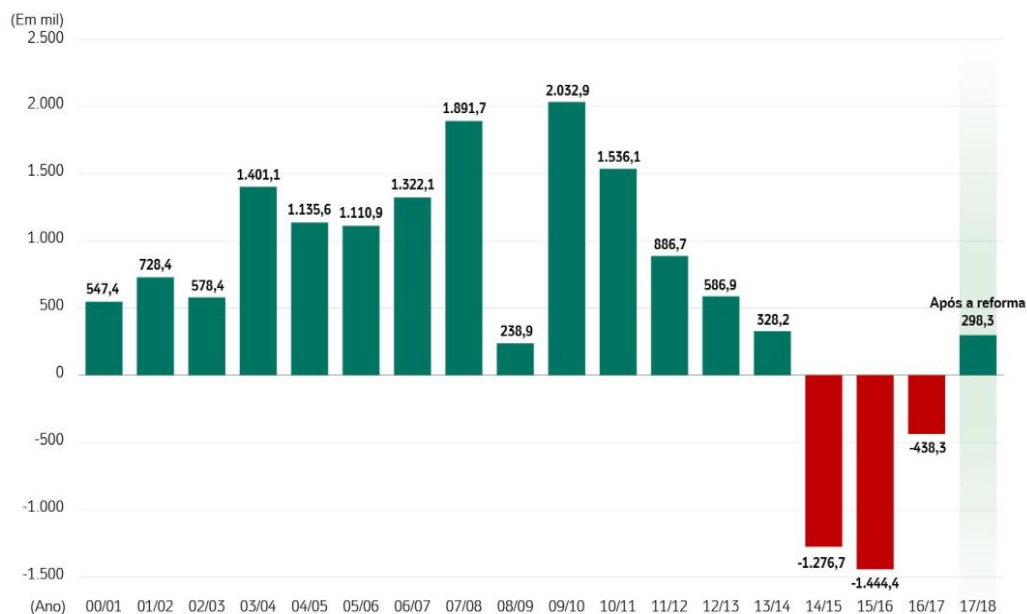
[...] são desprovidas de qualquer proteção legal ou previdenciária e cujas condições de trabalho, via de regra, são mais duras do que aquelas conquistadas pela massa de trabalhadores inseridos no mercado de trabalho formal capitalista - formas típicas do autoemprego como o trabalho autônomo, paradigma por excelência do chamado setor

³⁴ Em virtude da reformulação dos ministérios proposta pelo governo de Jair Bolsonaro no início de 2019, o Ministério do Trabalho foi extinto, sendo transformado em uma subsecretaria ligada ao Ministério da Economia, sob comando do Ministro Paulo Guedes até o momento de escrita desta tese. Os dados produzidos podem ser encontrados no site do ministério.

³⁵ Cabe lembrar que o Ministro da Fazenda Guido Mantega, juntamente com o Presidente do Banco Central do Brasil Henrique Meirelles, orquestrou esta ação e passaram reduzir, de forma lenta e gradual, a taxa de juros nas reuniões do Conselho de Política Monetária – COPOM, para poder reduzir a entrada do capital especulativo no país até o final do primeiro governo de Dilma Rousseff. A substituição na equipe econômica ocorreu no início do segundo governo dela (2015-2016), quando sofreu um processo de impeachment do Congresso Nacional em virtude de suposto crime de responsabilidade – as chamadas pedaladas fiscais. Em seu lugar assumiu o vice, Michel Temer, que reconduziu Meirelles ao governo na condição de Ministro da Fazenda, com Alexandre Tombini na presidência do Banco Central, mantendo a mesma política de controle dos juros nas reuniões do COPOM, tanto que, ao entregar o governo para a gestão de Paulo Guedes e Roberto Campos Neto, as taxas de juros estavam em 6,5%.

informal da economia. São, portanto, relações sociais de trabalho diversas que só se aproximam pelos efeitos que provocam sobre as condições de vida e trabalho dos indivíduos nelas inseridos.

GRÁFICO 01 - SALDO DE VAGAS COM CARTEIRA ASSINADA 2001/2018 – BRASIL



*Considera período de 11 meses porque ainda não há dados relativos a outubro de 2018

Fonte: Caged

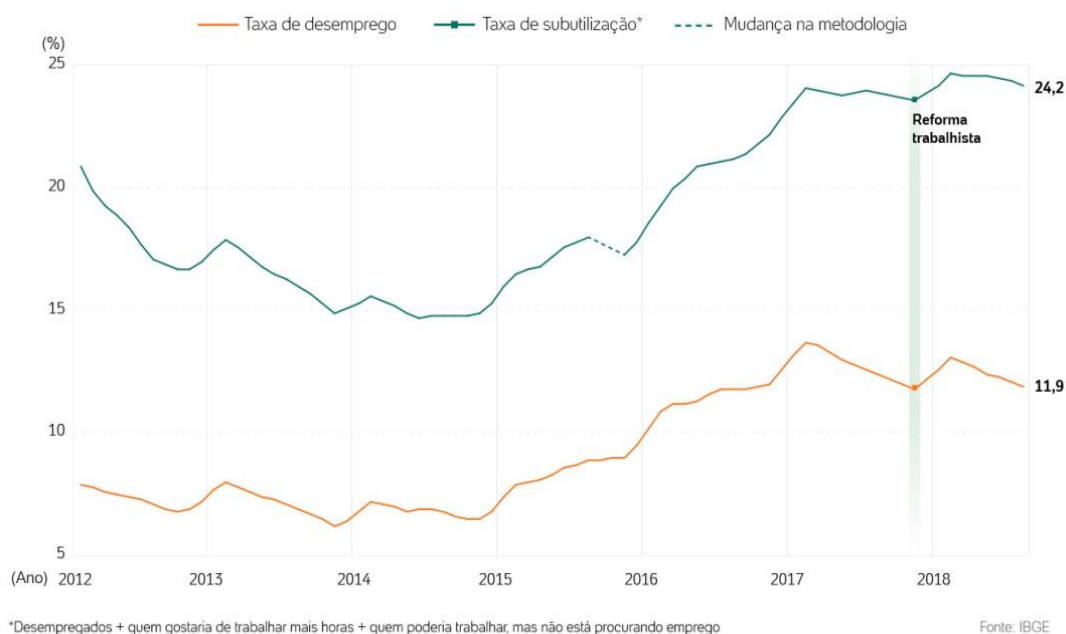
Fonte: MTE/CAGED – UOL (BONFIM, 2018).

A reforma trabalhista proposta pelo governo carrega em seu bojo elementos que apontam como as situações de trabalho assalariado atípico foram considerados para a redução dos índices e que acarretaram na elevação dos mesmos em 2018. Na reforma, situações que evidenciam a natureza da precarização do trabalho como: processo de flexibilização; alteração nas regulamentações de assalariamento com a negociação direta entre patrões e empregados; redução do papel dos sindicatos como entidade de defesa dos interesses dos trabalhadores; contratos de trabalho não regulamentados; contrato de trabalho por tempo parcial; emprego por tempo determinado; subcontratação e; incentivo ao trabalho informal. Cabe lembrar que as condições de trabalho relegadas a esta categoria de trabalhadores são precárias, uma vez que a existência e o crescimento de novas formas não assalariadas ou de baixo assalariamento pressupõem a ausência de qualquer tipo de proteção social – seja ela no campo legal ou no campo previdenciário.

Em tempos de novas construções nos processos de trabalho no Brasil, a reforma surge como uma ‘panaceia’ para solucionar o problema do desemprego, mas este fato não se reflete

na realidade concreta, pois os números presentes no gráfico 02 abaixo apontam que, até o ano de 2018, o país possuía 11,9 milhões de desempregados³⁶, ou seja, 5,5 % da população total do país estimada para este período³⁷ e 11,2% da População Economicamente Ativa (PEA).

GRÁFICO 02 - NÚMEROS DO DESEMPREGO NO BRASIL – 2012/2018



Fonte: PNAD/IBGE – UOL (BONFIM, 2018).

Outro fator presente no gráfico acima tem a ver com outra característica que foi crescendo nestes novos tempos de precariedade do trabalho no Brasil que é a subutilização, que apresenta o número significativo de 24,2 milhões de trabalhadores, ou seja, 11,5% da população total e 22,9% da população economicamente ativa do país. Para fins de esclarecimento nesta tese, entende-se como população subutilizada aquela que não trabalha um expediente de 40 horas semanais de trabalho, podendo ser mais ou menos de acordo com a necessidade de ganho para ele ou o seu contratante. Atividades hodiernas como os prestadores de serviços para aplicativos ou profissionais *free lancer* atendem a esta parcela da população, pois os contratos estabelecidos são específicos para este tipo de atividade e não obedecem à legislação trabalhista em vigor.

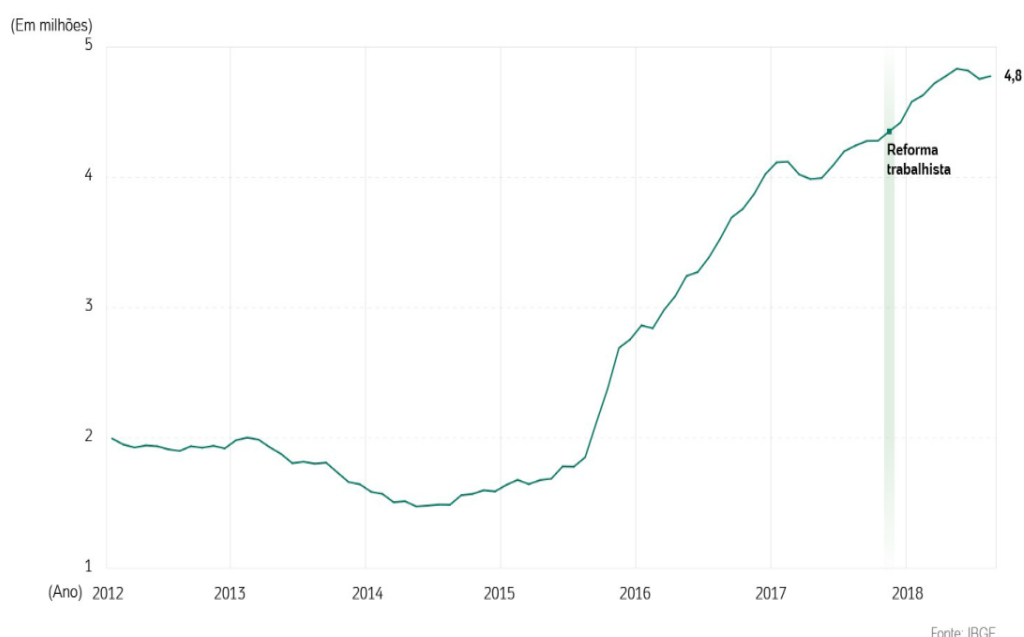
Ligado a estes dados, o gráfico 03 abaixo indica o quadro de trabalhadores que desistiram de procurar emprego no Brasil, caracterizando uma nova modalidade de

³⁶ Vale ressaltar que, até o momento de execução desta tese, no primeiro semestre de 2019, de acordo com o IBGE e o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), o número de desempregados – fora o de desalentados – gira em torno de 14 milhões de brasileiros

³⁷ Contando com a população total do Brasil estimada em 2018, de 208.500.000 pessoas.

trabalhadores que fazem parte da força de trabalho potencial, mas que não procura vagas no mercado por achar que não irá conseguir em virtude do grave quadro de crise ou por outros fatores como a idade (muito jovem ou muito velho), a experiência (pouco experiente) ou simplesmente pelo fato de acreditar que não há oportunidade de emprego ou trabalho no país, em especial nos grandes centros.

GRÁFICO 03 – TRABALHADORES QUE DESISTIRAM DE PROCURAR EMPREGO – BRASIL 2012/2018



Fonte: PNAD/IBGE – UOL (BONFIM, 2018).

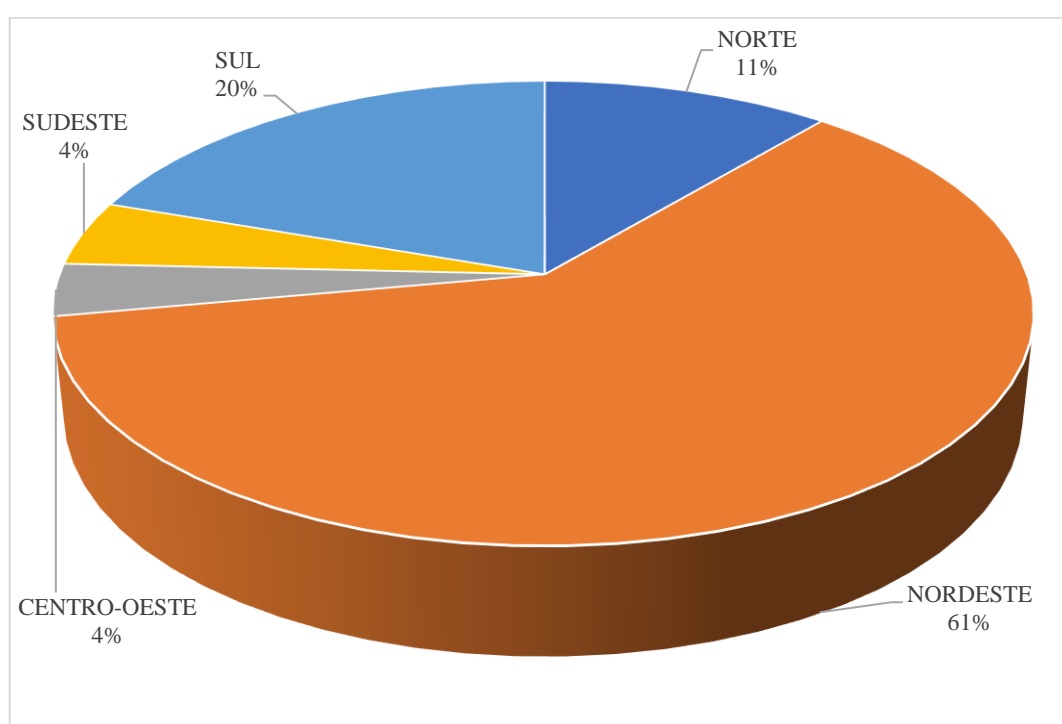
Esta categoria, com 4,8 milhões de trabalhadores vem sendo chamada de desalentados e, pelo fato de simplesmente desistir de procurar emprego, mas ter condições de estar trabalhando e não estar posicionado no mercado o torna um potencial trabalhador da informalidade – pois tem que sobreviver de alguma forma – ou potencialmente ocupando espaços prioritariamente subutilizados, conforme supracitado.

No gráfico 04 abaixo, ao analisar o percentual por região no Brasil, percebemos que a região Nordeste apresenta 61% dos desalentados do país, ao passo que as demais regiões – Norte 11%, Sul 20%, Sudeste e Centro-Oeste 4% - apresentam os 39% restantes.

Historicamente, a região Nordeste é a que apresenta o maior volume de migrações internas no país em virtude de fatores como a seca, questões fundiárias, baixo investimento em parques industriais e exaustão na exploração dos recursos minerais, além da questão da baixa expectativa de crescimento econômico e do forte desemprego, situações que impulsionam o

ciclo migratório para lugares de economia consolidada – São Paulo, por exemplo –, lugares que apresentam potencial de desenvolvimento econômico – cinturão produtor de soja no Centro-Oeste do Brasil – ou lugares que apresentam alternativas de consolidação em virtude dos potenciais de riqueza ou possibilidades de crescimento econômico como as regiões de exploração mineral e de produção agrícola na Amazônia, lugar que atrai, desde os anos de 1940 – a partir do discurso civilizador de desbravamento da região na era Vargas – massas populacionais em busca de uma vida melhor.

GRÁFICO 04 – DESALENTADOS POR REGIÃO – BRASIL/2018

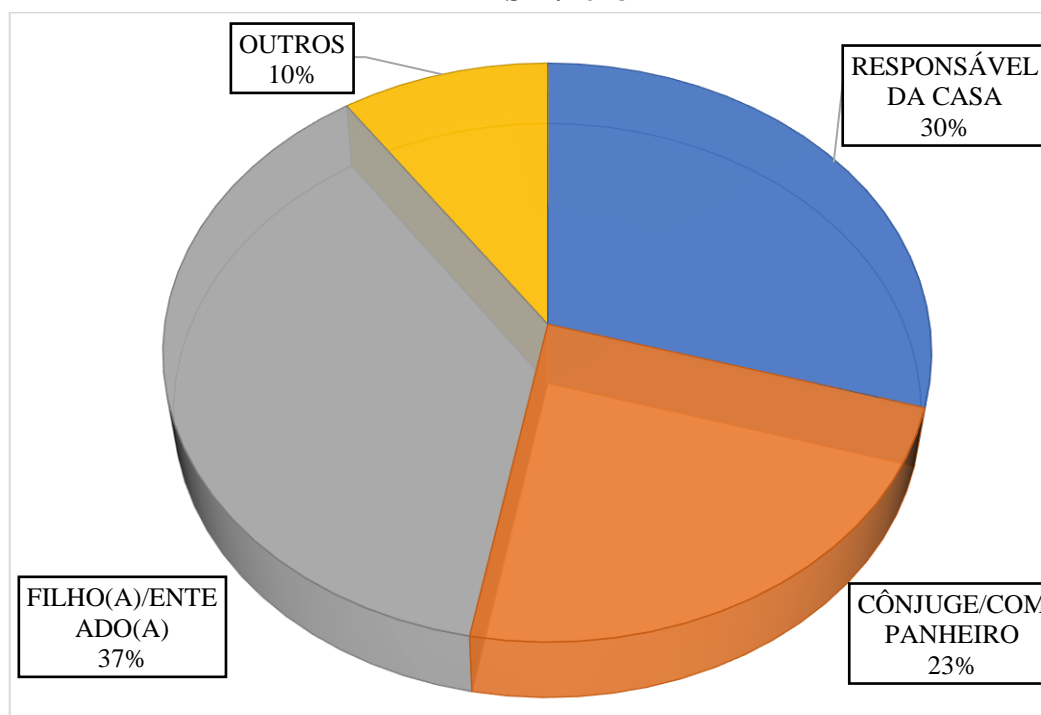


Fonte: PNAD/IBGE Contínua, 2018.

O gráfico acima aponta ainda que, mesmo com um significativo índice de migrantes para outras regiões do país, a região Nordeste ainda possui um grande volume de pessoas que desistiram de procurar emprego ou outra forma de trabalho no ano de 2018 – primeiro da pesquisa em que essa categoria foi criada – pelo fato de que a região ainda apresenta elementos arcaicos na construção de políticas públicas de geração de emprego e renda, além do baixo estímulo ao empreendedorismo que possa criar uma nova mentalidade empresarial que venha gerar mais empregos. Com isso, o volume de trabalho diminuiu e este trabalhador, por não encontrar possibilidades de mercado, prefere esperar por um determinado momento para se reinserir no mercado ou, simplesmente, passa a atuar na informalidade como forma de se manter trabalhando e garantir a sobrevivência de si e de sua família.

O gráfico 05 traz uma dimensão sobre o perfil do desalentado e sua condição no domicílio no Brasil. Como é uma categoria recente, os dados presentes são do ano de 2018 e obedecem a ordem trabalhada abaixo

GRÁFICO 05 – PERFIL DO DESALENTADO POR CONDIÇÃO NO DOMICÍLIO – BRASIL/2018



Fonte: PNAD/IBGE Contínua, 2018.

Esta condição do desemprego no Brasil, de cunho estrutural e propícia a outras formas menos estáveis de trabalho, já havia sido vaticinada na virada do século XX e início do século XXI tanto por pesquisadores do campo econômico, quanto por autores ligados aos debates da sociologia do trabalho, em especial os que defendem a sua centralidade como Antunes (2002; 2003; 2004; 2005; 2009), Alves (2005) e Antunes e Braga (2009).

As afirmações de Sena (1999) corroboram os debates feitos por esta gama de autores da sociologia do trabalho ao apontar que:

A dificuldade da economia brasileira em criar empregos na quantidade e com a qualidade necessárias ao funcionamento adequada da estrutura produtiva é hoje um dos principais problemas enfrentados no país. Desta forma, tanto a configuração da estrutura ocupacional existente como o problema do desemprego estão diretamente relacionados com as deficiências estruturais presentes na formação da própria economia brasileira. Assim, questões relacionadas à precarização, flexibilização, desregulamentação e crescimento de atividades informais não podem ser caracterizadas somente como condicionantes de ordem conjuntural; neste sentido, o

desemprego tem assumido uma nova dimensão de desemprego estrutural (SENA, 1999, p. 196).

Com a emergência dessas novas formas de organização do trabalho e elevação nos níveis de expropriação do trabalhador, dão uma nova dimensão ao trabalho informal, que passou a ser associada ao processo de reestruturação produtiva e a busca de uma redefinição do papel no Estado no processo de trabalho, além da construção de um processo de ressignificação do setor informal, associada nos novos paradigmas da organização econômica e na chamada especialização flexível (ALVES, 2005). Este novo paradigma aponta o trabalhador da informalidade não como um excluído do mercado formal, mas com o discurso do empreendedorismo que o coloca como um ser que escolhe esta condição – de ser o próprio patrão – de forma vantajosa ao trabalhador assalariado, mesmo que a sua renda seja variada e suas condições de trabalho, na realidade, sejam precárias.

As atividades desenvolvidas no campo do setor informal de trabalho são desenvolvidas de forma precária e precarizada. Precária no sentido de que as atividades destes trabalhadores são realizadas nas condições mais arriscadas e insalubres – em especial o trabalhador das ruas, praças e feiras, campo de observação desta tese –, na qual ele se encontra em posição de quase total desamparo por parte do Estado, além de ser alvo de conflitos constantes com agentes do poder público, empresários e com os próprios transeuntes, no caso dos trabalhadores das ruas. Precarizado, pelo fato de que o trabalhador – e aí colocamos os autônomos, microempreendedores individuais, donos ou trabalhadores de negócio familiar – tem que arcar com todas as despesas para poder obter benefícios futuros como uma aposentadoria ou proteção social³⁸ e, além disso, não poder gozar dos direitos que são assegurados aos assalariados como:

[...] férias, remuneração em períodos de parada do trabalho por enfermidade, descanso remunerado, seguro para o caso de ficar desempregado (extinção do negócio ou atividade), aposentadoria e outros. Todo e qualquer benefício desse tipo precisa ser integralmente financiado pelo próprio trabalhador. Via de regra, essas atividades apresentam rendimentos insuficientes para promover uma poupança individual capaz cobrir o financiamento direto desses benefícios e garantir a esse trabalhador uma situação laboral similar à do trabalho assalariado regulamentado (GALEAZZI, 2003, p. 04).

Vale ressaltar que o que acontece com este trabalhador é o resultado de um processo de construção de uma ideologia que deifica o trabalho, colocando-o em uma categoria ontológica

³⁸ Via de regra, o trabalhador tem que pagar pelo menos 15 anos de contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguridade Social para poder ter, entre outros benefícios, uma aposentadoria após os 65 anos de idade. Está em tramitação no Senado Federal uma proposta de reforma da previdência social – aprovada em primeiro turno pela Câmara dos Deputados com muitos destaques – que, entre outras medidas, aumenta para 20 anos de contribuição.

– para lembrar de Lucaks, amplamente debatida na seção anterior – na qual o ser humano se vê impelido pela sociedade a aceitar esta visão ideologizada como se fosse parte da sua própria natureza social.

Cabe pensar, portanto, na dimensão que o trabalho assumiu na vida social e de que forma esta busca da permanência na sociedade do trabalho afeta a vida humana. O que outrora era colocado em uma dimensão de inferioridade e sofrimento, em nome de uma ideologia de dominação e manipulação do imaginário coletivo assume a forma de um ente coisificado que domina as ações humanas em sociedade e transforma o ser humano em apenas mais uma engrenagem do sistema. O trabalho informal é tão somente o exemplo que clarifica essa dominação do sistema capitalista sobre a vida humana, pois ao se pensar em uma sociedade do trabalho – e não do emprego e de suas garantias sociais –, percebe-se que os indivíduos continuam movendo as engrenagens, mas sem as garantias necessárias para assegurar uma vida digna para as populações que necessitam de melhores condições para continuar existindo.

3 A CONSTRUÇÃO DE UM ESTADO NA AMAZÔNIA: O AMAPÁ DE TERRITÓRIO FEDERAL A ESTADO DA FEDERAÇÃO

3.1 PROCESSOS DE MIGRAÇÃO E OCUPAÇÃO DA AMAZÔNIA

Os processos de ocupação da Amazônia ocorrem desde o período colonial, quando os portugueses, ao se estabelecer nos territórios, viabilizavam a construção de uma estrutura mínima de cidade para, além de defender os seus interesses na região, serviam também como uma estratégia de abrigar populações ribeirinhas que iam se formando com o contato entre os colonizadores e os indígenas, bem como para se defender dos interesses estrangeiros, sobretudo dos franceses, que tinham interesse pelo lugar. Foi durante esse período que se intensificou a exploração das drogas do sertão, assim como a presença das fortificações militares e as missões religiosas com o fim de catequizar os índios e fortalecer a dominação portuguesa. É importante ressaltar, que algumas fortificações foram núcleos iniciais de algumas cidades, a exemplo do Forte do Presépio, que deu origem à cidade de Belém do Pará e a Fortaleza de São José de Macapá, que deu origem a cidade de Macapá (MORAIS, 2009).

Com o desenvolvimento do ciclo econômico da borracha na região (1850-1910), a Amazônia passou a ser incluída de fato no cenário nacional, para além das hipérboles traçadas por viajantes estrangeiros ou portugueses à serviço de Suas Majestades de Portugal e, posteriormente, do Brasil, que viam a região a partir da ideia pejorativa do ‘inferno verde’. Mesmo com todas as dificuldades no processo de extração do látex, a população da região amazônica cresceu de forma significativa, já que, para Stockinger (2001):

A relativa concentração populacional na capital bem no início da época da borracha (em torno de 1870) provém do movimento migratório do Nordeste, assim como do próprio êxodo rural no Pará. Ela diminui quando a extração da borracha leva para o interior grande parte da força de trabalho disponível (STOCKINGER, 2001, p. 133).

Em finais do XIX, a região amazônica experimentou um período de grande riqueza e ostentação do luxo com o auge do ciclo da borracha e cidades como Belém e Manaus, que cresceram ao redor de estruturas fortificadas, passaram a crescer para dentro e ganhar ares de modernidade, com a padronização da cidade no período da *belle époque* de moldes franceses sob a influência dos padrões do Barão de Haussmann, com suas ruas largas e *boulevards*, sistema de esgotos e reestruturação da malha urbana com a substituição de antigas construções

como os cortiços em espaços de circulação de pessoas. Para Daou (2000), este período representava um marco para o desenvolvimento da região, pois

A “bela época” é expressão da euforia e do triunfo da sociedade burguesa no momento em que se notabilizavam as conquistas materiais e tecnologias, se ampliaram às redes de comercialização e foram incorporadas à dinâmica da economia internacional, vastas áreas do globo antes isoladas (DAOU, 2000, p. 7).

O modelo da *belle époque*³⁹ trouxe traços marcantes para a Amazônia, com a influência das linhas arquitetônicas francesas e o modelo colonial inglês de exploração de commodities, a partir da coleta extensiva do látex *in natura* da floresta e do beneficiamento da mercadoria com o fim de atender as demandas da nascente indústria automobilística, especialmente dos Estados Unidos da América. Neste momento, a sociedade amazônica sofria influência dos costumes Europeus e suas principais cidades passaram a ter privilégios outrora outorgados aos grandes centros do país – Rio de Janeiro e São Paulo –, como a melhoria da malha urbana e a adoção de equipamentos urbanos mais sofisticados do que o dos grandes centros para a época como grandes praças, cinemas, lojas de departamentos no estilo *grand-magasin* e *theatros* como o da Paz em Belém e o Amazonas em Manaus.

No entanto, esse apogeu econômico entrou em decadência no início do século XX, em virtude do baixo atendimento da borracha brasileira às necessidades do capital internacional e também com a produção inglesa de forma intensiva feita nos seringais da Malásia, onde eles implantaram também indústrias de beneficiamento, que dinamizavam a produção e atendiam em larga escala as necessidades do mercado, relegando a região a uma condição de ostracismo com relação ao eixo Centro-sul, que estava a todo vapor no ciclo econômico do café.

Houve um longo hiato do Brasil com relação à Amazônia no período compreendido entre 1910 e 1940. A partir deste ano – e com a Segunda Guerra Mundial em pleno andamento –, houve o interesse de controle e extração de recursos naturais pelo Governo Federal, que se voltou para a Amazônia com a Ideologia da Segurança Nacional, ou seja, a Amazônia deveria ser supostamente ocupada por questão de Segurança Nacional, inserindo a região em um amplo esforço de guerra e, ao mesmo tempo, favorecendo um maior poder de intervenção do Estado na região.

³⁹ Uma definição para o termo é de que a Belle Époque “[...] foi um período de expansão urbana e mudança arquitetônica empreendido no ciclo econômico da borracha, entre os anos de 1850 e 1910, que se caracterizou pelo enobrecimento das áreas próximas ao centro das principais capitais amazônicas, como Belém e Manaus. Segundo relatos históricos, este ciclo se encerrou com a mudança de uma forma de coleta extensiva feita na Floresta Amazônica para uma coleta intensiva na Malásia, na qual os investidores ingleses levaram mudas de seringueira para esta região (colônia). Atualmente, a Malásia é o principal produtor de borracha no mundo, sendo esta considerada sua principal *commodity*” (LEÃO; SANTOS, 2018, p. 39).

Brito (2001) aponta que

[...] a partir da década de 1940, recomeça o processo de maior intensidade de intervenção do Estado na região. Um episódio emblemático foi o anúncio, pelo governo do Presidente Getúlio Vargas, de um conjunto de propostas para reestruturar o Estado e redividir geograficamente a região. Neste programa estava a proposta de criação do Banco da Borracha, do Instituto Agrônomico do Norte, dos Territórios Federais de Guaporé (atual Estado de Rondônia), Amapá e Rio Branco (atual Estado de Roraima), da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA) e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA). É importante sublinhar que essas propostas traziam, na essência, a intenção de introduzir na região uma estrutura estatal, em que a organização do conjunto de órgãos do Estado institucionalizaria uma concepção política de desenvolvimento. Os órgãos públicos, no seu objetivo de planejar e executar as políticas públicas, passariam – pelo menos essa foi a intenção – a incorporar o princípio da racionalidade e da eficiência. Esse enquadramento doravante deveria nortear o processo de gestão administrativa dos órgãos públicos na região. Mesmo tendo adquirido características específicas, as propostas do governo Vargas, de uma forma ou de outra, balizariam o grande Programa de Valorização Econômica da Amazônia nas décadas subsequentes (BRITO, 2001, p. 128).

Na visão de Brito (2001) e Loureiro (2004) esta ideia que buscava incluir a região serviria como uma “válvula de escape” para aliviar as tensões sociais que ocorriam na região Nordeste do Brasil em virtude das fortes secas e atender aos interesses do grande capital, que necessitava – e muito – da borracha brasileira na década de 1940 e dos minerais preciosos que foram sendo descobertos na região.

Para tanto, havia a necessidade de implantação de um sistema de políticas públicas para a região que compactuasse com a visão nacional, mas esta era marcada por uma onda de conservadorismo travestida de modernização. Neste sentido, Brito (2001) aponta que

[...] as políticas de desenvolvimento no Brasil são estratégias para forçar a sociedade a absorver um novo ordenamento social denominado moderno. No entanto, como os princípios organizadores desse ordenamento não abrangem de forma profunda a estrutura social, na medida em que a racionalização tem apenas efeitos parciais, processa-se uma *modernização da superfície*. A modernização, sobretudo econômica, funciona como um tênue invólucro de estruturas não racionalizadas. Analisando transformações sociais, principalmente a partir dos desdobramentos da industrialização, é visível o quanto foi acelerado o processo que retirou do setor agrário a responsabilidade pela condução da acumulação de capital, enquanto outras dimensões sociais permaneceram parcialmente impermeáveis às transformações e se conformaram apenas sob as perspectivas de rearranjos. As consequências dessa modernização da superfície mostram seu caráter paradoxal quando se vislumbra uma economia que alcança patamares de crescimento, integrando-se sob este ponto de vista, à economia globalizada, mas mantendo, concomitantemente, estruturas arcaicas e um crônico e secular processo de exclusão social (BRITO, 2001, p. 21 – grifos meus).

Para Brito, o modelo de Estado proposto pelo populismo varguista passa a assumir um papel de intervenção que não tinha anteriormente na realidade nacional e, sobretudo, na amazônica. No caso da realidade nacional, essa modernização da superfície

Constata-se, pela profusão de órgãos políticos e pelo conjunto normativo que se introduziu no país, principalmente no pós-guerra, um aprofundamento na definição no papel do Estado como impulsionador, regulador e gerenciador dos processos de desenvolvimento econômico. Mas poderíamos dizer que isso significou uma transformação do ordenamento socioeconômico? O quadro social aponta várias mudanças, porém os procedimentos racionais balizados pela calculabilidade estavam restritos a um nível da esfera administrativa. As relações sociais ainda eram ajustadas a partir de relações clientelistas. Mas a burocracia estatal tinha condições de estabelecer estratégias de intervenção econômica através do planejamento. Percorrendo a história política de 1945 a 1964, verificaremos que, na dimensão política, a modernização não era tão acelerada como na economia. O rearranjo de forças políticas, apoiado na ideologia populista, caracterizam o processo de racionalização parcial das esferas sociais (BRITO, 2001, p. 89).

Com a sua tese da ‘modernização da superfície’, Brito aponta que esta ideia encobre na verdade um conflito entre os campos político e econômico do país que não falavam a mesma língua, pois se de um lado a modernização se impunha no campo econômico com vistas a alavancar o Brasil no cenário internacional, do outro lado, o quadro político se apoiava em um modelo clientelista, ancorado no sistema político coronelista e no populismo como elementos-chave para esta diacronia. Para ele

A modernização, como imposição de um ordenamento social, assume um caráter bastante específico, isto é, a industrialização, a expansão do mercado de trabalho e até do mercado consumidor. Em suma, certas estruturas do capitalismo industrial moderno tornam-se funcionais e interagem com as estruturas sócio-políticas e econômicas tradicionais [...] na verdade, a modernização encobre um conflito sócio-político e econômico latente provocado pelo confronto entre ordenamentos sociais diferentes. A política de integração regional significou uma tentativa de dar homogeneidade às estruturas socioeconômicas. Assim, o papel do Estado na estratégia de desenvolvimento foi impor um processo de modernização acelerado. No caso da Amazônia, a política de valorização, implantada a partir da década de 1950, será o marco inicial da modernização forçada. [...] A política de valorização deveria seguir um curso diferente de tudo o que já havia sido feito em relação à política de desenvolvimento regional. A ação valorizadora basear-se-ia na implantação de um conjunto de órgãos estatais que permitiriam uma intervenção apoiada no planejamento. Dessa maneira, o desenvolvimento regional seria consequência de políticas públicas sistematicamente articuladas e coordenadas pelo Estado (BRITO, 2001, p. 115-116).

Neste sentido, as políticas de intervenção para a região passaram a ser vistas como uma forma de modernização forçada para a região amazônica a partir da década de 1940, onde o verdadeiro papel da região foi o de fornecer commodities como o ferro, a bauxita e o manganês para o mercado internacional a custos baixos e com base em um discurso de um projeto

civilizador para a região, colocando o desenvolvimento em destaque e criando a ideia de um ‘herói modernizador’ para a Amazônia a partir deste discurso. Sobre esta questão, Loureiro (2004) afirma que

[...] o elemento central do modelo desenvolvimentista em curso destaca seu caráter de *herói civilizador* ou *herói modernizador* da Amazônia. Encarna a modernização da tribo, a ascensão da sociedade amazônica aos padrões de consumo e às aspirações ocidentais modernos. Aquele que vem redimir os habitantes da região, tirá-los do obscurantismo atrasado e selvático para dotá-los dos padrões avançados, de consumo moderno. É a ‘mão invisível’ e intangível que guiaria a região em direção ao progresso, ao civilizado, ao novo, em oposição ao caboclo e tribal, que caracteriza o ethos regional e que é repudiado pelas elites do Brasil e da própria Amazônia (LOUREIRO, 2004, p. 325 – grifos da autora).

Este discurso carrega, na visão de Loureiro, uma tripla condição transformadora, que modifica profundamente a região e estabelece um modelo pelo qual o desenvolvimento está pautado na exploração dos recursos naturais, na ‘destribalização’ e na mudança de paradigma sobre o ser humano amazônico, pois para ela

O caráter de herói modernizador do projeto de desenvolvimento carrega em seu bojo uma tripla condição transformadora. De um lado, significa uma gigantesca alteração e a substituição da base produtiva anteriormente existente nos lugares onde se implanta. E essa transformação se dá mediante um processo de desarticulação, sem que a atividade nova que a vem substituir consiga incorporar as populações que são deslocadas de suas atividades anteriores. Em segundo lugar, é preciso mencionar que o processo de desapossamento da natureza pela via jurídica e pela dominação político-econômica do Estado consiste, não apenas na transferência de bens materiais coletivos para grupos privados nacionais e estrangeiros, mas também, que ele tem implicações do ponto de vista cultural, na medida em que consiste num processo de ‘destribalização’ de toda a sociedade amazônica. Essa ‘destribalização’ se processa num sentido universal, que ultrapassa os limites desse conceito, quando aplicado às sociedades indígenas propriamente ditas. Isto porque ela rompe com o elo original do homem amazônico – índio ou não – com a natureza, obrigando-o a deslocar-se de sua terra original e, na condição de migrante, a procurar trabalho nas vilas e cidades, agora como um trabalhador despossuído de cultura, casa, mata, rio e os demais recursos naturais de que, na condição anterior ele extraía os elementos fundamentais da sobrevivência pessoal e familiar. [...] Um terceiro aspecto do projeto desenvolvimentista do Estado para a Amazônia é que ele coloca, equivocadamente, a questão do atraso amazônico. De um lado, pressupõe que a instalação de projetos e infraestruturas de apoio é, por si, suficiente para deflagrar o processo de desenvolvimento, melhorando as condições da vida social. Omite ou ignora que o capital em geral se instalou na região com um objetivo próprio de acumulação e que o grande projeto, mantido o seu caráter de enclave econômico, potencializa os problemas sociais e transfere poucos efeitos reprodutivos para a região (LOUREIRO, 2004, p. 326).

Esse projeto desenvolvimentista para a região é implementado pelo Estado a partir do final da década de 1950, buscando incorporar a Amazônia ao cenário econômico nacional e internacional, buscando, de acordo com Becker (1998, p. 11) integrar a fronteira amazônica

“[...] ao contexto da nova economia mundial, imposto pela estratégia monopolista do capital que vai ditar em grande parte o moderno paradigma do desenvolvimento nacional e as estratégias regionais”.

Neste sentido, o plano de metas estabelecido pelo governo de Juscelino Kubitschek é considerado um marco no processo de internacionalização da economia brasileira, ao inaugurar um novo estágio de acumulação monopolista do capital. Esse novo momento se confirma pela expressiva participação do Estado enquanto agente planejador e executor de uma política de desenvolvimento econômico visando à subordinação do território nacional ao núcleo hegemônico do Centro-Sul, que, pelo seu singular crescimento industrial, transformara-se no coração econômico do País. Portanto, ao assumir a decisão de dinamizar a economia pela via do capital monopolista “[...] o governo prioriza um modelo de desenvolvimento no qual o capital industrial detém um papel hegemônico, exercendo uma dominação sobre as formas de organização econômicas regionais comandadas pelo capitalismo comercial” (LOUREIRO, 1992, p. 45).

Com a ascensão dos militares ao poder na década de 1960, foi estabelecida para a Amazônia a dinâmica dos grandes projetos, com o objetivo de efetivar seus planos de exploração e se utilizando do discurso de desenvolver a região. Para tanto, o antigo Banco de Crédito da Borracha – BCB foi substituído pelo Banco da Amazônia – BASA, com vistas ao financiamento de projetos de exploração mineral, de produção agropecuária e de incentivo a industrialização da região Norte do país; a Superintendência para a Valorização da Amazônia – SPVEA foi substituída pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, que atualmente se encontra ligada ao Ministério da Integração Nacional, cuja responsabilidade consiste em desenvolver e apoiar projetos de desenvolvimento econômico para a região. De forma bem clara e direta, Loureiro (2004) aponta a utilidade destas duas importantes agências para a Amazônia:

Para apoiar os novos empresários da região foram criados dois órgãos: a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, responsável pela análise, aprovação e fiscalização dos novos projetos apresentados pelas empresas; e o Banco do Desenvolvimento da Amazônia – BASA, banco que liberava os recursos que as empresas haviam pleiteado⁴⁰ (LOUREIRO, 2001, p. 55).

⁴⁰ As siglas continuam as mesmas nos dias de hoje, mas a nomenclatura mudou: a SUDAM é hoje a Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia e o BASA é simplesmente o Banco da Amazônia. São instituições que mantêm suas funções originais, mas que tentam diversificar suas atividades, pois estão ligadas ao Ministério da Integração Nacional, capitaneado no governo de Dilma Rousseff por Helder Barbalho, ex-prefeito da cidade de Ananindeua-PA e governador eleito pelo Pará em 2018 com mandato até 2022, além de ser filho do Senador, ex-governador do Pará e ex-ministro Jader Barbalho.

Nesse período também fora implantado o projeto Radar da Amazônia – RADAM, que fez todo o levantamento e mapeamento de recursos naturais na região. Em seguida, foi estabelecido o projeto Calha Norte que fixou bases militares, com objetivo de controlar militarmente a região. Cabe ressaltar que um dos motivos de ocupação da Amazônia foi o interesse da inserção desta na economia de mercado internacional, favorecendo assim os interesses do grande capital. Como considera Nascimento que,

A abundância de recursos naturais presentes na região, condicionou a sua inserção subordinada aos interesses externos, nacionais, internacionais, situação esta que pouco se alterou nos séculos seguintes, sendo agravada a partir do governo militar instaurado em 1964 (NASCIMENTO, 2008, p. 1)

Na visão do Estado, a fronteira⁴¹ possui um papel estratégico, pois é pensada como um espaço que atrai inovações e efeitos que atuam como difusores do “desenvolvimento”, tais como capital, tecnologia, população, tanto de centros nacionais como de centros mundiais, tornando-se um verdadeiro campo de atração de forças externas. No caso da Amazônia⁴², o alto custo dos empreendimentos ligados aos grandes projetos na região se justifica pelas motivações econômicas e políticas que determinaram o modelo de ocupação da região. Neste sentido, o Estado promove a atração das forças para a “integração” da fronteira, com o fomento de implantação de infraestrutura preparatória com vistas a ocupação da região (BECKER, 1998).

Segundo Loureiro (1992; 2004), a partir da implementação dos chamados grandes projetos na Amazônia⁴³, o Estado induz e subsidia a ocupação da fronteira amazônica através de programas de colonização dirigida aos vazios demográficos da região e de uma política de

⁴¹ O uso do termo fronteira é subentendido conforme a visão de Becker. Para ela, a fronteira: “[...] não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não permanente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas [...] É, pois, para a nação símbolo e fato político de primeira grandeza, como espaço de projeção para o futuro, potencialmente alternativo. Para o capital, a fronteira tem valor como espaço onde é possível implantar rapidamente novas estruturas e como reserva mundial de energia. A potencialidade econômica e política da fronteira, por sua vez, torna-a uma região estratégica para o Estado, que se empenha em sua rápida estruturação e controle” (BECKER, 1998, p. 11).

⁴² A Amazônia citada neste trabalho, refere-se aos estados da Região Norte, que são: Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima, Amapá e Tocantins. Assim, qualquer referência a Amazônia fica implícita que congrega os Estados supracitados.

⁴³ Para efeitos de esclarecimento sobre o termo – amplamente estudado por pesquisadores das áreas das ciências humanas amazônicas –, os chamados grandes projetos podem ser encarados como um conjunto de estratégias voltadas para a integração social e econômica da Amazônia ao restante do Brasil e, na concepção dos dirigentes brasileiros, ao capital internacional. Abarca desde a criação de instituições de incentivo ao desenvolvimento da região e construção de rodovias de integração regional até os grandes projetos de exploração mineral e construção de malha hidrelétrica que foram intensificados nos governos militares, além da implementação de um parque industrial e da Zona Franca de Manaus. Com o processo de redemocratização do país, foi introduzida a malha ferroviária para o escoamento do minério de ferro – em especial o de Carajás – para EUA, Europa e Japão, a ampliação do sistema hidrelétrico na região e a descoberta de novas jazidas minerais.

incentivos fiscais que favorece as grandes corporações nacionais e internacionais, com vistas a atrair investimentos privados e mão-de-obra para os projetos agropecuários, de exploração mineral e das indústrias de beneficiamento que vieram a ser implantadas na região. Com isso, a Amazônia é colocada como última fronteira para a reprodução do capital, emergindo como mercado consumidor para os produtos industrializados do Centro-Sul, como área de expansão do mercado do trabalho, de forma a poder empregar o excedente populacional do Nordeste e como espaço para especulação fundiária dos agentes financeiros nacionais e internacionais.

A partir do desenvolvimento dos grandes projetos na Amazônia, podemos afirmar que o crescimento populacional da Amazônia, nas décadas de 1960 e 1970, apresentou como principal indutor o governo federal, que incentivou de várias maneiras a vinda de migrantes de outras regiões do País, principalmente do Sul e do Nordeste, visando a solucionar os conflitos sociais que se intensificavam nessas regiões.

Loureiro (2004) afirma que:

A ocupação da Amazônia inaugura linhas de atuação política que o Estado acreditava serem capazes de acomodar interesses antagônicos (reprodução do capital, criação de emprego, alívio de tensões no campo etc). Acreditava que essa forma de ocupação poderia dar conta, ao mesmo tempo, dos mecanismos do grande capital e de mercado que operavam naquele momento, em nível internacional e, ainda, acomodar as tensões internas causadas pelas classes populares, diluindo-as na nova terra (LOUREIRO, 2004, p. 85).

Ainda segundo Loureiro, essa colonização rumo a última fronteira traz consigo em um primeiro momento um determinado tipo de migrante: o nordestino que foge da seca e de uma vida marcada pela exclusão e pelo abandono, mas que ao chegar na Amazônia não vislumbra o ‘eldorado’, apenas a saída de um modelo de exploração por outro com condições um pouco melhores. A autora aponta que:

Nos anos 50 acentuam-se algumas frentes migratórias (que desde sempre aconteciam, mas em menores proporções desde o ciclo da borracha) em direção à Amazônia, em especial para a área amazônica que confina com o Nordeste brasileiro, de onde procediam (e que procedem até hoje essas frentes migratórias. [...] Até os anos 50, portanto, as incursões sazonais dos migrantes nordestinos para a Amazônia (vindos de todo o Nordeste) se caracterizam pela inserção de trabalhadores em atividades produtivas mais articuladas ao mercado – coleta da castanha, garimpo, gado, coco babaçu – e desenvolvidas sob condições mais penosas. Penosas pela superexploração do trabalho, pelo caráter itinerante e pela coerção física a que frequentemente ficam submetidos na região, embora tenham saído do Nordeste, onde tinham condições de vida e trabalho também duras e sofridas. Até hoje, a maior parte dos trabalhadores submetidos ao trabalho escravo na Amazônia é constituída por nordestinos, especialmente vindos do Maranhão (LOUREIRO, 2004, p. 22-24).

Ainda nesse período, o Estado passa a implementar a ocupação capitalista objetivando a abertura de um novo mercado consumidor para o excedente industrial do Sudeste e a capitalização das terras pelo setor privado nacional e internacional. O segundo objetivo era a “solução” dos conflitos fundiários do Nordeste, com a transferência de um grande contingente populacional para a região amazônica que seriam incorporados como força de trabalho nas obras de infraestrutura (rodovias, portos, hidrelétricas), ou como pequenos produtores familiares nas áreas de colonização. Tal situação é mostrada por Stockinger (2001), quando afirma que:

Os custos de produção da força de trabalho não são, portanto, baixos por natureza ou porque as pessoas tenham ainda ‘poucas necessidades’ ou ‘humildade’. [...] Trata-se, isto sim, de forças sociais concretas que exercem pressão econômica e política sobre a população trabalhadora e se aproveitam das contradições existentes em seu próprio benefício: jogavam a reserva contra a ativa; colocam o mais qualificado contra o menos qualificado. [...] O resultado é a mão-de-obra barata, que deve reproduzir suas próprias condições de vida em nível cada vez mais baixo, formando a base para a valorização do capital (STOCKINGER, 2001, p. 138).

Essa política de valorização e ocupação da Amazônia, orientada pela estratégia de colonização dirigida e pelos mecanismos de incentivos fiscais, fixou em um mesmo território grupos sociais antagônicos que possuem visões distintas e incompatíveis de utilização da terra, pois se para o colono a terra tem valor de uso, sendo fonte de trabalho e subsistência, para o capitalista é fonte de obtenção de renda e especulação.

As ações do Estado para a viabilização dos grandes projetos na região amazônica se iniciam a partir da criação de uma malha rodoviária que venha a integrar a Amazônia ao restante do país, com vistas a dinamizar a articulação do capital, a circulação de mão-de-obra, o acesso aos pontos de exploração mineral e aos insumos. Neste sentido, a rede rodoviária vai unificar fisicamente a Amazônia ao Centro-Sul e Nordeste do país e a implementação de redes de telecomunicações e telefonia tornam-se fundamentais para a incorporação de uma nova mentalidade na fronteira, onde a ideia de integração da região ao restante do país e ao mundo é tida como um importante eixo de modernização.

Outros fatores ligados às ações do estado sobre a Amazônia merecem destaque, entre eles: a dinamização da rede urbana e da rede hidrelétrica como suportes básicos para a implementação da nova fase industrial; a superposição de territórios federais sobre os estaduais, que forja novos limites nos quais o governo central assume jurisdição absoluta; os subsídios aos fluxos de capital para atrair projetos empresariais; a indução dos fluxos migratórios visando o povoamento e a formação da mão de obra; o controle técnico e político imposto ao território

para atender aos interesses do capital, que desterritorializa os antigos atores sociais da região, configura novas territorialidades e identidades que acentuam os conflitos sociais, políticos e ambientais na fronteira. Com a implantação de sistemas técnicos e políticos ocorrem profundas transformações na configuração espacial e social da região amazônica, já que para ela os investimentos federais na região atuam como elementos atrativos e as estradas facilitam o fluxo, uma vez que para Machado (1999, p. 117),

[...] O atrator primordial deixou de ser a rede fluvial e passou a ser as estradas pioneiras, tanto para os fluxos migratórios dirigidos como para as correntes migratórias espontâneas. À medida que os grandes eixos de estradas pioneiras eram construídos na terra firme, ou seja, nas áreas não inundadas as frentes de povoamento invadiam a selva e novas aglomerações apareciam, muitas delas já sob a forma de cidade.

Neste sentido, ao promover a integração do espaço amazônico ao novo contexto econômico nacional e internacional, o Estado apresentou a região como um grande território despovoado, uma fronteira aberta para aqueles que desejassem ocupá-la. Assim, o slogan “terras sem homens para homens sem-terra” traduzia a imagem da fronteira criada pelo Estado, atraindo muitos migrantes que se deslocaram para a região à procura de terra e trabalho. Portanto, foi fundamental para o Estado direcionar de forma seletiva o fluxo migratório e, ao mesmo tempo, favorecer à entrada do capital monopolista na região. É neste sentido que os projetos de colonização e os grandes empreendimentos empresariais foram considerados como a melhor estratégia para induzir o “desenvolvimento” econômico regional. Loureiro (2004), aponta que:

O governo central institui o lema ‘homens sem-terra’ (do Nordeste e Centro-Sul) ‘para terras sem homens’ (da Amazônia). Este ‘slogan’ caracterizou a nova marcha para a região e que marcou toda a década de 70. Nela, milhares de pequenos proprietários, sítiantes, moradores, arrendatários e posseiros de várias regiões do Brasil passavam por um processo de proletarianização, transformando-se em assalariados e boias-frias – quando permaneciam em suas regiões de origem – ou em migrantes que buscavam as novas terras abertas na Amazônia (LOUREIRO, 2004, p. 153).

Torna-se claro que a política adotada pelo Estado brasileiro com o objetivo de integrar a Amazônia ao restante do País transferiu para a região um grande número de pessoas que foram atraídas por propagandas do Estado, que mostrava para a nação a Amazônia como solução para os problemas sociais que se acentuavam em outras regiões do País. Deste modo, a população da região começa a crescer aceleradamente, tanto a população rural como a urbana, de forma desordenada e o espaço passa a ser ocupado de forma desordenada também, onde processos

como a favelização vem crescendo a olhos vistos e os processos de migração inter-regionais são ainda constantes, mas que não são garantias de uma vida melhor para as pessoas que para esses locais se deslocam.

As transformações espaciais na rede urbana refletem e viabilizam as mudanças no circuito produtivo e nas relações de produção. Quando o Estado inseriu a região amazônica na nova Divisão Territorial do Trabalho, ele tinha como premissa básica o controle e a apropriação do excedente produzido e a criação de uma força de trabalho disponível para o capital como exército de reserva. Diante desse contexto, constata-se que a mobilidade desses trabalhadores é um fato inerente aos novos processos de dominação ligados às práticas de acumulação monopolista do capital e este introduz toda a sua sistemática: relações de trabalho capitalistas, induzindo um expressivo contingente de mão-de-obra desempregada e de pequenos produtores rurais a uma constante migração para áreas sob a influência dos projetos agropecuários e/ou das obras de infraestrutura que passam a povoar as periferias das zonas ligadas aos projetos ou aos núcleos urbanos periféricos das grandes cidades, concentrando nesses núcleos urbanos uma reserva de força de trabalho fundamental para atender à nova demanda criada por esses empreendimentos.

No Brasil, as áreas de fronteira foram sempre espaços de atração para os imigrantes, pois acenavam com a possibilidade de acesso à posse da terra. Assim, a migração de trabalhadores rurais, posseiros e proprietários descapitalizados para a fronteira representa uma contrapartida ao fluxo demográfico que se direcionava para os núcleos urbanos.

Outra política de atração populacional em massa para a região Amazônica ligada aos grandes projetos foi a criação da Zona Franca de Manaus, sob o controle da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, implementada em 28 de Fevereiro de 1967, localizada no distrito industrial da cidade de Manaus, onde empresas nacionais e multinacionais se instalaram principalmente de origem japonesa (SANYO, SONY, TOSHIBA, YAMAHA, HONDA, etc.), seguidas de empresas norte-americanas, alemãs francesas e italianas. Com atividades voltadas para o setor eletrônico, elétrico, relojoeiro, mecânico, metalúrgico, etc. Há que se salientar que a isenção de impostos e a mão de obra barata foram os principais fatores que atraíram as indústrias para a Zona Franca.

Estas ações reforçam as palavras de Loureiro (2004), ao analisar os modelos de desenvolvimento para a Amazônia no período de 1960 a 1990. Para ela:

O novo modelo de desenvolvimento para a Amazônia foi concebido e implantado pela ditadura militar pós-64, portanto, pelas forças militares apoiadas pelos setores civis da oligarquia nacional e pelos grandes grupos econômicos internacionais. Estes

últimos estavam presentes e apoiaram os militares desde o golpe militar de 1964, e praticamente controlam a economia e a política brasileira até o presente momento (LOUREIRO, 2004, p. 55).

Segundo Porto (2003), o crescimento populacional neste período foi motivado por outros motivos, tais como:

Descoberta de novos garimpos e de grandes jazidas minerálicas, extrativismo madeireiro, implantação de montadoras na Zona Franca de Manaus, e a instalação de grandes projetos. Com isso, a proporção da população residente regional em relação à nacional, aumentou de 3,7% em 1960, para 7,6% em 2000. Por outro lado, a participação da população urbana no contexto regional, registrou um aumento de 37,4%, para 69,9% no mesmo período (PORTO, 2003, p. 67).

Como podemos observar o crescimento populacional se configurou como mais uma estratégia do Governo para definir o novo estilo de ocupação da Amazônia. Visando transformá-lo em polo explorador de minério bruto e alumínio primário em associação com o capital estrangeiro. Neste período houve também a implantação dos grandes projetos na região tais como o Programa Grande Carajás (PA), Projeto Jarí (AP), Projeto Trombetas (PA), Albrás-Alunorte (PA), entre outros.

Pela relevância de recursos naturais que possui a Amazônia o Governo Federal buscou alternativas de desenvolvimento para a região. Contudo, percebemos que a abertura dos grandes projetos modificou a dinâmica das populações tradicionais, pois não houve um estudo quanto aos impactos que estes projetos deixariam para a região. Considerando essa realidade, Porto (2003) retrata essa situação na região.

A Amazônia, com isso, tornou-se uma peça chave dentro dos planos do Governo, pois seus rios e rodovias formam caminhos essenciais para o escoamento da produção e para a diminuição de custo, além do que os empreendimentos passam por áreas ricas em minerais (ouro), em terras indígenas, em áreas de conservação e há expectativas de se ampliar o fluxo migratório desenfreado às terras situadas na parte centro-meridional da região, principalmente, afetando cerrado, florestas e campos naturais (PORTO, 2003, p. 80).

Apesar dessas implicações não podemos negar, que a implantação desses projetos contribuiu para o crescimento econômico da região, tornando-a um dos polos produtivos mais promissores do Brasil, porém, contraditoriamente trouxe pobreza e exclusão para a maioria da população, que não foi beneficiada pelos projetos. Sobre esta situação, reflete a pesquisadora Violeta Loureiro (2004) ao pensar na ocupação dos vazios demográficos nas cercanias dos grandes projetos ou na periferia das cidades:

[...] a implantação dos grandes projetos (da forma como ele vêm sendo feitos na região) não oferece garantia de generalização de benefícios. Ao contrário disso, na medida em que sua implantação desestrutura a base produtiva anterior e lança no mercado trabalhadores despossuídos dos meios de produção (terra e natureza em geral), estes e outros que a eles se somam, acorrem como peões, trabalhadores braçais, biscateiros, aventureiros e marginais para a área de influência imediata do projeto iniciado, criando o que se costuma chamar de ‘favelão’, ao lado dos grandes empreendimentos ou inchando as periferias das cidades próximas⁴⁴. Assim, se o grande projeto – que sustenta o modelo econômico – é, de um lado, gerador de riquezas monetárias, em sua contraface apresenta-se como desagregador da sociedade original e semente da pobreza urbana (LOUREIRO, 2004, p. 327).

Ainda segundo Loureiro, o Estado brasileiro passa a estimular uma imigração seletiva com o objetivo de atrair novos atores sociais com mais intensidade nas décadas de 1970 e 1980. Esses atores eram, em sua maioria, pequenos e médios produtores rurais e pequenos investidores do Sul, que, com sua capacidade de capitalização, passaram a redimensionar a tradicional produção agrícola voltada predominantemente para a subsistência e o mercado local, por uma agricultura mecanizada⁴⁵ e uma pecuária em grande escala visando à produção de um maior volume de matérias-primas para atender as demandas dos mercados nacional e internacional. Nesse sentido, a produção capitalista é subsidiada e facilitada pela ação do Estado, que lhe permite o acesso a extensas áreas, intensificando a apropriação privada da terra e acentuando a concentração fundiária.

O intenso fluxo migratório na região amazônica determinou mudanças significativas no ritmo de crescimento populacional e urbano da Amazônia. Essa migração reflete a atração que o espaço amazônico passou exercer nas populações de outras regiões, que, influenciadas pela ideologia difundida pelo Estado, vislumbram na Amazônia a possibilidade de se tornarem donos de um pedaço de terra.

Para Sawyer (1992), esse intenso fluxo populacional teve como causa básica as transformações econômicas em curso no país, que privilegiaram maiores taxas de crescimento

⁴⁴ Existem vários exemplos desses que são dignos de nota: o bairro das Malvinas, na cidade de Laranjal do Jari (AP), localizado na área da antiga fábrica da Jari Celulose, as moradias em palafitas nas cidades de Santarém e Manaus (Zona Franca), o Distrito do Lourenço (garimpo) na cidade de Calçoene (AP) e as áreas da Baixada do Ambrósio e Comunidade do Elesbão na área portuária do município de Santana (AP), além de bairros localizados nas áreas à beira dos rios nas principais cidades amazônicas, que se caracterizam pela precariedade nas construções das casas e em sua distribuição, nos altos índices de violência e pobreza econômica, no predomínio das atividades econômicas informais e na ausência de diálogo com os agentes públicos.

⁴⁵ Esses efeitos são sentidos com mais intensidade na atualidade nos conflitos pela posse da terra nas regiões Sul e Sudeste do Pará (Terra do Meio) e nos polos de plantação de soja espalhados por toda a região, com ênfase nos estados do Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e região Noroeste do Pará. Sobre esta situação, convém afirmar aqui que, mesmo não fazendo parte da Região Norte, o estado do Mato Grosso do Sul apresenta um modelo de colonização da terra muito semelhante ao dos estados da região Norte pós-1970. Outro ponto que convém salientar é que a fronteira agrícola na Amazônia ainda encontra formas de expandir, mesmo com todos os impactos ambientais causados sobre a Floresta Amazônica, pois incorpora no discurso dos governos uma estratégia de desenvolvimento. Mais recentemente, o Governo do Estado do Amapá – GEA vem discutindo com produtores das regiões Sul e Sudeste a criação de corredores de produção de soja, milho e arroz.

econômico em detrimento da socialização dos benefícios gerados por este crescimento, intensificando a concentração da propriedade e da renda, gerando fluxos demográficos que se dirigiram em parte para a Amazônia.

Ainda segundo o mesmo autor, dentro da região amazônica, as políticas federais favoreceram a migração em certos pontos e momentos, através de iniciativas tais como os projetos de colonização, os incentivos fiscais e creditícios da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia e a Zona Franca de Manaus. Em contrapartida, as mesmas políticas chegaram também a favorecer a expulsão de populações já residente e a não fixação de migrantes.

A esperança em conseguir terra própria e a busca por uma oportunidade de emprego nos empreendimentos agropecuários, na atividade madeireira e nas obras de infraestrutura (estradas, portos, vilas) necessárias para viabilizar a integração da região ao circuito econômico nacional e internacional, atraiu uma leva de migrantes oriundos principalmente do Nordeste e do Sul do país.

Entretanto, a partir da década de 80, as mudanças promovidas na dinâmica econômica regional, priorizando as atividades mais intensivas em capital em pontos específicos da região, determinam o esgotamento do modelo de ocupação humana da região, direcionado para a atração de grandes fluxos demográficos, reduzindo de forma substancial os movimentos migratórios inter-regionais.

O crescimento populacional da Amazônia esteve ligado, desde sempre, à migração e aos períodos de desenvolvimento econômico da região. Por conta disso, os fluxos migratórios que se deslocaram para a região, não afetaram todas as partes do espaço amazônico da mesma forma e com igual intensidade, visto que o crescimento demográfico e urbano se caracterizou pela concentração populacional nas áreas de maior dinamismo econômico.

A dinâmica que moveu os processos de crescimento populacional foi comandada pelos interesses dos grandes grupos econômicos externos à região que detêm o poder de influenciar fortemente as ações governamentais. Dessa forma, o Estado priorizou estritamente os interesses dos grandes grupos capitalistas nacionais e internacionais com a finalidade de consolidar a acumulação do capital monopolista. Essa estratégia política e econômica sinaliza que a ocupação da região se fundamentou numa visão – equivocada – da Amazônia como uma fonte inesgotável de recursos naturais a serem explorados pelo capital e reservou um papel secundário para a população regional e para aqueles que migraram para este território.

Tal situação, vivenciada cotidianamente pelos migrantes na Amazônia, reflete a contradição do planejamento estatal para a ocupação da região, posto que a finalidade do

governo federal não era distribuir terra na Amazônia, pois, se tivesse esse objetivo, teria realizado uma reforma agrária. Seu propósito era a transferência de grandes massas populares para servirem como força de trabalho capaz de funcionar como uma espécie de exército ativo de reserva aos empreendimentos que seriam instalados na região.

Para Rodrigues (1996), uma das ocorrências inevitáveis desse processo viria a ser:

A ocorrência de um rigoroso processo de afluxo populacional do campo, particularmente das áreas de fronteiras de expansão, para as cidades, onde se encontram fenômenos como inchamento dos grandes centros urbanos da região; o incremento de um processo de favelização em larga escala, os desequilíbrios espaço-ambientais e conflitos urbanos entre outros, passariam a ter destaque, incidindo conseqüentemente na qualidade de vida da população, de forma bastante negativa para aqueles que tendo suas formas tradicionais de sobrevivência desestruturadas (os povos naturais da região), ou os que chegando apenas com sua força de trabalho e o sonho com um reinício promissor (milhares de migrantes) têm que, nas condições mais diversas, construir novas formas de realização da reprodução social de sua existência, enquanto classes que enfrentam uma verdadeira metamorfose em termos de relações sociais de produção (RODRIGUES, 1996, p. 37).

O processo de internacionalização da economia brasileira vai redefinir o papel da Amazônia no contexto econômico nacional e internacional. Assim, o projeto de desenvolvimento gestado pelo governo federal veio promover a “abertura” da fronteira para novos agentes sociais e econômicos, suscitando mudanças não só nas relações de produção, mas, também na configuração de novas especialidades, visto que a singularidade da fronteira na Amazônia caracteriza-se pela prioridade na formação de núcleos urbanos.

Dessa forma, verifica-se que as mudanças demográficas apresentadas na Amazônia, nas últimas décadas, tiveram como elemento indutor o intenso fluxo migratório registrado na região. Embora essa população tenha sido induzida a migrar pela promessa de acesso à terra, não foram as áreas rurais que apresentaram um maior crescimento populacional, e sim as áreas urbanas. Essa contradição sinaliza que a apropriação das terras na fronteira se fez com a exclusão e a expropriação desse segmento social.

Nesse sentido, observa-se que os núcleos urbanos foram sempre a formação espacial mais utilizada na ocupação da Amazônia, seja por uma estratégia militar (defesa do território), seja por uma questão econômica (pontos de circulação da produção e da força do trabalho ou de acumulação excedente). Em função disso, somente nos períodos em que a economia amazônica apresenta um maior dinamismo é que se verifica o crescimento do espaço urbano e a expansão da malha urbana.

Neste contexto, o modelo de ocupação da região expressa a aliança entre o capital e o Estado na Amazônia. Essa conjunção de interesses é que definiu as políticas governamentais

que favoreceram os grandes empreendimentos empresariais e proporcionaram o enriquecimento desses grupos econômicos. Em contrapartida o caráter de “enclave” desses grandes projetos não trouxe muitos benefícios para a economia local, pois estes não fomentaram outras atividades econômicas dependentes de sua produção, visto que a maior parte daquilo que é produzido na região é exportado sem que seja agregado valor a esses produtos. Assim, a reestruturação econômica gerada pela incorporação do capital monopolista não desencadeou um processo de desenvolvimento da economia regional como um todo.

No que se refere à questão social na Amazônia, esta se faz presente a partir do intenso crescimento populacional tanto no espaço rural como na cidade, sendo que nas pequenas cidades se multiplicam os bairros em condições precárias e insalubres, formando grandes aglomerações com pouca infraestrutura, muitas sem quaisquer condições de saneamento básico e segurança pública.

Segundo Barbosa e Sá (2009), a questão social é tão presente no contexto da Amazônia que se faz necessária a presença do Estado, sendo chamado para exercer práticas de controle a fim de atenuar os conflitos decorrentes do grande contingente populacional e assim manter o equilíbrio e a regularidade do processo social.

Por isso, a questão social tão presente no mundo capitalista, vem a ser observada na região amazônica pela apropriação do próprio recurso natural, do êxodo rural, da miséria e do paradoxo existente na própria Amazônia, onde uma região rica produz uma população pobre. O que de acordo com Barbosa e Sá (2009, p. 74) “[...] as populações indígenas e tradicionais, quilombolas, extrativistas veem-se ameaçadas em face da reorganização da produção do espaço Amazônico”.

Desta forma, a concentração de experiências históricas na Amazônia, modificou sua dinâmica regional, onde a presença do capital fomentou ainda mais as disparidades sociais existentes na região, como as caracterizadas pelo capitalismo maduro, principalmente no que se refere à questão das populações tradicionais, onde os grandes projetos invadiram sua cotidianidade, modificando sua identidade.

Diante disso, é fundamental que se construam novos critérios para a exploração econômica da região, haja vista que é marcante o aumento das desigualdades sociais na região nas últimas décadas, pois o Estado, ao desviar os recursos públicos para incentivar o setor privado, acentuou a concentração da riqueza nas mãos de determinados segmentos da sociedade e conseqüentemente exclui dessa partilha as camadas populares.

3.2 A DINÂMICA HISTÓRICO-SOCIAL DA AMAZÔNIA E SUAS PECULIARIDADES LOCAIS (AMAPÁ): UM PEQUENO ESBOÇO

O Estado do Amapá está localizado no extremo norte do Brasil, na confluência da margem esquerda do canal norte do rio Amazonas com o Oceano Atlântico, no espaço geográfico da Amazônia Ocidental, ocupando uma superfície de 143.453,70 km², o que corresponde a 3,71% da superfície da Região Norte e 1,68% da área nacional (MELO, 2003, p. 12).

Estrategicamente, é o estado brasileiro mais próximo com o comércio do Caribe e do North-American Free Trading Agreement (NAFTA) – o mercado mais importante das Américas – também considerado uma rota de saída do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) para outros países, especialmente por estar próximo da Guiana Francesa que é a representante da União Europeia na América do Sul⁴⁶.

Os limites do Amapá foram fixados pelos Decretos Leis de números 5.812, de 13 de setembro de 1943 e, 6.550 de 31 de maio de 1944, respectivamente, que criaram e definiram os municípios. Atualmente o estado do Amapá está subdividido politicamente em dezesseis (16) municípios e vinte e oito (28) distritos, e estão organizados em quatro (04) micro-regiões e duas (02) mesoregiões.

O estado atualmente está subdividido em 16 municípios: Santana, Laranjal do Jarí, Porto Grande, Oiapoque, Calçoene, Pedra Branca do Amapari, Serra do Navio, Amapá, Ferreira Gomes, Cutias do Araguari, Itaubal do Pirinrin, Pracuúba, Mazagão, Tartarugalzinho, Vitória do Jarí e Macapá.

A Mesoregião 01, situada ao norte do estado do Amapá e envolve;

- Micro-região 01 ou Micro-região do Oiapoque tendo os municípios do Oiapoque e Calçoene;
- Micro-região 02 ou Micro-região do Amapá tendo os municípios do Amapá, Pracuuba e Tartarugalzinho.

A Mesoregião 02, situada ao Sul do estado do Amapá e envolve:

- Micro-região 03 ou Micro-região de Macapá tendo os municípios da Serra do Navio, Pedra Branca do Amapari, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Macapá, Porto Grande e Santana;

⁴⁶ Fonte: SAA, Concepção. **Macapá, Santana e Laranjal do Jarí**. Relatório Final – Tomo I. Macapá: ADAP, dezembro de 2005.

- Micro-região 04 ou Micro-região de Mazagão, tendo os municípios de Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jarí.

O Amapá apresenta características ímpares no conjunto dos 26 estados brasileiros. Situa-se no extremo norte do país, com a maior parte da sua área classificada com faixa de fronteira. Como estado amazônico mais afastado dos centros dinâmicos do país, a ocupação de seu território teve duas características fundamentais. Por um lado, em função dos aspectos físicos de clima, relevo, solo e vegetação, a densidade demográfica tem se mantido baixa (3,7 hab/km² em 2010), sendo a população dependente tradicionalmente de atividades extrativas, caça e pesca. Por outro lado, a ausência de vantagens comparativas locais, seja do ponto de vista da produção, seja do ponto de vista do mercado, não tem favorecido o desenvolvimento de novas atividades econômicas (ROCHA, 2002).

A palavra Amapá é de origem indígena e vem da nação Nuaruaque, que habitava a região norte do Brasil, no tempo do descobrimento. Amapá é uma espécie de árvore brasileira (*Hamcominia Amapá*, Hub.) da família das apocináceas. Essa árvore dá um leite e um fruto saboroso em formato de maçã, servindo muitas vezes como parte da farmacopeia do mundo amazônico (SANTOS, 2006).

Para construir o processo de formação do Território e, posteriormente, do Estado do Amapá, torna-se necessário retornar ao processo de colonização do Brasil, pois segundo Picanço (1981) os antecedentes históricos do Amapá estão vinculados aos dois ciclos de navegação e descobrimentos marítimos no século XV, representados pelos Portugueses e Espanhóis e nos séculos posteriores XVI, XVII e XVIII, com a presença de franceses, ingleses, espanhóis, irlandeses e holandeses que passaram pelo território, tornando-o uma zona de litígio em virtude de fronteira estratégica no extremo norte da colônia.

Já se tem notícias da presença estrangeira no Amapá desde o ano de 1499, quando o navegador Américo Vespúcio, que estava sob as ordens do reino espanhol e percorreu o litoral amapaense conforme a carta-documento escrita pelo mesmo. Esta carta narrava sua passagem pelas terras do Cabo Norte, quando atravessou a linha do equador e passou pelas Ilhas Cavianas de Dentro, dos Porcos e do Pará, em frente aos municípios de Macapá e Mazagão (PICANÇO, 1981; MORAIS, 2009).

No ano de 1500, Vicente Pinzón, ainda a serviço dos reis católicos espanhóis, percorre o atual rio Oiapoque, pois antes e, por muito tempo, este rio ficou conhecido com o nome desse navegador e que mais tarde veio criar a célebre questão de fronteira entre Portugal e, posteriormente, entre Brasil e França no Setentrão Brasileiro (MORAIS, 2009; SANTOS, 2006).

No ano de 1544, o rei Carlos V da Espanha entrega as terras do setentrão brasileiro ao explorador e navegador espanhol Francisco Orellana, com a denominação de *Adelantado de Nueva Andaluzia*, que ficou conhecido como o primeiro nome oficial que recebeu o Amapá. No ano de 1637, durante o reinado de Felipe IV da Espanha e com a unificação ao reino português, as terras do Amapá foram denominadas de Capitania do Cabo Norte e doadas aos portugueses com o objetivo de manter o eficiente sistema de vigilância das fronteiras amazônicas feito por eles, com a construção de fortificações nas zonas estratégicas da região. Estas terras ainda receberam o nome de Província dos Tucujus no Século XVIII, quando o rei português D. João V a denomina com este nome em homenagem a etnia indígena dominante do lugar (PICANÇO, 1981; MORAIS, 2009; LOBATO, 2013).

Os holandeses, os ingleses e franceses que povoavam as Guianas, na fronteira com o território, efetuaram várias incursões beligerantes através do estuário do Rio Amazonas, obrigando os portugueses a fundar o forte de Cumaú, com o nome de Santo Antônio de Macapá. Após intensos embates, os invasores foram expulsos, à exceção dos franceses, que iniciaram um longo processo de reivindicação da posse da terra (PICANÇO, 1981; MORAIS, 2009; LOBATO, 2013).

Em 1713 houve uma tentativa de paz, com o Tratado de Utrecht, pelo qual se propunha que o Oiapoque ficasse como fronteira entre os territórios da França e de Portugal na América do Sul, mas os franceses não respeitaram o acordo e estenderam seus domínios até o Rio Araguari. Em 1751, criou o núcleo colonial pelos açorianos, ficando sob a responsabilidade de Francisco Xavier Mendonça Furtado. Coube a ele a missão de elevar o povoado de Macapá à categoria de Vila de São José de Macapá. Conforme Sarney e Costa (1999), as famílias açorianas fixaram-se no local e formaram a primeira geração de amapaenses.

O Amapá foi palco de outras intrigas com a França, principalmente pelas abundantes riquezas minerais existentes na região, originando disputas com o reino luso. Para precaver a invasão dos franceses, D. João V autorizou a instalação de um forte à margem esquerda do rio Amazonas. Segundo Santos (2006), a construção durou dezoito anos, sendo utilizados homens do exército, engenheiros, e principalmente escravos e índios que transportaram em canoas as pedras para o local da construção. A Fortaleza de São José de Macapá foi inaugurada em 19 de março de 1782, no dia do padroeiro da cidade, sendo a maior fortificação construída pelos portugueses em terras brasileiras (PICANÇO, 1981; SARNEY; COSTA, 1999; MORAIS, 2009; LOBATO, 2013).

Em 1841, os imperadores do Brasil e da França neutralizaram a área entre os rios Araguari e Oiapoque onde se localizam os municípios de Tartarugalzinho, Amapá, Calçoene e

Oiapoque, passando a ser chamada de Contestado Franco-Brasileiro. Em 1853, o senador Cândido Mendes de Almeida, propõe à Assembleia Nacional do Segundo Império, a criação da Província do Oiapoque que abrangeria a atual área do Estado do Amapá e mais os municípios de Gurupá e Almeirim, fixando o Contestado e construindo um sistema de governo semelhante ao das províncias do Império. Em 1880, a Amazônia passou a ser constituída de nove províncias: Japurá, Solimões, Madeira, Rio Negro, Amazonas, Tapajós, Xingu, Pará e Pinzônia sendo que essa última província viria a constituir as terras amapaenses.

Um fato que desencadeou um conflito que definiu as fronteiras do Amapá definitivamente, segundo Picanço (1981), Moraes (2009) e Lobato (2013), foi a descoberta de ouro na região de Calçoene⁴⁷ em 1894. A descoberta destas jazidas de ouro, além de inaugurarem um período de inserção mineral do Amapá no cenário nacional, propiciaram a invasão dos franceses no ano de 1895, sob as ordens do capitão Lunier. O governo em forma de Triunvirato no território composto por Francisco Xavier de Veiga Cabral (o Cabralzinho), Desidério Antônio Coelho e Cônego Domingos Maltez, organizaram o contra-ataque, matando o capitão e expulsando os franceses de volta para a região de Caiena, deixando na figura de Cabralzinho o epíteto de ‘Herói do Amapá’, pelo fato de ter resolvido de uma vez a questão da fronteira entre o Amapá e a Guiana Francesa. Alguns historiadores contestam essa versão dos fatos, alegando que Cabralzinho agiu por puro interesse pessoal e de forma elitista, sem se preocupar de fato com a população do lugar, pois a questão da fronteira em definitivo só se resolveu de fato através da resolução diplomática promovida pelo acordo definido entre o Barão do Rio Branco e o governo francês através da assinatura do Laudo Suíço em 1900, integrando definitivamente a região do contestado ao Patrimônio do Território Nacional Brasileiro e selando mais de duzentos anos de litígio fronteiro entre portugueses/brasileiros e franceses, mantendo a anexação desta região à Província do Pará.

Santos (1998) e Silva (2007) apontam que, desde o início da República no Brasil já havia manifestações e propostas para a implantação de Territórios Federais e uma proposta de nova divisão política no país que buscasse a manutenção da soberania nacional, haja vista que no início do século XX a Amazônia ainda apresentava questões diretamente ligadas ao contestado, em especial nas zonas de fronteira com 10 países da América do Sul e em algumas

⁴⁷ Ainda conhecida como campo de extração de ouro na atualidade, principalmente com a descoberta de importante jazida de ouro no atual Distrito do Lourenço desde a década de 1960. Vale lembrar que esta localidade surgiu em virtude do garimpo e vive, como em muitas localidades amazônicas ligadas ao processo de extração mineral, da comercialização do minério, onde o ‘padrão ouro’ é estabelecido como forma de troca econômica e reguladora da vida social.

delas não havia nenhum tipo de estratégia de defesa ou de garantia do território como pertencente ao Brasil.

Segundo Moraes (2009) e Lobato (2013), no ano de 1903 o Governo Federal eleva a região acreana à condição de Território Federal a partir da anexação desta região em resolução de questão diplomática com a Bolívia. Como a questão do Contestado Setentrional do Amapá estava resolvida, os moradores das cidades de Macapá e Mazagão viram com interesse a possibilidade de transformar estas regiões em Território Federal e se separar do estado do Pará.

Segundo Silva (2007), as manifestações dos amapaenses, em especial da população de Macapá, com vistas a sua autonomia com relação ao estado do Pará se tornaram mais intensas com a proclamação e, no ano de 1920, representantes da população entregam ao Governo Federal um documento ao Presidente da República relatando o abandono e descaso a que foram submetidos pelos dirigentes públicos paraenses e propõem a ele que a região seja transformada em Território Federal.

A partir da ascensão de Getúlio Vargas ao poder em 1930 a discussão sobre as questões relativas às fronteiras nacionais foi colocada em pauta e, com a Segunda Guerra Mundial presente na realidade geopolítica global da década de 1940, tornava-se necessário buscar estratégias de defesa das fronteiras nacionais e, ao mesmo tempo, promover um amplo programa de integração nacional que pudesse viabilizar os potenciais econômicos da região para o país. Neste período o governo teve como fundamento a ideologia da “segurança nacional”, para atrair um novo fluxo migratório para a região amazônica, atraídos pelas expectativas de desenvolvimento econômico na região.

Outra preocupação presente no *establishment* varguista com relação aos territórios estava relacionada com o povoamento das regiões de fronteira. Silva (2007) aponta que o isolamento das zonas fronteiriças detectado pelo governo Vargas não era somente um vazio demográfico em si, mas de um isolamento econômico e cultural da região do restante do país⁴⁸ e este deveria ser superado a partir da implementação de uma política de integração nacional, onde os Territórios Federais seriam a ponta de lança do processo.

A condição de Território Federal permitia ao Presidente da República escolher quais seriam os governadores, não havendo, portanto, a escolha através do voto democrático. Em 1943, esta expectativa foi atendida com o decreto de criação dos Territórios Federais em áreas

⁴⁸ No item anterior, aponte a existência de um hiato do Governo Federal com relação à Amazônia desde a decadência do primeiro ciclo da borracha (1850 – 1910). A preocupação do governo de Vargas com a integração nacional, presente nas análises de Silva (2007) e Lobato (2013), reforçam esta tese. Além disso, a inclusão da Amazônia em um segundo ciclo da borracha (1940-1946) em virtude da ocupação da Malásia pelas forças japonesas foi, inicialmente, um outro importante fator para a integração da região ao restante do país.

estratégicas nas fronteiras do país e o Amapá foi uma dessas áreas. No entanto, era necessário escolher um representante político que seguisse os corolários do varguismo para massificar o seu modelo populista na região e um jovem Capitão do Exército de 31 anos à época foi nomeado governador do Território Federal do Amapá. Seu nome: Janary Gentil Nunes, que exerceu o cargo por doze anos, de 1944 a 1956 (SILVA, 2007; LOBATO, 2013).

Moraes e Rosário (1999) afirmam que:

O território do Amapá, em 1943, foi criado nos moldes norte-americanos com uma administração sedimentada no arcaico e ultrapassado paradigma das Capitânicas Hereditárias, logo, o Amapá - Território foi um “departamento”, uma área de domínio do capital internacional sob os auspícios de um regime de coerção social (MORAES; ROSÁRIO, 1999, p. 13).

O Território Federal do Amapá foi criado pelo Decreto Presidencial nº. 5.812, de 13 de setembro de 1943, pelo então presidente Getúlio Vargas. A criação do Território se deu em função de dois fatores: o primeiro ocorreu para que houvesse áreas que servissem para proteger as fronteiras brasileiras, no qual essa preocupação teve o intuito de proteger o território brasileiro garantindo assim a soberania sobre as terras conquistadas por Portugal em detrimento ao conflito constante com o governo francês pela ocupação das terras ao sul da Guiana, pois para o Governo Federal estas eram consideradas como áreas em abandono e como um grande vazio demográfico.

A chegada do governador em 1944, de fato, traz uma nova mentalidade – maior intervenção de qualquer governo na região – e provocou, de certa forma, uma série de transformações de ordem social, econômica e política que provocou uma grande onda de ufanismo e quererismo no estado, reforçando um princípio de governo que defendi em meu trabalho de conclusão de curso no ano de 2004 – o chamado ‘populismo caboclo’⁴⁹. No caso janarista, seus muitos defensores o reconheceram como o ‘criador do Amapá’. Ele reforçou este epíteto afirmando que existia um espírito indomável do povo voltado para o desenvolvimento

⁴⁹ Em meu Trabalho de Conclusão de Curso defendido em 2004 na Universidade Federal do Pará intitulado ‘A magia do discurso e seus herdeiros: um estudo sobre as relações de poder e populismo no Estado do Pará’, apontei que a ideia do populismo varguista se espraiava nas regiões de acordo com as características do lugar. Na região Norte do país, os oficiais militares impunham sua disciplina e sentimento de ordem adquiridos nas casernas na sua forma de governar. Além disso – e daí vem a expressão –, os governadores passavam a ideia de serem homens do povo, com hábitos que os populares conheciam muito bem e o qual a população identificava como um dos seus – neste caso o caboclo – ou lhe atribuía uma relação de parentesco com a escolha do governador como padrinho de batismo de algum dos seus filhos. Este trabalho surgiu das pesquisas conduzidas entre 2002 e 2004 sobre o modo de fazer política do governador Magalhães Barata para o estado do Pará e o modelo se encaixa perfeitamente no *modus operandi* desta situação estudada, neste caso, a forma como foi sendo construído o mito político do Amapá Janary Nunes, pois seu nome é cantado em prosa e verso como o homem que tirou o Amapá do nada e deu origem ao que o estado é hoje, bem semelhante aos casos do varguismo e do baratismo, tanto prova que o estudo do período do governador é referido pelos seus estudiosos como janarismo.

do estado que ele chamou em 1962 de ‘Mística do Amapá’. Eis alguns trechos deste texto que mostram o caráter populista do líder local:

A mística do Amapá é o ideal de tornar o Território uma das regiões mais ricas e felizes do Brasil. Ela não tem dono, nem autor. Não pertence a um grupo, a uma seita, a um partido. Existe na alma do povo, palpita no coração de todos os que creem na beleza de seu futuro. [...] Como nasceu esta mística? Fruto do amor, através da história, daqueles que se apaixonaram pela terra. Cada sonho, cada esperança, cada luta, vividos para torná-la mais próspera, emprestaram-lhe força e brilho. Ela resume os anseios mais nobres de quantos batalharam para integrar o Amapá na Pátria Brasileira (NUNES, 2012, p. 22).

A mística do Amapá quer o bem do povo. Não de uma parte do povo, de uma aristocracia, de uma classe, dos que comunguem com o Governo ou dos que dele discordem. Mas almeja o bem-estar de todos os indivíduos, de todos os lares. Não colima elevar uns para derrubar outros, de ter poderosos e oprimidos, senhores e escravos. O seu objetivo é promover o levantamento do nível de vida comum, dando melhor oportunidade a brancos e pretos, remediados ou pobres, jovens ou velhos, profissionais ou aprendizes. A distinção entre os homens não se deve basear na fortuna nem na posição, mas na soma de serviços que prestem à comunidade (NUNES, 2012, p. 23).

A mística do Amapá tem por fundamento principal a ideia de que o trabalho dignifica a vida e é capaz de remover montanhas e vencer o tempo. **Para o trabalho inspirado na fé não há obstáculos intransponíveis. O labor conjugado determinará o aumento da produção. E produzir mais, sempre mais, é a trilha que conduz à fartura** (NUNES, 2012, p. 23 – grifos meus).

A mística do Amapá é eterna. Foi acalentada no passado, quando as esperanças pareciam fadadas a morrer, à míngua de recursos. Assim mesmo, nunca sucumbiu, animando nossos antepassados na marcha para a vitória. **Vibra no presente, através da vontade criadora de explorar as matérias-primas e eliminar de uma vez os conceitos de insalubridade e impotência que lhe assacram injustamente, lançando também os alicerces indestrutíveis do seu progresso.** Há de fulgurar ainda mais no porvir, como o brilho do sol, pela atividade viril das gerações novas, que se preparam adequadamente para transformar o meio, garantir a permanência dos esforços atuais e promover a felicidade geral (NUNES, 2012, p. 23-24 – grifos meus).

Com base nesta ‘mística’, Janary construiu sua forma de governo baseada em um plano de governo baseado na ideia de povoamento e estruturação dos territórios apresentado por Vargas – Sanear, Educar e Povoar⁵⁰ (MACHADO, 2013).

⁵⁰ No discurso de criação do Território Federal de Ponta Porã (atual município do Estado do Paraná) em 1944, o Presidente Vargas estabeleceu as metas do seu governo para os territórios e as bases da ideia de um projeto civilizador para as zonas de fronteira do país, consideradas como vazios demográficos: “SANEAR - criar centros puericultura e de educação sanitária; orientar e acudir realmente, por uma assistência social desvelada e completa, aos núcleos esparsos de população. EDUCAR - criar escolas, não só para alfabetizar, como para despertar o interesse pelo trabalho da terra, estabelecendo o ensino profissional necessário à aprendizagem das pequenas indústrias e do artesanato; enfim, valorizar o esforço dos habitantes dessas regiões, tornando-o remunerativo e formando cidadãos conscientes dos seus direitos e dos seus deveres para com a Pátria. POVOAR - colonizar, distribuir a brasileiros as terras ainda incultas, de modo a gerar núcleos compactos e ativos que seja sentinelas avançadas da Nação; construindo estradas de ferro e rodagem, estabelecendo linhas aéreas de transporte, telégrafos e telefones, teremos ligado regiões quase isoladas aos centros de produção e cultura do litoral e do centro, facilitando, assim, o intercâmbio de todos os produtos nacionais” (VARGAS, 1944: p. 270 apud MACHADO, 2013, p. 03).

O projeto janarista para a região transformou o Amapá e sua capital, Macapá, em um grande canteiro de obras que dava ao caudilho local uma aura de ‘civilizador’ do Amapá e estas expectativas estavam presentes nos discursos e editoriais de seus defensores. Alguns deles chegaram a usar de expressões hiperbólicas para se referir ao líder local e ao seu projeto civilizador, com destaque para o texto “O Amapá e o seu criador”, de João Malato, quando da candidatura de Janary para a Câmara Federal⁵¹ em 1962, cujas palavras são descritas em dois momentos:

Pela primeira vez, Janary Nunes vai pedir alguma coisa aos seus concidadãos do Amapá. Pela primeira vez, vai pedir-lhes um voto, para poder representá-los e defende-los na única casa do Parlamento que admite a representação dos territórios. [...] **No fundo, a gente deplora que um homem dessa envergadura se veja na contingência de disputar alguma coisa no Amapá, porque os direitos morais que ali conquistou sobre a estima pública habilitaram-no a merecer tudo, sem pedir nada** (MALATO, 1962 apud NUNES, 2012, p. 26 – grifos meus).

Todos os seres que lá vivem, animados ou inanimados, racionais ou irracionais, domesticados ou brutos, conscientes ou inconscientes – do homem arrancado do atraso ao animal que pasta em campos cultivados – **todos mantêm uma dívida de honra com o nome do moço de 31 anos que, em 1944, desembarcou numa terra esquecida na embocadura do Amazonas, e lá proferiu o ‘surge et ambula’ que marcou o nascimento de um povo. [...] Deus fez o mundo em seis dias, e no sétimo descansou. Janary Nunes construiu o Amapá em doze anos, e não descansou jamais, porque a tarefa de moldar uma coletividade, e dar-lhe destinação e objetividade, e assegurar-lhe condições de sobrevivência e abastância econômica é maior, talvez do que por um globo a rolar milhões de estrelas** (MALATO, 1962 apud NUNES, 2012, p. 26 – grifos meus).

Outro a defender com entusiasmo este projeto civilizador para o Amapá foi João de Moura Neves, que reforça a ligação do governador com o seu povo a partir da ‘mística do Amapá’:

Nesse particular, a par da inestimável soma de serviços que esse amazônida de estirpe prestou ao povo que habita aquelas plagas, especialmente no que tange à educação e à saúde, a administração Janary Gentil Nunes teve sentido e conteúdo deveras impressionantes, tanto assim que em poucos anos ali se verificou um fenômeno só alcançado, em outras regiões e por outras populações, depois de longa sedimentação espiritual, característica que define um amadurecido traço cultural: o aparecimento da MÍSTICA DO AMAPÁ. E o mais fascinante é que essa conquista foi atingida à base de uma doutrina filosófica de amor à terra, de ânsia de progresso, de um pensamento aplicado em função do futuro e de arraigado apego ao presente como resultado do conhecimento do passado enriquecido pela seiva das tradições locais, que são, sem nenhuma dúvida, os alicerces sobre os quais se sustentam as civilizações (NEVES, 1962 apud NUNES, 2012, p. 40).

⁵¹ Vale lembrar que os Territórios Federais não possuíam representação no Senado Federal e a Câmara era a única forma de se fazer ouvir a voz dos seus representantes.

Em seu discurso na Câmara Federal em 1951, o deputado Carlos Luz aponta características da forma de Janary governar o Amapá e reforça o discurso do projeto civilizador da União para com o Território, bem como as melhorias que esta administração trouxe para o lugar:

O que vimos no Amapá dá-nos a certeza de que podemos, realmente, dominar a Amazônia, porque o Amapá é um exemplo de trabalho e conquista definitiva da terra. Não bastaria, Sr. Presidente, que a terra fosse, de fato, dadivosa, mas seria necessário que se lhe desse o desbravador, com todas as qualidades, que o Presidente Getúlio Vargas encontrou, quando há oito anos, criou o Território, na pessoa do grande administrador, estadista da nova geração, seu atual governador, Major Janary Gentil Nunes (Muito bem). [...] Assistimos, no Amapá, ao desdobrar de grandes manifestações da civilização brasileira. O Território é, realmente, um exemplo para quantos queiram estudar o desenvolvimento de uma região longínqua e sem recursos como aquela. O que vimos em Macapá e em toda a zona visitada, é, de fato, um deslumbramento (LUZ, 1951 apud NUNES, 2012, p. 76).

Lobato (2013) aponta, de forma analítica e crítica, que o projeto civilizador janarista não apresentava como proposta atender aos anseios e demandas internas da sociedade amapaense, mas sim atender aos anseios do Governo Federal. No entanto, as diretrizes do modo de governar de Janary para o estado esbarravam nas necessidades e no modo de vida da população do Território, procurando solucionar problemas locais e buscando não contrariar as expectativas criadas pela população local.

Ainda na ‘era Janary’, o território do Amapá torna-se atrativo em função de seu alto potencial de recursos naturais e minerais, principalmente aos grandes grupos econômicos que tiveram incentivos do governo federal para se instalarem na região. É interessante situar que “[...] em 1943, quando o Amapá se tornou Território Federal, a sua população era de apenas 24.500 pessoas, esparsamente distribuídas pelo seu território e em grande parte, dedicadas ao extrativismo” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 68).

Desde a criação do Território Federal até o golpe de 1964, nada foi feito de concreto para dotar o Amapá das condições mínimas necessárias para mudança de categoria jurídica. Em 1972, os militares passaram a considerar a Amazônia “[...] área de segurança e grande interesse nacional” (MORAIS; ROSÁRIO, 1999, p. 15). Dentro dessa concepção geopolítica, iriam reformular a ascendência dos segmentos das Forças Armadas sobre os Territórios Federais Amazônicos.

O Amapá, que desde 1964 havia sido governado por militares aposentados do Exército, passou para a administração da Marinha e, durante 13 anos, foi governado por oficiais da reserva.

Com o advento da Nova República, o Território do Amapá passou a ter um governador civil. Em 05 de outubro de 1988, as terras amapaenses foram transformadas em Estado, desestruturado, e com tudo a ser planejado para que realmente houvesse uma estrutura de Estado, o que agrava a sua condição periférica com relação aos principais centros econômicos da região. Superti e Silva (2015), apontam que esta condição

[...] é fruto da distância dos grandes centros econômicos e políticos nacionais e de seu isolamento geográfico. Neste último caso, considera-se a ausência de acesso rodoviário. Tal condição é agravada pela fragilidade estrutural de sua economia pouco diversificada, cuja base é o extrativismo e a exportação de *commodities*, numa de suas bases, e na forte presença do poder público na oferta de empregos, na outra base. Essa configuração econômica apresentada permanece com forte atuação na primeira das bases do capital internacional e na outra da forte presença estatal desde pelo menos a organização do extinto Território Federal do Amapá (1943-1988), mesmo que tenham ocorrido tentativas de dinamização do comércio amapaense, por meio da criação de alternativas como a implantação da área de livre comércio de Macapá e Santana (ALCMS). Essa condição se acentua também pela escassez de recursos humanos qualificados, especialmente na área tecnológica, e pelas debilidades de qualificação local. Associam-se a essas características as infraestruturas urbanas subdesenvolvidas e as dificuldades políticas de representação e articulação no cenário nacional dos interesses locais, além da manutenção de práticas clientelistas na administração do Estado e dos Municípios, que comprometem o planejamento em longo prazo e a organização coletiva (SUPERTI; SILVA, 2015, p. 133).

A partir de 1991 inicia-se um novo período na história do Amapá, de forma progressista e dinâmica no sentido de situar o Estado como uma unidade da Federação, criando mais Municípios e desmembrando assim os efeitos centralizadores, procurando oferecer melhores estruturas para enfrentar as adversidades existentes, fruto das pressões sociais que passam a exigir maior aceleração no processo de desenvolvimento (PORTO, 2003).

De acordo com Porto (2003), a Especialização Municipal é o processo histórico-geográfico, determinado político-administrativamente pela criação de municípios com suas respectivas delimitações geopolíticas. Na Foto 01 verifica-se a evolução histórica dos Municípios no Estado do Amapá. No Amapá esse processo se estendeu de 1856 a 1994, período em que foram criados os municípios, sendo que o município de Vitória do Jari veio a ser instalado somente em 1997.

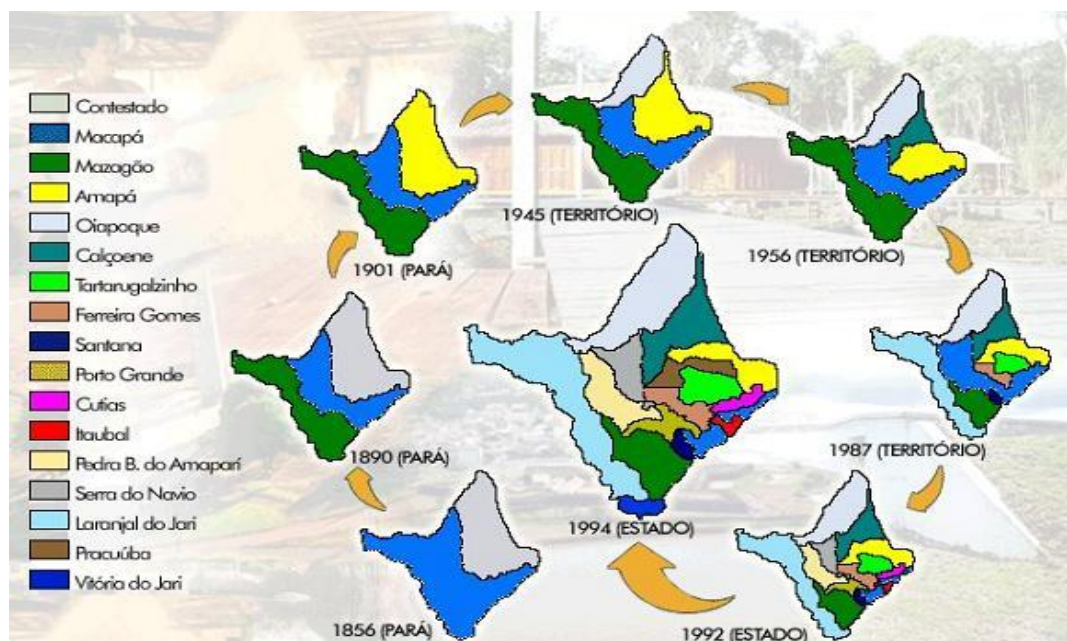


Foto 01: Mapa da evolução histórica do Estado do Amapá

Fonte: Plano Plurianual 2004-2007

Logo após a criação do Território Federal do Amapá, três períodos econômicos assinalam as ações dos setores privados e públicos na aplicação de investimentos, repercutindo no aumento do movimento migratório, na urbanização, na organização espacial e na sua inserção, na economia mundial, o Amapá tornava-se cada vez mais visível no cenário nacional. Segundo Porto (2003), esses períodos podem ser indicados como: gênese, estruturação produtiva e organização espacial (1943-1968) planejamento estatal e diversificação produtiva (1969-1987) e estadualização e sustentabilidade econômica (período pós-1988).

Com relação ao primeiro período, de 1943 a 1974, Santos (2016) aponta que a fase inicial determinada por Jadson Porto (2003) foi de centralização, onde ele destaca como principais estratégias econômicas as atividades

[...] ligadas a gênese, expansão produtiva e organização espacial e que estão relacionadas à mineração e a exportação do manganês, a implantação de infraestrutura (rodovia, ferrovia e porto), criação da colônia do Matapi e implantação da BRUMASA⁵². Neste contexto Macapá e Santana aparecem como principais bases logísticas das atividades desenvolvidas no Amapá (SANTOS, 2016, p. 34).

O segundo período, que vai de 1969 a 1988, concebido como de planejamento estatal e diversificação produtiva

[...] foi norteado institucionalmente pela ação administrativa vinculada ao Decreto 200 de 15/02/1967, período de vigência do Decreto-Lei nº 411, de 08/01/1969 e da Lei nº

⁵² Bryunzeel Madeiras S.A., considerada um braço de expansão da ICOMI no Amapá.

6.448, de 11 de outubro de 1977. Esta fase corresponde à descentralização, ao menos no discurso oficial, onde os Territórios Federais foram caracterizados como unidades descentralizadas da administração federal, com autonomia administrativa e financeira, equiparados aos órgãos de administração. [...] Na etapa de descentralização, os Territórios Federais passaram a ser vinculados ao Ministério do Interior, diferentemente da fase anterior quando houve indefinição jurídica e institucional, os Vereados e Deputados Federais são eleitos de maneira direta, enquanto secretários de governo e prefeitos nomeados pelos governadores (nomeados pelo presidente), ou seja, de maneira indireta. Somente em 1986 houve a primeira eleição para prefeito nas cidades dos Territórios Federais (SANTOS, 2016, p. 34).

A terceira fase, a da estadualização, vem desde a criação do Estado do Amapá com a promulgação da Constituição Federal de 1988. Este processo indica que o estado deve ter autonomia com relação ao Governo Federal e, por conseguinte, apresentar o seu planejamento. Neste momento, pensar o estado deixou de ser uma tarefa da União para ser traçado pelo próprio estado, ter suas leis e criar suas próprias políticas públicas.

Santos (2016) aponta que

A Estadualização do Amapá veio acompanhada de propostas governamentais e de algumas iniciativas como a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (1992); a exploração do potencial alimentício da região, a integração com o Caribe, a demarcação das áreas extrativistas e de unidades de conservação, potencialização da infraestrutura, retirada do grupo CAEMI e o Zoneamento Econômico e Ecológico do vale do Jari (PORTO, 2005 apud SANTOS, 2016, p. 36).

Para Santos (2016) e Porto (2003), estes três processos passaram a dar uma face ao Amapá com vistas ao seu desenvolvimento como Estado. Mas o Amapá Estado herdou todos os problemas do Amapá Território Federal e agora tem que promover estratégias de desenvolvimento com vistas a sair do espectro da dependência da extração do minério de manganês, uma vez que suas jazidas foram esvaziadas e tanto os impactos ambientais quanto os sociais ficaram na região. Outro problema que o Estado tem que resolver se trata da questão urbana, pois na visão dos autores, em especial Santos (2016, p. 37):

Este processo político, institucional e econômico, promoveu uma série de mudanças e permanências na construção do Amapá, gerando rebatimentos diretos na produção do espaço urbano de Macapá e Santana, que passaram, por exemplo, a comportar em seu tecido urbano um grande número de migrantes que vieram para o Amapá a partir da criação TFA, desta forma há uma forte pressão demográfica sobre as cidades de Macapá e Santana, produzindo uma urbanização concentrada nestas duas cidades quando comparadas ao que acontece com outros estados da Região Norte, que atendem não só as demandas do Estado, mas também a algumas ilhas do Golfão Marajoara.

No quadro 01, abaixo, identificaremos as principais ações para a ocupação do espaço amapaense, analisadas por Porto e Costa (1999):

QUADRO 01 – PRINCIPAIS AÇÕES PARA A OCUPAÇÃO DO AMAPÁ (1943-1991)

ANO	AÇÕES	OBJETIVOS
1943	Criação dos Territórios Federais	Ocupar as regiões das áreas fronteiriças e de baixa densidade demográfica.
1944	Transferência da capital amapaense: do município do Amapá para Macapá.	Dotar o Território Federal do Amapá de uma capital com melhores condições infra-estruturais.
1945	Criação do município de Oiapoque.	Ocupar e proteger a região limítrofe entre o Território Federal do Amapá e a Guiana Francesa.
1946	O manganês do Amapá é decretado como reserva nacional.	Garantir a participação direta do Território Federal na exploração do Minério.
1947	Contratada a Sociedade Indústria e Comércio de Minérios Ltda. para a exploração das jazidas de manganês do Amapá.	Levantar a potencialidade mineral da região.
1950	Revisão do contrato da exploração do manganês do Amapá.	Garantir a exploração do minério pela ICOMI.
1953	- Criação da Superintendência do plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA). - Instalação da ICOMI – Indústria Comércio de Minérios S/A, em Serra do Navio.	- Incrementar o desenvolvimento da produção extrativa e agrícola, pecuária, mineral, industrial e das relações de troca, no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem estar econômico das populações da região e da riqueza do país, a partir de planejamento quinquenais para a valorização econômica da Amazônia. - Exploração e beneficiamento do minério de manganês existentes na Serra do Navio.
1955	Divulgado o Plano de Industrialização do Território Federal do Amapá.	Criar um pólo mineiro-metalúrgico aproveitando o potencial hidráulico e madeireiro amapaense.
1956	- Criação do Município de Calçoene. - Criação da Companhia de Eletricidade do Amapá-CEA.	- Reorganização territorial do Amapá. - Construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos; promover a expansão do mercado de energia elétrica no ex-Território e estimular a criação de um parque industrial.
1957	Início da produtividade da ICOMI.	Produção, escoamento e comercialização do manganês.
1966	- Criação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM. - Criação do Instituto Regional de Desenvolvimento do Amapá - IRDA. - Criação da Companhia Progresso do Amapá-COPRAM.	- Coordenar e supervisionar programas e planos regionais; decidir sobre a redistribuição de incentivos fiscais. - Levantar os recursos naturais e humanos e preparar propostas para o seu aproveitamento. - Captar recursos e promover os investimentos no Território Federal do Amapá.
1968	- Criação do Comitê Organizador dos Estados Energéticos da Amazônia. - Instalação do Projeto Jarí (Almerim-PA e Mazagão-AP) - Instalação da Bruynzeel Madeira S/A-BRUMASA, em Santana.	- Supervisionar estudos de aproveitamento do potencial energético regional. - Fabricação de celulose e beneficiamento do caulim (Almerim-PA), extração do caulim (Mazagão-AP). - Exploração da <i>Virola Surinamensis</i> .
1970	- PROTERRA - Programa de Redistribuição de Terras e Estimulo à Agroindústria do Norte e Nordeste. - Criação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).	- Promover a capitalização rural. - Executar a estratégia de distribuição controlada da terra.
1974	- Criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-POLAMAZÔNIA. - Instalação da ELETRONORTE no Amapá.	- Concentrar recursos em áreas selecionadas visando o estímulo de fluxos migratórios, elevação do rebanho e melhoria da infra-estrutura urbana. - Garantir a conclusão, o funcionamento e a geração de energia oriunda da UHE de Coaracy Nunes.
1976	- Início da geração de energia pela Usina Hidrelétrica de Coaracy Nunes, em Ferreira Gomes. - Instalação da Amapá Celulose S/A-AMCEL, em Porto Grande.	- Fornecimento de energia elétrica para Macapá e Serra do Navio. - Cultivo de pinhos destinado à fábrica de celulose do Projeto Jarí.
1980	A criação do Distrito Industrial de Macapá.	Estabelecer na área destinada ao processo industrial de Macapá empresas que se beneficiem dos recursos naturais existentes no Amapá.
1981	Instalação da Companhia de Dendê do Amapá - CODEPA, em Porto Grande.	Cultivo de dendê.

1986	Instalação da Companhia de Ferro Liga do Amapá - CFA, em Santana.	Beneficiamento do manganês pela sua pelotização.
1987	Criação dos municípios de Ferreira Gomes, Laranjal do Jarí, Santana e Tartarugalzinho.	Reorganização territorial do Amapá.
1988	Transformação dos Territórios Federais em Estados.	Reorganização administrativa nacional.
1991	Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS.	Promover o desenvolvimento das regiões fronteiriças e incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana.

Fonte: Porto e Costa (1999).

Segundo Porto (2003, p. 85), os principais fluxos migratórios foram ocasionados pela busca de oportunidade de emprego ocasionado pela implantação dos grandes projetos de exploração mineral e programas de urbanização para as áreas do entorno. Como exemplo disso, temos a instalação da Indústria e Comércio de Minérios S/A – ICOMI na década de 40, a implantação do Projeto Jarí, na década de 60 a 80, a transformação do Território Federal do Amapá em estado e a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS.

A partir das leituras de Drummond e Pereira (2007), que discorrem sobre o Amapá no período de 1943 a 2000, estes retratam que o crescimento populacional no Estado deve ser considerado também pelas altas taxas de fecundidade das mulheres amapaenses, pois

[...] desde a década de 1940 e até hoje, a região amazônica como um todo teve as maiores taxas de fecundidade do Brasil, e o Amapá não foi uma exceção nesta matéria. Em 1970, por exemplo, uma média de 8,2 crianças amapaenses nasceu viva de mães nas faixas etárias pertinentes. [...]. Em 2000, as amapaenses rurais ainda estavam tendo 6,7 filhos nascidos vivos. As suas taxas de fecundidade têm sido mais altas que as das amapaenses urbanas, mas esta é a regra no resto do país. Vemos assim, que o crescimento vegetativo da população residente também contribuiu, ao lado das migrações, para o forte crescimento populacional local, fato frequentemente ignorado pelos analistas do Amapá que focalizam a migração (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 72).

Em face do exposto, não podemos deixar de lembrar conforme os autores que “[...] desde 1950, o maior contingente dos residentes não nativos do Amapá tem nascido no vizinho Pará. Em 1980, por exemplo, dos 47.896 residentes não nativos do Amapá, 41.591 85% nasceram no Pará” (DRUMMOND; PEREIRA, 2007, p. 74). Tal aumento populacional desencadeou o processo de ocupação das áreas de preservação ambiental, principalmente em Macapá e Santana.

A exceção fica por conta da extração do minério de manganês pela ICOMI, na Serra do Navio, que se caracterizou como atividade de importância ímpar no contexto estadual desde o início da sua exploração na década de cinquenta até o esgotamento da jazida nos anos noventa. As áreas onde se instalou a infraestrutura necessária à exploração e escoamento da produção de manganês, ou seja, a construção do Porto de Santana, da ferrovia que liga o porto à mina, e das

duas *company towns* – Vila Serra do Navio, próximo à jazida e Vila Amazonas, junto ao porto – se transformaram num eixo importante de ocupação demográfica, alterando de forma significativa a espacialização da população e a base econômica do Estado (ROCHA, 2002).

As características da atividade mineradora a partir dos anos 1950, com pouca utilização de mão de obra e efeitos interindustriais praticamente nulos, não permitiram que fossem gerados impactos multiplicadores importantes de renda e do emprego capazes de impulsionar o desenvolvimento econômico autônomo do Estado. No entanto, a escala da atividade de extração mineral exerceu inevitavelmente atratividade sobre populações de áreas economicamente estagnadas do Pará, do Maranhão e mesmo sub-regiões mais distantes do Nordeste, o que resultou em aumento demográfico forte e empobrecimento no Amapá (ROCHA, 2002). Este fato pode ser percebido nas fotos 02 e 03, que classificam os Estados Brasileiros por áreas de evasão e absorção populacional em períodos que vão da década de 1980 até o ano de 2010.

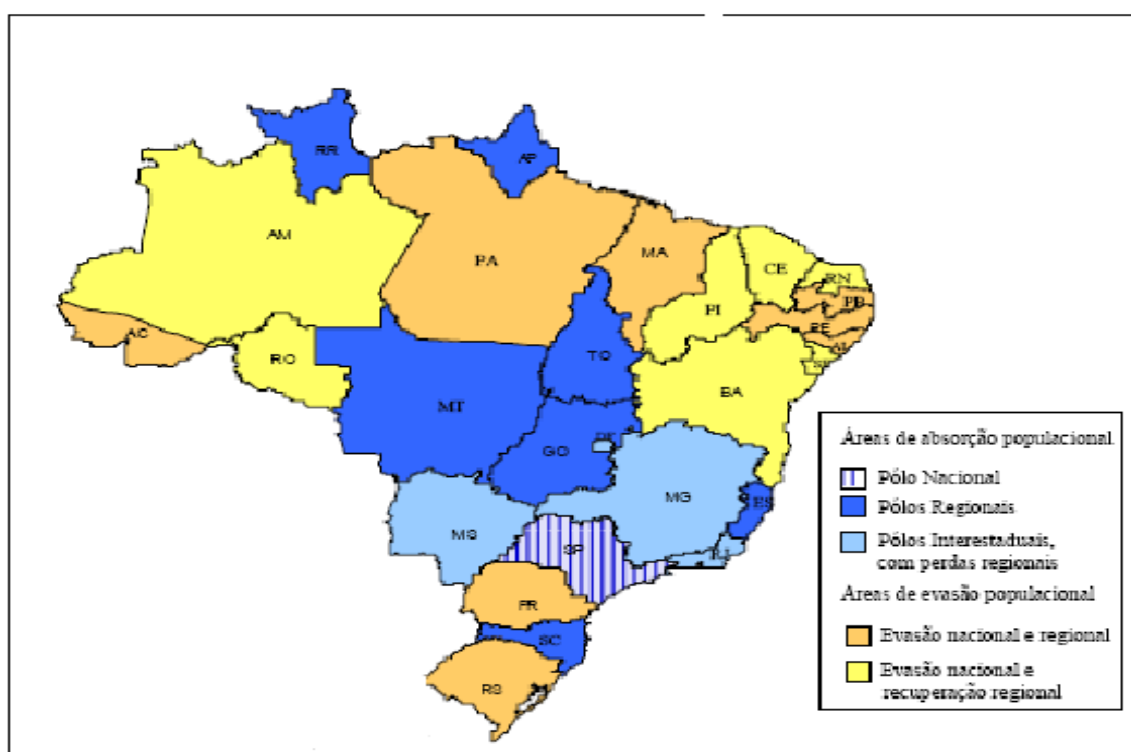


Foto 02: Caracterização das Unidades da Federação segundo movimentos migratórios interestaduais – 1986/1991 e 1991/1996.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 1991 e Contagem da População de 1996; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Conforme a foto 02, o Amapá se apresenta como um polo regional de movimento migratório que obedece a um momento histórico de redefinição econômica, pois neste contexto estava sendo implementada a ALCMS, em 1991, pois com a promulgação da Constituição de 1988, o Amapá foi elevado à categoria de Estado e, com a ameaça de saída de cena da empresa

ICOMI como principal mantenedor das atividades econômicas foram projetadas outras possibilidades para a sustentação do jovem estado da Federação.

Na visão de Portilho (2010):

[...] a transformação do Território Federal do Amapá em Unidade Federativa do Brasil em 1988 e a implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS (1991) provocou, nas últimas duas décadas, um significativo processo migratório para o Amapá (PORTILHO, 2010, p. 03).

Sobre esta questão, Toledo (1997) aponta que a população do estado cresceu 5,3% por ano na década de 1990 por causa de duas possibilidades que explicam o aumento da migração para o estado: “[...] aventureiros que foram para o Estado tentar a sorte no garimpo e a criação de uma zona de livre comércio, que atrai investimentos e pode produzir empregos”⁵³.

A foto 03, trata do saldo migratório nos estados brasileiros na contagem populacional de 2005 e no censo populacional de 2010. A partir da leitura do mapa, percebe-se que o Amapá apresenta uma significativa faixa de migrantes que varia entre 20000 e 100000 habitantes como saldo, apresentando um nível de atratividade semelhante ao Estado do Amazonas, que possui um parque industrial, um porto em pleno funcionamento e uma Zona Franca, enquanto que o Estado do Amapá apresentava o esgotamento do seu minério principal de exportação – o manganês – e um projeto que ainda buscava estabelecer algum tipo de semelhança com o implementado pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA que abrigava, em sua ideia original, a criação inicial de uma área de livre comércio e, posteriormente, um parque industrial, fato este que não ocorreu.

Para Rocha (2002, p. 05), o aumento populacional a 5,58% a.a. no Amapá, provocado principalmente pelo contingente de migrantes que chegam ao estado, se apresenta como um dos fatores do aumento da pobreza no Estado em virtude deste não ter um modelo econômico que possa promover o desenvolvimento, gerar emprego e renda e garantir a sobrevivência da sua população que ainda cresce em nível geométrico, ao passo que o seu crescimento econômico ocorre em nível aritmético. Além disso, o êxodo rural acelerado e o abandono de atividades tradicionais na área rural, ocasionam uma urbanização descontrolada nas cidades de Macapá e Santana, onde hodiernamente as prefeituras destas cidades e o governo do Estado vem implementando políticas habitacionais ligadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como forma de suprir esta importante demanda.

⁵³ Informação presente em TOLEDO, José Roberto de. Amapá é o estado que mais cresce no Brasil. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano, 26/06/1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff260649.htm>>. Acesso em 25 jun 2018.

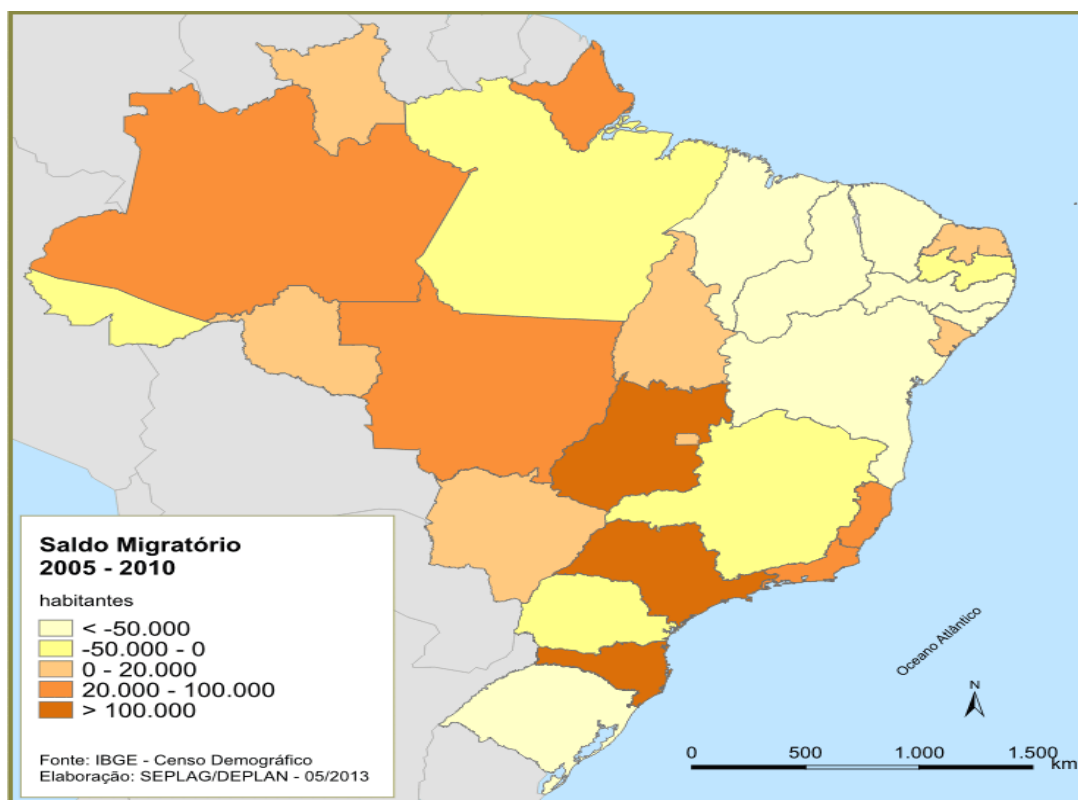


Foto 03: Caracterização das Unidades da Federação segundo movimentos migratórios interestaduais – 2005/2010.

Fonte: FIBGE, Censo Demográfico de 2010 e Contagem da População de 2005; Tabulações Especiais NEPO/UNICAMP.

Absorver esses contingentes demográficos tem sido um desafio de peso para o Estado, tanto no que concerne à expansão e criação de novas atividades produtivas, como a garantia de acesso a infraestrutura social. A urbanização acelerada, que implica concentração demográfica crescente no eixo Macapá-Santana, vai de par com o agravamento das condições de vida na capital devido à multiplicação de assentamentos residenciais precários e com características de elevada densidade. Macapá já concentra quase 60% da população do Estado, o que coloca como questão central qual o padrão desejável de repartição espacial de população, dadas às características locais, o que está atrelado às escolhas quanto às atividades econômicas a serem estimuladas e desenvolvidas (ROCHA, 2002, p. 04).

O caso do Amapá é exemplar a respeito das dificuldades de delimitar as áreas rurais no Brasil. Segundo critérios oficiais, 89% da população do Estado era urbana em 2000, taxa de urbanização semelhante aos dos estados do Centro-Sul – a taxa de urbanização do Estado de São Paulo era de 93% no mesmo ano. O processo acelerado de urbanização, claramente em desacordo com as condições físicas e socioeconômicas locais, e, em particular, o “inchamento”

em torno de Macapá, é característica essencial da problemática da pobreza no Amapá e que se torna um grande desafio para além do projeto civilizador concebido por Janary Nunes.

3.3 DA AVENTURA DO MANGANÊS À ALCMS

O processo de exploração mineral ligado ao início dos chamados Grandes Projetos da Amazônia (GPA) se deu no estado do Amapá a partir da extração do manganês na região de Serra do Navio – na época considerada uma Vila da cidade de Macapá – na década de 1950, cujo empreendimento foi capitaneado pela Indústria e Comércio de Minérios S. A. – ICOMI em conjunto com a empresa norte-americana Bethlehem Steel Co., em um contrato de exploração de 50 anos (1953-2003), que durou até a saída em definitivo da empresa do estado em 1997. Esta empresa explorava o manganês para atender as indústrias siderúrgicas brasileiras bem como a diversos países como os Estados Unidos da América (EUA), França, Alemanha e Japão com vistas a um processo de purificação na produção de aço, onde o minério atua como eliminador de impurezas e acaba de produzir um aço de boa qualidade.

Segundo o pesquisador Maurílio Monteiro (2003), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – NAEA/UFPA, a mineração é apontada como uma atividade fundamental para modernizar a região e este fator é reforçado pela introdução do *modus operandi* do populismo varguista travestido de uma visão janarista para o recém-criado Território Federal do Amapá – TFA. Este discurso vem acompanhado de um projeto civilizador para a região e a exploração do manganês passou a atrair um contingente populacional significativo e que exigia um processo de modernização da cidade e uma nova Macapá foi sendo criada para ter ares de modernidade. Na visão janarista, o desenvolvimento do território estava ligado ao enriquecimento promovido pela extração do minério e a conversão dos seus *royalties* para financiar a urbanização do lugar.

O Amapá do início do século XX se caracterizava pela exploração artesanal de ouro – fruto de disputas com os franceses no século XIX – e na comercialização de produtos obtidos pela coleta de produtos da floresta como a castanha-do-pará⁵⁴, farinha de mandioca e outras *commodities*. Estes produtos serviam para atender demandas do mercado interno e regional, uma vez que a cidade – então ligada ao estado do Pará – não estava na rota da extração da borracha e, por consequência disso, não teve benefícios no seu ambiente urbano.

⁵⁴ Também chamada de castanha-do-brasil, com vistas a facilitar a exportação do produto no mercado internacional.

O processo de investigação sobre a presença de minérios de qualidade na região foi sendo conduzido desde a década de 1930 com o fim de buscar jazidas de ferro que tinham como objetivo inicial ser uma *commodity* de exportação que pudesse aliviar a exportação do minério de ferro da região do quadrilátero ferrífero mineiro que abastecia o recente processo de industrialização do país. O que se descobriu, na verdade, na década de 1940, foi a existência de uma grande jazida de manganês na região de Serra do Navio que serviu para alicerçar o processo de exploração mineral na Amazônia e, ao mesmo tempo, de facilitar o projeto de integração da Amazônia ao restante do país.

Monteiro (2003) aponta a dificuldade de fontes mais consistentes e confiáveis para a época e a versão oficial ficou sendo a da ICOMI:

A versão presente em quase todas as fontes sobre o evento (por exemplo, GUERRA, 1994; URECH, 1955) ratifica a apresentada pela ICOMI, segundo a qual, em 1945, o governador do Amapá, Janary Gentil Nunes, dada a descoberta de jazidas de minério de ferro pela Hanna Mining Company, na localidade de Santa Maria do Vila Nova, passou a estimular, por meio de premiação em dinheiro, o fornecimento de indicações acerca da possível existência de outros depósitos minerais. Um dos resultados desse chamamento foi a apresentação, por um morador da região, o regatão Mário Cruz, de uma amostra de minério recolhida às margens do rio Amapari. [...] A análise daquela amostra pelo geólogo Fritz Ackermann indicou que se tratava, não de minério de ferro, mas de minério de manganês com elevado teor. Tal constatação motivou a visita de diversos geólogos ao local no qual havia sido coletada aquela porção de minério. Em tais visitas, ficou constatada a aparente relevância do jazimento. Um dos geólogos que, inicialmente, pesquisou a área de forma mais detida foi Glycon de Paiva, engenheiro do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). Dadas as evidências da grande dimensão da jazida e da conjuntura internacional, Glycon de Paiva passou a defender que a exploração da jazida só seria competitiva se houvesse uma elevada e coordenada escala de produção, o que somente poderia ser viabilizado se apenas um empreendedor efetivasse tal empreitada e se o produto tivesse como destino o mercado mundial (MONTEIRO, 2003, p. 117).

O posicionamento de Paiva (2003), está presente na coletânea organizada por Janary Nunes intitulada ‘Confiança no Amapá’ (2012), de 1962, onde em um texto de 1950 ele faz uma análise do processo de descoberta da jazida de manganês no Amapá. Em seu texto, ‘A riqueza mineral fará a redenção da Amazônia’, Glycon de Paiva relata que

A existência de minério de manganês no atual território do Amapá foi desvendado em 1938 pelo geólogo Josalfredo Borges, conforme o mencionado no Boletim 83 da Divisão de Geologia do Ministério da Agricultura. [...] Todavia, a revelação da importante jazida da Serra do Navio, no Rio Amapari, tributário do Rio Araguari, foi feita por um habitante da bacia deste rio, o caboclo Mario Cruz. [...] Este deparou com o depósito em 1941, sem saber de que se tratava. Em 1944, Mário Cruz entregou amostras do minério ao Governador Janary Gentil Nunes, que as mandou analisar, e logo a seguir tomou providências para o reconhecimento geológico do depósito (PAIVA, 1950 apud NUNES, 2012, p. 162).

A figura do ‘descobridor’ do minério, o caboclo Mário Cruz, é bastante citada quando do processo inicial da extração do manganês, pois além de ser a principal porta de entrada do Amapá no mercado internacional e de inaugurar o ciclo minerador na Amazônia⁵⁵, serve também para dar um ar de ‘acaso’ na descoberta do minério e cria no imaginário coletivo a ideia de interação entre o Governador do Território e o povo. Esta situação está descrita no discurso do deputado Carlos Luz no ano de 1951 que, além de louvar a figura do caboclo na descoberta da principal fonte de riqueza do estado, faz um diagnóstico sobre a situação e projeta, de forma otimista, o Amapá como um estado poderoso da Federação em virtude da verve desenvolvimentista⁵⁶ voltada para o lugar, o que reforça o discurso civilizador janarista para o Amapá:

As jazidas de manganês, descobertas às margens do Rio Amapari, afluente do Araguari, por um caboclo de quem se orgulha o Território, Mário Cruz, estão calculadas em vinte milhões de toneladas de manganês da melhor qualidade, com teor médio superior a 50%. Em virtude do decreto-lei, estão elas sob regime especial de exploração, consideradas como reserva nacional. O Governo do Território mandou abrir concorrência para a exploração delas. [...] Apareceram três companhias concorrentes: a Meridional de Mineração, subsidiária da United States Steel⁵⁷; a Hana Exploration Company; a empresa de Minas Gerais, Indústria e Comércio de Mineração, ou ICOMI, que foi preferida e já está explorando as jazidas da Serra do Navio, no Rio Amapari. [...] Evidentemente, essa empresa não poderia, com os capitais nacionais, fazer a devida exploração do minério e a construção da estrada de ferro, com 220 quilômetros, da Serra do Navio a Macapá⁵⁸, além do porto de

⁵⁵ O historiador Paulo Morais fala sobre a situação que “[...] com a descoberta das jazidas de minério de manganês em Serra do Navio, pelo caboclo Mário Cruz em 1946, o Território do Amapá começou a entrar no gerenciamento econômico pela empresa ICOMI, com a exploração do manganês. Essa atuação da empresa, além de ser um marco na história mineralógica do Amapá, é também o referencial da implantação mineralógica na Amazônia e, somente mais tarde na década de 60, foram descobertas as jazidas minerais da Serra dos Carajás” (MORAIS, 2013, p. 82).

⁵⁶ Em defesa do janarismo para o Amapá, o jornalista João Malato reforça a ideia de salvação do Amapá e de inclusão do Território para o Brasil e o mundo a partir da exploração mineral. Para ele, “[...] O mérito inatingível da sua ação verdadeiramente criadora foi o sentido de salvação que ele soube emprestar ao seu esforço persistente, para recuperar, para o Brasil e para o mundo, a área mais sofrida e abandonada que poderia existir em qualquer continente inóspito e perdido. E, essa recuperação ultrapassou o elemento humano, que foi alfabetizado em searas e rebanhos padronizados, até galvanizar-se nessa estupenda realidade econômico-financeira, que foi a exploração do manganês da Serra do Navio” (MALATO, 1962 apud NUNES, 2012, p. 27). Vale lembrar que a coletânea ‘Confiança no Amapá’, foi produzida com base em textos e discursos voltados para a defesa do janarismo e uma das teses defendidas pelos seus seguidores era a de que a mineração de manganês voltada para a exportação iria catapultar o Amapá para o cenário mundial e, para tanto, o seu promotor ganharia o status de ‘criador’ ou ‘salvador’ do Amapá, características bem próprias do populismo de verve varguista e posteriormente, juscelinista (LEÃO, 2004).

⁵⁷ Empresa norte-americana de produção de aço e beneficiamento mineral que faz parte do conglomerado do banqueiro J. P. Morgan a partir da aquisição da maior companhia de aço do mundo no final do século XIX, a Carnegie Steel e a unificação com empresas que foi adquirindo para consolidar o seu domínio no setor. Além disso, a U. S. Steel passou a trabalhar com o beneficiamento de minérios e de commodities adquiridas a preços muito baixos nos rincões mais distantes do mundo.

⁵⁸ Convém informar que a região onde se encontrava o porto e o final da linha do trem fazem parte do atual município de Santana. Na época, Santana era um distrito de Macapá que se emancipou somente na década de 1990 e tem no porto, através da Companhia Docas de Santana – subordinada ao município – um dos principais meios de sustento da cidade, pois ainda nos dias atuais, mesmo com o fim da exploração do manganês, realiza processos de exportação de cavaco.

embarque, obra também vultuosa, tudo calculado em mais de 700 milhões de cruzeiros. [...] Promoveu-se, então, entendimentos com o Banco Internacional para a Reconstrução e Fomento, que vai financiar, com 35 milhões de dólares, o empreendimento. Exigia o banco que se desse uma garantia de marcos. Surgiu nessa ocasião, Bethlehem Steel Corporation, que fez um contrato com a ICOMI que foi objeto de lei desta Casa, em virtude da qual a companhia americana não poderá ter mais de 49% das ações da companhia fundada com aquele objetivo. [...] Pois bem. A estrada de ferro está sendo locada; o porto já se encontra em construção, conforme verificamos, e dentro de dois anos a exploração das jazidas em toda a sua plenitude será uma realidade. Bem podemos avaliar o que será nessa ocasião o Território do Amapá, com os grandes transatlânticos atracando no novo porto de Santana, com a nova estrada de ferro, trazendo, em condições magníficas, o minério da Serra do Navio até o porto, com a conclusão da grande rodovia, que demanda o extremo norte da República, no Oiapoque⁵⁹. [...] Firmada a administração nas bases seguras em que a colocou o Governador Janary Gentil Nunes, auguramos para o Território do Amapá grande futuro, certos de que, em pouco tempo, será um dos melhores e mais poderosos Estados da Federação (LUZ, 1951 apud NUNES, 2012, p. 80-81).

Este espírito otimista é refletido neste momento histórico e aponta uma situação econômica interessante: o minério de manganês seria extraído por uma empresa de capital misto (ICOMI – brasileira e Bethlehem Steel Co. – norte-americana) a um preço baixo e atenderia as necessidades do mercado internacional e não ao mercado interno, pois o processo de industrialização tardia no Brasil se tornava evidente com a produção em Minas Gerais atendendo as demandas nacionais e somente com a venda para o capital internacional teria como escoar a enorme produção. Esta situação vendeu a ideia de que o Amapá iria sair de seu ‘pauperismo econômico’, já que para os defensores do janarismo apontavam que a luta dele consistia em garantir a mineração como atividade econômica fundamental para o crescimento do Território. Esta postura se mostra bem clara no texto de Malato (1962), quando da campanha de Janary Nunes para a Câmara Federal:

O que foi a luta sustentada por Janary Nunes para interessar aos capitais estrangeiros no minério do Amapá – quando Minas Gerais, com as suas montanhas de ferro e os seus transportes organizados, não encontrava quem o comprasse – dificilmente há, hoje, quem a possa descrever. Mas, quando ele conseguiu vencer todas as barreiras da incompreensão e da paixão extremista, que lhe atribuíam propósitos entreguistas, e logrou obter os referendos do Conselho de Segurança Nacional e da Presidência da República – nesse dia o Território do Amapá emancipou-se do pauperismo econômico, e começou a atrair para o país o maior contingente de divisas fortes que já se verificou em toda a história do Brasil setentrional. [...] Semanalmente, navios de

⁵⁹ Torna-se digno de nota que a estrada que dá acesso ao município de Oiapoque, 66 anos depois deste discurso, nunca foi concluída, mesmo com a inauguração da Ponte Binacional Brasil-França, que integra o território brasileiro à Guiana Francesa, em 2012, com vistas ao intercâmbio econômico entre os dois países. Uma das condições impostas pelo governo francês foi, justamente, a conclusão da BR-156 que dá acesso ao município e que, em virtudes de problemas relacionados, entre outros, ao desvio de recursos, condições geomorfológicas do terreno e problemas relativos a demarcação de terras indígenas, a estrada ainda não foi concluída, chegando a ter uma parte concluída no sentido Oiapoque-Macapá de 100 km e Calçoene-Oiapoque de mais 150 km, chegando a estrada pavimentada até o distrito do Lourenço. Os demais trechos dentro da Floresta Amazônica ainda não foram pavimentados, apenas abertos, o que causa grandes inconvenientes para quem quer se dirigir à fronteira norte do Amapá e dificulta a integração com a Guiana.

20 mil toneladas visitam o modelar porto de Santana, no Amapá e, depois de 8 horas de uma operação miraculosa, pela perfeição e pela técnica, saem, sobrecarregados do minério brasileiro até há pouco abandonado à flor da terra. [...] A receita decorrente dos 32 milhões de dólares que isso representa anualmente, é aplicada, integralmente, na construção da Hidrelétrica do Paredão, que vai marcar uma avançada etapa, no desenvolvimento econômico do Amapá, e quiçá, da Amazônia. [...] É esse o homem que vai ao Amapá pedir votos. É o criador pedindo algo à criação (MALATO, 1962 apud NUNES, 2012, p. 27-28).

Este sentimento de ‘confiança’ no Amapá produzia visões otimistas sobre as possibilidades de desenvolvimento do Território que se refletem no crescimento populacional e dão a ideia, hiperbólica, de um novo mundo que projeta o lugar comparando-o com o principal estado brasileiro:

Com cerca de 140 mil quilômetros quadrados de superfície e uma população de aproximadamente 37 mil habitantes, segundo dados do censo de 1950, evidentemente já superado, o Território Federal do Amapá, que acabamos de visitar, é um novo mundo que se abre ao homem brasileiro, no extremo norte do país, sob a linha do Equador, acenando com perspectivas promissoras que justificam a confiança com que ouvimos, de um cidadão de Macapá, a afirmativa de que ‘o Amapá vai ser o São Paulo do Norte’ (REIS, 1953 apud NUNES, 2012, p. 210).

Segundo Brito (1995; 2001), Porto (1998; 2003) e Monteiro (2003) as grandes reservas de manganês do Amapá davam a ideia de que a exploração iria perdurar por muito tempo na visão dos defensores da exportação do minério como forma de atender ao esforço da guerra fria, em especial dos Estados Unidos da América e de sua produção de aço para competir com a então União Soviética. O texto de Glycon de Paiva é bem explícito com relação a esta questão, onde na sua visão o minério deveria ser utilizado como moeda de troca no cenário internacional. Para ele:

A situação brasileira quanto a minério de manganês é de superabundância dessa mercadoria em relação às nossas necessidades presentes e futuras. Avalio essas necessidades totais em um décimo apenas das existências nacionais de minério de manganês. Relativamente ao ‘nuclear core’ do Brasil, o ‘cerne nuclear’ da Nação, dispõem-se as nossas reservas de manganês de duas maneiras: manganês central e manganês periférico. [...] **O manganês central é constituído pela reunião de jazidas existentes no Estado de Minas Gerais. O minério aí encontrado destina-se naturalmente a satisfazer ao nosso consumo interno, o atual e o futuro; de outro lado, o manganês periférico, o de Urucum e o de Amapá, não interessa ao consumo próprio, dada a sua excentricidade em relação ao núcleo industrial do Brasil. Essa excentricidade é da ordem de 2.500 quilômetros pelas vias normais de transporte. Por isso, destina-se naturalmente a ser paulatinamente convertido em divisas, ao mesmo tempo que utilizado como potencial internacional de acordos políticos** (PAIVA, 1950 apud NUNES, 2012, p. 163 – grifos meus).

Tal justificativa é vista na própria constituição da ICOMI, quando o Governo Federal reforça a necessidade de se ter capital nacional controlando a exploração e exportação do manganês, pois

[...] o governo brasileiro optou pela ICOMI, justificando que como eram grandes jazidas, seria fundamental o desenvolvimento de uma empresa do próprio país. Após vencer a concorrência, o Governo Federal autorizou a concessão da exploração desse minério por um período de 50 anos, de 1953 a 2003. [...] Naquele momento a indústria siderúrgica estava dependente do minério de manganês explorado nos países africanos, que estava se esgotando. A extração do minério de manganês da Serra do Navio, além de resolver o problema da dependência do minério extraído da África, aumentaria o estoque americano num momento em que a indústria bélica necessitava de grande quantidade de aço, devido ao período da Guerra Fria. Diferente da Rússia, que possuía um estoque de manganês que garantiria a produção de aço necessário ao desenvolvimento industrial (MORAIS, 2013, p. 83-84).

Esta situação é vista pela pesquisadora Ivone Portilho (2010), ao afirmar que:

A implantação da ICOMI no Amapá, empresa de pesquisa, lavra, beneficiamento e comercialização de minério de manganês provocou a ampliação dos limites urbanos de Macapá dado o contingente populacional que chega a cidade motivada pelos possíveis empregos que seriam ofertados pela exploração do minério de manganês (PORTILHO, 2010, p. 8-9).

O jornalista Lúcio Flavio Pinto (1977) foi um dos primeiros a alertar para a finitude do minério no Amapá em virtude do processo de produção acelerada e predatória que vinha ocorrendo no estado. Em um editorial no jornal ‘O Liberal’ de 1975, ele apontava para as possibilidades do fim do ciclo do manganês no Amapá, deixando somente o minério de baixa qualidade para comercialização pelo Território, uma vez que o minério de alto teor vinha sendo exaurido em uma velocidade assustadora e abastecendo o mercado internacional, principalmente os EUA, que passaram a concentrar o minério em seu país. Pinto previu que:

Dentro de no máximo 10 anos as reservas de manganês de alto teor da Serra do Navio, no Amapá (entre 42 a 47%), estarão esgotadas se a ICOMI mantiver o nível atual de exploração (1,2 milhão de toneladas anuais). Restarão as jazidas de baixo teor e o protominério de manganês, cuja comercialização só é feita no mercado internacional a preços baixos. Num prazo de 25 anos todo o manganês do Amapá terá sido extraído, cessando a sua contribuição, atualmente a maior da produção brasileira (PINTO, 1977, p. 95).

Pinto continua com sua análise sobre a luta da ICOMI em continuar atendendo aos interesses do capital internacional, mesmo havendo o desenvolvimento da indústria brasileira na década de 1970, na qual havia a necessidade de obtenção de *commodities* pelas indústrias nacionais e que, mesmo sendo o quarto maior produtor mundial do minério (BRITO, 1995;

MONTEIRO, 2003), o Brasil importava o manganês. Como solução para o problema, os donos da empresa sugerem que seja estimulada a busca por novas jazidas minerais e, mesmo a própria ICOMI em suas pesquisas não apresentando resultados animadores, o que indica a possibilidade do fim da atividade econômica na região. Eis a síntese de Pinto (1977):

A ICOMI, formada em 1946 graças à associação do Grupo Antunes com a Bethlehem Steel, pôde manter-se voltada inteiramente para o mercado externo enquanto a indústria siderúrgica brasileira, com desenvolvimento bastante retardado, não exigia grandes quantidades de manganês. Mas agora, com o pretencioso Plano Siderúrgico Nacional, a situação teria que ser alterada. Membros do governo – e naturalmente da empresa – apresentaram logo uma alternativa: que fossem estimuladas pesquisas de novas jazidas economicamente viáveis, admitindo como inquestionável o comprometimento das reservas do Amapá com a exportação. [...] Assim, se não quiser comprometer definitivamente seu Plano Siderúrgico, o governo brasileiro terá que encontrar uma medida mais rigorosa em relação às reservas da ICOMI. Se continuarem as exportações nos níveis atuais, esgotando as jazidas de alto teor em 10 anos, restará uma alternativa: manter as exportações com preços cada vez mais baixos ou tentar associar o manganês a outro minério. Mas as pesquisas feitas pela ICOMI para descobrir ferro economicamente utilizável não têm dado bons resultados: as jazidas (com 5 milhões de toneladas medidas e 42 milhões inferidas) são pequenas e de baixo teor (59%). A mais importante região produtora atual do país se tornaria antieconômica? É uma possibilidade (PINTO, 1977, p. 95-96).

O sonho do ‘El-dorado’ mineral para a Amazônia e projetado para o Amapá começa a apresentar as suas limitações para o próprio estado e para o país, revelando que o pretense ciclo de prosperidade e desenvolvimento da região estava chegando ao fim e a ICOMI em pouco ou quase nada contribuiu para o país e o modelo de substituição de importações em nada ajudou a incluir o Território – e depois, Estado – na realidade econômica do Brasil:

Nos seus quase vinte anos de atividades a ICOMI representou pouco para o país, muito menos do que podem oferecer projetos de mineração desse tipo. Sem poder usar as reservas do Amapá, o país teve que aumentar progressivamente suas importações e, proporcionalmente suas perdas nas relações de troca são substanciais. Em 1971, o Brasil vendeu a tonelada de minério a 19,8 dólares e comprou a tonelada do óxido de manganês a 390 dólares. Em 1964, o Brasil exportou 3% mais minério do que o ano anterior, mas a receita obtida diminuiu em quase 15%. Entre 1956 e 1966, a ICOMI conseguiu nas suas exportações 240 milhões de dólares e a maior parte dos royalties que pagaria ao governo do Território foram empregadas na construção de uma pequena hidrelétrica (que começa a funcionar no próximo ano – 1976 – com 40 mil kw e chegará no máximo a 80 mil kw), da qual a própria ICOMI será a maior beneficiada. Talvez por isso a empresa tenha razão em defender com intransigência a inviabilidade de oferecer minério para o mercado interno (PINTO, 1977, p. 97).

A previsão de Pinto (1977) veio a se concretizar vinte anos depois. Em 1984, com dificuldades em encontrar outras fontes de obtenção de minérios de alta qualidade, com o esvaziamento da obtenção de manganês de alto padrão e a intensificação no processo de extração de ferro na Serra dos Carajás (PA), a Bethlehem Steel Co. resolveu encerrar a parceria

com a ICOMI e levou consigo mais de 25 milhões de toneladas do minério no período compreendido de 1957 a 1984, ou seja, em 27 anos, a empresa norte-americana conseguiu exaurir praticamente todo o manganês de alto padrão do estado do Amapá e deixou, como herança, um modelo predatório de extração mineral que pouco contribuiu para o desenvolvimento do Território.

A ICOMI, mesmo com a concessão do governo para explorar o manganês por 50 anos, resolveu encerrar suas atividades em dezembro de 1997, deixando um saldo extremamente negativo para o Estado. A herança deixada pela ICOMI resume-se em uma carga de resíduos de manganês contaminado, depositados em uma barragem ao lado da usina de pelotização, atingindo o lençol freático e contaminando as águas do subsolo de suas mediações, pois esses rejeitos estavam na barragem que contaminou os afluentes ao redor da comunidade do Elesbão no município de Santana e áreas próximas ao setor Industrial da ICOMI.

[...] Em dezembro de 1997, a empresa ICOMI também resolveu encerrar suas atividades, deixando um saldo negativo para o Amapá, pois, além do desemprego, a decadência econômica do município de Serra do Navio, o grande impacto ambiental causado pela empresa entre eles, a contaminação da área portuária de Santana e da comunidade do Elesbão, com um elemento químico chamado 'Arsênio'. [...] Nesse contrato firmado com a empresa ICOMI, associado com a empresa Bethlehem Steel evidenciou-se profundamente perverso para com as necessidades do país e do Amapá, pois, além de uma verdadeira afronta à soberania nacional, na medida em que os interesses da nação foram submetidos aos da Bethlehem Steel, uma empresa interessada apenas na acumulação de riqueza. Este contrato se constituiu em uma postura antinacionalista e entreguista, até parece ter sido elaborado pelas próprias empresas, uma vez que lesou sempre os interesses do Brasil. [...] As empresas foram embora porque exatamente não havia mais lucro. O buraco que ficou na terra, só quem sente de perto é a sociedade amapaense. Um fosso social da dimensão da miséria que grassa rapidamente, como um fenômeno novo sintetizado pela favelização recente que se processa no Amapá, colocando em xeque o sonho do 'El-Dorado' Território Federal do Amapá (MORAIS, 2013, p. 85-86).

Na cidade de Serra do Navio, a empresa também deixou um prejuízo ambiental visível para a região, principalmente com a descaracterização natural do ambiente, como a agressão aos ecossistemas aquático e florestal. No local onde funcionou o maior projeto mineral do Estado, atualmente é um espaço sem uso e que guarda um verdadeiro "cemitério de máquinas" (SANTOS, 2004, p. 31). Cabe ressaltar que neste período o desemprego já era evidente, pois havia uma incerteza quanto ao futuro econômico na Serra do Navio, além dos graves impactos ambientais causados pela empresa.

Segundo Moraes e Rosário (1999), a maneira como o governo federal disseminou a ideologia capitalista na Amazônia para assegurar o domínio imperialista norte-americano contribuiu para o completo esvaziamento dos recursos naturais da região, além da associação

do poder público com o capital estrangeiro visando consolidar o povoamento e ocupação do Território Federal do Amapá.

Não se pode esquecer que a história do Amapá – tanto o Território quanto o Estado –, tal qual a de outros polos de desenvolvimento da Amazônia, não pode ser mencionada sem o capital estrangeiro, principalmente através da ICOMI, em virtude do empreendimento ter sido possível em função dos recursos e técnicas dos estrangeiros e incentivos do próprio governo do Amapá e do governo federal, que produziram um discurso de cunho desenvolvimentista que ocultou, na verdade, o verdadeiro papel da região Amazônica para o Brasil e o mundo: o de fornecedora de matéria-prima em abundância que recebe como moeda de troca o esvaziamento predatório dos seus recursos naturais, impactos ambientais profundos e a periferização cada vez maior do lugar com relação ao país.

Como uma alternativa econômica para a saída da ICOMI do Amapá, voltada para o desenvolvimento do estado, foi criada em 1991 a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS, com incentivos fiscais para empresas importadoras no cenário amapaense e implementada oficialmente em 1993 nos municípios de Macapá e Santana, ocupando uma área de 85 Km². Para a criação e desenvolvimento da ALCMS, Portilho elencou a estratégia para tornar a ALC interessante:

Diante do desafio de criar rapidamente um mecanismo que possibilitasse a sustentação econômica, uma vez que os elos com a União começavam a ser suprimidos, o Governo do Estado, através de seus representantes políticos, utiliza-se da estratégia de incentivos fiscais para atrair empresas que se propuseram a estabelecer no Amapá algum tipo de empreendimento. Assim, são oferecidas às empresas interessadas a proposta de redução e/ou isenção do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) para que, dessa forma, se atraísse o maior número de interessadas a se instalar no novo Estado (PORTILHO, 2010, p. 4).

A ALCMS foi legitimada pelo Presidente da República, Fernando Collor de Melo, que a partir de suas atribuições no dia 08 de maio de 1992 decretou:

Fica criada no Município de Macapá s Santana, no Estado do Amapá, a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, para o livre comércio de importação e exportação, sob regime fiscal especial, estabelecida com a finalidade de promover o desenvolvimento daquele Estado e de incrementar as relações bilaterais com os países vizinhos, segundo a política de integração latino-americana (ART. 1º CAPITULO I, DECRETO Nº. 517,1992).

Segundo Porto (2003, p. 74) a ALCMS é uma Área de Livre Comércio – ALC “[...] que possui área delimitada, maior volume de movimentação de notas fiscais ingressadas, de

importações e de empresas cadastradas na Amazônia”. A ALCMS representou a possibilidade da abertura de novas oportunidades e perspectivas de negócios para a economia do Estado, tendo em vista as vantagens oferecidas pelos incentivos fiscais federais constantes do Decreto nº. 517 de 1992 que regulamentou a ALCMS. De acordo com Moraes (2013):

A ALCMS é juridicamente controlada pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), que possui suspensão de Impostos de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre mercadorias estrangeiras que nela entram. [...] A Zona de Livre Comércio de Macapá e Santana é uma área geograficamente delimitada somente para os dois municípios, onde a isenção fiscal busca favorecer principalmente o comércio de produtos importados do próprio país ou estrangeiro, não sendo permitido o beneficiamento industrial para a exportação sem isenção fiscal [...] funciona como entreposto comercial, favorecendo o acesso ao comércio de populações isoladas por questões geográficas (MORAIS, 2013, p. 107).

O objetivo da implantação da ALC em um lugar é o de incentivar a concorrência entre produtos de cada país, comparando assim tecnologia, serviços e proporcionar a revisão das relações trabalhistas, políticas, sociais e econômicas de cada um, inserindo com maior participação o Brasil no processo de globalização.

Segundo Porto e Costa (1999), as Áreas de Livre Comércio criadas no território nacional situam-se em zonas estratégicas para a busca por uma produção mais qualificada ou pelas possibilidades de garantir o escoamento da produção deste lugar, além de trabalhar com produtos importados de outros países, em especial as nações asiáticas como China, Japão e Coreia do Sul. As cidades de Tabatinga (AM), Guarajá-Mirim (RO), Bonfim e Pacaraima (RR), Macapá e Santana (AP), Brasília, Cruzeiro do Sul e Etipaciolândia (AC) acabam por se encaixar nesse papel de facilitadora das relações comerciais com outros países sem comprometer a produção do eixo Centro-Sul do país.

A criação da ALCMS foi justificada como uma das alternativas para amenizar a queda na produção do manganês pelo esgotamento do minério, extraído desde a década de 50 pela ICOMI a qual se retirou das terras amapaenses. Além disso, também era objetivo da ALCMS estimular o desenvolvimento econômico, atraindo mais emprego e renda para a população. Além disso, a ALCMS é a única ALC com saída marítima, podendo escoar sua produção do porto de Santana para Estados Unidos e Europa em um tempo menor do que o porto de Santos (SP), em virtude de sua proximidade com tais centros.

Nos primeiros anos de funcionamento houve vários avanços das atividades comerciais com a venda de produtos importados, despertando assim o interesse de turistas, viajantes e sacoleiros vindos de diversos lugares do Brasil e do mundo.

Neste sentido a forma pela qual a ALCMS foi implantada contribuiu para uma nova configuração do espaço Amapaense, com destaque a um desenvolvimento econômico inicial, pois os produtos eram comercializados com valores acessíveis a população, mesmo o Amapá apresentando uma forte dependência dos recursos federais e com sua circulação econômica assentada no funcionalismo público.

Faz-se interessante notar que nesse período que se observa um intenso movimento migratório para Macapá, principalmente de pessoas oriundas das localidades do Pará e Maranhão, que aportavam no Estado em busca da tão sonhada ascensão social. De acordo com Portilho (2010),

[...] em busca de oportunidades e novos postos de trabalho, surgidos no comércio varejista e nas esferas do poder executivo, legislativo e judiciário, desembarcam no Amapá pessoas vindo de outras unidades da federação, em maior número, aqueles que deixaram o campo, provocando um considerável êxodo rural, bem como, migrantes sem qualificação profissional, oriundos do Nordeste brasileiro e principalmente, do vizinho Estado do Pará e de outras regiões da Amazônia, que buscavam não só empregos como serviços de assistência à saúde e educação escolar (PORTILHO, 2010, p. 1-2).

A narrativa construída pela classe política local sobre a ALCMS produziu uma narrativa que ‘vendeu’ para a população pobre a ideia de uma nova forma de desenvolvimento econômico baseado na circulação de mercadorias e serviços e de que o estado teria uma nova e forte vocação econômica, o que que fomentou a entrada de populares no Estado. Autores amapaenses como Porto (2003) e Santos (2004) retratam que a criação da ALCMS foi a última grande etapa de crescimento populacional ocorrido no Amapá, sendo que as migrações seguintes são oriundas da realização de concursos públicos organizados pelo Estado ainda em processo de estruturação, mesmo 31 anos após a sua efetivação.

Segundo Portilho (2010, p. 04-05),

[...] a implantação da ALCMS no Amapá fez parte de um conjunto de ações que visavam dinamizar determinadas áreas na Amazônia. Diferentemente do que representa a Zona Franca de Manaus (ZFM), para o estado do Amazonas, a ALCMS volta-se basicamente para a comercialização de produtos importados. Sua implantação e a adoção de incentivos fiscais associados à divulgação, em nível nacional, através dos meios de comunicação de massa, serviram de estímulo para que uma população considerável de migrantes de diversas regiões do país se estabelecesse no Amapá em busca de oportunidades de melhores condições de vida. A maior parte de migrantes desse período permaneceram na área urbana dos municípios de Macapá e Santana, onde houve um considerável agravamento dos problemas sociais há muito existentes nas duas cidades (PORTILHO, 2010, p. 04-05).

As políticas de desenvolvimento impulsionadas pelo Estado incentivaram a vinda de migrantes em uma maior proporção para Macapá e Santana, sendo que a maioria destes não encontrou emprego e nem terreno firme para habitar. Atualmente, esta população vive em condição de subemprego, habitando de forma precária em áreas de ocupação populacional ou de loteamentos habitacionais na sua zona periférica, em palafitas construídas nas áreas de ressaca que deveriam ser protegidas como Áreas de Proteção Ambiental – APA e em conjuntos habitacionais construídos como parte integrante do Plano de Aceleração do Crescimento – PAC, através do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV – Fase I, que abrange a construção de moradias populares para abranger a população carente que ganha na faixa de 01 a 03 salários mínimos, na forma de casas populares ou conjuntos de prédios⁶⁰ (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2018).

Neste sentido, observa-se que o estado do Amapá e, mais precisamente o município de Macapá, apresenta uma situação considerável de atração populacional, já que sob a ótica do migrante a cidade se coloca como atrativa com relação à perspectiva de emprego e/ou ocupação, o que na realidade não existe de fato, pois a geração de emprego e renda não é suficiente para suprir a demanda das famílias chegadas de outros lugares com pretensão de melhores condições sociais.

Morais (2013) aponta as consequências desta perspectiva:

A Área de Livre Comércio, além de incrementar o setor terciário da economia (comércio), provocou um crescimento populacional para o Amapá, tendo como resultado um processo de urbanização desorganizada, principalmente nas cidades de Macapá e Santana, ocasionando invasões de áreas urbanas desocupadas; aumento de ocorrências policiais; falta de atendimento médico; falta de escolas; aumento da prostituição de menores de idade; aumento do número de meninos e meninas de rua e; aumento do desemprego. Tudo por falta de um planejamento urbano eficaz por parte do Estado. [...] Para completar a situação, o Governo Federal tomou algumas medidas no sentido de diminuir ou limitar a entrada de mercadorias importadas, objetivando eliminar o déficit na balança comercial. Isso fez com que o Governo do Estado criasse novos projetos como o mineralógico, a silvicultura, a agricultura e a pecuária, para amenizar a economia do Estado (MORAIS, 2013, p. 107-108).

⁶⁰ Os conjuntos habitacionais construídos em Macapá através dos recursos do PAC como parte integrante do PMCMV tem origem em convênios assinados entre o Governo Federal com a Prefeitura de Macapá (Conjuntos Mucajá – com construção iniciada em 2007 e concluída em 2011, Parque dos Buritis – 2012, Mestre Oscar – 2013, São José – 2016 e Jardim Açucena – 2018, além do Conjunto Habitacional Janary Nunes – iniciado em 2018), e o Governo do Estado do Amapá (Macapaba I e II concluídos, Miracema – com obras iniciadas em 2018, além dos conjuntos Aturiá e Congós – que tiveram suas obras suspensas momentaneamente em virtude das políticas de contingenciamento econômico implementadas em 2019 pelo Governo Federal), tendo como finalidade inicial solucionar o déficit habitacional da cidade e desobstruir as áreas de ressaca (CORDEIRO; MATSUNAGA, 2018, p. 8-9).

Durante a década de 90, houve forte expansão da População Economicamente Ativa – PEA e do nível de ocupação tanto no setor industrial como no funcionalismo público, que de acordo com Santos (2004, p. 88) “[...] os salários do funcionalismo público ainda são os maiores “aquecedores” do fraco comércio local”. Mesmo assim, o comércio no centro da cidade veio a fomentar a circulação econômica em Macapá com o surgimento de diversos empreendimentos que revendiam produtos importados.

No campo do emprego e de geração de renda, conforme apresentamos anteriormente, a vocação econômica da cidade de Macapá – agricultura, comércio e serviços – encontra-se hipertrofiada e densamente ocupada, o que acarreta um processo de precarização do emprego que consiste na subvalorização de uma renda que já se encontra baixa e leva os trabalhadores para as atividades informais e para uma economia cíclica⁶¹, assentada principalmente no funcionalismo público.

A implantação da ALCMS tornou-se um ponto forte de atratividade para as famílias oriundas de outros estados que buscaram melhoria na qualidade de vida através de emprego e renda, pois segundo Rodrigues (2002) a ALCMS tornou-se um paradigma de desenvolvimento direcionado para a Amazônia, assim como um marco muito importante para o início do desenvolvimento do Estado do Amapá e, mais precisamente, para a cidade de Macapá, possibilitando uma gama de oportunidades e perspectivas para o desenvolvimento econômico. Este fato trouxe para muitos bairros e para a economia de Macapá através do intenso fluxo populacional, consequências preocupantes quanto às condições de moradia, emprego, renda, saneamento básico, saúde, educação e outros.

3.4 MACAPÁ: UMA CIDADE EM EXPANSÃO

A capital do Estado do Amapá é chamada de Macapá. Segundo Rodrigues (2002, p. 12) essa palavra “[...] tem origem tupi, que antes era conhecida como macapaba, ou seja, estância das macabas”. Esse nome foi dado devido uma fruta muito comum na região de onde se extrai uma deliciosa bebida de cor acinzentada, que chamamos nos dias atuais de bacaba.

⁶¹ Definimos aqui este conceito, grosso modo, como um período de movimentação econômica que vive com base no período de pagamento do funcionalismo público em três ciclos específicos – dias 05 (funcionalismo federal), 25 a 27 (funcionalismo estadual) e 30 a 31 (funcionalismo municipal), onde se apresenta um maior fluxo de comercialização de produtos e movimentação de pessoas. Os informais e ambulantes pesquisados nos informaram que nestes dias, na maioria das vezes, eles conseguem pagar suas contas e realizar novas compras e a renovação de seus estoques.

Conforme foi dito no item anterior deste trabalho, em 04 de fevereiro de 1757, foi fundada a Vila de São José de Macapá com a presença de várias autoridades na Praça de São Sebastião. Entre as autoridades presentes a mais importante foi a do Ouvidor Geral do Grão-Pará, o Desembargador Pascoal de Sobranches de Madeiras Fernandes. Naquele momento solene criava-se e instalava-se a nova vila cujo nome faz alusão ao hoje padroeiro da cidade, São José. Na ocasião ocorreu também a escolha de pessoas para fazer parte do governo. Essas pessoas tinham influência na comunidade macapaense, eram representados por pecuaristas, agricultores e comerciantes.

Ainda de acordo com o autor, Macapá foi elevada à categoria de Cidade pela lei nº. 281 de 06 de setembro de 1856 e em 31 de maio foi eleita a capital do Território – hoje Estado do Amapá em 13 de setembro de 1943. Macapá também é conhecida como a capital do meio do mundo por ser a única cortada pela linha imaginária do Equador. A cidade possui, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, cerca de 456.171 habitantes, uma área geográfica de aproximadamente 24.730 km², tendo uma densidade demográfica atual de 18,45 hab/km² e fica situada a margem esquerda do rio Amazonas (SANTOS, 2016).

Esta localização pode ser observada conforme a foto 04, que representa a projeção da cidade em relação ao Estado do Amapá.

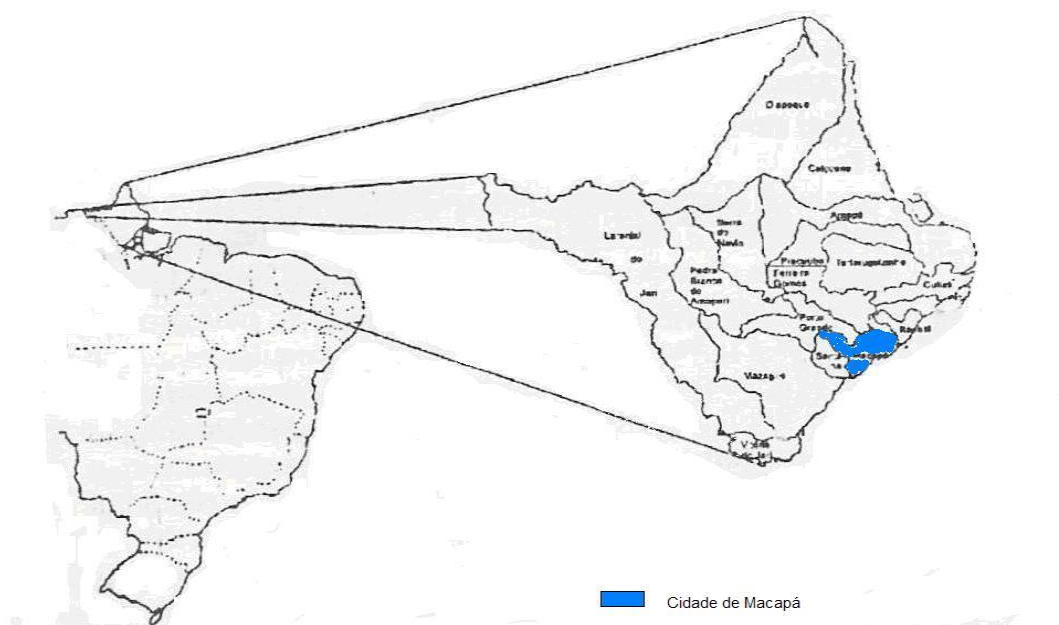


Foto 04: Localização de Macapá no Estado do Amapá.
Fonte: IBGE - Delegacia do Estado do Amapá, 2008.

Conforme trabalhado no item 2.2 deste texto, quando me referi ao processo de construção de um projeto de estado, o cenário para uma terra localizada em uma zona fronteiriça

e estratégica do território passou a criar uma mentalidade de ‘terra vazia’ da parte do Estado varguista para a região setentrional do Brasil e foi construído um discurso colonizador com o caráter civilizador para o Amapá, cujos reflexos foram amplamente sentidos na sua capital.

A cidade de Macapá, a partir da sua fundação como Vila de São José de Macapá, passou a concentrar os principais equipamentos urbanos desta região e servia como principal ponto de articulação com Belém do Pará, então a cidade com maior ligação com o restante do país e o povoamento da cidade passou a surgir a partir das cercanias da Fortaleza de São José de Macapá e da Igreja de São José, obedecendo a um padrão de colonização portuguesa para o Norte e o Nordeste do país: construção de estruturas fortificadas com o interesse de defender o território das invasões estrangeiras; construção de igrejas conexas com as fortalezas com o fim de garantir a catequese dos indígenas da região; criação do mínimo de equipamentos urbanos que pudessem povoar a Vila e garantir a circulação de mercadorias e serviços, além de funcionar como um ponto de apoio ao migrante que fosse se aventurar mais para dentro da floresta no caso amazônico.

Santos (2016) corrobora esta afirmativa ao apontar que:

Desde o período colonial, portanto, a Vila de São José de Macapá já possuía considerável importância para um conjunto de vilas e povoados, pois tinha relativo e relacional grau de centralidade no recorte espacial das Terras do Cabo Norte, muito embora esta centralidade tenha ganhado força a partir da transferência da capital do Território Federal do Amapá (TFA) para a cidade de Macapá e também com a instalação da ICOMI. [...] Do ponto de vista das atividades econômicas desenvolvidas na região, além do extrativismo, destaca-se o cultivo de algodão e a rizicultura (cultivo de arroz) que, no caso da Vila de São José de Macapá, era realizado nas porções do Golfão Marajoara localizadas em seu entorno. Este processo está ligado ao caráter duplo da proposta pombalina para a capitania do Cabo Norte, servindo simultaneamente como espaço de produção agrícola para abastecimento interno e também de Belém, além de espaço de defesa do território (SANTOS, 2016, p. 30-31).

Mesmo com essa importância apontada na passagem acima, os problemas ligados à questão do litígio entre Brasil e França e o isolamento da região com relação ao restante do país acabaram por se tornar importantes fatores para se criar uma ideia equivocada de terra abandonada e que reforçou um discurso civilizador para a Amazônia como um todo, engendrado pelo movimento varguista como forma de integrar a região ao restante do Brasil e superar o hiato que se colocou para o Norte do país entre o fim do ciclo da borracha e a década de 1940, no qual a Amazônia seria colocada mais uma vez como zona de ocupação estratégica do Estado Brasileiro e a montagem de toda uma infraestrutura seria necessária para dar um ar de ‘civilidade’ ao lugar e aproximar as cidades pequenas e médias da região aos níveis de Belém e Manaus, as duas principais cidades e pontos de ligação com o restante do país e do mundo.

Este discurso construído sobre alguns rincões da Amazônia se refletem na chegada do homem de fora, do *outsider* que, imbuído de (pré) conceitos, via a cidade de Macapá como abandonada e perdida e que somente o projeto civilizador do estado varguista pela via do janarismo iria colocar a cidade de Macapá no caminho do desenvolvimento. Um exemplo disto é a passagem intitulada ‘Um rei construindo o seu reino’, do jurista Inácio Moita, que fala da cidade de Macapá antes e durante o período janarista:

Estou entusiasmado com o que vi em Macapá. Conheci essa cidade em 1931, quando para lá fui como Juiz de Direito da Comarca. **A cidade não era mais do que um burgo podre, abandonado de Deus e dos homens, com uma população mal passando de mil habitantes, duas dezenas talvez de velhos prédios, resto de uma época, já longínqua, de fartura e opulência; no mais, tugúrios, marasmo e miséria, onde tudo atestava tristeza, desânimo e apatia.** [...] Há poucos dias (1950), lá voltei, levado por um imperativo de ordem maçônica, e do que vi, observei e senti, trouxe a impressão de um mundo novo, onde a vida ressurgiu com um sentido mais forte de fé e de esperança no futuro. [...] O que, de pronto, e de começo, chama a atenção do visitante, é o sistema de planejamento, de método, de disciplina, a que tudo obedece. Não vislumbrei improvisações, nem obras de fachada no açodamento de coonestar gastos ou justificar verbas, mas trabalho pertinaz, senso realístico e consciência das dificuldades a superar como consequência e desdobramento das próprias etapas vencidas. [...] Aquele burgo podre de há vinte anos, é hoje um centro de civilização e cultura que se expande, tentacular e ruidoso, em bairros residenciais, ruas largas, praças de esportes, com serviço de luz elétrica que não tem colapsos, quer de dia, quer de noite, água encanada e esgotos, esses últimos ainda não terminados, a cargo do SESP, mediante contrato com o governo. [...] O padrão de vida é alto, mas há trabalho para todos com salários elevados e compensadores. Há entendimento e compreensão entre Governo e povo, em cujo meio a palavra de ordem parece ser apenas trabalhar, cooperar, colaborar com os que tem responsabilidade na administração, para o bem da terra comum (MOITA, 1950 apud NUNES, 2012, p. 112-117 – grifos meus).

Esta fala se reflete no que foi sendo feito para dar ao lugar uma aura de desenvolvimento e passou a povoar o discurso de colonização da terra, pois se ofertava o discurso de que o lugar para se desenvolver precisava de pessoas comprometidas com o seu crescimento pessoal e com a necessidade de fazer a cidade crescer. O discurso produzido pelos defensores do povoamento produzia a ideia de um estado como elemento de construção coletiva e que todos seriam bem-vindos para desenvolver a terra e chama-la de sua, sem a presença de ‘pessoas de má índole’, ‘malandros’, ‘vadios’ ou ‘preguiçosos’. Para tanto, foi sendo construído um discurso que fala de um lugar jovem e governado por gente jovem voltado para o futuro, onde as pessoas que quisessem trabalhar eram bem recebidas. Na coletânea organizada por Janary Nunes em 1962 (NUNES, 2012), Morel Reis aponta que o Amapá e sua capital possuem os alicerces de um novo estado brasileiro, mas que precisam de pessoas para desenvolvê-lo. Segundo ele:

Há falta de gente, no Amapá. O elemento humano é escasso, tragicamente escasso. No entanto, existe uma compensação: a população aumentou de 78 por cento entre 1940 e 1950, em sua enorme maioria pela chegada de elementos vindos do Pará e do Amazonas, e os que foram, para o Amapá, o fizeram cientes de que no Território não há lugar para que não esteja disposto a trabalhar pelo menos quase tanto quanto o governador. Não há desocupados, vadios, malandros, no Território. O mesmo espírito de luta e a mesma completa confiança no futuro anima os habitantes do Amapá. Todos estão firmemente convencidos de que a região será rica em futuro próximo, encaram com otimismo a tarefa a realizar e se mostram possuidores de um ‘espírito de pioneirismo’ que deve ter existido, em condições diferentes, mas que se equivalem com as devidas alterações, no tempo em que São Paulo também tinha uma década de vida. [...] Diante do que observamos, temos a impressão de que o Amapá, nos próximos anos, vai acelerar a verdadeira sucção de gente moça e disposta para o trabalho que já vem realizando na Amazônia. Terra nova, onde quase tudo está para ser construído, o território oferece oportunidade que o Amazonas e o Pará já não apresentam com a mesma abundância. Os moços governam o território, ocupam os postos-chaves, lutam e trabalham com um espírito de civismo que não exclui certa dose de sãia esportividade, e isso explica a previsão fácil: dentro de uma década o Amapá estará em condições muito diferentes das de hoje e começará a existir como fator econômico em nosso país (REIS, 1953 apud NUNES, 2012, p. 211-213).

O estabelecimento do Amapá como Território Federal em 1943 traz uma nova perspectiva para Macapá, principalmente a partir da implantação do ciclo de mineração do manganês, já que a capital tinha na Vila de Serra do Navio e na Vila de Santana seus principais polos de desenvolvimento. Na Serra do Navio acontecia o processo da extração do minério pela ICOMI e em Santana, a partir da criação do porto, o escoamento da produção. Os reflexos deste processo passam a ser sentidos no processo de urbanização da cidade, pois:

A partir da criação do TFA, houve o desenvolvimento da atividade da mineração, principalmente a extração do manganês em Serra do Navio, ex-distrito de Macapá; construção do Porto de Santana, de rodovias ligando Macapá a Santana, da EFA, do Aeroporto Internacional de Macapá; construção de hidrelétricas; criação de áreas protegidas perfazendo um total de quase 85% do território amapaense; criação de novos municípios, através de fragmentação territorial de Macapá, como Santana e Serra do Navio. Também vale destacar a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, em 1992, mais especificamente no ano de 1992, elemento que também culminou na urbanização concentrada nas duas principais cidades do estado (SANTOS, 2016, p. 147).

Neste sentido, estruturar a urbanização da cidade tornou-se necessário para poder receber o grande contingente populacional que afluía em direção ao Estado do Amapá, mas este traz em seu bojo um processo de ocupação desigual da cidade por parte da população migrante e pobre que passou a habitar o lugar, como consequência da implementação de um dos polos dos chamados grandes projetos da Amazônia. De acordo com Santos:

A ICOMI trouxe um novo conceito de logística de infraestrutura que serviu de referência para vários empreendimentos minerais pelo mundo, principalmente pela criação de um núcleo urbano destinado a abrigar a mão de obra utilizada na exploração

mineral nas jazidas de Serra do Navio, que na época ainda era distrito administrativo de Macapá. Parte dessa mão de obra ficou abrigada na Vila Amazonas, em Santana e em Serra do Navio, no então município de Macapá, sede do empreendimento maganésífero. Mas também, foi a partir dessa atividade que aumentou o número de ocupações espontâneas na cidade de Macapá, motivadas pelo crescimento do número de migrantes, semelhante ao que ocorreu no entorno dos grandes projetos instalados na Amazônia (SANTOS, 2016, p. 33).

Com base nos dados obtidos acima, em se tratando das questões populacionais, a cidade de Macapá veio aumentando de forma acelerada. No quadro 02 abaixo, pode-se perceber que a população cresceu, no período de 1940 a 2015, em termos percentuais, 60,58% em média por década – chegando a dobrar a sua população nos períodos de pico migratório, mesmo com a transformação de antigas vilas como Serra do Navio e Santana em municípios e tendo sua área drasticamente reduzida. Isto ocorreu, em grande monta, devido aos processos cíclicos de migração intensa que se dirigiram para o território em três importantes momentos históricos: a instalação da Indústria e Comércio de Minério S/A – ICOMI na década de 40 e o auge do janarismo; a implantação do Projeto Jarí, na década de 60 a 80, onde levas de trabalhadores oriundos principalmente do interior do Pará e do Nordeste usavam a cidade como um ponto de acesso à região do Jari e; a transformação do Território Federal do Amapá em Estado no ano de 1988 em conjunto com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS em 1991.

O quadro abaixo, elaborada pelo geógrafo Romário Santos (2016), evidencia o papel de centralidade de Macapá com relação ao restante do estado. Sendo assim, em um primeiro momento, a cidade deveria ter e apresentar uma infraestrutura básica que pudesse atender aos anseios da população que acorreu à cidade em virtude de um movimento migratório estimulado pelo ‘canto da sereia’ institucional, promovido principalmente pelo governo federal com o fim de ‘resolver’ o fluxo migratório dos nordestinos para o Centro-sul e, depois, pelo próprio governo estadual na década de 1990, com a implantação da ALCMS, que passou a vender a ideia de um estado em pleno desenvolvimento, mesmo com o esgotamento das reservas de manganês que eram a base econômica do Amapá.

QUADRO 02 – POPULAÇÃO AMAPAENSE 1940 – 2015

Municípios	ANO								
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010	2015
Amapá	6.374	8.794	7.900	10.377	9.508	8.075	7.121	8.069	8.622
Calçoene	-	-	2.344	2.834	2.834	2.834	5.177	6.730	10.163
Cutias	-	-	-	-	-	-	-	3.280	5.407
Ferreira Gomes	-	-	1.396	1.375	2.047	2.386	3.562	5.802	6.901
Itaubal	-	-	-	-	-	1.666	2.894	4.265	4.949
Laranjal do Jari	-	-	-	-	-	21.372	28.515	39.942	45.712
Macapá	16.234	20.594	39.723	76.915	127.554	169.579	283.308	398.204	456.171
Mazagão	8.139	5.105	7.565	10.497	20.436	8.911	11.986	17.032	19.571
Oiapoque	-	2.984	3.934	4.554	5.028	7.555	12.886	20.509	24.263
Pedra Branca do Amapari	-	-	-	-	-	-	4.009	10.772	13.988
Porto Grande	-	-	1.949	2.643	3.329	4.905	11.042	16.809	19.669
Pracuúba	-	-	-	-	-	-	2.286	3.793	4.531
Santana	-	-	-	-	-	51.451	80.439	101.262	112.218
Serra do Navio	-	-	3.709	5.164	4.521	3.627	3.293	4.380	4.938
Tartarugalzinho	-	-	-	-	-	4.693	7.121	12.563	15.212
Vitória do Jari	-	-	-	-	-	-	8.560	12.428	14.364
AMAPÁ	30.747	37.477	68.520	114.359	175.257	289.397	477.032	669.526	766.679

Fonte: IBGE (2015 apud SANTOS, 2016, p. 37).

Com base nos dados do quadro acima, percebe-se que a cidade de Macapá, mesmo com os processos de mudança de status de antigas vilas e distritos, bem como a criação de novos municípios, não apresentou mudanças na sua condição de polo de atração populacional para a população migrante. Se levarmos em conta somente os dados atuais, Macapá concentra 74,27% da população do estado, que se apresentam distribuídos em bairros que apresentam uma infraestrutura mínima, outros em processo de desenvolvimento e que são oriundos dos processos de ocupação, além de zonas ocupadas em vazios demográficos e nas áreas de ressaca.

Para tanto, os novos estudos sobre os processos de urbanização do eixo Macapá-Santana pensam-na como um Aglomerado Urbano, mais precisamente o Aglomerado Urbano de Macapá e Santana – AUMS, que confirma os dados da tabela acima, pois além da maior concentração populacional nesse eixo, os maiores investimentos são feitos nesta região e reforçam o seu papel de centro urbano.

Sobre esta situação, Santos (2016) afirma que:

Para se pensar o Centro Urbano de Macapá, como espaço dinâmico de onde partem e chegam fluxos como os provenientes de Santana são necessários primeiramente entender o que é o centro e/ou a área central de uma cidade. Deste modo, o centro das cidades, em geral, apresenta uma forte tendência à centralização na área central, concebida como foco principal da cidade e da sua região de influência. É na área central que se concentram as principais atividades da cidade, sejam elas ligadas ao comércio, a gestão do espaço urbano tanto de natureza pública quanto privada, aos

terminais de transportes, além disso, o centro destaca-se em relação à cidade, pelo processo de verticalização que experimenta (SANTOS, 2016, p. 72-73).

Os dados apontados no quadro 03 trabalham com a variação populacional presente na cidade de Macapá no período compreendido entre a década de 1940 (criação do Território Federal do Amapá - TFA) e 2015:

QUADRO 03 – VARIAÇÃO POPULACIONAL DE MACAPÁ (1940 – 2015)

ANO	POPULAÇÃO	CRESCIMENTO POPULACIONAL ABSOLUTO	PERCENTUAL DE CRESCIMENTO DO PERÍODO
1940	16.234	–	–
1950	20.594	4.360	26,85
1960	39.723	19.129	92,89
1970	76.915	36.492	91,87
1980	127.554	51.339	66,75
1991	169.579	42.025	32,95
2000	283.308	113.729	67,07
2010	398.204	114.896	40,55
2015	456.171	57.967	14,56

Fonte: IBGE (2015 apud SANTOS, 2016, p. 37).

Base de cálculo percentual baseada em elaboração própria.

Os dados presentes no quadro acima confirmam o crescimento da cidade de Macapá, principalmente no período compreendido entre 1950 e 2000. O auge do período de extração mineral do manganês (1950 – 1970) é percebido como o maior período de expansão populacional, pois entre 1950 e 1960 a população cresceu 92,89% e no período entre 1960 e 1970, a população cresceu 91,87%. Convém lembrar que a população cresceu desta forma em virtude dos processos de migração estimulada pelo governo federal e de estruturação do Amapá, reflexos do discurso civilizador que vinculava a ideia de um maior contingente populacional como estratégia para o desenvolvimento.

O segundo processo para o qual a tabela chama a atenção vem a ser o período 1991-2000, momento que se caracteriza pela consolidação do Amapá enquanto estado da Federação (1988-1991), a criação da ALCMS (1991-1992) e o encerramento das atividades da ICOMI no Amapá (1997). Se no ano de 1991 o percentual de crescimento ficou em 32,95%, no ano 2000 este índice foi para 67,07%. Conforme citado anteriormente, este período fez parte do último grande ciclo migratório para o Amapá e a ALCMS era vista como uma nova forma de promover o desenvolvimento do estado a partir da isenção fiscal e da absorção da mão de obra dos trabalhadores no setor terciário da economia, ou seja, na parte relativa ao comércio e serviços. Os dados presentes na tabela acima indicam que mesmo em um intervalo curto de tempo, como entre 2010 e 2015, existe um significativo percentual de crescimento, o que indica que a cidade

de Macapá deve promover políticas públicas que deem conta do crescimento populacional ainda intenso para o lugar.

A paisagem urbana atual de Macapá, se observada e comparada à paisagem de algumas décadas atrás⁶², apresenta inúmeras modificações após as suas fases de transformação. Os primeiros bairros de constituição urbana para além das cercanias da Fortaleza de São José surgiram na década de 50, como por exemplo, o bairro do Forte – atualmente o bairro Central – e a Área Comercial. Ainda nessa época houve a expansão da cidade nos sentidos sul e oeste. Desta forma, o bairro Central cresceu, dando origem a novos bairros como Santa Rita, Trem, Beírol e Laginho.

Na década de 60 houve a expansão da parte Noroeste da cidade, o que resultou no surgimento do bairro Jesus de Nazaré; ao norte o bairro do Pacoval e ao Sudeste o bairro do Buritizal. A população destes bairros era constituída, segundo Rodrigues (2002) por moradores “nativos” do lugar e por pessoas que vinham de outras cidades como a antiga capital, Amapá, cidades do interior do Território e ainda de algumas regiões do Pará.

Com a expansão populacional, novos bairros foram surgindo para absorver o contingente de migrantes em constante crescimento, uma vez que a cidade estava localizada às proximidades das áreas de exploração de manganês de Serra do Navio. Surgem, então, as primeiras áreas de ocupação como o bairro Nova Esperança, área ocupada pelo remanejamento da “baixada” do Perpétuo Socorro e “baixada” do Elesbão – localizada em Santana, bem como grande parte da Zona Norte da cidade às margens da rodovia BR-156, foram se aglomerando grupos de famílias de baixa renda, seguindo uma ocupação desestruturada. Assim sendo, foram abertas ruas e definidas quadras e lotes para habitação, surgindo assim o bairro São Lázaro.

Neste mesmo período – início da década de 1980 – e desta mesma forma surgiram os bairros Jardim Felicidade I e II e Novo Horizonte. A partir da segunda metade da década de 80, o crescimento demográfico da cidade atingiu a região da Lagoa dos Índios. Nesta época surgiram os bairros do Muca, Congós e a segunda parte do bairro do Buritizal. Na década de 90 surgiram na zona Sul da cidade os bairros Jardim Equatorial, Jardim Marco Zero e Zerão que passaram a absorver a massa de migrantes oriundos dos êxodos rural e urbano⁶³.

Santos (2016) aponta que esses processos ocorrem com maior intensidade

⁶² Algumas fotos referentes a esta “Macapá Antiga” encontram-se no terceiro capítulo deste trabalho, quando estamos falando da evolução do comércio local.

⁶³ Quando nos referimos aos bairros da Zona Sul da cidade de Macapá, apresentamos uma divisão gerada pela concentração de renda, uma vez que os bairros Jardim Equatorial e Jardim Marco Zero são conjuntos habitacionais destinados a uma parcela da população de classe média a classe média alta, em sua ampla maioria composta por funcionários públicos e nos bairros Universidade e Zerão está concentrada a população de baixa renda.

[...] no contexto de criação do estado do Amapá em 1988 e de transformações de ordem política e econômica atreladas a este fato, como por exemplo, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) e intensos fluxos migratórios, que alguns processos socioespaciais se intensificaram nas cidades de Macapá e Santana dentre eles: o de segregação socioespacial, (des)centralização e conurbação (SANTOS, 2016, p. 100).

Baseado na perspectiva conceitual de Villaça (2001), Santos assim apresenta os três conceitos:

Por segregação socioespacial entende-se a manifestação espacial das desigualdades sociais; já a conurbação significa fusão entre áreas urbanas via aspecto espacial, pois os núcleos urbanos vão se integrando e intensificando sua dinâmica urbana. A (des)centralização agrega três discussões simultaneamente distintas e complementares, são elas: a de centro, centralidade e descentralização (SANTOS, 2016, p. 100).

Sabe-se que, para viver, o ser humano tem necessidade de um criar os meios necessários para sua existência de uma forma favorável. Castells (1983), entende que o espaço urbano de uma cidade deve ser analisado de maneira diferenciada, pois ele é produto, meio e condição das relações sociais nele existentes e nesta perspectiva, entende-se o centro como um espaço que apresenta uma múltipla funcionalidade no qual os “[...] fluxos da cidade convergem, onde a densidade no plano urbanístico é bem mais intensa e acompanhada de uma baixa densidade demográfica e da existência de espaços verticalizados” (SANTOS, 2016, p. 100).

Os reflexos percebidos por Santos (2016) para Macapá surgem a partir da visualização do Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, com destaque para a região central da cidade, em especial os bairros do Centro, Laguiño, Trem, Santa Inês e Alvorada que apresentam os melhores índices de Macapá. Estas regiões – salvo o Bairro do Alvorada – são de uma parte de ocupação mais antiga e apresentam os principais equipamentos urbanos públicos que atendem a toda a população, possuem o metro quadrado mais valorizado, concentram os espaços verticalizados, os principais estabelecimentos de compra e venda de mercadorias e tem a Área Comercial circunscrita nesta região de IDH mais alto.

De acordo com a foto abaixo, os bairros com IDH mais baixo se concentram, principalmente nas áreas periféricas da cidade e apresentam como características a pouca presença de equipamentos públicos, uma rede comercial baseada na presença de estabelecimentos comerciais onde os donos são, em sua maioria, migrantes ou descendentes de migrantes do interior do Pará ou do Nordeste brasileiro, transporte deficitário ou insuficiente, infraestrutura urbana com problemas nas vias de acesso e a presença de áreas de ocupação tanto em terra firme quanto nas residências de palafita áreas de ressaca.

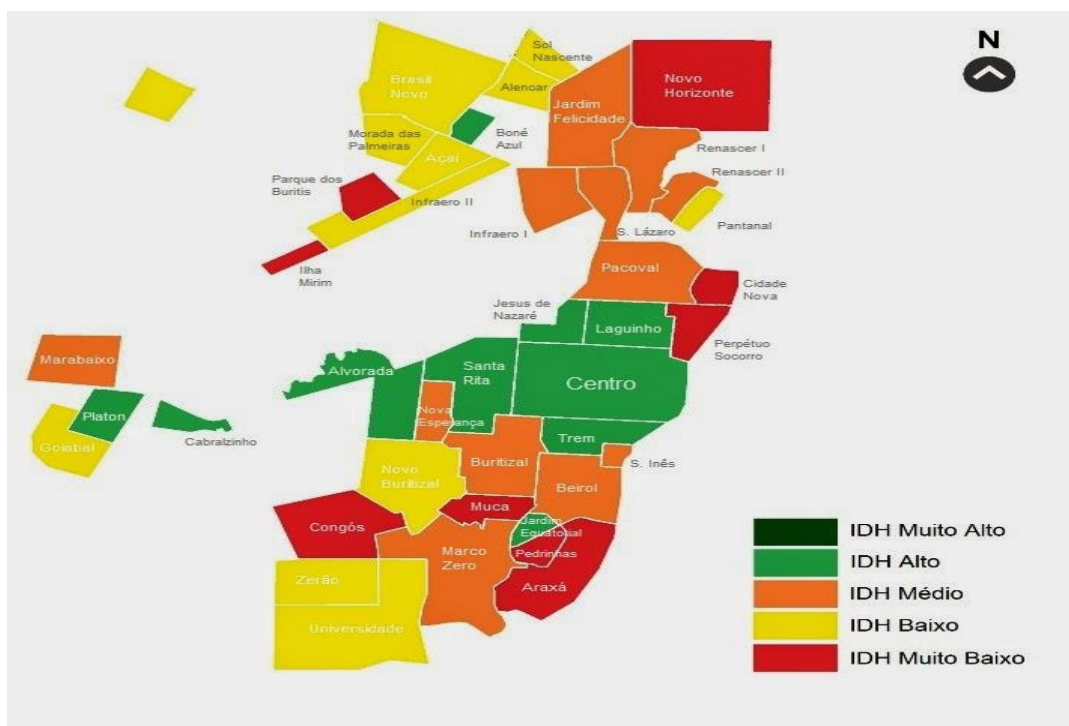


Foto 05: IDH dos bairros de Macapá – 2015.

Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?p=116344473>

Alguns desses bairros estão localizados na parte frontal do Rio Amazonas, casos do Perpétuo Socorro, Cidade Nova e Araxá, cuja população predominante consiste na forte presença de ribeirinhos das ilhas do interior do Pará e as atividades econômicas mais intensificadas nas atividades informais de compra e venda de mercadorias obtidas a partir da pesca e da venda de frutas e legumes produzidos no interior do estado e nas ilhas do Pará, em especial dos municípios de Afuá, Portel e Curalinho, conforme as fotos abaixo:



Foto 06: Barcos na Região do Igarapé das Mulheres - 2013

Fonte: <http://amazonianarede.com.br/ar3/wp-content/uploads/2013/06/16-06macapa.jpg>



Foto 07: Barcos na região do bairro Perpétuo Socorro – Macapá.

Fonte: Emerson Real da Silva/Divulgação http://s2.glbimg.com/dsoIc1O-XP7wj5NTv-F_R59cpZs=/620x465/s.glbimg.com/jo/g1/f/original/2015/11/30/1.jpg

Outro ponto que se pode inferir da leitura deste mapa está na ocupação da Zona Norte da cidade que, desde a década de 1980 concentra uma população composta em sua maioria por nordestinos oriundos de estados nordestinos como Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, além de populações oriundas do Arquipélago do Marajó⁶⁴. Estes bairros apresentam variações no seu IDH que vão desde o médio (São Lázaro, Infraero I, Renascer I e II e Jardim Felicidade) para o baixo (Pantanal, Sol Nascente, Alencar, Loteamento Açaí, Morada das Palmeiras e Brasil Novo) e o muito baixo (Novo Horizonte, Parque dos Buritis e Ilha Mirim). Neste sentido, a foto 05 acima aponta que a ocupação do solo urbano para fins habitacionais está ligada ao ritmo de crescimento da população e que a partir dos aspectos históricos é possível entender os fatores influentes e as formas de ocupação de Macapá.

O crescimento acelerado da população e da cidade é percebido na fala dos trabalhadores de Macapá, coletadas no decorrer da pesquisa de campo deste trabalho em suas fases iniciais (2007-2009), onde foi feita uma etnografia do comércio local⁶⁵. Neste período, durante entrevistas realizadas com camelôs e ambulantes do Centro Comercial foi percebido que, apesar de serem migrantes os entrevistados, eles apresentam falas de estabelecidos (ELIAS; SCOTSON, 2000), pois “[...] Macapá cresceu muito, veio muita gente de fora pra cá e aqui não tem lugar pra todo mundo, muita gente pra pouca terra” (S. C., Paraense de origem, 74 anos, ambulante, morador do Infraero II).

⁶⁴ De acordo com dados obtidos no Censo IBGE 2010, projeções para 2015 e nas informações de Santos (2016).

⁶⁵ Os dados relativos a esta etnografia estão diluídos nos capítulos seguintes deste trabalho.

Outras falas de entrevistados mostram como o discurso do estabelecido é construído de forma a apontar que são os novos migrantes os elementos responsáveis pelo crescimento desordenado da cidade e pelo caráter competitivo no mercado de trabalho. Para um dos interlocutores, o discurso de que haveria uma Zona Franca de Macapá e Santana foi um forte elemento atrativo para a população migrante, pois “[...] muita gente veio pra cá por causa da Zona Franca, veio atrás de emprego. Chega aqui não tem onde morar, faz barraco em qualquer lugar e pega o tipo de trabalho que pode pra sobreviver” (R. C., Paraense de origem, 58 anos, camelô da Rua Cora de Carvalho e morador do Brasil Novo).

Esta informação é corroborada pela fala de outro trabalhador, que chegou com a sua família no final da década de 1980 em busca de melhores oportunidades:

[...] meu mano, a cidade cresceu pra caramba desde quando que vim pra cá em 87 de mala, cuia, mulher e filhos. Antigamente, era difícil vir pra cá trabalhar porque tinha pouca linha de ônibus e esses bairros que foram aparecendo não tinham nada e quem fazia os serviços era o Governo do Estado e não a Prefeitura. Hoje em dia, depois de muita briga, o meu bairro, o Infraero II, tem quase tudo, mas é tão precário ainda que fica difícil dizer pro senhor o quanto melhorou. Pelo menos é bem melhor do que a cidade que vivia no Ceará no período que vivia antes de vir morar pra cá, porque lá só tinha seca e miséria. Miséria por miséria, prefiro viver aqui do que lá e a minha família se acostumou rápido com Macapá (M. S., Cearense de origem, 72 anos, camelô no Mercado Central de Macapá e morador do Infraero II).

A fala deste trabalhador encontra eco na descrição feita abaixo, que aponta a forma como a população pobre realiza a sua expansão:

[...] quando eu comecei a morar aqui em Macapá, fui morar na região do Perpétuo Socorro que depois virou o bairro Cidade Nova. O nosso bairro era pequeno no começo, mas não demorou muito, bastou 02 meses para aparecer um monte de barraquinha no meio do lago e agora o bairro ficou muito grande. Se o senhor for ver, o pessoal aqui do comércio na sua maioria é desses bairros que apareceram das invasões. (N. S., Maranhense de origem, 61 anos, ambulante).

Com base nas falas dos entrevistados, percebe-se que a migração se caracteriza como fator influente no que diz respeito ao desenvolvimento urbano desordenado que aflora na cidade de Macapá, levando grande parte dos bairros da capital a um inchaço populacional. De certa forma, este fato causa transtornos ao município, pois a maioria dos migrantes fixa residências em lugares totalmente desestruturados, fora dos padrões habitacionais, dificultando muitas vezes até mesmo o serviço de planejamento e organização da cidade.

Os principais fatores de crescimento populacional foram ocasionados, conforme dissemos anteriormente, em virtude das oportunidades de vida proporcionadas pelo discurso civilizador do Estado sobre o território como um espaço a ser ocupado de forma a garantir terra

e trabalho para todos, além de ter a possibilidade de gerar emprego e renda para os que aqui vivem. O denso fluxo migratório foi estimulado pela implantação de projetos para a região, mas que não proporcionavam de forma qualitativa uma vida melhor para os seus moradores.

A instalação da Indústria e Comércio de Minério S/A – ICOMI na década de 50, a implantação do Projeto Jarí na década de 60, a transformação do Território Federal do Amapá em estado e a criação da área de Livre de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS são exemplos de como o Estado veio tentando atrair um contingente cada vez maior de pessoas para a região sem promover essas condições, tendo como consequências sentidas o déficit no acesso de bens e serviços sociais, como: saúde, educação, emprego, segurança, transporte, habitação e assistência social, pois se acompanha diariamente nos telejornais da cidade reclamações por parte da população do município quanto as dificuldades vivenciadas em seu cotidiano.

Os dados construídos segundo pesquisa encomendada pela Diocese de Macapá no ano de 1995 e coordenada pelo geógrafo Ricardo Ângelo Lima corroboram esta informação. De acordo com a pesquisa, o perfil do migrante no município aponta que 74% dos moradores da periferia de Macapá são migrantes. Destes, 69% vieram no período compreendido entre 1990 a 1994 – período de consolidação da ALCMS. Ainda girando em torno desta população, 53% dos migrantes são provindos dos estados nordestinos e do interior do Estado do Pará e migraram para Macapá em busca de emprego e melhores condições de vida.

Durante pesquisa institucional realizada no período 2007-2009, a então Secretária de Estado de Trabalho e Cidadania, sr^a. Maria de Nazaré Farias informou que absorver o contingente populacional existente em Macapá, tem sido um desafio complexo, principalmente no polo de desenvolvimento econômico-social, uma vez que não havia neste município a expansão e criação de novos postos de trabalho que oportunizem emprego e renda suficiente para a mão-de-obra excedente da população migrante do estado.

Isso mostra de forma cristalina que o “sonho” da ALCMS em promover emprego e renda a população de outros municípios tornou-se nada mais do que uma simples ilusão, um discurso construído de desenvolvimento que atraiu pessoas para o território, mas não ofereceu as devidas condições para garantir qualidade de vida para estas pessoas, resultando numa ‘bolha populacional’ difícil de absorver, pois o Estado não encontra alternativas para o seu crescimento econômico e ainda continua recebendo um fluxo constante de migrantes vindos em direção à Macapá.

Pode-se analisar melhor o crescimento migratório de Macapá, a partir da seguinte consideração:

Em apenas dois anos a população de Macapá cresceu cerca de 83%. Saltou de 191 mil para 350 mil habitantes, segundo o IBGE. A migração é a grande vilã do crescimento desenfreado. Paraenses, maranhenses, piauienses chegam á cidade atraídos pela ALCMS. [...] Proliferam as invasões por toda a cidade sem um pingo de infraestrutura. O pior, as áreas invadidas são principalmente as perigosas áreas de ressaca, próximas ao litoral que sofrem erosão provocada pelo rio (ABELÉM, 2006, p. 15).

Neste sentido, observa-se que a cidade de Macapá apresenta uma situação considerável de atração e exclusão já que sob a ótica do migrante percebe-se a atração quanto à perspectiva de emprego e/ou ocupação, o que na realidade não existe de fato, pois a geração de emprego e renda não é suficiente para suprir a demanda das famílias chegadas de outros lugares com pretensão de melhores condições sociais. Ainda que seria imaturo avaliar a questão migratória apenas pelo seu aspecto economicista, pois faz-se necessário avaliar outros condicionantes como: social, político, cultural e geográfico.

O projeto civilizador desenvolvimentista engendrado pelo Estado coloca que o processo de ocupação do Amapá – e, por conseguinte, de sua capital – a partir de 1943 surge de uma estratégia elaborada a partir de um discurso voltado para o setor econômico que procurou garantir a ocupação das regiões fronteiriças e que ao mesmo tempo criasse criando condições favoráveis no sentido de melhores padrões sociais de vida e bem-estar econômico das populações da região e da riqueza do país. A ICOMI foi a principal medida adotada para levantar a potencialidade mineral da região e garantir o desenvolvimento do local como fonte de geração de emprego e renda.

Neste sentido, resta uma conclusão: esta situação supracitada é exatamente o que aconteceu no Amapá enquanto estado e na sua capital enquanto cidade. A principal medida tomada para sua ocupação a partir de 1943 obteve êxito, mas não teve como perdurar por muito tempo, pois houve o esgotamento do modelo explorador do minério de manganês em 1997 e outra medida foi criada com o fim de amenizar a situação desfavorável que a economia do estado sofreu com o término da exploração desta *commodity*. Então, veio à criação da ALCMS, que segundo Moulin (2000 apud ANDRADE, 2004) foi responsável pelo alto índice de crescimento demográfico devido ao processo de migração intenso que envolve seu ciclo econômico.

A cidade de Macapá apresenta muitos problemas com relação às condições de vida que proporciona aos seus habitantes, mas seus *policy makers* têm que pensar em formas de promover o melhoramento das condições da cidade para os seus moradores, bem como minimizar os efeitos da segregação urbana que já se fazem presentes na dinâmica da urbe e buscar formas de proporcionar aos seus habitantes o direito à cidade.

Neste processo mais intenso de crescimento populacional ainda em andamento, os processos de segregação e exclusão urbana ainda serão mais frequentes e, mesmo com a construção de conjuntos habitacionais ligados ao Programa Habitacional Minha Casa, Minha Vida – PHMCMV para absorver os moradores de áreas problemáticas da cidade, em especial as ocupações das áreas de ressaca, tais estratégias ainda são insuficientes para amenizar os problemas mais graves de Macapá, uma vez que o principal problema da cidade ainda é o econômico, pois a cidade não apresenta uma vocação produtiva efetiva, o campo formal do comércio está completamente saturado, principalmente com a saída de grandes redes do comércio varejista da cidade e a saída vista pelos trabalhadores da cidade tem sido cada vez mais a ocupação de postos que tem por base a terceirização ou a informalidade na área comercial, onde passam a atuar como camelôs ou ambulantes como forma de garantir a sua sobrevivência.

4 OS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ: *RÉSULTATS D'UNE FLÂNERIE CONSTANT*

4.1 HISTÓRICO DA CRIAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO INFORMAL NA CIDADE DE MACAPÁ

Pretendemos, nesta parte do texto realizar, dentro dos limites deste trabalho de pesquisa, uma análise sobre os processos históricos que viabilizaram as principais mudanças na cidade de Macapá. No entanto, é oportuno esclarecer as dificuldades para se encontrar fontes bibliográficas sobre a evolução da cidade, em virtude da juventude de seu estado, mas, sabe-se que, dada à importância da realização de estudos voltados para essa finalidade, muitos pesquisadores e acadêmicos da área das Ciências Sociais e da História têm se mobilizado cada vez mais na busca de reconstruir, aos poucos, o passado, tornando o presente cada vez mais significativo.

Neste sentido, partimos para um procedimento de investigação na busca desta Macapá antiga – principalmente no período de formação do território – baseado na pesquisa nas obras bibliográficas existentes até o momento⁶⁶, nos recortes de jornais antigos, além de recorrer à informação oral de antigos moradores da cidade que nos forneceram indicações sobre o passado da cidade de Macapá e, principalmente, sobre as formas de estabelecimento do comércio local e de seu respectivo crescimento.

Para que possamos melhor compreender a história da formação da cidade de Macapá, convém, inicialmente, mostrar a maneira peculiar de crescimento e desenvolvimento histórico da Região Amazônica e o modo que as cidades surgem nesse cenário. Neste sentido, a obra de Jadson Porto (2003) fornece alguns dados, pois ele destaca inicialmente, como causa principal da preocupação em povoar essa região, a necessidade de defesa da fronteira setentrional de modo a resguardar-lhe as potencialidades naturais, facilitando a exploração das riquezas por parte dos colonizadores. A confirmação dessas preocupações pode ser notada através das mobilizações em torno das assinaturas de acordos diplomáticos, bem como pelas construções de fortificações e, mais tarde com a criação dos Territórios Federais e instalação de grandes projetos. Estas informações nos remetem ao caráter sempre citado pelos vários pesquisadores

⁶⁶ Convém lembrar que muitos dos filhos do Amapá que estão concluindo sua formação em outros centros nas modalidades de Mestrado e Doutorado nas áreas de Antropologia, Sociologia, História e Geografia, principalmente, vêm contribuindo para uma visibilidade maior do estado no cenário nacional.

sobre a realidade amazônica das chamadas regiões geoestratégicas, onde o eixo Macapá-Santana está inserido.

Ainda segundo as afirmações de Porto (2003), todas essas ações políticas vieram a materializar a soberania brasileira em uma região de ampla disputa internacional, onde o Amapá e, nos dias de hoje, a sua capital Macapá figuram como pontos estratégicos da ocupação do espaço amazônico. Ele assim se refere a essas questões: “[...] no âmbito político, povoados foram elevados à categoria de vilas e cidades por determinação régia e à de sede administrativa de uma unidade federativa, dentre as quais se destacou uma das aglomerações humanas desta região: Macapá” (PORTO, 2003, p. 21)⁶⁷.

No que se refere a esta região, um relatório das atividades do Território Federal do Amapá, datado de 1944, o então Governador Janary Gentil Nunes presta contas de suas atividades junto ao Governo Federal, relata a precariedade da qualidade de vida tanto da população já residente em Macapá quanto dos ribeirinhos, dando ênfase a falta de atendimento à saúde, a educação e ao saneamento. Com relação ao sistema de transporte na região, manifesta a situação de exploração que as populações ribeirinhas eram submetidas. O relatório assim expõe: “[...] alguns comerciantes dispõem de pequenas embarcações entre 10 e 30 toneladas, em número reduzido. Este fato cria regime absurdo na cobrança de fretes: 5 a 10% sobre o valor da fatura de gêneros embarcados” (RODRIGUES, 2002, p. 35). Mais adiante o relatório enfatiza que essa carência de transporte elevava o custo de vida e o preço das mercadorias que chegavam às populações mais isoladas. A localização privilegiada de Macapá em relação ao Rio Amazonas tornou-se crucial para a ocupação portuguesa, uma vez que, ao lado de Belém, passava-se a garantir a defesa das duas entradas daquele Rio. Portanto, o interesse nessa região foi perfeitamente justificável, pois girava em torno da defesa nacional e da proteção fronteiriça.

Somente muitos anos mais tarde, com a exploração mineral intensificada pela exportação dos produtos extraídos para outras partes do mundo, os ares de modernidade chegaram àquela região com a criação de uma infraestrutura local que permitisse dar um verniz de desenvolvimento através da construção de estrada de ferro na região ligando a cidade de Santana com a região produtora de manganês da Serra do Navio, a criação de um porto na cidade de Santana⁶⁸, rodovias como a AP – 070 e a BR – 156, bem como a instalação de uma

⁶⁷ A elevação da Vila de Macapá à categoria de cidade se deu pela Lei Provincial nº 281 de 06/09/1856.

⁶⁸ Segundo Porto, o porto de Santana apresenta uma viabilidade maior para o escoamento da produção mineral para os países da América do Norte e da Europa em virtude de sua área estar mais próxima da saída para o Oceano Atlântico do que, por exemplo, a região de Belém.

usina hidrelétrica na região de Pedra Branca do Amapari, com forte participação do Estado brasileiro via incentivos fiscais e financiamento externo.

As fotos 08 e 09 abaixo mostram como a sede da cidade de Macapá recebeu a grande carga de benefícios oriundos deste processo, através do asfaltamento das principais vias da cidade e da chegada das turbinas da Usina Hidrelétrica Costa e Silva, localizada no município de Ferreira Gomes, registradas com festa e, ao mesmo tempo, como uma forma de apontar o início do processo de desenvolvimento do lugar.



Foto 08: Primeira camada asfáltica na Rua Cândido Mendes no ano de 1960.
Fonte: Casa da Cultura.



Foto 09: Desfile das turbinas na Rua Cândido Mendes com Av. Mendonça Júnior.
Fonte: Casa da Cultura.

As cenas acima refletem como a história econômica da região amazônica fornece subsídios para se entender como o comércio nessa região assumiu características particulares enquanto forma de acumulação capitalista devido ao processo histórico regional. Filocreão (2002) faz uma análise desse processo, ao considerar as manifestações específicas nas formas e métodos de produção em relação à apropriação da riqueza social, formas estas que se diversificaram de acordo com a localização regional e suas especificidades.

Ele afirma que o desenvolvimento da região amazônica se caracteriza pela existência de ciclos econômicos de extrativismo em torno dos quais foram se criando outras estruturas de produção e serviços, bem como um mercado consumidor que propiciou o desenvolvimento do comércio e se colocou como um forte eixo de atração populacional, pois dava a ideia de uma região em franco crescimento que passa a atrair grandes contingentes populacionais de regiões mais pobres do Nordeste e da própria Amazônia, onde estes deslocamentos se dão para os polos de desenvolvimento econômico ligados ao extrativismo vegetal e mineral, bem como as regiões industriais e as capitais dos estados que compõem a Amazônia.

Ainda segundo o autor, essas primeiras formas de apropriação e produção se deram a partir de uma forma específica de financiamento perpetrada pelos proprietários dos meios de consumo da região manifestada no sistema de aviação⁶⁹. Foi graças a esse sistema que o comércio pôde sobreviver na Amazônia, mesmo diante da escassez de moeda nas áreas mais distantes e isoladas da floresta e do interior, o que facilitava a exploração do trabalho excedente e elevava os preços dos produtos industrializados que eram originários de outros centros.

Nesse contexto, destaca-se pela peculiaridade, uma forma de comércio que cujo desenvolvimento possibilitou o processo de trocas de forma abundante no Amapá: o regatão. Tratava-se de uma espécie de um vendedor ambulante que realizava a venda de todo tipo de produtos de primeiras necessidades aos caboclos nas mais longínquas localidades, a bordo de uma embarcação que percorria o interior que vivia da “[...] venda do ‘excedente de produção’ de subsistência pela população aos ‘regatões’ (embarcações de comerciantes que vendiam produtos industrializados e compravam produtos extrativos, percorrendo os rios amazônicos)” (LOUREIRO, 2012, p. 49). Pinto (1977, p. 262) atribui a existência do regatão a três importantes fatores: “[...] 1) a índole contratual ou comercista do português que o inaugurou;

⁶⁹ Tipo de relação que ocorre entre comerciante que fornece antecipadamente mercadorias necessárias à subsistência dos seringueiros, castanheiros e populações ribeirinhas, em troca da produção. Esse tipo de intermediação foi amplamente utilizado durante o ciclo da borracha, interligando casas importadoras e exportadoras com os trabalhadores extrativistas. Em menor escala, esse sistema perdurou por muito tempo.

2) a inexistência de meios de transporte que cubram a extensa área navegável; 3) em consequência, por desempenhar o papel de estradas aquáticas”.

Loureiro (2001) mostra como era feito o processo de vendas a partir do regatão:

O transporte de mercadorias para o interior era feito, essencialmente, pelos rios que serviam de estradas; barcos de todos os tamanhos levavam pessoas e transportavam mercadorias; mas, no comércio destacavam-se os regatões. Muitos regatões exibiam seus produtos, pendurando-os nas laterais abertas dos barcos, como se elas fossem verdadeiras vitrines de lojas. Vendiam redes, mosquiteiros, medicamentos, querosene para acender lamparinas e candeieiros, armas e munições, sal, tecidos, artigos de cozinhas (panelas, etc) e inúmeros outros produtos necessários à vida cotidiana (LOUREIRO, 2001, p. 49).

A esse respeito Oliveira⁷⁰, citada por Filocreão (2002), esclarece que o regatão era

[...] inicialmente caboclo ou português, que em troca de quinilharias, instrumentos diversos, roupas e gêneros alimentícios recebia o produto do trabalho indígena ou caboclo. **Como ele visasse ao máximo de lucros, regateava o preço da mercadoria comprada**, procurando desvalorizá-la ao mesmo tempo que enaltecia a excelência e a utilidade ou beleza do que vendia. Por causa disso ficou conhecido como regatão (FILOCREÃO, 2002, p. 50 – grifos meus).

Em um texto de 1974, o jornalista e sociólogo Lúcio Flávio Pinto (1977) descreveu como era o regatão e sua função. Para ele, o regatão era:

Uma embarcação de madeira de pequeno calado, da metade até a popa coberta com um toldo de palha ou de madeira forrada com encerado por fora. Por dentro, em toda a extensão das paredes, prateleiras repletas de mercadorias: peças de chita vermelha, caixas de botões, agulhas e alfinetes espetados em papel, carretéis de linha, anzóis, pentes, jóias de latão, óleos, lencinhos brancos bordados, lampiões a querosene, navalhas de barba, terçados, oleogravuras de santos, cartas de jogar, figas, cheiro para cabelo, brilhantina, colares de contas, chumbo grosso, pratos de folha de alumínio, tabaco migado, cachaça, carne de conserva, carne seca salgada em mantas. No estrado da embarcação, arroz, açúcar, sal e farinha. Desde 1668 esse barco percorre os rios perdidos do interior amazônico absorvendo as ansiedades de consumo de uma população abandonada e ligando-a a Belém e Manaus através de uma das criações mais típicas da região: o ‘regatão’, comerciante das beiras de rios, paranás, ‘furos’, ou onde mais houver alguém disposto a trocas. [...] Transposto para a Amazônia, o ‘regatão’ foi durante o século XVII um vendedor ambulante até se tornar um mascate fluvial, a princípio apenas o português, depois sírios, armênios, marroquinos e turcos, até chegar ao habitante da própria região. Hoje, com os dias contados, apenas os brasileiros fazem o comércio do ‘regatão’ (PINTO, 1977, p. 261).

Loureiro (2004) o descreve como

⁷⁰ OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATTI, Enéas et al. **Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, Brasiliense, 1983, p. 235.

O regatão é um tipo de barco conhecido como vendedor ambulante, o mascate dos rios amazônicos; era (e é) uma embarcação de laterais abertas como ‘vitrines’ ou janelas que realizava vendas pelos rios afora em toda a região, abastecendo as cidades, vilas, povoados e também os pequenos comércios de beiras de rios, com artigos os mais diversos – tecidos, redes, mosquiteiros, remédios, armas e munição, ferragens, lampiões, peças de vestuário e de cozinha etc. Além de vender, o regatão aceitava encomendas de fregueses, às quais atenderia em viagens futuras. No retorno, transportava para os polos – Belém e Manaus em especial – os produtos vindos do interior. O esquema se reproduzia em menor escala, com as cidades menores como Santarém, Macapá, Porto Velho, Boa Vista e Rio Branco. [...] Os regatões não apenas vendiam para seringalistas e seringueiros, madeireiros, caçadores, pescadores, fazendeiros etc. Eles também atendiam às casas comerciais localizadas em pontos estratégicos dos rios e a outros comerciantes viajeiros de menor porte, que se utilizavam de barcos menores – como a canoa e o batelão (embarcação movida a remo e/ou empurrada para trás com uma vara, coberta com toldo de palha, lona ou madeira). Alguns regatões ficavam aportados, como armazéns, nas bocas dos rios, cheios de mercadorias. Enquanto isso, canoas menores que viajavam atracadas atrás dele, se enfiavam pelos rios, furos e igarapés vendendo as mercadorias e comprando produtos do extrativismo vegetal (LOUREIRO, 2004, p. 31).

O regatão era a forma de integração econômica mais viável para os rincões amazônicos até meados da década de 1940 nas principais metrópoles da Amazônia, mas ainda é comum nas grandes distâncias da região. Pinto (1977) aponta que

Em princípios do século passado, havia mais de 100 embarcações praticando o regatão na Amazônia e, segundo a visão do Cônego André Fernandes de Souza, ‘varrendo das vilas e lugares todos os índios, cujos braços se deviam coadjuvar os Nacionais sem que as autoridades possam obstar por não haver Lei...’. Trocando peles, drogas, especiarias ou borracha por alimentos, quinquilharias e ferramentas que tinham o seu valor multiplicado por uma balança viciada, uma conversa insinuante ou abundantes doses de cachaça servidas a índios e caboclos no convés da embarcação, os regatões eram mal vistos pelo que se pode chamar de sistema, porém por outros motivos (PINTO, 1977, p. 262).

Sobre os pontos mais procurados, os principais adversários do processo e as razões para a oposição ao sistema, Pinto (1977) aponta que

[...] eram as feitorias da salga do pirarucu, da camagem do peixe-boi, os tabuleiros de viração das tartarugas, cacauais, seringais, malocas de índios aculturados, pequenos agregados humanos dentro dos lagos. Os mais ferozes inimigos do regatão ‘eram e continuam sendo os seringalistas e os pequenos comerciantes de beira-rio, visto como, aceitando borracha, castanha e outros produtos, leva os seringueiros ao desvio das pelas de borracha, etc., desviando o lucro certo do patrão’ (PINTO, 1977, p. 262-263).

É interessante destacar o papel desse modo de comercialização, pois apesar do seu caráter altamente espoliador, supervalorizando o preço das mercadorias e subvalorizando o produto extraído ou produzido pelo trabalhador, o regatão funcionou como único elo de comunicação entre os centros mais povoados da região e as comunidades que ficavam durante meses sem notícias. Com isso, as viagens do regatão duravam longos períodos, porque na ida

ele distribuía as mercadorias, colhendo e dando notícias, para somente no retorno receber os produtos como pagamento. A ampliação desse sistema, ao que parece, contribuiu para o surgimento de grande número de casas de fornecimento de mercadorias⁷¹ para os regatões, situadas nos centros mais povoados.

De acordo com Pinto (1977):

Além do evidente problema econômico criado com a competição entre os dois tipos de comércio (o que seria solucionado à medida em que o comerciante regular das cidades financiava e controlava cada vez mais os regatões), havia uma conotação política nessas preocupações. O regatão, com seu comércio ilegal, oferecia uma possibilidade (ao menos de fuga) ao índio e ao caboclo. Do ponto de vista do Governo, isso representava uma brecha no rígido e severo controle policial. Com as cachaças fornecidas pelos regatões, surgiam as festas e, delas e através das armas que também eram vendidas, revoltas. Era natural que o Governo procurasse evitar esses canais (PINTO, 1977, p. 262).

Mesmo com toda a oposição do empresariado local com a prática comercial dos regatões, não se pode negar que eles muito contribuíram para uma forma de integração econômica e social da região, pois

Apesar de toda a perseguição e do ódio que provocava, o regatão teve uma presença marcante e crescente, talvez porque, atingindo locais inacessíveis à empresa comercial, estável e oficial, acabava fazendo chegar até elas os produtos, normalmente inexploráveis, por um preço altamente compensador: afinal, o regatão era apenas um intermediário que aduária as mercadorias para a troca na casa de aviamento em Belém e Manaus, pelas quais era financiado. [...] O comércio ilegal quase tornou-se indissociável do comércio legal e começou a enriquecer pessoas e – naturalmente – fazer amigos. Alexandre de Brito Amorim, que chegou a ser comendador, deputado provincial e nome de rua (em 1887), enriqueceu no comércio, provavelmente ligado ao regatão, tornando-se em seguida concessionário de uma poderosa linha de navegação. [...] Quando a exploração de borracha começou, o regatão foi o intermediário até que surgisse a empresa estável. A partir daí entrou em decadência e hoje, quando o principal meio de transporte transferiu-se dos rios para as estradas, é apenas um marco e uma lembrança acusadora alertando para a repetição do fenômeno, sob outras formas (PINTO, 1977, p. 263).

Essa modalidade de economia, baseada no lucro obtido às custas do atraso no desenvolvimento regional e das necessidades das populações residentes nas áreas ribeirinhas fez de Macapá, a exemplo do que ocorreu em outros centros como Belém e Manaus, um local privilegiado para atrair comerciantes que passam a abrir casas de comércio a fim de fornecer mercadorias para o sistema de aviamento presente no interior. Nessas casas comerciais, também conhecidas como “Casas de Secos e Molhados” vendia-se de tudo um pouco e, além de abastecer os regatões, essas casas de comércio abasteciam também as cidades, onde o preço das

⁷¹ Chamadas de ‘casas aviadoras’.

mercadorias era mais em conta. É o que afirma a M. M, 74 anos⁷², uma de nossas entrevistadas, que chegou à Macapá em 1948 “[...] eles vendiam de tudo, desde tabaco de corda, cal, água raz⁷³, verniz. Tudo era medido”. Ela acrescenta que, da década de 1950 para os dias atuais, muita coisa mudou no comércio local, a começar pela especialização na venda de determinados produtos, pois, segundo ela “[...] antigamente era misto. Era tudo misturado. Vendia peixe, farinha, vendia carne. Não tinha supermercado, nada disso, era tudo junto”.

Outro de nossos entrevistados, J. R., 76 anos⁷⁴, natural de Cametá/Pa, trabalhou no estabelecimento do comércio macapaense, auxiliando na construção dos pontos comerciais⁷⁵, mais especificamente para a família Houat, de origem libanesa⁷⁶, na década de 1960. Ao narrar a sua trajetória, ele explica que inicialmente era grande a comercialização de madeira e palha devido a estrutura das casas. Contudo, o telhado das lojas era, na sua maioria, coberto com telha de barro. Segundo o relato de nosso informante, a área comercial estava localizada na região de um igarapé, onde os barcos entravam e desembarcavam a mercadoria⁷⁷.

Ele compara o comércio macapaense da década de 1960 com o comércio existente em algumas cidades antigas, em forma de vila, no interior do Pará:

Chega no interior, desse do Pará, onde tem as cidades mais antigas, que tem aquelas vilas, tem aquele comércio, um no lado do outro. Assim era a Cândido Mendes. Era um no lado do outro. A passagem de um comércio pra outro [...] Comprava aqui um pano, do lado ia comprar um num sei quê [...].

Como exemplo do início deste processo, a foto 05 abaixo aponta uma das primeiras lojas construídas em alvenaria na cidade de Macapá, neste caso a Loja Beirute N’América, de

⁷² Entrevista realizada em 2008. De acordo com informações da família – com quem mantive contato permanente durante a segunda parte da pesquisa – esta informante faleceu em 2012, aos 78 anos.

⁷³ A água raz é uma espécie de solvente para tinta.

⁷⁴ Aposentado, ainda reside aos 87 anos – no momento da segunda fase da pesquisa (2016-2020) – no bairro Perpétuo Socorro, zona de contato com as comunidades ribeirinhas ao chegar na cidade de Macapá. Nosso informante trabalhou durante a juventude no comércio local (das décadas de 1960 a 1980) e montou um estabelecimento comercial no bairro onde reside para viver por conta própria desde então. O comércio cresceu e, ao se aposentar de vez das suas atividades, foi passado para o filho mais velho e deste para o seu neto, ou seja, está na terceira geração da família neste estabelecimento, considerado importante na região do Igarapé das Mulheres, zona portuária de pequeno porte que recebe embarcações vindas do interior do Pará e do Amapá.

⁷⁵ Segundo o informante, a construção das lojas em alvenaria iniciou no ano de 1962, a partir da melhoria da estrutura dos estabelecimentos da família Houat, principal família do comércio macapaense nos seus primórdios.

⁷⁶ Os irmãos libaneses, Maria, Abdallah e Stephan Houat chegaram na cidade na década de 40 e construíram as primeiras lojas no centro comercial, vendendo todo tipo de mercadoria, constituindo as primeiras casas de secos e molhados da cidade.

⁷⁷ Nos dias de hoje, a área da região comercial foi aterrada e o escoamento do sistema de esgoto para os rios desemboca nos canais a céu aberto estabelecidos na Rua Mendonça Júnior, onde no seu contorno foram se estabelecendo vários estabelecimentos comerciais de caráter informal, com destaque para a presença de pequenos restaurantes que atendem os funcionários das lojas do Centro Comercial.

propriedade dos irmãos Houat, inaugurada em uma estrutura de madeira em 1949 e reformada em 1962, conforme mostra a foto.



Foto 10: Loja Beirute N'América⁷⁸.
Fonte: Casa da Cultura

Em relação a esta Macapá antiga e bucólica, uma visão saudosista emerge dos 'pioneiros', refletida na seguinte fala “[...] nossa querida Macapá resumia-se portanto, em várias casas ao redor da Igreja São José, sem hospital e sem escola. Estava o destino de um povo que somos nós, nas mãos daqueles valorosos brasileiros” (PINHEIRO, 2001)⁷⁹. Mais uma vez ressalta-se o discurso do processo civilizador varguista-janarista como uma forma de dar à cidade uma ‘mística’ de desbravamento, ocupação e ampliação do espaço urbano de Macapá partindo do pressuposto da ‘terra vazia’, quando na verdade era uma cidade pequena da Amazônia à época que ganha corpo e se coloca nos dias atuais como uma cidade de porte médio no que diz respeito ao seu nível de desenvolvimento econômico e social.

Gilberto Pinheiro (2001) aponta que o processo de urbanização e desenvolvimento da cidade de Macapá resultou em instalações mínimas de uma estrutura administrativa em virtude da criação do Território Federal e da transferência da capital para a cidade, no qual a cidade vivenciou na década de 1940, ares de desenvolvimento com a construção e inauguração do Grupo Escolar de Macapá⁸⁰, da residência do Governador e do Hotel Macapá⁸¹. Nesse período

⁷⁸ Loja Beirute N'América, em 1949, de propriedade dos irmãos Abdallah e Stephan Houat, localizada na Rua Cândido Mendes esquina com a Avenida Coaracy Nunes. Atualmente, funciona uma loja de roupas no local, em um prédio de três andares, mas que não pertence mais à família Houat.

⁷⁹ Texto publicado no Jornal O Liberal Amapá em 23/11/01.

⁸⁰ Hoje Escola Estadual Barão do Rio Branco, a primeira escola de Macapá.

⁸¹ O hotel passou por reformas na década de 80 com o nome de Novotel Macapá, recentemente recebeu a denominação de Macapá Hotel, está localizado em frente à antiga Praça Zagury, atual Praça Jacy Barata.

também foram construídas cerca de trinta e cinco casas residenciais em madeira, onde hoje se encontram as Avenidas Mendonça Furtado e Presidente Vargas. Com a criação da Olaria, passou-se a produzir tijolos para as construções locais, quebrando a dependência desse produto em relação ao vizinho estado do Pará. Sobre essa época, C. M. lembra que todo o movimento e a vida pulsante da cidade se concentrava no seu então pequeno centro comercial, localizado nas cercanias da Fortaleza de São José de Macapá:

Aqui era tudo ponte, tinha casa de mulher solteira. O Bar Cabôco⁸² era ali perto. Tinha um caminhozinho. Ajudei a carregar tijolo para a construção da Igreja Nossa Senhora da Conceição e a Sede do Trem. A gente chegava do trabalho à noite e ia para lá. Tinha a olaria e as casas começaram a ser feitas de tijolo, deixando de ser de madeira. O negócio era que as casas começaram a ser feitas pelas famílias que tinham dinheiro e tudo aparecia no comércio (C. M., 82 anos. Morador do bairro Perpétuo Socorro. Pesquisa de Campo, 2009).

Neste sentido, verificamos que nesse período as relações sociais estavam alicerçadas num espírito de união existente entre os habitantes, pautados pela sua proximidade. Sobre esse assunto, Anthony Giddens (1991) considera que as relações de confiança e risco entre os indivíduos vão se modificando com o decorrer do tempo. Ele observa que a confiabilidade se estabelece “[...] entre os indivíduos que se conhecem bem e que, baseados num relacionamento de longo prazo, substanciaram as credenciais que tornam cada um fidedigno aos olhos do outro”. Portanto, a intimidade está presente no rosto do interlocutor, pois o olhar traduz as intenções. Segundo o autor, a sociedade moderna remodelou as formas de relações sociais, nas quais, as pessoas desconfiam umas das outras remetendo a uma “estranheza”. Os homens já não se olham nos olhos. Ocorre, sim, uma suspeita mútua.

Dessa forma, até meados dos anos 80, Macapá, por ser uma pequena cidade, absorvia os costumes fraternais entre os atores sociais que a constituíam. No relato de antigos moradores é lembrado o tempo de um lugar que vivia em forma de comunidade, cujos laços sociais baseavam-se na amizade e solidariedade, mesmo em momentos adversos como foi o caso dos incêndios que acometeram o comércio central nas décadas de 60 e 70⁸³. A. S., 70 anos⁸⁴, proprietária de loja localizada na Rua Cândido Mendes, relata a união que havia entre os comerciantes antigamente:

⁸² O Bar Caboclo foi um dos primeiros bordéis de Macapá, estava localizado no centro comercial.

⁸³ Esses incêndios trouxeram sérios prejuízos ao comércio local, os relatos dão conta de que a variedade de produtos comercializados e as precárias condições de armazenamento contribuíram para provocar os incêndios, além disso, não havia corpo de bombeiros equipados para combater incêndios de grandes proporções.

⁸⁴ Falecida em 2015, aos 77 anos.

Os comerciantes eram muito amigos uns dos outros, procuravam um ao outro para conversar, trocar ideias, quando fechava o comércio eles se reuniam e ficavam conversando [...] Era tanto que o seu Lavoura quando foi o incêndio saiu sem nada e meu marido ajudou ele [...] Seu Stephan ajudava muito os amigos. Quem estava melhor sempre ajudava⁸⁵.

Nas décadas seguintes, a cidade começou a experimentar um crescimento populacional e um processo de urbanização acelerados que foram deixando para trás aquelas características de cidade comunitária para dar lugar a uma sociedade que, na medida em que cresce torna mais complexas suas relações sociais e espaciais. De fato, ao analisar antigos jornais verifica-se que em termos de violência e criminalidade até a década de 90 existia uma baixa incidência, as ocorrências eram restritas a pequenos furtos e brigas nas tertúlias⁸⁶. A partir dessa década foram registrados com maior intensidade acidentes de trânsito, tráfico de drogas e um maior índice de violência doméstica e crimes tanto com arma branca quanto com armas de fogo, além da elevação no número de suicídios⁸⁷.

O desenvolvimento experimentado, principalmente, a partir da década de 1980, conferiu ao Amapá uma visibilidade maior no cenário internacional, dando ao estado um *status* de proximidade com os demais países do mundo e uma apartação do restante da Federação, pois grande parte das empresas extrativistas presentes no espaço amapaense eram de origem internacional e, além disso, existia o isolamento territorial que afastava o território do restante do país, uma vez que a comunicação com o restante da nação se dava apenas por via fluvial e, nos dias de hoje, por via aérea também.

Porto (2003)⁸⁸ observa que

[...] a implantação de empresas, com a participação do capital internacional no Amapá, foi favorecida pelo seu isolamento, facilitando a criação de mecanismos que permitissem uma relação mais próxima entre a ação do capital internacional e a economia local (PORTO, 2003, p. 23).

⁸⁵ O Srº Antonio Pinheiro Lavoura foi dono do primeiro supermercado de Macapá. O esposo da informante era natural de Bragança/PA que, chegando em Macapá, foi dono do primeiro táxi. Fabricou – entre outros – colchão de capim e vendia na loja “Casa Belém”, onde funciona a Lojas Marcelo, de propriedade da família. O prédio foi alugado para um banco nos dias atuais e a família ainda tem lojas em outras partes do centro comercial.

⁸⁶ Nome dado às festas que eram realizadas no horário de 20 horas até a meia-noite, nos poucos clubes existentes, cujos frequentadores eram, na maioria, jovens.

⁸⁷ Cabe ressaltar que o estado do Amapá apresenta, em termos proporcionais, a maior taxa suicidária do Brasil na atualidade, com uma média de 10 a 12 suicídios por cem mil pessoas, com base em informações do banco de dados do Sistema Único de Saúde (SUS) e da Organização Mundial da Saúde (OMS).

⁸⁸ Porto enfatiza nesses mecanismos as relações internacionais das empresas Indústria de Comércio de Minérios – ICOMI, Companhia Auxiliar de Empresas de Mineração – CAEMI e Jarí Celulose, todas do ramo da exploração de matérias-primas como o manganês, o caulim e a celulose. A empresa do Grupo CAEMI diversificou suas atividades para a exploração de madeira, o plantio de dendê, e extração de ferro, entre outros.

Além da ligação do Amapá com o capital internacional, essas medidas trouxeram consigo o rápido crescimento demográfico e a modificação espacial da região, principalmente nos municípios de Macapá e Santana, que passam nas décadas de 80 e 90 do século XX a concentrar a maioria da população urbana, ao lado do município de Laranjal do Jarí.

Os dados do IBGE utilizados por Porto (2003), indicam que nas décadas de 50, 60 e 70 do século passado, a economia amapaense sofreu intensa transformação, principalmente na década de 60 com a implantação das indústrias de minérios, que representava 54,9% da participação do setor na estrutura produtiva do Território. O comércio, que na década de 50 atingira o maior índice de participação, cerca de 52,82%, nas décadas seguintes teve uma redução em função do processo de industrialização⁸⁹ implementado na região, o que acarretou no *boom* populacional que se deslocou para as duas principais cidades do estado, uma vez que o crescimento da cidade de Laranjal do Jari se deu com um outro eixo de desenvolvimento, neste caso a instalação da Jari Celulose S. A. na década de 50.

Neste sentido, a economia local que antes girava em torno do comércio, passava a girar em torno da exploração mineral e, embora possuísse já uma infraestrutura mínima de energia elétrica⁹⁰, poucas empresas investiam na implantação de outros segmentos da indústria. Porto (2003, p. 133) atribui essa falta de investimento a fatores de várias ordens, tais como: “[...] questões políticas do Território Federal, de infraestrutura de transportes e do reduzido mercado consumidor local. A expansão do comércio acompanhou o crescimento demográfico deste território”.

Com isso, novos contingentes humanos chegam ao Estado, advindos do Norte, Nordeste e Centro-sul atraídos pela possibilidade de emprego e melhores condições de vida. Essa situação vem ratificar a ideia de que na Amazônia as cidades melhores estruturadas têm cumprido um papel de receptoras ‘dos deserdados sociais’ tanto do interior da região quanto de outras regiões brasileiras. Entretanto, essas cidades, como é o caso de Macapá, não estão preparadas na sua

⁸⁹ Convém esclarecer que a industrialização no Amapá esteve concentrada no extrativismo, e apesar de ter significado um momento de desenvolvimento local pela infraestrutura trazida, não alcançou a maioria da população e, por isso, a economia de Macapá é bastante frágil e até hoje é basicamente movimentada pelo pagamento do funcionalismo público, a ‘economia do contracheque’, transformada em importante estudo científico por Chelala (2008) ao abordar a magnitude da presença do Estado na economia amapaense. Em seu estudo, o pesquisador aponta que o funcionalismo público e o aporte de recursos federais no estado ajudaram na constituição e sustentação do Amapá enquanto membro da Federação.

⁹⁰ Basta lembrar que até meados da década de 90, a energia elétrica era obtida através de um conjunto de geradores instalados nas cidades, submetendo-as a períodos de racionamento, pois a energia elétrica era destinada para o abastecimento da região mineradora e a cidade de Serra do Navio, uma vez que o volume de energia ainda era pequeno para atender uma região do porte do eixo Macapá-Santana. Atualmente, a cidade de Macapá é atendida pela distribuição de energia gerada pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

infraestrutura para receber o crescente número de pessoas que chegam quase que diariamente⁹¹ buscando novas perspectivas de vida. A falta de estrutura habitacional, sanitária, de transportes e energia suficiente, ocasiona graves problemas sociais, como pode ser observado na quantidade de baixadas e ocupações desordenadas de áreas de ressaca, o que tem produzido forte impacto ambiental e degradação social pelas péssimas condições de vida das comunidades que habitam essas áreas.

Ricardo Lima (1999) destaca que a falência do braço amapaense dos chamados ‘Grandes Projetos da Amazônia’, aliada à concentração de terras e a ausência de uma política agrária regional são fatores que provocaram o aumento do fluxo migratório para Macapá e Santana. Mas o autor enfatiza novos fatores que vieram a potencializar os já mencionados e que resultaram numa aceleração do processo de crescimento demográfico do Amapá, principalmente em Macapá, são eles: “[...] a transformação do ex-Território em Estado da Federação (05/10/1988) e a regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS) criada pela Lei nº 8387 de 30/12/91” (LIMA, 1999, p. 05).

A criação do Estado do Amapá em 1988 e a criação da ALCMS, como já foi exposto, potencializaram o processo migratório, tornando a cidade de Macapá um importante atrativo para as pessoas do interior e dos estados vizinhos que viam surgir a possibilidade de mudar de vida e conseguir trabalho. Pinto (2003) assim se refere a este tipo de debate:

A ideia de que Macapá seria uma espécie de Manaus dos anos oitenta, atravessou os Estados vizinhos. A possibilidade de emprego e novas expectativas de vida em um país dilacerado pela inflação e desemprego, foram responsáveis pelo intenso processo migratório ocorrido na cidade (PINTO, 2003, p. 42).

Os novos desafios que se apresentam, tanto para quem reside há bastante tempo quanto para quem chegou recentemente, movido por sonhos e esperanças, requerem uma maior mobilização política e participação popular nos processos decisórios, com vistas a proposição de políticas públicas viáveis ao desenvolvimento tanto da capital Macapá como para todo o Estado do Amapá.

Confirmando o crescimento da migração na década de 90, a pesquisa de campo confirma que a população do comércio informal é composta, em sua grande maioria de migrantes que advém, principalmente, de Estados da região norte, notadamente do vizinho Estado do Pará, cujas algumas localidades possuem maior proximidade com o Amapá. São elas, Breves e

⁹¹ Lima (1999) menciona que na década de 90, chegavam em Macapá e Santana cerca de 10 famílias ao dia, das quais 53,62% vinham do Pará, 13,83% do interior do Amapá; 9,14% do Maranhão, 3,5% do Ceará e as demais vinham de outras localidades do Brasil.

Chaves. Migrantes advindos da Região Nordeste, com destaque para os Estados do Ceará, Maranhão, Piauí, Pernambuco e Rio Grande do Norte vem em segundo lugar. Os demais, cerca de 5%, são do centro-oeste⁹².

Ainda com referência ao estudo de Pinto (2003), há a ressalva de que a migração para Macapá significa, entre outras coisas, “transferência de mão-de-obra” reforçando a tese de que “[...] o ato migratório envolve inúmeras variáveis, e parece que a busca por um emprego continua sendo a mais importante⁹³” (PINTO, 2003, p. 59).

A questão que se constrói neste ponto da análise versa justamente sobre o tipo de trabalhador que vem seduzido pelo processo migratório, pois muitos destes aportam com suas famílias sem a qualificação adequada para disputar emprego no mercado de trabalho local e tampouco possuem as condições necessárias para a aprovação em alguns dos muitos concursos públicos que vêm sendo realizados pelos governos estadual e municipal ao longo dos anos e acabam por buscar uma das duas saídas possíveis: ou buscam o mercado formal de trabalho que está em um nível crescente de precarização e que caracteriza pelos baixos salários e condições inadequadas de trabalho, ou buscam o mercado informal de trabalho por sua conta e risco, sem a malha de proteção social do Estado e, muitas vezes, perseguido por este no decorrer de suas atividades – no caso dos empreendedores populares (camelôs e ambulantes no caso desta pesquisa) – por não pagar os encargos relativos à sua atividade.

4.2 VISÕES DA ÁREA COMERCIAL DE MACAPÁ A PARTIR DA PRESENÇA DOS CAMELÔS E AMBULANTES

A ocupação da área comercial da cidade de Macapá acompanha o ritmo de desenvolvimento da cidade e ao crescimento de sua população. Neste sentido, a partir dos aspectos históricos – em um sentido inicial – é possível entender os fatores que se fizeram presentes na construção do comércio local e de suas especificidades, além de buscar explicações sobre a multifacetada identidade dentro deste espaço.

Com a criação da ALCMS na década de 1990, o comércio local teve um grande crescimento, se expandindo para além das cercanias da Fortaleza de São José de Macapá e

⁹² Interessante ilustrar que a maioria desses migrantes está há muito tempo em Macapá, mais de dez anos. Os jovens vieram crianças.

⁹³ Em se tratando de emprego no comércio de Macapá, o número de procura por vagas no setor aumentou com a criação da ALCMS. Embora este não seja o único fator de explosão demográfica em Macapá, sem dúvida teve uma influência grande nesse processo.

passando a ocupar de forma mais efetiva a área central da cidade⁹⁴. Desta forma, o comércio local – que antes funcionava às proximidades do Mercado Central de Macapá e nas Ruas Cândido Mendes e Independência – se estendeu para as ruas Tiradentes, São José, Binga Uchôa e Rio Tietê (onde fica a tradicional Praça Zagury, atual Jacy Barata), além das Avenidas Henrique Galúcio, Antônio Coelho de Carvalho, Coaracy Nunes, Mendonça Júnior, Padre Júlio Maria Lombaerd, Cora de Carvalho, Almirante Barroso, Mário Cruz e FAB. As praças Veiga Cabral, Jacy Barata, Barão do Rio Branco e Bandeira foram também atingidas por este processo, abrangendo toda a região do bairro Central e dando uma dimensão que, somada ao aspecto administrativo em nível municipal e estadual na Avenida FAB, conferem o aspecto de centro da vida coletiva e ampla circulação de pessoas neste espaço da cidade, de acordo com a foto 06 abaixo, no qual a atual gestão da prefeitura (2016-2020), a partir do trabalho das Secretarias Municipais de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEMDUH e de Desenvolvimento Econômico – SEMDEC, veio organizando com a finalidade de regularizar a situação dos chamados empreendedores populares.

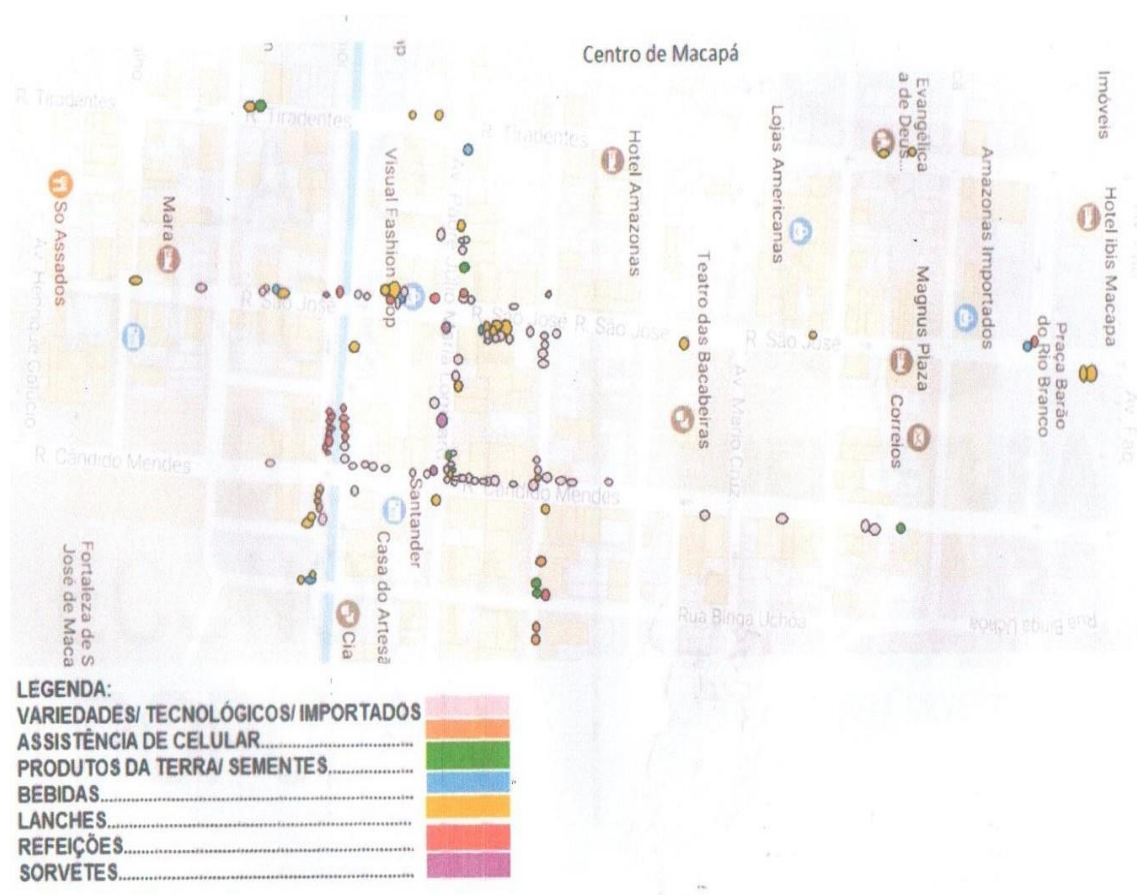


Foto 11: Mapa panorâmico dos empreendedores populares do centro de Macapá.

Fonte: SEMDUH/PMM, Novembro/2019.

⁹⁴ O termo centro, referido nesta passagem, é caracterizado pela importância econômica e não pela localização geográfica, destinando a área mais densamente ocupada a cognominação de periferia.

A expansão do comércio local pressupõe a ideia de uma cidade em pleno desenvolvimento, o que não se confirmou no potencial econômico de Macapá, hipertrofiando este setor da economia e dificultando novas possibilidades de melhoria das condições econômicas e sociais da cidade. Com base nesta constatação, foi percebido, com inspiração na etnografia de Elias e Scotson (2000) um forte processo de disputa entre ‘nativos’, ‘estabelecidos’, ‘novos estabelecidos’ e migrantes pelas esferas de controle político e econômico da cidade de Macapá e, por conseguinte, do Estado, uma vez que parte significativa dos herdeiros dos nativos e dos primeiros migrantes passou a ser representada na estrutura de poder do Estado⁹⁵, na grande maioria das propriedades localizadas na área comercial, no controle da Câmara de Diretores Lojistas (CDL), da Associação Comercial e Industrial do Estado do Amapá (ACIA), da Federação do Comércio do Estado do Amapá (FECOMERCIO) e da representação local do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa (SEBRAE).

Baseado na importante etnografia de estudos de Elias e Scotson (2000) sobre as relações de poder em uma pequena comunidade fictícia da Inglaterra – Winston Parva –, transplantadas para um universo macro e complexo de uma cidade de porte médio da Amazônia de forte processo migratório, aliado a ainda juventude do lugar enquanto ente federativo – 31 anos – traz à baila os atores que constituem este espaço de disputa, representados pelos laços familiares construídos a partir do seu sentimento de representação:

- **Nativos:** grupos de famílias presentes em Macapá desde a época da formação da Vila de São José de Macapá até a constituição do Território Federal do Amapá em 1943. Seus membros se espalham em duas categorias: os comerciantes que habitam o Centro da cidade e as áreas próximas como os bairros do Trem, Santa Inês e Jesus de Nazaré; a outra categoria foi vítima de um processo de limpeza étnica das áreas centrais da cidade, neste caso a população negra que foi deslocada destas áreas para os bairros então tidos como periféricos como Laginho e para áreas remanescentes de Quilombos como o Distrito do Curiaú, bem distante do centro da cidade;
- **Estabelecidos:** representados pelos membros das primeiras famílias de moradores pós-formação do Território Federal do Amapá, que vieram para a cidade de Macapá a partir

⁹⁵ O atual governador, Waldez Góes – reeleito para o seu quarto mandato – nasceu na região de Jaburú dos Alegres, no interior das ilhas do Pará e veio ainda criança para estudar e morar em Macapá. Com base neste histórico, pode-se concluir, grosso modo, que o mandatário estadual incorporou a visão do estabelecido presente nos estudos de Elias e Scotson (2000), pois ele não é considerado um nativo das terras Tucujus, mas adota o discurso como se fosse um dos nativos, perfazendo o que os autores identificaram na fictícia Winston Parva quando da análise do sentimento de pertencimento do estabelecido com relação ao seu local de moradia e da reinvenção de sua identidade como um morador da comunidade.

da adoção do jananarismo como uma política civilizatória de ocupação territorial e construção de uma identidade de pertencimento ao local a partir da adoção da ideia de ‘terra vazia’ e que estes passaram a trazer o desenvolvimento para o lugar. Além destes, estão enquadrados nesta categoria as famílias que vieram para o estado a partir do processo de exploração do manganês até a constituição do Estado. Estes grupos passaram a ocupar áreas periféricas próximas do centro, como parte dos bairros Santa Inês e Jesus de Nazaré, além dos bairros do Beiro, Pacoval, Zerão, Buritizal e a parte inicial da Zona Norte;

- **Novos Estabelecidos:** representados pelas pessoas que vieram para Macapá a partir do processo de estadualização e do estabelecimento da ALCMS, viabilizando a expansão da cidade para as Zonas Sul, Norte e Oeste. Estas famílias movimentam a economia interna dos bairros a partir de estabelecimentos comerciais pequenos e formalizados – mini-boxes –, feiras livres e presença de camelôs e ambulantes em especial nos lugares, reduzindo a dependência do centro, uma vez que este já está ocupado pelos nativos e estabelecidos;

Retomando a tônica do debate, durante a pesquisa percebeu-se que mesmo com todo o discurso produzido pela criação da ALCMS a percepção da classe empresarial local sobre a economia local não mudou, já que ainda continuava a viver da “economia do contracheque”, ou seja, é movimentada apenas em períodos cíclicos equivalentes ao período de pagamento do funcionalismo nas esferas municipal, estadual e federal e, além disso, ainda enfrenta a concorrência de empreendedores populares como os camelôs e ambulantes, que apresentam preços mais baratos dos produtos vendidos, mesmo que sem nenhum tipo de garantia de qualidade do que vendem. Um dos empresários entrevistados explica como funciona a movimentação econômica da cidade e como o comércio funciona:

O comércio funciona com toda a força no período de 25 de um mês até o dia 10 do outro mês, os outros quinze dias ficam reservados para compras feitas de forma esporádica ou feitas a prazo. Geralmente, reservamos esse período do mês para fazermos o pagamento dos nossos funcionários, pois assim podemos ainda manter nossa economia em movimento e ao mesmo tempo garantir emprego para quem está no setor (J., Empresário, 52 anos. Entrevista realizada em 2008).

A fala deste empresário reforça o posicionamento de Chelala (2008) sobre a movimentação econômica que tem por base o funcionalismo público, pois as datas citadas por

ele equivalem ao período do pagamento dos servidores públicos⁹⁶. O pagamento dos trabalhadores formais do comércio acontece a partir do dia quinze de cada mês para poder permitir a circularidade do comércio local. Dez anos depois, ele afirma que o período de crise econômica no Brasil a partir de 2014 provocou o fechamento de grande quantidade de lojas no Centro Comercial em virtude da redução do poder de compra por parte do principal ciclo que banca o comércio local.

Outra ‘ameaça’ detectada pelo nosso informante para a queda do poder de compra no comércio está concentrada em uma nova ‘febre’ que se instalou na cidade, neste caso a presença de grandes redes de supermercados que vendem artigos em atacado que vão desde os tradicionais artigos de supermercado até roupas, brinquedos, produtos de *pet shop* e itens automotivos como pneus e carpetes para carros de porte variado. Estes lugares, conhecidos como ‘atacadões’, iniciaram com a concentração das vendas neste tipo de estabelecimento pelas famílias locais, mas hoje enfrentam a forte concorrência com redes atacadistas de nível nacional como o Atacadão® – ligado a rede internacional Carrefour© – ou a rede atacadista nacional Assaí®⁹⁷, que se estabeleceram na cidade a partir de 2016:

Olha, a gente ainda tem o comércio sustentado pelo funcionalismo público, mas foi-se o tempo em que o Amapá pagava os melhores salários do funcionalismo no Brasil. Essa crise – a partir de 2014 – foi tão forte que muitas lojas aqui do Centro fecharam. Grandes cadeias de lojas como a Esplanada não aguentaram ficar por aqui porque ficavam longos períodos sem movimentar dinheiro. A onda agora é investir nas redes de atacadões e concentração das lojas em lojões, buscar uma forma de concorrer com outras fontes de atacadões como o Assaí que está inaugurando (J., Empresário, 62 anos. Entrevista realizada em 2018).

A concorrência em busca da garantia de clientela para os seus produtos leva os empresários e os empreendedores populares a estabelecerem uma relação bastante conflituosa entre as partes, pois foi percebida na observação *in loco*, tanto no período de 2007-2009 quanto no período 2016-2020 uma convivência instável entre os funcionários das lojas e estes trabalhadores. Além disso, por várias vezes durante a coleta de dados, fotos e entrevistas foi percebido que os donos de pequenas lojas chegavam a acionar os meios repressivos do poder público como uma forma de garantir o acesso das pessoas às suas lojas. Em vários momentos

⁹⁶ Em virtude do ciclo de forte crise econômica que vem se desenrolando no país, o governo do Estado do Amapá realiza desde 2017 o pagamento de forma parcelada em duas datas, com 60% pagos no dia 30 e o restante no dia 10 do mês seguinte.

⁹⁷ A rede atacadista Assaí®, aproveitando o boom atacadista da cidade de Macapá inaugurou suas atividades no dia 29 de novembro de 2019, em uma área estratégica da cidade – situada na Zona Sul da cidade e próxima do Monumento Marco Zero do Equador, com forte fluxo de veículos e pessoas vindas de Santana, cujo espaço ocupado em grandes proporções dá um aspecto simbólico de gigantismo com relação às demais.

no campo foi percebido que o Centro Comercial de Macapá é uma área de atrito constante e altamente competitivo na luta tanto por espaços no lugar – onde donos de lojas e trabalhadores buscam efetuar suas funções – quanto nas formas de abordagem e venda dos produtos quando foi visualizada uma postura de forte agressividade entre os trabalhadores formais das lojas para com os empreendedores populares, principalmente os vendedores ambulantes que ficam localizados em grande quantidade nas esquinas e nos pontos de ônibus do Centro.

Cabe aqui ressaltar que devido ao crescimento desordenado da ocupação dos espaços do centro da cidade, os empreendedores populares, mais especificamente os ambulantes, passaram a ocupar as calçadas das principais ruas com fluxo de pessoas do centro da cidade, em especial nas ruas Cândido Mendes e São José, o que começou a gerar transtornos e obstrução das vias públicas.

Na época da primeira pesquisa para a realização deste trabalho, foi percebido que a relação conflituosa não ocorria apenas entre os empreendedores populares e os empresários, mas também entre estes últimos e os agentes do poder público, em especial os membros da Guarda Municipal e os funcionários da Empresa Municipal de Urbanismo (URBAM, atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEMDUH). Durante a realização de uma das abordagens no campo para a coleta de dados quantitativos, percebi que os agentes realizavam a abordagem sobre os trabalhadores de forma agressiva, exigindo a retirada destes daqueles pontos nas ruas principais da cidade. Ao chamar um destes representantes à época (2008), ele afirmou que o crescimento desordenado dos vendedores ambulantes pelas ruas do centro comercial começou a ocasionar problemas, pois para ele no momento em que estes trabalhadores passaram a ocupar as calçadas levou os pedestres a caminhar praticamente no seu limite ou na margem das ruas, o que colocava a segurança dos mesmos em risco, além do fato de deixar a cidade com um aspecto desorganizado, uma visão não muito agradável e confortável para quem frequentava o centro, haja vista que os vendedores ficavam espalhados pelas calçadas e em frente às lojas e que essas ocupações dos logradouros públicos não estavam de acordo com a lei complementar nº 27 – PMM de 24 de Julho de 2004 da legislação municipal, na Seção III, Art. 74 e 78⁹⁸.

⁹⁸ Art. 74. Consideram-se logradouros públicos os espaços destinados à circulação de pessoas e veículos, ou de ambos, compreendendo, passeios, ruas, travessas, praças, estradas, vielas, largos, viadutos, escadarias etc., que se originem de processo legal de ocupação do solo ou localizados em Áreas de Especial Interesse Social.

§ 2º Os passeios deverão ser livres de qualquer entrave ou obstáculo, fixo ou removível, que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimentos e a circulação com segurança das pessoas.

Art. 78. Somente com autorização da Prefeitura de Macapá poder-se-á exercer atividade econômica nos logradouros públicos.

De certa forma, a visão deste agente à época representa, em certo grau, uma tentativa de excluir desses espaços esses trabalhadores de rua em troca de um visual, de uma paisagem mais próxima dos valores e interesses de certos grupos sociais, pois “[...] às vezes, a paisagem parece ser menos um cenário para a vida de seus habitantes que uma cortina atrás da qual as suas lutas, realizações e acidentes tem lugar” (WYLLE, 2007 apud SOUZA, 2013, p. 47), o que caracteriza a intenção do poder público neste momento que era, a partir da efetivação do Código de Posturas do Município de Macapá, conseguir uma paisagem mais harmônica no sentido de fazer uma “higienização” na paisagem, de acordo com os valores das elites econômicas e políticas locais.

Neste sentido, os termos desenvolvidos por Souza (2013) ganham força, pois algumas intervenções no espaço concreto que objetivam “limpar” a paisagem e dela removendo os agentes tidos como “indesejáveis” ou “enfeidores” tornam-se uma estratégia de “invisibilização” desses grupos sociais e, no caso específico da remoção dos trabalhadores das ruas de Macapá, esta estratégia seria mais de diminuir ou amenizar a ação desses ambulantes, do que propriamente excluir totalmente, haja vista ser uma tarefa praticamente impossível, devido a informalidade possuir uma grande dimensão e importância na economia local.

Ainda com base nesta visão, um dos exemplos acabou por ser elucidado por um dos empresários entrevistados, pois ele trabalha com a ideia do comércio na visão empresarial e coloca o empreendedor popular, principalmente aqueles que não pagam impostos, não tem licença para o seu funcionamento e ainda concorrem de forma desleal com suas bancas e tapumes na frente das lojas, como um “incômodo” que precisa ser melhor trabalhado para o desenvolvimento do setor na cidade, perfazendo de certa forma a visão de De Soto (1987) sobre a questão da informalidade que ele observou no Peru como uma atividade à margem da sociedade e que os encargos sociais e tributos pagos pelos empresários não são cobrados ou são cobrados de forma irrisória dos empreendedores populares, o que não contribui no desenvolvimento econômico do lugar:

Não é que eu queria ver o mal de ninguém, mas você deve perceber que as ruas estão cada vez mais cheias de gente que não entra nas lojas e quando vêm comprar os nossos produtos, ainda é a prazo. Nós, empresários, temos que pagar impostos, salários e as mercadorias. Eles, não, pelo contrário, ainda vivem de vender mercadoria de fabricação própria como os CD's e DVD's piratas, além de mercadorias importadas. Com a ALCMS, as importadoras entraram com força e investiram na cidade de Macapá e são a parte do setor lojista que mais vende mercadorias. Quer dizer, o empresário local fica de mãos atadas e ainda tem que pagar uma série de tributos. Então, nada mais justo do que exigirmos o cumprimento da lei e tornar as nossas ruas mais limpas e o comércio cada vez mais ativo (J., Empresário, 52 anos. Entrevista realizada em 2008).

Em 2018, após uma nova entrevista com este mesmo empresário após os eventos de julho de 2009⁹⁹, quando a Prefeitura Municipal de Macapá ordenou o cumprimento do Código de Posturas do Município a partir da retirada dos ambulantes das ruas e de fortes conflitos entre estes trabalhadores e agentes da Guarda Municipal e da Polícia Militar, vê ainda poucos avanços na resolução deste problema, mesmo com a alocação de grande parte dos ambulantes para o Feirão Popular em 2014 (SILVA; MIRANDA, 2016):

Como o comércio tá funcionando hoje? Melhorou muito a quantidade de ambulantes na frente das lojas, pois até a gestão do prefeito Roberto eles quase não deixavam as pessoas entrarem nas lojas e depois que ele retirou esse pessoal da rua, as pessoas puderam caminhar melhor no Centro e comprar mais de quem paga imposto. A gestão atual lá do Clécio procura dialogar tanto com a gente quanto com eles pra que todos possam ter o seu espaço e não ter prejuízo pra ninguém. Algumas ruas meio que foram quase fechadas para se fazer comércio como a do Feirão Popular no final da Henrique Galúcio e a Cora de Carvalho, onde ficam os camelôs e que passa somente carro pequeno. Ainda tem ambulante nas esquinas e ocupando agora a beira da pista com carro de lanche e conserto de celular nas vagas de estacionamento, o que dificulta o acesso para as lojas, mas a prefeitura precisa buscar soluções que não nos causem prejuízos. Todos queremos ganhar dinheiro, mas quem paga imposto e gera emprego e renda tem que ter uma contrapartida do Estado com relação a esta questão (J., Empresário, 62 anos. Entrevista realizada em 2018).

A fala anterior nos mostra qual é a visão do empresariado sobre a questão, pois a sua alegação é a de que os empresários arcam com encargos sociais e que o mesmo não ocorre com os empreendedores populares, uma vez que não há uma regulamentação específica para estes, além do que não há o cumprimento do Código de Posturas do Município por parte destes trabalhadores.

Em relação à visão do empreendedor popular da área comercial sobre a questão, ouvimos a seguinte afirmação:

Olha, meu filho, nós aqui só queremos trabalhar! A gente não tá invadindo o espaço de ninguém, não! Os empresários vivem reclamando que a gente tá tomando clientes deles, mas tamos fazendo o nosso trabalho. No meu ponto, por exemplo, eu vendo roupa de tudo quanto é tipo e o meu ponto fica um pouco mais longe das principais lojas de roupas da cidade. Quem tem bastante dinheiro ou cartão de crédito, vai no shopping ou nas lojas mais bacanas. A gente vende é pro povão uma roupa boa e barata, que não tem nas lojas daqui. Se a gente não paga imposto é porque a Prefeitura ainda não veio por aqui pra legalizar a nossa situação. Agora, a gente procura trabalhar porque não encontra emprego na cidade e, como no meu caso, tinha um pouco de dinheiro pra poder começar um negócio. No caso de muita gente por aqui, existe de tudo, desde trabalhador que vende em ponto que nem o nosso aqui da Cora – de Carvalho – até os que vendem nas portas das lojas e que enfrentam o pessoal da URBAM todo dia. Acredito que quando a Prefeitura passar a ouvir o trabalhador da

⁹⁹ Estes eventos serão melhor desenvolvidos no item deste texto que trata das políticas públicas voltadas para os empreendedores populares de Macapá e como a Prefeitura vêm tentando organizar o setor, mesmo que com algum receio das autoridades em virtude do caráter repressivo da parte do Estado.

rua e organizar direitinho o comércio funciona bem, sim e todos podem sair ganhando. A gente só quer ganhar do nosso trabalho de sol a sol. (Sr. J. M. S., Cearense, 55 anos, Dono de Banca de Roupas na Av. Cora de Carvalho. Entrevista realizada em 2008).

Um outro trabalhador, neste caso um ambulante, nos faz a seguinte afirmação em relação à questão:

O grande problema do Centro Comercial é que os empresários querem ganhar sozinhos e nem ligam pros trabalhadores que tem que viver e não conseguem emprego por aqui. Eles sabem que, por exemplo, o trabalhador ambulante compra a crédito nas lojas deles e, no meu caso, compro muito nas lojas de importados, já que o resultado do meu trabalho vem do que eu produzo e vendo, né? Então, se o trabalhador ambulante vende o produto, o comércio sai ganhando também. Te digo isso porque todo dia eu tenho que enfrentar o medo de que alguém venha pegar o meu produto de trabalho e eu fique sem garantir o sustento da minha família. Eles esquecem que eu, assim como muita gente, sou pai de família que não pode trabalhar nas lojas por ser muito velho e por não ter instrução. Só querem pensar no lado deles e vivem botando os empregados deles para brigar com a gente, além de toda hora chamar o pessoal da URBAM. Como eu tô associado na ASEA, espero que o seu Adamor – Presidente da Associação – ajude a resolver a situação pra que eu possa vender o meu produto em paz. (E. M., natural de Chaves-Pa, 42 anos, vendedor de CD's e DVD's piratas da Rua Candido Mendes. Entrevista realizada em 2008).

Neste sentido, percebe-se que existe um conflito permanente e aberto entre os atores que compõem o cenário do Centro Comercial, onde dois dos lados – neste caso, os empresários e os trabalhadores informais – tentam garantir sua sobrevivência.

Cabe apontar aqui para uma das principais mudanças detectadas em campo em sua segunda fase que é a adoção do termo 'empreendedor popular' em substituição – no caso deste objeto de pesquisa – dos termos tidos como pejorativos nos dias de hoje como os camelôs e ambulantes. Baseado em diálogos com agentes da Prefeitura Municipal de Macapá – PMM e com empreendedores, parto para a construção de uma ideia do que venha a ser um empreendedor popular e como houve este processo de ressignificação e adoção do termo por parte dos trabalhadores das ruas do comércio macapaense.

A ideia de empreendedor presente no discurso do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Microempresa – SEBRAE, vem do conceito desenvolvido por Schumpeter ([1942] 2017) que associa o empreendedor ao desenvolvimento econômico de uma sociedade, pois para ele o empreendedor apresenta características próprias no processo de mutação do capitalismo, já que este é o responsável pelo chamado processo de destruição criativa, que consiste no desenvolvimento de novos produtos, serviços e atividades, além da busca de novos mercados para estes produtos e estratégias de inovação e adaptação aos novos tempos para os produtos já estabelecidos no mercado.

Grosso modo, o empreendedorismo é um dos principais responsáveis pela mutabilidade do capitalismo enquanto sistema, junto com as novas formas de acumulação de capital, as novas formas de exploração e expropriação do trabalho presentes em situações como a flexibilização e mais recentemente a chamada ‘uberização’¹⁰⁰ do trabalho e o predomínio do capital especulativo sobre as formas de se pensar democraticamente. Não há democracia sob a luz do capital e, tampouco, a liberdade que tanto se apregoa. O que existe são novas formas de produzir exclusão e ocultá-las em um discurso dito inclusivo, como o que tenta classificar o trabalhador outrora invisibilizado das ruas em um nível de ‘semelhança’ com as elites do sistema.

O que se chama de empreendedorismo popular nada mais é do que a adaptação do discurso do empreendedorismo no sistema capitalista aos trabalhadores que vivem por conta própria na dinâmica do capital (PRANDI, 1978). Sabe-se que os trabalhadores das ruas vivem da venda dos produtos do capitalismo e, conforme Dupas (1999), são os principais elementos de circulação de manufaturas. O que tem sido chamado de empreendedorismo popular é a forma como as prefeituras das cidades brasileiras vêm tentando regularizar a situação destes trabalhadores que outrora eram considerados informais e, portanto, invisíveis para o estado. A questão neste momento é a forma como os trabalhadores incorporaram este conceito e passaram a se sentir incluídos neste novo cenário do trabalho.

A PMM, por exemplo, vem realizando processos de cadastramento nos espaços comerciais de Macapá desde 2017, a partir de convênios estabelecidos com o SEBRAE para que os trabalhadores possam receber noções sobre empreendedorismo, além das linhas de crédito disponíveis para incremento no seu negócio. Com a criação da Praça do Coco em 2010, do Feirão Popular em 2014 e a reformulação do Mercado Central a partir de 2018, a SEMDUH e a SEMDEC vêm em conjunto procurando organizar os espaços ocupados no centro comercial

¹⁰⁰ Entende-se a chamada uberização como uma nova forma de expropriação do trabalho baseada no que posso chamar de flexibilização da flexibilização. Por que o termo? Com base nas palavras de Abílio (2019), no site da CESIT/Unicamp, o fenômeno consiste em “[...] um novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho. Trata-se de um novo passo nas terceirizações, que, entretanto, ao mesmo tempo que se complementa também pode concorrer com o modelo anterior das redes de subcontratações compostas pelos mais diversos tipos de empresas. A uberização consolida a passagem do estatuto de trabalhador para o de um nanoempresário-de-si permanentemente disponível ao trabalho; retira-lhe garantias mínimas ao mesmo tempo que mantém sua subordinação; ainda, se apropria, de modo administrado e produtivo, de uma perda de formas publicamente estabelecidas e reguladas do trabalho. Entretanto, essa apropriação e subordinação podem operar sob novas lógicas. Podemos entender a uberização como um futuro possível para empresas em geral, que se tornam responsáveis por prover a infraestrutura para que seus “parceiros” executem seu trabalho; não é difícil imaginar que hospitais, universidades, empresas dos mais diversos ramos adotem esse modelo, utilizando-se do trabalho de seus “colaboradores just-in-time” de acordo com sua necessidade. Este parece ser um futuro provável e generalizável para o mundo do trabalho”.

para que os conflitos sejam melhor resolvidos entre as partes e, ao mesmo tempo, ter o controle do conjunto de trabalhadores e das atividades desenvolvidas para o local.

4.3 A *FLÂNERIE* NAS RUAS DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ

Na era moderna, as cidades apresentam uma dinâmica bastante complexa, com questões relativas ao aspecto da urbanidade e da velocidade em que isto ocorre, quais as dinâmicas que se materializam e qual o papel e identidade delas na realidade global. As cidades modernas apresentam, em uma velocidade cada vez maior, transformações na maneira de se relacionar e produzir, criando peculiaridades e particularidades que demarcam as diferenças de um centro urbano para outro e produzem uma série de indagações para os pesquisadores das ciências humanas em geral, pois não se trata apenas da forma como a cidade se apresenta, mas também como as coletividades se vêem representadas no urbano, tornando a cidade uma miríade de possibilidades analíticas que partem de diferentes formas de pensar a cidade e as diferentes territorialidades e Socialidades constantes nela, onde a complexidade das relações materiais e imateriais aparece das mais variadas formas.

Ao disseminar uma ideia de modernidade à cidade, novas formas de relação com o espaço urbano são pensadas, de forma a proporcionar – ou não – a interação entre os diferentes grupos sociais que o compõem e que podem viabilizar e ressignificar a produção do espaço urbano.

Na visão de Rocha e Eckert (2003),

[...] a vida cidadina é, portanto, agitada, vertiginosa mesmo, ou monótona e repetitiva, dependendo da adesão ou não dos seus habitantes aos tempos e espaços vividos, ritmados pelos movimentos incessantes das imagens de cidade que habitam seus pensamentos em constante mutação. Descrever a cidade, sob um tal ponto de vista, é conhecê-la como *locus* de interações sociais e trajetórias singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende. Conhecer uma cidade é, assim, não só apropriar-se de parte de um conhecimento do mundo, ou seja, os saberes e fazeres dos habitantes e o que conheço desta experiência de pesquisa junto a eles, quanto desvendar o conhecimento na busca de situar meu próprio ser em relação ao ser do Outro na cidade (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 2).

O trabalho na rua foi a forma como as pessoas colocadas à margem do mercado de trabalho encontraram para sobreviver e, ao mesmo tempo, a rua se constitui em um importante espaço de Socialidade. Em vários momentos da pesquisa, foi detectado em que este processo foi vital para a construção de laços sociais que se constituíram como uma estratégia de

reivindicação e enfrentamento junto ao poder público com vistas a buscar melhorias para o local e, ao mesmo tempo, garantir a territorialidade do lugar.

Conforme dito anteriormente, as relações de trocas comerciais na Amazônia obedecem a uma lógica *sui generis* com relação às demais regiões do Brasil. Um dos fatores mais importantes para esta situação versa exatamente na questão geográfica, pois o principal meio de transporte e circulação de mercadorias e serviços entre muitos estados da região ocorre pela via fluvial, onde se apresenta a maior bacia hidrográfica do mundo, neste caso, o Rio Amazonas e seus afluentes e subafluentes, pelo qual a vida local pulsa de forma intensa.

Com a expansão da malha urbana da cidade de Macapá, por exemplo, as zonas comerciais começaram a reivindicar espaços cada vez mais localizados e próximos dos bairros em crescimento, para além da área próxima ao centro comercial. Mas este nunca deixou de ser um espaço em constante disputa, visto que o centro comercial ainda nos dias atuais é o principal polo de circulação de mercadorias e serviços da cidade.

A cidade pulsa na área comercial e esta retrata como a vida econômica funciona, bem como as lutas e divisão de classes e os níveis de desenvolvimento da mesma. Além disso, os espaços destinados para as atividades comerciais possibilitam, mesmo em meio ao caos, as trocas comerciais e negociações, com momentos de trocas sociais a partir de encontros, contatos e dialogia, mesmo entre desconhecidos e, na área comercial de Macapá, este cenário não é diferente.

Para esta pesquisa, foram desenvolvidas algumas frentes tanto no período 2006-2008, quanto no período 2016-2018: a primeira consistiu em caminhadas com o sentido de observar as movimentações, abordagens, produtos vendidos e produção fotográfica; a segunda frente foi feita uma coleta de informações com 100 interlocutores para a elaboração quantitativa da pesquisa em vários pontos do centro comercial, com o objetivo de estabelecer um critério comparativo entre os dados levantados na pesquisa e os dados coletados nas secretarias municipais.

Segundo Sena (2002, p. 199), uma das formas de mostrar a estrutura de funcionamento da informalidade consiste na capacidade de ocupar espaços públicos e dar a este uma dimensão econômica que se reverte na “posse” deste local, bem como a questão do livre trânsito da população nas ruas e calçadas de uma cidade.

Na cidade de Macapá, por exemplo, a ocupação desordenada de calçadas e pontos de ônibus se caracteriza como uma forma de impedir o livre fluxo de pedestres nestes locais, bem como a ocupação de parques e praças da cidade. Segundo Sena (2002, p. 199), o que é considerado “privado” para os trabalhadores passa a ser “público” quando há a necessidade de

garantir a conservação e preservação destes lugares em atividades de conserto, limpeza e arborização das vias e praças, além do ordenamento do trânsito, uma vez que com a ocupação das calçadas, pedestres e veículos disputam o mesmo espaço – a faixa de veículos – podendo gerar acidentes¹⁰¹.

Neste ponto o poder público entra em uma encruzilhada, pois se ao agir com a retirada dos trabalhadores destes locais, muitos pais de família deixarão de dar o sustento necessário para as mesmas, ao permitir a continuidade do processo de ocupação desordenada, vários problemas de ordem ambiental irão se agravar, uma vez que a concentração de trabalhadores em um determinado local, além de afetar o aspecto paisagístico do lugar, pode apresentar problemas em relação à higiene e a conservação, pois – salvo algumas poucas exceções – os trabalhadores não tem a preocupação de manter limpo e conservado o seu local de trabalho.

Conforme fora supracitado, as fotos 12 e 13 evidenciam os efeitos desta ocupação desordenada do espaço:



Foto 12: Aglomeração de Ambulantes e Camelôs em ponto de ônibus na Rua São José.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

¹⁰¹ Segundo informações do IBGE 2000-2018, a cidade de Macapá apresenta a quinta maior porcentagem de acidentes de trânsito do país, perdendo apenas para São Paulo, Porto Velho, Recife e Fortaleza. Para se ter uma ideia da gravidade da situação, metrópoles amazônicas como Belém e Manaus estão colocadas em posições bem distantes de Macapá, mesmo apresentando um fluxo maior de pessoas e veículos.



Foto 13: Ponto de ônibus na Rua São José onze anos depois.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Até julho de 2009, as autoridades pouco fizeram para atuar de forma racional na organização do setor informal. Explica-se talvez pelo fato da não efetivação do Plano Diretor do Município de Macapá no Centro Comercial, além do fato de que muitas das ações – principalmente do Poder Público Municipal – serem, na maioria das vezes, de caráter meramente repressivo, fruto de reclamações de lojistas e pedestres. Tal situação se tornou quando na pesquisa de campo foi percebido naquele momento o conflito existente entre os hoje empreendedores populares e os representantes do setor lojista.

A Área Comercial de Macapá apresenta uma lógica própria, baseada em uma movimentação econômica cíclica, onde a intervenção do Estado – leia-se Poder Público – não ocorre no sentido de apresentar propostas viáveis para a organização do setor informal, uma vez que não há ainda em pauta uma alternativa para a implementação de pontos de atividade comercial para este setor¹⁰².

Uma das formas de controle do Estado para o setor informal consiste na concessão de licenças (alvarás) para o seu devido funcionamento, mas somente a partir de 2017 Prefeitura passou a buscar a regularização dos empreendedores como forma de organizar o setor, pois até então, os empreendedores alegavam que a Prefeitura não concede o alvará de funcionamento

¹⁰² No programa de campanha dos candidatos mais votados para o escrutínio municipal no período 2008-2012, Roberto Góes e Camilo Capiberibe, constava que seriam destinadas verbas para a construção de shoppings populares e camelódromos como forma de abrigar a população de camelôs e ambulantes que vendem produtos industrializados, bem como a implementação de lanchonetes populares para o trabalhador ambulante que vende alimentos. Com a eleição do candidato Roberto Góes (PDT), estrou em pauta na Câmara de Vereadores uma proposta de construção de um camelódromo no estacionamento do Mercado Municipal de Macapá.

para tais atividades e ainda atua de forma repressiva, com a apreensão das mercadorias e a supressão das atividades.

Tal situação encontra ressonância nos estudos de Sena (2002). Ela afirma que as dificuldades em organizar o setor informal residem, justamente, nos entraves internos promovidos pela burocracia do Estado e pelo descumprimento da lei dentro de sua própria estrutura. Pelo que foi observado em nossa pesquisa de campo, uma das principais questões esbarram, também, no desestímulo para a obtenção da licença, além da abordagem feita por agentes do Poder Público, caracterizadas pelos trabalhadores muitas vezes de truculenta e desrespeitosa, chegando ao ponto de existir, inclusive abuso de poder por parte destes agentes com o uso de ação física de forma violenta.

Na cidade de Macapá, o Poder Público apresenta duas abordagens completamente diferentes no que diz respeito à implementação de políticas públicas para o setor informal. Enquanto o Poder Público Municipal na atualidade trabalha com a abordagem direta e com as tentativas de regulação do setor, o Poder Público Estadual empunha a bandeira do empreendedorismo e da perspectiva da geração de emprego e renda para a população pobre, além de contar com um amplo leque de programas sociais de caráter assistencialista.

Um ator social diretamente envolvido na questão do hoje empreendedor popular é o poder público, mais precisamente o municipal. Apesar desta tentativa da gestão atual de regular o setor, historicamente suas ações foram pautadas em grande monta pelo caráter repressivo – em especial aos ambulantes – e com promessas de reposicionamento dos trabalhadores em locais próprios como os camelódromos, agindo de forma a garantir a “limpeza” do local e o cumprimento do Código de Posturas do Município.

Como foi citado no capítulo anterior, quando a cidade de Macapá passou a adquirir o *status* de capital do estado propriamente dito a partir de 1988, houve um *boom* populacional que acarretou no surgimento de novos bairros e o crescimento das áreas de ocupação, uma vez que a cidade, então em desenvolvimento estrutural e deixando para trás a dependência do governo federal, era considerada uma área de possibilidades de crescimento. Com a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, em 1991, o fluxo migratório passou a ser considerada uma questão de ordem pública, pois o crescimento populacional acontecia em um ritmo geométrico enquanto que o desenvolvimento urbano e econômico ocorria em um ritmo aritmético e estratégias passaram a ser trabalhadas com vistas a criar possibilidades de crescimento para a cidade, como a reforma de passeios públicos, arborização e asfaltamento de grandes áreas na zona periférica.

Na administração de João Capiberibe (1993 -1996), foram criados espaços como o Centro de Artesanato¹⁰³ e feiras nas zonas periféricas como forma de dinamizar o comércio local.

De 1997 a 2000, o Prefeito Annibal Barcelos permitiu a instalação de camelôs em áreas do Centro Comercial, além de criar um código de posturas para o município no que diz respeito ao tipo de produto que pode ser comercializado e os horários de funcionamento permitidos aos mesmos.

De 2001 a 2008, quem assumiu o governo municipal foi o Sr. João Henrique Pimentel. Apoiado inicialmente pelo então governador João Capiberibe, o prefeito – engenheiro de formação e Secretário de Planejamento no governo Capiberibe – realizou a integração da Zona Norte com a Zona Sul da Cidade através da ponte “Eng. Sérgio Arruda”, viabilizou a manutenção asfáltica do centro da cidade e montou, em conjunto com diversos setores da sociedade local o Plano Diretor da Cidade de Macapá¹⁰⁴. Em relação ao nosso objeto de pesquisa, o papel da URBAM – hoje SEMDUH – e da SEMAT foram fortalecidos no sentido de buscar estratégias de urbanização do Centro Comercial. O que se percebeu, na verdade, foi a apropriação do papel do “rapa”, tão comum nos grandes centros por parte dos fiscais destas secretarias em relação aos hoje empreendedores populares com um nível de incisão maior em relação ao ambulante, uma vez que os confiscos de material de comercialização eram frequentes.

Em relação esta situação, quando foi perguntado a Sra. Rachid Lima – secretária de urbanização da administração João Henrique – qual era o papel real da URBAM em relação ao trabalhador informal da cidade. Obtivemos a seguinte resposta:

Esta é uma situação bastante delicada, pois sempre associaram a URBAM com a repressão ao trabalhador, mas não é verdade. Desde a implementação do Plano Diretor nós temos tentado criar estratégias de alocação dos trabalhadores em áreas do Centro Comercial que não atrapalhassem o fluxo de veículos e, ao mesmo tempo, determinassem o surgimento de uma relação harmônica entre as pessoas que trabalham por lá. A URBAM tem fiscais para fazer valer o Código de Posturas do Município e, além disso buscar soluções para dar uma qualidade de vida melhor para os próprios trabalhadores e para os frequentadores do Centro Comercial. Um outro detalhe que as pessoas geralmente não comentam é que tentamos criar um camelódromo na Cora de Carvalho, mas os trabalhadores não esperaram nem iniciar as obras e já tomaram posse do local construindo estruturas de madeira em condições

¹⁰³ Posteriormente, quando no governo do estado, Capiberibe inaugurou a Casa do Artesão em substituição ao Centro de Artesanato como uma forma de valorizar a identidade local e fornecer um ponto fixo de venda para os artesãos.

¹⁰⁴ O Plano Diretor da Cidade de Macapá foi criado em 2001, obedecendo aos preceitos discutidos no documento intitulado “Nosso Futuro Comum”, criado pela comissão Brundtland em 1988 e ao que foi discutido na Conferência Rio Eco-92, onde os pilares para o surgimento de uma cidade adequada seriam desenvolvimento econômico, qualidade de vida para os seus habitantes e sustentabilidade ambiental.

precárias. Ainda disseram que a URBAM deveria dar as mínimas condições de funcionamento para o local, mas o que pôde ser feito foi a instalação da rede elétrica e de fornecimento de água. Não fomos e nem somos uma instituição repressora, mas sim agentes da lei que estão para cumpri-la de alguma forma (Rachid Lima, Ex-Secretária de Urbanização na gestão João Henrique Pimentel, Junho/2008).

Ainda na entrevista feita com a ex-secretária, ela nos informou que a PMM tinha planos de dinamizar as áreas do Centro Comercial com a criação de espaços para a comercialização de mercadorias e serviços realizados por informais em determinadas áreas da cidade, mas que o contato com os representantes do setor informal era difícil, pois na opinião dela poucas vezes eles conseguiam manter o diálogo aberto com as autoridades e geralmente não cumpriam os acordos estabelecidos. Ela nos repassou a seguinte afirmação:

Para você ter uma ideia de como é difícil lidar com os trabalhadores informais, vou partir do seguinte princípio: eles não conseguem seguir acordos. Chegamos a um acordo aqui em uma reunião e eles vão lá na base e o descumprem. Depois, quando vamos exigir o cumprimento do acordo, muitas vezes eles se utilizam de ações intempestivas e violentas, onde tínhamos por vezes que apelar para a Polícia Militar para reprimir tal ação e garantir a integridade física de nossos agentes, mas o que aparece na mídia? Que a URBAM é repressora e age com violência desmedida. Não é isso! O que acontece é que a responsabilidade de manter a ordem e o equilíbrio sociais são obrigações do Estado e por isto as pessoas pensam que somos, ou melhor, fomos violentos. A imprensa não estava disponível para acompanhar nossas reuniões dos grupos de trabalho e nem apontar as soluções e os acordos com os representantes do setor informal, mas mesmo assim fazíamos o nosso trabalho (Rachid Lima, Ex-Secretária de Urbanização na gestão João Henrique Pimentel, Junho/2008).

Quando foi perguntado para a ex-secretária se a PMM agia de acordo com as propostas do CDL e da ACIA, ela afirmou que a Prefeitura era uma representação democrática popular, apartidária e voltada para os interesses do povo, onde a gestão foi eleita para garantir uma melhor qualidade de vida para a população.

Roberto Góes foi eleito em 2008, num processo marcado por duras críticas ao seu antecessor que caíra em descrédito junto à população. Deputado Estadual de dois mandatos, Góes foi eleito prefeito de Macapá após vitória sobre Camilo Capiberibe (PSB) em segundo turno. Após acusação em denúncias de corrupção apontadas na Operação Mãos Limpas, ele foi derrotado em 2012 por Clécio Luís, eleito pelo PSOL e reeleito em 2016 pela Rede Sustentabilidade. Foi eleito Deputado Federal em 2014 e considerado inelegível em 2018, mais uma vez envolto em denúncias de corrupção.

Uma das primeiras providências tomadas pelo Prefeito quando tomou posse foi a criação da Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR, empossando a Sra. Gláucia Maders – Secretária Municipal de Meio Ambiente na gestão anterior – como secretária. Com mestrado em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá, a Secretária iniciou uma

série de debates e estudos para a viabilização de pontos de venda para os trabalhadores informais, bem como reformas nos arredores da Casa do Artesão para a comercialização de comidas típicas e lanches.

Durante a primeira parte pesquisa, no período de julho a novembro de 2008, nos encontrávamos diante da transição de um governo marcado pelo descrédito junto à população para um governo ideal desenhado por campanhas de marketing. Com a posse de Roberto Góes concretizada, partimos para a entrevista com a Secretária nos meses de abril e julho de 2009. Explica-se esta diferença de datas pela ação de desocupação das vias públicas do Centro Comercial de Macapá a partir dos eventos de 03 de julho do corrente ano.

Na entrevista feita no mês de abril, a Secretária nos falou dos planos, estudos e estratégias encaminhados para o setor informal. A percepção do crescimento populacional aliado ao processo migratório, bem como o inchaço do mercado de trabalho informal foram percebidos por ela, que nos fez a seguinte afirmação:

Como você pode ter percebido em campo, a cidade de Macapá tem uma população pobre e voltada para o mercado informal muito grande. O grande problema está na forma de ocupação deste espaço, que é muito desordenada e chega até a causar transtornos nas vias públicas. Inicialmente, tratamos de manter um diálogo com as associações de trabalhadores do setor para chegarmos a um consenso sobre a viabilização do Plano Diretor de fato na cidade sem interferir nas suas atividades, pois onde iriam ficar estes trabalhadores? Com esta preocupação e também com a preocupação de zelar pelo patrimônio público, realizamos uma série de estudos e chegamos a conclusão que seria possível a implementação de dois camelódromos no Centro Comercial, nas Avenidas Antônio Coelho de Carvalho e Cora de Carvalho, onde ficariam os camelôs e alguns ambulantes e a padronização dos quiosques da área da Praça Zagury destinadas aos ambulantes. Desta forma, acredito que todos sairiam ganhando: os trabalhadores estariam com seus alvarás de funcionamento e devidamente cadastrados, o comércio poderia realizar suas atividades comerciais sem conflitos com os ambulantes e o município poderia, além de organizar estas atividades, ganhar com o recolhimento dos tributos, o que não acontece hoje (Gláucia Maders, Secretária de Manutenção Urbanística, Abril/2009).

Para citar um exemplo vivido na primeira abordagem no campo de pesquisa, no dia 03 de julho de 2009, o Prefeito Roberto Góes encaminhou uma ação de desocupação da Área Comercial a partir da ação de agentes da Guarda Municipal de Macapá – GMM, Polícia Militar do Estado do Amapá – PM/AP e até do Exército Brasileiro – EB. De acordo com o que foi percebido no campo, foi informado para os ambulantes no final do mês de junho que haveria uma ação de desocupação da Área Comercial e as associações do setor organizaram uma forte resistência ao trabalho dos fiscais da então Secretaria Municipal de Manutenção Urbanística –

SEMUR¹⁰⁵ e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT desde o dia 01. A força-tarefa procurou cumprir uma determinação do Ministério Público do Estado do Amapá – MP/AP que exigia a retirada dos trabalhadores das ruas, desarmando as barracas e exigiram a saída dos ambulantes das calçadas para desobstruir o passeio público e melhorar a imagem do centro da cidade. seu início se deu forma truculenta contra os trabalhadores, pois os mesmos se recusavam a desocupar os espaços onde trabalhavam e os policiais fizeram valer o princípio do chamado ‘uso legítimo da força’ para remover os trabalhadores do local. O resultado foi um conflito com 35 feridos e muitos trabalhadores ambulantes e alguns camelôs com sua mercadoria apreendida, além do esvaziamento das ruas do comércio e a desobstrução das calçadas naquele momento.

De acordo com um dos interlocutores na pesquisa de campo:

A gente esperava que eles viessem com brabeza mesmo, mas ninguém esperava que eles viessem jogando gás e soltando bala de borracha na gente. A gente resistiu na marra porque tem família de trabalhador aqui que depende da rua para viver e o Roberto – prefeito – só fez promessa de ajudar a gente e a resposta foi essa. Eu mesmo, como o senhor pode ver, levei bala de borracha na perna e a prefeitura não vai pagar tratamento. Não tenho outra opção, professor! Tenho que trabalhar e só dá na rua nesse momento. Bora ver como vai ser, mas a gente volta e eles tiram a gente e pra ganhar dinheiro a gente tem que ir pra rua de noite aventurar, já que eles têm muita preguiça de passar o rapa de noite, né? (M. S., 30 anos, Pesquisa de Campo, Julho/2009).

Três dias depois da desobstrução do passeio público, ocorreu a segunda etapa, mas desta vez de forma pacífica e os trabalhadores restantes foram retirados das ruas, em grande parte pelo fato de que a PMM, através de seus órgãos, sentiam a necessidade de uma intervenção no sentido de cumprir normas legais em relação ao passeio público, como uma forma de dar uma resposta a parte da sociedade que fomentou o debate em torno dos ambulantes e ocupação irregular de calçadas. A reportagem de Elden Carlos, presente no jornal ‘Diário do Amapá’ de 07/07/2009 mostra como o processo foi realizado:

Ontem, 6, a força-tarefa da Prefeitura de Macapá que cumpre uma determinação do ministério Público do Estado que exigiu a desobstrução do passeio público no centro da cidade retornou a área comercial para dar continuidade a ação que iniciou na sexta-feira 3, diferentemente do episódio ocorrido no primeiro dia quando houve confronto entre policiais e manifestantes, ontem a desocupação foi pacífica. Além dos mais de cinquenta guardas municipais, a operação também contou com reforço de várias viaturas da polícia Militar e o grupo de Choque do Batalhão de Operações Especiais (BOPE).

¹⁰⁵ Nome dado pela nova gestão municipal à antiga Secretaria Municipal de Urbanismo – URBAM, atual Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – SEMDUH, que na gestão do Prefeito Clécio Luís (2012-2020) passou a atuar em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico - SEMDEC.

O grupo especializado em debater situações de crise ficou em estado de alerta na praça Veiga Cabral, ele só agiria caso houvesse um novo tumulto, o que felizmente não aconteceu.

A secretária de Manutenção e Urbanística Gláucia Maders disse que a ação de ontem foi focada diretamente na rua Candido Mendes. A secretária explicou que ainda esta semana ela e a equipe de técnicos da PMM estarão reunidos com lideranças da classe de Trabalhadores autônomos para definirem regras e estabelecer onde eles serão alocados. Ela reforçou o posicionamento de que a Prefeitura não vai recuar no cumprimento da determinação que foi requerida pelo Ministério Público Estadual (In: SILVA; MIRANDA, 2016, p. 21-22).

Em julho de 2009, com a ação organizada pela PMM para a desocupação do Centro Comercial, onde os ambulantes foram a classe mais atingida, a Secretária foi enfática e apresentou uma mudança brusca de discurso:

Muita gente pensa que nós fomos arbitrários, mas a situação não é bem essa. Desde o início de nossa gestão vínhamos tentando manter um canal de comunicação com os representantes dos trabalhadores do setor informal sem sucesso. Para que possamos realizar o nosso projeto, tivemos que desocupar a área, realizar um cadastramento destes trabalhadores e a sua realocação em áreas a serem destinadas pela prefeitura. Não bem assim como está sendo visto pela imprensa, que vitimiza o trabalhador e nos coloca na condição de vilões arbitrários, jogando a opinião pública contra a nossa gestão. Posso garantir que nunca, eu disse nunca, foram tomadas medidas legais para a regularização deste setor e quem vinha sofrendo com isso era a cidade e o contribuinte. A cidade sofria pelo fato de não poder ser viabilizado nenhum projeto de reurbanização e manutenção das vias públicas e o contribuinte pagava despesas com a manutenção da cidade sem o devido ressarcimento destes trabalhadores, que não pagavam imposto. É preciso ter muito cuidado com o que aconteceu no dia 03, pois dali partiremos para um amplo projeto de urbanização da cidade, instalação de camelódromos, shoppings populares e áreas de comercialização de bebidas e lanches, tudo voltado para dar melhor qualidade de vida para a população (Gláucia Maders, Secretária de Manutenção Urbanística, Julho/2009).

O prefeito desta época tem uma relação de parentesco direto com o então e atual gestor estadual – Waldez Góes – se utilizou da grande popularidade do governador, bem como o poder dos meios de comunicação para desqualificar os trabalhadores e alegar que fará uma área para o seu exercício de trabalho para que as ruas fiquem mais bonitas. Esqueceu-se ele de afirmar como ficaria a situação do trabalhador naquele contexto. Em entrevista feita no dia 06/07/2009 ao apresentador Seles Nafes do APTV, da TV Amapá – afiliada da Rede Globo, o Prefeito não soube definir como ele vai resolver a situação dos informais em curto prazo, pois na sua visão em longo prazo ele pretendia inaugurar Shoppings Populares para realocar os camelôs e áreas específicas no Centro da cidade para abrigar os ambulantes, fato este que, na realidade, não ocorreu.

A gestão de Roberto Góes (2008-2012) foi marcada pelo amplo apoio do Governo do Estado da época e da classe empresarial local, que se configura como um forte grupo de pressão sobre a administração pública. Cabe ressaltar que os financiamentos de campanhas eleitorais

reforçavam o caráter de alinhamento da PMM com a classe empresarial e a forma como as políticas públicas são aplicadas nas áreas de principal circulação de pessoas e mercadorias da cidade.

Na sua breve gestão, os ambulantes foram retirados de seus locais de trabalho e não houve nenhum tipo de debate com o setor para criar estratégias para o setor, condicionando-os apenas a trabalhar em horários onde a fiscalização era menos rígida como o início da manhã ou durante o período noturno, promovendo o meu deslocamento nestes horários para poder obter informações para a construção deste estudo. Além disso, o cadastramento não foi realizado e os trabalhadores que têm que sustentar suas famílias não visualizaram as alternativas descritas pela Secretária, o que denota uma descaracterização deste trabalhador e de sua importância para as atividades do comércio local.

Esta situação configura a Área Comercial de Macapá com uma sociedade estratificada em conexão com o capitalismo dependente que explicita – no Brasil – uma extrema concentração de riqueza, prestígio social e poder político. Nesse contexto, o sociólogo Florestan Fernandes (apud IANNI, 2005, p. 254) afere que o Estado é utilizado como instrumento de dominação burguesa, o que “[...] faz com que aquilo que parece ‘democrático’, na superfície, seja de fato ‘autoritário’ e ‘autocrático’, em sua essência”. Contudo, as sociedades não são estáticas, mas “[...] há mais de três quartos de século da universalização do trabalho livre e da proclamação da República, a mudança social ainda não se dá para a sociedade brasileira como um todo, mas para uma minoria privilegiada” quando se fala em termos de concentração de renda comparável com o padrão de vida das elites.

Diante disso, políticas públicas voltadas para o financiamento técnico, econômico, cultural e político, servem a propósitos privados, isto é, “[...] para expandir a rede de negócios e de poder dos estratos sociais dominantes” (FERNANDES apud IANNI, 2005, p. 255), enquanto que os interesses da grande massa excluída são ignorados. Desse modo, mudança social no Brasil atrela-se a controle social e dominação de classe.

Na opinião de Fernandes (apud IANNI, 2005, p. 256):

Os “problemas” que ganham prioridade são os problemas que afetam os interesses, a segurança ou a rede de poder da minoria privilegiada, insensível aos dramas humanos ou desumanos das massas e pouco sensível às “questões de ordem nacional” que não a ponham em risco visível.

Destarte, uma ordem social alicerçada sobre uma estrutura de poder econômico, social e político desigual confere peso diverso às diferentes classes, sugerindo que não é somente a

inexistência de solidariedade da base que explica a debilidade da classe dominada, pois o processo de mudança é fenômeno especificamente político. Assim, para controlar o espaço político, a elite nacional em aliança com a burguesia dos países desenvolvidos endurece mais que nas nações capitalistas hegemônicas, a ditadura de classe, através do fortalecimento do Estado, enquanto instrumento de autocracia de classe, para estabilizar as condições políticas do desenvolvimento econômico e reproduzir as forças políticas divergentes (FERNANDES apud IANNI, 2005)¹⁰⁶. É neste ponto que se insere até que ponto do debate o Poder Público atua realmente a favor dos interesses da classe trabalhadora ou da classe burguesa constituída na realidade macapaense.

Eleito em 2012 com uma proposta diametralmente oposta ao seu antecessor, Clécio Luís chegou causando forte impacto inicial, em especial pelos investimentos nas áreas da educação, assistência social, saúde e habitação, sendo que nesta última aproveitou o *boom* habitacional promovido pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC2, através do Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV. Hipoteticamente, podemos afirmar que tais investimentos o fizeram sobreviver aos eventos de 2013¹⁰⁷ e alicerçaram a sua reeleição em 2016.

¹⁰⁶ Ora, explicita-se no cenário político a subordinação do Estado aos interesses de classe, transformando-se os regimes eleitorais em veículos de enriquecimento pessoal. Observa-se, a crescente falta de legitimidade, através de escândalos de corrupção envolvendo “os representantes políticos”.

¹⁰⁷ Inicialmente voltada para combater os reajustes considerados abusivos no transporte público das principais cidades do país, este movimento começou a ganhar força a partir de manifestações contra a realização da Copa do Mundo de Futebol e de combate ao que foi chamado pelos meios de comunicação à época de ‘corrupção endêmica’, que grassava em todos os campos do setor público no país. Tido como um movimento apertadário e visto inicialmente como desorganizado, em verdade o que houve foi uma defenestração dos movimentos sociais e populares – tidos por alguns de seus manifestantes como visceralmente ligados aos partidos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT), então no poder federal na gestão de Dilma Rousseff – e a geração de um clima de insatisfação generalizada contra toda a classe política do país, tida como corrupta e envolta em escândalos de corrupção. Os atos de 2013 afetaram profundamente a realidade política brasileira a partir da não reeleição de governadores – em especial os de partidos de esquerda – e uma guinada de parte significativa da população aos valores incutidos na realidade pré-1964, de ‘ameaça’ comunista, ‘destruição’ do Brasil e subversão dos valores ditos como ‘tradicionais’, ou seja, o retorno ao velho corolário do ‘Deus, Pátria, Família’ que promoveu o cenário ideal para a efetivação da ditadura militar implantada no país por 21 anos (1964-1985). Mesmo reeleita por margem muito pequena de votos contra o candidato Aécio Neves (PSDB), o segundo governo de Rousseff tornou-se inviável em virtude de uma conjunção de situações que acabaram provocando o seu processo de impeachment – legitimado pelo Congresso Nacional em 2016 –, fato este bem aproveitado por setores ligados aos movimentos de direita no país como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o então deputado do ‘baixo clero’ Jair Bolsonaro, eleito presidente em 2018. Como o Brasil é um país altamente personalista (LAMOUNIER; MENEGUELLO, 1986), alguns prefeitos bem ranqueados conseguiram ‘escapar’ da fúria da opinião pública e se manter na gestão de importantes cidades brasileiras e, no caso de Macapá, o processo significou a manutenção de Clécio Luís na PMM e a derrota de Camilo Capiberibe na sua reeleição contra o ex-governador de dois mandatos Waldez Góes em 2014. Vale ressaltar que Góes foi derrotado para o Senado Federal por Randolfe Rodrigues (PSOL, depois Rede Sustentabilidade) e João Capiberibe (PSB) em 2010 em virtude das acusações na ‘Operação Mãos Limpas’ da Polícia Federal, o que marca um cenário de contradição profunda no Estado, pois ele foi reeleito em 2018 mesmo sendo considerado culpado em acusações ligadas a esta operação e, mais recentemente, de apropriação dos recursos provenientes dos empréstimos consignados dos funcionários públicos, que cassaram o seu mandato e o tornaram inelegível no início de 2020. De acordo com dados do TRE-AP (2018), parcela significativa da população que votou em Góes, votou em Bolsonaro, que em uma de suas bandeiras para vencer a

A partir do início de sua gestão na PMM, Clécio Luís realizou um amplo reordenamento das secretarias e algumas passaram a ter fundamental papel na formulação e gestão de políticas públicas voltadas para a economia popular, em especial a criação das secretarias de Desenvolvimento Urbano e Habitacional – responsável pela gestão do espaço urbano – e Desenvolvimento Econômico – responsável pelo incremento das atividades econômicas e dos potenciais produtivos.

Tido popularmente como um ‘tocador de obras’, Clécio vem apresentando algumas alternativas para a Área Comercial de Macapá, em especial com a ocupação da região da Avenida Antônio Coelho de Carvalho pelo Feirão Popular – mesmo que este movimento tenha sido originado ainda na gestão de Roberto Góes –, a reforma do Mercado Central e o cadastramento dos chamados empreendedores populares para legalização de suas atividades. Vale informar que foi identificado na pesquisa institucional realizada em 2018 que a SEMDUH fica responsável pelo cadastramento e controle das atividades realizadas nas vias públicas e a SEMDEC pelo fomento de atividades que proporcionem o empreendedorismo popular, no qual busca-se uma solução para a questão da informalidade no lugar.

Uma das principais dificuldades de analisar institucionalmente os órgãos públicos nas cidades do Amapá é a utilização da chamada ‘tática de terra arrasada’, na qual a gestão seguinte, se for de tendência opositora ao governo do estado de então ou ao prefeito anterior, tem de começar praticamente do ‘zero’, não havendo uma transição adequada. Na pesquisa institucional esta tática foi percebida quando da busca dos dados no primeiro período (2006-2008), no qual os dados não foram cedidos pelo argumento de que não havia um controle disponível e que, para os trabalhadores das ruas, ainda não tinham organizado o setor.

Na sequência desta investigação (2016-2018), foi detectado que, com o mínimo de organização, a PMM pode apresentar dados consistentes que apontam as principais atividades realizadas pelos agora chamados ‘empreendedores populares’, presentes no quadro XX abaixo, que aponta os principais locais de comercialização onde atuam os camelôs e ambulantes – definidos pela PMM como empreendedores populares – na cidade de Macapá:

QUADRO 04 – LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO DOS EMPREENDEDORES POPULARES DE MACAPÁ

PRINCIPAIS LOCAIS DE COMERCIALIZAÇÃO	QUANTIDADE DE EMPREENDIMENTOS/BANCAS	PRINCIPAIS PRODUTOS E
---	---	------------------------------

eleição afirmou realizar um amplo combate à corrupção, ou seja, o que significa um processo de mudança no cenário federal não significa, necessariamente, mudança no quadro de poder local.

		SERVIÇOS COMERCIALIZADOS
PRAÇA DO CÔCO (BEIRA-RIO)*	36 QUIOSQUES	- BEBIDAS - FRUTAS E SUCOS - ALIMENTOS (MACAXEIRA FRITA, BATATA FRITA, QUEIJOS E FRIOS)
PRAÇA MARLINDO SERRANO (ÁREA EM FRENTE AO ANTIGO HOTEL MACAPÁ)	17 QUIOSQUES	- BEBIDAS - ALIMENTOS
COMPLEXO SANTA INÊS (BEIRA-RIO)	12 QUIOSQUES	- BEBIDAS - ALIMENTOS - COMIDA REGIONAL
COMPLEXO DO ARAXÁ	12 QUIOSQUES	- BEBIDAS - ALIMENTOS - COMIDA REGIONAL
PRAÇA JACY BARATA (PRÓXIMO À PRAÇA DO CÔCO)	04 QUIOSQUES 05 BALOEIROS 05 CAMAS ELÁSTICAS/PULA-PULA	- BEBIDAS - ALIMENTOS - BALÕES - USO DE CAMA ELÁSTICA
COMPLEXO BEIRA-RIO (EM FRENTE À PRAÇA DO CÔCO)	28 BANCAS MÓVEIS 02 BANCAS FIXAS	- ALIMENTOS (BATATA, CHURROS, SORVETE, MACAXEIRA FRITA)
FORTALEZA DE SÃO JOSÉ DE MACAPÁ	42 AMBULANTES	- ALIMENTOS (BATATA, CHURROS, SORVETE, PIPOCA) - BALÕES - USO DE CAMA ELÁSTICA
PRAÇA FLORIANO PEIXOTO	04 QUIOSQUES 17 AMBULANTES	- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL, PIPOCA, CHURROS, CHURRASCO) -BALÕES
PRAÇA CHICO NOÉ	13 TRAILLERS DE LANCHONETES	- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL)
PRAÇA N. S. FÁTIMA	10 TRAILLERS DE LANCHONETES 01 TRAILLER DE MASSAGEM 01 BANCA DE REVISTA	- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL, PASTÉIS, CHURROS) - LIVROS (NOVOS E USADOS), JORNAIS E REVISTAS
ENTORNO DO HOSPITAL DE EMERGÊNCIAS	09 TRAILLERS DE LANCHONETES	- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL)
PRAÇA BARÃO DO RIO BRANCO	04 TRAILLERS DE LANCHONETES 01 ÔNIBUS MÓVEL 01 BANCA DE REVISTA 03 AMBULANTES	- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL, BATATA, CHURROS, SORVETE, PIPOCA) - LIVROS (NOVOS E USADOS), JORNAIS E REVISTAS
LATERAL DO MACAPÁ HOTEL	05 TRAILLERS	- SERVIÇOS DE CONCERTO DE CELULARES E ACESSÓRIOS

		- ALIMENTOS (LANCHES EM GERAL)
PRAÇA DA CAIXA D'ÁGUA (BAIRRO DO BURITIZAL)	18 AMBULANTES 04 QUIÓSKES DO GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ	- ALIMENTOS (COMIDA NA CHAPA E LANCHES EM GERAL) - COMIDAS TÍPICAS - BALÕES - USO DE CAMA ELÁSTICA
AVENIDA PADRE JÚLIO MARIA LOMBAERD	24 AMBULANTES NA ÁREA CENTRAL DA CIDADE	- BEBIDAS - ALIMENTOS (REFEIÇÕES, SORVETES) - ACESSÓRIOS PARA CELULAR - PENDRIVES COM MÚSICA - DVD'S DE FILMES - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES
AVENIDA PROFESSORA CORA DE CARVALHO	36 ESTABELECIMENTOS FIXOS OCUPADOS POR CAMELÔS	- ALIMENTOS (REFEIÇÕES E LANCHES) - ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - DVD'S DE FILMES - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS - REDES PARA DORMIR - ROUPAS E ACESSÓRIOS - PERFUMES
AVENIDA MENDONÇA JÚNIOR	25 ESTABELECIMENTOS FIXOS OCUPADOS POR CAMELÔS	- ALIMENTOS (REFEIÇÕES E LANCHES) - BEBIDAS - ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS - PERFUMES
RUA SÃO JOSÉ	41 AMBULANTES	- BEBIDAS - ALIMENTOS (REFEIÇÕES E LANCHES) - ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - DVD'S DE FILMES - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS

		<ul style="list-style-type: none"> - SOMBRINHAS - PENDRIVES COM MÚSICA - PRODUTOS PARA CABELOS - CONserto DE RELÓGIOS - VENDAS DE SEMIJÓIAS
RUA CÂNDIDO MENDES	31 AMBULANTES	<ul style="list-style-type: none"> - BEBIDAS - ALIMENTOS (REFEIÇÕES E LANCHES) - ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - DVD'S DE FILMES - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS - SOMBRINHAS - PENDRIVES COM MÚSICA - PRODUTOS PARA CABELOS - CONserto DE RELÓGIOS - VENDAS DE SEMIJÓIAS
RUA TIRADENTES	06 AMBULANTES	<ul style="list-style-type: none"> - ALIMENTOS (LANCHES) - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - SOMBRINHAS - PENDRIVES COM MÚSICA - CONserto DE RELÓGIOS
MERCADO CENTRAL (ÁREA EXTERNA)	115 BANCAS FIXAS	<ul style="list-style-type: none"> - ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - ROUPAS - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS - ALIMENTOS E BEBIDAS - OURIVESARIA - PRODUTOS PARA CABELOS - CONserto DE RELÓGIOS - VENDAS DE SEMIJÓIAS E ÓCULOS - SAPATEIROS - COSTUREIROS

		- CONserto DE BOLSAS E MOCHILAS
FEIRÃO POPULAR	112 BANCAS FIXAS	- ACESSÓRIOS E ASSISTÊNCIA PARA CELULAR - DVD'S DE FILMES - PRODUTOS DA TERRA E SEMENTES - PRODUTOS TECNOLÓGICOS E IMPORTADOS - SOMBRINHAS - PENDRIVES COM MÚSICA - PRODUTOS PARA CABELOS - CONserto DE RELÓGIOS - VENDAS DE SEMIJÓIAS E ÓCULOS - ROUPAS E CALÇADOS

FONTE: SEMDUH/SEMDEC, 2017-2019.

PESQUISA DE CAMPO, CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ, 2016-2019.

(*) Áreas em destaque pertencentes ao Centro Comercial da Cidade de Macapá.

Considerando os locais de comercialização, foi percebido na pesquisa de campo que, mais do que simplesmente um espaço físico ocupado, a cidade é considerada como o local no qual os indivíduos constroem suas relações de socialidade e produzem várias cadeias de significados, identidades, lutas e contextos. A partir dessa elaboração conceitual, percebemos como o cidadão organiza, se apropria e reproduz a sua própria história e a do contexto em que vive, onde trabalha, com quem se relaciona e de que forma ele percebe o reflexo do tempo e o desenvolvimento do espaço, pois cada pedaço da cidade tem o que dizer e cada pedaço da Área Comercial de Macapá tem seu conjunto de regras de convivência próprios, construídos pelos indivíduos que lá trabalham.

Rolnik (2004 apud LEÃO; SANTOS, 2018) lembra que o desenho arquitetônico de uma cidade traz uma compreensão sobre o tempo ido e as mudanças promovidas, já que cada canto conta uma história. Segundo a autora, a arquitetura de uma cidade é o registro da vida social e das ações das pessoas e governos no seu espaço, que conferem um novo significado para o território, promovendo, de acordo com o tempo e as formas de ocupação, processos de ressignificação do urbano e a ocupação das ruas pelos trabalhadores informais como camelôs e ambulantes, além de outros trabalhadores das ruas como frentistas, mototaxistas e feirantes é uma forma de se perceber como não somente o espaço, mas também a dinâmica econômica e social sofre com os reflexos do tempo e isto incide diretamente na cidade.

Quando se observa o espaço comercial de uma cidade, procura-se observar também como se dão as dinâmicas de consumo destes locais e como os cidadãos se apropriam destes

espaços, como as pessoas trabalham neles e como as relações sociais e de classe são estabelecidas. Nas áreas comerciais da Região Norte do país, por exemplo, as pessoas não vão ao comércio apenas para obter bens, elas vão aos centros comerciais como uma forma de se sentir inseridas na realidade da cidade, de respirar os ares do popular que não estão presentes nos supermercados e shopping centers, ou seja, elas atribuem um significado no ato de circular pelo comércio e fazer suas compras, um significado de contato mais genuíno com a cidade e a sua gente, um sentimento de reciprocidade com o espaço que se vive, onde as trocas vão para além das puramente econômicas e assumem um caráter simbólico, de pertencimento ao local onde vivem e de apropriação da cidade e da cultura, considerando que a cultura é considerada um conjunto de sistemas simbólicos, onde as pessoas não consomem apenas produtos, mas sim linguagens, histórias, memórias, informações e identidades do local onde vivem ou estão a conhecer e este ‘caldo’ cultural é bastante evidente nos espaços de grande circulação de pessoas como as áreas comerciais (MAUSS, 2003).

Em algumas cidades da Região Norte, a relação do cidadão com o espaço comercial gera expressões designadas de acordo com o sentido dado ao centro comercial e, às vezes, até a sua localização geográfica de fato e a designação de bairros da cidade como forma de demarcá-los como comerciais. Expressões como “vou lá embaixo”, “vou no veropa”¹⁰⁸ ou “tô indo no Buritizal” e “vou lá na rampa”¹⁰⁹ mostram como é a relação dos moradores de Belém e Macapá – esta definida como área-tronco deste estudo – com o comércio e a distribuição geográfica da cidade, no qual os trabalhadores informais fazem parte deste contexto.

Cardoso (2013; 2014) apresenta uma perspectiva em espectro renovado sobre os debates com relação ao termo informalidade, partindo da premissa da Socialidade como principal mecanismo que ordena as dinâmicas das vidas econômica e social. Com a aplicabilidade de

¹⁰⁸ Expressões utilizadas em Belém-PA, quando as pessoas se referem a área comercial da cidade. A primeira vem da ideia de que a área comercial, que é considerada como centro na estruturação da cidade, mas que geograficamente fica numa área próxima do Rio Guamá e, portanto, na parte baixa da cidade. A segunda se refere ao ato de ir a região do Mercado do Ver-o-peso, um dos principais cartões postais de Belém, onde hodiernamente as pessoas produzem este neologismo tipicamente paraense e vão neste mercado para comprar frutas, legumes, carne, peixe, roupas e as chamadas “essências do Pará”, que vão desde os banhos feitos com o cozimento ou infusão de ervas para todo tipo de problema espiritual até as famosas garrafadas, feitas a partir da mistura de ervas e destinada para a cura de doenças das mais variadas por meio da automedicação homeopática.

¹⁰⁹ Expressões frequentemente utilizadas na cidade de Macapá para designar, na primeira expressão, a ida à Feira do Produtor Rural, localizada no bairro do Novo Buritizal – Zona Sul da cidade e distante do centro comercial – e a segunda expressão se remete às rampas de acesso aos navios localizadas no bairro Santa Inês – Zona Leste, mas próxima do centro – que, todas as manhãs descarregam produtos do pescado como camarão e peixes variados, além de frutas da estação e, em especial, o açaí, produto fundamental na dieta do macapaense e que, muitas vezes, substitui o arroz e o feijão e é consumido com algum tipo de alimento salgado como peixe, camarão e charque e até alguns embutidos como carne enlatada e mortadela frita. A circulação de pessoas e mercadorias nas primeiras horas da manhã é intensa nestes locais e os produtos, além de frescos, são considerados como financeiramente mais em conta pelos moradores de áreas próximas e até de locais mais afastados da cidade que lá compram os produtos.

uma sociologia do mercado de trabalho que dialoga com os campos da sociologia econômica, ele apresenta uma análise crítica sobre as teorias que trabalham com o setor informal apartado do setor formal. Em seu argumento, o centro financeiro do sistema capitalista atua como uma força gravitacional que torna as atividades econômicas mais intensas nas áreas com maior circulação de mercadorias, pessoas e serviços – o que propicia uma maior possibilidade de socialização e de relações de socialidade – e, quanto mais distantes deste centro gravitacional, menores e menos intensificadas são as relações econômicas de troca e as relações de socialidade.

Mesmo sendo o principal centro de circulação de mercadorias e serviços da cidade de Macapá, o centro comercial está caracterizado por um cenário de precariedade absoluta. Com relação a infraestrutura, as ruas apresentam um péssimo estado de conservação, dada a presença constante de buracos nas vias, espaços depredados e que não obedecem o próprio Código de Posturas do Município de Macapá, com uma forte ocupação das calçadas em alguns pontos da cidade a partir da efetivação de ‘corredores’ de pessoas que vendem os seus produtos, produzindo nos dias de forte calor – de julho à dezembro – uma sensação de sufocamento e nos dias chuvosos a falta de espaços para se proteger das mesmas. No caso do nosso objeto, a pesquisa identificou as principais ruas onde se realizam as principais atividades dos empreendedores populares.

Circulei pelas ruas do centro comercial para verificar, como um *flâneur*, as que apresentavam atividades informais com maior intensidade e, a partir deste olhar, visualizar a colocação destes trabalhadores nas ruas, as condições de trabalho, de vida, as ruas onde ocorrem as relações comerciais e os processos de socialização, em uma perspectiva pautada nos estudos de Rocha e Eckert (2003; 2013), quando adotam uma nova perspectiva de estudo chamada de etnografia de rua.

De acordo com as autoras, cabe ao pesquisador – no caso, o antropólogo – buscar neste processo uma relação de reciprocidade com o local pesquisado e a etnografia funciona como uma forma de expor as relações dialéticas estabelecidas nos espaços do urbano, pois como *flâneur* a caminhar pelos espaços do urbano “[...] compreende o evento etnográfico como um jogo da memória criativa, um projeto compartilhado de ação no mundo da vida urbana, aberto a interpretações e ao reconhecimento crítico do percurso analítico” (ROCHA; ECKERT, 2013, p. 40).

Neste sentido, vale apontar que ao produzir uma etnografia de rua não se deixa de fazer uma antropologia urbana, mas, além de estabelecer um estudo antropológico *na* cidade, conforme os estudos de Durham (1986) e Oliven (1985), se faz uma antropologia *da* cidade, já

que o pesquisador se propõe a ser uma fonte de compreensão do próprio *modus operandi* da cidade, pois

Tornar-se «um» com os ritmos urbanos é perder-se no meio da multidão, se deixar possuir por alguma esquina, fundir-se nos encontros fortuitos, mas é também localizar-se nas conversas rápidas dos habitantes locais, registrar piscadelas descompromissadas dos passantes, rabiscar apressadamente um desenho destas experiências no seu bloco de notas, «bater» algumas fotos, gravar algumas cenas «estando lá». Desenhos, croquis, anotações, fotos, vídeos etc. No dizer bachelardiano, para se praticar uma boa etnografia de rua o pesquisador precisa aprender a pertencer a este território como se ele fosse sua morada, lugar de intimidade e acomodação afetiva, através dos devaneios do repouso (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 4).

Para a observação do centro comercial da cidade de Macapá, o ato de andar pelas suas ruas obedeceu – em sentido inicial – ao que as autoras chamam de etnografia *na* rua, pois a mesma consiste

[...] no desenvolvimento da observação sistemática de uma rua e/ou das ruas de um bairro e da descrição etnográfica dos cenários, dos personagens que conformam a rotina da rua e bairro, dos imprevistos, das situações de constrangimento, de tensão e conflito, de entrevistas com *habitués* e moradores, buscando as significações sobre o viver o dia-a-dia na cidade (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 5).

Com base neste percurso, além da caminhada pelas ruas do Centro, houve instantes, nos dois momentos da pesquisa, em que fui efetuando compras para estabelecer um primeiro contato e, ao mesmo tempo, falava sobre as condições da cidade, buscava algumas informações sobre os preços dos produtos e as situações em que eles se viam na relação com os agentes públicos e os empresários, principalmente com as pessoas que não havia identificado na fase 2006-2008, pois com base na visão de Rocha e Eckert (2003), o pesquisador deve observar a cidade

[...] como objeto temporal, lugar de trajetos e percursos sobrepostos, urdidos numa trama de ações cotidianas. Percorrer as paisagens que conformam um território, seguir os itinerários dos habitantes, reconhecer os trajetos, interrogar-se sobre os espaços evitados é evocar as origens do próprio movimento temporal desta paisagem urbana no espaço. [...] um território fluído e fugaz em alusão "a unidade de uma sucessão diacrônica de pontos percorridos, e não a figura que esses pontos formam num lugar supostamente sincrônico ou acrônico" (ROCHA; ECKERT, 2003, p. 5).

Em um segundo momento, após criar uma relação de confiança, foi necessária uma abordagem formal, na qual me apresentei como professor universitário e pesquisador para conter o medo que muitos dos interlocutores ainda têm dos agentes públicos da PMM, em especial os funcionários das atuais SEMDUH e SEMDEC, além de agentes da Guarda

Municipal; A terceira frente – a partir de uma relação de confiança estabelecida – foi a da realização de entrevistas com os interlocutores – empreendedores populares, empresários e agentes públicos – no sentido de apontar as diferenças de opinião entre eles.

Com relação aos chamados empreendedores populares ambulantes, eles concentram suas atividades em locais de intenso fluxo de pessoas como praças, eventos bancos, igrejas e repartições públicas, além das ruas mais movimentadas da cidade.



Foto 14: Ambulante comercializando seus produtos na Rua São José.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Quando perguntados aos entrevistados em quais locais eles mais comercializam os seus produtos, foi constatado que eles comercializam os seus produtos no ‘Complexo Beira-rio’, espaço da cidade correspondente à Praça Jacy Barata – popularmente chamada de Praça Zagury, a parte ao lado do Macapá Hotel, as cercanias Casa do Artesão e da Fortaleza de São José de Macapá, além das ruas Cândido Mendes, São José e Independência. Estes trabalhadores comercializam desde bebidas alcoólicas e lanches até churrascos e batatas fritas, bem como consertos de relógios, venda de antenas de televisão e controles remotos, óculos de grau e de sol, guarda-chuvas e sombrinhas, meias, CD’s e DVD’s piratas e *pendrives* com pastas de músicas gravadas de acordo com o gosto do cliente. Além disso, outros ambulantes realizam suas atividades em espaços como as praças Veiga Cabral (Centro), Barão do Rio Branco (Centro), Bandeira (Centro) e N. S. Conceição (Bairro do Trem), onde comercializam comidas típicas e bebidas como refrigerantes, guaraná, água mineral, água de coco, bombons e cervejas.



Foto 15: Vendedor de tapioca na esquina da Rua São José com a Av. Antônio Coelho de Carvalho.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Para efeito de ilustração, serão apontadas as atividades dos camelôs e ambulantes nas avenidas Cora de Carvalho e Mendonça Júnior, nas ruas Cândido Mendes e São José, nas cercanias do Mercado Central de Macapá e no Feirão Popular, zonas de principal fluxo de comercialização da cidade e que apresentam, segundo dados da SEMDUH/SEMDEC – confirmados por esta pesquisa de campo – a maior concentração destes empreendedores.

Em 2008, foi identificado na Avenida Cora de Carvalho, entre as ruas São José e Cândido Mendes, 65 bancas de camelôs. Definimos *banca* ou *barraca* pela forma de sua armação: estrutura de madeira em uma área fixa, com iluminação e fornecimento de água, de acordo com Sena (1999; 2002). Na época, o número ímpar se justificava pela presença de uma grande banca na confluência entre a Av. Cora de Carvalho e a Rua Cândido Mendes que vende, até os dias atuais, roupas e redes. Cabe apontar que nesta rua, sendo larga para os padrões do desenho urbano de Macapá as bancas estão localizadas na parte central da mesma – que no desenho original do centro da cidade funcionaria uma espécie de canteiro, promovendo um estreitamento na circulação de automóveis em suas duas mãos, no qual mal passa um veículo de passeio, pois quem circula de carro tem que desviar das vias esburacadas e dos carros estacionados, além de outras bancas que não conseguiram se estabelecer na parte central. Destas 65 bancas, 35 vendiam roupas e todo tipo de confecções, 07 vendem redes e bolsas, 08 vendem bolsas e calçados, 10 vendem produtos importados e 05 tratam de assistência técnica de relógios e telefones celulares, de acordo com as imagens abaixo:



Foto 16: Barraca na Av. Cora de Carvalho
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/2008.



Foto 17: Camelôs da Av. Cora de Carvalho
Fonte: Pesquisa de Campo, Novembro/2008.

Durante a pesquisa de campo, realizada em 2018, foi percebido que os dados fornecidos pela PMM confirmaram com o que foi levantado e registrou uma grande redução no número de bancas, com 36 ao total.

A partir da inserção no lugar, foi verificado que não houve redução do espaço, mas sim a otimização do mesmo, pois as bancas que vendem roupas e sapatos, além de uma de redes e

outra de manutenção de aparelhos eletrônicos expandiram os seus negócios a partir da compra de bancas vizinhas, cujos donos foram para outros espaços de comercialização do centro como o Feirão Popular e as cercanias do Mercado Central recentemente reformulado e entregue para a população.

De acordo com o relato de um dos interlocutores – visitado por mim nos dois momentos da pesquisa –, a criação do Feirão Popular foi importante para expansão das bancas nesta rua:

Quando criaram o feirão na Henrique Galúcio, teve gente que se mandou daqui pra ter barraca lá, principalmente o pessoal que conserta telefone celular. O que alguns de nós fizeram foi comprar os pontos e compramos mais artigos pra vender. Eu, por exemplo, tô vendendo roupa e calçado e antes vendia só roupa. O vizinho aqui vendia só rede, se o senhor lembra e agora tá vendendo roupa também. O do meu lado não quis ir pro Feirão e comprou a outra banca do lado pra vender óculos, além de consertar celular. Pra Cora não ficar vazia, a gente comprou e cresceu nosso negócio, o que acabou não sendo ruim e agora que a prefeitura tá organizando cadastro, a gente vai até ver como virar microempresário, ou como eles falam, empreendedor, né? Mas a gente cresceu bem aqui na Cora (J. P., 48 anos, Dono de banca de roupas e calçados na Cora de Carvalho, Pesquisa de Campo, Centro Comercial de Macapá, 2018).

Na Avenida Mendonça Júnior, antiga Rua do Canal, existiam, em 2008, 76 barracas de camelôs, além de 53 ambulantes. Com base nas observações de campo, foi percebido que destas 76 barracas, 10 vendem roupas e todo tipo de confecções, 10 vendem redes e bolsas, 12 vendem bolsas e calçados, 25 vendem comidas e lanches, 15 vendem produtos importados e 04 tratam de assistência técnica de relógios e telefones celulares, tendo como exemplo a foto abaixo:



Foto 18: Ambulantes na Av. Mendonça Jr.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Nas andanças da pesquisa de campo, foi identificada a mesma estruturação de trabalho presente na Av. Cora de Carvalho, ou seja, a mesma infraestrutura com barracas de madeira instaladas de forma precária na lateral de um canal que serve tanto para a vazão das águas pluviais quanto do esgotamento sanitário para o Rio Amazonas, sendo uma região insalubre caracterizada pela presença em muitos momentos dos dias de calor por um odor forte – consequência do esgotamento sanitário – e nos dias de chuva pelas possibilidades de cheia do canal em virtude do alto volume de águas do Rio Amazonas.

Um detalhe na época diferenciava a Av. Mendonça Júnior da Av. Cora de Carvalho: a grande presença de ambulantes localizados, em especial, ao lado de uma instituição bancária e nas laterais opostas ao canal, formando um grande corredor com as lojas que vendiam desde controles remotos até lanches variados (Foto 19). Atualmente, somente os camelôs em barracas fixas ainda não foram removidos pela Prefeitura Municipal de Macapá.



Foto 19: Artigos vendidos por ambulantes no chão da Av. Mendonça Jr.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Ao ser perguntado sobre o trabalho nas condições vistas na foto acima, um ambulante entrevistado declarou:

A gente tenta vender o que tem da forma que dá, mestre. Eu ainda não tenho condição de ter uma banca aqui no centro e nem a tela pra poder andar com os meus produtos. Como o senhor pode ver, coloco os meus produtos no chão, mas vendo do mesmo jeito. Olha só que não sou apenas eu que vendo desse jeito. O mais engraçado é que

quando a prefeitura vem aqui, eles dizem que tenho que arrumar pelo menos uma banca pra colocar os meus produtos e poder guardar eles no fim do dia, mas não falam em nenhum momento como vão fazer com a gente (C., 35 anos, Pesquisa de Campo, Centro Comercial de Macapá, 2008).

A foto 20 abaixo mostra como funciona uma barraca nesta avenida. Observando os detalhes da mesma, percebe-se ao fundo as barras que formam o cercamento do canal, a banca/barraca organizada de forma precária, sem iluminação e sem um sistema de banheiros. Além disso, a figura abaixo representa a forma como alguns destes empreendedores trabalham com o seu negócio: eles vendem produtos dos mais variados e oferecem serviços variados e tentam, da melhor forma possível, ocupar todos os espaços do seu negócio.



Foto 20: Banca na Av. Mendonça Jr.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Com a remoção dos ambulantes da Área Comercial em julho de 2009, alguns destes foram alocados no Feirão Popular em 2014 e outros se deslocaram para outros pontos da cidade, fazendo com que este número caísse drasticamente para 25 barracas de camelôs, fruto de desapropriações da área localizada entre as ruas São José e Tiradentes e de um processo de expansão das bancas semelhante aos da Cora de Carvalho na região entre a Rua Cândido Mendes e Binga Uchôa, no qual bancas vendem desde lanches até acessórios para telefones celulares. Cabe ressaltar que esta área é de uma atividade comercial intensa devido, especialmente, à proximidade com uma das principais instituições bancárias do estado e com um fluxo significativo de potenciais clientes, em especial do funcionalismo público, fator fundamental de movimentação econômica da cidade.

As ruas São José e Cândido Mendes apresentam forte semelhança quanto à presença de trabalhadores ditos empreendedores populares nelas, pois elas tinham, respectivamente, 65 (São José) e 50 (Cândido Mendes) no primeiro período pesquisado e, segundo os dados da SEMDUH/SEMDEC/PMM obtidos em 2019, têm 41 e 31 ambulantes nas suas calçadas, conforme o exemplo da foto abaixo:



Foto 21: Banca de bolsas na Rua Cândido Mendes.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

A redução na ocupação destas ruas tem como explicação dois momentos já citados neste estudo: o processo de desocupação das ruas do centro comercial em 2009 e a instalação de alguns destes trabalhadores no Feirão Popular a partir de 2014, quando deixam a condição de ambulantes e assumem a de camelôs regularizados e devidamente cadastrados pela PMM que os tratam como empreendedores populares, termo incorporado e entronizado por estes trabalhadores.

As diferenças mais significativas se encontram exatamente na concentração destes trabalhadores, pois na Rua São José eles estão mais presentes nos pontos de ônibus – por onde passam a maioria dos coletivos que atendem a cidade – e na Cândido Mendes – que tempos atrás tinham linhas de ônibus e atualmente não circulam mais – a maior concentração fica em frente a uma agência bancária e formam um grande corredor em frente às lojas de menor porte que, diferentemente dos donos de pequenas lojas, apresentam um regime de socialidade que chamo de ‘socialidade acomodada’, pois se baseia em uma conveniente relação de troca com estes trabalhadores, seja na forma de captação de clientes, onde os donos de lojas indicam os ambulantes quando estes vendem produtos que estes não têm, seja na situação inversa, mas

sempre com o condicionante de que quem está com o seu negócio legalizado tem prioridade para vender o seu produto ou serviço, em uma situação completamente desigual.



Foto 22: Ocupação de Ambulantes na Av. São José.
Fonte: Pesquisa de Campo, Outubro/2008.

Neste sentido, os vínculos estabelecidos entre os donos de lojas e os trabalhadores nas ruas apresentam esta condição de ‘socialidade acomodada’, no qual a atividade na rua, na visão do dono da loja, é um concebida como um setor da economia que apresenta um conjunto de relações nas quais os sujeitos convivem no mesmo espaço, mas há dentro do mesmo uma hierarquização das relações de poder a partir da premissa de/o: tamanho da loja onde os ambulantes estão estabelecidos; situação de legalidade/ilegalidade e; produtos vendidos serem diferentes do que as lojas oferecem.

Esta situação tida como comum é descrita em uma das falas dos interlocutores desta rua, pequeno empresário do ramo de ourivesaria:

Eles – **os trabalhadores ambulantes** – indicam nossos comércios e a gente não fresca com eles. Quando a gente não tem alguma coisa aqui na loja ou não tá prestando algum serviço, a gente indica um dos meninos aí de fora pra ninguém ficar sem dinheiro, né? Mas também a gente não deixa ficar inchando de gente por aqui, senão vai ficar igualzinho como era antes do Feirão Popular e não se tinha controle do negócio aqui pela rua e não se via dinheiro. Depois que a prefeitura tirou o pessoal da rua – **em 2009** –, os que ficam aqui na frente das nossas lojas meio que fizeram esse acordo com a gente pra ficar aqui e eles acabam ajudando a gente a ganhar dinheiro. Eles têm medo demais da fiscalização, meu mano¹¹⁰, mas agora parece que a prefeitura tá resolvendo o problema desde o ano passado (P. C., 42 anos, proprietário de ourivesaria na Rua Cândido Mendes, Área Comercial de Macapá. Pesquisa de Campo, Macapá, 2018 – grifos meus).

¹¹⁰ Expressão idiomática local.

Esta ideia de ‘socialidade acomodada’ percebida na pesquisa de campo se apresenta de uma forma diferente da concepção simmeliana. No entender de Cardoso (2019), o processo de Socialidade

[...] não é um atributo de quem é sociável, ou afável, ou senhor(a) de normas de civilidade. Não é “a forma lúdica da sociação”, como em Simmel. Ela não é um atributo de relações sociais tampouco. Na verdade, ela não é um atributo de qualquer tipo. Ela não qualifica algo, não é predicado, mas sim substantivo, e é nesse sentido que se pode falar em sociabilidade capitalista, por exemplo, que tem como linha de força central, mas não única, a distribuição desigual dos recursos materiais, simbólicos e de poder, e a apropriação privada da produção social e de seus recursos, o que requer um tipo específico de legitimação das posições ocupadas e atualizadas pelos agentes, legitimação que é aspecto estruturante das expectativas recíprocas de dominantes e subalternos, e de cada categoria entre si. A sociabilidade, enquanto esses encontros como atualização daquelas expectativas, supõe diferença e alteridade, já que compromete a subjetividade dos agentes, e por estar irremediavelmente vazada pelas linhas de força do ordenamento social, atualizando-as e questionando seus horizontes, é *constituída* por relações de poder. A sociabilidade, pois, é uma prática agonística, que coloca em questão, constantemente, o lugar (enquanto espaço social identitário) de cada qual, indivíduo ou grupo, na ordem social (CARDOSO, 2019, p. 36-37).

Ainda na concepção de Cardoso (2019) o processo de socialidade é um conjunto de inter-relações resultantes no sistema capitalista

[...] do modo de operação das linhas de força que estruturam a ordem social, linhas que organizam as expectativas recíprocas de grupos e classes sociais quanto: (i) aos valores mais gerais de orientação da ação recíproca, ou da ação que toma o outro em conta; e (ii) aos padrões prevaletentes de justiça, ou de bem comum, ou “do que deve ser” a vida em comum; e, com ambos, as próprias ações recíprocas. A sociabilidade, então, são as trocas materiais e simbólicas, ao mesmo tempo estruturadas pelo que estou denominando linhas de força da ordem social, e estruturantes dessas mesmas linhas, trocas que, por essa mesma razão, interpelam constantemente as subjetividades, já que a todo momento exigem tomadas de posição, escolhas e decisões conducentes, de modo menos ou mais estruturado, à construção de identidades individuais e coletivas. [...] *momento* da construção de múltiplos nós e outros significativos, da atualização, verificação e confronto intersubjetivos de valores, percepções de mundo e identidades, ocorrendo, pois, num ordenamento cultural específico, sendo sempre situada espacial e temporalmente. A sociabilidade é a própria ordem social em movimento, o momento de atualização e inquirição de seus horizontes e de seu modo de estruturação, que, por isso, é constitutivo da ordem ela mesma. Emprego “momento” em sentido hegeliano, isto é, como atualização de possíveis, mas não de possíveis “lógicos”, ou racionais, ou transcendentais, e sim de possíveis *finitos*, inscritos nas expectativas mútuas, portanto culturalmente delimitados (CARDOSO, 2019, p. 36).

Neste sentido, a proposta de Cardoso enfoca que a informalidade se apresenta como uma forma social do trabalho que apresenta processos constantes de sentido e ressignificação nas sociedades contemporâneas, mas que não se perdem na sua essência, quando tratamos das relações estabelecidas em uma área comercial, ou seja, o trabalho é “[...] uma potência, ou um

conjunto de possibilidades, habilidades, anseios e projetos de indivíduos (e por vezes coletividades) que só se realiza (ou se objetiva) nas formas sociais que assume” (CARDOSO, 2014, p. 2).

No caso do Centro Comercial de Macapá, as atividades informais se apresentam como uma forma social do trabalho que se materializa a partir de um *continuum* específico de situações em que os mecanismos do sistema capitalista são percebidos a partir de um conjunto de relações baseada em uma reciprocidade instrumental e conveniente com o claro objetivo de construir relações econômicas e sociais voltadas para o lucro, cujas relações são pautadas em uma confiança de risco constante, seja na relação compra-venda com o cliente, seja na relação empresário/empreendedor popular, seja na relação empreendedor popular/poder público. Situação semelhante foi percebida na pesquisa de campo quando da ida ao Feirão Popular, inaugurado para ser provisório em 2014 e que ganhou ares de definitivo até os dias atuais na Avenida Antônio Coelho de Carvalho entre as ruas São José e Tiradentes.

Após a operação de retirada dos ambulantes das calçadas em julho de 2009, os mesmos ficaram sem exercer suas atividades por aproximadamente dois meses, pois foram proibidos de trabalhar nas ruas e não havia um local específico para que pudessem desenvolver suas atividades comerciais, o que para muitos causou diversos problemas levando em consideração que não tinham como gerar renda para o sustento de suas famílias ou para pagar as contas que atrasavam pela falta de dinheiro, situação esta presente na fala de um destes trabalhadores na sua entrevista:

A prefeitura tirou a gente da rua onde ganhava dinheiro e muita gente aqui passou por muita necessidade e alguns até fome. Pro senhor ter uma ideia, fomos até lá pra pedir pro prefeito resolver a nossa situação, porque a gente tava trabalhando de noite pra evitar os fiscais e ter pelo menos o que comer. Então, o prefeito mandou a gente se arrumar pelos lados do Mercado Central onde tinha muita gente já ou perto de lá na Antônio Coelho. Eles fizeram umas marcações no chão, um cadastro lá pra gente e uma cobertura bem escrota pra gente ficar, dizendo que depois iam dar prioridade pra nós no novo Mercado Central. Pelo menos deu pra gente ir pagando as contas e quando a gente viu, já são mais de dez anos que a gente tá aqui e a prefeitura nova só veio atualizar o cadastro, trocar a cobertura e colocar uma instalação elétrica bem ruim, mas que a gente usa, né? E assim a gente tem o Feirão Popular (J. P., 40 anos, dono de banca no Feirão Popular. Pesquisa de Campo, 2018).

De acordo com a fala do informante, os trabalhadores se uniram e se organizaram para reivindicar junto ao poder público um espaço para que pudessem exercer suas atividades, recebendo da Prefeitura a promessa da construção de um Shopping Popular, que seria construído na Avenida Henrique Galúcio, entre as ruas São José e Tiradentes, sendo o local destinado para esses trabalhadores remanejados das calçadas. O projeto inicial estava orçado

em R\$ 8 milhões e contava com 32 estandes reservados aos feirantes, 54 para bares e lanchonetes, 108 para lojas e 154 para armarinhos, tudo dentro de uma estrutura de três pavimentos, seria construído com recurso de convênio entre Prefeitura de Macapá e o Governo do Estado do Amapá, estes à época (2008) governados pelo mesmo grupo político-partidário¹¹¹.



Foto 23: Venda de bolsas no Feirão Popular.
Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Enquanto o Shopping não fosse entregue aos trabalhadores, eles precisariam de um espaço para desenvolver suas atividades e assim, como uma alternativa para esses trabalhadores, a prefeitura criou um local, que ficou conhecido inicialmente como Camelódromo e posteriormente denominado de Feirão Popular. A princípio, o Feirão seria um local provisório para comportar os ambulantes retirados das ruas em julho de 2009, no qual cada trabalhador receberia um espaço específico para desenvolver suas atividades, com uma expectativa inicial de oito meses até a entrega do shopping e, em face desta situação de caráter provisório, o espaço não oferecia uma infraestrutura apropriada para os trabalhadores remanejados. Em 2014, o Feirão passou por um processo de revitalização realizado pela prefeitura de Macapá em parceria com o Governo do Estado, com o intuito de oferecer

¹¹¹ Neste caso, os primos Roberto Góes (prefeito) e Waldez Góes (governador) davam as cartas no jogo político da capital. Conforme foi dito anteriormente, este cenário mudou completamente com a deflagração da Operação Mãos Limpas em 2010, que culminou na derrota de Waldez para o Senado Federal e de Roberto para a reeleição em 2012, onde Camilo Capiberibe e Clécio Luís emergem como novos gestores do estado e do município, respectivamente.

condições mais dignas de trabalho para os seus integrantes, que há anos clamavam por melhorias na estrutura do local em que se encontravam.



Foto 24: Parte frontal do Feirão Popular.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Entre as benfeitorias realizadas na revitalização do feirão popular, pode-se destacar a substituição das seis tendas de cobertura, um total de 747 metros quadrados, a recuperação da estrutura metálica, fixação de um toldo no entorno para minimizar a exposição ao sol e proteger das chuvas, substituição completa da parte elétrica, instalação de ventiladores para melhorar a circulação do ar e ainda um sistema de som, executado pela Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura Urbana – SEMOB/PMM, com orçamento de R\$ 296 mil e inaugurado no dia 23 de outubro de 2014.

O Feirão Popular foi instituído como local provisório para os trabalhadores, mas o projeto de Shopping Popular ainda nem saiu do papel nos dias atuais. Os trabalhadores ainda permanecem no mesmo local, agora com melhor infraestrutura devido a revitalização e demais ações do governo, contudo, para um projeto que teria duração de oito meses passou a ser o próprio Shopping Popular, o espaço dos trabalhadores que com o passar dos anos acabaram criando raízes no local, conquistando a sua clientela e criando o seu círculo de trabalho, tanto que hoje muitos não sentem mais a necessidade de mudança para o Shopping Popular, pois já se adaptaram ao ritmo do Feirão, fato perceptível na fala de um dos trabalhadores do lugar:

Nós tá aqui desde o comezinho do Feirão. O João falou pro senhor como foi a nossa história. O Roberto veio com aquela conversa toda em 2009 de que a gente ia ficar somente um tempo e já tamos há dez anos. Pra te falar a verdade, macho, eu nem penso em sair daqui porque eu sei que não vai sair nada de lá da prefeitura. O povo é muito gargantudo e a gente só que um local pra ficar e garantir o nosso dinheiro de sol a sol. A gente pediu apenas pra padronizar o lugar, organizar os boxes pra gente ter onde guardar as mercadorias e cada um ter o seu ponto. A gente pediu também pra que a prefeitura ou o governo garantissem a segurança dos nossos pontos contra os roubos, né? A gente só quer ganhar o nosso dinheiro e ficar em paz (P. J. 36 anos, dono de banca de óculos no Feirão Popular de Macapá. Pesquisa de campo, 2019).

Em virtude da não construção do Shopping Popular ao longo dos anos, o Feirão deixou de ser um espaço provisório e se tornou o próprio Shopping Popular, se consolidou e se tornou ponto de referência no centro macapaense, onde os trabalhadores desenvolvem diversas atividades como manutenção de celulares, relógios e eletrônicos, venda de confecções e acessórios em geral, entre outros. Os donos de bancas já possuem sua clientela, suas formas de trabalho e organização e em sua maioria não esperam mais pela construção do Shopping Popular, já criaram vínculos no Feirão e o veem como local de trabalho definitivo e nem se veem como ambulantes, pois ganharam um novo status como camelôs e percebem isto como uma forma de evolução econômica:

Quando eu tava na rua direto, vivia com medo de tudo por causa da prefeitura e que todo tempo a gente tava brigando com dono de loja que não gosta de ambulante. Agora, tô aqui no meu ponto – **banca/barraca** – e ninguém mexe comigo. Quando tem movimento bom, vendo meus produtos bacana e quando não tem, espero que a coisa mude sem me preocupar em ter minha mercadoria apreendida pela prefeitura, se bem que esse aí – **o prefeito Clécio Luís** – é mais gente boa que o pessoal do Roberto. Além disso, tem também que as pessoas já sabem o que tem aqui em vem de boa pra comprar, o que facilita quando a gente tem um ponto. Eu acho que sou um camelô mesmo ou empreendedor popular como eles falam hoje, porque tenho onde ficar, sou cadastrado e minha mercadoria tá segura. Não preciso do Shopping Popular não (P. J. 36 anos, dono de banca de óculos no Feirão Popular de Macapá. Pesquisa de campo, 2019).

Eu sou camelô hoje em dia e até me esqueço que andava com um tabuleirinho pela rua pra fazer o meu serviço de consertar relógio e celular lá pela Mendonça Júnior ou pela Cândido Mendes. Tenho meu ponto fixo, guardei dinheiro pra comprar outro pro meu filho que não quis estudar e agora ele tem um aqui perto de mim, fico no calor, mas não fico no sol como antes e posso dizer até que tenho uma renda boa, diferente de quando eu era ambulante (J. P. 40 anos, dono de banca no Feirão Popular. Pesquisa de Campo, 2018).

Durante as andanças pelo local na minha *flânerie*, conversei com alguns dos clientes do Feirão e eles gostam do lugar, mesmo com toda a precariedade do mesmo, pois existe uma ampla diversidade de produtos e serviços e que se encontra praticamente tudo que se precisa em um mesmo lugar, além dos preços mais acessíveis, características que contribuíram para que o Feirão conquistasse sua clientela, como podemos perceber na fala de uma cliente:

Aqui no Feirão é muito bom de comprar as coisas, por que sai tudo mais em conta do que no resto do Centro ou numa loja autorizada pra consertar celular que cobra sempre mais caro. Aqui é bom e barato e ainda tem a loja do chinês aqui do lado pra comprar coisas bem em conta que a gente não encontra aqui. (M. C. 22 anos, cliente do Feirão Popular de Macapá. Pesquisa de campo, 2019).

Com base nesta informação, percebe-se que se cria uma relação composta por várias reciprocidades ao ser efetuada uma compra, pautadas em uma relação de confiança recíproca entre o camelô/empreendedor e o cliente:

[...] o sujeito ofertante acredita que o sujeito demandante se aproximando não é um policial disfarçado, ou que não o roubará. O sujeito demandante espera comprar a mercadoria por um preço justo, que o camelô também não lhe roubará, e mesmo que permitirá a troca caso a mercadoria apresente defeito. Esse acordo tácito também está presente na decisão de um camelô que, para vender suas mercadorias na rua, necessita antes comprá-las desse ou daquele “muambeiro”. Nesses exemplos, não há dúvidas de que a sociabilidade, lastreada na confiança, é a condição da transação comercial em foco (PERES, 2015, p. 283).

Situação muito semelhante detectada nesta *flânerie* é percebida também nas cercanias do Mercado Central de Macapá (Fotos 25 e 26), localizado na Rua Cândido Mendes, recentemente reformado e entregue para a população em janeiro de 2020, o que me levou a fazer uma visita recente ao lugar. Ao seu redor existiam, em 2008, 80 barracas de camelôs, 40 bancas móveis de camelôs e ambulantes, além da presença de flanelinhas e lavadores de carros. A disposição deste mosaico de trabalhadores é bastante interessante, pois encontra-se um pouco de cada coisa: desde pequenas lojas de roupas e confecções, barracas de venda de refeições ao lado das barracas de venda de roupas, lojas de ourivesaria, conserto de sapatos, bolsas e roupas, venda de artigos de umbanda, ervas, banhos e remédios populares para todas as doenças possíveis, bem comum nas feiras e mercados da Amazônia, além de barracas de verduras, legumes, frutas da estação, peixes e frutos do mar de água doce como caranguejos e camarões.

De acordo com Lobato (2013) e informações da Prefeitura Municipal de Macapá, o Mercado Central de Macapá foi inaugurado pelo governador Janary Gentil Nunes, nos 10 anos da criação do Território Federal do Amapá, no dia 13 de Setembro de 1953, para ser o principal espaço de compras e circulação de pessoas na cidade, como parte do projeto de visibilização da cidade e de efetivação do imaginário civilizador para a cidade, já que a mesma tinha suas feiras em locais mais distantes e na atual orla do bairro Santa Inês, na beira do rio. Sua construção iniciou-se em 1952 e sua conclusão no ano seguinte remete, também aos processos migratórios que construíram a realidade do Território e depois do Estado e que deram início à expansão das atividades comerciais da cidade. Internamente, é constituída internamente por 63 bancas em

seu espaço interno apresenta desde a venda de hortifrutigranjeiros, carnes, peixes, ervas e cheiros até a presença de barbearias, bares e lanchonetes, com destaque espacial para o Bar Du Pedro, existente desde a inauguração e a presença de famílias que se tornaram tradicionais nos pontos internos, transmitindo seu negócio de geração à geração.



Foto 25: Mercado Municipal de Macapá em 2009.

Fonte: Pesquisa de Campo, 2009.

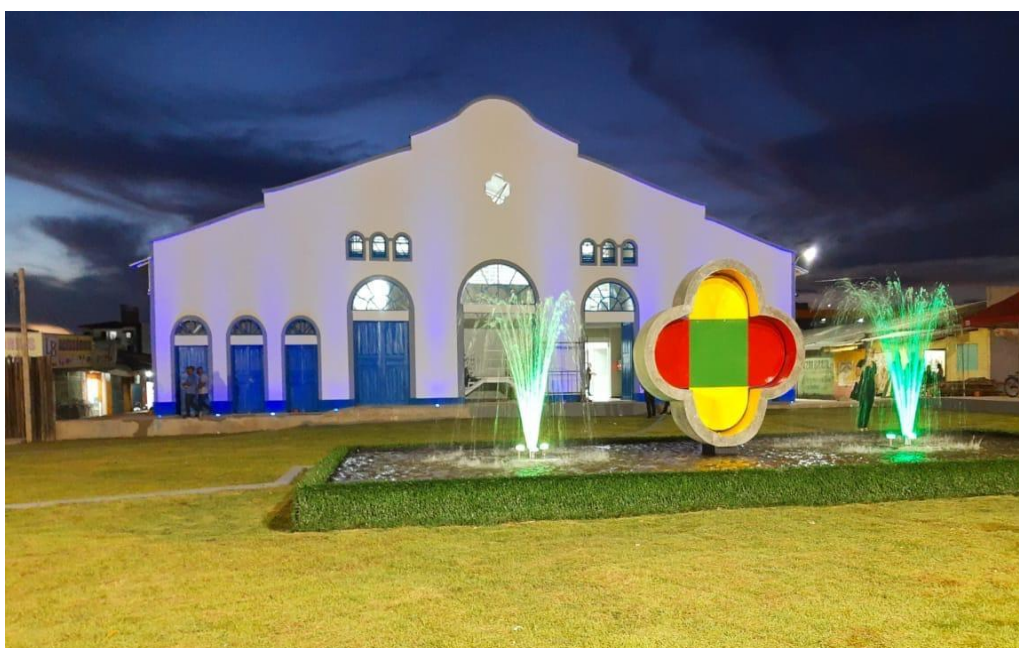


Foto 26: Mercado Municipal de Macapá em 2020.

Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá, 2020.

Durante a pesquisa de campo em sua primeira fase, o Mercado Central havia passado por uma pequena reforma, mas sua área externa apresentava uma ocupação cada vez mais ampla e desordenada, com instalação elétrica e condições sanitárias precárias nas quais os trabalhadores esperavam do poder público soluções para o problema.

Um outro detalhe interessante que foi percebido durante a pesquisa de campo, foi o discurso construído pelos trabalhadores do lugar, pois para a maioria deles a Prefeitura Municipal não iria desapropriá-los e eles se diziam contra a proposta de instalação de um camelódromo na rua lateral do mercado. Como muitos deles já tinham à época mais de 10 anos, não admitiam a presença de “estranhos” no seu território, assumindo a posição de ‘estabelecidos’ no lugar em virtude de grande parte das famílias serem, como na parte interna do Mercado, oriundas dos processos migratórios que construíram a identidade da cidade. As declarações abaixo justificam este posicionamento:

Mestre! Sou feirante há mais de 15 anos aqui no Mercado. Meus clientes já sabem onde vão encontrar o meu produto e eu já tenho uma intimidade com eles. Não é só pobre que vem aqui não. Vem gente de toda a cidade! Então, eu não vou aceitar essa ideia do Roberto – prefeito à época – de montar um camelódromo aqui porque a gente é mais antigo aqui no setor e gente nova vai dar muito trabalho. Além disso, é risco pra gente aqui perder cliente e a coisa aqui vai ficar muito avacalhada. Não aceito isso, não! (Sra. Z. P., Baiana, 50 anos, Dona de Banca de Artigos de Umbanda no Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de Campo, 2008).

Nesse lugar aqui eu faço a minha vida. Se eu sair daqui, não sei o que vou fazer da vida. Mas as autoridades deveriam ver melhor a situação do pessoal aqui do Mercado, pois eles não estão aqui de pavulagem não. Aqui tem muito trabalhador que só sabe fazer isso e agora vem essa história de camelódromo pra cá. Concordo que o comércio ficou mais bonito sem todos aqueles ambulantes lá, mas agora o Prefeito quer limpar a área lá e encher aqui? Não acho isso certo, não! (Sr. J. C. S., Amapaense, 40 anos, Dono de Barraca de Redes no Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de Campo, 2008)¹¹².

Com a reforma iniciada em 2016 e concluída em 2020, a parte frontal do Mercado foi revalorizada e os pontos ali existentes foram desativados, com os seus donos sendo ressarcidos pela PMM e alocados na parte interna ou em outras feiras, segundo informações da SEMDEC/SEMDUH. Sendo assim, a parte externa passou a apresentar 50 bancas fixas e 20 bancas móveis de ambulantes, devidamente cadastrados pelo Serviço Brasileiro de Apoio a Pequena e Média Empresa – SEBRAE/AP e pela SEMDEC/MCP, que passaram a conferir a eles o status de microempreendedores populares, pois alguns destes pontos contam com até 05 funcionários – em especial as pequenas lojas que vendem confecções e as duas farmácias no

¹¹² Convém notar neste momento que estas entrevistas foram obtidas no período compreendido entre 07 e 10/07/2009, em virtude do ato da PMM em retirar os ambulantes das ruas de Macapá e iniciar uma discussão com as associações de camelôs e ambulantes visando a construção de um camelódromo na cidade.

lugar – e regularizou a situação trabalhista dos mesmos junto ao Ministério da Economia¹¹³ e a Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo – SETE/AP.

Sobre esta questão, fui ouvir 11 anos depois os mesmos interlocutores que apontaram as mudanças significativas que aconteceram com a participação do poder público na realidade do Mercado Central:

Olha, meu filho, depois que esse menino assumiu – **Prefeito Clécio Luís** –, a gente achava que ia ser o mesmo papo de sempre pra conseguir voto, ainda mais quando ele veio com essa marmota de reformar o Mercado aqui. Vou te falar que a gente teve muita dificuldade de vender nossos produtos durante a reforma e só conseguia porque a gente tem cliente antigo do rico ao pobre que sempre toma um banho de descarga ou compra alguma coisa pra trazer sorte pro seu negócio. Em todos esses meus mais de 30 anos de mercado ainda não tinha visto nada desse jeito. O pessoal da prefeitura veio sem fazer briga, trouxe um pessoal pra cadastrar a gente e organizar a nossa vida e disse que posso até arrumar empregados. Fica meio complicado arrumar com carteira, porque boa parte dos meninos que trabalham aqui ou são meus filhos ou são meus netos, ou algum filho de santo que me ajuda nas coisas do terreiro que a gente tem e ganham uma ajuda pra trabalhar pra gente. Agora eu acho que vai dar pra passar o negócio pra família cuidar porque estão legalizando os pontos e a gente vai pagar imposto pra ficar aqui protegido pela prefeitura. Além disso, o Mercado ficou bonito e vai atrair turista pra cá e a gente vai vender mais. Se tiver necessidade de regularizar carteira de trabalho, a gente vai fazer porque eu acho que vai dar certo tudo pelo certo, né? (Sra. Z. P., Baiana, 60 anos, Dona de Banca de Artigos de Umbanda no Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de Campo, 2020).

Ainda bem que o senhor veio numa hora boa pra gente falar, porque quando tava na reforma, tava difícil de ter uma renda boa e eu tava até perdendo cliente para o pessoal da Cora, já que aqui tava uma bagunça até a inauguração. Depois que inaugurou, o pessoal da prefeitura e do Sebrae veio aqui pra cadastrar a gente e dizer que pode empregar mais gente no nosso negócio pra gerar renda. Aqui fica difícil, mestre, porque quem trabalha **comigo** é minha mulher e dois dos meus filhos que tão estudando na universidade e fica cada um um tempo com a gente. Não penso em aumentar o negócio como eles querem não, porque meus filhos não querem ficar aqui depois que formar e arrumar emprego. Então, só preciso da minha mulher aqui pra tocar o negócio e ficar com tudo organizado. Agora, vou te dizer que depois que se ajeitou aqui, eu quero vender bem pra compensar o tempo da reforma e garantir minha velhice (Sr. J. C. S., Amapaense, 51 anos, Dono de Barraca de Redes no Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de Campo, 2020).

Cabe apontar aqui que uma característica percebida no decorrer das duas fases da pesquisa é o desenvolvimento da ideia de uma ‘empresa’ familiar nos lugares dominados pelos empreendedores populares camelôs, ou seja, o proprietário do negócio passa a demandar a presença de trabalhadores ligados à família ou redes de Socialidade.

¹¹³ Com a reforma ministerial proposta pelo governo Bolsonaro, o Ministério do Trabalho e Previdência Social foi rebaixado ao status de Secretaria, no qual as duas pastas estão subordinadas ao Ministério da Economia, comandado até a realização desta pesquisa pelo senhor Paulo Guedes. Ao mesmo tempo, o Estado do Amapá, por exemplo, resolveu manter sua Secretaria voltada para o trabalho, indo contra o que foi preconizado pelo Governo Federal.

[...] caso o proprietário do negócio demande mais trabalhadores, ele mobilizará um mecanismo de circulação de informação, não raro, circunscrito às suas redes de sociabilidade e de sua família. Nesse ambiente (lembrando, teórico), amigos, conhecidos e familiares estariam mais dispostos a concordar com relações de trabalho não reguladas, no limite, nem ao menos remuneradas, do que desconhecidos. É uma relação econômica, portanto, mas que para prosperar necessita estar assentada na confiança mútua. Por exemplo, o trabalhador confia que o proprietário pagará o salário apalavrado (ou que pagará assim que puder, caso seja este o acordo estabelecido anteriormente). E também há a confiança de que o trabalhador não entrará na justiça a fim de obter uma quantia em dinheiro (ou a assinatura da carteira de trabalho) por conta de seus direitos burlados (PERES, 2015, p. 285).

Com base no que foi percebido no decorrer da pesquisa que, apesar das tentativas de regularização das bancas e da mudança de status para empreendedores populares, as relações de trabalho ainda permanecem puramente informais, assentadas nas suas redes familiares, de socialidade ou de conterraneidade, fato este muito presente na realidade do Centro Comercial do Amapá. Cabe neste ponto informar que a antropologia têm mostrado que estas relações são conduzidas por instituições tradicionais como **compadrio**, confiança, amizade e crença, no qual o trabalho oferecido funciona como um instrumento de troca simbólica e permanente de favores entre conterrâneos, por exemplo, no qual o dono do negócio procura, de certa forma, garantir um resgate com as suas raízes, mas ao mesmo tempo, paga bem menos do que a regulação estatal exige e o recebedor da ‘dádiva’ cria uma relação de devedor com o patrão, não questionando a legalidade ou não da sua situação de trabalho (LOMNITZ, 2006).

Estudos e pesquisas desenvolvidas nas Ciências Sociais destacam aspectos relacionados às redes sociais e como os laços desenvolvidos entre as pessoas no acesso aos bens (LOMNITZ, 2009; MARQUES, 2010) e se subentende a conterraneidade – no caso de nosso estudo – como um sistema de relações estabelecidas a partir da identidade gerada pela proximidade geográfica dos migrantes que se fixam em um determinado lugar, procurando manter laços fortes com as raízes originárias. No caso da pesquisa de campo em Macapá, uso este termo ao visualizar a associação desenvolvida entre pessoas do mesmo estado de origem, da mesma região ou os seus descendentes que auxiliam em uma espécie de ‘irmandade’ através de uma forte rede social estabelecida para receber seus conterrâneos e ‘empregá-los’ como forma de amenizar as dificuldades da chegada ao lugar ou para absorver os filhos ou parentes, principalmente no mercado de trabalho informal.

O debate parte da ideia de que a socialização é estabelecida a partir de determinadas práticas oriundas de um processo de interação onde

[...] cada ator pode ter interiorizado depende, por isso, da coerência dos princípios de socialização aos quais ele foi submetido. Todo o corpo (individual) mergulhado numa

pluralidade de mundos sociais está submetido a princípios de socialização heterogêneos e por vezes mesmo contraditórios que ele incorpora. (LAHIRE, 2003, p. 39).

Para Lahire (2003), cada indivíduo está em contato com diferentes percepções de *habitus* que não são equivalentes e cada ator tem como finalidade incorporar uma grande variedade de esquemas de ação de acordo com os contextos sociais pelos quais estão inseridos através de outras experiências socializadoras anteriores. No caso dos empreendedores do Centro Comercial de Macapá, os migrantes são originários de diversas partes do país, com uma maior concentração de pessoas originárias do Nordeste brasileiro e do Estado do Pará, que constroem fortes laços de conterranealidade entre si.

Lahire (2004) apresenta uma crítica ao conceito de *habitus* de Bourdieu. Ela aponta que não se pode considerar o indivíduo a partir de um único parâmetro ou princípio de conduta, pois na sua visão, cada ator é concebido de uma forma plural, uma vez que nele estão condensados diversos elementos que constrói uma diversidade de elementos e práticas na qual os elementos se apresentam como socializadores em contextos diversificados que podem ser complementares ou contraditórios, dependendo dos espaços de socialização em que estão inseridos e das redes pelas quais configuram suas vidas.

Neste sentido,

O ator é produto das suas múltiplas experiências passadas, das múltiplas aquisições – mais ou menos acabadas – feitas ao longo das situações vividas anteriormente. Há entre o ator e as situações sociais uma profunda convivência, uma espécie de comunhão natural, sendo o ator o produto da incorporação de múltiplas situações. Põe-se para ele a questão do modo de acumulação-reestruturação das experiências vividas e de atualização desse capital de experiências (incorporadas sob a forma de esquemas) em função de situações encontradas (LAHIRE, 2003, p. 73).

Sendo assim, na visão do autor, o processo de socialização não fica restrito aos processos de interiorização das normas sociais, mas sim os atores procuram compreender como as relações sociais são construídas e quais os processos pelos quais os indivíduos têm acesso aos conjuntos de normas e instituições sociais, pois para ele estudar as formas de socialização é estudar como são construídas as relações sociais, percebendo-as como múltiplas, complexas e que não podem ser compreendidas fora do contexto de cada ator, de forma heterogênea, porque é resultante das redes de relações sociais desenvolvidas pelos indivíduos.

De acordo com Steiner (2006), o conceito de rede social consiste em um conjunto de indivíduos que estão ligados através de uma relação que forma um sistema de vínculos que podem ser tanto diretos ou indiretos e a sua análise permite que possamos construir um olhar

para a estrutura social a partir de uma perspectiva relacional e dá, segundo o autor, uma centralidade a um dos conceitos mais básicos da sociologia, neste caso a análise dos fenômenos a partir do enfoque nos laços ou vínculos entre os indivíduos e as ações passam a ser consideradas como elementos de conexão entre os indivíduos. Quando lidamos como uma situação de construção de confiança estabelecida por meio da conterraneidade, aponto que este laço é construído para além da Socialidade primária e, por isso, se encaixa com o debate estabelecido, pois está centrado no enfoque relacional onde os indivíduos estão visceralmente ligados pela origem regional e o trabalho é uma forma de garantir ao dono da banca/barraca uma espécie de vínculo com a terra ou região de origem.

Em sua construção teórica, Macedo (2010) aponta que as redes sociais são o resultado da compreensão dos mecanismos de socialização e de como os sujeitos se encaixam a partir da produção de pontes para cada situação e a adaptação dos indivíduos aos diferentes grupos sociais. Para ele, no momento em que são compreendidas as estruturas de redes, passamos a compreender como elas mobilizam as vidas cotidianas dos indivíduos e como as Socialidades são desenvolvidas. De acordo com o autor, as redes sociais se apresentam como “[...] padrões complexos de relações de diferentes tipos acumuladas ao longo de trajetórias de vida e em constante transformação” (MACEDO, 2010, p. 16), sendo heterogêneas, dinâmicas e mobilizadas pelos indivíduos de formas diferenciadas, dependendo da situação que os envolve.

Larissa Lomnitz (2009) indica que a noção de redes sociais aponta para uma direção muito importante em sua construção, pois para ela as decisões tomadas pelos indivíduos são resultantes das formas de interação com outras pessoas, onde são praticados os intercâmbios e Socialidades. Ela destaca nessas formas de intercâmbio as redes de reciprocidade baseadas nas relações de confiança, fator importante para a construção destas relações com vistas a garantir a sobrevivência podendo ser baseadas no parentesco, fator este detectado no universo da pesquisa de campo, quando da montagem do negócio, em especial nas bancas/barracas dos empreendedores populares/camelôs na cidade de Macapá.

Para a autora,

As redes podem construir-se de acordo com a intensidade do intercâmbio entre seus membros e vão daquelas com uma grande participação no intercâmbio, onde existem pequenas distâncias físicas, sociais e econômicas; as outras nas quais a confiança é muito grande e a participação no intercâmbio é mínima (estas últimas são compostas por famílias vizinhas, mas sem relação de parentesco). Em situações intermediárias existem redes de parentes e vizinhos que representam um sistema de segurança vital para a sobrevivência (LOMNITZ, 2009, p. 212).

A autora aponta três possibilidades de intercâmbio entre os indivíduos que compõem cada rede estabelecida:

[...] de reciprocidade, relacionada a bens e serviços, fazendo parte de uma relação social duradoura; de distribuição, quando os bens estão concentrados inicialmente em um indivíduo ou grupo e; de bens e serviços com base na demanda e sem implicações sociais de longo prazo (PETRÓ, 2015, p. 10).

A autora indica que, ao se tratar das relações de reciprocidade, os bens e serviços são desenvolvidos da seguinte forma, reforçando as relações de conterranealidade que servem como base para as relações estabelecidas entre os chamados empreendedores populares de Macapá:

Informação – são intercambiados diferentes tipos de informação que variam de instruções para emigração, informações sobre oportunidades de moradia e trabalho, orientação geral e específica acerca da vida na cidade e mexericos.

Ajuda laboral – ao unirem-se a uma rede social, os novos membros, economicamente ativos, são apresentados ao grêmio que é o suporte da rede. Os recém-chegados entram como aprendizes sem receber honorários, e este salário se distribui a um grupo de 10 trabalhadores enquanto os novos aprendem seu ofício.

Empréstimos – os empréstimos são de dinheiro, alimentos, ferramentas, roupa e todo tipo de artigos de uso pessoal e doméstico.

Serviços – entre os serviços que se intercambiam com maior frequência, estão a hospedagem de emigrantes e visitas para as famílias recém-chegadas do campo; ajuda aos parentes necessitados, especialmente às viúvas, órfãos e doentes; ajuda para a construção e manutenção das casas e de serviços menores como o cuidado das crianças; as compras e o carregamento de água.

Apoio moral – as redes sociais são mecanismos que geram solidariedade, a qual se generaliza por todas as circunstâncias da vida; a solidariedade implica em amizade que, com frequência se faz de modo formal através do compadresco (LOMNITZ, 2009, p. 212-213 – grifos da autora).

Foi percebido que, ao estabelecer as relações de conterranealidade entre os trabalhadores, os indivíduos mobilizam e passam a investir os recursos sociais e pessoais no decorrer das suas relações com vista no tipo de retorno que esta situação pode trazer, inclusive as posições sociais que decorrem das mesmas. Na realidade da pesquisa, em algumas das bancas/barracas os seus respectivos donos ‘contratam’ alguns trabalhadores ou aprendizes vindos da mesma localidade, ligados às famílias oriundas do local ou mesmo de estados diferentes de sua origem.

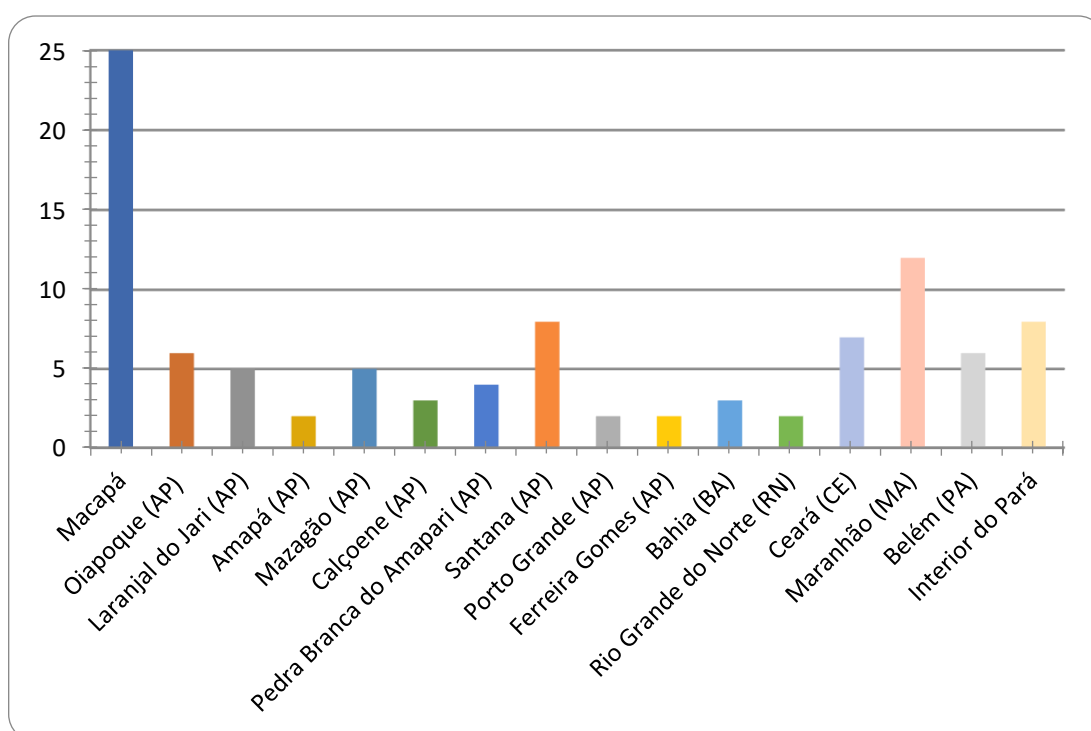
Na pesquisa de campo, constatamos que, inicialmente, em relação ao local de origem dos entrevistados, a grande maioria dos entrevistados é oriunda do interior do Estado (37%), em segundo lugar ficou a Região Nordeste do Brasil (24%), com destaque para o grande número de pessoas vindas do interior do Maranhão (50% dos migrantes nordestinos pesquisados). Outro destaque importante é o grande número de trabalhadores vindos do Interior do Estado do Pará (8%) e da capital do estado, Belém (6%) o que caracteriza o Amapá, e mais precisamente, a

cidade de Macapá como uma das rotas preferenciais do trabalhador migrante. Este índice de migrantes (75% - resultado do somatório da população migrante) é uma das provas mais evidentes de que o processo migratório para o Amapá ainda não cessou e que o mercado de trabalho local não consegue mais absorver este contingente ainda nos dias atuais.

Outro dado interessante que foi apontado nesta pesquisa é a presença de uma parcela significativa de trabalhadores nascidos em Macapá (25%), o que atua como um indicador de que o mercado de trabalho formal está inchado de tal forma que não absorve nem a mão-de-obra local, condicionando o trabalhador a competir por um espaço amplamente dominado pelo migrante.

De acordo com o gráfico 06, construído a partir de nossas observações em campo, percebemos que existe uma pulverização na distribuição populacional, onde a maior proporção existente é composta pelos nascidos em Macapá (25%), mas com o acompanhamento próximo de contingentes populacionais oriundos do Maranhão (12%) e Ceará (8%), seguido de Belém (6%) e do Interior do Pará (8%), mais precisamente da região das ilhas, que apresentam uma proximidade geopolítica maior com a capital do Amapá do que a capital paraense, pois na cidade de Afuá, para termos um exemplo, as pessoas buscam tratamento médico e o atendimento de outras necessidades básicas na capital amapaense e a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP tem um *campus* universitário localizado nesta ilha.

GRÁFICO 06: LOCAL DE ORIGEM DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008 - 2018.

Da totalidade de entrevistados, percebemos que 75% dos entrevistados são de origem migrante, seja do interior do estado, seja de outros locais. Nos dias atuais, além desta quantidade significativa de empreendedores/trabalhadores, temos a presença dos filhos dos migrantes como elementos predominantes dos lugares pesquisados.

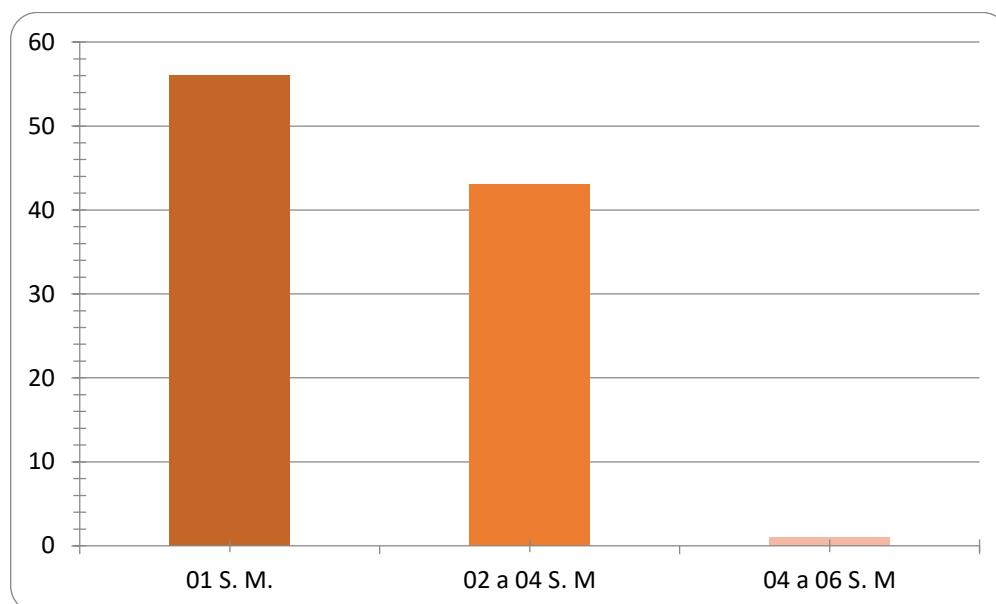
Quando perguntados, foi percebido que os ciclos migratórios se deram em determinadas etapas: em um primeiro momento, com um número significativo de entrevistados (45%), o movimento migratório foi realizado há, aproximadamente, 40 anos, ou seja, foi realizado na década de 1980, quando o estado ainda era um Território Federal e no momento de transição para a criação do Estado; em um segundo instante, para 51% dos entrevistados, o movimento migratório se deu a partir da década de 1990, mais precisamente quando da criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, onde se vislumbrava um estado em crescimento e oportunidades para todos e onde a cidade experimentou seu maior *boom* populacional e ocupacional; em um terceiro momento, para 4% dos entrevistados, o movimento se deu a partir da incorporação da área da antiga ICOMI pela empresa MMX, de propriedade do Sr. Eike Batista, que posteriormente foi vendida para o grupo anglo-americano *Anglo Ferrous Inc*, onde parte destes entrevistados esperava ocupar espaços destinados aos profissionais de baixa qualificação, mas foram rejeitados pela empresa.

Ainda segundo as informações do gráfico acima, percebemos que o movimento migratório predominante é o êxodo rural feito de forma permanente, uma vez que, além dos 37% dos entrevistados afirmarem que sua origem vem do interior do estado e que 8% afirmam que sua origem é do interior do estado, uma parte dos entrevistados – 60% dos 24% dos declarantes – que tem a sua origem em outros estados do Nordeste Brasileiro, por exemplo, declararam ser originários do interior que vieram para a capital amapaense em busca de uma vida melhor.

Tal afirmação se faz presente ao analisarmos o gráfico 07, que fala da renda anterior ao processo migratório, pois a maioria dos entrevistados (56%) afirma que recebia em média 01 salário-mínimo mensal em atividades ligadas à informalidade em seus lugares como vendedores ambulantes ou atividades de “bico”¹¹⁴, sem a proteção formal do Estado. No mesmo rol de atividades, 43% dos entrevistados afirmaram que recebiam em torno de 02 a 04 salários-mínimos e 01% dos entrevistados afirmaram que recebiam de 04 a 06 salários-mínimos.

¹¹⁴ Entende-se por “bico” as atividades feitas de forma ocasional ou de forma sazonal. Por ocasional, compreende-se o trabalho de pedreiros e carpinteiros que recebem por empreitada e por sazonal as atividades ligadas à agricultura ou extrativismo realizadas em determinados espaços de tempo.

GRÁFICO 07: RENDA ANTERIOR AO PROCESSO MIGRATÓRIO



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008 - 2018.

Ainda de acordo com o gráfico acima, pudemos perceber que o deslocamento destes trabalhadores se colocou a partir da necessidade da busca da melhoria da qualidade de vida, uma vez que nas cidades em que se encontravam eles alegavam que as condições de vida não eram das melhores e que eles preferem viver em um lugar distante, em qualquer atividade ligada ao comércio informal, conforme afirma um de nossos interlocutores:

Lá onde eu vivia, eu trabalhava como pedreiro, carpinteiro e mexia com eletricidade. Depois que eu quase morri num choque lá na minha cidade, me disseram que eu poderia trabalhar em Macapá, que a cidade era pequena e bonita, mas que tava em crescimento por causa da Área de Livre Comércio e uma pessoa que nem eu poderia ser útil nesse lugar. Depois de penar um bocado por aqui, eu montei minha barrquinha de venda de churros e trabalho de domingo a domingo, onde ganho meu dinheiro para sustentar a minha família. Trabalho aqui desde 96 e meus filhos estão estudando, fazendo até universidade. Tudo isso porque saí da minha terra e me arrisquei. Pois é, véio, daqui eu não saio mais, já que é melhor do que ficar no sertão e sem possibilidade de nada (A.M., maranhense, 56 anos, vendedor de churros na Fortaleza de São José de Macapá. Pesquisa de Campo, 2018).

Por esta afirmação, fica evidente que o processo migratório feito na cidade de Macapá está ligado diretamente ao fator trabalho, a procura de trabalho faz com que a mobilidade e o deslocamento levem contingentes populacionais para determinadas áreas de ofertas de empregos. No entanto, muitas migrações em busca de emprego têm suas expectativas frustradas pelo fato que muitos desses imigrantes não têm um nível de qualificação desejável para os postos de trabalho oferecidos. Desta forma, acabam indo ocupar postos de trabalho no setor informal (CACCIAMALI, 1999), como forma de compor o mercado de trabalho local.

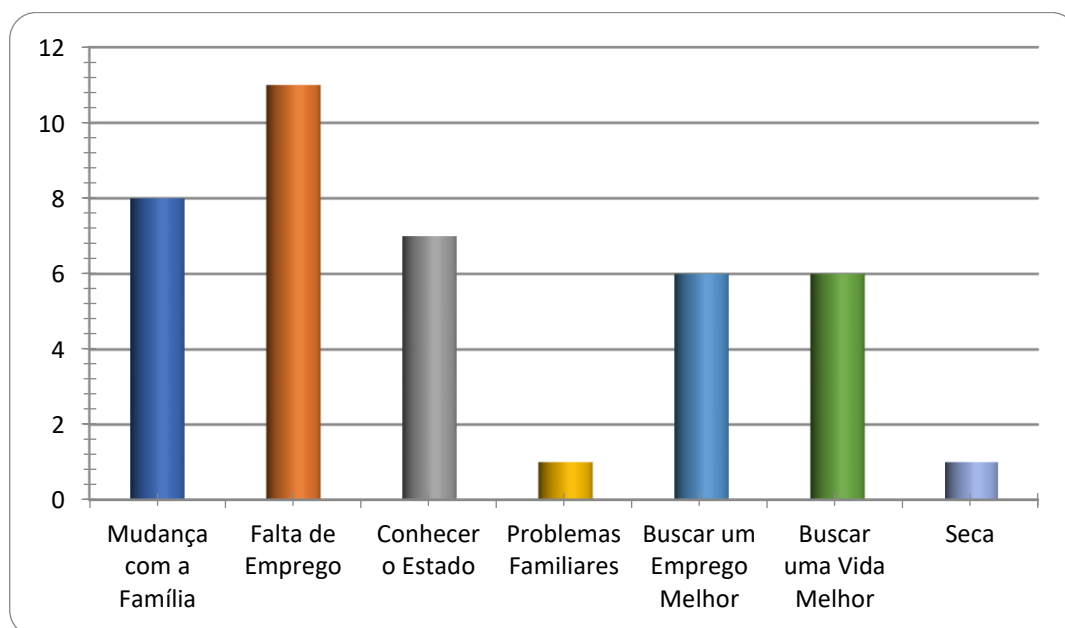
A afirmação de nosso informante vai de encontro ao que afirma Sayad (2000) em relação a questão da migração com o objetivo do retorno, pois uma vez que a maioria da mobilidade populacional provocada pelo processo migratório está relacionada ao fator trabalho, para o nosso informante e para muitos outros entrevistados ela é um fator condicionante de permanência no local da migração.

Para Salim (1992), a migração, por ser componente demográfico, relacionado às condições históricas das mudanças (social, econômica, estrutural etc.), constitui importante mecanismo de reprodução ou alteração numérica da sociedade. Pode-se medir ou refletir processos que se refletem indiretamente sobre outros processos demográficos ou, diretamente, sobre as relações de classes que determinam a formação e composição do mercado de trabalho de uma região. Na mobilidade da força de trabalho, a migração deixa de ser consequência ou reflexo do espaço transformado para atuar como agente de transformação.

Neste sentido, compreendemos que a busca por uma vida melhor em um local que viesse a oferecer uma miríade de possibilidades para os trabalhadores foi o ponto central do processo. Diante das impossibilidades que foram se avizinando em suas vidas, a ocupação deste trabalhador na área informal tornou-se uma necessidade de sobrevivência e permanência em um local pelo qual se aclimataram rapidamente e vislumbram melhores possibilidades para os seus descendentes, o que configura a justificativa da permanência no local de chegada.

Ao analisar a população migrante entrevistada no que diz respeito aos motivos que a levou a deixar o lugar de origem, presentes no gráfico 08, concluímos que a maioria dos entrevistados (27%) saiu do seu lugar de origem pela falta de emprego em sua terra natal ou em outro lugar que tenha habitado antes. Para 19% dos entrevistados, a mudança com a família foi o fator determinante para a migração. Já 18% dos entrevistados vieram para conhecer o Estado do Amapá, ao passo que 15% dos entrevistados vieram com o objetivo de buscar uma vida melhor do que a que vivia em sua terra. 3% dos entrevistados na pesquisa alegaram que o motivo para a migração decorreu da seca, ou seja, a transumância foi direcionada para o Amapá, enquanto que 15% dos entrevistados dizem que saíram de sua terra em busca de um emprego melhor por achar que o Amapá é a terra das oportunidades para todos.

GRÁFICO 08: MOTIVOS DA SAÍDA DO LUGAR DE ORIGEM



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008 - 2018.

A partir desses elementos motivadores para a saída dos seus locais de origem, o migrante sai em busca de oportunidade e encontra nos mecanismos de cooperação entre familiares ou conterrâneos uma possibilidade de ter trabalho ou começar em uma realidade distante da qual estava acostumado. Esta situação foi identificada em algumas situações durante a pesquisa de campo.

Em uma das bancas, localizada na Avenida Cora de Carvalho, perguntei ao dono – de origem cearense – como funciona a questão do trabalho no seu estabelecimento, o que reforçou a questão da conterraneidade:

Um amigo meu me disse que tinha um pessoal que veio do Rio Grande do Norte e que estava começando a vida aqui em Macapá, mas ele tava com dificuldade de arrumar trabalho e a coisa tava começando a ficar difícil pra ele. Esse amigo me pediu pra arrumar alguma coisa pra essa pessoa e acabei contratando o menino pra trabalhar aqui comigo no ponto. Ele ficou comigo uns cinco anos e ajudei ele a montar o negócio dele como sócio no começo. Depois que ele me pagou a parte dele, ficou sozinho no ponto dele e tá fazendo a mesma coisa que eu fiz por ele, já que tem um menino baiano com ele lá e ele vive dizendo que foi por que eu ajudei e ele se sente na obrigação de ajudar quem vem lá do Nordeste pra começar a vida. Tem que ajudar pra começar a vida, né? (J. M. S., Cearense, 55 anos, Dono de Banca de Roupas na Av. Cora de Carvalho. Entrevista realizada em 2008).

A mesma relação foi percebida no Mercado Central com relação aos migrantes vindos do interior do estado do Pará. Cabe ressaltar que a cidade de Macapá tem algumas Associações de pessoas vindas destas localidades como a dos vigienses – originários do município de

Vigia/PA – ou de torcidas de futebol de times do estado como a Associação dos Torcedores do Clube do Remo – time profissional de Belém do Pará – que conta com um número grande de sócios. Esta relação se reflete também no mundo do trabalho de forma mais fechada, no qual a conterraneidade se manifesta na ajuda dada aos amigos ou conhecidos vindos do mesmo município de origem. Quando esta situação ocorre, os donos das barracas/bancas procuram saber mais informações sobre a pessoa que estão pensando em ‘contratar’ na sua rede de parentes, amigos ou conhecidos para saber com quem estão lidando:

Eu tenho duas moças trabalhando comigo aqui na loja que são de Breves e a mãe de uma delas mora perto da minha mãe. Minha mãe me avisou que as duas meninas tavam vindo pra cá pra estudar e se eu podia ajudar elas arrumando trabalho. Acabei botando elas aqui na loja – ponto – e elas não me dão trabalho até hoje e olha que elas estão comigo desde o ensino médio delas e estão quase concluindo a faculdade, casaram, tiveram filho, mas continuam comigo aqui trabalhando. Uma delas me disse que a irmã quer trabalhar aqui comigo porque eu sou uma boa patroa e pago bem porque eu pago por semana, mesmo se não tiver movimento na loja. Disse pra ela que eu contrato, mas depois que ela se formar ou arrumar um emprego melhor e ela me disse que a irmã vai morar com ela até se arranjar. Se depender de mim, eu ajudo mesmo, porque antes de eu ter a minha loja aqui no mercado, trabalhei em casa de família pra uma moça lá de Breves também que casou com um professor e me ajudou muito quando eu cheguei. Sei que a coisa não tá fácil pra ninguém, mas se eu puder, vou ajudar as pessoas de lá a melhorar de vida (M. S., 45 anos, Dona de ponto no Mercado Central de Macapá. Pesquisa de Campo, 2019).

Este posicionamento dos entrevistados é reforçado pela visão antropológica de Lomnitz (2009) sobre o que compõe as redes sociais, uma vez que ela aponta a cultura como um dos elementos fundamentais para a sua construção:

Na sua visão:

Cada indivíduo conta com um *stok* de relações reais ou potenciais, herdadas ou adquiridas, ordenadas como um mapa cognitivo de acordo com o que o indivíduo ou a cultura define como distância social ou “confiança”. O intercâmbio segue as regras culturais pertencentes às ditas classificações e à interpretação individual de “confiança”. A família é geralmente a base de solidariedade, posto que ela representa o grupo social do indivíduo do qual emanam muitas outras relações. A amizade em todas as suas modalidades é a outra fonte de relações. Compreendemos que tanto o parentesco quanto a amizade cobrem diferentes graus de proximidade, e que, em certos casos, as redes se superpõem, por exemplo, quando certos membros do grupo familiar estão unidos por sentimentos de amizade pessoal. É com base nas regras implícitas da cultura que o indivíduo vai tecendo a sua rede de solidariedade e confiança. (LOMNITZ, 2009, p. 19).

De acordo com Granovetter (1973), a análise das redes sociais funciona a partir das relações entre as unidades que a compõem, ou seja, para ele, a unidade de análise não é o indivíduo, mas sim o conjunto formado pelos indivíduos e os laços constituídos entre eles. Neste sentido, de acordo com Lozares (1996), o indivíduo é considerado a partir das interações

que ele constrói no contexto das redes as quais faz parte e nada é considerada fora do contexto destas relações e as análises devem ser feitas de acordo com os efeitos produzidos a partir das relações estabelecidas.

De acordo com Granovetter (1973), a análise das redes sociais funciona a partir das relações entre as unidades que a compõem, ou seja, para ele, a unidade de análise não é o indivíduo, mas sim o conjunto formado pelos indivíduos e os laços constituídos entre eles. Neste sentido, de acordo com Lozares (1996), o indivíduo é considerado a partir das interações que ele constrói no contexto das redes as quais faz parte e nada é considerada fora do contexto destas relações e as análises devem ser feitas de acordo com os efeitos produzidos a partir das relações estabelecidas.

Na realidade de Macapá, as relações de conterraneidade e as familiares constroem uma rede social pautada no trabalho onde

Os indivíduos têm uma posição diferenciada na organização da rede de acordo com o tipo, o nível ou a quantidade de recursos que possuem (o que está relacionado ao capital social); conforme a direção – vertical ou horizontal – do intercâmbio dos recursos e de acordo com a maneira como ocorre a articulação com quem controla os recursos – formal ou informal. Cada indivíduo representa um nó no entrelaçamento social, e todos esses elementos apontados determinam as características desse nó. Os vínculos nas redes podem ocorrer a partir de recursos materiais (dinheiro, mercadoria) ou imateriais (afeto, informações, ideias). As naturezas desses laços podem ser de intensidades diferenciadas, conforme demonstrou Granovetter. A força dos vínculos tem relação com o tempo que é destinado a eles, com a intensidade das emoções associadas, com a intimidade estabelecida e com a reciprocidade dos serviços prestados. Segundo Granovetter, quanto mais similares os indivíduos forem, mais fortes serão os laços que os conectam. A possibilidade de articulação desses dois tipos de vínculos de forma conjunta e sistemática é uma das potencialidades da análise de redes sociais (PETRÓ, 2015, p. 10).

Para a autora, os espaços onde os indivíduos circulam são muitos e existe uma multiplicidade de laços que pode ser desencadeada, uma vez que “[...] todos os indivíduos podem ser identificados como ponto de um feixe de pressões que emanam de diversas direções, o que reflete também a inserção dos indivíduos em diferentes redes de relações sociais” (PETRÓ, 2015, p. 10), podendo estabelecer laços que formam desde as redes sociais básicas como as familiares até as mais complexas como as institucionais, no qual a inserção do indivíduo não traz apenas um conjunto de laços instrumentais, mas também como “[...] ilhas de significados, que moldam as preferências individuais e as percepções que levam a determinadas posturas sociais, podendo assim influenciar nas decisões tomadas pelos indivíduos” (Idem, p. 11), uma vez que os laços trazem histórias e as informações que lá circulam são importantes para a produção das trajetórias de vida dos indivíduos. No caso

macapaense, ao pensar na rede social construída pelo trabalho, elementos como a confiança e a solidariedade são linhas de força que estruturam a Socialidade entre os indivíduos, pois se trata de relações econômicas que são também relações sociais.

Para Petró (2015),

Essas redes sociais repletas de significados possuem uma dimensão socializadora. [...] a socialização é realizada durante a própria ação, e não necessariamente se constitui uma rede socializadora para que depois determinada ação possa ser efetivada. Assim, ao mesmo tempo em que as redes socializam o indivíduo, a socialização permite a construção de novos vínculos com seus significados, que oportunizarão novas formas de socialização; tudo isso ocorre em um processo contínuo (PETRÓ, 2015, p. 12).

Sendo assim, os processos de socialização ajudam na construção do indivíduo enquanto tal e, para Lahire (2004), os traços sociais que cada indivíduo carrega consigo se desenvolvem nos diferentes momentos da sua vida social e estão imersos nas relações sociais provenientes de suas relações anteriores e nas formas pelas quais elas mobilizam e atualizam esses laços na vida dos sujeitos e na forma como lidar com o outro, ou seja, os traços da personalidade ou de comportamento social do indivíduo são desenvolvidos à medida em que os laços sociais são fortalecidos.

Conforme dito anteriormente, as redes sociais ligadas ao trabalho no comércio macapaense, em especial no caso dos empreendedores populares camelôs, são fixadas em critérios bem sólidos no que concerne à composição dos seus quadros de trabalho:

- Se veem como empresas familiares e, na lógica vista por Salvitti et al (1999), representam tanto uma porta de entrada para a inserção dos filhos no mundo do trabalho, quanto uma forma de perpetuação do negócio familiar com a ampliação das bancas para abrigar os filhos que não conseguiram qualificação no mercado de trabalho formal;
- Conforme o crescimento do negócio, para além do critério familiar, a relação de conterraneidade funciona como um elemento importante de inserção de pessoas no mundo do trabalho informal, a partir de uma forte atuação das redes sociais desenvolvidas por parentes, amigos ou conhecidos que indicam trabalhadores para a ocupação destes postos pautados em relações de Socialidade permeadas pela confiança na indicação e na certeza de que estão estabelecendo uma ação solidária para com o outro;

4.4 OS CAMELÔS E AMBULANTES DA ÁREA COMERCIAL DE MACAPÁ

Ao escolhermos o percurso metodológico desta monografia, visualizamos que apenas o conhecimento teórico sobre o trabalho informal e ambulante da cidade de Macapá não era suficiente para podermos desenvolver uma pesquisa qualitativa onde pudéssemos melhor compreender o fenômeno que nos propusemos examinar.

Desta forma, nos baseamos na realização de uma pesquisa de campo, pelo fato de que a mesma nos encaminharia a uma abordagem direta sobre o objeto pesquisado e poderíamos observar melhor a vida do Camelô e do Ambulante do espaço urbano de Macapá.

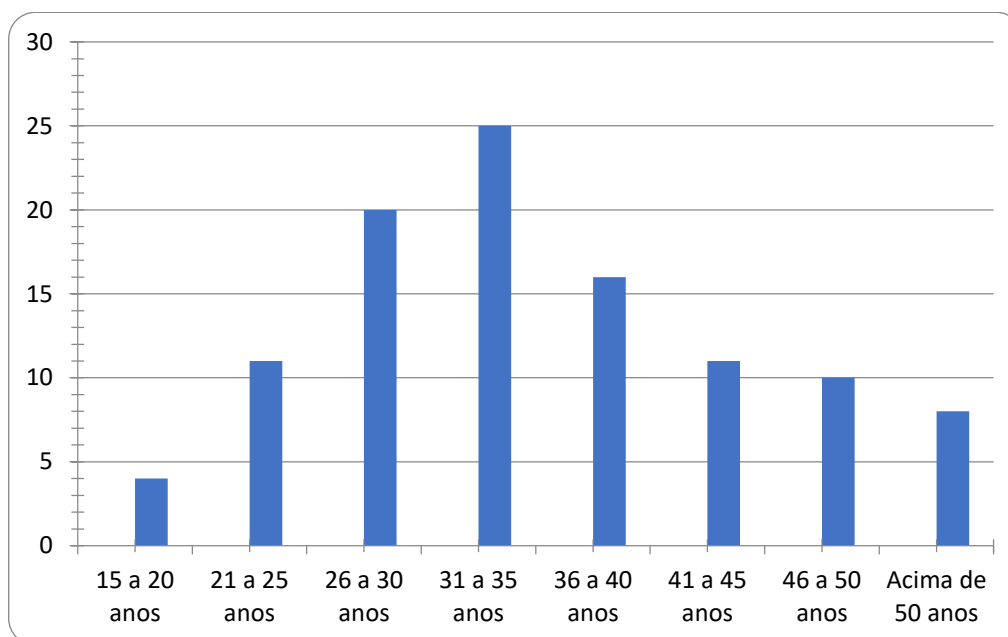
Para tanto, nos valem de uma pesquisa que é ao mesmo tempo qualitativa e quantitativa. Valemo-nos da primeira quando nos propomos a compreender, com os dados da pesquisa de campo e através de entrevistas gravadas com os trabalhadores, empresários e representantes do poder público, a realidade concreta destes atores sociais e da segunda pela insuficiência de dados sobre o trabalhador das ruas do Centro Comercial de Macapá, uma vez que os órgãos que deveriam ser os responsáveis por algum tipo de controle ou regulamentação do setor não forneceram os dados necessários ao desenvolvimento desta parte da pesquisa pelo fato de não os possuírem de forma organizada para uma futura abordagem sobre o fenômeno.

4.4.1 Faixa etária dos entrevistados

Quando verificamos a faixa etária dos entrevistados, presentes no gráfico 09, percebemos que 41% dos entrevistados encontram-se situados na faixa de 31 a 40 anos e afirmam estar há mais de 10 anos no Amapá.

A segunda maior população deste campo da pesquisa está situada na faixa dos 21 aos 30 anos, com 31%, onde alguns afirmaram que vieram com os pais na migração, bem como a maioria absoluta dos nascidos em Macapá estão concentrados neste campo.

O terceiro maior grupo é de pessoas com situadas na faixa etária entre 41 e 50 anos, com 11% dos entrevistados, composto por migrantes que vieram para o estado na década de 1980 e foram, entre os camelôs, os pioneiros no processo de expansão da área comercial com a ocupação de espaços nas avenidas Mendonça Júnior e Cora de Carvalho, bem como a ocupação da área lateral do Mercado Municipal de Macapá.

GRÁFICO 09: FAIXA ETÁRIA DOS ENTREVISTADOS

Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

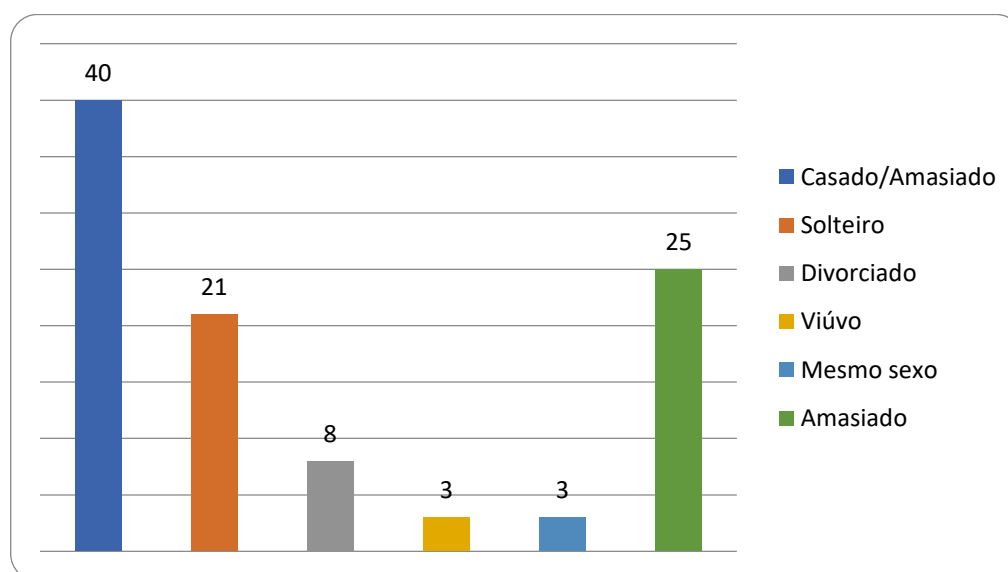
O quarto maior grupo, com 8% dos entrevistados, apresenta idade superior aos 50 anos, completamente composto por migrantes e algumas pessoas com mais de 30 anos de serviço registrado na CTPS que utilizam o trabalho informal como uma forma de complementar a renda ou simplesmente continuarem trabalhando. Os 4% de entrevistados na faixa dos 10 aos 20 anos, são compostos pelos filhos de migrantes que confessaram o início prematuro no mundo do trabalho como forma de ajudar no sustento da família, o que consideramos um dado bastante interessante, pois ao realizarmos a pesquisa institucional não encontramos qualquer referência em relação aos números exatos do trabalho infantil.

4.4.2 Família, escolaridade e informalidade

Em relação ao estado civil dos entrevistados, presentes no gráfico 10, a maioria (40%) afirma que são casados ou possuem uma relação marital (25%). Já 21% dos entrevistados são solteiros, mas alguns afirmaram ter filhos enquanto que o número de pessoas divorciadas atinge 8%. O mesmo índice (3%) une as categorias de viúvas e uniões entre pessoas do mesmo sexo¹¹⁵.

¹¹⁵ Esta última categoria envolve a união declarada entre pessoas do mesmo sexo, ou seja, famílias construídas e constituídas pelas mesmas, sendo que neste caso específico da pesquisa de campo envolveu duas mulheres em pontos diferentes e um homem.

GRÁFICO 10: TIPO DE UNIÃO DOS ENTREVISTADOS (CONDIÇÃO CIVIL)



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

A maioria dos entrevistados afirma que envolve a família em seu ambiente de trabalho, pois assim existe maior confiabilidade no negócio e, ao mesmo tempo, trabalham no imaginário dos filhos a continuidade do negócio deles ou a busca de algo melhor para as suas vidas. Diante disso, percebemos o caráter ontológico do trabalho na consciência destas pessoas, pois uma delas declarou que:

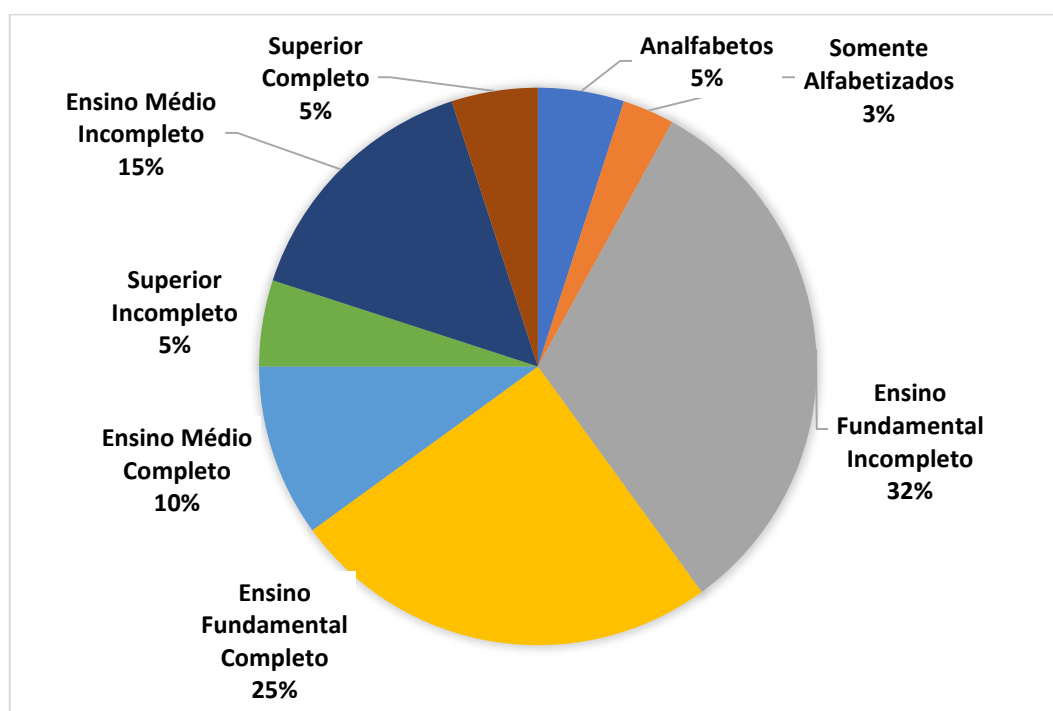
Meu filho, eu trabalho desde novinho, bem novinho mesmo. Eu tenho que mostrar pros meus meninos que uma pessoa direita é uma pessoa que trabalha duro e de forma honesta, que o trabalho é tudo na vida de uma pessoa. Quando vem uma pessoa com dinheiro pra minha banca, ensino pro meu filho que ela deve sempre ser bem atendida, que ele nunca deve roubar no preço pra ter sempre o cliente junto. O resultado é que alguns dos meus filhos – tenho seis! – são donos das próprias bancas aqui pelo centro e um tem comércio lá pela área do Muca. Ensinei pra eles que somente trabalhando é que vamos pra frente (Sr. J. M. S., Cearense, 55 anos, Dono de Banca de Roupas na Av. Cora de Carvalho).

Neste sentido, concordo com a visão de Castel (1998), quando este aponta que não há o fim da sociedade do trabalho. O seu argumento é o de que a conjuntura atual, de ausência generalizada de emprego e de crescimento da precarização, permite revelar, como em nenhuma outra fase da história, a importância que tem o trabalho na vida das pessoas. A grande transformação é que, ao invés de um conjunto de assalariados protegidos, hoje se tem um contingente cada vez maior de trabalhadores fragilizados e ameaçados pelo desemprego, ou seja, o que de fato se alterou foi a relação com o trabalho, que é hoje vivenciada na angústia, na inquietação e no temor de perder o emprego e de sofrer as duras consequências que isto

representa, o que leva as pessoas ao exercício de atividades informais, que não deixam de ser uma modalidade de trabalho.

Em relação à escolaridade dos entrevistados, de acordo com as informações contidas no gráfico 11, chamamos a atenção para o grande índice de interlocutores com o ensino fundamental, tanto incompleto (32%) quanto completo (25%), o que reforça uma das hipóteses levantadas na construção do projeto de pesquisa, que versa na baixa qualificação dos trabalhadores como um elemento que os lança para a informalidade. Um fato surpreendente nesta análise foi a baixa frequência de pessoas analfabetas (5%) ou somente alfabetizados (3%), bem como a presença de pessoas com o ensino superior incompleto (5%) presente nesta parte da pesquisa.

GRÁFICO 11: ESCOLARIDADE DOS ENTREVISTADOS



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

Com base nos dados do gráfico 11, podemos concluir que a baixa escolaridade, no caso específico de nossa pesquisa, é um dos fatores de exclusão deste tipo de trabalhador do mercado formal de trabalho, o que caracteriza uma elevação do nível de estudo como referência para a adaptação do trabalhador local ao novo mundo do trabalho e como uma forma de condicionar o trabalhador urbano desqualificado a buscar o trabalho informal como forma de garantir a sobrevivência.

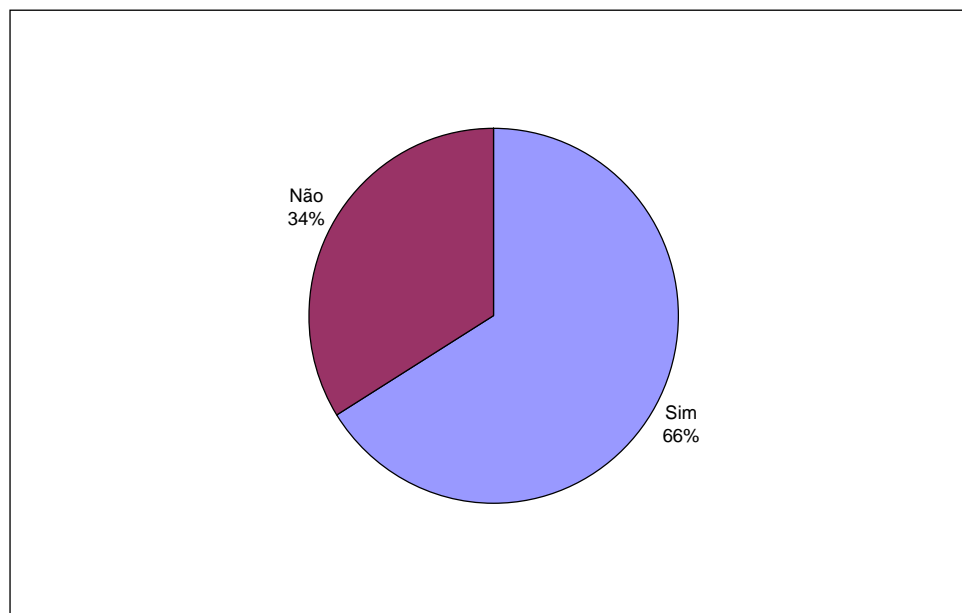
Em sua pesquisa sobre o trabalhador ambulante da cidade de Belém, Sena (2002) aponta que o baixo grau de escolaridade desses trabalhadores – pois a maioria deles possui o Ensino Fundamental incompleto e não estuda mais – deve-se, provavelmente, a necessidade de entrar mais cedo no mercado de trabalho. A maioria dos ambulantes começou a trabalhar muito cedo, o que influi na vida escolar, pois em geral essas pessoas ficam sem tempo para se dedicar aos estudos e, posteriormente, abandonam a escola. Isso faz com que as chances desses trabalhadores se inserirem em atividades formais, qualitativamente superiores no mercado de trabalho, reduzirem muito.

Na cidade de Macapá ainda temos alguns casos onde algumas das pessoas entrevistadas declararam que buscaram uma nova inserção no mercado formal de trabalho a partir das tentativas de conclusão do Ensino Médio (15%), do Ensino Médio Completo (10%) e do Ensino Superior Completo (5%). O emprego no serviço público ou a expectativa de diversificar ou ampliar o negócio da família, pode ser traduzido como tentativas de produzir relações formais de trabalho.

Alguns casos são bem emblemáticos neste sentido: três das maiores lojas de roupas, calçados e confecções do comércio macapaense (Visual Fashion, Vest & Lev Calçados e Dele & Dela) começaram as suas atividades como camelôs na área comercial de Macapá. Com o tempo, pais e filhos cursaram faculdades particulares de Administração e Economia e utilizaram o conhecimento aliado à experiência como uma forma de dinamizar e ampliar o negócio, além de assumirem importantes representações de produtos no seu setor. Tal fato torna-se mais interessante ainda pelo fato de os proprietários não admitirem nenhum tipo de atividade informal na porta de seus estabelecimentos comerciais e viabilizarem múltiplas funções para os seus trabalhadores, preconizando uma das características da precarização do trabalho.

4.4.3 Empregabilidade anterior dos interlocutores

Os gráficos 12 e 13 são relativos à empregabilidade anterior do trabalhador do setor informal de Macapá, onde podemos afirmar que a grande maioria dos entrevistados (66%) já teve experiência anterior no mercado formal de trabalho, ao passo que 34% sempre foram camelôs ou ambulantes. Destes 66%, presentes no gráfico 13, cerca de 62% trabalharam no mercado formal em um período que varia de 02 meses a 02 anos, o mesmo índice (16%) se aplicam ao tempo de serviço nas categorias de 03 a 10 anos e mais de 10 anos de serviço registrado na CTPS, sendo que 6% não responderam sobre o tempo de serviço.

GRÁFICO 12: EMPREGO ANTERIOR

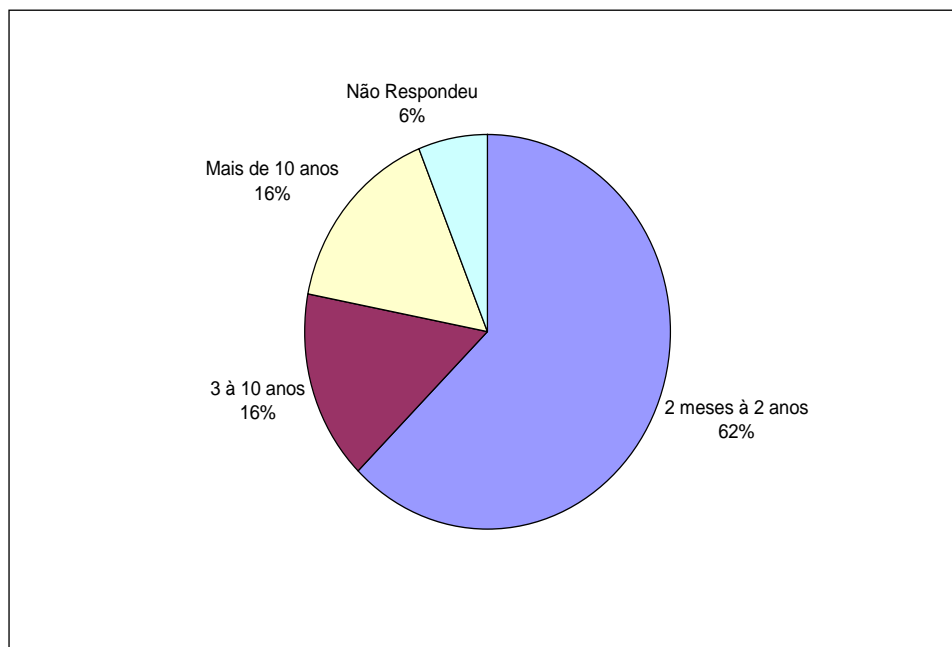
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

Estas informações nos indicam dois pontos de interesse: o primeiro relacionado ao baixo poder salarial que as pessoas com mais de 10 anos de serviço apresentaram como um motivo que o conduziram ao trabalho ambulante e o segundo revela a fragilidade do emprego formal na cidade de Macapá, pois no gráfico 13, quando o trabalhador ambulante informa que teve um tempo curto de serviço no mercado formal (62% dos entrevistados), há um claro indicativo de que não há mais espaço no mercado de trabalho urbano devido ao inchaço presente no centro comercial e em outras atividades ligadas ao trabalho formal com baixos salários. Podemos perceber a partir de então, que desde muito tempo a economia urbana da cidade vem sendo fomentada pelo trabalho informal, contribuindo assim para a reprodução do capital, enquanto força de trabalho, haja vista que “[...] realizando sua própria auto-exploração entendida como um negócio próprio, e sem maiores dispêndios para o capital” (GONÇALVES; JUNIOR, 2002, p. 3), estes vão compondo o conjunto de redes sociais de sustentação do sistema capitalista.

Ainda segundo os dados presentes no gráfico 13, os entrevistados justificam que a entrada nas atividades informais foi em consequência dos problemas enfrentados por eles tanto no mercado formal de trabalho quanto em outras atividades informais desempenhadas anteriormente. Além disso, a entrada nesse segmento de trabalho é, em um primeiro momento, vista como relativamente fácil tanto em termos de capital inicial necessário quanto em termos de qualificação para exercer a atividade, mas que garante ao mesmo tempo uma certa

estabilidade nestas atividades, pois para a quase totalidade deles (95%), as atividades informais se constituem na sua única ocupação, ou seja, é o seu trabalho principal.

GRÁFICO 13: TEMPO DE SERVIÇO ANTERIOR À INFORMALIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

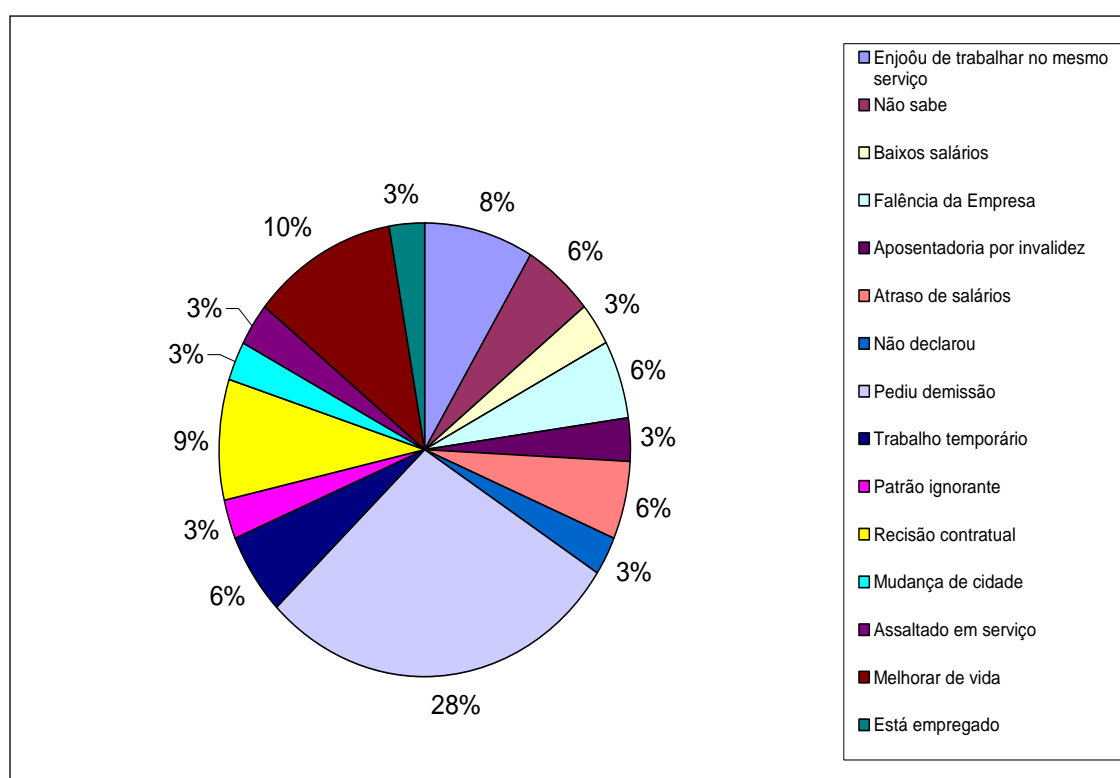
O gráfico 14 é relativo à demissão e aos motivos que levaram ao fato em si. Quando perguntamos aos entrevistados que tiveram experiências anteriores no mercado de trabalho formal, 70% afirmam que não foram demitidos, isto é, foram forçados a sair, ou que a sua demissão se deu por ocasião do emprego ser temporário. Os 30% que afirmaram terem sido demitidos são compostos por indivíduos com pouco tempo de experiência, mais precisamente no período de 02 meses a 02 anos de serviço, razão pela qual os entrevistados alegam que a baixa escolaridade foi um dos fatores que levaram à demissão do mercado formal.

Quando abordados sobre as causas da saída do emprego, 28% dos entrevistados afirmaram que pediram demissão do emprego pelo fato de que este não correspondia às suas expectativas financeiras e que o trabalho como camelô ou ambulante apresenta uma renda maior.

Para 10% dos entrevistados, a saída do emprego se deu com o objetivo de melhorar de vida e buscar uma nova perspectiva de geração de renda, expectativa esta que, na opinião desta parcela dos entrevistados, é correspondida pelo trabalho no mercado informal, onde a própria pessoa fixa seus horários e metas, mas que em contrapartida não possui nenhum amparo ou cobertura de algum tipo de empregador no caso de doença ou fatores extraordinários como falecimento de parentes, doenças na família ou qualquer outro tipo de auxílio.

Poder-se-á afirmar, então que isso vem a caracterizar um tipo diferente de precarização do trabalho na informalidade, pois a principal dificuldade apontada pelos trabalhadores para exercer suas atividades na rua é o fato de haver dificuldades impostas pela fiscalização devido à ilegalidade do ponto e as dificuldades específicas do local de trabalho como o calor, a chuva, condições de alimentação e falta de banheiro, entre outros. Além disso, existem também as questões relativas à insegurança e ao preconceito, pois estão mais expostos à violência de assaltante, já que são discriminados também pelas autoridades policiais.

GRÁFICO 14: MOTIVOS PARA SAÍDA DO EMPREGO ANTERIOR



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

Os outros motivos de saída do emprego formal foram os mais variados: 9% dos entrevistados afirmaram que foram demitidos devido a uma redução no quadro de pessoal das empresas, o que caracteriza um processo de reestruturação nas empresas locais, que exigem cada vez menos trabalhadores para seu funcionamento, enquanto que 8% afirmaram que enjoaram de trabalhar na mesma atividade e decidiram trabalhar por conta própria, tendo o próprio negócio. O mesmo índice – 6% - é apresentado por três razões completamente distintas: falência da empresa onde trabalhavam e a não recolocação no mercado formal, atraso no pagamento de salários e que não souberam afirmar o motivo da saída.

O mesmo índice – 3% - também é encontrado em mais sete campos desta parte da pesquisa através das seguintes razões: o trabalho temporário sem registro na CTPS, assalto em

serviço – onde o patrão não levou em consideração o risco de uma ação judiciária e demitiu esta parcela da população por justa causa –, baixos salários, aposentadoria por invalidez, ignorância do patrão no trato com os empregados¹¹⁶, encontram-se no mercado formal e utilizam o trabalho ambulante como um meio de complementar a renda e outra parcela não quis responder a esta assertiva.

Paralelamente às dificuldades específicas do trabalho desempenhado na rua, os trabalhadores informais demonstram uma grande preocupação em relação ao crescimento da concorrência, pois segundo 75% deles afirmam que o centro comercial está superlotado de lojas, camelôs, vendedores ambulantes e pequenas lojas, o que dificulta a venda de seus produtos.

4.5 PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO DE MACAPÁ

Os reflexos da globalização da economia são sentidos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que cresce a dominação capitalista também cresce a desigualdade, aumenta o desemprego, a precariedade das relações de trabalho, e principalmente a contenção salarial do trabalhador. Para os neoliberais, a criação do exército de reserva fez com que o trabalhador se torne ainda mais subalternizado.

Neste contexto, ressaltamos Netto (2006) que analisa o desenvolvimento do capitalismo industrial e a mudança estrutural proposta. Assim afirma, “[...] o capitalismo no século XIX, experimenta profundas modificações no seu ordenamento e na sua dinâmica econômica, com incidência necessária na estrutura social e nas instâncias políticas das sociedades nacionais que o envolvia” (NETTO, 2006, p. 19).

Por outro lado, cabe ressaltar que o setor informal é caracterizado como elemento típico da acumulação flexível do mercado de trabalho que permite esta atividade econômica. Em geral, “[...] o espaço econômico ocupado pela informalidade, hoje, apresenta-se em franco crescimento” (TAVARES, 2004, p. 16), isso ocorre devido às novas formas como esse trabalho se apresenta, com modalidades diversas e diferenciadas a exemplo dos trabalhos autônomos ou pequenas empresas onde o empregador é metamorfoseado numa negociação entre os agentes econômicos que se encontra em iguais condições de circulação de mercadorias. Neste sentido,

¹¹⁶ Alguns termos utilizados na disposição do gráfico 14 foram originados da própria declaração dos entrevistados, daí surgirem algumas expressões como “ignorância”, “enjôo” do serviço e outras.

nota-se que a informalidade só vem a fortalecer a processo de acumulação do capital, já que são estabelecidas estas relações pelo mercado, decorrentes da desregulamentação do direito do trabalho¹¹⁷.

Na realidade, a oposição entre setor formal e informal da economia sempre foi aparente. De fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado setor formal cresce e se alimenta com e existência do setor informal. Neste sentido, existe um profundo entrelaçamento entre os setores formal e informal da economia que passam a se combinar de maneira funcional.

Para comprovar esta simbiose entre o mercado formal e o informal do trabalho, podemos afirmar que o que caracteriza o atual trabalhador da informalidade é justamente o papel que este desempenha na maximização dos lucros de empresas que se encontram no mercado formal, pois segundo Dupas (2001, p. 87) “[...] a lógica das empresas transnacionais alimenta e incorpora em sua *network* segmentos que abrigam agentes econômicos menores, várias vezes informais”. Para ele, por exemplo, os trabalhadores ambulantes e camelôs são os maiores vendedores de doces industrializados do país (chocolates, balas, chicletes), além de outros produtos. Ainda segundo Dupas:

Os produtos vendidos por camelôs são fabricados por empresas formais que exploram esses vendedores, o que revela uma relação estreita entre mercado formal e informal em tempos de globalização. Assim os camelôs são empregados indiretos dessas empresas, geram emprego, pagam taxas e impostos indiretamente (DUPAS, 2001, p. 88).

Podemos afirmar que nas cidades brasileiras a atividade informal, principalmente exercida por camelôs e ambulantes, tem envolvido cada vez mais um segmento maior da população, uma vez que esta atividade se desenvolve em espaços públicos passa a transformar e (re) produzir tais espaços, onde verificamos constantes conflitos de interesses entre os organismos repressores do poder público e os trabalhadores no meio urbano.

Neste sentido, compreendemos que o crescimento da atividade informal e o crescimento do número de bancas na área comercial se relacionam intrinsecamente com o desemprego criado pela falta de alternativas que pudessem inserir os trabalhadores no mundo do trabalho e pela perda do salário como um instrumento de rotatividade econômica, podendo ser ainda

¹¹⁷ Segundo Darcanhy (2010), desde a década de 90 o sistema jurídico brasileiro vem alterando a legislação trabalhista, tornando-a flexível diante das mudanças do mercado de trabalho. A autora salienta que a Flexibilização do Direito do Trabalho é “[...] o instrumento de política social caracterizado pela adaptação constante das normas jurídicas à realidade econômica, social e institucional, mediante intensa participação de trabalhadores e empresários, para eficaz regulação do mercado de trabalho, tendo como objetivos o desenvolvimento econômico e progresso social”.

entendido como uma forma de resistência ao trabalho mal remunerado provocado pela perda do poder de compra do salário.

Na realidade brasileira, podemos destacar como uma das atividades mais importantes do setor informal a do trabalhador ambulante que tem suas origens na época colonial. Tornar-se um trabalhador ambulante¹¹⁸ passou a ser uma das formas mais antigas da população pobre das áreas urbanas para garantir sua reprodução.

Trazendo para o campo das Ciências Sociais, Ribeiro (2011) aponta que

O mercado é o cenário privilegiado para o estudo da circulação de coisas. Na verdade, de há muito, no nosso mundo, as coisas são mercadorias. A antropologia do mercado ensina, entre outras lições, que os mercados são lugares de interconexões entre distintos grupos étnicos, zonas ecológicas e locais de produção. Mas, os mercados capitalistas contemporâneos também são lugares de muitas regulamentações. Aquelas formalizadas, normalmente através de meios estatais, acabam sendo estudadas em termos do que se denominou de “economia formal”, muito em contraste com as formas populares, regulamentadas principalmente através de meios não-estatais e também designadas por termos como “economia informal”, “mercado informal”. As ciências sociais dedicaram bastante atenção, nos últimos 40 anos, ao estudo da “informalidade”. Entretanto, apesar da sua importância cada vez mais visível nas ruas, praças, zonas fronteiriças e na mídia quase nada se tem feito sobre o que chamo de globalização popular, globalização econômica não-hegemônica que são parte do que também chamei de sistema mundial não-hegemônico (RIBEIRO, 2011, p. 12).

Apointa ainda o autor, partindo de uma análise da chamada ‘Feira do Paraguai’ – localizada em Brasília que a mesma aponta vários elementos da pesquisa antropológica determinada pelas dinâmicas globalizadoras como “[...] feiras populares, lutas urbanas, sistemas de mercado, setor informal, trabalhadores “nômades” e a circulação de pessoas e mercadorias” (RIBEIRO, 2011, p. 13), no qual ele procurou pesquisar “[...] sobre as práticas representativas do fluxo de pessoas e mercadorias em sintonia com transformações e dinâmicas típicas do que mais tarde viria a chamar de “outras globalizações” (Id. Ibid.).

Ele indica que

Existe una globalización económica no-hegemónica formada por mercados populares y flujos de comercio que son animados, en gran medida, por gente del pueblo y no por representantes de las elites. Estas redes de comercio forman parte del sistema mundial no-hegemónico y, en general, sus actividades son consideradas como ilegales, como “contrabando”. Una gran cantidad de las mercancías que venden son llamadas productos piratas por los poderes establecidos. Estas redes comerciales son ilegítimas desde el punto de vista de los poderosos que las combaten en nombre de la legalidad. Así, es imposible entrar en esa arena sin tocar antes la discusión acerca de lo que es legal/ilegal y lícito/ilícito (RIBEIRO, 2007, p. 7).

¹¹⁸ Uma das atividades mais antigas ligadas ao trabalho ambulante encontra-se na figura do caixeiro viajante, citada em muitas obras da nossa literatura como uma pessoa que atravessa de cidade em cidade vendendo tecidos, couro, bijuterias, secos e molhados oriundos da capital ou de outras cidades mais desenvolvidas do interior do Brasil.

No início do século XIX, o trabalhador ambulante era um tipo social comum da cidade. Ao analisar o papel do trabalhador ambulante na cidade do Rio de Janeiro, Castañeda (2004) nos mostra uma relação profunda existente entre o trabalhador e o espaço urbano da cidade, onde

[...] o trabalhador ambulante estava mimetizado à paisagem das ruas, misturando-se com os habitantes da cidade, integrado àquele cotidiano. Este trabalhador parecia diluído em meio ao trânsito da cidade, compondo a totalidade do espaço urbano (CASTAÑEDA, 2004, p. 17).

Ainda segundo Castañeda, a imprensa da época e a população não eram contra estas atividades, pois estas representavam uma solução para os problemas relacionados à comercialização, circulação e transporte de bens e serviços daquele contexto histórico.

Os ambulantes mais comuns da época segundo Castañeda eram muitos dos que ainda encontramos nos dias de hoje, porém relegados ao completo espaço da exclusão e da miséria social como os

[...] garrafeiros, vendedores de pão doce, vendedor de mocotó e cebolas, verdureiro, vendedor de doces, mascate, vendedor de bengala e guarda-chuvas, vendedora de miudezas, cesteiro, funileiro, jornaleiro, amolador, vassoureiro, vendedor de aves, baianas (CASTAÑEDA, 2004, p. 19).

Com a modernização ocorrida na transição do século XIX para o século XX, o trabalhador ambulante passa a sofrer todo tipo de perseguições e repressões, uma vez que suas práticas eram consideradas insalubres e atrasadas, mas não era considerado como um problema social. Na verdade, com a modernização introduzida no país, um novo discurso industrialista entrou em voga e o trabalhador ambulante não se enquadrava no novo contexto implementado pelas elites brasileiras.

Devemos lembrar que na atualidade brasileira o trabalho desenvolvido pelos ambulantes passou a se reconfigurar e se adaptar às mudanças ao longo do desenvolvimento do capitalismo. Em um primeiro momento, a figura do vendedor ambulante, do mascate ou do caixeiro viajante passou a ter um caráter reduzido dentro do espectro da economia nacional, uma vez que a partir da década de 40 o discurso desenvolvimentista da industrialização passou a oferecer produtos a preços mais baixos, mas isto não eliminava esta figura, pois ela ainda continuava reproduzindo em pequena escala a industrialização, pois vivia da venda de seus produtos nos lugares mais distantes do país. Até os dias de hoje, percebemos que algumas das chamadas ‘atividades de complementação de renda’ feitas por muitos trabalhadores no Brasil consistem na venda de

produtos industrializados, seja de porta em porta, como os vendedores de cosméticos e perfumes, seja na venda feita por pessoas que oferecem produtos industrializados em prestações.

Nos dias de hoje, com a crise da industrialização tardia, do fordismo e a implementação da ofensiva neoliberal, podemos observar em qualquer centro urbano o crescimento da comercialização de produtos industrializados – muitas das vezes, importados –, produtos pirateados, venda de comidas e bebidas típicas artesanais, vendedores de sorvetes e picolés, vendedores de bombons e a ocupação descontrolada e desorganizada do espaço urbano dos centros comerciais por ambulantes. Podemos afirmar que o processo de industrialização no Brasil não eliminou a figura do trabalhador informal e, principalmente, do ambulante, pois este é o principal veículo de venda dos produtos industrializados que assegura emprego e renda nos grandes complexos industriais.

A partir da década de 60, surge a figura do camelô como uma alternativa mais fixa de comercialização ao ambulante. Com isso, estabeleceu-se uma relação de permanência dos trabalhadores informais em seus locais de trabalho, onde as atividades comerciais passaram a ser frequentes. A atividade de camelô surge inicialmente nos arredores das feiras e passa a ganhar espaços dentro das áreas comerciais das grandes cidades. Como é uma atividade que não apresenta licença para funcionamento por parte do poder público, muitas vezes ela é duramente reprimida e espaços alternativos – os camelódromos – são criados para absorver esta massa cada vez mais crescente da população pobre.

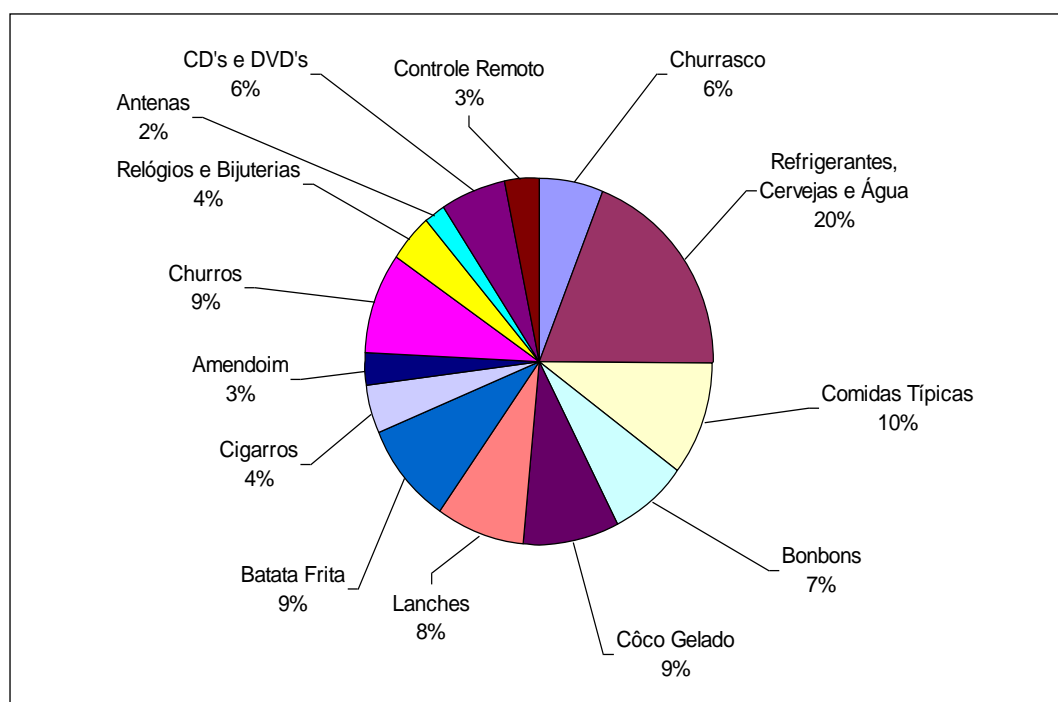


Foto 27: Banca Móvel de Conserto de relógio no Centro Comercial de Macapá.
Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Como um meio de provar que o trabalho do camelô e do ambulante é uma forma de estabelecer certa rotatividade econômica na cidade de Macapá, para além dos salários do funcionalismo público, os dados presentes nos gráficos 15 e 16 informam o tipo de produto que esses trabalhadores comercializam e como funciona esta rotatividade econômica. Como forma de explicar melhor a questão, vamos à apresentação gráfica obedecendo a seguinte ordem: em um primeiro plano, vamos destacar os produtos vendidos pelos ambulantes – Gráfico 15 – e, a *posteriori* – Gráfico 16 –, vamos destacar os produtos vendidos pelos camelôs.

No gráfico 15 percebemos que os ambulantes vendem, em sua maioria, bebidas como cerveja, refrigerante e água mineral (20%) e água de coco (9%), mais há os ambulantes que vendem outros produtos como lanches (8%), comidas típicas (10%), bombons (7%), cigarros (4%), guaraná e batata frita (9%), churrasco (6%), amendoim (3%), churros (9%), além dos que vendem produtos industrializados importados como relógios e bijuterias (4%), controle remoto (3%), antenas (2%), além da venda de CD's e DVD's piratas (6%). Nos tempos atuais, foi constatado que os ambulantes vendem, carregadores e películas para telefones celulares, fones de ouvido, além de instalar e dar orientações de uso para os aparelhos, funcionando como uma assistência técnica popular. Além disso, vendedores de CD's e DVD's piratas vendem também pendrives com músicas e filmes gravados de acordo com a preferência do cliente.

GRÁFICO 15: PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELOS AMBULANTES NO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008 - 2018.

Segundo o relato dos trabalhadores ambulantes para esta pesquisa de campo, a rotatividade econômica se dá na compra dos produtos para a comercialização constante, com destaque para a compra diária de produtos perecíveis como carne, camarão, batata, frutas e massas nos supermercados e, hoje em dia, nos chamados Atacadões, que vendem uma grande quantidade de produtos com preços mais em conta. Desta forma, o ambulante passa a atuar como dos elementos de continuidade das relações econômicas no espaço urbano de Macapá, além dos trabalhadores formais e do funcionalismo público, que constituem os outros elos da cadeia econômica que movimenta a cidade.

Com relação ao processo de comercialização de produtos como CD's e DVD's, camisetas e bolsas de marca piratas – conforme a foto 28 abaixo – eles obedecem a uma lógica preconizada de que a sua reprodução obedece ao que Ribeiro (2006; 2011) e Sousa (2006) indicam como parte da 'economia ilícita global'. Os donos destas bancas fazem – pelo menos em Macapá e sem saber – parte de uma rede que vive de uma atividade ilícita e que se organiza por um percurso peculiar de circulação da mercadoria para chegar até o consumidor final, ao que Chang (2004, p. 224 apud RIBEIRO, 2006, p. 19) mostra a partir da ideia da venda mais barata dos produtos falsificados para um público de poder aquisitivo menor:

Los productos falsificados basan su enorme rentabilidad, en gran medida, en la explotación de lo que Chang llamó superlogos: “[...] el *top* de las logomarcas, un ‘símbolo’ famoso mundialmente que presenta un status social privilegiado”. Su análisis de una de las marcas más falsificadas en el mundo, altamente consumida en Japón y en el Sudeste Asiático, la francesa Louis Vuitton, muestra como a lo largo de los años, determinados productos van incorporando a su precio un excedente de valor basado exclusivamente en su valor simbólico, en lo que representa como símbolo de status para los consumidores y no en su precio real como un objeto específico. Mantener, manipular y administrar el superlogo es una forma, encontrada por grandes corporaciones, de poseer nichos exclusivos en el mercado de símbolos de status globales y, en última instancia, de incrementar enormemente sus ingresos. La diferencia entre el valor real del objeto específico y el valor simbólico excedente, agregado por la propiedad del superlogo deseado por el consumidor, es lo que impulsa el mercado de superlogos falsos y siempre vendidos por precios muy por debajo de los “originales”. Con todo, el hecho de que los falsos superlogos de accesorios de modas pierdan su lugar de principal fuente de ganancia de la “industria global de las falsificaciones” en favor de los discos compactos y los programas pirateados, es coherente con la hegemonía del capitalismo electrónico-informático y su flexibilidad interna, sobre todo en lo que respecta a su capacidad de reproducción de copias perfectas, de simulacros. Las técnicas de reproducción de superlogos falsos “aún siguen el modo tradicional de la producción de mercancías, basado en la división y explotación globales del trabajo, en el sistema de producción fabril y, más específicamente, en el ahora más conocido sistema de tercerización en todo el mundo” (RIBEIRO, 2007, p. 19).

Sobre a questão, ao ser perguntado sobre a venda de seus 'produtos', um ambulante respondeu que

Professor, eu compro os CD's e DVD's de um rapaz lá do Perpétuo Socorro que faz pra vender pras feiras aqui de perto e pros navios que saem de lá pras outras localidades. Ele faz mais barato pra mim e pro pessoal aqui de perto porque a gente ainda vende muito pra gente pobre que ainda tem um DVD, né. A gente ainda vende jogo de videogame aqui e tem gente que compra. Ele me disse que compra o material em São Paulo, que sai ainda mais barato do que comprar aqui, mesmo com os importados com um preço muito bom. Ele pede prum conhecido dele que mora lá pra comprar na 25 de março, baixa os filmes, as músicas e os jogos da internet, grava no CD ou no DVD, faz um monte de cópia e põe pra gente vender mais barato. Eu não tenho tempo pra fazer isso, senão ficava baludo – **cheio da grana** – e nem vinha pra rua. Minha vizinha aqui vende roupa, meia e carregador de celular que ela compra direto com atravessador que traz de São Paulo, onde o cara lá compra com os chineses e ela só tem produto de primeira, com um preço pai d'égua (Jacaré, 55 anos, ambulante do Centro Comercial de Macapá. Pesquisa de campo, 2019).

A foto 28 abaixo mostra a disposição das mercadorias em uma banca de um ambulante do Centro de Macapá:

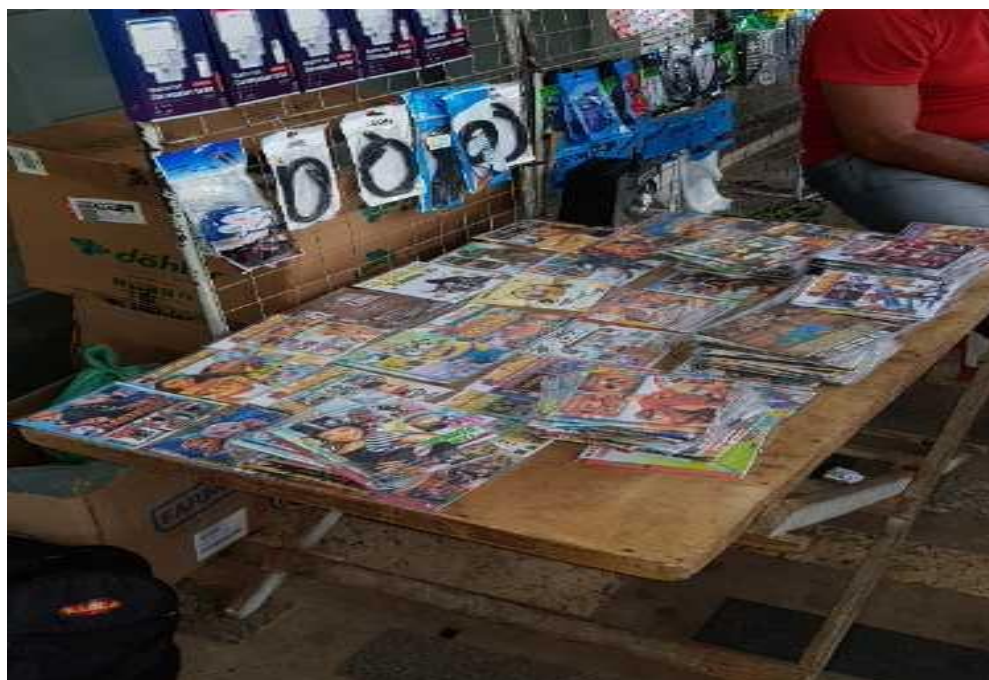


Foto 28: Banca Móvel no Centro Comercial de Macapá.

Fonte: Pesquisa de campo, 2020.

Com relação aos produtos vendidos pelo atravessador, Ribeiro (2006) estabelece a rota de produção das mercadorias que abastecem tanto as lojas de importados de Macapá, quanto os atravessadores que vendem seus produtos para os camelôs e ambulantes da cidade, quanto os próprios que fazem suas compras indo para os centros populares de São Paulo:

Si comenzáramos por donde se producen las mercaderías, los centros fundamentales del sistema se encuentran en Asia, en lugares tales como Taiwán, Corea del Sur, Singapur, Malasia y, en especial, China. El hecho de que diferentes áreas de Asia se

hayan tornado centros de producción de las mercaderías del sistema mundial no-hegemónico se relaciona, en gran medida, con el poder de la economía de Japón, uno de los mayores mercados de artículos de lujo. Taiwán, Corea del Sur y Hong Kong, por ejemplo, fueron grandes centros productores de mercaderías falsas para Japón. Por su parte, China pronto se convirtió en la principal proveedora de productos falsos para todo el mundo: “hoy, hasta en Taiwán, productos Louis Vuitton falsificados son ‘importados’ principalmente de China” (Chang, 2004: 230). De modo que este país no sólo es la niña mimada de la globalización hegemónica (véase, por ejemplo, Guthrie, 2006), también es el centro de la globalización no hegemónica, de la globalización popular. Cualquier investigación sobre la producción de bagatelas globales, de superlogos falsos (véase más abajo) y de productos “piratas” tendría que privilegiar, ciertamente, la provincia china de Guangdong, donde el *boom* económico de las últimas décadas se ha expresado también en una enorme producción de productos para los mercados de la globalización popular. Las ciudades de Dongguan, Shenshen, Hong Kong (que comparte frontera con la anterior) y Guangzhou (Cantón) conforman, probablemente, la mayor zona de producción de mercaderías del sistema mundial no-hegemónico, el comienzo de una cadena de mercaderías en la cual los lucros se acumulan fantásticamente (RIBEIRO, 2006, p. 18-19).

Sobre a questão, Ribeiro (2011) exhibe de forma mais didática o sistema mundial não-hegemônico

[...] como uma forma das classes populares acederem a fluxos de riqueza global. Trata-se de um conjunto de nós (mercados) e de fluxos entre estes nós, com diferentes dimensões e intensidades. Seus principais centros produtores encontram-se na Ásia e, muitas vezes, produzem cópias falsificadas, de diferentes qualidades, de superlogomarcas globais. As noções de sistema mundial não-hegemônico e de globalização popular representam uma abordagem que problematiza as formas prevaletentes de interpretação destes fluxos que os identificam e reduzem ao crime organizado global.

O tamanho cada vez maior da “economia ilícita global”, da “pirataria” e dos mercados populares de importados, leva a crer que ainda há muito o quê explorar nestes caminhos. O trabalho nesta linha continuará a apontar para outras facetas da relação classes populares/processos de globalização, para “outras globalizações econômicas”, assim como permitirá aprofundar as noções de “sistema mundial não-hegemônico” e “globalização popular” que dependem, em grande medida, da fina compreensão do que é (i)lícito, isto é, atividades consideradas ilícitas pelo Estado mas que são socialmente aceitas e tidas como legítimas por seus praticantes (RIBEIRO, 2011, p. 15).

A sua ‘vizinha’, depois de dizer que ele era ‘bocado’ e promover um momento de descontração em um dia chuvoso, procurou saber se eu estava trabalhando para a prefeitura. Quando disse que não e que estava fazendo uma pesquisa universitária, ela se tornou receptiva e respondeu algumas indagações feitas, já que, segundo ela, não ia vender mais nada naquele dia. Percebi que ela vendia camisetas, shorts, chapéus, óculos e meias de marcas conhecidas, além de carregadores de aparelho celular e antenas de TV feitas com cabo coaxial de metragem variada e adaptadas em tubos de PVC que, segundo ela, são ‘a prova de chuva’ e garante a qualidade da imagem, mesmo que nos tempos de hoje sejam de qualidade digital.

Perguntei a ela como ela adquiriria os seus produtos para a venda com atravessador, se os preços dos produtos vendidos nas importadoras podiam deixá-la vender mais em conta. Ela me informou que o atravessador vende fiado com juros e anota a dívida para ela pagar, conforme o que ele estipula por mês, em um sistema que poderíamos dizer no sistema das redes ilícitas como uma espécie de ‘agiotagem’, mas que no sistema capitalista funciona como ‘compras ou financiamentos à prazo’.

Professor, vou te dizer, meu mano. Os ambulantes aqui que não vende os produto que eu vendo pensam que eu tô baluda porque eu tenho um monte de produto pra vender. Não é bem assim não. Eu compro de um menino que vive indo pra São Paulo e compra na 25 de março com os chineses muitas caixas de produto importado. Tem de tudo: óculos, camisa, tênis, relógio, controle de televisão, carregador de celular, película pra celular, capa pra celular e ele distribui pra muita gente aqui do centro, com a gente pagando sempre de 15 em 15 dias pra ele com juros. Mesmo assim, fica melhor pra mim pra colocar preço nos produtos e vou pagando ele devagar e ele me abastece por pelo menos uns seis meses. Minha última compra foi de tudo isso aqui que o senhor tá vendo e tô aumentando o meu negócio com um monte de mostrador, aproveitando que a senhora que tava aqui antes comprou um ponto no Feirão Popular e vou segurar aqui pra minha filha e meu genro, já que eles precisam de trabalhar, né? Eles tão se organizando pra pagar adiantado pro menino, pra não ficar sem dinheiro muito tempo como eu fico (M. F. 45 anos, ambulante da Rua São José – Centro Comercial de Macapá. Pesquisa de campo, 2019).

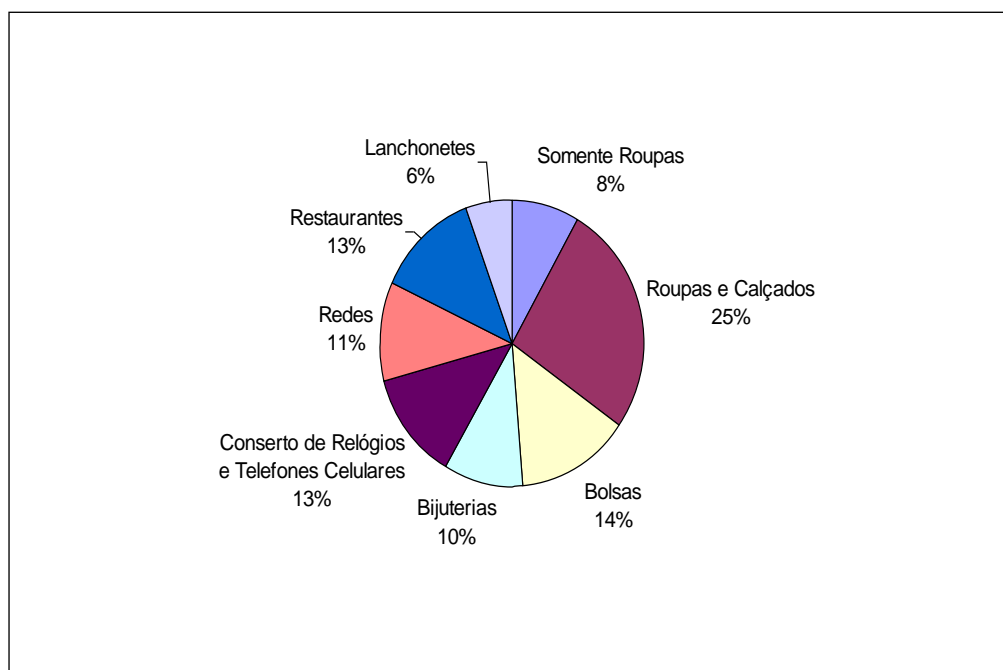
Como percebido na fala da informante, o sistema de negociações exercido por este atravessador estabelece a presença de uma pessoa que cristaliza a existência de uma rede oculta à presença do Estado que realiza as suas atividades sem pagar os devidos tributos e encargos que são repassados ao preço final das mercadorias ‘originais’, vendidas nas lojas de grande circulação e shopping centers da capital.

O atravessador compra mercadoria importada de locais como China, Taiwan e Coréia do Sul no principal centro popular de compras do Brasil, neste caso, as ruas 25 de Março ou Santa Ifigênia, que vendem desde roupas e sapatos até produtos eletrônicos como caixas de som, pendrives e acessórios para celulares com grandes descontos e ele não paga tributos como o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS, garantindo uma alta margem de lucro, mesmo que ele assumas todas as despesas de transporte e distribuição das mercadorias pelo Centro Comercial. Para chegar ao consumidor final, a mercadoria é produzida em países asiáticos e revendidas pelos fornecedores localizados nas zonas de comércio popular de São Paulo – antes a mercadoria vinha de Ciudad del Leste (Paraguai) – e ele paga o transporte da mercadoria com uma passagem de ônibus até Belém e de navio até o Porto de Santana/AP para daí ser revendida aos camelôs e ambulantes da cidade de Macapá/AP e para outras cidades do

interior do Estado ou outras regiões da Amazônia, dependendo da zona de influência do atravessador.

No gráfico 16 percebemos que os camelôs vendem, em sua maioria, roupas e calçados (25%) geralmente trazidos de outros centros do país como Fortaleza (CE), Goiânia (GO) e Franca (SP), redes (11%), bolsas (14% - foto 14). Existem camelôs que trabalham com lanchonetes (6%) e restaurantes populares (13%), bem como aqueles que trabalham no conserto de relógios e telefones celulares, incluindo a venda de peças dos mesmos, perfazendo uma renda média situada entre R\$ 1.000,00 e R\$ 1.500,00 em 2008, com valores atualizados para R\$ 2.000,00 e R\$ 2.500,00, dependendo do mês de atividade.

GRÁFICO 16: PRINCIPAIS ATIVIDADES DOS CAMELÔS NO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

Os camelôs do Centro Comercial, quando não compram os seus produtos com os atravessadores, se organizam em grupos de viagem de sacoleiros que vão de ônibus para os principais centros de compras do país: São Paulo (destino de mais fácil acesso), Caruaru/PE (onde compram camisas e roupas jeans), Brusque e Blumenau/SC (onde compram camisas), Fortaleza/CE (onde compram vestidos), Goiânia/GO (Jeans de boa qualidade e roupa masculina) e, muito raramente, Divinópolis/MG (apesar de os preços estarem sempre mais em conta, na opinião dos camelôs).

Estas excursões duram, em média, de 07 a 10 dias e compõem um périplo quase heroico para quem quer vender roupas e calçados no Amapá, cujo roteiro é descrito abaixo:

- Em um primeiro momento, os camelôs montam entre si um programa de excursão para um determinado lugar, geralmente Fortaleza, Goiânia ou São Paulo com capital acumulado que varia entre R\$ 10.000,00 e R\$ 15.000,00, para comprar mercadorias que venham a abastecer suas barracas/bancas seis meses em média, fora as despesas com a viagem, hospedagem e alimentação, o que eleva em R\$ 2.000,00 os custos;
- Eles contratam um ônibus, via telefone, na cidade de Belém/PA, com capacidade para 45 pessoas, mas geralmente vão em grupos de 15 a 20 pessoas e o restante dos espaços são voltados para colocar mercadorias; Além disso, reservam um hotel próximo ao centro da cidade com preços bem baratos para poder descansar e guardar as compras;
- O grupo marca viagem e parte de navio do Porto de Santana/AP para Belém, negociando o preço mais barato possível para viajar de rede por 24 horas pelo Rio Amazonas;
- Ao chegar em Belém, entram em contato com o dono da empresa contratada e partem para o destino desejado: De Belém à Goiânia a viagem dura cerca de 30 horas; para Fortaleza, em média, 28 horas; Recife, 42 horas e; São Paulo, 46 horas. Vale lembrar que estes ônibus param para as refeições e banho em postos de beira de estrada onde os motoristas possam comer de graça e os passageiros paguem um preço bem em conta pela alimentação e banho.
- Ao chegar na cidade, se estabelecem no hotel e partem imediatamente para fazer compras nos centros de comércio popular voltados para a sua atividade e que tenham bons preços no atacado, para aumentar a sua margem de lucro;
- Ficam em média 03 dias nestas cidades e embarcam sua mercadoria nos ônibus e, posteriormente, no navio de retorno para a cidade de Macapá/AP, via Porto de Santana;

Perguntei para algumas destas pessoas se não seria mais fácil comprar com o atravessador, evitando assim todo o desgaste físico e mental da atividade. Os interlocutores alegam que o cansaço é grande para quem realiza este périplo, mas que compensam possíveis situações de *stress* que eles passariam com atravessadores, cuja relação pode descambar para situações constrangedoras e até de violência. Eis uma das falas coletadas em campo:

Eu já tenho esse plano de viajar pra São Paulo e ficar 10 dias longe de casa desde novo. Guardo dinheiro pra ir, trago mercadoria pra ficar muito tempo sem ir, mas também pra não ficar devendo pra esses meninos que vendem pro pessoal daqui. Eles cobram muito alto e quase a gente não lucra nada, quando lucra. Além disso, eles

fazem muita onda aqui com os vizinhos quando vão cobrar e a venda tá fraca. De vez em quando, eles vêm de dois, três pra cobrar e penso até que eles vão bater nos vizinhos daqui, mas ficam muito na ameaça. De início, eu até comprava com eles, mas depois paguei tudo o que eu devia, vendi o meu carro e fui sozinho comprar mercadoria pra minha banca. Hoje eu ajudo um monte de gente aqui do nosso pedaço a não comprar com atravessador e lucrar mais. Não quero esses meninos nem perto daqui (J. A. 40 anos, dono de barraca/banca na Cora de Carvalho. Pesquisa de campo, 2018).

Outra rota interessante, dependendo do tipo de produto, é a aérea. Um dos interlocutores me disse:

Mano, aqui eu guardo uns dez paus e vou pra São Paulo comprar meus produtos. Conheço um lugar bem barato perto de Santa Ifigênia e compro produto pra celular, relógio e eletrônico lá pra atacado, que sai bem mais barato. Diferente dos meus vizinhos daqui, que compram com os meninos que cobram com juros parece agiota e do pessoal que passa vinte dias fora, compro passagem aérea na promoção e embarco umas três malas, que voltam tudo cheia de bagulho pra vender e eu pago o frete mais barato e mais rápido, né? O senhor não concorda comigo? Eu passo uns dois dias lá e volto e pago na viagem uns dois mil, fora os produtos, que eu gasto o restante. Passo uns seis meses sem ir e quando eu volto, ainda coloco um preço bom pra vender que concorre até com os chineses aqui da frente – Chen Importados – e eles nem ligam, porque o produto deles vêm direto da China pra cá. Como não tenho essa moral e nem família lá, foi a forma que encontrei pra competir e vender meus produtos (A. C., 35 anos, dono de barraca/banca de produtos eletrônicos no Feirão Popular de Macapá. Pesquisa de campo, 2018).

Em alguns casos, funciona também a relação de conterranealidade para a compra de um produto que possa abastecer a sua banca/barraca.

Vou pra Fortaleza comprar rede pra mim e pra alguns vizinhos que me pagam umas duas vezes por ano. Como eu não meto a mão no preço, até dono de loja aqui de perto que é meu conterrâneo me pede para comprar pra ele – fato este comprovado quando de uma das minhas visitas, no momento em que vi o dono de uma pequena loja estabelecida no centro fazendo uma encomenda de 20 redes com ele – e aí fica bacana de viajar. Trago uma média de 100 redes pra vender e elas vão num sopro e eu fico com as minhas 20, 30 pra vender na minha loja. Como eu também vendo roupa, chapéu e óculos, abasteço minha loja e ainda ajudo os vizinhos. Por isso que ninguém me enche o saco, só a prefeitura de vez em quando, mas agora eles tão cadastrando o pessoal daqui e parece que não mais perturbar a gente (J. M. S., Cearense, 65 anos, Dono de Banca de Roupas na Av. Cora de Carvalho. Pesquisa de campo, 2018).

No caso acima, percebe-se que o dono da banca não tinha nenhum vínculo ou parentesco com o dono da loja – empreendedor formal – e que a compra se deu pelo contato estabelecido a partir dos laços de conterranealidade, ou seja, eles realizam uma relação de compra e venda informal baseadas na confiança, pois o dono da loja conta que o dono do ponto compre um produto bom pra ele e os dois acabam por não pagar tributos ao Estado, estabelecendo uma relação econômica informal.

4.6 RAZÕES PARA A INSERÇÃO DOS TRABALHADORES NO MERCADO INFORMAL

A reestruturação capitalista que afligiu o país no início dos anos 80 trouxe consequências que abalaram a sociedade, remetendo ao entendimento de um “[...] novo (e precário) mundo do trabalho” (ANTUNES, 2005, p. 162). Tais mudanças reverteram o cenário brasileiro à lógica mundial com impactos sérios para a classe trabalhadora. A flexibilidade no mercado de trabalho a partir de 1990 permitiu que se instaurasse as novas leis que atingiram os trabalhadores, de início, na negociação coletiva, e depois na estrutura do contrato de trabalho. As implicações refletiram-se no desemprego estrutural,¹¹⁹ salários indignos e condições de trabalho precárias. Com a Lei do Trabalho Temporário¹²⁰ houve uma expansão de indivíduos “incorporados” ao mercado, mas de forma parcial (ALVES, 2005).

As desigualdades impostas pela globalização propiciaram a abertura para o trabalho no setor Serviços, já que tanto o comércio formal quanto o informal tornaram-se abrigos para os desempregados da indústria. O enfraquecimento do mundo do trabalho apresenta-se, de um lado, com um número de indivíduos qualificados cooperando com o capital e, por outro lado, sujeitos heterogêneos constituindo o núcleo precarizado da sociedade.

Os camelôs e ambulantes de Macapá fazem parte do segundo grupo, pois o aumento da concorrência pelos postos de trabalho e a flexibilização dos acordos de trabalho permitem a pauperização da mão-de-obra local e a possibilidade de exclusão do trabalho formal daquele trabalhador não qualificado para exercer suas atividades no comércio, dentro do setor de serviços e mesmo na parte precarizada do comércio, exercida, geralmente por pessoas com escolaridade no ensino médio.

No que se refere à inserção do trabalhador no mercado informal, nossos entrevistados com origem migrante declararam que aportaram no Amapá com o sonho de um futuro promissor, uma vez que montar uma banca em outro Estado é mais difícil, pois existe maior concorrência. Segundo os trabalhadores entrevistados, ao se encontrarem sem condições de inserção no mercado formal e a saída foi guardar uma pequena quantia de sua renda e comprar produtos nas lojas para venderem nas bancas.

¹¹⁹ Entende-se por **desemprego estrutural** uma mudança na *estrutura ocupacional* da sociedade. Por exemplo: a diminuição do número de empregos na indústria e a absorção de alguns destes indivíduos pelo setor Serviços. Isso atrasa determinadas qualificações e muitas pessoas ficam sem trabalho. A rapidez tecnológica é uma das razões deste tipo de desemprego. Para mais detalhes ver JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 1997, p. 68.

¹²⁰ Em 1998 foi promulgada a Lei do Contrato Temporário que reverteu ou diminuiu certos direitos alcançados pela CLT e pela Constituição de 1988. Essa Lei alterou a jornada de trabalho, pois, ao invés de receber horas extras o indivíduo assume créditos ou débitos de horas com a empresa, podendo compensá-los num prazo de um ano. Vale ressaltar, que o limite anterior era de uma semana.

O aumento do desemprego e a baixa qualificação profissional exigidas para trabalhar no comércio fazem com que a procura por esses postos de trabalho cresça, principalmente entre a população jovem. A grande questão é que nem sempre o trabalhador preenche os requisitos necessários para o trabalho nas lojas da área comercial, mesmo que seja para um trabalho multifuncional e precarizado com um baixo salário. Um dos fatores mais diretos é a idade e o tempo de experiência do trabalhador e o outro fator é o desemprego ligado à qualificação profissional por parte do trabalhador.

Neste sentido, o trabalhador que atua por conta própria alega que se lhe for dada oportunidade para exercer sua atividade na área comercial, ele garante a renda necessária para a sobrevivência de sua família. É o que afirma o Sr. J. P.:

Olha, meu filho, quando eu tinha mais ou menos a sua idade – ele me perguntou a idade e eu respondi –, trabalhava no comércio em uma loja de roupas. Como já tava mais de quinze anos no mesmo local, eles ficaram com medo de me pagar um FGTS alto e me demitiram. Com o dinheiro, fui atrás de outro emprego no comércio e eles me disseram que eu era “criado”, “macaco velho”¹²¹ na área e que eles iriam dar oportunidade pra “pinto novo”¹²². Então, com o dinheiro, comprei uma barraca aqui na Mendonça Júnior e hoje eu vendo redes e bolsas, com uma boa renda. Não é bem aquilo que eu queria, mas ninguém aqui nasceu com vocação de barão, né? Então, vou ralar atrás de garantir a vida dos meus. Olha, se me deixam trabalhar, garanto os meus filhos na universidade em três tempos, o senhor vai ver (J. P., amapaense, 55 anos, comerciante de redes e bolsas na Rua Mendonça Júnior. Pesquisa de campo, 2008).

O centro comercial de Macapá destaca-se pela particularidade de movimentar um fluxo elevado de pessoas e capital nos períodos comemorativos e durante o pagamento dos servidores públicos.¹²³ A circulação no comércio é intensa. Na época de final de ano, os donos de bancas de camelô procuram chamar auxiliares e lhes pagam até um salário, dada a intensidade de movimentação e vendas. Esses sujeitos, “contratados”, trabalham durante dois meses – novembro e dezembro. Geralmente, esses sujeitos são membros da família (filhos, sobrinhos, primos ou netos) que recebem para realizar as vendas e outras atividades necessárias para o funcionamento da banca/carro. Segundo J. P., isto é importante porque “[...] dá pra pessoa o gosto do trabalho e de ganhar do suor do rosto sem dar amém pra ninguém”, ou seja, sem fornecer o lucro de sua força de trabalho para nenhum patrão e ainda fornecer – neste caso, ao

¹²¹ Os termos “criado” e “macaco velho” citados pelo informante são referentes ao acúmulo de experiência exercido pelo mesmo e, ao mesmo tempo, para explicar que uma pessoa como ele não figuraria mais no perfil exigido pelo comércio local para trabalhar em suas lojas. Segundo foi observado em campo, a maioria dos trabalhadores que exercem suas funções como camelôs ou ambulantes, geralmente são pessoas com “idade elevada” (35 – 50 anos) ou com baixa escolaridade, uma vez que algumas das lojas empregam somente trabalhadores com ensino superior incompleto ou médio completo.

¹²² Referência dada ao jovem e inexperiente que ingressa no mundo do trabalho.

¹²³ Para o comércio de Macapá a chamada “economia do contracheque” (CHELALA, 2008) é bastante presente.

filho mais novo e ao sobrinho vindo do interior – uma possibilidade de vislumbrar uma autonomia financeira.

A fragilidade das relações de trabalho traduziu um novo sentido de *ser* para o trabalhador, pois não há interação entre o homem e o produto do trabalho. Ao contrário, o próprio trabalho é mercadoria e transfigura-se em objeto qualquer, *estranho* para quem o produziu. No caso do trabalhador informal – camelôs e ambulantes –, eles sabem que do seu trabalho sairá a razão de seu sustento, ou seja, há uma identificação maior para com o seu trabalho (MARX, 2003). O estranhamento reside no momento em que estes trabalhadores ingressam na nova modalidade e pelo fato de, muitas vezes, eles não venham a se dar conta de que estão reproduzindo a produção capitalista com a venda de muitos produtos. Quando perguntado sobre a situação, um de nossos interlocutores respondeu:

Olha, vocês da Universidade são meio estranhos mesmo. Mas eu não sabia disso não, mestre. Olha que eu já vendi um monte de bagulho, tipo isqueiro, canivete, antena de tv, mas não tinha parado pra pensar que eu ajudava a sustentar um monte de gente trabalhadora. Tudo bem que o que eu faço hoje não ajuda os artistas, mas pelo menos ajuda a garantir o batalho de todo dia e ainda ajuda os trabalhadores lá que fabricam os CD's (E. M., natural de Chaves-Pa, 42 anos, vendedor de CD's e DVD's piratas da Rua Candido Mendes, Pesquisa de campo, 2008).

Em Macapá, os trabalhadores informais – no caso desta tese –, os camelôs e os vendedores se sentem tão autônomos que estão perdendo a noção de pertencerem a uma classe (GORZ, 1982). Estes indivíduos não sentem prazer no seu trabalho e se submetem para o manterem. Na opinião de Gorz (2003), os trabalhadores aceitam qualquer tipo de trabalho como meio de preservarem sua sobrevivência e movido por relações instrumentais com seus vizinhos e concorrentes, onde as relações vão se tornando cada vez mais frágeis. Com o passar do tempo, os trabalhadores acabam aceitando sua condição no mundo do trabalho e se colocam como indivíduos que realizam circulação de suas mercadorias e, ao mesmo tempo, garantem a sua sobrevivência. O mesmo informante da passagem anterior esclarece bem esta situação:

Meu amigo, se eu estivesse nesse trabalho aqui, quem sabe o que eu ia estar fazendo agora? Podia ser ladrão, vendedor de bagulho, traficante mesmo, porque nem vendedor de bombom no ônibus eles deixam ficar por aqui com medo de assalto. Eu não gosto do meu trabalho nessas condições que eu tô, mas é bem melhor ficar em uma coisa honesta do que me acabar por aí. Tenho mulher e filho pra sustentar e garantir o batalho de todo dia, porque todo dia a gente tem fome e precisa de roupa. Então, eu vejo que é melhor fazer esse tipo de atividade, mesmo com o risco de ser preso – venda de CD's e DVD's piratas – do que ficar de “caraxué”¹²⁴ ou “abanando

¹²⁴ Termo jocoso utilizado nas terras amazônicas para descrever o homem que não faz nada e é sustentado por uma mulher. Poder-se-ia dizer que é uma situação pela qual o termo largamente utilizado – gigolô – não se coloca como apresentável ou compreensível para a população do interior da Amazônia.

peido”¹²⁵ por aí (E. M., natural de Chaves-Pa, 42 anos, vendedor de CD’s e DVD’s piratas da Rua Candido Mendes, Pesquisa de campo, 2008).

Tais afirmações encontram eco na visão de Maria-Teresa Pignoni (2006), quando esta analisa que o trabalhador desempregado perde a identidade e se nega enquanto sujeito social. O próprio Estado o qualifica de “pobre, preguiçoso ou inútil”, isolando-o e reduzindo-o. Não ter emprego “[...] significa igualmente a perda de um lugar, de um estatuto social que estruturava solidamente as relações com os outros” (PIGNONI, 2006, p. 275).

Quanto à relação entre escola e trabalho, as mudanças no mundo do trabalho e as novas exigências por qualificação para se produzir o trabalhador flexível vão requerendo cada vez mais tempo por escolarização. A educação e a formação têm sofrido uma revalorização enquanto caminho e instrumento viabilizador da competitividade no mundo globalizado, colocando-se como pré-condição ao sucesso individual. A empresa, por sua vez, apropria-se da subjetividade do trabalhador exigindo deste um conjunto de habilidades e competências necessárias à produção e qualidade do que se produz seja fruto do trabalho material ou imaterial, como é o caso dos Serviços.

Na realidade de camelôs e ambulantes da cidade de Macapá, esta lógica se apresenta de uma forma interessante. Enquanto na realidade formal existe um processo de precarização constante no mundo do trabalho que impede por vezes o trabalhador de estudar, na realidade destes trabalhadores que fazem o seu horário de acordo com a necessidade ou com o que vendem, podem programar um tempo para os estudos em sua atividade de trabalho ou em um horário alternativo. Pudemos perceber isto em uma das visitas de campo no ano de 2008, quando nos deparamos com um rapaz, de aproximadamente 25 anos, com um uniforme do Pré-Vestibular Desafio¹²⁶ estudando de forma concentrada uma apostila de física. Esse rapaz, D. R., nos disse o seguinte:

O senhor pode não acreditar, mas essa aqui é a terceira banca do meu pai. Cada filho toma conta de uma diferente e usa o tempo da forma que dá. Meu irmão, por exemplo, não quis estudar, mas é bom de conta e tem uma banca de concerto de relógio e celular. Meu outro irmão é que nem eu porque quis estudar, mas só dava pra estudar de noite e o pai ainda apertava a gente aqui nas bancas dele, pois ele trabalhou desde cedo pra

¹²⁵ Expressão local que identifica o andar do malandro com vistas à prática de furtos, consumo e venda de entorpecentes, além de outras contravenções.

¹²⁶ Curso pré-vestibular capitaneado pelo ex-Presidente da Assembleia Legislativa e atual Secretário de Transportes do Estado do Amapá, Professor Jorge Amanajás, que se baseava no fornecimento de aulas gratuitas para os alunos de baixa renda e oriundos de escolas públicas se colocarem em igualdade de condições para o vestibular com relação aos alunos de escolas privadas. Sem permanecer em cargos públicos após não ser eleito por uma margem mínima de votos nas eleições de 2010 para o governo do estado e de ser arrolado em alguns processos por aliciamento eleitoral, Amanajás não conseguiu sustentar a grande estrutura montada para o Projeto Desafio, vindo a fechar as suas portas em definitivo em 2011.

nos sustentar e queria que a gente fizesse o mesmo. Ele concordou pra que a gente estude pra se tornar funcionário público e garantir alguma coisa no futuro. Meu pai sabe que a qualquer momento ele pode morrer e minha mãe não tem de quem receber pensão. Por isso, ele aperta agora a gente nos estudos pra gente garantir a nossa mãe depois que ele se for. Eu não gosto de trabalhar aqui e tenho até um pouco de vergonha, mas é daqui que a gente veio e de onde o pai sustenta a gente. Então, vou estudar e mudar de vida como ele quer, pra que ele tenha uma vida melhor e minha mãe também (D. R., amapaense, 26 anos, vendedor de peças de fogão das cercanias do Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de campo, 2008).

A pesquisa de campo constatou que, mesmo diante da possibilidade acima, no caso de haver tempo livre para os estudos pelo caso de trabalharem por conta própria, existem vários elementos que criam uma situação de instabilidade, pois vários sentimentos vão povoando o dia-a-dia desses trabalhadores dentre os quais destaca-se a vergonha, a não aceitação e o constrangimento, que aliados a uma rotina extenuante acentuam o processo de alienação. Dejours (2002, p. 137) enfatiza que o trabalhador

[...] vencido pela vontade contida na organização do trabalho, ele acaba por usar todos os seus esforços para tolerar esse enxerto contra sua natureza, ao invés de fazer triunfar sua própria vontade. Instalado o circuito, é a fadiga que assegura sua perenidade, espécie de chave, necessária para fechar o cadeado do círculo vicioso.

Nesse sentido, a sujeição do corpo através da fadiga das exigências físicas extenuantes alia-se a sujeição da mente do trabalhador nas suas atividades como camelôs e ambulantes.

Deste modo, a alienação assume a forma de um conflito onde o desejo do trabalhador foi capitulado face à necessidade de garantir a sobrevivência em condições insalubres. Há, portanto, a necessidade de uma desalienação a fim de que novas relações sociais se construam e estas são construídas somente no espaço circunscrito ao lar, uma vez que apesar de próximas no mundo do trabalho umas bancas de outras, a forma de socialização é completamente diferente e baseia-se tão somente no que vamos chamar de relações formais unidas por laços de conveniência, ou seja, são pessoas que convivem apenas o suficientemente necessário e que se unem apenas quando existe algum tipo de ameaça contra o seu negócio.

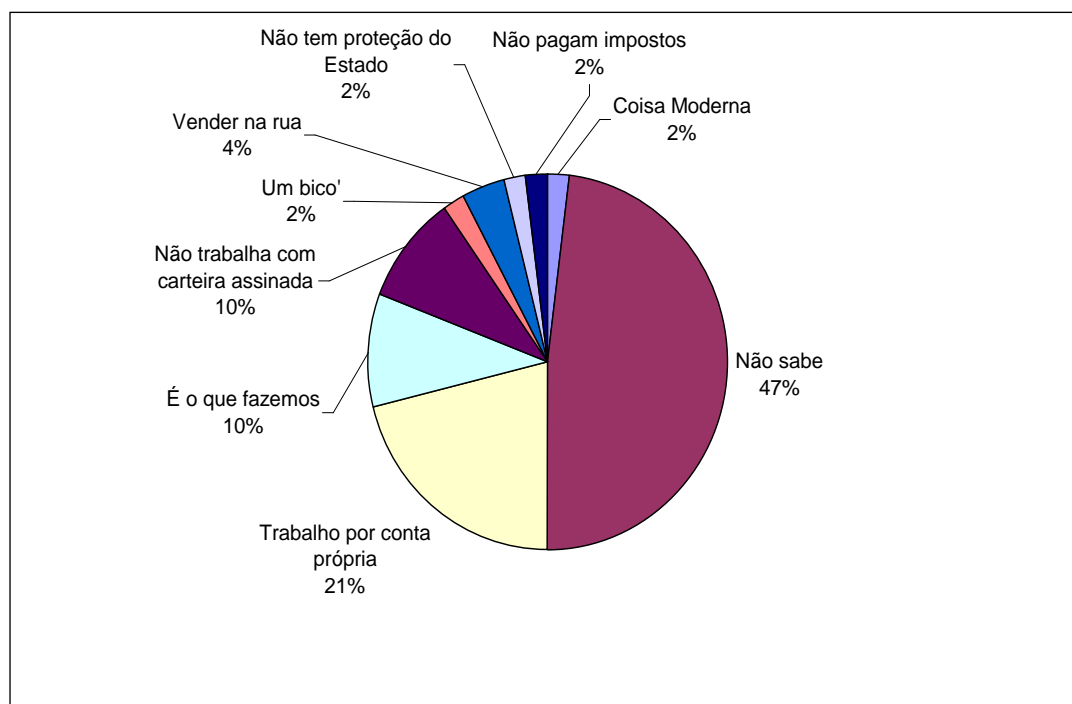
Como pudemos perceber durante nossa pesquisa de campo, mesmo em condições insalubres e composto em sua maioria por migrantes vindos para o território após a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, na década de 1990, o mercado informal de trabalho e em seu caso mais específico para este estudo, o dos camelôs e ambulantes, representa um ponto de sustentabilidade para uma parcela que foi, pelo menos a primeira geração, excluída de um mercado de trabalho extremamente competitivo em virtude

das poucas vagas neste nicho e que, ao movimentar a economia local, proporciona uma distribuição de renda para além do mercado formal de trabalho e do funcionalismo público.

Quando perguntamos ao trabalhador ambulante o que era, em sua opinião, o mercado informal, 21% dos entrevistados nesta pesquisa afirmaram que este é o espaço onde eles trabalham por conta própria, sem a necessidade de patrão ou horários fixos, onde eles eram os donos do próprio negócio. Todos esses motivos elencados conjuntamente com a desqualificação profissional e baixa escolarização, são fatores preponderantes para esses trabalhadores não terem acesso ao mercado formal, por isso observa-se a presença crescente do desemprego e da informalidade na cidade de Macapá. Os dados ainda revelam que o trabalho informal se constitui como uma opção viável para os trabalhadores se manterem no mercado auferindo renda, ao invés de continuarem tentando emprego formal.

Desses 21% de entrevistados que preferiram trabalhar por conta própria, observou-se a ilusão da autonomia e liberdade na atividade informal. O que segundo Tavares (2004, p. 137), significa que “[...] a organização voluntária do trabalho é realçada nas suas possibilidades de independência e liberdade, como se fosse possível criar um espaço econômico autônomo imune aos determinismos do mercado” No que tange a informalidade, segundo ainda a autora, tem-se a ideia de que ser empresário é ser dono das suas decisões, podendo assim empregar um funcionário, pois este trabalhador deixa de ser explorado para tornar-se explorador.

GRÁFICO 17: A INFORMALIDADE VISTA PELOS INTERLOCUTORES



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

O mesmo índice – 10% dos entrevistados – afirma que é a atividade em que eles se encontram na atualidade ou que esta categoria de trabalho não precisa de registro na CTPS, o que pode favorecer àqueles que são analfabetos ou alfabetizados, bem como os trabalhadores com um grau de escolaridade baixo como o Ensino Fundamental.

Para 4% dos entrevistados, este tipo de trabalho consiste nas atividades de venda dos produtos e serviços ofertados nas ruas, desde o engraxate até o vendedor de lanches e bebidas, passando pelos vendedores de bebidas do Complexo da Beira-rio.

Para 2% dos entrevistados, este é um tipo de trabalho que não conta com a proteção do Estado para várias situações, pois o trabalhador ambulante não paga FGTS, INSS, bem como qualquer outro tipo de contribuição ou imposto ao Estado, o que implica na busca de garantir o seu sustento na labuta diária das ruas, opinião esta partilhada por mais 2% dos entrevistados.

O mesmo índice – 2% dos entrevistados – apresenta um argumento, no mínimo, interessante, pois alega que este termo é uma ‘coisa moderna’, onde o que interessa, de fato, é garantir a comida na mesa todos os dias. Para mais 2% dos entrevistados, mais precisamente para os que afirmaram no gráfico anterior, é uma atividade complementar às suas atividades no mercado formal, ou mais precisamente um ‘bico’.

O fato que mais chama a atenção para este campo da pesquisa é o fato de que a maioria dos entrevistados, 47%, não sabe dizer o que significa o termo trabalho informal, revelando que esta é uma atividade que ele conhece e exerce, mas não sabe como explicá-la ou da forma pela qual este se encontra enquadrado dentro do mundo do trabalho.

Tal fato nos mostra um estranhamento por parte do trabalhador informal em relação do seu trabalho, onde ele desconhece que a importância que seu segmento tem está diretamente ligado à lógica de funcionamento das atividades formais, ou seja, a forma de estruturação dessas atividades informais do comércio informal, o tipo de atividades desenvolvidas, a maneira de desempenhar as atividades, o local em que são exercidos e a sua adequação ao tipo de mercado consumidor existente são elementos que estão integrados ao funcionamento das atividades formais.

Para Cacciamali (1991) e Veiga (1989), o trabalho informal não é demarcado pelo marco legal, mas sim de acordo com a dinâmica econômica das unidades produtivas. Daí reside o fato concreto de que este setor se caracteriza pela falta de organização e de estruturação em sua atividade produtiva. Sendo assim, o trabalhador informal é todo aquele que está vinculado ao que podemos chamar de sistema simples de produção de mercadorias e serviços, no qual receber um salário passa a não ser uma via de regra, mas sim uma exceção, pois segundo Cacciamali

(1991, p. 23) o “[...] segmento informal é o conjunto formado pelos trabalhadores sem carteira assinada e por conta-própria”.

Desta forma, podemos definir o mercado de trabalho formal no Brasil – com reflexos naturais no Amapá – pela presença de baixos salários, instabilidade presente no vínculo empregatício, pela precariedade e baixa qualidade de trabalho, pois não existe um controle mais efetivo por parte das políticas salariais do Estado, ao passo que, para Costa (1989, p. 18) o “[...] comércio informal é aquele exercido no espaço público e que escapa às regras do comércio oficial”, ou seja, é uma atividade privada de baixa produtividade realizada no espaço público que não tem um controle maior do Estado. São trabalhadores que podemos classificar como ‘invisíveis’ aos olhos do poder público, mais que existem efetivamente no espaço e passam a ocupar um campo cada vez maior no mundo do trabalho brasileiro.

No Brasil o debate acerca da informalidade vem ocorrendo desde as décadas de 70 e 80 no interior da produção capitalista e a partir das mudanças nos processos de trabalho na década de 90, época esta que o país encontra-se em recessão econômica marcado pela era neoliberal, acelerando o processo de privatizações, desregulamentação do mercado, desemprego e o aumento da dívida externa.

Até a década de 1980, as atividades informais eram desempenhadas por idosos, analfabetos, ou aqueles de baixo nível de escolaridade, características estas de países de Terceiro Mundo. Mas, a partir da década de 80 “[...] a informalidade deixa de ser uma especificidade das economias periféricas para se manifestar como um fenômeno crescente nos países centrais” (GOMES et al, 2006, p. 218).

Neste sentido, o trabalho informal vem acompanhando a intensificação do processo de reestruturação produtiva, quando se intensifica a redução do emprego industrial e a substituição da força de trabalho humana pelas novas tecnologias de produção, tendo ainda a questão do desemprego como favorável a expansão da informalidade no país. Segundo Gomes et al (2006, p. 35), “[...] as tendências recentes de reestruturação produtiva têm significado a redução drástica de postos de trabalho que não vêm sendo substituídos pela criação de investimentos públicos e privados que permitam a geração de empregos”.

Desse modo, cresce cada vez mais o número de trabalhadores sendo despejados por não ter qualificação, ou então se submetendo em empregos precários, sem nenhuma garantia, como no caso dos trabalhadores autônomos. Haja vista, que o acesso ao emprego formal estava cada vez mais competitivo.

Pochmann (apud TAVARES, 2004) discorre que:

Cerca de 150 milhões de trabalhadores (no mundo – grifos nossos) encontram-se na categoria de desemprego aberto, enquanto 850 milhões são considerados na condição de subemprego, exercendo atividades de sobrevivência, com jornadas de trabalho insuficientes e de remuneração comprimida (POCHMANN apud TAVARES, 2004, p. 17).

Diante disso, ocorre que muitos que se encontram fora do mercado acabam segundo Tavares (2004) reinventando novos espaços de trabalho.

Como decorrências desse grande volume de desempregados, proliferam cooperativas, empresas familiares, trabalho domiciliar, micro e pequenas empresas. Estas formas de trabalho comumente identificadas com a independência, a autonomia e a ação espontânea promovem, ao contrário, mecanismos pelos quais trabalhadores exploram a sua própria força de trabalho para o capital e se deixam ser lesados nos seus direitos fundamentais (TAVARES, 2004, p. 18).

Neste contexto, a tendência atual do padrão de acumulação capitalista é de flexibilizar e explorar o trabalhador de maneira que este acredite não estar sendo explorado, pois a inserção das atividades informais no mercado sustenta ainda mais o processo de extração da mais-valia, indiretamente, haja vista, que as atividades informais respondem tanto a lógica de funcionamento do sistema, assim como a necessidade dos trabalhadores proverem seu sustento.

Em suma, conclui-se pela análise de Sena (2002) que:

O Setor Informal e, conseqüentemente, o mercado de trabalho informal deve ser então, analisado no interior das relações capitalistas de produção que se desenvolvem na economia, em especial da relação capital/trabalho. Essa contradição existente é inerente ao funcionamento do sistema, em que os trabalhadores não possuem os meios materiais que possibilitem a sua existência e reprodução e são obrigados a desenvolver atividades produtivas informais, quando não conseguem se inserir no mercado de trabalho formal, ou a permanecer desempregados (SENA, 2002, p. 47).

Nessa linha de pensamento, Tavares (2004) ressalta a respeito do fenômeno da informalidade e suas relações com a formalidade, e considera que

[...] o que antes era atrasado e não fazia parte da organização capitalista de produção, agora, em alguns casos, cumpre funções do trabalho coletivo. Ou em outras palavras, o que era problema, agora é solução. A coexistência do trabalho informal com o formal, sob mediações que ocorrem nas esferas da circulação e da produção, cumpre o papel de alcançar o objetivo capitalista (TAVARES, 2004, p. 21).

Com relação ao supracitado, cabe lembrar que um destes objetivos é sempre ter o exército de reserva, para manutenção do processo de acumulação capitalista. No momento em que grande parcela da população que se dirige ao setor informal por não conseguir acesso ao setor formal, pelas dificuldades de conseguir um emprego de carteira assinada com garantias

de proteção social, acabou ingressando nas mínimas condições de trabalho que o setor informal oferece, dentre eles a baixa remuneração.

Desta forma, Gomes et al (2006), entende que.

As mudanças no mundo do trabalho contribuem para a expansão do setor informal da economia e das atividades desenvolvidas por trabalhadores ambulantes, aprofundando os vínculos entre setor formal e informal, exigindo novas estratégias de luta para a transformação de suas condições de vida (GOMES et al, 2006, p. 217).

Dessa maneira, os trabalhadores desenvolvem atividades em condições precárias para a geração de sua renda, pois, o poder público não possibilita alternativas, principalmente aqueles que não tiveram acesso à escolarização, e aos idosos. Isso indica que o trabalho precário é uma realidade brasileira diante do desemprego estrutural, ocasionando o aumento da pobreza e da exclusão social.

Diante deste cenário de negação do direito ao trabalho, muitas famílias de trabalhadores recorrem as mais diversas atividades do setor informal, dentre eles o comércio ambulante, por exemplo, que tem uma lei¹²⁷ regulamentando o exercício desta atividade no Brasil.

Desenvolvendo tais atividades estes trabalhadores, em um primeiro momento, desenvolvem formas tradicionais que com o desenvolvimento do capitalismo irão se inovar e expandir-se. Neste contexto, é nas ruas que encontramos os camelôs e os ambulantes, principalmente nos grandes centros das cidades, onde em sua maioria são alocados sem a concessão do órgão municipal de urbanização, desenvolvendo transações comerciais de produtos, alimentos, prestando serviços, entre outros. Nestas condições tais trabalhadores se inserem nestes espaços e buscam.

Se apropriar de determinados espaços para acessar recursos materiais e imateriais disponíveis, pois determinadas ruas tornam-se um meio efetivo de acessar infraestruturas adequadas para a prática do comércio informal, que é facilitado pela circulação de indivíduos, condição e de baixo custo, favorecendo, assim, a produção e a reprodução dos grupos sociais pauperizados (GOMES et al, 2006, p. 235).

Diante desta realidade, em que os sujeitos estão já expostos, vulneráveis as condições que o padrão capitalista impõe torna-se necessário criar alternativas que visem reverter esta realidade, visto que as ações do poder público devem atender as necessidades do trabalhador informal e de sua classe, para que assim se reverta às desigualdades sociais, que os levaram a precarização de suas condições de vida e de trabalho.

¹²⁷ Decreto – Lei nº 2.041/1940 regula o exercício do comércio ambulante.

Lei nº 6.586/1978, art. 1º Considera-se comerciante ambulante aquele que, pessoalmente, por conta própria e a seus riscos, exercer pequena atividade comercial em via pública, ou de porta em porta.

Costa (1989) nos aponta, por exemplo, este dinamismo do trabalho ambulante, tão presente na realidade amapaense a partir da seguinte observação:

O comércio ambulante atravessa as barreiras do planejamento urbano e surge em meio à festa, à reunião, ao comércio oficial ou a qualquer evento que resulte em aglomeração; cria um espaço singular e veste o setor hegemônico com uma enorme heterogeneidade (COSTA, 1989, p. 17).

Com base na afirmação anterior, a cidade moderna se apresenta como um grande campo de oportunidades para os trabalhadores, desde aqueles oriundos das elites até a população pobre. Para os primeiros, a chance de construir fortuna através de negócios lucrativos na rede privada de serviços, nas atividades empresariais e, no caso específico do campo de pesquisa, na constituição do lado formal do Centro Comercial. Já para a população pobre, funciona como um meio de sobrevivência e a possibilidade de garantir os bens que possam assegurar esta sobrevivência.

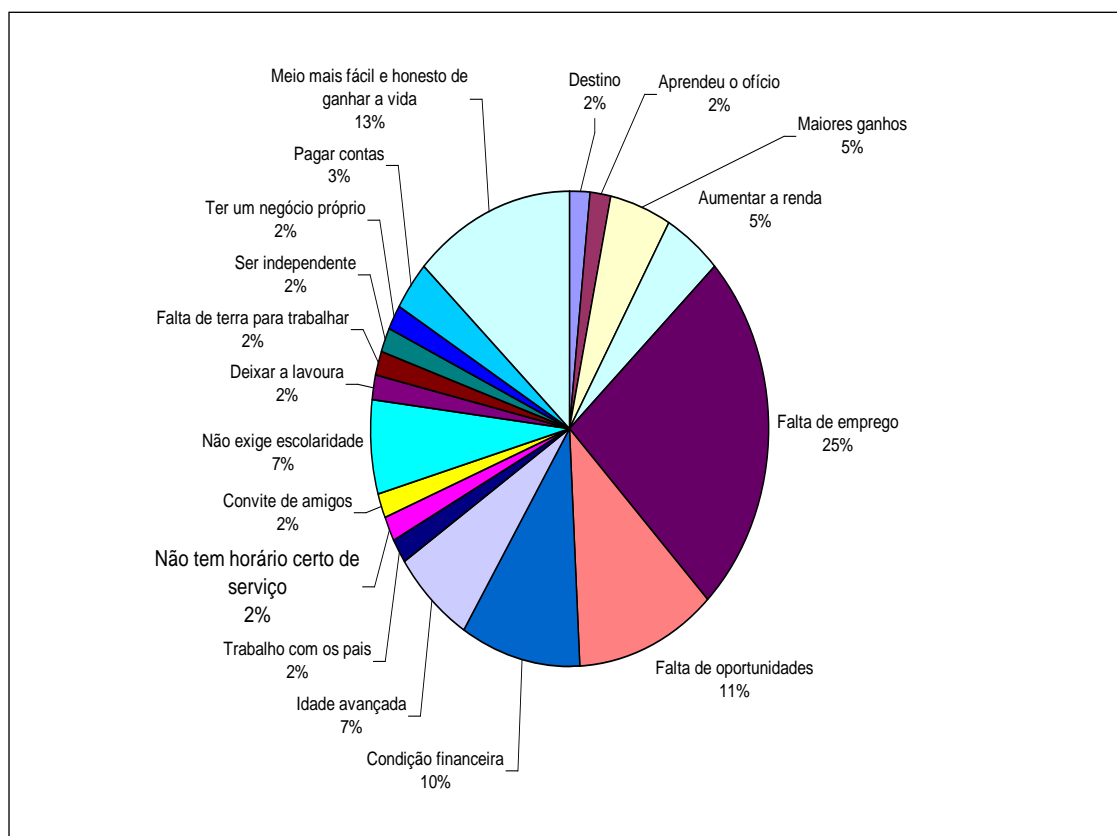
As atividades do setor informal do trabalho são, na maioria das vezes, resultados da mobilização e da organização autônoma de trabalhadores excluídos do mercado formal que muitas vezes entram em conflito com as organizações do poder público. A importância de sua atuação está no fato de garantir alguma condição de vida tanto para os ambulantes, quanto para uma parcela da população que consome os produtos dessa atividade.

Quando perguntamos aos entrevistados sobre os motivos que o levaram para informalidade, presentes no gráfico 18 abaixo, a falta de emprego apresentou o maior índice da pesquisa (25%), ao passo que 11% alegam que existe uma falta de oportunidades dentro do mercado de trabalho. Convém notar aqui dizer que os termos “falta de empregos” e “falta de oportunidades”, no caso específico de nossa pesquisa, se resumem a alguns pontos diferenciados: quando os entrevistados afirmam o termo “falta de emprego”, eles querem dizer que não há empregos em oferta que possam ser preenchidos por eles no mercado de trabalho local; quando os entrevistados afirmam o termo “falta de oportunidades”, eles estão afirmando que, mesmo apresentando algumas das qualificações exigidas para o preenchimento do cargo, sua experiência no mercado informal não é vista como válida para que eles assumam postos no mercado de trabalho formal. Além disso, eles afirmam que a baixa escolaridade os impede de conseguir um lugar no mercado formal, sendo considerado um outro ponto de saída das atividades formais para as atividades informais.

Estes índices confirmam o que foi citado anteriormente neste trabalho, onde afirmamos que o mercado de trabalho na cidade de Macapá encontra-se plenamente ocupado e que o

encaixe do trabalhador neste mercado é dificultado por vários fatores como a baixa escolaridade e a hipertrofia do setor terciário, mais especificamente no setor comercial, baixos salários e péssimas condições de trabalho dentro da formalidade, uma vez que este é precarizado, levando os trabalhadores a preferirem trabalhar por conta própria e assumir atividades informais.

GRÁFICO 18: RAZÕES PARA A INFORMALIDADE



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008-2018.

Para 13% dos entrevistados, o trabalho como camelô ou ambulante é um meio mais fácil de ganhar dinheiro e tê-lo de forma contínua e diária, o que facilita a circulação de mercadorias dentro da esfera cidadã. Já 10% dos entrevistados afirmaram que a condição financeira foi o motor que os impulsionou para o trabalho informal.

A idade avançada e a não exigência de escolaridade foram os motivos alegados para 7% dos entrevistados, mais uma vez confirmando o que já foi citado anteriormente, com um detalhe importante: o trabalho informal é visto como uma forma de inserir alguns setores excluídos do trabalho formal dentro do mundo do trabalho.

Para 5% dos entrevistados existem duas razões diferentes: para a primeira parcela da população entrevistada é um meio de obter ganhos financeiros maiores do que os que vinham obtendo no trabalho formal, mesmo sacrificando os momentos de folga, como feriados e férias;

para a segunda parcela desta população, o trabalho ambulante é uma forma de aumentar a renda doméstica, pois este passa a ser considerado como uma atividade familiar para esta parte dos entrevistados.

O mesmo índice – 2% dos entrevistados – é visto para as demais categorias presentes neste campo da pesquisa, onde as mais variadas razões se entrelaçam, desde o objetivo de deixar a lavoura no meio rural até a falta de terra para trabalhar, desde o aprendizado da atividade em família até uma forma de trabalhar com os pais, bem como outras alegações presentes neste campo, tais como: o convite de terceiros, ter um negócio próprio, ser independente e não ter patrão até o fato de ser uma ‘coisa do destino’, revelando que se houvesse uma ampliação na amostragem desta pesquisa de campo, as mais diversas razões surgiriam sem levar em conta um fator muito importante que é o de que o trabalhador ambulante e o camelô são excluídos do mercado formal e não do mundo do trabalho.

Diferente desta visão, Castel (1998) nos indica a existência de um quadro de vulnerabilidade do trabalhador. A vulnerabilidade (zona que se situa entre a integração e a exclusão) e que parecia estar sob controle por conta da generalização de uma condição salarial sólida, resultante do crescimento econômico e do quase pleno-emprego coloca o trabalhador desfilado do mercado formal diante da informalidade como forma de assegurar renda. Para o autor esse processo é irreversível, e cada vez mais fica patente que a precarização do trabalho e o desemprego são fenômenos inerentes à dinâmica atual da modernização.

Em nossa realidade de pesquisa, percebemos que a cidade de Macapá, apesar de não apresentar-se como uma sociedade industrial se coloca nesta dinâmica como uma cidade que apresenta um grande número de desfilados do mercado formal caracterizado pelo predomínio do setor de comércio e serviços, os quais, diante da vulnerabilidade social, veem no mercado informal a saída para a sua sobrevivência.

Nos dias atuais, o desemprego é a maior preocupação do brasileiro e esta situação se reflete de forma cada vez mais evidente em Macapá, tornando-se cada vez mais comum vermos, seja em nossas casas ou na vizinhança alguém que sobrevive pelo subemprego. O trabalho no mercado informal, como foi citado anteriormente, pode indicar tanto uma estratégia de sobrevivência diante da perda da ocupação formal quanto uma opção de vida para alguns segmentos de trabalhadores que preferem trabalhar no seu “próprio negócio”.

Algumas das ‘vantagens’ da vida de camelô são apontadas por Salvatti et al. (1999):

Os camelôs trouxeram a autonomia da atual ocupação como vantagem inexistente no cotidiano de um trabalho assalariado, proporcionada pela ausência de chefes e pela flexibilidade de horários do trabalho autônomo. Apesar da grande carga horária diária

nas ruas, a possibilidade de não trabalharem quando assim o desejassem foi trazida, embora quase nunca se efetivasse. Faltar no trabalho de camelô, assim como em um emprego no mercado formal, representa perda de dinheiro, apesar da suposta autonomia (SALVATTI et al., 1999, p. 19).

Segundo Gomes (2005), a fragmentação e a grande variação de atividades ligadas ao trabalho informal – no caso de sua pesquisa, os ambulantes – ampliam ainda mais o que Ricardo Antunes classifica de complexificação do mundo do trabalho, pois este segmento de trabalhadores passa a atuar de forma a garantir a sua presença e sobrevivência, mas apresentam características comuns, como:

1) Para grande parte desses trabalhadores os ganhos obtidos são superiores ao salário mínimo vigente no país; 2) A maioria dos trabalhadores entrevistados não paga a seguridade social e muitos alegam a falta de recursos para isto; 3) Em muitos casos, para assegurar um rendimento mínimo os ambulantes envolvem uma rede de natureza familiar e extrafamiliar já que muitas delas são tecidas no espaço da rua; 4) O deslocamento desses trabalhadores para o desenvolvimento do seu trabalho, não só para a compra de mercadorias ou insumos, mas também para a sua comercialização é um traço que persiste. 5) Frequentemente o trabalho ambulante serve de complementação das aposentadorias, visto que estas são insuficientes para a sobrevivência (GOMES, 2005, p. 04).

Ainda segundo Gomes, os trabalhadores se queixam de várias coisas, como a falta de infraestrutura para o desenvolvimento de suas atividades no espaço urbano, os rendimentos que nem sempre são suficientes para a quantidade de trabalho exercida, a ausência de benefícios por parte do Estado através do sistema de seguridade social¹²⁸, o crescimento da violência urbana e da repressão dos organismos do poder público.

Para Gomes, existem pontos comuns entre os trabalhadores informais e suas atividades na atualidade, que vão acabando por ter contornos definitivos, pois:

1) A maioria inicia esse tipo de trabalho em caráter provisório e aos poucos estas se tornam definitivas; 2) Desenvolvem atividades que mantêm uma relação estreita como o setor formal da economia; 3) Apontam a flexibilidade do trabalho e um maior rendimento como vantagem da atividade que realizam, apesar cumprirem uma jornada maior que no setor formal e não terem os benefícios desse setor. 4) Essa atividade hoje é desenvolvida não apenas por pobres ou pessoas com pouca escolaridade, mas por desempregados. 5) Há uma diversificação muito grande das atividades das formas de sua realização e dos rendimentos auferidos, se comparamos com as registradas na história brasileira (GOMES, 2005, p. 06).

¹²⁸ Como podemos constatar em estudos com outros autores como Pastore, Pochmann e dados dos Ministérios do Trabalho e da Previdência, que a grande parte dos trabalhadores ambulantes não contribuem com a Previdência Social.

Como pudemos perceber o trabalhador informal – o camelô e o ambulante – da cidade de Macapá são em sua grande maioria migrante, com um nível de escolaridade pouco aceito no mercado formal de trabalho, alguns com experiências anteriores neste setor da economia e muitos buscam o que consideram uma justa remuneração – mesmo que à base de muito sacrifício – na informalidade.

4.7 A RELAÇÃO DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL COM O PODER PÚBLICO

Segundo Castro (2009), ao falarmos de políticas públicas, nos referimos às ações estruturadas em geral pelo Estado que visam atingir um determinado objetivo. Tais políticas podem ser voltadas para o desenvolvimento nacional, seja pela ênfase econômica ou ambiental, mas podem ser também políticas locais ou regionais aplicadas, políticas econômicas setoriais ou políticas sociais, dependendo de sua área de atuação. Quando tais políticas são formuladas e aplicadas pelo Estado, chamamos de políticas estatais. No entanto, outros organismos da sociedade também podem formular e aplicar políticas de interesse público que tenham um alcance amplo e voltado para atender as demandas sociais.

Ainda segundo a autora, a sociedade é formada por atores sociais que atuam e intervêm na solução de problemas relativos ao desenvolvimento. Neste sentido, podemos partir de uma ideia de que são os agentes sociais que formulam as questões que podem, ou não, se constituir em indicações para definir políticas públicas, uma vez que estas partem de demandas específicas da sociedade que obrigam o Estado a executá-las a partir da aplicação de programas que venham a atuar sobre tais demandas.

Na sociedade atual, a relação entre Estado e economia é importante para que possamos compreender as transformações que ocorrem no seio do capitalismo, incluindo a utilização de recursos, a produção e a circulação de mercadorias. Muitas mudanças no cenário econômico são decorrentes dos processos de intervenção estatal e da aplicabilidade de suas políticas, pois o Estado tem assumido este papel de articulador e organizador da economia e da sociedade neste cenário neoliberal, através da regulação das ações econômicas e sociais.

Ainda segundo Castro (2009), a ideia de que o Estado é o agente executor dos interesses da burguesia e do capital pode ser considerada como uma concepção simplificadora, pois esta vê o Estado como ‘instrumentalista’ e as novas abordagens sobre a relação entre Estado e Sociedade é bem mais complexa, uma vez que esta última atua como um agente fomentador

das políticas que passam a ser implementadas pelo Estado voltadas para a resolução de problemas coletivos.

Devemos entender o Estado como aquele que passa a exercer o poder máximo nas instâncias sociais – haja visto ser o resultado da vontade geral –, mas que tem a sua ação delimitada pelas necessidades da sociedade.

Diante do exposto, podemos afirmar que políticas públicas são mecanismos de validação da relação Estado e Sociedade que são compostos por um conjunto organizado de ações voltadas para a solução de demandas e conflitos sociais onde a instância arbitral é o Estado e na qual tais políticas resultam de discussões e estabelecimento das necessidades por indivíduos ou pela coletividade.

Na atualidade, a sociedade vem formulando cada vez mais novas questões para que possam ser aplicadas em caráter efetivo pelo Estado, mesmo este – no caso, o Estado brasileiro – adotando medidas de caráter neoliberal e antiestatizante. Neste caso, a sociedade atua como um importante *policy maker*, pois age pressionando o Estado a executar suas demandas, mesmo com a pressão dos agentes do capital, o que torna a discussão sobre políticas públicas cada vez mais presente na realidade social.

No caso de uma sociedade invisibilizada pelo estado, como a dos camelôs e ambulantes, as ações desenvolvidas por eles e/ou para eles se apresentam sob a ótica da regulação do espaço da cidade e das tentativas contínuas de banimento desta modalidade econômica que ‘enfeia’ a cidade.

Para se ter uma ideia, sabe-se que o trabalho dos camelôs e ambulantes surge como uma possível alternativa para a instabilidade gerada pelo trabalho formal, orientado pela questão salarial e pelos períodos cíclicos de crises, no qual estes trabalhadores buscam estratégias para garantir a sua sobrevivência, mesmo diante das situações de repressão orquestradas de tempos em tempos pelo poder público, com o argumento de que os espaços relativos ao passeio público devem estar livres e o Código de Posturas, respeitado.

Para tanto, o poder público se vale de determinados expedientes com a finalidade de, ao mesmo tempo em que ‘limpa’ as ruas, garante que os lojistas – que pagam tributos – tenham a frente de seus empreendimentos desimpedida de comerciantes que podem atrapalhar o seu negócio.

Mesmo assim, foi percebido na *flânerie* que os camelôs e ambulantes seguem um sistema de regras próprias, baseadas nas relações de socialidade e confiança, que tentam garantir a continuidade do seu negócio, uma relação menos conflituosa com os empresários e agentes do poder público e, se possível, ampliar suas atividades, empregando membros das

famílias ou estabelecendo relações informais de trabalho por meio das relações de compadrio e conterranealidade.

Nos dois momentos da pesquisa, foram detectadas mudanças profundas na forma como o poder público lida com a presença dos camelôs e ambulantes no Centro Comercial de Macapá e as políticas públicas desenvolvidas para o setor.

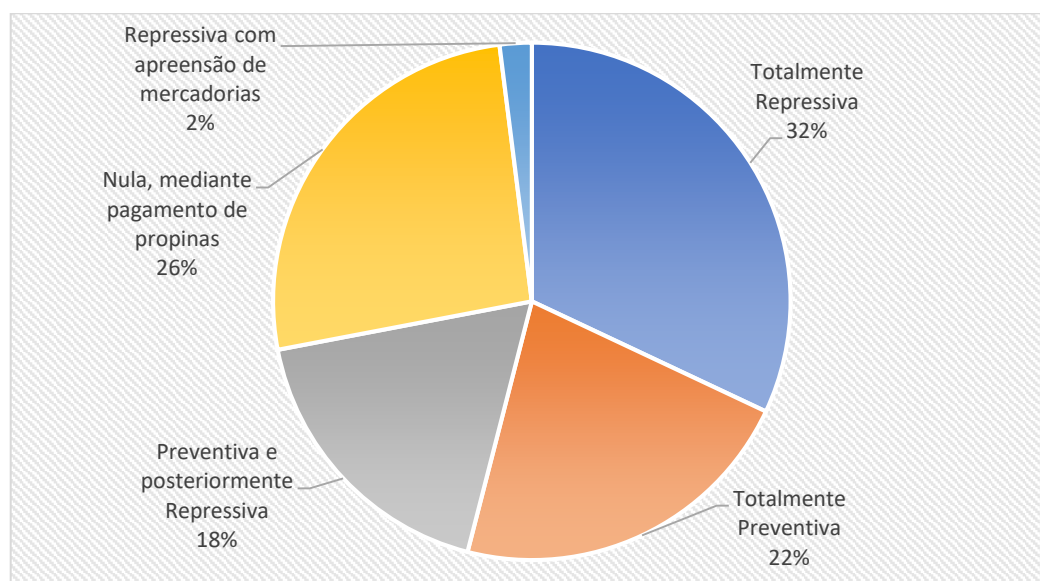
Na primeira fase da pesquisa – em especial nos anos de 2008 e 2009, quando vista a situação da fiscalização da PMM, quem exercia esta atividade era a Empresa Municipal de Urbanismo – URBAM, que posteriormente foi chamada de Secretaria Municipal de Urbanismo – SEMUR em conjunto com a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo – SEMAT, a Guarda Municipal e a Polícia Militar do Estado do Amapá – PM/AP.

Durante a pesquisa de campo foi percebido que os agentes eram recebidos com um misto de desconfiança e medo de que seus produtos sejam apreendidos, sendo esta, inclusive uma das primeiras resistências encontradas ao entrar no campo com uma prancheta na mão, pois os trabalhadores viviam em permanente estado de tensão e qualquer pessoa com este tipo de objeto era considerada um agente público que iria tirar o sustento das famílias. Para ‘quebrar o gelo’, me apresentava como professor e pesquisador e que estava fazendo o meu trabalho de pesquisa para a universidade, mostrando os formulários e perguntando questões relativas à pesquisa.

Na segunda fase da pesquisa, foi menos tensa a entrada em virtude do fato de que alguns interlocutores já me conheciam como cliente dos seus produtos e serviços ou como pesquisador, pois alguns deles exercem suas atividades há mais de 20 anos no mesmo local. Além disso, me apontaram que as relações com os trabalhadores mudaram bastante a partir da gestão de Clécio Luís (Rede Sustentabilidade), mas a desconfiança com o poder público continua muito forte, pois a dinâmica das ruas ainda apresenta uma luta constante por espaços, clientes e vendas, no qual a sobrevivência é a chave.

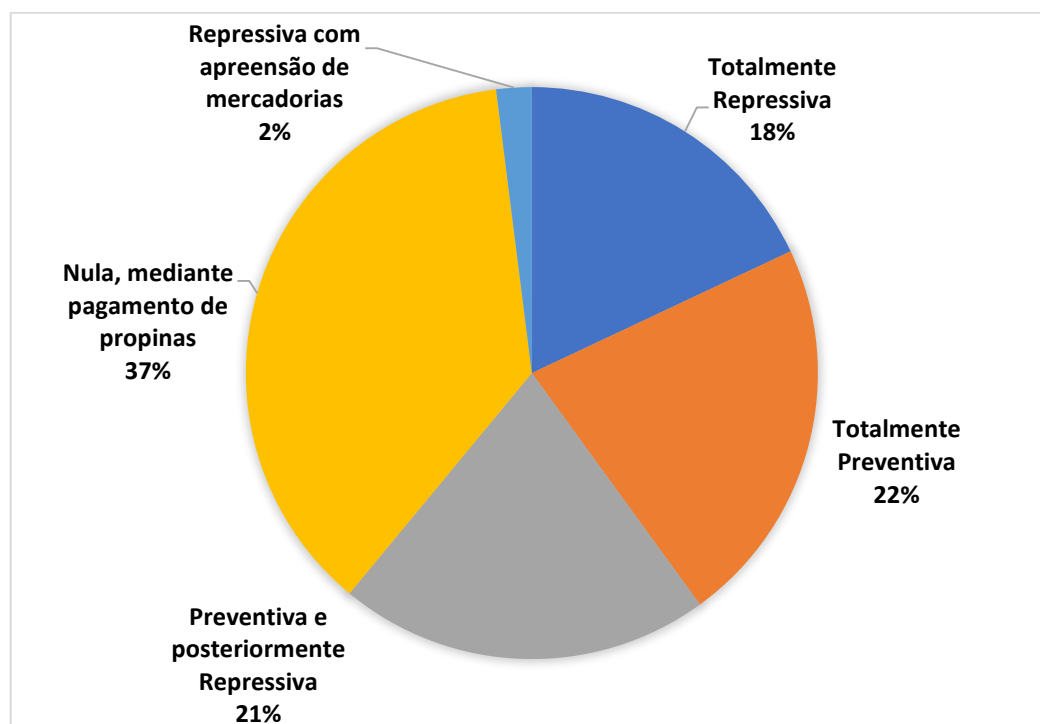
Um dos primeiros pontos trabalhados diz respeito à forma de abordagem executada pelos agentes públicos, que estão presentes no gráfico 19 e 20 abaixo, realizados a partir dos resultados obtidos com um intervalo de 10 anos. Quando perguntados sobre as ações exercidas pelos agentes das duas Secretarias Municipais, 32% e 18% dos entrevistados alegaram que as ações são totalmente repressivas, ou seja, exigem a retirada integral do trabalhador do seu local de trabalho e impossibilitam o seu retorno, ao passo que 2% dos entrevistados – nos dois momentos – alegam que a repressão se segue também com a apreensão das mercadorias, obrigando-os a pagar multas.

GRÁFICO 19: FISCALIZAÇÃO DA PMM NA VISÃO DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ - 2008



Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

GRÁFICO 20: FISCALIZAÇÃO DA PMM NA VISÃO DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO DE MACAPÁ – 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2019.

Sobre esta situação, alguns trabalhadores – em especial os que foram atingidos pelas ações de julho de 2009 – foram enfáticos:

Eu tinha uma banca na Cândido Mendes, de canto com a Padre Júlio, onde eu vendia óculos pro meu pai. Um dia, apareceu o pessoal da prefeitura mandando todo mundo se retirar do local, porque a gente tava atrapalhando o passeio público e as ruas tinham que ser limpas. Era início de mês e era o período onde a gente ganha mais dinheiro e a gente não queria sair de jeito nenhum. Então, veio o pessoal da PM e da Guarda Municipal e mandou a gente se retirar na marra e o pessoal do exército começou a ocupar a rua. A gente reagiu e a polícia veio com cacete e bala de borracha pra cima da gente, pegou nossa mercadoria e foi colocando nos carros da prefeitura, deixando a gente fudido, né? O pessoal da prefeitura disse que a gente podia receber nossas coisas de volta, mas tinha que ter nota fiscal com o nosso nome. Onde o senhor viu a gente que é informal ter nota fiscal, se a gente compra direto e sem nota ou então tem gente que compra de atravessador? É claro que esses safados ficaram com os nossos produtos e deram fim ou ficaram, mas o que a gente pode fazer, né? Tivemos que ficar dois meses fora da rua e quando a gente voltou, teve que começar do zero porque o nosso material não tinha mais por causa desse pessoal da prefeitura (A. C., 23 anos, dono de banca de óculos na Rua Cândido Mendes. Pesquisa de campo, 2009).

A prefeitura não quer que a gente venda os nossos produtos e desocupa as praças sem dar um retorno pra gente do que vão fazer, mas na hora de pedir voto eles tão todos aqui, o prefeito e os vereadores. Eles mandaram o pessoal da fiscalização pra retirar a gente da rua e nem uma solução foi dada, só colocaram a gente aqui e ainda de forma provisória. Esse prefeito mentiroso disse que vai fazer um camelódromo ou um shopping popular, mas até agora nada. Foi só pra tirar pai de família da rua e agradar dono de loja e de banco¹²⁹ (Zequinha., 35 anos, dono de banca de bolsas na Avenida Antônio Coelho de Carvalho. Pesquisa de campo, 2009).

Para 26% e 37% dos entrevistados, a ação dos fiscais torna-se nula, mediante o pagamento de propinas, o que caracteriza um cenário de corrupção onde os agentes realizam ameaças com o uso da lei e, feito o pagamento, fazem “vista grossa” para os trabalhadores no exercício de suas atividades. Tal artifício é muito utilizado por ambulantes que vendem alimentos – quando ‘dão’ um lanche ou cafezinho – e por ambulantes e camelôs que vendem CD’s e DVD’s piratas – quando ‘dão’ um agrado para um agente.

Esta relação é apontada como *conditio sine qua non* para que os camelôs e ambulantes possam ter uma relativa paz nas ruas, com a ordem rompida, vez por outra, pelas ações de caráter repressivo do poder público, situação esta presente em todas as cidades brasileiras que tenham estes trabalhadores:

Parece haver, no trabalho nas ruas, um acordo velado com os fiscais ou com a polícia, o que raramente foi explicitado nas entrevistas. Essa relação é sempre relatada de maneira obscura: a maioria diz que paga uma pequena quantia para os fiscais, polícia ou a prefeitura – o “cafezinho”. Dizem, ainda, que, se esse acordo não é respeitado, correm o risco de ter suas barracas apreendidas. Há ainda aqueles que dizem nunca terem sido importunados pelos fiscais. (SALVITTI et al, 1999, p. 11-12).

¹²⁹ Os eventos relativos à retirada dos trabalhadores das ruas do Centro Comercial de Macapá foram descritos no item 4.2 deste estudo.

Em Macapá, os trabalhadores entrevistados apontam a forma como dão os seus ‘agrados’ para os agentes públicos: um aperto de mão com uma nota de R\$ 20,00 ou R\$ 50,00; uma nota que pode ser até de R\$ 100,00 no meio dos documentos atrasados de fiscalização; um brinde como um óculos, camisa de time de futebol ou cinto; um lanche ou o dinheiro do ‘refrigerante’:

Aquí no centro, guarda ou fiscal bamburra na mão da gente. Sempre tem um agrado pra eles e eles deixam a gente trabalhar em paz. Quando eles se aproximam da gente, já sei que eles vão inventar alguma coisa pra pegar algum dinheiro da gente. A única largura que a gente tem é que de vez em quando um fiscal – não mencionou o nome – avisa pra gente que vem a fiscalização e guarda as coisas ou vai embora e perde o dia, mas não perde a mercadoria. A gente só não foi avisado quando veio todo aquele povo pra retirar nossos produtos e a gente ficou um tempo sem trabalhar (A. C., 23 anos, dono de banca de óculos na Rua Cândido Mendes. Pesquisa de campo, 2009).

Apesar das tentativas de organização do setor por parte do poder público desde 2017, esta prática ainda segue firme, pois a fiscalização ainda exerce este domínio com base na ameaça de apreender os produtos. Dito isto, alguns camelôs e ambulantes têm que pagar pelo seu produto para o atravessador e ainda tem de pagar propina para poder exercer a sua atividade sem ser incomodado, ou seja, para manter uma prática tida como ilegal, outras atividades ilegais como a do atravessador e a do fiscal e do guarda corruptos mantém a estabilidade da atividade.

Sobre esta questão da fronteira entre o legal e o ilegal, Ribeiro (2007) aponta que

En efecto, las relaciones entre lo legal y lo ilegal son multifacéticas y complejas e involucran diversos intereses normativos, políticos y morales. En lo que respecta al sistema mundial no hegemónico, su comprensión puede ser enriquecida también por abordajes cuyo foco se mueve en las fronteras entre la economía informal y la economía ilícita y entre lo ilícito y lo ilegal. En el proceso de presentar las distinciones y definiciones cruciales en la construcción de la noción de sistema mundial no-hegemónico, es preciso establecer una distinción sutil entre economía informal e ilícita y entre lo que es ilegal y lo que es ilícito (RIBEIRO, 2007, p. 11).

Em algumas passagens da pesquisa de campo, gozando da minha posição de *flâneur*, pude visualizar algumas destas cenas de atividades ilícitas exercidas pelos agentes públicos sobre estes trabalhadores. Uma delas que me chamou a atenção foi no ano de 2018. Estava na confluência da Rua São José com a Avenida Antônio Coelho de Carvalho quando vi um fiscal da prefeitura se aproximando de um ambulante que vende óculos de grau e de sol. O fiscal pediu a autorização da prefeitura para o rapaz que estava com os seus mostradores em frente a uma loja fechada e o mesmo não a tinha. O rapaz perguntou como ele podia fazer para poder continuar ali e o fiscal, percebendo a minha presença, não disse abertamente o que queria. Foi quando eu me afastei para uma loja do outro lado da rua e vi a cena: o fiscal estava escolhendo

um par de óculos escuros e saiu com ele nos olhos, configurando o pagamento de propina na forma de ‘doação’ dos óculos. Logo depois de uns cinco minutos, voltei para o ponto e encontrei o vendedor bastante contrariado. Depois de uma conversa mais branda com ele, o mesmo apontou a seguinte situação:

Pro senhor ter uma noção, ontem eu tinha que pagar o rapaz que me vendeu estes produtos e hoje veio esse cara da prefeitura me cobrar os documentos e eu sabia que ele queria dinheiro ou alguma coisa. Quando eu disse que tava sem dinheiro, ele me perguntou quanto custava o óculos e ele escolheu um, que eu disse pra ele levar pra não levar a minha mercadoria. Em dois dias eu gastei o dinheiro da semana com o menino dos produtos e ainda tive o prejuízo de dar o óculos pro cara. Trabalhar na rua é foda, mano (R. P., 37 anos, ambulante da Rua São José. Pesquisa de campo, 2018).

Com a mudança de gestão, a SEMDUH e a SEMDEC realizam as fiscalizações, ficando os camelôs e ambulantes sob a alçada da primeira e as feiras nas mãos da segunda. Em alguns lugares como o Mercado Central, as duas secretarias e seus respectivos fiscais atuam em conjunto. Como o Mercado Central passou por reformas, os donos das barracas/bancas ficaram comprimidos em espaços improvisados dentro do próprio mercado, o que não impediu a ação corrupta dos agentes, configurando um sistema de relações ilícitas:

Aqui a gente paga o do refrigerante pro PM pra afastar bandido e flanelinha da gente, paga pro Guarda Municipal pra mesma coisa e pro fiscal porque ele vive ameaçando de tirar as nossas mercadorias e fechar a nossa banca. A maioria aqui paga em dinheiro no fim do mês pra ele e eles ficam passeando pela cidade e nem chegam perto da gente, só quando o secretário tá aqui. Quando ele tá afim de alguma coisa, ele leva e a gente anota aqui pra prestar conta com o patrão. Ele fica muito puto, mas entende e não vai tirar o meu trabalho por causa desse pessoal (M. P., 26 anos, costureiro do Mercado Central de Macapá. Pesquisa de campo, 2018).

Sobre a questão do pagamento da ‘taxa’, Salvatti et al. (1999), aponta que

Essa “taxa” incorporou-se de tal forma no cotidiano que passou a ser um direito do fiscal e uma obrigação do camelô. Legitima-se, dessa maneira, a corrupção, que acaba se tornando uma prática naturalizada: o pagamento passou a ser um acerto entre duas partes interessadas, redefinindo as regras de ocupação do espaço público. Essa naturalização da corrupção ocorre de tal maneira que acaba por fazer com que as pessoas redefinam o próprio conceito de legalidade.

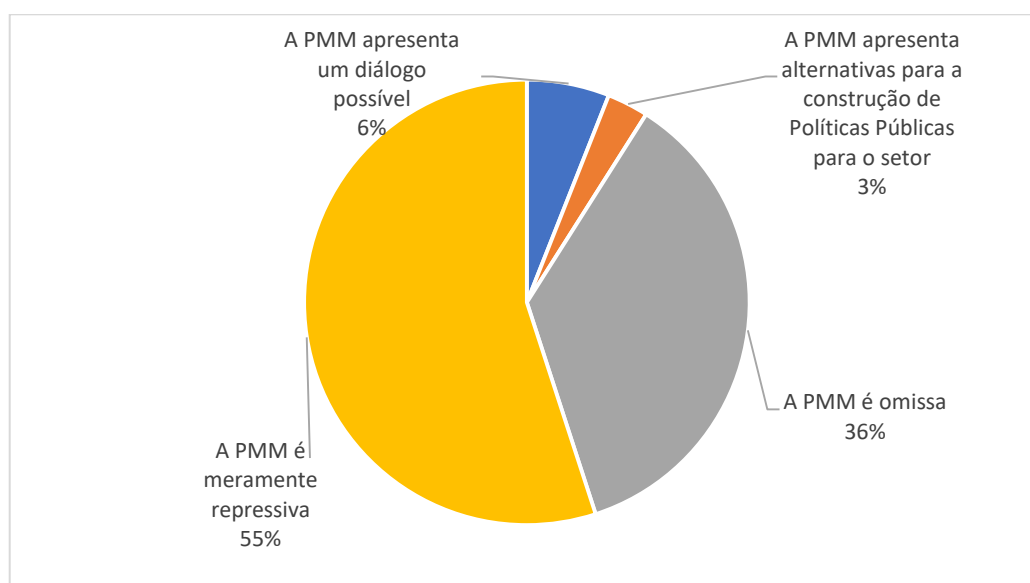
Nesse sentido, a obrigatoriedade da “caixinha” contribui para o estabelecimento de relações de poder entre aqueles que permitem a ocupação do espaço e os que ocuparão o mesmo, além de consolidar uma posição de marginalidade e falta de direitos dos camelôs, que, quando acatam essas cobranças, acabam tornando-as “de direito”. Assim, essa cobrança contribui para a alienação de seus direitos e deveres, uma vez que, pela relação de poder, uns detêm o controle da ocupação por meio de uma cobrança arbitrária e outros se vêem obrigados a pagar por já estarem na ilegalidade, sem perceberem que isso ajuda a mantê-los em tal posição.

O tema é polêmico e envolve vários interesses. No entanto, tem sido tratado como se fosse apenas um acordo particular entre o “dono do espaço” (o fiscal, através da autoridade concedida pela prefeitura) e o “locatário deste espaço” (o camelô). A

Prefeitura, que se omitiu na maior parte do tempo, procura agora resolver o problema sem considerar que o crescimento do mercado informal, sobretudo do comércio ambulante, tem relação direta com a atual crise econômica e social (SALVATTI et al., 1999, p. 15)

Para coibir estas práticas, a SEMDUH vem realizando desde 2017 um processo de contagem e cadastramento dos trabalhadores do Centro Comercial, com vistas a estabelecer a legalização destes trabalhadores e saber em quais ruas eles atuam. Além disso, conforme supracitado neste estudo, foi realizado um convênio com o SEBRAE com a finalidade de promover o conhecimento sobre o empreendedorismo e, ao mesmo tempo, uma ressignificação conceitual na qual os camelôs e ambulantes são ‘promovidos’ a empreendedores populares, constante nos gráficos acima.

GRÁFICO 21: ATUAÇÃO DA PMM NO OLHAR DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ - 2008



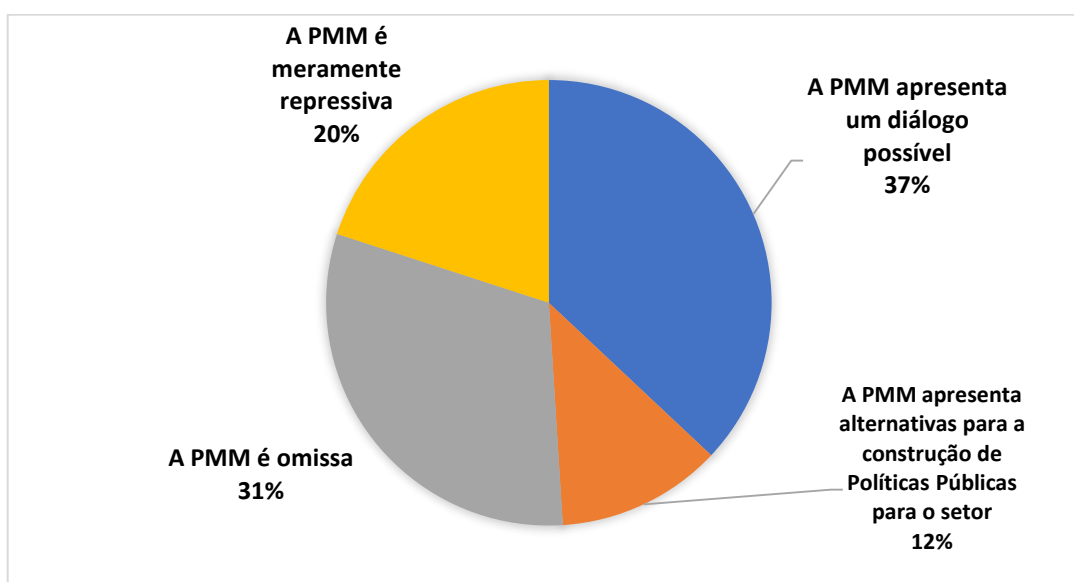
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

Os dados do gráfico 21 acima confirmam uma ampla contradição com o discurso produzido pelos grupos que estão no poder, pois para 91% dos trabalhadores em 2009 – divididos entre 55% e 36% - acreditam que a PMM age de forma meramente repressiva (55%) ou omissa (36%), no qual a PMM não se abre nem para o diálogo com o setor. Alguns trabalhadores acreditam que a PMM, em sua gestão atual, esteja agindo em retaliação aos trabalhadores do setor que apoiaram o candidato Camilo Capiberibe¹³⁰ da oposição, preferindo

¹³⁰ Em 2010, Camilo Capiberibe foi eleito Governador do Amapá, sucedendo Waldez Góes e exerceu seu mandato no período 2011-2014. Atualmente, o governo do estado voltou a ser exercido por Waldez Góes, que está em seu terceiro mandato. Convém lembrar que estes dados, conforme afirmei na introdução deste texto para qualificação foram recolhidos no período 2007-2009 e, na época, Camilo Capiberibe exercia o mandato de Deputado Estadual

agir de forma arbitrária e afirmando cumprir a lei. Ainda segundo o gráfico 21, apenas para 9% dos entrevistados a PMM apresenta uma forma de diálogo possível com os trabalhadores e a possibilidade de estabelecimento de discussão de políticas públicas para o setor.

GRÁFICO 22: ATUAÇÃO DA PMM NO OLHAR DOS CAMELÔS E AMBULANTES DO CENTRO COMERCIAL DE MACAPÁ – 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Os dados constantes no gráfico 22, apontam uma redução gradativa do que foi colhido há 10 anos atrás, o que significa uma mudança de percepção, pois para 51% dos trabalhadores em 2018 – divididos entre 20% e 31% – a acreditam que a PMM age de forma meramente repressiva (20%) ou omissa (31%), em especial entre os ambulantes. Os 37% de abertura da PMM para um diálogo possível mostra o quanto o poder público vem atuando com a finalidade de promover a regularização dos trabalhadores do Centro Comercial, configurando, pelo menos, uma política pública para o setor, com a finalidade de tornar o ilegal, legal, e, ao mesmo tempo, coibir a corrupção e o ‘jeitinho’, atividades frequentes sobre os trabalhadores do setor.

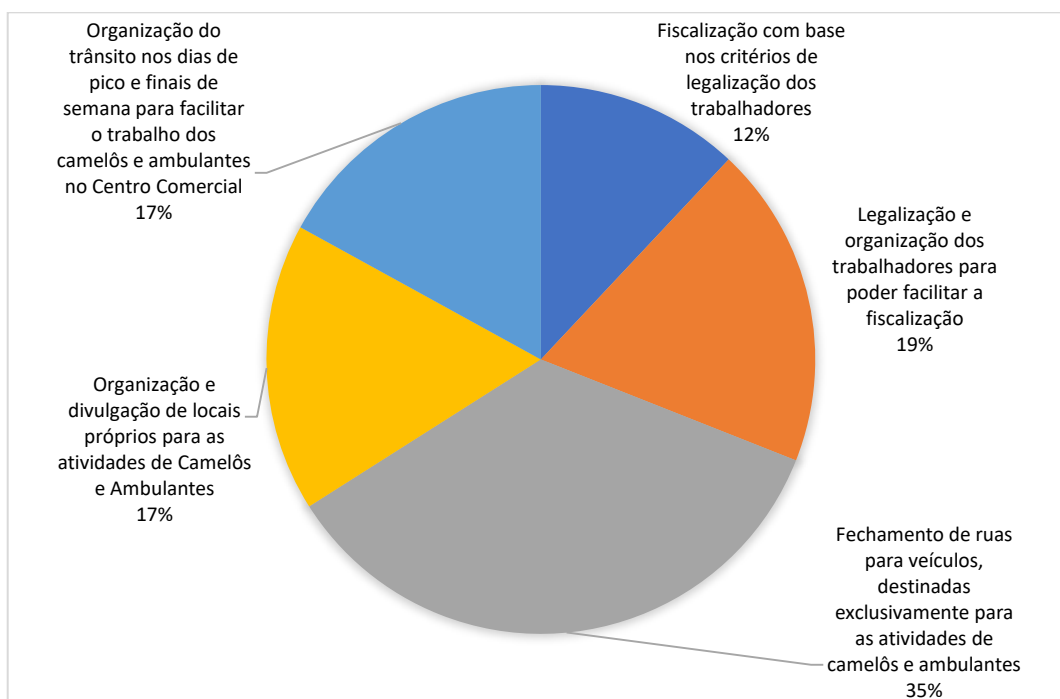
Em 2009, foi percebido na leitura destas informações coletadas em campo a existência da contradição presente entre o que foi exposto pelos representantes do poder público e os resultados da pesquisa que apontam a falta de diálogo como o grande empecilho a ser superado pelas partes para o estabelecimento do equilíbrio das ações dentro da realidade do comércio macapaense. Em 2018, foi percebido que, mesmo com a desconfiança dos trabalhadores com relação às autoridades, as tentativas do poder público de organizar a Área Comercial têm surtido

e havia perdido as eleições municipais para a capital para o candidato Roberto Góes, primo em primeiro grau do atual governador.

efeito e, mesmo com a presença de atividades ilícitas orquestradas pelos fiscais – na visão dos entrevistados – os entrevistados acreditam que o poder público vem buscando soluções para o setor.

Os dados presentes no gráfico 23, quando das propostas do setor para a melhoria das relações com a PMM e para a manutenção de sua atividade econômica indicam em 2009 um conjunto de propostas para que os trabalhadores possam dinamizar e maximizar os ganhos.

GRÁFICO 23: PROPOSTAS DOS CAMELÔS E AMBULANTES PARA A REGULAMENTAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES - 2008



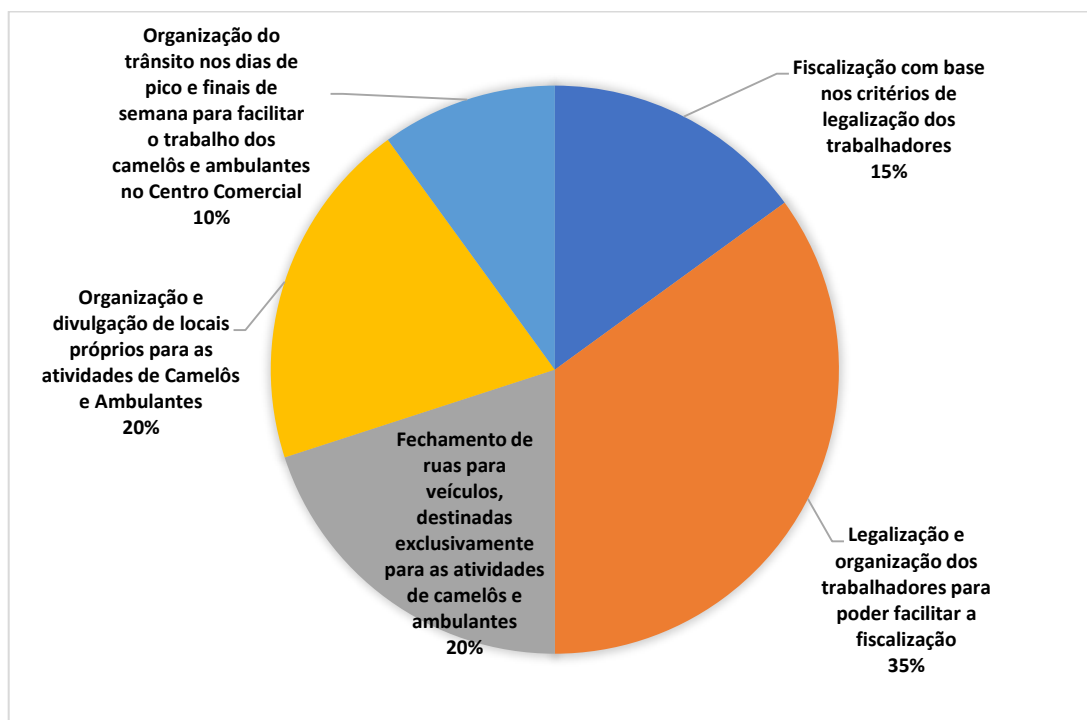
Fonte: Pesquisa de Campo, 2008.

O equilíbrio marca a leitura deste gráfico, pois 35% dos trabalhadores apresentam como propostas para a PMM o fechamento de algumas ruas da cidade para o estabelecimento das atividades como camelôs e ambulantes, o que ia de encontro com a visão da SEMUR – atual SEMDUH – na época.

Ainda segundo as informações presentes no gráfico 23, para 19% dos trabalhadores, somente quando houver a legalização das atividades deles e a redução da burocracia por parte da PMM é que haverá uma organização das atividades do setor. Com o mesmo percentual (17%) ficaram as propostas de organização e divulgação dos locais próprios para atividades em um caráter inicial e a organização do trânsito em dias de pico, datas festivas e finais de semana para facilitar o trabalho de Camelôs e Ambulantes no Centro Comercial. Ainda segundo esta parte

da pesquisa, 12% dos trabalhadores afirmaram que a fiscalização seria um mecanismo de controle justo se houvesse a legalização e discriminação das atividades do setor.

GRÁFICO 24: PROPOSTAS DOS CAMELÔS E AMBULANTES PARA A REGULAMENTAÇÃO DE SUAS ATIVIDADES – 2018



Fonte: Pesquisa de Campo, 2018.

Em 2018, a legalização e organização dos trabalhadores passou a ser a prioridade para 35% dos trabalhadores entrevistados, enquanto que o fechamento de algumas ruas da cidade para o estabelecimento das atividades como camelôs e ambulantes é o ideal para 20% e o mesmo percentual foi obtido com a proposta de organização e divulgação dos locais próprios para atividades em um caráter inicial, ao passo que 10% foi para a organização do trânsito em dias de pico, datas festivas e finais de semana para facilitar o trabalho de Camelôs e Ambulantes no Centro Comercial e 15% dos trabalhadores afirmaram que a fiscalização seria um mecanismo de controle justo se houvesse a legalização e discriminação das atividades do setor.

Os gráficos desta seção indicam uma mudança significativa na gestão municipal para o camelô e o ambulante, principalmente e especialmente no trato entre as secretarias e o setor, apesar da manutenção de práticas ilícitas que minam ainda a relação, pois durante a *flânerie* foi percebido que os trabalhadores que ainda não sofreram esta intervenção mais positiva da PMM com a legalização vivem ainda sob o signo do medo e da desconfiança constantes e lutam,

mesmo que sustentando um sistema de redes ilícitas – agiotagem e pagamento de propinas – por um lugar ao sol.

Com relação às formas de organização dos trabalhadores, foi perguntado aos trabalhadores sobre as suas formas de organização. Quando nos interessamos a investigar sobre as formas de organização de camelôs e ambulantes, nos deparamos com uma informação, no mínimo, esclarecedora, no que diz respeito à utilização do sindicato ou da associação como um instrumento de luta e reivindicação destes trabalhadores. Em 2009, 58% afirmam que não fazem parte de nenhum tipo de associação ou sindicato, ao passo que 42% dos entrevistados afirmam o contrário. No ano de 2018, 20% dos trabalhadores afirmam ser associados a alguma entidade, ao passo que 80% dos trabalhadores não fazem parte de nenhum tipo de organização.

Estes números revelam que os entrevistados não se sentem contemplados por associações ou sindicatos no sentido de reivindicar melhores condições de trabalho ou como um meio de interação entre algumas instâncias do poder público, os camelôs e os ambulantes informais, pois a partir da mobilização e organização dos mesmos, poder-se-ia ter um controle maior do número de trabalhadores do setor e a implementação de políticas públicas mais adequadas para eles.

Em nossa pesquisa de campo de 2009, percebemos que em relação aos 42% dos entrevistados que afirmaram fazer parte de algum tipo de associação ou sindicato, 50% destes 42% afirmam fazer parte da Associação dos Ambulantes Autônomos e Similares do Estado do Amapá – ASEA, o que revela que esta associação, apesar do pouco tempo de atividade, vêm tentando unificar as lutas dos ambulantes e continua em busca de uma ampliação no seu quadro de sócios como uma forma de atuar como um importante mecanismo de pressão sobre o poder público para garantir a continuidade de suas atividades. A partir de ações de negociações de espaços e da realização de atos públicos, a Associação vem tentando negociar com o poder público estratégias de legalização dos trabalhadores e seus locais de trabalho, visando com isso a redução no caráter repressivo da SEMUR e da SEMA na época.

Ainda em relação aos dados da pesquisa de campo, uma outra parcela bastante significativa, com 44% dos entrevistados, está associada à Associação dos Trabalhadores Autônomos, Informais e Microempresários de Macapá – ATAIM¹³¹, constituída em sua ampla maioria pelos camelôs e por pequenos comerciantes do Centro Comercial, ao passo que 6% dos entrevistados afirmaram fazer parte do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Varejista do Estado do Amapá – SINTACOVAP. Em 2018, dois novos sindicatos entraram na cena: a

¹³¹ Antes chamada de ASTRACIME.

Associação dos Pequenos Comerciantes Autônomos do Amapá – ASPECOAMA, constituída em sua maioria por trabalhadores do Feirão Popular e a Associação dos Batateiros – uma dissidência da ASEA, constituída pelos ambulantes que vendem batata, banana e macaxeira fritas no complexo Beira-Rio.

Sobre a questão da não associação dos trabalhadores em entidades que deveriam representá-los, existe uma resposta bem clara apontada em nossa pesquisa de campo. A maioria, ou seja, estes 58% dos trabalhadores, acreditam que a participação em uma organização social que defenda os seus direitos é importante, mas que estas associações não atendem os anseios da classe e estes as veem como instrumentos de cooptação política e de pouca efetividade, pois os poucos ganhos desta classe de trabalhadores não são percebidos pela maioria.

Essa realidade está cada vez mais presente nas organizações sindicais e nas associações é explicada pelos novos processos de trabalho que modificam e adaptam a ação da sindicalização ao projeto neoliberal, que torna um sindicato sem força política, mesmo buscando negociação direta com o Governo.

Ao tratar dos órgãos de representação coletiva no contexto atual, Cattani (2002), aponta que a reestruturação capitalista alterou as instituições do trabalho e as formas da ação coletiva e que a diversificação do mercado de trabalho conduziria a contradições nos interesses dos trabalhadores, afetando negativamente a organização sindical, sendo “[...] cada vez mais precária a pretensão sindical de representar universalisticamente o interesse do trabalhador” (OFFE, 1989, p. 126).

Na nossa realidade de pesquisa, pudemos perceber que a situação de descrédito nas ações do campo político reflete também nas formas de organização dos trabalhadores, pois estes que responderam negativamente em relação à sua participação em alguma associação ou sindicato não vêem uma atuação significativa de suas organizações de classe no sentido de promover a legalidade da sua situação e, para alguns deles, o próprio caráter antidemocrático no processo eleitoral das Associações, uma vez que os seus presidentes – em especial da ASEA e da ATAIM – estão no cargo há mais de 10 anos. Tal situação, na visão dos entrevistados, produzem uma sensação de desencantamento com o caráter de luta das associações e ligam logo os seus presidentes ao campo político, em especial o poder público, foco de constantes conflitos entre os trabalhadores.

Em relação a este desencantamento e a sua não participação em uma associação ou sindicato, obtivemos a seguinte informação em nossa pesquisa de campo:

Vou lhe ser sincera. Eu não me associo na ATAIM por que a Presidente só quer utilizar a Associação como trampolim pra fazer política, pra tirar foto com o Prefeito e com o Governador e dizer que estão trabalhando por nós. Mas a verdade é que nada mudou por aqui. Só piorou! Mês passado, o pessoal da Prefeitura veio aqui e me disse que se eu não regularizar a minha banca, eles iriam fechar. A mesma coisa eles disseram pra uma porção de gente. Quando fomos conversar com a presidente da associação, ela disse pra gente que só podia nos ajudar se a gente estivesse fechados com ela. Na verdade, ela usa a associação pra se promover e acha que é a rainha dos camelôs e dos informais do comércio. Na eleição passada, ela se candidatou pra vereadora apoiando a chapa do prefeito e a gente deu uma sonora resposta pra ela: a grande maioria dos trabalhadores do comércio não votou nela e ainda cobrou dela uma atitude pra resolver os problemas com a Prefeitura, já que a gente sabia que com o Roberto – Góes, Prefeito – a coisa ia ser pior. Enquanto ela for a presidente, não vou me associar, pois a coisa não vai andar (Sra. Z. P., Baiana, 50 anos, Dona de Banca de Artigos de Umbanda no Mercado Municipal de Macapá. Pesquisa de campo, 2009).

A Associação dos Ambulantes Autônomos e Similares do Estado do Amapá – ASEA foi fundada em 2002 com o objetivo de tentar aglutinar o máximo possível de trabalhadores ambulantes para poder organizar as lutas dos mesmos e construir políticas públicas para o setor, pois segundo a entidade, nem a ASTRACIME e nem o SINTACOVAP – Sindicato dos Trabalhadores do Comércio Varejista do Amapá defendem os interesses reais de todos os trabalhadores, em especial os ambulantes da Praça Jacy Barata, popularmente conhecida como ‘Praça Zagury’ ou ‘Beira-rio’.

Com a posse da nova diretoria em 05/04/2004, assumiu a presidência da entidade o Sr. Adamor Ferreira¹³² e, segundo informações do mesmo, desde o início de sua gestão a ASEA vem tentando manter um maior contato com a PMM, mas esta vem se fechando para a Associação alegando que os mesmos apenas ocupam de forma irregular o espaço público.

Seu número de associados ainda é pequeno para as pretensões da ASEA, pois ainda são em número de 280 - 65% homens e 35% mulheres –, com destaque para o número excessivo de migrantes das mais variadas regiões do estado do Pará e do Nordeste Brasileiro que saíram de suas localidades em busca de melhores condições de vida ou mesmo de espaço para plantar, mas que esbarraram nos entraves burocráticos para ter acesso à terra e acabaram por inflar o mercado de trabalho no espaço urbano de Macapá. Segundo afirmação do presidente da ASEA, eles não trabalham com crianças entre os seus associados, pois tal atitude viria ferir o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.

A associação está realizando cadastro para padronização e cobrança efetiva de taxas ou para o controle no número de trabalhadores do mercado ambulante, onde os associados vendem,

¹³² Desde então, o único Presidente da Associação. Tal explicação acontece pelo fato de que, em sua fundação, a ASEA era dirigida por uma espécie de junta diretora, que se encarregou, entre outras coisas, da regularização e legalização da Associação, da elaboração do estatuto e do regimento interno, bem como outras questões burocráticas. Em 2004, foi realizada a primeira eleição e, desde então, ele é o único presidente da ASEA até os dias atuais, ou seja, completa 16 anos no cargo.

principalmente batata frita, churrasco, salgados, bombons, coco e lanches. Segundo o presidente, existem cerca de 10.000 trabalhadores informais ambulantes espalhados pelo espaço urbano de Macapá, onde 70% desta população vem a ser composta por migrantes.

Segundo informações do Sr. Adamor, a ASEA não trabalha com os vendedores de bebidas, pois na opinião do presidente estes já teriam condições de montar seus respectivos negócios em outros lugares, face o grande volume de consumidores que circulam pelo espaço da orla da cidade a consumir bebidas alcoólicas. Na opinião dele, este espaço deveria ser cedido aos ambulantes e artesãos para poderem garantir o sustento das famílias através do trabalho. Sobre esta polêmica, temos uma reportagem da seção 'polêmica', do 'Jornal do Dia' de 11/01/2006, na qual a população se coloca contra a venda a proibição da venda de bebidas alcoólicas na Beira-Rio:

A Prefeitura Municipal de Macapá, por meio da Urban, proibiu recentemente as vendas de bebidas alcoólicas por ambulantes que trabalham na praça Beira-Rio. Na última quinta-feira, fiscais da Empresa de Urbanização do município iniciaram a retirada das bebidas alcoólicas de todas as barracas do local. "Eles chegaram aqui e tiraram todas as nossas bebidas e levaram para o galpão do órgão, e para retirarmos elas de lá temos que pagar uma taxa de R\$ 27", disse a ambulante Maria Conceição. A população amapaense deu sua opinião sobre a polêmica de se vender ou não bebidas alcoólicas na Beira-Rio. Para o funcionário público Luciano Carvalho, as vendas devem continuar. A única coisa que deveria ser feita no local era a padronização das barracas. "Não sou contra a venda de bebidas alcoólicas no local, mas as barracas deveriam ser padronizadas, pois elas vêm atrapalhando a bela visão da cidade", disse o funcionário.

O estudante Joham Sá também é a favor de que as vendas continuem, pois sem as bebidas alcoólicas o movimento cai e os ambulantes não têm de onde tirar o seu sustento. "Se o prefeito garantir outra fonte de renda para os ambulantes, ele pode proibir, caso não como eles sobreviverão? Sem a venda das bebidas alcoólicas cai o seu faturamento", opinou.

Franciane Leal também é contra a proibição, segundo ela os ambulantes não poderão sobreviver sem uma renda digna. 'Sem a venda dessas bebidas, que são a maior parte de seu faturamento, fica difícil a situação dessas pessoas que possuem famílias para sustentar desse dinheiro que eles ganham com as vendas', disse.

A associação, apesar do pouco tempo de funcionamento, mantém parcerias com alguns órgãos do Poder Estadual como a SETE – Secretaria Estadual de Trabalho e Empreendedorismo, a SEMIS – Secretaria de Mobilização e Inclusão Social, a Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e a SEMAST – Secretaria Municipal de Assistência Social e Trabalho, pois segundo o Sr. Adamor é importante manter uma parceria constante com o poder público, pois assim se torna mais viável obter ganhos para a categoria, uma vez que não há um sistema de parcerias entre o poder municipal e a Associação, apenas reuniões com a PMM para a entrega de uma área da

cidade para os trabalhadores ambulantes¹³³ exercerem suas atividades, cujo projeto vem sendo fonte de contínua polêmica, já que a área proposta pela PMM aos ambulantes abriga apenas uma ínfima parte do universo de trabalhadores da área da Zagury e não prevê uma rotatividade na utilização do espaço para os demais ambulantes, o que excluiria, por exemplo, o vendedor de batata frita e o vendedor de bombons.

A Associação tem o apoio do Projeto ‘Amapá Empreendedor’ organizado pela atual gestão estadual, que inclusive repassou um modelo de padronização de quiosques a ser utilizado pelos ambulantes, o que na opinião do Sr. Adamor foi melhor que a prefeitura fez pelo setor até agora. Estes quiosques foram inaugurados em 2010, para a venda de bebidas, frutas e água de coco na região conhecida popularmente como Praça do Coco, localizada no Complexo Beira-Rio.

Para ele, nunca foi feito nada para os ambulantes na Beira-Rio em virtude da falta de uma política de planejamento, falta de triagem de pessoal, falta de organização no controle dos ambulantes e dificuldades na negociação com a prefeitura, uma vez que a ASEA encaminhou documentação pertinente ao tema junto às instâncias administrativas do Poder Municipal e nada foi feito até o momento para resolver o problema, desencadeando um aumento no conflito existente entre os órgãos de fiscalização que passam a atuar como organismos de repressão e os trabalhadores do local e o conseqüente distanciamento nas relações entre a PMM e os trabalhadores ambulantes. Para confirmar esta afirmação, nos valem da publicação contida no sítio ‘Corrêa Neto on line’, de 26/10/2005 que aponta as principais reivindicações da ASEA:

Nesta quinta-feira, 27, às 16h, cerca de cem vendedores ambulantes que trabalham na orla do Rio Amazonas, às proximidades da Praça Zagury, reuniram-se para discutir sua situação e avaliar as propostas feitas pela Urbam para solucionar o impasse provocado pela retirada dos trabalhadores do local, promovida pela própria Urbam, com o apoio da Polícia Militar.

Na reunião, os trabalhadores estabeleceram as seguintes questões:

Diante da proposta da URBAM de entregar o projeto que oferece infraestrutura básica para os ambulantes em dezembro de 2005, os trabalhadores requerem a sua permanência no local onde trabalham há anos, tendo em vista que não podem ficar sem trabalho durante o tempo de execução da obra;

1. Os vendedores ambulantes comprometem-se em, todos os dias, retirar seus carrinhos ao final do dia de trabalho, deixando a área ocupada limpa, livre de possíveis resíduos sólidos (lixo);
2. Deve ficar assegurado que todos os vendedores ambulantes que trabalham na orla atualmente terão direito a usufruir do benefício proposto pelo município;

¹³³ Existe um croqui da implementação de uma ‘praça de artesanato e alimentação’ proposto pela prefeitura com o objetivo de concentrar o trabalhador ambulante em um único local, mas tal projeto se tornaria inviável, segundo o presidente da ASEA, pelo fato de não abrigar uma possível rotatividade entre os trabalhadores ambulantes do local.

3. Deve ficar assegurado que os vendedores ambulantes só serão retirados da orla quando o município entregar a estrutura pronta e em condições de trabalho para os vendedores ambulantes já cadastrados.
4. O município deve viabilizar banheiros, energia elétrica e água potável para os vendedores ambulantes.

Quem mais persegue o trabalhador ambulante na área do Complexo Beira-Rio? Segundo o presidente da ASEA, os representantes do poder público – em especial os agentes da SEMDEC e da SEMDUH, além da Guarda Municipal de Macapá –, que fecham barracas e prendem carrinhos, além de aplicar multas para o trabalhador ambulante que este não tem condições de pagar. Tal informação pode ser confirmada na reportagem de Ivane Ramos, do ‘Jornal do Dia’ de 22/10/2005, com o título ‘URBAM retira ambulantes da área próxima ao muro de arrimo da Beira-rio’:

Uma confusão envolvendo guardas municipais e ambulantes que trabalham na Praça Beira Rio foi formada na tarde de ontem, às 18h00, quando a Guarda Municipal chegou ao local com fiscais da Urbam para retirar grande parte dos ambulantes que ficam hospedados às proximidades do muro de arrimo.

Muitos dos ambulantes reclamaram da falta de aviso por parte da Prefeitura Municipal de Macapá, através do seu órgão fiscalizador - a Urbam. Eles questionaram o motivo que teria levado o órgão a ter tirado os trabalhadores do local, já que muitos deles estão há mais de cinco anos trabalhando no local.

Segundo Jucileide Costa, que comercializa batata frita, água mineral, refrigerante. Oito barracas foram desarmadas do local, e não foram todas, eles reclamam que somente alguns foram tirados dali. “Estávamos trabalhando na Expofeira na semana passada, retornamos essa semana e hoje à tarde demos de cara com o Bigode (fiscal da Urbam) fazendo um arrastão de carrinhos aqui”, reclamou.

Para resolver o problema, um grupo de ambulantes irá realizar uma visita, na tarde de hoje, às 16h00, naquele órgão uma reunião para negociar uma solução sobre aquele impasse. “Estamos pedindo somente o nosso direito de trabalhar num lugar. Temos família, contas para pagar”, contou Jucileide.

Segundo informações dos próprios ambulantes, eles lidam com produtos alimentícios, muitos vendem churrascos, batata frita, bebidas, e sobrevivem dessa venda para manter suas famílias. Conforme eles informaram, trabalham naquele perímetro da Praça Beira Rio, cerca de 100 carrinhos.

Um novo dado estarrecedor em relação ao conflito existente entre a Associação e a prefeitura reside na afirmação do presidente da ASEA ao assegurar que a PMM está mandando construir dois quiosques para beneficiar dois grandes grupos empresariais enquanto que centenas de famílias seriam banidas do local, já que a administração pública municipal não tem nenhum interesse em realizar políticas para a população pobre, uma vez que o Poder Municipal tem dificuldades em ceder espaço para o trabalhador ambulante e o desinteresse da PMM acaba por desencadear o aumento da violência e da desigualdade social.

Para ele, o mercado informal é o que fomenta a economia local e o movimento de mercadorias no comércio de forma real e constante, pois mesmo com um maior volume de

negócios realizados no período de pagamento do Governo Estadual, é o trabalhador ambulante que a movimenta constantemente, já que tem que estar repondo o estoque interno continuamente, uma vez que a mercadoria deve ser de qualidade para poder chegar ao consumidor e, na maioria das vezes, estes produtos são perecíveis e de curta duração.

Quanto à alegação de que o trabalhador informal não paga imposto, ele refuta esta informação, pois segundo ele, tudo o que eles compram está com impostos incluídos e, com a circulação de mercadorias eles indiretamente pagam impostos. Para ele, quem são os maiores sonegadores de impostos são os grandes grupos empresariais, que ficam anos sem pagar e ainda alguns – com o intuito de garantir emprego e renda – são isentos de impostos.

Em relação aos acontecimentos do dia 03 de julho de 2009, onde os ambulantes foram retirados dos seus locais de trabalho pelo exército, a Guarda Municipal, a Polícia Militar e por agentes da SEMUR, o Sr. Adamor foi enfático na sua declaração:

Vou lhe falar uma verdade: a Prefeitura mandou esvaziar o Centro Comercial da cidade por ordem dos empresários! Que ver um exemplo? Quando afirmam que vão montar áreas na cidade pra gente trabalhar, eles deveriam deslocar temporariamente os trabalhadores para um local onde eles deveriam ser cadastrados e não retirar da rua pais de família que dependem dessa renda pra viver. Depois eles é que vão ficar reclamando quando aumenta a criminalidade e a pobreza na cidade. O trabalhador que vende como ambulante não quer é ficar parado. Mas, em nome da beleza da cidade e da garantia de poder mostrar aos empresários que podem contar com eles, a PMM resolveu fazer isso com a gente (Adamor Ferreira, Maranhense, Presidente da ASEA. Pesquisa de campo, 2009).

Outro ponto alegado pelo presidente da ASEA em 2009 nos remete ao que foi lembrado em nossa pesquisa de campo sobre uma possível retaliação política orquestrada pelo Prefeito de então, com o fim de punir uma classe que não o apoiou no Pleito Municipal:

Esse tal de Roberto Góes pensa que mete medo nos trabalhadores com essa de chamar o exército. Logo no começo da gestão dele, nós chamamos a SEMUR pra conversar sobre a nossa situação. Sabe o que a Secretária disse? Que eles estavam estudando locais para que pudéssemos colocar os nossos pontos de venda e que não deveríamos nos preocupar, sem a participação da gente! Depois, eles vêm com um papo-furado de criar horários pra gente trabalhar e colocam todo tempo a polícia em cima da gente? Ninguém é bandido, não! Mas ele faz isso porque nós apoiamos o Camilo – Capiberibe – nas últimas eleições e o senhor sabe o quanto os Góes e os Capiberibe se odeiam. É por isso que ele vem fazendo isso com a nossa gente. Mas isso não vai ficar assim! A gente vai lutar até que cada pai de família de nossa Associação possa estar legalizado e em paz pra trabalhar, sem a perseguição de ninguém! (Adamor Ferreira, Presidente da ASEA. Pesquisa de campo, 2009).

Sobre as negociações com a gestão do prefeito Clécio Luís, o presidente aponta que

Assim que ele tomou posse, nós marcamos agenda com ele e começamos a conversar. Ele prometeu ajudar na organização do setor e disse que não ia meter fiscal na rua, mas em agosto de 2018 ele meteu o pessoal da SEMDUH, da SEMDEC e da Guarda em cima da gente de novo, tirando o pessoal da batata lá da Beira-Rio e o pessoal da Associação dos Batateiros teve que ir pra justiça pra poder voltar e a gente deu apoio. Depois disso, ele chamou a gente de novo pra conversar e entrou num acordo pra organizar o setor até o fim do mandato dele que é no ano que vem. Ele realizou um cadastro dos trabalhadores em alguns lugares do centro e isso já ajuda, mas até agora ele só deu uma guaribada no Mercado Central e no Feirão lá da Antônio Coelho e ainda nem apresentou uma ideia de organizar os lugares pra gente trabalhar direito. Enquanto eu tiver força nas mãos, vou insistir com qualquer prefeito pra ajudar os ambulantes. Quero que eles vejam que a gente tem família pra sustentar e que tem que garantir que ninguém venha prejudicar o nosso trabalho. Dá medo trabalhar todo dia e ficar nessa presepada de o Secretário mandar fiscal pra cima da gente e levar os nossos produtos. Por isso vou continuar na luta e ajudar o pessoal dos ambulantes aqui pra gente ter uma vida melhor (Adamor Ferreira, Presidente da ASEA. Pesquisa de campo, 2019).

Segundo o Sr. Adamor, as lutas dos ambulantes da cidade de Macapá apenas começaram e não irão cessar até uma solução total do impasse existente entre a PMM e o trabalhador e que este tenha condições reais de garantir a sua sobrevivência.

A ASTRACIME – Associação dos Trabalhadores Autônomos do comércio Informal e Microempresários – foi criada em 08/03/1997 com o objetivo de defender os interesses da classe ambulante do centro da cidade, principalmente os camelôs e microempresários do Centro Comercial de Macapá.



Foto 29: Fachada Externa da ASTRACIME
Fonte: Pesquisa de campo, 2008.

A ASTRACIME está localizada em um ponto estratégico no que diz respeito ao poder de organização e de resistência no caso de uma ação repressiva mais forte por parte dos agentes do poder público, pois se encontra exatamente na parte central do Mercado Central de Macapá. Sua presidente, desde a criação é Socorro Leite¹³⁴, que nos passou algumas informações sobre a luta dos trabalhadores do centro da cidade através de seu testemunho pessoal e de notícias recortadas dos jornais citadinos.

A Associação apresenta um cadastro de 1050 associados fixos e regulares e uma estimativa de ampliação para mais 3500 cadastros de sócios, com a finalidade de organizar, coordenar, dar proteção e representação legal da categoria. Seu corpo de sócios é composto basicamente de camelôs do Centro Comercial da cidade, alguns ambulantes e microempresários do setor informal. Os trabalhadores associados pagam uma taxa mensal de R\$ 25,00 para a entidade, para que a mesma os represente contra as ações repressivas do poder público.

Quando perguntada sobre as lutas da Associação pela classe trabalhadora, ela alega que existe um relacionamento de ‘altos e baixos’ com a PMM, pois apenas algumas das reivindicações da entidade são atendidas e, segundo a presidente, a ação repressiva da prefeitura e da Polícia Militar prejudicam muito o trabalho do informal e do ambulante.

Um dos períodos de maior turbulência nas relações entre a ASTRACIME e a PMM se deu no ano de 1999, chegando a haver, inclusive, confronto físico entre ambulantes e agentes de repressão do poder público. Segundo notícias do jornal ‘Diário do Amapá’¹³⁵ de 26/02/1999, o Centro Comercial da cidade tornou-se um ‘campo de batalha’ entre camelôs, fiscais da prefeitura e policiais militares. Um outro momento, de 05/03/1999, registra que a Rua Cândido Mendes, principal do centro da cidade tornou-se um ‘palco de guerra’, devido a ocupação desta rua pelos ambulantes. Fica bastante clara a linha jornalística deste veículo de comunicação, pois para eles são sempre os trabalhadores que iniciam o conflito ao passo que o poder público se vale do uso legítimo da força¹³⁶ para fazer prevalecer a sua vontade.

As lutas da associação, segundo a sua presidente, continuam. Uma das ações que merecem destaque foi registrada no semanário ‘Folha do Amapá’, jornal eletrônico de 30/08/2005 com o título “Sessão especial sobre Mercado Central lota a Câmara Municipal de Macapá”, que aborda o seguinte comentário:

¹³⁴ Desde então, ela sempre obteve a reeleição como presidente da Associação.

¹³⁵ Estas notícias nos foram gentilmente cedidas pela presidente da ASTRACIME, Sra. Socorro Leite, para comprovar, segundo ela, que a imprensa está sempre do lado de quem está no poder e contra os interesses da classe trabalhadora.

¹³⁶ Weber nos lembra que o Estado se vê legitimado para o uso da força como forma de manutenção da ordem social e da garantia de uma governabilidade ao Estado.

Na quarta, 24, os empreendedores populares da área do Mercado Central lotaram a Câmara Municipal de Macapá durante a sessão especial marcada para exposição e discussão dos principais problemas existentes naquele logradouro.

Além do vereador Clécio Luís¹³⁷, proponente da sessão, estiveram presentes os vereadores Leury Farias, Helena Guerra, Alceu Filho, Dr. Dílson, Maria Góes e Rilton Amanajás. Para a sessão foram convidados os empreendedores da área, os acadêmicos dos cursos de Geografia, História, Administração de Cidades, Turismo e Arquitetura, e os secretários titulares da SEMOSP, da SEMAB - administradora do logradouro público, URBAM e EMTU.

Dos convidados, fizeram-se presentes massivamente os empreendedores e os acadêmicos. Já os representantes do poder público municipal deixaram a desejar. Destes, apenas a Dr^a Odielma compareceu, representando a EMTU, e foi muito bem recebida pelos trabalhadores. Os demais não estiveram na reunião e sequer enviaram representantes, para descontentamento geral dos empreendedores.

Apesar disso, o vereador Clécio fez uma explanação geral dos fatos que motivaram a solicitação da sessão especial, com apresentação de fotos que mostram a atual situação em que a área do Mercado Central se encontra. A presidente da Associação dos Trabalhadores Autônomos do Comércio Informal e Micro-Empresários do Estado do Amapá, Socorro Leite, foi a primeira a fazer uso da tribuna. Iniciou sua intervenção fazendo um apanhado sobre a área do Mercado Central, seus problemas e possíveis soluções. Afirmou que era lamentável o não comparecimento dos secretários convocados para a reunião. Em sua opinião, “essa atitude demonstra o medo que eles têm de ouvir o que a gente tem pra dizer”, alegou. Em seguida, Ronilson Costa, também empreendedor da área, tomou da palavra falando dos problemas emergenciais que existem no Mercado, como a questão da água, dos esgotos, dos banheiros e da coleta de lixo, que não é regular. Manoel Figueiredo, um dos mais antigos empreendedores do local, também se manifestou e pediu que a prefeitura não tire os trabalhadores do Mercado Central. “Ainda tenho filhos pra criar e é de lá que tiro meu sustento”, completou.

Vanilton Brasil, conhecido na área, filho do dono do Armazém Brasil, entrevistou afirmando que um dos maiores problemas dos trabalhadores era a falta de movimento naquela área, provocada pela retirada do terminal de ônibus e propôs a volta de algumas linhas para aquele local.

Terminadas as falas dos representantes do Mercado, a presidente da Emtu fez uso da tribuna colocando-se à disposição dos trabalhadores para ouvi-los e marcou reunião com os mesmos para o dia 2 de setembro, no Mercado Central, com o intuito de apresentar os estudos feitos pela Empresa Municipal de Transportes Urbanos sobre a viabilidade do terminal de ônibus às proximidades do Mercado.

Durante as manifestações dos vereadores presentes foram feitos muitos elogios à iniciativa do vereador Clécio Luís em solicitar a sessão para discutir um problema de tamanha importância. Em todas as intervenções, o tom foi de apoio e receptividade à causa dos empreendedores. Quando subiu à tribuna, o vereador Clécio criticou veementemente a ausência dos representantes das secretarias. Em sua opinião, “essa ausência é uma clara demonstração de desrespeito com os trabalhadores, com o povo”. Tratando dos assuntos da sessão, sua fala procurou traduzir os anseios dos empreendedores populares. Para ele, ficou claro que existem dois tipos de problemas: os emergenciais e os que dizem respeito ao futuro de suas vidas. Lembrou que “o projeto deve considerar os aspectos históricos, culturais, urbanísticos e também econômicos, uma vez que há 53 anos aquele espaço é um tradicional nicho de atividades econômicas das mais diversas”. Enfatizou que ‘o projeto tem que ser bom para todos: para o turista, para a prefeitura, para a cidade, mas também para os empreendedores, que mantêm vivo aquele local’, concluiu.

¹³⁷ Clécio Luís Vieira de Sousa foi eleito Prefeito de Macapá pelo PSOL no ano de 2012 em sucessão a Roberto Góes, sendo o primeiro prefeito de capital representado por esta legenda. Ele foi reeleito em 2016 pela Rede Solidariedade, superando o candidato apoiado pelo governo do Amapá Gilvam Borges.

Em relação ao diálogo com a gestão de Roberto Góes, a Presidente alega que é muito difícil mantê-lo, pois ela acredita que a classe política, em conjunto com a classe empresarial local cria medidas que dificultam qualquer possibilidade de garantir um trabalho melhor para o trabalhador informal.

Olha, desde o início da gestão do Roberto nós temos tentado estabelecer um diálogo com a SEMUR, mas o que vimos é que todo o planejamento vem sendo feito de cima pra baixo, ou seja, eles querem empurrar pra gente a idéia de que as medidas e estudos que eles vêm fazendo sem a nossa participação serão importantes para nós e que nós não podemos falar nada que eles estão pensando pela gente. Eles não chamaram nenhum representante do setor informal, nem nós, nem a ASEA e nem o SINTACOVAP pra formar o grupo de estudo que eles estão desenvolvendo pra criar mecanismos de trabalho pra nós no comércio, eles chamaram os empresários em troca de concessão de espaços no Shopping Popular que vai ser criado na Cora de Carvalho. Mas este espaço também tende a dar errado, como foi em 1999, que eles tentaram instalar por lá o camelódromo e fracassaram, pois lá não se vendia nada. O que eles vão fazer é repetir o erro do Comandante Barcellos e dizer que eles tentaram nos ajustar às mudanças da cidade, justificando toda e qualquer forma de repressão do poder público em cima da gente, jogando o trabalhador informal na condição de marginalidade (Socorro Leite, Presidente da ATAIM. Pesquisa de campo, 2009).

Em maio de 2009, a ASTRACIME mudou de nome para ATAIM – Associação de Trabalhadores Autônomos, Informais e Microempresários de Macapá. No mês de Julho do corrente ano, a PMM retirou das ruas da cidade vários trabalhadores associados, além de vários outros trabalhadores. Sobre esta situação, ela nos esclareceu a seguinte situação:

Foi como eu falei pra você antes, esta prefeitura que está aí não está aberta para diálogo. O Roberto – Góes – vendeu a alma para os empresários em troca de dinheiro pra poder comprar votos e ganhar a eleição e vai fazer o jogo deles. Depois da saída do João Henrique – ex-Prefeito – pensei que poderíamos conversar melhor, pois ele vivia dizendo que o Governo e a PMM iriam trabalhar juntos, mas não é bem assim que eu vejo. Enquanto que o Governo busca várias formas de parceria com a gente e cria programas como o Amapá Empreendedor e o Amapá Jovem¹³⁸, a PMM age de forma arrogante e até violenta para com o trabalhador e o pai de família que vive do seu suor de todo dia para sustentar a sua família. Gostaria muito que o Governo viesse a intervir nessa questão para resolver o problema, pois a PMM não se abre para o diálogo (Socorro Leite, Presidente da ATAIM. Pesquisa de campo, 2009).

A associação vem mantendo linhas de diálogo com a gestão de Clécio Luís, em especial pelo fato de ter sido feita uma ampla reforma no Mercado Central de Macapá, onde está

¹³⁸ Programas do Governo Estadual voltados para o estímulo da geração de emprego e renda por meio do empreendedorismo e parcerias com o SEBRAE/AP, bem como o de fornecer oportunidades de emprego para a população jovem do Estado. Este último vem em substituição ao programa “Meu Primeiro Emprego”, que foi implementado com sucesso nos seis primeiros meses da atual gestão, mas não houve uma permanência dos jovens trabalhadores nestas empresas. No terceiro mandato de Góes, estes programas foram suspensos em virtude da crise financeira e não se ventila nenhuma possibilidade de retorno do Amapá Jovem, somente o Amapá Empreendedor funciona ainda de forma precária.

localizada a sede da ATAIM. Sobre esta tentativa de diálogo, encontrei a presidente em dois momentos: 2017, quando o Mercado estava em reforma e; 2020, logo após a reinauguração.

Em 2017, a presidente afirmou que o diálogo é muito bom com a gestão de Clécio Luís, tanto que estavam reformando o Mercado Central e realizando o cadastramento e legalização dos camelôs e microempresários de lá e de todo o Centro Comercial, que ela afirma ser o resultado de diálogo constante sobre as demandas da categoria:

Quando ele assumiu, juntei os diretores aqui da ATAIM e fomos para a prefeitura conversar sobre a nossa situação com o Clécio. Saímos de lá com a promessa de que ele ia organizar a vida dos camelôs aqui do centro, em especial o pessoal da Cora de Carvalho, do pessoal do canal – **Avenida Mendonça Júnior** – e aqui do Mercado Central. Ficamos esperando o pessoal da prefeitura aparecer por aqui e já vieram no segundo mandato reformar aqui o Mercado. Os associados de outras ruas aqui do centro me informaram que eles tavam fazendo o cadastramento deles junto com o SEBRAE pra tornar eles empreendedores populares ou MEI – **Microempreendedores individuais** –, o que mostra pra mim que a nossa conversa deu certo, pelo menos até agora. O pessoal das secretarias é bem diferente do pessoal do Roberto e atende a gente, então vou pedindo e vejo o que a gente ganha, né? Só sei lhe dizer que ele me disse que até o fim do mandato dele vai organizar a vida dos camelôs da cidade, mas que não dá pra construir nem o Camelódromo e nem o Shopping Popular por causa de terreno e de orçamento, mas que pelo menos vai facilitar a vida do nosso pessoal com a legalização (Socorro Leite, Presidente da ATAIM. Pesquisa de campo, 2017 – grifos meus).

Em janeiro de 2020, com a reinauguração do Mercado Central, procurei novamente a presidente, com o objetivo de fazer um balanço do que foi obtido pela categoria:

A gente conseguiu que a prefeitura viesse aqui no Mercado Central pra realizar o cadastro de todo mundo aqui ao redor e fui informada que a gente era a última parte dos camelôs que a prefeitura tava fazendo e que eles iam resolver a questão da legalização dando licença ou permissão pro pessoal poder trabalhar sem problema, pagar as taxas, IPTU e outras coisas. Isso resolve uma questão muito importante pra gente, que é acabar com essa farra dos fiscais da prefeitura ficarem cobrando taxa da gente pra não levar as nossas mercadorias. A gente aqui tem o nosso negócio e quer fazer o certo e parece que vai ser tudo pelo certo agora. Até a forma de tratamento com a gente mudou, pois eles tratam a gente como empreendedores populares e, dependendo do nosso negócio, podemos participar dos eventos organizados pela prefeitura como o carnaval e outras festas que a gente fazia um cadastramento muito ruim e desorganizado pra poder vender, porque trabalhador que é dono do negócio não tem domingo e nem feriado, né? O bacana é que as coisas parece que tão se ajeitando e a gente pode trabalhar mais tranquilo. Depois de mais de vinte anos de luta, finalmente eu posso ver um caminho, sabe? Um caminho que a gente possa ter o nosso negócio e deixar pros filhos, independente do prefeito que estiver no poder. Ainda tenho o sonho de que a cidade tenha um camelódromo e um shopping popular, mas vamos sonhar um dia de cada vez e esperar que os prefeitos que vierem continuem tendo essa preocupação com o empreendedor popular. Chique falar assim, né? Faz a gente se sentir importante e que finalmente parece que estão vendo a gente (Socorro Leite, Presidente da ATAIM. Pesquisa de campo, 2020).

Como pudemos perceber, na leitura feita sobre duas associações distintas – a ASEA pelos ambulantes e a ATAIM pelos camelôs – é que, mesmo em universos aparentemente semelhantes, suas lutas por visibilidade são diametralmente diferentes.

A conversa com o presidente da ASEA aponta ainda uma grande invisibilização do poder público para com a figura do ambulante, exposto neste estudo como o setor mais vulnerabilizado dentre os definidos para a construção desta tese, ao passo que a conversa com a presidente da ATAIM indica um processo de visibilidade em curso.

Apesar de suas lutas por visibilidade e garantia de condições de trabalho, estas associações ainda não atingiram a massa de trabalhadores das ruas que não se sentem contempladas por elas, seja por uma questão política – pois muitos dos trabalhadores acreditam na ideia de que não querem ser usados como moeda de troca eleitoral, seja pelas condições as quais se encontram estes trabalhadores que trabalham de domingo a domingo, com sol escaldante e chuva torrencial, em ambientes precários e insalubres, em situações consideradas desumanas, no qual eles se apoiam mutuamente para ter o mínimo de condições de trabalho e garantias para a sua sobrevivência e a de suas famílias.

A Área Comercial de Macapá se revelou, como em muitas cidades brasileiras, uma área de luta constante pela sobrevivência de pessoas pobres que buscam, de toda forma, ter o pão de cada dia, apesar da invisibilidade posta pelo poder público, das lutas para ter o seu espaço de negócio e dos constantes conflitos e relações ilícitas permeadas pela corrupção dos agentes públicos. Estes trabalhadores lutam, de sol a sol, a cada dia de chuva, com a esperança de garantir o seu sustento e o de suas casas na realidade de um estado pobre que vive em função do funcionalismo público e que não tem estratégias de desenvolvimento que possam ter uma dimensão econômica melhor, sendo um conjunto de pessoas invisíveis em um estado miserável, o que torna a luta destas pessoas mais árdua pela sobrevivência.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas páginas deste trabalho pretende-se destacar, sob o título de ‘considerações finais’, aspectos importantes de se registrar. Alguns destes aspectos, talvez não tenham sido enfatizados no corpo do texto, dados os objetivos propostos e pelo fato de que este estudo é o registro de um momento histórico, resultado da resposta de uma pesquisa que iniciou em 2006 e atinge a sua conclusão 14 anos depois através de uma etnografia *das/nas* ruas de Macapá, o que me permitiu observar durante a minha *flânerie* como estas mesmas ruas pulsam, vivem e se inserem na vida das pessoas por meio da análise de funcionamento do comércio na cidade – espaço de grande circulação de pessoas e socialidades – que se apresenta como um grande desafio para o sociólogo trabalhar com esta abordagem metodológica e, ao mesmo tempo, coletar dados através de formulários de pesquisa e entrevistas, pois devemos dar voz ao informante e mostrar como um setor invisibilizado pelo poder público funciona, como a vida social do camelô e do ambulante ajuda a movimentar a cidade e como as suas redes sociais são estabelecidas, o que ocasionou momentos deveras interessantes nestes anos todos.

Em primeiro lugar, destaca-se o quão profícuos foram os estudos realizados, com a busca de aproximação da produção teórica da Sociologia do Trabalho com a Antropologia que despertou o interesse pela temática, até os processos que permeiam as relações de produção no sistema capitalista, onde sistematicamente, verifica-se que o capital vai se apropriando da força de trabalho de forma intensiva e extensiva, subjugando o ser humano e modificando o sentido atribuído ao ato de transformar a natureza e, com isso, criar produtos e serviços para os mais diversos usos e necessidades geradas pela sociedade.

O trabalho como atividade eminentemente humana, passou e passa por intensas transformações ao longo dos tempos, porém longe de ser uma forma superada de categoria de análise para se entender a sociedade contemporânea, como algumas correntes de pensamento propugnam, ele está no cerne de toda a crise pela qual passa o próprio modo de produção capitalista. Entender as suas metamorfoses e as formas de exploração trazidas pelas necessidades de sobrevivência do capital parece ser o maior desafio.

Por conseguinte, nota-se o aumento do número de pessoas que, diariamente, perdem seus postos de trabalho, bem como, a convivência com péssimas condições de vida, tais como ausência de moradia, assistência médica, educação, entre outros, fazendo-se necessárias reflexões sobre como se estruturam as formas mais precárias de socialidade. Nesse contexto, a luta pela sobrevivência, por meio da venda da força de trabalho, vem se transformando e explicitando relações de exploração mais intensas, principalmente, em países periféricos onde,

por meios institucionais, formaliza-se a invisibilização de uma parcela significativa da classe trabalhadora no setor informal, como é o caso do Brasil e das nações consideradas subdesenvolvidas e pobres do mundo.

No mundo do trabalho brasileiro e no amapaense a realidade não poderia ser diferente. Pudemos constatar que o desemprego é um dos fatores demarcatórios do processo de exclusão e desigualdades sociais e que este aprofunda ainda mais os abismos sociais existentes entre ricos e pobres. Para alguns autores, o desemprego é um aspecto ligado aos problemas estruturais da sociedade brasileira, para outros é a consequência dos impactos da chegada da globalização e da implementação das políticas neoliberais no Brasil.

Sendo assim, partimos do pressuposto de que a realidade brasileira é, logicamente, desigual e excludente desde a sua fundação e tal fator está ainda tristemente arraigado na essência da sociedade brasileira, pois a falta de oportunidades de educação, a urbanização forçada e uma divisão do trabalho feita de forma desigual galgou o país a uma contradição constante, pois enquanto podemos encontrar polos de desenvolvimento equivalentes aos dos países desenvolvidos em alguns lugares, em outros encontramos características bem próximas do que visualizamos em países subdesenvolvidos ou situados abaixo da linha de pobreza.

De certa forma, a cidade de Macapá nos últimos anos se tornou um grande foco de atração populacional, foco este percebido pelo grande fluxo migratório que se dirige à cidade, pela ocupação desordenada do espaço urbano, pelo crescimento da violência e pelos altos índices de desemprego e subemprego, onde pudemos constatar a hipertrofia do setor terciário, no qual visualizamos neste trabalho que o comércio torna-se uma alternativa de trabalho, mas não há um mercado consumidor para viabilizar a produção de mercadorias, uma vez que existe uma grande insuficiência na geração de renda e a incapacidade de se absorver esta grande quantidade de mão-de-obra oriunda do interior do Estado, de alguns municípios pobres do Estado do Pará e de zonas pobres do nordeste brasileiro, que ainda hoje promovem o êxodo rural em busca de melhores condições em outros centros.

O processo migratório para a cidade foi promovido por um falso discurso desenvolvimentista construído desde a consolidação de Macapá como capital do Amapá, através do discurso civilizador varguista para a região amazônica engendrado pelo governador Janary Nunes na década de 1940 até a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana em 1991, que tornou a cidade um foco de atração, mas não a preparou mesma para absorver de forma tão rápida este contingente populacional que acabou ocupando grandes áreas vazias da cidade, transformando-as posteriormente em bairros sem o mínimo de infraestrutura, elevando ainda mais o processo de periferização de Macapá e o Estado nem mesmo apresentou

alternativas para solucionar a crise do emprego desencadeada pelo crescimento desordenado da população.

Desta forma, ao observarmos a realidade da cidade de Macapá através de um olhar sociológico, nos deparamos com os impactos gerados pela exclusão social e no mundo do trabalho formal, reproduzidos na ampliação da pobreza urbana, da violência e da falta de oportunidades de trabalho para todos, pois um dos reflexos mais gritantes que visualizamos no mundo do trabalho macapaense está relacionado à falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento econômico do lugar, o que revela a inoperância e o comodismo do Estado em buscar as reais potencialidades econômicas do Amapá e, em especial, a sua capital.

O crescimento do mercado de trabalho informal na cidade de Macapá serviu como uma válvula de escape para os excluídos do mundo do trabalho formal e do funcionalismo público, mas serviu também para mostrar os graves problemas do Estado em promover estratégias de desenvolvimento econômico que possam superar a dependência do funcionalismo público, apontada por Chelala (2008) como a “economia do contracheque”, que é o que movimenta de fato as atividades comerciais do estado em períodos cíclicos, no qual o funcionário público é o principal responsável pela vida econômica do estado, fato este confirmado nos dados do Censo 2010 do IBGE. As perspectivas para o Amapá em 2020 – período do próximo censo, são as mesmas vistas em 2000 e 2010, pois a produção básica do Estado do Amapá consiste na exploração dos recursos naturais vegetais e minerais, na atividade pesqueira incipiente, no setor de comércio e serviços e no funcionalismo público, este último funcionando como um “termômetro” das relações econômicas e da circulação de capital no Estado, caracterizando um período de movimentação sazonal da economia local, ou seja, em um cenário caracterizado por uma forte crise recessiva global, a tendência é a de que localidades pobres continuem mais pobres e seus habitantes têm que buscar formas de sobreviver e o trabalho dos camelôs e ambulantes é um instrumento que passou a ser visto como uma das possibilidades dos excluídos do trabalho formal em um estado periférico na sua própria região de se integrarem à sociedade do trabalho ou, pelo menos, de garantir as condições necessárias para assegurar a sobrevivência das suas famílias.

Segundo as informações presentes durante toda a construção deste trabalho, os camelôs e ambulantes da cidade de Macapá são em sua maioria migrante, com baixa escolaridade e excluídos do mercado de trabalho formal – voltado para uma faixa mais escolarizada da população – e pouco assistido pelos programas sociais voltados para a erradicação da pobreza organizados pelo poder público, pois são invisibilizados ao ponto de nem ser considerados como parte integrante da população pobre do lugar e lutam nas ruas diuturnamente pela vida.

Como pudemos perceber, na cidade de Macapá temos um grande volume de trabalhadores para poucos empregos, onde os mais capacitados acabam por se empregar no setor que apresenta a melhor remuneração do Estado, neste caso o Serviço Público, e os menos capacitados acabam por ocupar, em escala ascendente de exclusão: o trabalho formal no comércio; o trabalho formal de baixa qualificação e baixos salários; o trabalho do camelô; o trabalho informal remunerado assentado nas relações familiares, de compadrio ou de conterraneidade e; o trabalho ambulante para os trabalhadores excluídos de toda e qualquer forma de trabalho remunerado.

Visualizamos também em nossa pesquisa que existe uma dificuldade muito grande em quantificar os dados relativos ao trabalho ambulante dentro dos órgãos do poder público, pois como é uma atividade sem registro legal e os órgãos de fiscalização não haviam realizado nenhum tipo de cadastro contendo informações sobre este trabalhador até 2017, quando a gestão de Clécio Luís – em seu segundo mandato como prefeito – organizou o cadastramento com a finalidade de mudar o status de invisível para um certo nível de visibilidade com a adoção e entronização do termo empreendedor popular, aceito prontamente pelos camelôs e com certa reserva pelos ambulantes, pois se a relação dos primeiros com a prefeitura é relativamente boa na atualidade, a relação dos ambulantes com a PMM é marcada por fortes momentos de tensão, identificados em vários momentos da pesquisa, em especial nas ações repressivas de 2009 e 2018, fora as abordagens rotineiras dos fiscais, marcadas pelo profundo caráter repressivo e pela implantação de uma cultura do medo e da extorsão, no qual estes agentes representam a visão impositiva do estado para esta classe de trabalhadores, no qual o Poder Municipal se utiliza do discurso da legalidade para impedir estes excluídos do trabalho formal e de setores do trabalho informal de exercer sua atividade de uma forma honesta, o que favorece a presença de uma rede ilícita caracterizada pela extorsão e que desperta um misto de medo, raiva, frustração e resignação nos ambulantes todas as vezes em que eles veem um carro da SEMDUH, da SEMDEC ou alguém de colete da PMM, pois foi visto na pesquisa de campo que, quando eles aparecem, os trabalhadores sabem que coisa boa não vêm em seu favor.

Nas minhas andanças pelo Centro Comercial de Macapá, percebi que, ainda hoje, os trabalhadores das ruas veem a presença de um pesquisador com desconfiança – em especial os ambulantes – porque, diferentemente do que preconiza o poder público, apesar do diálogo estabelecido entre a gestão de Clécio Luís e os trabalhadores, estes ainda tem medo da repressão dos agentes públicos e acabam por tornar legítima uma ação ilícita, configurada na extorsão do trabalhador mediante chantagem e intimidação para ganhar o ‘do refrigerante’, perpetuando o que Sousa (2006) e Ribeiro (2007) chamam de rede ilícita caracterizada pela ação de agentes

legais representantes do poder público municipal ou estadual – neste caso fiscais, guardas municipais e policiais militares que trabalham no comércio – pressionando trabalhadores que se encontram em atividades ilegais – sem cadastro ou qualquer autorização para exercer a sua atividade – a pagar propina ou dar algum agrado para que continuem na ilegalidade e na sua rotina de incerteza e medo quanto a sua atividade. As tentativas da PMM de cadastrar os trabalhadores podem funcionar como uma forma de reduzir a ilicitude, mas deve ter um olhar mais atento para com o ambulante, com a finalidade de superar esta relação de desconfiança e possibilitar ao trabalhador mais segurança na sua atividade.

Me deparei também com as formas pelas quais os camelôs e ambulantes estabelecem suas redes sociais de solidariedade e socialidade, em especial como eles se inserem no mercado de trabalho. Foi visto que os camelôs e ambulantes trabalham como empresas familiares que ‘empregam’ parentes diretos – companheiros/companheiras, filhos, sobrinhos, netos – que não encontram colocação no mercado e que iniciam a vida de trabalho ainda na infância ou na adolescência, mas no caso destes, há um investimento na educação para que eles não passem os ‘apertos’ que os donos das bancas passam nas ruas e busquem colocação no mercado formal no qual os filhos em especial, mesmo estudando na universidade, ajudam no funcionamento das barracas/bancas e trabalham junto com os pais até concluir os estudos e conseguir uma boa colocação em concurso público – visto como uma forma de mudar de vida, face a pobreza do estado – ou estar em uma atividade formal que pague um bom salário. Para os filhos com pouco estudo, os donos das bancas montam ou procuram comprar um ponto para que possam trabalhar e manter as suas famílias com o trabalho na rua.

Além disso, os camelôs ainda ‘empregam’ pessoas com base nas relações de compadrio, onde são colocados para trabalhar vizinhos, amigos e afilhados como uma forma de ter o sustento da casa ou de iniciar a vida de trabalho, assentados nas relações de amizade e confiança, no qual o portador do trabalho – a dádiva – é visto pela família do receptor do trabalho como uma pessoa que merece consideração, respeito e fidelidade – a contra-dádiva – da parte do trabalhador e da sua família, fazendo com que o dono da barraca/banca possa pensar em expandir o seu negócio, com o crescimento do ponto ou mesmo a compra de um outro ponto no qual o seu ‘empregado’ pode trabalhar e, posteriormente, até comprar o ponto para ter o seu próprio negócio.

Outra relação assentada na base da confiança percebida durante a pesquisa foi a que chamei de conterranealidade, que consiste na relação estabelecida entre pessoas da mesma origem citadina ou regional, sem necessariamente ter uma relação de parentesco. Este ingresso no mundo do trabalho, da mesma forma que nas relações de compadrio, funciona a partir de

indicações estabelecidas nas redes sociais do camelô – de origem migrante – que ‘emprega’ uma pessoa da sua zona de origem ou município estabelecendo a mesma situação supracitada, com um importante complemento: a relação dar-receber-retribuir funciona entre pessoas que antes eram completas desconhecidas mas que acabam criando relações de vínculo afetivo por meio do trabalho.

A etnografia *de/na* rua me permitiu observar, para além dessas situações, as histórias de vida, sonhos, frustrações e esperanças dos camelôs e ambulantes do Centro Comercial.

Como grande parte dos trabalhadores pesquisados é de origem migrante e suas histórias de vida consistem em situações de superação até de fome e miséria nos seus locais de origem e se veem como vencedores – mesmo que na condição de invisíveis imposta pelo poder público –, pois se encontram com saúde, construíram suas famílias e novos laços baseados nas relações de vizinhança e conterraneidade e exercem o seu trabalho com dignidade, mesmo com toda carga de pressão no seu ambiente, pois tem que captar e conquistar clientes, efetuar vendas, estar atento ao movimento das ruas e dos agentes públicos. Mesmo assim, este trabalhador sonha em ter uma vida melhor ou dar uma vida melhor para os filhos, pois segundo a maioria deles, eles sairão da rua um dia e que este trabalho é uma forma de garantir o pão de cada dia. Outras características vistas nestes trabalhadores dizem respeito ao caráter de perseverança e resiliência, pois mesmo diante das intempéries naturais, da repressão do Estado e dos riscos presentes em suas atividades eles persistem, insistem em trabalhar e não se entregar às mazelas do destino e da exclusão total.

Quanto às previsões para o futuro do trabalho informal no Estado do Amapá, construímos, mediante as análises contidas neste trabalho, duas perspectivas: a primeira, positiva, reside na possibilidade de que os trabalhadores mais jovens busquem na educação e na capacitação profissional uma melhor qualidade de vida e para os demais trabalhadores do setor, um sistema de parcerias que possam padronizar e promover um controle maior sobre as atividades de camelôs e ambulantes surge como um dos caminhos para a solução dos problemas do setor; a segunda, negativa reside ainda nos dias atuais, na falta de diálogo entre os órgãos do poder público municipal e os trabalhadores ambulantes, pois mesmo com as tentativas de organização do setor, a PMM esbarra nas suas próprias limitações de organização e manutenção do centro da cidade, pois é grande ainda o número de migrantes que partem em busca do sonho na ‘terra das possibilidades’ e esbarram na falseabilidade contida em discursos de governantes anteriores que vendiam uma terra cheia de possibilidades, mas que não ofereceu oportunidades nem mesmo para os trabalhadores locais, o que acarreta na continuidade ou até na ampliação do problema.

Partindo desse pressuposto, temos como possíveis propostas para o setor a realização de cursos de capacitação para os ambulantes, a real utilização do espaço urbano de Macapá como um espaço turístico organizado e com os ambulantes tendo um local próprio para a realização de suas práticas comerciais, bem como a criação de políticas de controle e criação de políticas públicas voltadas para atender as necessidades destas pessoas excluídas do trabalho formal por parte dos Poderes Municipal e Estadual estabelecida através de um sistema de parcerias entre os vários setores e secretarias com os sindicatos ligados à luta dos camelôs e ambulantes em busca de soluções racionais e dialogadas para o problema. São propostas simples, mas que poderão gerar um profundo impacto econômico e social dentro do espaço urbano de Macapá.

REFERÊNCIAS

- ABELÉM, Auriléa. **Carências Habitacionais na Amazônia**. Artigo Científico. Belém, PA: UFPA, 2006.
- ABÍLIO, Ludmila Costek. **Uberização do trabalho: subsunção real da viração**. Disponível em: <<http://www.cesit.net.br/uberizacao-do-trabalho-subsuncao-real-da-viracao>>. Acesso em: 14 dez. 2019.
- AB´SABER, Aziz. A Região Amazônica. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. pp 75-82.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009. pp 517-532.
- ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho – reestruturação produtiva e crise do sindicalismo**. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.
- _____. A nova morfologia do trabalho no Brasil na década de 2000. **Perspectivas**, São Paulo - SP, v. 39, p. 155-177, jan./jun. 2011.
- ALVES, Maria Aparecida. **“Setor Informal” ou Trabalho Informal? Uma abordagem crítica sobre o conceito de informalidade**. 2001. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2001.
- ALVES, Pedro; GERBELLI, Luiz Guilherme. Mulheres, nordestinos e população de baixa escolaridade são a cara do desalento do Brasil. **Portal ABET**, 19 fev. 2019. Disponível em: <<http://abet-trabalho.org.br/mulheres-nordestinos-e-populacao-de-baixa-escolaridade-sao-a-cara-do-desalento-do-brasil/>>. Acesso em 28 maio 2019.
- AMAPÁ. **Plano Plurianual 2004-2007 – Orientações estratégicas/Amapá – Desenvolvimento com Justiça Social**. v 1. Secretaria de Estado e Planejamento, Orçamento e Tesouro. Enviado à Assembléia Legislativa em 29 de Agosto de 2003.
- AMARAL, Márcio Douglas Brito. As relações estabelecidas entre a metrópole de Belém e a cidade média de Macapá (AP). **Confins** [Online], 17 | 2013, posto online no dia 21 Março 2012, consultado em 26 Agosto 2017. URL : <http://confins.revues.org/8242> ; DOI : 10.4000/confins.8242
- AMBULANTES da Beira-rio entregam lista de reivindicações à Prefeitura**. Artigo publicado na mídia eletrônica em 26/10/2005. Informação obtida por meio eletrônico através do sitio <<http://www.correaneto.com.br>> no dia 25/01/09.
- ANDRADE, Rosemary Ferreira de. Malária e migração no Amapá: Projeção espacial num contexto de crescimento populacional. **Papers do NAEA 177**, Belém-PA, setembro de 2004.
- ANTUNES, Ricardo. **Classe operária, sindicatos e partido no Brasil – um estudo sobre a consciência de classe: da revolução de 30 até a aliança nacional libertadora**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez; Editora Ensaio, 1990. (Coleção Teoria e Práticas Sociais).
- _____. A centralidade do trabalho hoje. In: FERREIRA, L. da C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9. ed. São Paulo, SP: Cortez; Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

_____. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In: ANTUNES, R.; SILVA, M. A. M. (Orgs.). **O avesso do trabalho**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2004.

_____. **O caracol e sua concha:** ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo, SP: Boitempo, 2005. (Coleção Mundo do Trabalho).

_____. **Os sentidos do trabalho** – ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2ª ed, 10ª reimp. rev. e amp. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

_____. BRAGA, Ruy (Orgs.). **Infoproletários:** degradação real do trabalho virtual. São Paulo, SP: Boitempo, 2009. (Coleção Mundo do Trabalho).

APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida social das Cosias:** As Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

BARBOSA, C. S. **Personagens ilustres do Amapá**. Macapá, AP: Imprensa Oficial, 1997.

BARBOSA, A. F. O conceito de Trabalho Informal, sua evolução histórica e o potencial analítico atual: para não jogar a criança fora junto com a água do banho. In: OLIVEIRA, R.V.; GOMES, D.; TARGINO, I. (Org.). **Marchas e contramarchas da informalidade do trabalho**. João Pessoa, PB: Editora Universitária da UFPB, 2011.

_____. De "Setor" para "Economia" Informal (O debate das últimas três décadas). In: SEMINÁRIO A AVENTURA DE UM CONCEITO, 2009, São Paulo. **De “Setor” para “Economia Informal”:** Aventuras e Desventuras de um Conceito. São Paulo, SP: USP, 2009, p. 1-40. Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/texto_sem_2009_barbosa.pdf>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BAGGIO, Adelar Francisco; BAGGIO, Daniel Knebel. Empreendedorismo: conceitos e definições. **Rev. de Empreendedorismo, Inovação e Tecnologia**, n. 1(1), p. 25-38, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização:** as consequências humanas. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1999.

BECKER, Berta K. **Amazônia**. São Paulo, SP: Ática, 1998.

BENTES, Rosineide. Um novo estilo de ocupação econômica da Amazônia: os grandes projetos. In: PARÁ. Secretária de Estado de Educação. **Estudos e Problemas amazônicos:** História Social e Econômica e temas especiais. 2. ed. Belém, PA: CEJUP, 1992.

BÍBLIA, A. T. Gênesis. In: BÍBLIA. **Sagrada Bíblia Católica:** Antigo e Novo Testamentos. Tradução: José Simão. São Paulo, SP: Sociedade Bíblica de Aparecida, 2008.

BONFIM, Mariana. Nova CLT completa um ano – reforma trabalhista não cria os empregos prometidos, e informalidade cresce. **Portal UOL**. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/reportagens-especiais/apos-um-ano-reforma-trabalhista-nao-criou-empregos-prometidos-e-informalidade-cresceu/index.htm>>. Acesso em 30 Mar. 2019.

BOTTOMORE, Thomas. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 2001.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2003.

_____. Esboço de uma teoria da Prática. In: ORTIZ, Renato. (Org.). **Pierre Bourdieu**. São Paulo, SP: Olhos d'Água, 2013.

BRASIL. Presidência da República. Decreto-lei n°. 2.041, de 27 de Fevereiro de 1940.

Regula o exercício do comércio ambulante. Disponível em:

<<https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/146166-regula-o-exercicio-do-comercio-ambulante.html>>. Acesso em 28 out. 2008.

_____. Presidência da República. **Lei n° 6.586, de 06 de Novembro de 1978**.

Classifica o comércio ambulante para fins trabalhistas e previdenciários. Disponível em:

<<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6586-6-novembro-1978-353900-norma-pl.html>>. Acesso em 31 out. 2008.

BRASIL, Marília Carvalho. **Tendências da urbanização**: uma breve análise das últimas décadas. Manaus, AM: [S.n], 1999.

BRITO, Daniel Chaves de. Mineração, desenvolvimento e impacto socioambiental: uma experiência de exploração de manganês na Amazônia. **Papers do NAEA 38**, Belém-PA, Jan. 1995, pp 1-17.

_____. **A Modernização da Superfície**: estado e desenvolvimento na Amazônia. Belém, PA: UFPA/NAEA, 2001a (Prêmio NAEA – Teses/Dissertações 2000).

_____. Reforma do Estado e Sustentabilidade: a questão das instituições desenvolvimentistas da Amazônia. In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia**: debates teóricos e experiências de pesquisa. Belém, PA: EdUFPA, 2001b. pp. 71-103.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Um estudo sobre o setor informal urbano e formas de participação na produção**. 1982. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 1982.

_____. As Economias Informal e Submersa: conceitos e distribuição de renda. In: CAMARGO, José M. G. Giambiagi (org). **Distribuição de Renda no Brasil**. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1991.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e Processo de informalidade. **Revista Economia e Sociedade**, São Paulo - SP, v. 2000, p. 57-78, 2000. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/docdownload/publicacoes/instituto/revistas/economia-e-sociedade/V9-F1-S14/06-Cacciamali.pdf>>. Acesso em: 23 mar. 2016.

CARDOSO, Adalberto. **Ensaio de sociologia do mercado de trabalho brasileiro**. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2013.

_____. **Informalidade como forma social do trabalho**: uma proposta teórica e algumas implicações empíricas. In: CONGRESSO DA LATIN AMERICAN STUDIES ASSOCIATION (LASA), XXXII, 2014, Chicago-EUA.

_____. **A Construção da Sociedade do Trabalho no Brasil**: uma investigação sobre a persistência secular das desigualdades. 2. Ed. Rio de Janeiro, RJ: FGV, 2019.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Beatriz Salgado. Linhagens benjaminianas do pensamento etnográfico. **BIB**, São Paulo – SP, n. 81, 1º semestre de 2016 (publicada em agosto de 2017), p. 42-65.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **Sobre o pensamento antropológico**. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1988.

_____. Roberto. **O Trabalho do Antropólogo**. Brasília: Paralelo Quinze; São Paulo, SP: EdUnesp, 1998.

CARMO, Paulo Sérgio do. **O Trabalho na Economia Global**. Coleção Polêmica. 6ª impressão. São Paulo, SP: Moderna, 2002.

CARVALHO, David Ferreira. Industrialização tardia e grandes projetos. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 423-442.

CARVALHO, João Mauro Gomes Vieira. A tendência à flexibilização produtiva e à precarização do trabalho no contexto do capitalismo financeiro. **Cadernos de Campo: revista de Ciências Sociais**, Araraquara – SP, v. 20, p. 81-103, jan./jun. 2016.

CASTAÑEDA, Daniel. Correndo atrás do pão de cada dia: um estudo sobre a identidade de trabalhador entre camelôs em Copacabana. Rio de Janeiro: UFF, 2004. In: GOMES, Mª de Fátima C. M. O trabalho ambulante na globalização: resistência, lutas e alternativas para a transformação das condições de vida e trabalho. **Anais do Colóquio Internacional “Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização”**. Rio de Janeiro, RJ: 2005.

CASTEL, Robert. A Nova Questão Social. In: **As Metamorfoses da Questão Social**. São Paulo, SP: Martins Fontes, 2003.

CASTELLS, Manuel. **Sociedade em Rede**. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Ana Maria de; DIAS, Edmundo Fernandes. **Introdução ao pensamento sociológico**. 9. ed. São Paulo, SP: Editora Moraes, 1992.

CASTRO, Edna Maria Ramos. A Questão Urbana na Amazônia. In: PARÁ. Secretária de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: História Social e Econômica e temas especiais**. 2. ed. Belém, PA: CEJUP, 1992.

CASTRO, José Carlos. Cidade e Cidadania. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 255-260.

CATTANI, Antônio David. Gestão participativa. In: **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

CHELALA, Charles Achcar. **A Magnitude do Estado na Socioeconomia Amapaense**. 174f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2008.

CLEARY, David. Problemas na interpretação moderna da Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 157-162.

CLIFFORD, James; MARCUS, George. **A escrita da cultura: poética e política da etnografia**. Tradução de Maria Claudia Coelho. Rio de Janeiro, RJ: Papeis Selvagens, EdUFRJ, 2016.

CONY, Carlos Heitor. **Holocausto Econômico**. 1997. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaio/fz020606.htm>>. Acesso em 16 Jul. 2019.

COPANS, Jean. et al. **Antropologia: ciência das sociedades primitivas?** 2ª ed. Lisboa: Edições 70, 2015.

CORIAT, Benjamim. “Le Taylorisme et l’expropriation du savoir ouvrier”. In: **Science, Technique et Capital**. Paris: Editions du Seuil, 1976.

COSTA, Elizabeth Goldfarb. **Anel, Cordão, perfume barato**: uma leitura do espaço do comércio ambulante na cidade de SP. São Paulo, SP: Nova Stella, 1989.

COSTA, José Marcelino Monteiro da. Grandes projetos e o crescimento da indústria na Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p 409-422.

COUTINHO, Juliana. **Prefeitura não fiscaliza e ambulantes tomam conta da Praça Zagury**. Macapá-AP, Jornal do Dia, 22/04/2005.

_____. **Ação da PMM não funciona e ambulantes voltam a invadir a Praça Zagury**. Macapá-AP. Jornal do Dia, 10/06/2005.

CUNHA, Manuela Ivone Pereira da. Formalidade e informalidade: questões e perspectivas. **Etnográfica**, Lisboa, v. X (2), p. 219-231, nov. 2006.

DAL ROSSO, Sadi. Ondas de intensificação do labor e crises. **Perspectivas**, São Paulo-SP, v. 39, p. 133-154, jan./jun. 2011.

DARCANCHY, Mara Vidigal. **Direito ao trabalho**. 2010. Disponível em: <<http://www.direitoemdebate.net/index.php/direito-do-trabalho/284-direito-qaoq-trabalho>>. Acesso em 22 dez. 2011.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho**: estudo de psicopatologia do trabalho. Tradução Ana Isabel Paraguay; Lúcia Leal Ferreira. 5. ed. ampl. São Paulo, SP: Cortez; Oboré, 2002.

DE SOTO, Hernando. **Economia subterrânea**: uma análise da realidade peruana. Rio de Janeiro, RJ: Globo, 1987.

DRUCK, Graça; OLIVEIRA, Luiz Paulo. A condição “provisória-permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua de Salvador. **Revista VeraCidade**, Recife-PE, ano 3, n. 3, p. 1-22, maio 2008.

DIOCESE DE MACAPÁ. **Realidade migratória em Macapá e Santana**. Macapá, AP: Diocese de Macapá, 1995.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1999.

DURKHEIM, Èmile. **Da divisão do trabalho social**. Tradução: Eduardo Brandão. 2. ed. São Paulo, SP: Martins Fontes, 1999.

ECONOMIA UOL. **IBGE: Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017**. 05 dez. 2018. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2018/12/05/ibge-trabalhadores-informalidade-brasil-2017.htm>>. Acesso em 22 fev. 2019.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editores, 2000.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. São Paulo, SP: Global, 1990.

FALEIRO, Airton. Um projeto de cidadania. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 533-542.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (org.). **O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática da democratização de 1945 ao golpe civil militar de 1964**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Oliveiros S. Reflexões sobre a Amazônia. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 95-100.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. In: IANNI, Octávio. (Org.). **Sociologia crítica e militante**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

_____. As mudanças sociais no Brasil. In: IANNI, O. (Org.). **Sociologia crítica e militante**. 2. ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça; AMARAL, Manoela Falcão do. O conceito de informalidade: um exercício de aplicação empírica. **Cad. CRH**, Salvador-BA, v. 17, n. 41, p. 211-229, maio/ago. 2004.

FILOCREÃO, Antônio Sérgio Monteiro. **Extrativismo e capitalismo na Amazônia: a manutenção, o funcionamento e a reprodução da economia extrativista do sul do Amapá**. Macapá, AP: GEA/SEMA, 2002.

FORRESTER, Viviane. **O horror econômico**. São Paulo, SP: UNESP, 1997.

FORRESTER, Viviane. **Uma estranha ditadura**. São Paulo, SP: UNESP, 2001.

FRANCA, Gilberto Cunha. **O Trabalho no espaço da fábrica: um estudo da General Motors em São José dos Campos (SP)**. 1ª ed. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2007.

FRANCO JÚNIOR, Hilário; CHACON, Paulo Pan. **História Econômica Geral**. São Paulo, SP: Atlas, 1991.

GALEAZZI, Irene Maria Sassi. A expansão do trabalho informal: uma das faces da precarização do trabalho. 2003. Anais do XI Congresso Brasileiro de Sociologia, Campinas-SP, 01-05 set. 2003. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=1432&Itemid=171>. Acesso em 14 set. 2018.

_____. Precarização do trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

_____. O trabalhador por conta própria na RMPA. **Indicadores Econômicos FEE**, v. 22, n. 2, 1994, p. 165-180.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Guanabara Koogan, 1989.

_____. **O saber local: Novos ensaios em Antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2002

_____. **O Mundo na era da globalização**. Lisboa: Presença, 2000.

_____. **As consequências da modernidade**. São Paulo, SP: UNESP, 1991.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

GODELIER, M. **O enigma do dom**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais e educação**. 4. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2001.

GOMES, M^a de Fátima. O trabalho ambulante na globalização: resistência, lutas e alternativas para a transformação das condições de vida e trabalho. **Anais do Colóquio Internacional “Comércio, Culturas e Políticas Públicas em Tempos de Globalização”**. Rio de Janeiro, 2005.

_____. **Cidade, Transformações no mundo do trabalho e políticas públicas: a questão do comércio ambulante em tempos de globalização**. Rio de Janeiro, RJ: DP&A: FAPERJ, 2006.

GONÇALVES, M. A.; JUNIOR, A. T. **Informalidade e precarização do trabalho: uma construção a geografia do trabalho**. São Paulo, SP: FCT/UNESP, 2002. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn119-31.htm>>. Acesso em: 15 set 2009.

GORZ, Andre. **Adeus ao proletariado – para além do socialismo**. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 1982.

_____. **Metamorfoses do trabalho: crítica da razão econômica**. São Paulo, SP: Annablume, 2003.

_____. **Misérias do presente, riquezas do possível**. São Paulo, SP: Annablume, 2004.

GRANOVETTER, M. A. The strength of weak ties. **American journal of sociology**, Chicago, v.78, n. 6, p. 1360-80, 1973.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 10. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2001.

HART, Keith. **Employment, Incomes and Equality: A Strategy for Increasing Productive Employment in Kenya**. Geneva: ILO, 1972. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/libdoc/ilo/1972/72B09_608_engl.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2018.

_____. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. **Journal of Modern African Studies**, Cambridge University Press, v. 3, n. 11, p. 61-89, 1973.

HELLER, Agnes. **Sociologia de la vida cotidiana**. 3 ed. Barcelona: Península, 1991.

_____. **O Cotidiano e a História**. 2 ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1985.

HUGON, P. O setor informal: balanço de 25 anos de trabalho. *Ensaio FEE*, Porto Alegre-RS, v. 18, n. 2, p. 32-63, 1997.

HURTIENNE, Thomas. O que significa a Amazônia para a Sociedade Global? In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 153-156.

IBGE. **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro-PA, 2001.

IBGE. **Pesquisa Economia Informal Urbana**. Rio de Janeiro-PA, 2003.

IBGE. **Pesquisa Economia Informal Urbana**. Macapá-AP, 1997.

IBGE. **Pesquisa Economia Informal Urbana**. Macapá-AP, 2003.

ICAZA, Ana Mercedes Sarria; TIRIBA, Lia. Economia Popular. In: HESPANHA, Pedro et al. **Dicionário Internacional da Outra Economia**. Coimbra, Portugal: Almedina, 2009, p. 150-155.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: Capital financeiro, trabalho e questão social**. 2. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

_____. **Trabalho e indivíduo social: um estudo sobre a condição operária na agroindústria canavieira paulista**. 2.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.

IANNI, Octávio. **Globalização e o retorno da questão nacional**. Campinas, SP: IFCH/UNICAMP, 2000 (Coleção Primeira Versão).

_____. A sociedade numa época de globalismo. In: FERREIRA, L. da C. (Org.). **A sociologia no horizonte do século XXI**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

_____. **Florestan Fernandes**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, SP: Ática, 2005.

JACQUES, Maria da Graça Correia. Identidade e trabalho. In: CATTANI, A. D. (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia** – guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar, 1997.

KOPYTOFF, Igor. A Biografia Cultural das Coisas: A Mercantilização como Processo. In: APPADURAI, Arjun. (Org.). **A Vida social das Cosias: as Mercadorias sob uma Perspectiva Cultural**. Niterói, RJ: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

KREIN, José Dari; PRONI, Marcelo Wieshaupt. **Economia informal: aspectos conceituais e teóricos**. Brasília, DF: OIT-Brasil, 2010 (Trabalho decente no Brasil; Documento de trabalho, n. 4).

LAHIRE, Bernard. **O homem plural: as molas da acção**. Lisboa: Instituto Piaget, 2003.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Porto Alegre, RS: Artmed, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. **Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

LARANGEIRA, Sônia Maria G. Fordismo e pós-fordismo. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.

LAUDARES, João Bosco. As relações de trabalho numa sociedade capitalista – a sociedade tecnizada e capitalista. **Revista Tecnologia e Sociedade**, Curitiba-PR, n. 2, 1º Semestre de 2006, p. 99-107.

LEÃO, Richard Douglas Coelho. **A “Magia” do discurso baratista e os seus herdeiros: estudos sobre a relação de poder e populismo no Estado do Pará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). 2004. 82p. Curso de Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2004.

_____.; SANTOS, Matheus Henrique de Sousa. São Paulo e suas contradições: processos de expansão da cidade e segregação urbana. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão – REDD**, vol. 10, n. 2, 2018, p. 35-50.

- LIEDKE, Elida Rubini. Relações de trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.
- LIMA, Jacob Carlos; SOARES, Maria José Bezerra. Trabalho flexível e o novo informal. **Cad. CRH**, Salvador-BA, v. 15, n. 37, p. 163-180, jul./dez. 2002.
- LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de. Imigrante e qualidade de vida na Amazônia setentrional brasileira. **Scripta Nova**: revista electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, São Paulo-SP, n. 45 (31), p. 1-11, ago. 1999.
- LOBATO, Sidney da Silva. **A Cidade dos Trabalhadores: insegurança estrutural e táticas de sobrevivência no Amapá (1944 – 1964)**. 2013. 240 p. Tese (Doutorado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade de São Paulo, São Paulo-SP, 2013.
- LOMNITZ, Larissa Adler. **Cómo sobreviven los marginados**. México: Siglo Veintiuno, 2006.
- _____. **Redes sociais, cultura e poder**. Rio de Janeiro, RJ: E-papers, 2009.
- LOPES, Edmar Aparecido de Bartra e. Informalidade: um debate sobre seus distintos usos e Significados. **BIB**, São Paulo-SP, n. 65, p. 49-70, 1º semestre de 2003. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=cat_view&gid=143&limit=20&limitstart=0&order=name&dir=ASC&Itemid=435>. Acesso em: 29 dez. 2014.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: homem-estado-natureza**. 2ª Ed. Belém, PA: Cejup, 2004 (Coleção Amazoniana 1).
- _____. Pressupostos do Modelo de Integração da Amazônia Brasileira aos Mercados Nacional e Internacional em vigência nas últimas décadas: a modernização às avessas. In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém, PA: EdUFPA, 2001, p. 47 – 70.
- _____. A História Social e Econômica da Amazônia. In: PARÁ. Secretária de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: História Social e Econômica e temas especiais**. 2. ed. Belém, PA: CEJUP, 1992
- LOZARES, Carlos. La teoría de redes sociales. **Papers**, Barcelona, n. 48, p. 103-126, 1996. Disponível em: <<http://seneca.uab.es/antropologia/jlm/ars/paperscarlos.rtf>> Acesso em: 30 out. 2016.
- MAAR, Wolfgang Leo. A dialética da centralidade do trabalho. **Cienc. Cult.**, Vol. 58, n. 4, São Paulo-SP, Oct./Dec. 2006.
- MACAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá. **Plano diretor de desenvolvimento urbano e ambiental de Macapá**. Macapá-AP, 2004.
- MACAPÁ. Prefeitura Municipal de Macapá. Lei Complementar n. 27. **Dispõe sobre o licenciamento, autorização e fiscalização das atividades socioeconômicas do município de Macapá e dá outras providências**. Macapá-AP, 24/06/2004.
- MACHADO, Lia Osório. Urbanização e mercado de trabalho na Amazônia Brasileira. **Cadernos IPPUR**, n.1, v. 13, p. 109-138. Jan-Jun, Rio de Janeiro-RJ, 1999.
- MACHADO, Sândala C. S. Janary, o nosso governador: a relação dos marabaixeiros com o governo territorial (1944 – 1956). In: **Anais da IX Semana de História – O Ensino e Pesquisa de História no Amapá: perspectivas e desafios**. Macapá, AP: Unifap, 2013, p. 1 – 17.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. Da informalidade à empregabilidade (reorganizando a dominação no mundo do trabalho). **Caderno CRH**, Salvador-BA, n. 37, p. 81-109, jul./dez. 2002.

_____. Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). 1971 - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 1971.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; HÉBETTE, Jean. Mobilidade do Trabalho: uma revisão teórica. **Série Seminários e Debates**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 1981.

_____. Prosperidade e Estagnação de Macapá Colonial: as experiências dos colonos. In: GOMES, Flávio dos Santos (org.). **Nas Terras do Cabo Norte: fronteiras, colonização e escravidão na Guiana Brasileira – séculos XVIII/XIX**. Belém, PA: EDUFPA, 1999.

MARQUES, Indira Cavalcante da Rocha. **Território Federal e mineração de manganês: gênese do Estado do Amapá**. Tese (Doutorado em Geografia). 2009. 286f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Rio de Janeiro-RJ, 2009.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza em São Paulo**. São Paulo, SP: Unesp; Centro de Estudos da Metrópole, 2010.

MARTINE, George. **Ciclos e destinos da migração para áreas de fronteira na era moderna**. Brasília, DF: Instituto SPN. Documento de trabalho n°. 12, 1992.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1 – O processo de produção do capital. v. 1. 12. ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil S. A., 1998.

_____. **O dezoito brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: Centauro, 2000.

_____. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. São Paulo, SP: Martin Claret, 2004.

MAUSS, Marcel. Ensaio Sobre a Dádiva. In: **Sociologia e Antropologia**. São Paulo, SP: Cosac Naify, 2003.

_____. Parentescos de gracejo. In: MAUSS, M. **Ensaio de Sociologia**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2005.

MELLO, Alex Fiúza de. **Marx e a globalização**. São Paulo, SP: Boitempo, 1999.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. 2. ed. São Paulo, SP: Ensaio, 1999.

_____. **Para além do capital**. São Paulo, SP: Boitempo, 2002.

MIRANDA, Dioniclei da Silva; SILVA, Marjorie Ingrid de Castro. **“Feirão Popular” na área central de Macapá: histórico, informalidade e relações de trabalho**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2016.

MITSCHEIN, Thomas et al. **Urbanização selvagem e proletarização passiva na Amazônia: o caso de Belém**. Belém, PA: CEJUP, 1989.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. A ICOMI no Amapá: meio século de exploração mineral. **Novos Cadernos NAEA**, Belém-PA, v. 6, n. 2, p. 113-168, dez. 2003. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/90/141>>. Acesso em: 04 set. 2017.

- MORAES, Maria Cândida; DE LA TORRE, Saturnino. Pesquisando a partir do pensamento complexo: elementos para uma metodologia de desenvolvimento eco-sistêmico. **Educação**, Porto Alegre – RS, ano XXIX, n. 1 (58), p. 145 – 172, Jan./Abr. 2006.
- MORAIS, Paulo Dias; ROSARIO, Ivoneide Santos do. **Amapá: De capitania a Território**. Macapá-AP, 1999.
- _____. **História do Amapá: o passado é o espelho do presente**. Macapá, AP: JM Editora Gráfica, 2013.
- MOURA, Hélio Augusto de; MOREIRA, Morvan de Melo. **A população da região Norte: processos de ocupação e urbanização recente**. In BRASIL. Ministério da Ciência e Tecnologia. **Centro de Estudos Estratégicos: modelos de cenários para a Amazônia: o papel da ciência**. Brasília, DF: MCT, 2001.
- MOURA, Rosa; ULTRAMARI, Clóvis. **O que é Periferia urbana?** São Paulo, SP: Brasiliense, 1996. (Coleção Primeiros Passos)
- NAÍM, Moisés. **Ílcito: Ataque da pirataria, da lavagem de dinheiro e do tráfico à economia global**. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Ed., 2006.
- NARDI, Henrique Caetano; TITTONI, Jaqueline; BERNARDES, Jefferson de Souza. Subjetividade e trabalho. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia**. 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.
- NETTO, João Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 5.ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.
- NORONHA, Eduardo G. “Informal”, Ilegal, Injusto: Percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, São Paulo-SP, vol. 18, n. 53, out. 2003.
- NUNES, Janary Gentil. **Confiança no Amapá: impressões sobre o território**. 2ª Ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2012.
- OFFE, Claus. **Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. v. I – A Crise. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1989.
- _____. **Trabalho e sociedade – problemas estruturais e perspectivas para o futuro da “sociedade do trabalho”**. v. II – Perspectivas. Rio de Janeiro, RJ: Tempo Brasileiro, 1991.
- OLIVEIRA, Francisco de. A Reconquista da Amazônia. In: D’INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 83-94.
- OLIVEIRA, Luiz Paulo. **Condição “Provisória-Permanente” dos trabalhadores informais: o caso dos trabalhadores de rua na Cidade de Salvador**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2005.
- OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATTI, Enéas et al. **Amazônia, desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1983.
- OLIVEN, Ruben George. **Antropologia de grupos urbanos**. Rio de Janeiro, RJ: Editora Vozes Ltda., 1985.
- ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O Debate sobre a Centralidade do Trabalho**. São Paulo, SP: Expressão Popular: 2006.

PAES, Papaléo. Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. In: **Pelo Amapá**. Brasília, DF: Senado Federal, 2004 (Coleção Papaléo Paes – Volume 5).

PEIRANO, Marisa. **A favor da etnografia**. Rio de Janeiro, RJ: Relume-Dumará, 1995.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. A metamorfose da questão social e a reestruturação das políticas sociais. In: **Capacitação em Serviço Social e Política Social: Módulo1, Crise contemporânea, Questão Social e Serviço Social**, Brasília, DF: CEAD, 1999.

PERES, Thiago Brandão. **Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro-RJ, 2015.

_____. Informalidade: Um conceito em busca de uma teoria. **Revista da ABET**, v. 14, n. 2, Julho a Dezembro de 2015, p. 270-289.

PÉTONNET, Colette. Observação flutuante: o exemplo de um cemitério parisiense. **Antropolítica**, Niterói-RJ, n. 25, 2. sem. 2008, p. 99-111.

PETRÓ, Vanessa. Juventude, escola e redes de relações sociais. 39ª Encontro Anual da ANPOCS. **Anais...** Caxambú-MG, 2015.

PIGNONI, Maria-Teresa. Desemprego e mobilização de desempregados na França e na Itália. In: GUIMARÃES, Nadya Araújo; HIRATA, Helena. (Orgs.). **Desemprego – trajetórias, identidades, mobilizações**. São Paulo, SP: Editora Senac, 2006. (Série Trabalho e Sociedade).

PINHEIRO, Gilberto. Pioneiros da “terra do manganês”. **Jornal “O Liberal”**, Macapá-AP, 23 nov. 2001.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Brasil-Paraguai: uma rota para pensar a economia informal. **Rev. bras. Ciênc. Soc.**, São Paulo-SP, v. 23, n. 67, p. 117- 133, jun. 2008. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10713674009>>. Acesso em: 16 out. 2016.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: o anteato da destruição**. Belém, PA: Grafisa, 1977.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **Os estabelecidos e os recém-chegados: migração, conflitos e sonhos na cidade de Macapá**. 2003. 116 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2003.

_____. **O Fetiche do Emprego: um estudo sobre as relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. Belém, PA: NAEA, 2012 (PRÊMIO NAEA – TESES/2008).

POCHMANN, Márcio. A desestruturação do mercado de trabalho brasileiro. In: **O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século**. 2. ed. São Paulo, SP: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

_____. **O emprego na Globalização**. São Paulo, SP: Boitempo, 2001.

_____. **Desigualdade econômica no Brasil**. São Paulo, SP: Ideias & Letras, 2015.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação: As origens de nossa época**. Rio de Janeiro, RJ: Campus, 2000.

População é contra proibição de venda de bebidas alcoólicas na Beira-Rio. Macapá-AP, **Jornal do Dia**, 11/01/2006, seção Polêmica.

PORTILHO, Ivone dos Santos. Áreas de ressaca e dinâmica urbana em Macapá (AP). **Anais do VI Seminário Latino-Americano de Geografia Física/II Seminário Ibero-Americano de Geografia Física**. Coimbra, Universidade de Coimbra, maio de 2010, pp. 1-15.

PORTO, Jadson Luiz Rebelo. **As Estratégias Recentes de Desenvolvimento do Amapá: das instalações da ICOMI à implantação da Área de Livre Comércio**. Florianópolis, SC: UFSC/PPGG, 1998. (Dissertação de Mestrado).

_____.; COSTA, Manuel. **A Área de Livre Comércio de Macapá e Santana: questões geoeconômicas**. Macapá, AP: O Dia S/A, 1999.

_____. **Amapá: principais transformações econômicas e institucionais – 1943 a 2000**. Macapá, AP: GEA/SETEC, 2003.

_____.; LIMA, Ricardo Ângelo Pereira de; BRITO, Daguinete. Amapá: aspecto de uma geografia em construção. In: BRITO, Daguinete. **A produção do espaço amapaense e a gestão dos recursos naturais**. Macapá, AP: Jadson Porto, 2005.

PRANDI, Reginaldo. **O Trabalhador por Conta Própria sob o Capital**. São Paulo, SP: Símbolo, 1978 (Coleção Ensaio e Memória).

RAMOS, Ivane. Urban retira ambulantes da área próxima ao muro de arrimo da Beira Rio. Macapá-AP, **Jornal do Dia**, 22/10/2005.

RANIERI, Jesus. **Trabalho e dialética: Hegel, Marx e a teoria social do devir**. 1ª ed e 2ª reimp. São Paulo, SP: Boitempo, 2016. (Coleção Mundo do Trabalho).

Regulamentação do art. 11 da Lei nº. 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e Regulamentação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana. Decreto nº. 517, de 08 de maio de 1992. Macapá-AP, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. El sistema mundial no-hegemónico y la globalización popular. **Série Antropologia/DAN-UnB**, Brasília-DF, vol. 410, 2007.

_____. Antropologia da globalização: circulação de pessoas, mercadorias e informações. **Série Antropologia/DAN-UnB**, Brasília-DF, vol. 435, 2011.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho**. São Paulo, SP: Makron Books, 1996.

ROCHA, Ana Luíza Carvalho da; ECKERT, Cornélia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. **Illuminuras**, Porto Alegre-RS, v. 4, n. 7, p. 1-22, 2003.

_____.; _____. **Antropologia da e na cidade: interpretações sobre as formas da vida urbana**. Porto Alegre, RS: Marcavisual, 2013.

ROCHA, Leone de Araújo. NASCIMENTO, Elói Abraão Nunes do. **Clandestino, sim, trabalhador também: relações de trabalho informal entre os mototaxistas da Equipe Shopping**, Macapá-AP. 65f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais). Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2010.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas cidades brasileiras**. São Paulo, SP: Contexto/EDUSP, 1988.

RODRIGUES, Edgar de Paula. **Enciclopédia do Amapá**. Macapá, AP: Ed. Inédita, 2002.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Os desafios da metrópole: reflexões sobre o desenvolvimento pra Belém**. Belém, PA: NAEA/UFPA, 2000.

- _____. **Aventura urbana: Urbanização, trabalho e meio ambiente em Belém.** Belém, PA: NAEA/UFGA, 1996.
- ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade.** São Paulo, SP: Editora Unesp, 2019.
- RUDUIT-GARCIA, Sandro. Terceirização/subcontratação. In: CATTANI, Antônio David (Org.). **Dicionário crítico sobre trabalho e tecnologia.** 4. ed. rev. e ampl. Petrópolis, RJ: Vozes; Porto Alegre, RS: Ed. UFRGS, 2002.
- SAA, Conceição. **Macapá, Santana e Laranjal do Jarí.** Relatório Final – Tomo I. Macapá, AP: ADAP, dezembro de 2005.
- SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.). **Pós-neoliberalismo.** As políticas sociais e o Estado Democrático. 6. ed. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1995.
- SALVITTI, Adriana et al. O trabalho do camêlo: trajetória profissional e cotidiano. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2 (1), 1999, p. 1-23.
- SANCHES, Manuela Ribeiro. Nas Margens: Os Estudos Culturais e o Assalto às Fronteiras Acadêmicas e Disciplinares. **Etnográfica**, Vol. III (1), 1999, p. 193-210.
- SANDIN ESTEBAN, Maria da Paz. **Investigación educativa em educación: Fundamentos y tradiciones.** Madrid: McGraw Hill, 2003.
- SANTOS, Alessandra Rufino. Contribuições Epistemológicas do Pensamento Complexo para a Compreensão da Pesquisa Social. **TEXTOS&DEBATES**, Boa Vista-RR, n.20, p. 81-99, jan./jun. 2013.
- SANTOS, Fernando Rodrigues dos. **História do Amapá.** ed. rev. Macapá, AP: Gráfica e Editora Valcan Ltda, 2003.
- SANTOS, Romário Valente dos. **(Re)estruturação e Formação do Aglomerado Urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense.** 2016. 204 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá, Macapá-AP, 2016.
- _____.; SANTOS, Emanuel Raimundo Costa. Forma Urbana e Processos Socioespaciais: Reflexões sobre o Aglomerado Urbano de Macapá e Santana na Amazônia Setentrional Amapaense. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 4, n. 1, p. 93–116, jan/jul, 2016.
- SAWYER, Donald. A Reorganização econômica e demográfica da Amazônia. In: PARÁ. Secretária de Estado de Educação. **Estudos e problemas amazônicos: história social e econômica e temas especiais.** 2. ed. Belém, PA: CEJUP, 1992.
- SCHUMPETER, Joseph A. **Capitalismo, Socialismo e Democracia.** São Paulo, SP: Unesp, 2017.
- SENA, Ana Laura. **Trabalho Informal nas Ruas e Praças de Belém: Estudo sobre o comércio ambulante de produtos alimentícios (Prêmio NAEA de Teses e Dissertações).** Belém, PA: NAEA, 2002.
- _____. **Dimensões da Informalidade em Belém,** 1998. Artigo (Núcleo de Altos estudos Amazônicos). Universidade Federal do Pará, nº 113.
- Sessão especial sobre Mercado Central lota a Câmara Municipal de Macapá. 30/08/05. **Folha do Amapá** (www.folhadoamapa.com.br). Acesso em 20/01/2006.

SILVA, Maura Leal da. **A (Onto) Gênese da Nação nas margens do Território Nacional: o projeto janarista territorial para o Amapá (1944-1956)**. 2007. 188p. Dissertação (Mestrado em História Social). Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2007.

SILVA, Patrícia Pugliesi. **A nova informalidade na região metropolitana de Salvador**. 2002. Dissertação (Mestrado em Economia) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal da Bahia, Salvador-BA, 2002.

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo, SP: Contexto, 1998.

_____. **Amazônia na Sociedade Global**. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 163-170.

SOUSA, Rosinaldo Silva de. Trayectorias de bandidos, mitos y ritos del tráfico ilícito de drogas em Rio de Janeiro. **Etnografias Contemporâneas**, Argentina, v. 2, n. 2, 2006.

SOUZA, Gustavo Henrique Silva de et al. Structures of commercialization: actions of informal marketing from Brazilian micro-entrepreneurs in a street market. **International Journal of Business and Commerce**, n. 2 (9), p. 20-36, 2013.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial**. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil, 2013.

SOUZA JÚNIOR, Hormindo Pereira de. Centralidade ontológica do trabalho ou centralidade da informação e do conhecimento nos processos de formação humana? **Pro -Posições**, v. 19, n. 2 (56), p. 163-179, maio/ago. 2008.

STOCKINGER, Gottfried. Reestruturação de Relações Tradicionais na Amazônia numa era de Modernização Forçada (1960-1980). In: JACKSON COSTA, Maria José (Org.). **Sociologia na Amazônia: debates teóricos e experiências de pesquisa**. Belém, PA: EdUFPA, 2001, p. 105-140.

SUDAM/PNDU. **Diagnóstico e cenarização macrossocial da Amazônia Legal: movimentos migratórios na região amazônica**. Belém, PA: [S.n.], 2000.

SUPERTI, Eliane; SILVA, Gutemberg Vilhena. Integração internacional e políticas públicas de defesa e segurança na fronteira setentrional amazônica: reflexões sobre a condição fronteiriça amapaense. **Intellector**, ano XI, vol. XI, n. 22, Rio de Janeiro-RJ, jan/jul 2015, p. 129-147.

TEIXEIRA, Francisco José S. (org.). **Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva: as novas determinações do mundo do trabalho**. São Paulo, SP: Cortez Editora, 1996.

TRINDADE, José Raimundo Barreto. **Reestruturação Produtiva e Impacto sobre as Relações de Trabalho na Indústria Extrativa Mineral: o caso da Mineração Rio do Norte**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento). 1998. 196f. Mestrado em Planejamento e Desenvolvimento do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará – PLADES/NAEA/UFPA, Belém-PA, 1998.

TRINDADE JR, Saint-Clair Cordeiro. Cidadania e (re) produção do espaço urbano de Belém. In: D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da (Orgs.). **A Amazônia e a Crise da Modernização**. 2ª Ed. Belém, PA: Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Museu Paraense Emílio Goeldi, 2009, p. 267-274.

_____. **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. São Paulo, SP: USP, 1998.

_____. **A organização do espaço urbano no Pará:** significado, importância e dinâmica sócio-espacial. Belém, PA: UFPA, 2002. (mimeo)

TAVARES, Maria da Conceição. **Os fios invisíveis da produção capitalista:** informalidade e precarização do trabalho. São Paulo, SP: Cortez, 2004.

TOKMAN, Victor. Informalidad en América Latina: Balance y perspectivas de políticas. **Revista Internacional de Estadística y Geografía**, México, v. 2, n. 3, p. 16-31, set./dez. 2011. Disponível em:

<http://www.inegi.org.mx/prod_serv/contenidos/espanol/bvinegi/productos/integracion/especiales/revist-inter/Revista%20Digital%204/Doctos/RDE_04_Art02.pdf>. Acesso em 12 ago. 2015.

TOKMAN, Victor. El sector informal: quince años después. **El Trimestre Económico**, México, DF, n. 215, p. 513-536, jul./set. 1987.

TOKMAN, Victor; SOUZA, Paulo Renato. El sector informal urbano en América Latina. **Revista Internacional del Trabajo**, v. 94, n. 3, 1976.

TOLEDO, José Roberto de. Amapá é o estado que mais cresce no Brasil. **Folha de São Paulo**, Caderno Cotidiano, 26/06/1997. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff260649.htm>>. Acesso em 25 jun 2018.

VIRILIO, Paul. **Velocidade e Política**. São Paulo, SP: Estação Liberdade, 1996.